

Universidade Federal de Minas Gerais  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História



**Compadrio e posse da terra:  
da produção do espaço às hierarquias sociais  
(Vale do Rio Piranga, Minas Gerais, 1804 – 1856)**

Belo Horizonte  
2018

MATEUS REZENDE DE ANDRADE

Compadrio e posse da terra:  
da produção do espaço às hierarquias sociais  
(Vale do Rio Piranga, Minas Gerais, 1804 – 1856)

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito à obtenção do título de doutor em História.

Linha de Pesquisa: História Social da Cultura

Orientador: Prof. Dr. Tarcísio Rodrigues Botelho

Belo Horizonte  
2018

981.51           Andrade, Mateus Rezende de  
A553ca            Compadrio e posse da terra [manuscrito] : da produção do  
2018                espaço às hierarquias sociais (Vale do Rio Piranga, Minas Gerais,  
                      1804 – 1856) / Mateus Rezende de Andrade. - 2018.  
                      310 f. : il.  
                      Orientador: Tarcísio Rodrigues Botelho.

                      Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais,  
                      Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
                      Inclui bibliografia

                      1.História – Teses. 2.Hierarquias – Teses. 3.Escavidão –  
                      Teses.4.Liberdade - Teses. 4. Família – História – Teses.5.  
                      Demografia – História – Teses.6. Minas Gerais – História – Teses.  
                      I. Botelho, Tarcísio Rodrigues. II. Universidade Federal de Minas  
                      Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



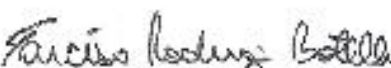
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



"Compadrio e posse da terra: da produção do espaço às hierarquias sociais  
(Vale do Rio Piranga, 1804 - 1856)"

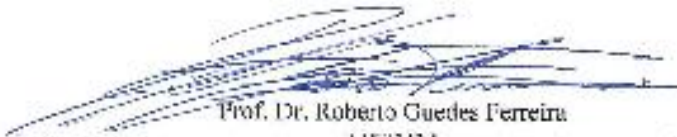
Mateus Rezende de Andrade

Tese aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

  
Prof. Dr. Jarcisio Rodrigues Botelho - Orientador  
UFMG

  
Prof. Dr. Douglas Cole Libby  
UFMG

  
Prof. Dr. Marcelo Magalhães Godoy  
UFMG

  
Prof. Dr. Roberto Guedes Ferreira  
UFRRJ

  
Prof. Dr. Antônio Otaviano Vieira Junior  
UFPA

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2018.

# Agradecimentos

Esposa, pai, mãe, irmã e cunhado foram os pilares do meu dia-a-dia durante todos os anos de doutorado. Mais do que amigos e companheiros, foram meu suporte emocional e fonte de alegria inestimável. A eles agradeço por tudo que fizeram por mim.

O Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais foi minha segunda casa durante os últimos quatro anos e onde sempre me senti acolhido e respeitado, recebendo todo o apoio necessário ao desenvolvimento da pesquisa. Por isso, dirijo um agradecimento nominal ao Maurício Mainart, servidor administrativo sempre simpático e disposto a atender minhas demandas cotidianas, e aos seus respectivos coordenadores enquanto fui um doutorando: José Newton Coelho Meneses, Luiz Carlos Villalta e Douglas Átilla Marcelino, os quais sempre estiveram dispostos a me ouvir e atender demandas.

Agradeço ao professor Tarcísio Rodrigues Botelho, por ter sido um orientador zeloso e um interlocutor interessado nos caminhos trilhados durante a pesquisa de doutorado e na minha formação profissional. Desde o início da orientação me cedeu as chaves do seu gabinete e compartilhou comigo seu computador de trabalho, em outras palavras, condições mais do que suficientes para o pleno desenvolvimento do trabalho de análise dos dados recolhidos em arquivos. Finalmente, seus questionamentos e críticas tornaram esta tese muito melhor do que seria sem sua supervisão. Ainda assim, as falhas e lacunas que ainda persistem são minhas responsabilidades e não devem ser dele cobradas.

Agradeço aos professores Marcelo Magalhães Godoy e José Newton Coelho Meneses por suas leituras atentas durante o Exame de Qualificação. Com críticas precisas, elogios e sugestões significativas, renovaram as minhas forças e foram essenciais para que eu desse continuidade à pesquisa e escrita da tese.

Ao longo dos anos de formação acadêmica tive professores que se tornaram exemplo a ser seguido, os quais sempre compartilharam não somente fontes de pesquisa e bibliografia, bem como atenção, carinho e preocupação. Agradeço ao Fábio Faria Mendes, Douglas Cole Libby, José Newton Coelho Meneses, Clotilde Andrade Paiva, Mário Marcos Sampaio Rodarte, Regina Horta Duarte, Ana Paula Sampaio Caldeira, André Luiz Pereira Miatello, Vanicléia Silva Santos e Adriana Romeiro.

Um agradecimento mais que especial direciono ao amigo Carlos de Oliveira Malaquias. Companheiro de pesquisa, leu e contribuiu com cada parágrafo desta tese. Sua leitura preciosa e cada conversa posterior me ensinaram um pouco mais sobre o que é ser historiador e pesquisador.

Finalmente, agradeço aos amigos que ganhei, pois, sem sombra de dúvidas irão comigo mais longe do que esta tese. Agradeço ao André Pereira Mascarenhas, Pamela Emilse Naumann Gorga, Rodrigo Paulinelli de Almeida Costa, Felipe da Silveira Mallaco, Rute Guimarães Torres e Virgílio Coelho de Oliveira Júnior.

Por fim, agradeço à Capes pela Bolsa de Estudos concedida durante todos os anos de pesquisa.

“...ter sensibilidade histórica é ser aberto às mudanças, na percepção de como pequenas variações alteram um quadro. Só o verdadeiro historiador percebe como o quantitativo afeta o qualitativo.” (Francisco Iglésias)

**Resumo:** Durante os anos iniciais do Império no Brasil, a estrutura fundiária, herdeira das sesmarias, permaneceu extremamente desigual, dando margem à existência de grandes propriedades rurais ao entorno das quais vivia uma população civilmente livre, política e economicamente dependente. Assim, era prática difundida o contínuo movimento de fazer vingar posses, pois, ao produzir dependentes, potencializavam as possibilidades de criação e reprodução de redes de relações interpessoais que definiam o lugar social do indivíduo naquela sociedade. Esta tese, ao lançar mão de uma orientação espacial na formulação de seus objetos e problemas de pesquisa, problematiza o espaço como uma construção social relevante para a compreensão de diferentes fenômenos culturais da experiência humana. A partir de minuciosa pesquisa em registros paroquias de terra e batismos, o objetivo deste trabalho é lançar luz sobre o espaço agrário e as estruturas sociais que se constituíram em três paróquias da fronteira agrícola do núcleo minerador de Ouro Preto e Mariana, num período peculiar da história de Minas Gerais, no qual se vivenciou a inversão de capitais da mineração para o setor agropecuário. Ao se analisar mapas, discursos dos descobrimentos do ouro e da formação e expansão da malha eclesiástica numa região primária de colonização, foi possível traçar os percursos históricos e geográficos da formação territorial dos sertões do leste da capitania, os quais tiveram como porta de entrada os vales do Rio Piranga. Esta microrregião foi palco de uma sociedade que teve o tráfico transatlântico de escravos como elemento estruturante da sua composição demográfica, o que definiu o desenvolvimento de um processo histórico de concentração da posse de escravos e acentuação das desigualdades na sociedade mineira. Neste contexto socioeconômico redefiniram-se hierarquias sociais e os significados de ser senhor de escravo, o que trouxe à tona a necessidade de se atentar a estrutura fundiária daquela sociedade, operacionalizada a partir de profunda análise metodológica embasada por técnicas do georreferenciamento e História do Espaço, o que abriu importantes vertentes interpretativas sobre a posse da terra e a história rural no passado brasileiro. Por fim, analisam-se as estruturas familiares de eleitores de paróquia, atentando ao processo de formação de redes clientelísticas em nível local, o qual destaca estratégias de agentes provinciais no jogo político que formou o Estado nacional no Brasil.

**Palavras-chave:** Hierarquias sociais; História do Espaço; Análise de Redes Sociais; Brasil Império

**Abstract:** During the early years of the Empire of Brazil, the land structure remained resultant from the Portuguese Crown land concessions, continuing particularly unequal which made possible the persistence of large rural properties around which lived a civilly free population, but politically and economically dependent of rural elites. Thus, it was a widespread practice make yourself a landowner, what enhanced the possibilities of creation and reproduction of social in interpersonal relations of economic and political dependence, what shaped a historical process that defined the social place of the individual in that rural society. This dissertation, by means of spatial orientation in the construction of its objects and research issues, presents the space as a social production pertinent to the understanding of different cultural singularities of human experience. Then, a exhaustive research on land registers and baptism records from three rural parishes on the periphery of mining zones, was conducted to the proposed objective of deep understanding on the interactions between the agrarian space and its social structures, in a historical in which there was a rearranging of capital investments from the mining to the farming activities. Through considering historical maps, written memoirs of gold rush, and the formation and expansion of the ecclesiastical territory in a primary district of European colonization, it was possible to trace the historical and geographical paths of the local development of the eastern lands of the captaincy, a region which had as main entrance the valleys of the Piranga River. This micro region had in the transatlantic slave trade an structuring element of its demographic composition, what has defined the development of a historical process of concentration of the slaveholding and accentuation of the social inequalities in that society. In this socioeconomic context, social hierarchies and the social meanings of being a slave-owner were reconsidered, which brought to the research handled the urgency to review the land structure of that rural region. Through operationalization of methods and techniques of the Spatial History and Geographical Information System, important interpretive possibilities on land tenure and rural history in the Brazilian past are demonstrated. Finally, this historical background of mutual inference of social relations and land tenure, made possible to investigate elite families structures and its social strategies, which highlights how political agents in rural parishes have participated in the process of national State building in Empire of Brazil.

**Keywords:** Social hierarchies; Spatial History; Social Networks Analysis; Empire of Brazil



# Sumário

<b>Folha de Aprovação .....</b>	<b>ii</b>
<b>Agradecimentos .....</b>	<b>iv</b>

## Índice de Tabelas, Quadros, Gráficos, Mapas e Figuras

Tabelas .....	x
Quadros .....	x
Gráficos .....	x
Mapas .....	xi
Figuras .....	xi

## Introdução

<b>Compadrio, posse da terra e sociedade brasileira.....</b>	<b>14</b>
Posse da terra e História Agrária na historiografia brasileira.....	16
Compadrio, hierarquias e mobilidade social .....	27
Redes Sociais, História do Espaço e História da Família .....	36
Mandonismo local e os declarantes de terra.....	46
Fontes e Métodos .....	51
Estrutura e organização dos capítulos .....	58

## Capítulo I

<b>Espaço e Sociedade na ocupação dos sertões das minas – Vale do Rio Piranga, Minas Gerais, séculos XVIII e XIX.....</b>	<b>61</b>
Introdução.....	62
Descobrimientos, expansão eclesiástica e jurisdições de poder.....	66
A “frente pioneira” e as minas que não se esgotaram .....	75
Localidade de passagem, sociedade de transição .....	87
Família, fronteira e migração .....	92
Conclusão.....	106

## Capítulo II

<b>Escravidão e hierarquias sociais: posse de cativos e desigualdades na passagem do século XVIII ao XIX no Vale do Rio Piranga.....</b>	<b>108</b>
Introdução.....	109
A Família Dias dos Anjos .....	111
A posse de cativos .....	114
Composição demográfica.....	120
O Vale do Rio Piranga e o tráfico de escravos africanos .....	132
Conclusão.....	144

## Capítulo III

<b>Estrutura fundiária no Vale do Rio Piranga – posse da terra, vizinhança e espaço social .....</b>	<b>147</b>
Introdução.....	148
A Lei de Terras de 1850 e o Estado no Brasil Imperial .....	150
O Registro Paroquial de Terras do Termo da Vila de Piranga.....	159

Extensão das posses e concentração fundiária .....	162
Redes de vizinhança e estruturas relacionais .....	165
Hierarquia ou conflito em torno da posse da terra .....	180
Conclusão .....	186

## **Capítulo IV**

<b>Compadrio e posse da terra: escravidão, mobilidade e redes sociais (Vale do Rio Piranga, 1797 – 1863) .....</b>	<b>188</b>
Introdução.....	189
Do cativo à liberdade .....	190
A confirmação da liberdade .....	198
Mobilidade e ascensão social .....	203
Redes de intermediação e os enlaces da possibilidade.....	210
Compadrio e vizinhança.....	216
Os caminhos da mobilidade .....	230
Conclusão .....	237

## **Capítulo V**

<b>Império dos Eleitores: dinâmicas familiares e elite política no século XIX – Paróquia de Piranga, Minas Gerais .....</b>	<b>239</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>240</b>
Redes clientelísticas e eleitores de paróquia .....	247
Famílias, elites e redes sociais.....	255
A geografia social das elites.....	273
Conclusão .....	281

## **Conclusão**

<b>Redes sociais e espaço nos estudos históricos .....</b>	<b>284</b>
--	------------

## **Referências**

<b>Fontes.....</b>	<b>292</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>294</b>

# Índice de Tabelas, Gráficos, Mapas e Figuras

## Tabelas

Tabela 1 – Malha eclesiástica, vales do Rio Piranga e Xopotó (1694-1800).....	73
Tabela 2 – Número de distritos e condição da população recenseada no vale do Rio Piranga (Minas Gerais, 1804 – 1839).....	115
Tabela 3 – Condição da população recenseada, Vale do Rio Piranga (1804 – 1831).....	115
Tabela 4 – Domicílios recenseados no Vale do Rio Piranga (1804 – 1831).....	116
Tabela 5 – Escravos por domicílio no Vale do Rio Piranga (1804 – 1831).....	116
Tabela 6 – Índice de Gini, propriedade escrava no Vale do Rio Piranga (1804 – 1839).....	116
Tabela 7 – Composição da posse de cativos, Vale do Rio Piranga (1804 – 1831).....	118
Tabela 8 – Composição da posse de cativos, percentuais do total de domicílios escravistas, Vale do Rio Piranga (1804 – 1831).....	118
Tabela 9 – Homens chefes de Domicílio por estado matrimonial, condição e cor/origem. Vale do Rio Piranga, 1831-32.....	122
Tabela 10 – Mulheres chefas de Domicílio por estado matrimonial, condição e cor/origem. Vale do Rio Piranga, 1831-32.....	122
Tabela 11 – Homens chefes de Domicílio por estado matrimonial, condição e cor/origem. Vale do Rio Piranga, 1838-39.....	127
Tabela 12 – Mulheres chefas de Domicílio por estado matrimonial, condição e cor/origem. Vale do Rio Piranga, 1838-39.....	128
Tabela 13 – População segundo cor/origem e condição, Vale do Rio Piranga, 1831.....	129
Tabela 14 – População segundo cor/origem e condição, Vale do Rio Piranga, 1839.....	129
Tabela 15 – Escravos por domicílio escravista e percentuais de domicílios e escravos segundo sexo e cor/origem dos chefes de domicílios. Vale do Rio Piranga, 1831-32.....	131
Tabela 16 – Escravos por domicílio escravista e percentuais de domicílios e escravos segundo sexo e cor/origem dos chefes de domicílios. Vale do Rio Piranga, 1838-39.....	131
Tabela 17 – Razão de sexos da população escrava segundo cor/origem. Vale do Rio Piranga, 1831-32.....	134
Tabela 18– Razão de sexos da população escrava segundo cor/origem. Vale do Rio Piranga, 1838-39.....	134
Tabela 19– Percentual de africanização por faixa de posse entre as posses com algum cativo africano, vale do Rio Piranga, 1831-32.....	139
Tabela 20 – Setor ocupacional dos indivíduos livres, libertos e escravos, segundo a faixa de posse. Pequenos proprietários com posses africanizadas, vale do Rio Piranga, 1831-32.....	141
Tabela 21 – Paróquias, freguesias e distritos no Registro Paroquial de Terras do Vale do Rio Piranga, Minas Gerais, 1854-1856.....	161
Tabela 22 – Número de propriedades por faixa de área ocupada, Vale do Rio Piranga, Minas Gerais, 1854-1856.....	163
Tabela 23 – Número de propriedades por faixa de área ocupada, freguesias da Espera e São José do Chopotó, Vale do Rio Piranga, Minas Gerais, 1854-1856.....	164
Tabela 24 - Estrutura fundiária e concentração de terras – família Carneiro Vidigal, Paróquia de Piranga, Minas Gerais (1855-1856).....	274

## Quadros

Quadro 1 - Variáveis e elementos definidores dos graus de coesão.....	174
Quadro 2 - Posse de escravos dos eleitores da paróquia de Piranga, Minas Gerais, século XIX.....	252

## Gráficos

Gráfico 1 – Cartas de Sesmarias por década, vales do rio Doce e Paraíba do Sul, 1710-1835.....	80
--	----

Gráfico 2 – Concessão de sesmarias, vales do rio Doce e Paraíba do Sul, 1710-1835.....	81
Gráfico 3– Concessões de sesmarias por períodos de expansão, vales do rio Doce e Paraíba do Sul, 1710-1835 .....	85
Gráfico 4 – Valores (réis) investidos em escravos por quinquênio, Vale do Rio Piranga (1771 – 1840).....	119
Gráfico 5 – Batismos de escravos africanos advindos do tráfico transatlântico, vale do Rio Piranga, 1755 – 1856.....	135
Gráfico 6 – Batismos sacramentados, vale do Rio Piranga, 1755-1885 .....	137
Gráfico 7– Percentual médio da taxa de africanização das posses com algum escravo africano, Vale do Rio Piranga, 1831-32 .....	138
Gráfico 8 – Setores ocupacionais, pequenos proprietários com posses africanizadas, vale do Rio Piranga, 1831-32.....	140
Gráfico 9 – Número de vizinhos, declarantes e propriedades – Registro Paroquial de Terras, Vale do Rio Piranga, Minas Gerais, 1854-1856.....	168

### **Mapas**

Mapa 1 – Região das sesmarias de João Francisco Pimenta, Vale do Rio Piranga, Minas Gerais, 1746 .....	63
Mapa 2 – Expansão da Malha Eclesiástica, Vale do Rio Piranga, Minas Gerais, 1694-1800 .	71
Mapa 3 – Densidade espacial das concessões de sesmarias, vales do rio Doce e Paraíba do Sul, 1710-1835 .....	86
Mapa 4 – Relevo e altimetria de Minas Gerais, região leste .....	89
Mapa 5 – Relevo e altimetria de Minas Gerais, Vale do Rio Piranga.....	90
Mapa 6 – Propriedades e topônimos descritos no inventário do Capitão Antônio Gomes Sande, 1807 .....	98
Mapa 7 – Distritos e Componentes Estruturais da Rede de Vizinhança – Registro Paroquial de Terras, Vale do Rio Piranga, Minas Gerais, 1854 - 1856 .....	179
Mapa 8 – Geografia da mobilidade social, Antônio Anacleto Varela - Vila da Piranga, 1797 - 1863 .....	233
Mapa 9 – Geografia social das elites, Vale do Rio Piranga (Minas Gerais, século XIX).....	276

### **Figuras**

Figura 1 – Família, fronteira e migração, Minas Gerais, 1697-1833 .....	104
Figura 2 – Organograma de composição da rede de vizinhança a partir do Registro Paroquial de Terras.....	149
Figura 3 – Rede de Vizinhança de Antônio Dias dos Anjos, distrito da Vila, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Piranga, Minas Gerais, 1854-1856 .....	171
Figura 4 - Componentes Estruturais "Muito Forte" - Relações de Vizinhança, Vale do Rio Piranga, 1854 - 1856 .....	175
Figura 5 - Componentes Estruturais "Forte" - Relações de Vizinhança, Vale do Rio Piranga, 1854 - 1856.....	176
Figura 6 - Componentes Estruturais "Médio" - Relações de Vizinhança, Vale do Rio Piranga, 1854 - 1856.....	176
Figura 7 - Componentes Estruturais "Fraco" - Relações de Vizinhança, Vale do Rio Piranga, 1854 - 1856.....	177

Figura 8 - Componentes Estruturais "Muito Fraco" - Relações de Vizinhança, Vale do Rio Piranga, 1854 - 1856 .....	178
Figura 9 - Sub-rede dos componentes estruturais dos distritos da Vila, Calambau e Tapera - Vale do Rio Piranga, 1854 - 1856 .....	182
Figura 10 - Sub-rede dos componentes estruturais dos distritos da Espera, Remédios, São Caetano e São José - Vale do Rio Piranga, 1854 - 1856.....	183
Figura 11 - Compadrio e sociabilidades, família Varela, Arraial de Piranga (1797 - 1828) .	191
Figura 12 - Compadrio e família, Antônio Anacleto Varela - Piranga, Minas Gerais (1835 - 1863).....	204
Figura 13 - Compadrio e intermediação social, Antônio Anacleto Varela – Piranga, Minas Gerais (1835 - 1863) .....	212
Figura 14 - Compadrio e vizinhança, Antônio Anacleto Varela - Vila da Piranga, Minas Gerais (século XIX) .....	218
Figura 15 - Os compadres do Catanho - Vila da Piranga, Minas Gerais (século XIX) .....	227
Figura 16 - Organograma da geografia da mobilidade social, Antônio Anacleto Varela (Piranga, 1805 - 1863).....	231
Figura 17 - Eleitores de Paróquia e a política imperial, Piranga, Minas Gerais, século XIX	241
Figura 18 - Enlaces matrimoniais, elites piranguenses (Minas Gerais, século XVIII e XIX)	256
Figura 19 - Relações de compadrio, elites piranguenses (1782 - 1803) .....	259
Figura 20 - Relações de compadrio, elites piranguenses (1804 - 1820) .....	260
Figura 21 - Relações de compadrio, elites piranguenses (1821 - 1849) .....	269
Figura 22 - Relações de compadrio, elites piranguenses (1850 - 1875) .....	280

# **Introdução**

**Compadrio, posse da terra e sociedade brasileira**

O enredo da obra cinematográfica *12 Homens e uma sentença*<sup>1</sup> (escrita por Reginald Rose e produzida por Henry Fonda – que é também o ator principal desta longa metragem) tem o cerne da sua trama no debate entre os 12 jurados convocados a sentenciarem o acusado de ter cometido um assassinato. Inicialmente, a grande maioria deles acreditava que logo teriam uma sentença, pois, “provas incontestáveis” que incriminavam o acusado haviam sido apresentadas durante o julgamento. Entretanto, um dos jurados, ao problematizá-las, questiona a ética investigativa e traz a hipótese que não passavam de indícios introduzidos no processo com intuito de sentenciar o suposto assassino. Instaura-se a dúvida na sala dos jurados.

Daí em diante segue-se um longo debate que pode ser resumido na seguinte fala de um dos jurados: “Eu realmente não sei qual é a verdade. Suponho que ninguém de fato saiba. Talvez nós estejamos tendenciosos em deixar livre um homem culpado, eu não sei. Ninguém realmente pode saber. Mas, nós temos uma dúvida razoável e isso é algo muito valioso em nosso sistema.” Aprecio esta obra não por seus diálogos em busca e construção da verdade, mas, pelas problematizações dos fatos e, principalmente, pela valorização da dúvida que diretor e roteirista do filme instauram nos espectadores. Inspirado por esta produção cinematográfica, devo assumir, não é ofício do historiador ser juiz do passado ou compor o júri pronto a sentenciá-lo, todavia, assim como no sistema jurídico, na produção historiográfica a dúvida é um direito sobre o qual deve-se trabalhar.

Desta forma, esta tese é fruto de uma pesquisa que duvidou da naturalização que une posse de terra, poder político e prestígio social. Problematizei estes três vértices num período em que se formava o Estado nacional no Brasil Imperial, trazendo questões sobre as agências individuais, comunitárias e familiares. A posse de terra foi tratada como fruto do poder político e do prestígio social; da busca por poder político atrelado às estratégias de manutenção das posses e do prestígio; da influência necessária à formação da autoridade política e da parentela, possibilitada pelo controle sobre a terra. Em suma, todas estas formas de ponderar a posse da terra deram-se contestando as estratégias e negociações de atores históricos num momento em que se reformularam normas e ditavam-se novos conflitos, reiterando-se hierarquias através do reordenamento de processos de cooptação e exclusão social.

---

<sup>1</sup> *12 Homens e uma sentença*. Direção: Sidney Lumet. Fotografia: Boris Kaufman. MGM Studios [Estados Unidos]; Orion-Nova Productions, 1957. 96 min, p&b. Título original: *12 Angry Men*.

Consequentemente, as temáticas historiográficas em torno da posse da terra na formação histórica do Brasil possuem lugar privilegiado nesta tese, ao qual se somam os debates sobre as mobilidades e hierarquias sociais sustentadas pelo escravismo, no qual o compadrio é peça fundamental para compreensão da sociedade estratificada que nasceu daquela conjuntura.

## **Posse da terra e História Agrária na historiografia brasileira**

Para escrever sobre posse da terra, é condição *sine qua non* fazer referência à “questão agrária brasileira”, nome dado a um intenso debate acerca de reformas nas estruturas socioeconômicas nacionais, vivenciado nos finais da década de 1950 e início da seguinte.

Até aquele momento, a intelectualidade brasileira não tinha ainda se dispendido a pensar os problemas do campo e o camponês nos mundos dos trabalhos. Enviesados teoricamente, muitos pensadores marxistas viam o trabalhador rural como um subordinado aos problemas do operariado, em outras palavras, um ator secundário à luta de classes. Entretanto, vozes como a de Nelson Werneck Sodré (autor que legou o problema do subdesenvolvimento ao latifúndio feudal<sup>2</sup>) começavam a ecoar nos bastidores dos institutos de pesquisas e nos quadros dos planejamentos e metas partidárias. Assim, a partir do V Congresso do Partido Comunista Brasileiro (1960), o partido voltou sua atenção à solução do problema agrário, o que àquela altura significava a ruptura do monopólio da terra e das relações sociais de produção pré-capitalistas.

Importante destacar que o Partido Comunista Brasileiro, nos anos 1950 e 1960, apoiado nas vertentes *leninistas* do marxismo e nas teses da ‘III Internacional’, postulavam (em tom combativo) a imprescindibilidade de uma revolução democrático-burguesa, a qual seria a força motriz a romper com o caráter semicolonial e semifeudal da sociedade

---

<sup>2</sup> Nelson Werneck Sodré, na obra *Formação histórica do Brasil* (publicada no ano de 1962, porém, conforme informa Jorge Luís da Silva Grespan, esta edição é uma versão reescrita do livro *Formação da sociedade brasileira*, publicado em 1944 [Rio de Janeiro: Editora Livraria José Olympio]. Ver GRESPLAN, Jorge. L. S. Nelson Weneck Sodré, intelectual engajado. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão. *Nacionalismo e Reformismo Radical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007), preocupado em explicar o subdesenvolvimento do Brasil, chama a atenção para o estado de servidão em que vivia a maior parte da população residente no campo, o que, segundo ele, era uma herança direta do feudalismo que surgiu às margens do escravismo colonial. Apesar de não ter se tornado um dos autores centrais do debate da “questão agrária”, foi referência essencial para o desenvolvimento de suas teses centrais, pois, para Sodré a decadência da produção escravista (com a queda da produção do açúcar) e a própria abolição da escravatura, ao não modificarem a forma de apropriação da terra, ampliaram o domínio feudal no campo, o qual tinha por base de reprodução a concentração latifundiária. Ainda sobre interpretações do mundo rural e da história agrária brasileira propostas por Nelson Werneck Sodré, ver MOTTA, Márcia M. M. Classic works of Brazil’s new rural history: Feudalism and the Latifundio in the interpretations of the left (1940/1964). *História Crítica*. nº51, Bogotá, septiembre-diciembre 2013, p.121-144



brasileira.<sup>3</sup> Simultaneamente, a chamada “questão agrária” surge do esforço por entender as origens da concentração fundiária e o processo de formação dos vastos latifúndios, num momento em que já figurava nos planos do partido um projeto de reforma agrária. Esta por sua vez, era propagandeada como meta capaz de atingir o objetivo de vencer o subdesenvolvimento e romper com o caráter feudal das relações de produção do campo, contribuindo ainda com a expansão do mercado interno. Todavia, vozes dissidentes surgiram dentro da intelectualidade do PCB, dentre os quais se destacam as interpretações de Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães.<sup>4</sup>

Para Alberto Passos Guimarães, a estrutura fundiária era originária da transição de Portugal ao Brasil de relações econômicas e instituições políticas pretéritas, em outras palavras, sua estrutura nobiliárquica e o poder feudal.<sup>5</sup> Em seu modo de interpretar a história agrária brasileira, todos os fatores e aspectos da produção colonial desenvolveram-se à sombra do modo de produção feudal e perpetaram-se pela ação consciente de uma elite que soube manter seu domínio sobre a população rural. Numa visão antagônica, Caio Prado Junior defende que a grande propriedade fundiária esteve relacionada ao aspecto mercantil da colonização dos trópicos; assim, segundo ele, esta surge de um vasto empreendimento destinado a explorar os recursos naturais (de um território repleto de riquezas) em proveito do comércio europeu.<sup>6</sup>

Alberto Passos Guimarães foi um veemente crítico desta ideia de capitalismo comercial, a qual, segundo ele, não teve fôlego dentro da estrutura social transmigrada da Europa ao Brasil. Em sua visão, no Brasil, diferente do contexto agrário do velho continente, a grande disponibilidade de terras legou ao país vastos espaços desocupados que se tornaram vazios em disputa onde imperavam os poderes extra econômicos. Em suas palavras:

A despeito do importante papel desempenhado pelo capital comercial na colonização do nosso país, ele não pode desfrutar aqui a mesma posição influente, ou mesmo dominante, que havia assumido na metrópole; não conseguiu impor à sociedade colonial as características fundamentais da

---

<sup>3</sup> Para uma discussão mais detalhada sobre as teorias e postulados em voga entre os anos de 1950 e 1960 nos quadros do PCB, Ver MOTTA, Márcia M. M. Caindo por terra: um debate historiográfico sobre o universo rural do oitocentos. *Lutas & Resistências*. Londrina, v. 1, p.42-59. Set. 2006

<sup>4</sup> SILVA, Ricardo Oliveira da. *A questão agrária brasileira em debate (1958 – 1964)*: as perspectivas de Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História (Dissertação de mestrado). Porto Alegre, 2008.

<sup>5</sup> GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

<sup>6</sup> Grande parte dos postulados deste autor já estavam publicados em sua obra *Formação do Brasil contemporâneo*, originalmente publicada em 1942. Entretanto, com o desenvolvimento de sua carreira de pesquisador, escreveu diversos artigos sobre a questão agrária e a estrutura fundiária. Em 1979, a editora Brasiliense organizou um livro sob o título *A questão agrária no Brasil*, no qual reuniu os principais artigos sobre o tema escritos por Caio Prado Júnior antes do Golpe de 1964.

economia mercantil e teve de submeter-se à moldar-se a estrutura tipicamente nobiliárquica e ao poder feudal instituídos na América Portuguesa.<sup>7</sup>

Em contrapartida, Caio Prado Júnior expõe os grandes proprietários como homens de negócios que se valiam da terra como uma mercadoria de seus empreendimentos. Para ele, o proprietário se fez senhor na peculiar dinâmica de alargar os limites do seu direito privado de propriedade às relações públicas, a qual assumia aspectos particulares. Portanto, uma elite agrária que não se distinguia por feição nobiliárquica oriunda de poderes extra econômicos, mas, mantinha seu reconhecimento social e poder político como agente econômico do setor agromercantil.

Em suma, este debate travado nos escritos destes autores era guiado por divergentes ideias sobre como deveria ser conduzida a revolução das bases econômicas nacionais. Na interpretação de Caio Prado Júnior, a grande propriedade não era um empecilho ao desenvolvimento capitalista brasileiro, mas um entrave na luta anti-imperialista, pois, ao se valer das benesses deste, contribuía com a dependência externa. Já Alberto Passos Guimarães chama atenção à necessidade de projetos que enfoquem o camponês, aquele trabalhador dependente do grande latifundiário – detentor de todo poder político e forças coercitivas de controle da população rural. Isto porque, para Guimarães, durante toda a história do Brasil, o camponês foi a base de contestação e resistência (desde a oposição indígena à exploração de sua terra e trabalho) da dominação latifundiária. Segundo o autor, a consolidação do monopólio fundiário feudal permitiu o surgimento de novos atores no campo (“moradores”, “meeiros”, “agregados”, “colonos” etc.), o que, segundo ele, deu origem à pequena propriedade capitalista e camponesa, a qual se sucedeu em burguesia rural e na massa de trabalhadores assalariados.<sup>8</sup>

Entretanto, Caio Prado Júnior afirma que a pequena propriedade é oriunda do retalhamento da grande propriedade em face do não empenho na exploração mercantilizada. Assim, foram as vicissitudes da propriedade latifundiária que resultaram sua repartição em outras menores. Contudo, em momentos de prosperidade, volta-se a convergir interesses e reagrupar posses, reconstituindo-se a grande propriedade fundiária e se esfacelando a pequena propriedade capitalista (burguesia rural), sempre à mercê do capitalismo comercial e das flutuações do mercado externo. Finalmente, é necessário salientar que, para este autor, “a massa trabalhadora do campo era composta por empregados rurais, e não por camponeses

---

<sup>7</sup> GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio...*p.22

<sup>8</sup> SILVA, Ricardo Oliveira da. *A questão agrária brasileira em debate (1958 – 1964)*...

presos extra economicamente à terra. Neste sentido, esta massa de homens do campo não estaria reivindicando a posse da terra, e sim a melhoria de suas remunerações.”<sup>9</sup>

Por sua vez, Alberto Passos Guimarães é taxativo: “a subestimação da substância feudal do latifundismo brasileiro retira da reforma agrária sua vinculação histórica, seu conteúdo dinâmico e revolucionário.”<sup>10</sup> Assim, sua proposta, segundo ele, é de uma reforma agrária democrática que destrua pela base um duplo sistema espoliativo e opressivo.

Alberto Passos Guimarães apresentou uma interpretação histórica dos problemas nacionais e expôs uma História combativa e engajada com o seu tempo, porém, tornou-se um autor esquecido pela historiografia brasileira. Enquanto isso, Caio Prado Júnior “fez escola” ao ser sucedido por Celso Furtado, que lançou novos dados sobre o *sentido da colonização*, e Fernando Novais que teorizou sua obra (Caio Prado Júnior) dentro de um contexto histórico específico de crise do Antigo Sistema Colonial.<sup>11</sup>

Além de “discípulos”, Caio Prado Júnior é repleto de críticos prontos a contestá-lo, dentre eles, João Fragoso e Manolo Florentino, autores do livro *Arcaísmo como projeto*.<sup>12</sup> Nesta obra não é difícil perceber uma breve associação com o pensamento de Alberto Passos Guimarães, quando, por exemplo, escrevem que na condução do projeto colonizador da América Portuguesa prevaleciam valores não capitalistas versados por uma elite que tinha uma prática aristocrática e nobiliárquica de reprodução social. Grosso modo, Fragoso e Florentino, valendo-se de vários outros autores que dão subsídio à releitura interpretativa do processo de formação da excludente e desigual sociedade brasileira, lançam mão de vasta documentação e refinados métodos de análise e apresentação dos dados, dando novo sentido à interpretação de Alberto Passos Guimarães:

A grande ventura, para os fidalgos sem fortuna, seria reviver aqui [América Portuguesa] os tempos áureos do feudalismo clássico, reintegrar-se no domínio absoluto de latifúndios intermináveis como nunca houvera, com vassalos e servos a produzirem, com suas mãos e seus próprios instrumentos de trabalho, tudo que ao senhor proporcionasse riqueza e poderio.<sup>13</sup>

Apesar de utilizarmos várias das ideias e interpretações preconizadas por Alberto Passos Guimarães sobre o mundo rural brasileiro, não é o intuito exaltar os seus escritos

---

<sup>9</sup> MOTTA, Márcia M. M. Caindo por terra...p.46

<sup>10</sup> GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*...p.34

<sup>11</sup> FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 17ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980; NOVAIS, Fernando A. O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial. In: MOTTA, Carlos Guilherme. *Brasil em Perspectiva*. 15ª edição, Difel, 1985, p. 47-63.

<sup>12</sup> FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>13</sup> GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*...p.23

reintegrando-o ao campo historiográfico. Mas, sua obra carece de apurada reflexão daqueles que canonizam o *arcaico* projeto colonizador português e os postulados teóricos do *Antigo Regime nos Trópicos*<sup>14</sup>, pois, para aquele autor, a sociedade nobiliárquica hierarquizada e o poder feudal instituídos na Colônia com o sistema de capitanias hereditárias são as bases das desigualdades e da opressão coercitiva que marcou a formação da sociedade brasileira.

Segundo Fragoso e Florentino, havia uma canalização e esterilização dos recursos adquiridos na esfera mercantil para as atividades de cunho senhorial (leia-se, distinguir-se socialmente), o que, segundo eles, não denota um atraso fruto da incapacidade de acompanhar a evolução capitalista europeia, mas, através deste movimento lançaram-se as bases de um projeto social excludente que dependia da apropriação das verbas coloniais.<sup>15</sup> Assim, não rompem com a ideia de que a Colônia resultou da expansão da metrópole e esteve subordinada às vicissitudes deste processo e do capitalismo comercial (como também postularam Caio Prado Júnior e Fernando Novais), todavia, propõem interpretações divergentes sobre a estrutura social portuguesa e o ideário colonizador da América em voga na época moderna.

Esta digressão crítica justifica-se pelo cerne da nova linha interpretativa de João Fragoso e Manolo Florentino – ao contestarem a ideia de *sentido da colonização* – ser a crítica às explicações históricas que delimitavam a economia e sociedade colonial em função do latifúndio monocultor, o que é sintomático (as críticas de Fragoso e Florentino) da importância e centralidade da história agrária brasileira para compreensão da sociedade desigual e excludente que se formou. Além do mais, estes autores podem ser lidos como sucessores da tradição interpretativa promulgada pelos orientadores de suas teses de

---

<sup>14</sup> No artigo “E as plantations viraram fumaça: nobreza principal da terra, Antigo Regime e escravidão mercantil.” (*História (São Paulo)*. Vol.34, n.2, p.58-107, jul.-dez., 2015), João Fragoso, ao demonstrar os mecanismos de reprodução social da chamada nobreza principal da terra (primeiros conquistadores e povoadores do Rio Janeiro quinhentista), resumiu e explicitou as bases teóricas dos conceitos e temas do que chama de *Antigo Regime nos Trópicos*. Segundo ele, esta população não teve a posse da terra e o controle sobre a mão-de-obra como eixos balizadores da manutenção do seu poder, mas mantinham-se enquanto elite mediante valores do Antigo Regime católico. Assim, constituíram-se da prática costumeira, do prestígio social e da noção de dádiva (trocas desiguais), produzindo uma sociedade hierarquizada em que a superioridade social era um valor adquirido do viver do trabalho alheio. Cabe destacar que o chamado *Antigo Regime nos Trópicos* já é uma linha teórica consagrada na historiografia brasileira, contudo, consagrado não é sinônimo de incontestável. Dentre vários autores, destaca-se o historiador Francisco Eduardo de Andrade, que, ao defender a tese de que as ações de descobrimento de novos territórios não tiveram como princípio básico a expansão da fronteira colonial, mas, antes, tinham por intenção legitimar o poder exploratório, mostra como atores sociais que agiam segundo normas do Antigo Regime, no território lusitano da América, criaram novas formas de reprodução social que tinham em seu cerne a busca por espaços de poder. Ver ANDRADE, Francisco Eduardo. *A invenção das Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entrada nos sertões do ouro da América Portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora: Editora PUC Minas, 2008.

<sup>15</sup> Ver FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto...*p.52

doutorado, Maria Yedda Leite Linhares (João Fragoso) e Ciro Flamarion Cardoso (Manolo Florentino), os quais foram genuínos e proeminentes pesquisadores da história agrária, além de terem sido autores que difundiram novas linhas teóricas e métodos analíticos que revolucionaram este campo de pesquisa.<sup>16</sup>

Maria Yedda Leite Linhares é a precursora de um novo caráter interpretativo da história da agricultura brasileira. Juntamente com Francisco Carlos Teixeira da Silva, publicou o livro *História da agricultura brasileira*<sup>17</sup>, obra gestada em pleno regime ditatorial no Brasil, fruto da busca por compreensão do problema agrário brasileiro e reconhecimento de sua importância, aspecto atrelado ao engajamento político dos autores.

Críticos ao argumento do dualismo brasileiro<sup>18</sup>, o qual apregoava um Brasil rural atrasado, marcado pelo imobilismo e pela força dos latifundiários, enquanto, por outro lado, havia o Brasil urbano e inovador, Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva não pretendiam lançar novas bases teóricas sobre o desenvolvimento econômico do Brasil, mas acentuavam a necessidade de se estudar o universo rural, principalmente a produção de alimentos para o mercado interno. Traçando criticamente o perfil deste discurso dualista, remontam esta tradição interpretativa desde os autores ditos conservadores – Jacques Lambert<sup>19</sup> e Roger Bastide<sup>20</sup> (os quais tinham no âmago de suas interpretações o caráter feudal do latifúndio colonial<sup>21</sup>) – até os mais revolucionários, segundo eles, primeiros críticos da tese feudal: Caio Prado Júnior<sup>22</sup> e André Gunder Frank<sup>23</sup>. Porém, em ambas as tendências interpretativas, o mundo rural brasileiro era tido como um entrave ao desenvolvimento

---

<sup>16</sup> MOTTA, Márcia M. M. O rural na História do Brasil (dos anos 80 aos trabalhos mais recentes). *Revista Portuguesa de História*. Coimbra, n.41, p.175-191.

<sup>17</sup> LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981

<sup>18</sup> Por dualismo brasileiro, os autores estavam criticando autores que estiveram no centro do debate sobre as estruturas sócio-econômicas do Brasil entre os anos de 1950 e 1970, que segundo eles, produzindo num contexto de mundo polarizado pela Guerra Fria, transpuseram esta polarização global para o nível local dos países ditos subdesenvolvidos. Deste modo, segundo Linhares e Silva, explicavam o atraso da industrialização pela ausência de bases sólidas no campo brasileiro que sustentasse e provesse os centros urbanos. Para esta discussão, ver LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *Historia da agricultura brasileira...*, especialmente a Parte I (Política e agricultura no Brasil: mudança e reformas numa sociedade agrária), principalmente o subtópico "O debate sobre as estruturas sócio-econômicas do Brasil nas décadas de 1950 a 1970".

<sup>19</sup> LAMBERT, J. *Os dois Brasís*. Rio de Janeiro: MEC/INEP, 1959.

<sup>20</sup> BASTIDE, R. *Brasil, terra de contrastes*. São Paulo: Difel, 1959

<sup>21</sup> Apesar da referência crítica feita por Linhares e Silva, para uma análise mais detalhada das publicações de Lambert e Bastide, suas publicações, referências teóricas, escolhas metodológicas e trajetórias acadêmicas, ver QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Brasil dos cientistas sociais não brasileiros: ensaio metodológico*. *Cadernos CERU*, v. 18, São Paulo, 2007

<sup>22</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

<sup>23</sup> FRANK, André Gunder. A agricultura brasileira: capitalismo e o mito do Feudalismo. *Revista Brasiliense*, v.51, s/d, São Paulo.

capitalista, aspecto ausente na tese de Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva. Para eles, a questão agrária brasileira era decorrente de peculiaridades do desenvolvimento econômico capitalista no Brasil, o qual se redefiniu em diferentes temporalidades no espaço colonial.<sup>24</sup>

Assim, Linhares e Silva colocavam em xeque a *teoria da dependência*, criticando principalmente as suas matrizes ratificadas na obra de Celso Furtado<sup>25</sup>, autor que postulava a força de fatores externos para a manutenção das economias e sociedades escravistas. Em resumo, lançaram severas críticas aos autores que afirmavam a ineficiência da agricultura brasileira, os quais destacavam este setor inerte às demandas de produção, incapaz de absorver novas tecnologias em proporções significativas e, ainda, não gerador de mercado aos produtos da indústria, impedindo assim a ampliação do mercado interno.<sup>26</sup>

Teoricamente, amparavam-se nos escritos de Alexander Chayanov (autor russo, um dos mais influentes teóricos das sociedades camponesas), nos quais se dizia que a lógica camponesa de reprodução econômica e social primariamente preocupa-se com a subsistência e depois com a acumulação de capitais.<sup>27</sup> Ainda, faziam coro às recentes publicações de Ciro Flamarion Cardoso, autor engajado com o projeto de repensar a agricultura brasileira nos anos de 1970 e 1980, e autor do livro *Agricultura, escravidão e capitalismo*<sup>28</sup>, no qual introduziu no contexto historiográfico brasileiro novos conceitos marxistas para o trato da História Agrária e Regional.<sup>29</sup> Cardoso, embasando-se nos trabalhos de Witold Kula<sup>30</sup> e Pierre Villar<sup>31</sup>, trouxe a ideia de *brecha camponesa* no sistema econômico escravista, a qual seria a chave para a compreensão da transição ao capitalismo.

A partir destes dois trabalhos, *História da Agricultura brasileira* e *Agricultura, escravidão e capitalismo*, estavam lançadas as bases de uma tradição interpretativa que encarava a empreitada de confirmar o peso do mercado interno ao longo dos oitocentos, majoritariamente, e à época colonial. Grosso modo, inspirados nestes trabalhos introdutórios

---

<sup>24</sup> LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira...*p.72

<sup>25</sup> FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959

<sup>26</sup> LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira...*p.55-57

<sup>27</sup> CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Trad. Rosa Maria Russovich. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

<sup>28</sup> CARDOSO, Ciro F. S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979

<sup>29</sup> Cf. MOTTA, Márcia M. M. O rural na História do Brasil (dos anos 80 aos trabalhos mais recentes)...p.184-185

<sup>30</sup> KULA, Witold. *Teoria económica do sistema feudal*. Trad. do Carmo Cary. Lisboa: Presença, 1962

<sup>31</sup> VILLAR, Pierre. ¿Economía Campesina? In: \_\_\_\_\_. *Iniciación al vocabulário de analisis histórico*. Ed. Grijalbo, 1980.

da chamada história do mundo rural no Brasil<sup>32</sup>, posicionaram-se na contracorrente historiográfica que destacava a força dos condicionantes externos, incapazes de explicar o atraso industrial e os problemas que persistiam no campo. Assim, buscavam demonstrar os meios pelos quais vigorava uma economia de subsistência nos quadros da escravidão, rompendo de vez com o dualismo brasileiro e o *sentido da colonização*, argumentando que pensar a sociedade brasileira significava centrar-se nas questões internas que explicariam as especificidades do país em comparação a várias e distintas colônias da América luso-espanhola.<sup>33</sup>

Ainda, uma terceira tendência interpretativa pode ser extraída da obra *A revolução burguesa no Brasil*, autoria de Florestan Fernandes.<sup>34</sup> Nesta obra, o autor afirma que a consolidação do capitalismo no Brasil se deu com a reinvenção da aristocracia rural colonialista no contexto político e econômico do século XIX. Para Florestan Fernandes, ao tornarem-se produtores de café com investimentos em negócios diversificados e ativo papel nas cidades, o Brasil viu surgir no século XIX uma burguesia de caráter heteronômico, pois, ao assenhorar-se da ideologia liberal, pregando a autonomia das elites e não da nação, tornou-se submissa e dependente do capital mercantil.

Num momento em que se consolidava o Estado nacional no Brasil as apropriações ideológicas tinham a finalidade instrumental de chamar para si o direito da emancipação colonial. Segundo Florestan Fernandes, mesmo sendo uma apropriação limitada e egoísta, mostrou-se extremamente eficaz, pois justificou e legitimou o lugar das elites na condução da política e na estrutura social. Foi a partir desta assimilação ideológica que se bateram as estacas da dominação senhorial do aparato estatal e do controle sobre as populações pobres, mantendo intactas as bases escravistas e o controle sobre a economia na mão de poucos.<sup>35</sup>

Neste contexto de fundamentação política pela cooptação das elites, subordinação de trabalhadores livres e legítimo monopólio sobre a força do trabalho escravo, a questão fundiária foi tratada de forma omissa, consolidando assim o poder e os interesses das elites rurais. Segundo Roberto Smith, o período compreendido entre os anos de 1822 e 1850, Independência e promulgação da Lei de Terras, respectivamente, é caracterizado pelo

---

<sup>32</sup> Sobres estas tradições interpretativas e as temáticas do mundo rural na historiografia brasileira, ver MOTTA, Márcia M. M. O rural na História do Brasil (dos anos 80 aos trabalhos mais recentes)...

<sup>33</sup> Para uma detalhada revisão bibliográfica destes trabalhos, ver MOTTA, Márcia M. M. O rural na História do Brasil (dos anos 80 aos trabalhos mais recentes)...

<sup>34</sup> FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975

<sup>35</sup> FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: USP, Instituto de Estudos Brasileiros, 1969

adiamento da legitimação da propriedade privada e discriminação das terras públicas, o que poderia gerar conflitos e desestabilizar o poder estatal conquistado a duras penas. Ainda segundo Smith, estas décadas foram marcadas pelo amplo apossamento de terras através do avanço sobre pequenas posses, formando o latifúndio pelo constante deslocamento da fronteira.<sup>36</sup>

Emília Viotti da Costa chama a atenção para as mudanças na relação de exploração fundiária, destacando que a regularização das terras esteve associada ao estágio de desenvolvimento econômico no Brasil.<sup>37</sup> Segundo a autora, neste período, a terra deixava de ter um valor social e simbólico e passava a ser vista como mercadoria, o que possibilitou revitalizar a política de terra e do trabalho, regularizando a propriedade rural e o fornecimento de mão-de-obra. Nesta linha interpretativa, José de Souza Martins afirmou que, nesta conjuntura conectada à dinâmica do capitalismo mundial, assegurou-se a formação da mão-de-obra livre e o crédito imobiliário, pois, títulos de propriedade possibilitaram o desenvolvimento do mercado imobiliário.<sup>38</sup>

Todavia, contrário a estas explicações causais, José Murilo de Carvalho fala no *veto dos barões* à Lei de Terras de 1850.<sup>39</sup> Para este autor, as normas legais falharam em estabelecer limites às propriedades e, portanto, sem legar valor aos títulos de propriedade, fracassaram em dar novo ordenamento a estrutura fundiária. Para José Murilo de Carvalho, na prática a Lei de Terras não pôs por terra a norma da posse pela ocupação. O que se averiguou foi contínuas ocupações de terras devolutas e expulsão dos homens livres e pobres de suas terras.

Márcia Motta, por sua vez, julga exagerada a posição de José Murilo de Carvalho. Compartilha da contestação às teses de Martins e Smith, mas extrapola a leitura feita por aquele autor e destaca os diversos dispositivos legais que foram utilizados por interesses distintos, variando de acordo com cada contexto social.<sup>40</sup> Portanto, para a autora, a Lei de Terras não significou a consumação do processo de absolutização da propriedade fundiária ao extinguir seus valores sociais e simbólicos. Todavia, reordenou conflitos e hierarquias de

---

<sup>36</sup> SMITH, Roberto. *Propriedade da terra e transição: estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense; CNPq, 1990

<sup>37</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia a República: momentos decisivos*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985

<sup>38</sup> MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2013

<sup>39</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

<sup>40</sup> MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Rio de Janeiro, 1998



bases rurais, os quais variaram de acordo com a assimilação regional dos aparelhos estatais que legitimavam a posse.

Infelizmente, os desenvolvimentos metodológicos desta tese pouco se valeram dos citados autores que estudaram a apropriação fundiária no Brasil, seja na Colônia ou no Império. Enquanto José de Souza Martins, José Murilo de Carvalho e Roberto Smith desacreditaram a validade do uso do Registro Paroquial de Terras como uma documentação que responde à perguntas sobre a estrutura agrária brasileira, Márcia Motta, ao propor um fazer historiográfico inovador, no meio termo entre as interpretações destes autores, lançou mão de procedimentos metodológicos fundamentados em uma pobre concepção sobre as potencialidades daquela documentação, utilizada à demasia nesta tese.<sup>41</sup>

Assim, esta pesquisa, pautada nas discussões sobre a apropriação fundiária no Brasil e o longo processo que transformou as estruturas políticas, sociais e econômicas no século XIX, visa fornecer novas feições a esta celeuma instaurada na historiografia brasileira, apropriando-se dos largos avanços que as *humanidades digitais* proporcionaram ao conhecimento histórico. Com isso, esta tese intenta apontar novos caminhos interpretativos que, sem descartar as dinâmicas do desenvolvimento do capitalismo mundial e suas reverberações no Brasil, destacam os ajustamentos teóricos e sociais que justificaram a consolidação das especificidades averiguadas.

A principal inspiração desta pesquisa é a interpretação da sociedade e cultura brasileiras impetrada por Maria Sylvia de Carvalho Franco, principalmente sua crítica à *cultura da dependência*. Aluna e orientanda de Florestan Fernandes, Carvalho Franco dá atenção especial às reinvenções, genuinamente brasileiras, de ideologias e modelos importados, conscientemente adequados aos interesses do estamento senhorial que domina a política, controla a economia e dita as regras da ordem social. Descrente quanto à validade de teorias que associam a história brasileira às temporalidades de um plano progressista de desenvolvimento do capitalismo mundial, as quais, não desvinculam a gênese da sociedade brasileira de relações de causa e consequência com o ambiente exterior, a autora postula que

---

<sup>41</sup> Cabe notar que, fonte de inspiração a esta pesquisa, principalmente na leitura feita sobre os Registros Paroquiais de Terras e nos delineamentos dos procedimentos analíticos traçados, foi o artigo de Marcelo Magalhães Godoy e Pedro Mendes Loureiro, no qual, a partir de robusta leitura sobre o contexto histórico em que promulgou-se a Lei de Terras, a tipologia documental do Registro Paroquial do Terra e as variáveis analíticas ali consignadas, apresentam de forma clara as potencialidades da documentação e a urgência com que a historiografia precisa reler esta fonte histórica. Ver GODOY, Marcelo Magalhães; LOUREIRO, Pedro Mendes. Os registros paroquiais de terra na história e na historiografia – estudo da apropriação fundiária na província de Minas Gerais segundo outra metodologia para o tratamento do primeiro cadastro geral de terras do Brasil. *História Econômica & História das Empresas*. XIII, 1 (2010), p.95-132.

“a *miséria brasileira* não deve ser procurada no empobrecimento de uma cultura importada e que aqui teria perdido os vínculos com a realidade, mas no modo mesmo como a produção teórica se encontra internamente ajustada à estrutura social e política do país.”<sup>42</sup>

Assim sendo, esta pesquisa retomará postulados da historiadora Márcia Motta, principalmente quando alertou para as especificidades regionais na assimilação dos dispositivos legais que garantiam a posse da terra, porém, incentivados por Marcelo Magalhães Godoy e Pedro Mendes Loureiro, usufruindo os potenciais, historicamente preteridos, do Registro Paroquial de Terras.<sup>43</sup> Da mesma forma, não serão desprezadas as interpretações de José de Souza Martins e Roberto Smith quando elucidam que estava em curso um processo de mercantilização da propriedade fundiária, como parte integrante das exigências econômicas à plena entrada do Brasil na dinâmica do capitalismo mundial.<sup>44</sup> Todavia, serão cotejadas pelos escritos de autores que apresentaram a complexidade política que se formou no Brasil no século XIX<sup>45</sup>, o que permite ponderar as dinâmicas relacionais e o jogo de interesses tanto em níveis locais quanto imperiais.

Este tópico pretendeu-se sucinto e assim o foi. Não cabe aqui uma vasta revisão crítica do tema da História Agrária e dos estudos rurais, entretanto, introduziram-se as problemáticas centrais com as quais os historiadores que tratam de contextos agrários e sociedades rurais (o que é o caso deste trabalho) confrontam-se ao traçarem seus objetivos de pesquisa. Assim, este trabalho, ao discorrer as interfaces do compadrio e da posse da terra, cotejando as dinâmicas relacionais e o espaço social decorrente, circundou perguntas acerca do caráter daquela economia e sociedade, se puramente voltada à subsistência ou mercantilizada, todavia, mesmo neste caso, em quais graus de capitalização monetária. Sem, contudo, deixar de lado as hierarquias e estratégias que regiam esta conjuntura em que se formava o Estado no Brasil Imperial, marcado por grandes negociações num contexto de redefinições das normas e conflitos e, não se pode esquecer, lutas por continuidades, que culminaram num longo processo de desagregação do *modus operandi* colonial.<sup>46</sup>

---

<sup>42</sup> FRANCO, M. S. C. As ideias estão no lugar. *Cadernos de Debate*, nº 1, p.61-64, São Paulo: Brasiliense, 1976. p.63

<sup>43</sup> MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder...*; GODOY, Marcelo Magalhães; LOUREIRO, Pedro Mendes. Os registros paroquiais de terra na história e na historiografia...

<sup>44</sup> MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2013; SMITH, Roberto. Propriedade da terra e transição.

<sup>45</sup> CARVALHO, Jose Murilo de. *A construção da ordem...*; GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997; MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. 5ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2004

<sup>46</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial: sua desagregação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 2ª edição. São Paulo: Difel, 1965, Tomo II, vol. 1, p.9-39

## Compadrio, hierarquias e mobilidade social

Nas sociedades europeias da Idade Média, o batismo não era somente o reconhecimento público da criança, mas o seu renascimento espiritual. Este rito sacramental a inseria nos quadros religiosos do catolicismo e lhe dava uma nova família através do parentesco espiritual, quando os padrinhos assumiam, perante a Igreja e a comunidade presente, compromissos de zelar pela vida religiosa do novo afilhado.

Porém, os usos dos laços de parentesco espiritual nem sempre corresponderam aos seus significados religiosos. Como não havia coerência entre o pensamento religioso e a prática social, os significados do compadrio (a relação derivada do parentesco espiritual) extrapolavam a ortodoxia católica e detinham papéis fundamentais no funcionamento das sociedades cristianizadas do passado.

Contudo, não se pode estender indiscriminadamente a importância do parentesco espiritual para todos os séculos anteriores ao seu apogeu na Alta Idade Média. Vale lembrar, o compadrio enquanto uma instituição social tem suas características historicamente determinadas, carecendo de explicações que contextualizem sua emergência nas comunidades cristãs, pois, conforme destacado por Martinho Lutero, não há em toda a Bíblia qualquer referência à noção de parentesco espiritual.<sup>47</sup>

As primeiras referências a padrinhos estão intimamente relacionadas a uma importante mudança ocorrida na ortodoxia católica: a difusão do batismo infantil. Na igreja primitiva<sup>48</sup>, a prática difundida era a do batismo de adultos, oriundo do chamado catecumenato – conjunto de práticas desenvolvidas pela comunidade religiosa, entre o segundo e quarto século, que tinha por objetivo instruir e avaliar a ortodoxia e aceitação dos dogmas religiosos pelos aspirantes à cristandade.<sup>49</sup>

Para ser aceito no catecumenato, fazia-se necessário ser acompanhado por dois “apoiadores” (obrigatoriamente cristãos já batizados e com inquestionáveis práticas religiosas), os quais atestariam perante a comunidade de cristãos a dignidade e as qualidades pessoais do candidato. Após estes períodos de instrução, avaliação e testemunho da fé, que

---

<sup>47</sup> Para uma apurada análise sobre a gênese do parentesco espiritual e do compadrio enquanto uma instituição social, ver LYNCH, J. H. *Godparents and Kinship in Early Medieval Europe*. Princeton: Princeton University Press, 1986.

<sup>48</sup> É chamada igreja primitiva a comunidade cristã estabelecida pelos discípulos e apóstolos que conviveram com Jesus Cristo. Ela é assim referida por ter lançado as bases primordiais do catolicismo que tornar-se-ia a religião oficial do Império Romano.

<sup>49</sup> SIGNORINI, I. *Padrini e compadri: un'analisi antropologica della parentela spirituale*. Turin: Loescher, 1981.

poderiam durar alguns anos, o aspirante era então batizado e por esta cerimônia sancionava-se a sua entrada na comunidade cristã.

Não é claramente definido na história do catolicismo quando o batismo infantil tornou-se prevalente, mas, conforme demonstra Joseph Lynch, Santo Agostinho, no quinto século já o via como a norma sacramental.<sup>50</sup> Independente do momento histórico e do contexto religioso pelo qual passava o catolicismo, o batismo infantil trouxe um impasse ritual e teológico, uma vez que a cerimônia exigia ativa participação e, no mínimo, o uso da fala.

Com a introdução dos padrinhos, descendentes diretos dos antigos “apoiadores”, nomeadamente quem apresentava a criança perante o padre e respondia as perguntas em seu lugar, deste momento em diante, resolveu-se este impasse cerimonial. Por fim, conforme demonstrou Anita Guerreau-Jalabert, este desenvolvimento ritual levou a outro grau de elaboração teológica do sacramento batismal: passou-se a distinguir os pais carnis e os pais espirituais, conseqüentemente, proibem-se os pais de atuarem como padrinhos de seus próprios filhos, imposição sancionada pelo Concílio de Mainz.<sup>51</sup>

A partir deste Concílio, a Igreja Católica reconheceu nos padrinhos de batismo o papel de tutores da educação cristã dos afilhados, de todo modo, prática dividida com os pais da criança. Entretanto, nos séculos subsequentes foi extremamente difícil convencer os padrinhos que deveriam se importar com a educação dos afilhados.<sup>52</sup> Por outro lado, diferenças regionais nos desenvolvimentos históricos específicos do catolicismo, fizeram deste rito uma prática heterogênea com peculiaridades elucidativas acerca de práticas costumeiras, do cotidiano das populações do passado e dos descompassos entre a norma e a prática social.

Como diversos outros aspectos da vida religiosa europeia, o compadrio e o parentesco espiritual também foram afetados pela Reforma Protestante. Tanto Martinho Lutero quanto João Calvino lançaram severas críticas à noção de parentesco espiritual e compadrio, esforçando-se por inovar a teologia cristã e minar práticas que visavam ganhos terrenos (materiais em detrimento aos espirituais). Por sua vez, a Igreja Católica, através do Concílio de Trento, anunciou importantes modificações no sacramento de batismo, reformulando sua ortodoxia em função da crítica protestante, dando início ao movimento chamado de Contra

---

<sup>50</sup> LYNCH, J. H. *Godparents and Kinship in Early Medieval Europe*...p.120

<sup>51</sup> GUERREAU-Jalabert, Anita. *Spiritus et Caritas: le beptême dans la société médiévale*. In: HÉRITIER-AUGÉ, F.; COPET-ROUGIER, É. (eds). *La parenté spirituelle*. Paris: Éditions des Archives Contemporaines, 1995. p.133-203

<sup>52</sup> ALFANI, Guido. *Fathers and Godfathers: spiritual kinship in Early Modern Italy*. Aldershot: Ashgate, 2009

Reforma.<sup>53</sup> Decorrente deste conturbado período da Reforma Protestante e da Contra Reforma católica, qualquer estudo sobre parentesco espiritual e compadrio deve ficar atento a este contexto de intensificação das reformulações teológicas, mas que não impediram o surgimento de outras práticas sociais neste novo cenário religioso.

Guido Alfani, ao analisar o processo que levou às reformas propostas pelo Concílio de Trento e os debates durante os anos do Concílio, detectou que estes foram marcados por conflitos de argumentos sobre mudanças nos costumes já consolidados no cotidiano cristão, o principal deles: número de padrinhos permitidos em cada cerimônia.<sup>54</sup> Porém, apesar de longas discussões e variadas opiniões, reformas radicais foram promulgadas em Trento, sem, contudo, real compreensão da dimensão das consequências sociais que ocasionariam. Ao sancionar que um padrinho era suficiente e no máximo dois, um de cada gênero, eram permitidos, o Concílio de Trento causou uma crise geral nos antigos modelos de compadrio baseados na abundância de padrinhos e madrinhas.

Teoricamente, complexas redes de parentesco espiritual tornaram-se estruturas muito mais simples, as quais foram gradualmente incorporadas às práticas sociais e pouco a pouco assimiladas aos costumes de longa duração enraizados. Porém, diferenças regionais neste processo revelaram novos aspectos que destacavam a importância relacional do compadrio, evidenciando que as mudanças impostas pelo Concílio de Trento eram exógenas, sem ser averiguado um efeito endógeno, ou seja, da perda espontânea de importância desta instituição social, conforme demonstraram Camille Berteau, Vincent Gourdon e Isabelle Robin-Romero, num minucioso estudo de caso realizado em paróquias francesas.<sup>55</sup>

Ao analisar os debates e discussões do Concílio de Trento, Guido Alfani ainda destacou que era clara a intenção de incentivar relações horizontais, dando cabo à antiga busca por fazer com que padrinhos assumissem a responsabilidade da educação cristã e espiritual de seus afilhados<sup>56</sup>, porém, o que se verificou foi uma prática cada vez mais verticalizada.<sup>57</sup> Ao ser permitido a nomeação de um único compadre, o padrinho escolhido geralmente era o mais prestigioso possível, e daí em diante difundiu-se o parentesco espiritual

---

<sup>53</sup> ALFANI, Guido. *Fathers and Godfathers...*

<sup>54</sup> ALFANI, Guido. Dalle pratiche alla norma: il Concilio di Trento e la riforma del padrino in una prospettiva di lungo periodo. *Società e Storia*, v. 108, 2005, p.31-62.

<sup>55</sup> BERTEAU, Camille.; GOURDON, Vincent.; ROBIN-ROMERO, Isabelle. Réseaux sociaux et parrainage: les conséquences de l'application du Concile de Trente dans une paroisse française, Aubervilliers (1552 – 1631). *Obradoiro de Historia Moderna*, v. 19, 2010, p.279-306

<sup>56</sup> ALFANI, Guido. Dalle pratiche alla norma...

<sup>57</sup> LÓPEZ, Antonio Irigoyen. Ecclesiastical godparenthood in Early Modern Murcia. In: ALFANI, G.; GOURDON, V. *Spiritual Kinship in Europe, 1500 – 1900*. New York: Palgrave Macmillan. p.74-95

como forma de criar e reforçar laços clientelares, consequência inesperada dos desígnios promulgados em Trento.<sup>58</sup>

Apesar das consequências imprevisíveis, é inquestionável o sucesso alcançado na imposição de um alto grau de uniformidade na forma como se ministrava e documentava este rito sacramental, o que, segundo John Bossy, culminou no “conformismo paroquial”, alterando a antiga estrutura eclesiástica da Igreja que se definiu por conglomerados de comunidades autônomas.<sup>59</sup> Por fim, este êxito esteve atrelado à busca por maior separação entre os aspectos religiosos e seculares dos sacramentos.

Se não fossem a força das tradições e o enraizamento social de práticas costumeiras, seria imponderável os sucessos obtidos por Trento. Porém, enquanto a Igreja e suas autoridades eclesiásticas viam no compadrio uma função estritamente religiosa e papel ativo na liturgia católica, do ponto de vista da prática social, suas funções atribuídas pela Igreja eram apenas outros dentre os vários significados que o compadrio assimilou.<sup>60</sup> Dada a sua elasticidade<sup>61</sup>, as suas funções simbólicas foram objeto de estudos elementares da antropologia e antropologia histórica, instituindo uma tradição acadêmica questionadora do consenso vigente que o apadrinhamento era uma espécie de adoção da criança, ou a certificação de pais suplementares em casos de necessidade moral e material.<sup>62</sup>

Se estudos de casos mostravam poucas evidências sobre a relevância material do compadrio, esta tradição antropológica de análise dos sentidos simbólicos desta prática social passou a concebê-la como uma vinculação espiritual, na qual a reciprocidade intercessora

---

<sup>58</sup> ALFANI, Guido. *Fathers and Godfathers: Spiritual Kinship in Early Modern Italy*. Aldershot: Ashgate, 2009

<sup>59</sup> BOSSY, John. The Counter-Reformation and the people of Catholic Europe. *Past and Present*, v. 47, 1970, p.51-70.

<sup>60</sup> Karen Spierling reconstrói uma fascinante história da oposição sofrida por João Calvino, na cidade de Genebra, ao esforçar-se em suprimir não só a noção de parentesco espiritual, mas, também os padrinhos, atores que tinham grande importância e prestígio entre os envolvidos. A afeição às práticas sociais era tão grande neste período, especialmente pelo compadrio, que famílias confessadamente reformadas, em secreto, continuaram a batizar seus filhos, por padres católicos, porque acreditavam que o sacramento católico provia a criança de maior proteção espiritual. Segundo a autora, esta contestação às normas calvinistas sugere o quanto o parentesco espiritual e a instituição social dele derivada (compadrio) eram elementos importantes à reprodução social dos cidadãos de Genebra. Tal apontamento reforça a distinção entre a lei e a prática e, especificamente, demonstra que a perda de relevância teológica não implicou, obrigatoriamente, na perda do seu valor social (Ver SPIERLING, Karen. *Infant Baptism in Reformation Geneva*. Aldershot: Ashgate, 2005). Cabe destacar, conforme mostrou Guido Alfani e William Coster, que sob os auspícios da Reforma Protestante foi revogada a ideia de parentesco espiritual e profundamente reformulada a cerimônia de batismo, contudo, o compadrio permaneceu uma instituição relativamente estável (ALFANI, Guido. *Fathers and Godfathers...*; COSTER, W. *Baptism and spiritual kinship in Early Modern England*. Aldershot: Ashgate, 2002)

<sup>61</sup> Os primeiros autores a chamarem atenção para a elasticidade dos significados e práticas a que podiam servir o compadrio foram Sidney Mintz e Eric Wolf, Ver MINTZ, S.; WOLF, E. An analysis of ritual co-parenthood (compadrazgo). *Southwestern Journal of Anthropology*, v. 6, n. 4, 1950, p.341-368

<sup>62</sup> GUERREAU-Jalabert, Anita. Spiritus et Caritas: le beptême dans la société médiévale...

levaria os envolvidos no caminho da salvação de suas almas.<sup>63</sup> Tal visão analítica tem suas bases em crenças difundidas que os afilhados herdavam as virtudes morais dos seus padrinhos. Em algumas regiões, até mesmo a aparência física acreditava-se ser transmitida através do parentesco espiritual.<sup>64</sup> Ainda, Giordana Charuty apresenta um importante estudo sobre superstições e crenças na sociedade católica francesa, na qual detectou que era comum a suposição que a capacidade de falar era herdada no batismo e que erros nos pronunciamentos feitos durante a cerimônia poderiam deixar as crianças com sequelas em seu desenvolvimento cognitivo.<sup>65</sup>

André Burguière, outro autor também engajado nos estudos antropológicos sobre os significados e funções simbólicas do compadrio, mostrou que foi prática difundida a nomeação dos nascituros com o mesmo nome do seu padrinho ou madrinha, pois se acreditava que juntamente ao nome eram legados fatores essenciais à identidade da criança.<sup>66</sup> Dentro desta temática, Louis Perrouas encontrou taxas de 80% a 90% dos nomes herdados pelos padrinhos na província de Limousin na França.<sup>67</sup>

Todavia, esta tradição de pesquisa em torno dos simbolismos que regiam a prática do compadrio não pode preterir os produtos relacionais que imediatamente estabeleciam-se entre pais e padrinhos envolvidos no sacramento de batismo. Conforme demonstraram Guido Alfani e Vincent Gourdon, por meio das relações estabelecidas no batismo, indivíduos e famílias tornavam públicos os seus laços sociais, regidos por uma série de normas que envolviam solidariedade, cooperação e amizade, além do esquecimento de antigas desavenças.<sup>68</sup> Em resumo, como mostrou David Sabeau, o crucial no parentesco espiritual é

---

<sup>63</sup> FINE, Agnès. *Parraines, marraines: la parenté spirituelle en Europe*. Paris: Fayard, 1994

<sup>64</sup> VERNIER, B. *La gènesse sociale des sentiments: Aînés et cadets dans l'île gracque de Karpathos*. Paris: Écoles des hautes études em sciences sociales, 1992.

<sup>65</sup> CHARUTY, G. Le fil de la parole. *Ethnologie française*, v. 15, n. 2, 1985, p.123-151

<sup>66</sup> BURGUIÈRE, André. Um nom pour soi: l'attribution du prénom dans la France ancienne. *L'Homme*, v.20, n.4, p.25-42

<sup>67</sup> PERROUAS, L., et al. *Léonard, Marie, Jean et les autres: Les prénoms en Limousin depuis un millénaire*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1984

<sup>68</sup> Como no casamento, o compadrio também é uma forma de aliança, porém, nesta relação a endogamia social e econômica age com menor rigidez dando um caráter mais flexível a esta prática. Por outro lado, derivado desta flexibilidade surge o seu ponto forte, conforme apresentado por Guido Alfani e Vincent Gourdon: alta capacidade adaptativa às necessidades cotidianas, para as quais não há normas regulatórias às suas resoluções. Ver ALFANI, G.; GOURDON, V. Fêtes du baptême et publicité des réseaux sociaux en Europe occidentale: Grandes tendances de la fin du Moyen âge au XXe siècle. *Annales de démographie historique*, v.1, 2009, p.153-189

sua capacidade de deixar permanentemente aberta uma linha de comunicação entre os envolvidos no rito sacramental.<sup>69</sup>

Esta sua maleabilidade levou a uma variedade de estratégias sociais e escolhas dos compadres sem seguir uma única lógica estruturadora destes laços, mas obedecendo a múltiplas motivações. Deste modo, permitiu tanto escolhas verticais quanto horizontais, ou mesmo a seleção de indivíduos de menor prestígio social dos pais das crianças. Não obstante, em todos os casos eram criados ou reforçados laços econômicos e alianças políticas<sup>70</sup>, ou ainda pacificação de conflitos entre elites dirigentes da vida política de determinadas localidades<sup>71</sup>, o que endossa o seu caráter clientelar, sempre em busca da expansão dos círculos parentais.<sup>72</sup>

Pesquisadores interessados nos efeitos do Concílio de Trento na península Ibérica destacaram que, em finais do século XVI e início do século XVII, havia uma clara tendência em transformar o compadrio num sistema de patronagem.<sup>73</sup> Entre os nobres grandes proprietários de terra, era prática comum o apadrinhamento dos filhos de camponeses assentados em suas terras e também de oficiais do baixo escalão dos quadros administrativos da Coroa, numa clara estratégia de reafirmar publicamente a sua dominação social.<sup>74</sup>

Esta lógica clientelar das relações de compadrio não se restringiu tão somente ao mundo rural. Preocupado com os fenômenos sociais ocasionados pela Revolução Industrial, Cristina Munno analisa as redes de relações interpessoais da população de uma cidade fabril,

---

<sup>69</sup> SABEAN, David Warren. *Property, production, and family in Neckarhausen, 1700-1870*. Cambridge: Cambridge University, 1990

<sup>70</sup> HAAS, Louis. Il Mio Buono Compare: Choosing Godparents and the Uses of Baptismal Kinship in Renaissance Florence. *Journal of Social History*, v. 29, n. 2, 1995, p.341-356

<sup>71</sup> GAUVARD, Claude. Violence citadine et réseaux de solidarité: L'exemple français aux XIVe et XVe siècles. *Annales: Économies, Sociétés, Civilisations*, v.48, n.5, p.1113-1126

<sup>72</sup> Guido Alfani, em estudo sobre a comunidade de Ivrea, na Itália, detectou que nos anos finais do século XVI, apenas 3,4% dos padrinhos escolhidos eram da mesma família consanguínea dos pais da criança (ver ALFANI, G. Spiritul Kinship and the others: Ivrea, XVIth-XVII-th centuries. *Popolazione e Storia*, v.1, 2006, p.57-80), enquanto o já citado trabalho de Camille Berteau, apresenta taxas próximas a 10% de compadrio intrafamiliar encontradas na região de Aubervilliers (ver BERTEAU, Camille.; GOURDON, Vincent.; ROBIN-ROMERO, Isabelle. Réseaux sociaux et parrainage: les consequences de l'application du Concile de Trente dans une paroisse française, Aubervilliers (1552 – 1631). *Obradoiro de Historia Moderna*, v. 19, 2010, p.279-306).

<sup>73</sup> CHACÓN JIMÉNEZ, F. Identidad y parentescos ficticios en la organización social castellana de los siglos XVI y XVII: el ejemplo de Murcia. In: REDONDO, A. *Les parentés fictives en Espagne (XVIe-XVIIe siècles)*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1988. p.37-50. CARVALHO, J.; CAMPOS, R. Interpersonal networks and the archaeology of social structures: using social positioning events to understand social strategies and individual behavior. *XXV Encontro da Associação Portuguesa de História Econômica e Social*. Évora, 2005.

<sup>74</sup> Um minucioso estudo de caso sobre este fenômeno social encontrado na península Ibérica é feito enfocando a localidade de Albacete e seus arredores jurisdicionais ao longo da segunda metade do século XVIII, num período de grande crise econômica e de reformulação das instituições de governança. Ver GARCIA GONZÁLES, F.; GÓMES CARRASCO, C. Parentesco fictício y red social em la España meridional (Albacete, 1750-1808). *Popolazione e Storia*, v.1, 2008, p.35-54



apresentando estudos de caso em que donos de fábricas integraram-se ao contexto social dos seus empregados através do apadrinhamento dos filhos destes, o que acabou por legar aos primeiros maior aceitação entre as classes mais baixas da população e alta capacidade de negociação em situações de conflitos.<sup>75</sup>

Todavia, se ao longo da Época Moderna verificou-se a verticalização das escolhas feitas na pia batismal, não se pode afirmar que as escolhas tiveram sempre este sentido estruturante. Em estudo sobre a comunidade de Ivrea, Guido Alfani, percebeu que alguns migrantes usaram os laços de compadrio para se integrarem na nova localidade, ao passo que mercadores de outras regiões, expandindo mercados para aquela região, traçaram estratégias que fortaleciam os laços entre si, o que criou relações de confiança e bases sólidas para expansão de seus negócios.<sup>76</sup>

Finalmente, retomamos uma crítica já feita, especificamente ao caso brasileiro, ao enfoque exacerbado nas funcionalidades sociais do compadrio e peculiaridades em forjar e reforçar clientelas, o que, segundo Antônio Augusto Arantes Neto, restringe interpretações que englobariam a essência ideológica desta instituição social.<sup>77</sup> Para este autor, a assimetria comumente averiguada nas relações entre pais e padrinhos nos sistemas de compadrio é transformada num novo tipo de assimetria que tem como paradigma a relação de filiação.

Arantes Neto, em seu ensaio analítico, destaca os papéis de pai e padrinho na criação da criança. Ainda que possuam funções complementares, o grau de importância é bem distinto dentro dos dogmas católicos. Portanto, através destes laços de parentesco espiritual, ocorrem trocas morais e materiais que envolvem pais, padrinhos e afilhados ao longo de todo o ciclo de vida da criança, que, quando adulta, poderá suprir materialmente o seu velho padrinho.

Não obstante, como já recorrentemente destacado até aqui, do ponto de vista da prática social, a estruturação dos laços de compadrio não obedeceram à risca a ortodoxia religiosa, o que confere grande importância às pesquisas que buscam a historicidade desta prática (tanto em seus aspectos morais e materiais, quanto as suas funcionalidades práticas e simbólicas), a qual é um vetor interpretativo de contextos históricos específicos.

---

<sup>75</sup> MUNNO, C. Prestige, intégration, parentéle: réseaux de parrainage dans une communauté ouvrière de Vénétie (1834-1854). *Annales de Démographie Historique*, v.1, 2005, p.95-130

<sup>76</sup> ALFANI, Guido. Immigrants and formalization of social ties in Early Modern Italy: Ivrea in the sixteenth and seventeenth centuries. In: ALFANI, G.; GOURDON, V. *Spiritual Kinship in Europe, 1500 – 1900*. New York: Palgrave Macmillan. p.47-73

<sup>77</sup> ARANTES NETO, Antônio A. *A Sagrada Família – uma análise estrutural do compadrio*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1975. p.22

No Brasil, antes da reformulação que a demografia histórica causou no campo da história da família, o compadrio, enquanto um objeto de pesquisa por si só, era inconcebível por autores que estavam preocupados com a reflexão acerca das bases patriarcais da sociedade e da política brasileiras. De um modo geral, apresentavam o compadrio em suas matrizes folclóricas de sustentação das hierarquias e reprodução de clientelas.<sup>78</sup>

Com a demografia histórica, novas questões foram lançadas sobre tipologias documentais já conhecidas da historiografia brasileira, todavia, neste momento, não era mais incontestável o caráter patriarcal e a conseqüente solidariedade inerentes à formação social do brasileiro, promulgada pelas antigas gerações de pensadores do Brasil.<sup>79</sup> Do novo fôlego que estes estudos forneciam à historiografia brasileira, outras fontes foram sendo incorporados aos trabalhos de pesquisa: inventários, testamentos, processos crimes, de divórcio e legitimação, o que possibilitou o surgimento de trabalhos que repensavam a natureza social do Brasil contrapondo-se a postulados que se perpetuavam por gerações.<sup>80</sup>

Desde o trabalho pioneiro de Stephen Gudeman e Stuart Schwartz sobre o compadrio entre escravos na Bahia, a produção historiográfica brasileira tem experimentado um importante crescimento acerca do tema.<sup>81</sup> Inicialmente, especial atenção foi dada ao compadrio entre escravos, mas, mesmo assim, em alguns trabalhos pode-se perceber o esboço de disposições interpretativas gerais que extrapolam o mundo dos escravos e ensaiam conclusões que fogem ao âmbito do compadrio.<sup>82</sup> Grosso modo, o que se percebe é o enfoque

---

<sup>78</sup> Destacam-se como referências basilares desta tradição interpretativa, autor como Alcântara Machado, Oliveira Vianna e Gilberto Freyre. MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil: história, organização, psicologia*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987. FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.

<sup>79</sup> Sobre esta introdução da demografia histórica na historiografia brasileira e os caminhos da História da Família, ver SCOTT, Ana Sílvia V. As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil. *História: Questões e Debates*, v. 51, 2009, p. 13-29. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/view/19983/13277>, acessado em 04/11/2014; SOUZA, Candice Vidal e; BOTELHO, Tarcísio R. Modelos nacionais e regionais de família no pensamento social brasileiro. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n.2, 2001, p. 414-432. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104026X2001000200006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2001000200006&lng=pt&nrm=iso), acessado em 04/11/2014.

<sup>80</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. A família no Brasil: história e historiografia. *História Revista*, Goiânia, II (2), p. 7-21, jul./dez. 1997.

<sup>81</sup> GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart B. Cleansing original sin: godparenthood and the baptism of slaves in Eighteenth-century Bahia. In: SMITH, R. T. (Ed.). *Kinship ideology and practice in Latin America*. Chapel Hill; London: The University of North Carolina Press, 1984.

<sup>82</sup> BOTELHO. Tarcísio Rodrigues. Batismo e compadrio de escravos: Montes Claros (MG), século XIX. *LOCUS: Revista de História*, Juiz de Fora, vol. 3, nº 1. 1997. p.108-115. FARIA, Sheila Siqueira de Castro. Família escrava e legitimidade: estratégias de preservação da autonomia. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n.23, dez. 1992; FERREIRA, Roberto Guedes. O parentesco ritual na freguesia de São José do Rio de Janeiro. *Sesmaria Revista do NEHPS*. Faculdade de Filosofia de Campo Grande, 01, ano 1, 2001. FLORENTINO,

em aspectos políticos presentes no parentesco espiritual, que orbitam em torno da ideia de uma sociedade estamental, cujo princípio hierarquizante de sua estrutura era o prestígio social, e de uma observação coerente do sujeito histórico como agente capaz de negociar e mobilizar recursos para alavancar sua posição social. Esta tendência interpretativa consagrou-se com a disseminação dos postulados teóricos do já citado *Antigo Regime nos Trópicos*, preocupado em reafirmar as práticas costumeiras que historicamente constituíram as desigualdades sociais brasileiras.<sup>83</sup>

Uma segunda linha interpretativa que o tema do compadrio balizou no campo historiográfico brasileiro foi a ideia de rede social, efeito incontornável do tipo de relação que esta instituição social estabelece (laços de parentesco), que induzem o historiador a pensar em formação de redes. Renato Pinto Venâncio, Maria José Ferro de Sousa e Maria Teresa Gonçalves Pereira, ao examinarem os diferentes padrões dos laços de parentesco espiritual de quatro importantes membros da elite política de Vila Rica no século XVIII, averiguaram uma forte hierarquização social que se reproduzia quanto maior fosse o cargo administrativo do compadre, bem como constataram “redes de compadrio” que davam acesso indireto da população liberta ao Governador D. Luis da Cunha Meneses, autoridade máxima na capitania de Minas Gerais no período estudado.<sup>84</sup> Porém, o uso da noção de redes sociais neste trabalho é apenas ilustrativo do quadro social de múltiplas relações que se inter cruzavam averiguado pelos pesquisadores, sem, contudo, haver um esforço em formalizar a análise destas redes sociais.

---

Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. GÓES, José Roberto. *O cativo imperfeito: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*. Vitória – ES: Lineart, 1993. KJERFVE, T. M. G. N.; BRÜGGER, S. M. J. Compadrio: relação social e libertação espiritual em sociedades escravistas (Campos, 1754-1766). *Estudos Afro-Asiáticos*, 20, Junho de 1990. NEVES, M. de F. R. das. Ampliando a família escrava: o compadrio de escravos em São Paulo no século XIX. IN: NADALIN, S. O.; MARCÍLIO, M. L. (Orgs.) *História e população: estudos sobre a América Latina*, São Paulo: ABEP, IUSSP, CELADE, Fundação SEADE, 1990. SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: Edusc, 2001. SLENES, Robert W. *Na Senzala, uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

<sup>83</sup> Dentro desta tendência interpretativa, citam-se os trabalhos de Mônica Ribeiro de Oliveira e Silvia Maria Jardim Brügger. A primeira, ao analisar o comportamento social da elite agrária do município de Santo Antônio do Paraibuna na Zona da Mata Mineira, mostra como o compadrio era utilizado como uma estratégia de aproximação entre pessoas e possibilitava a redistribuição do prestígio dos mais abastados para os menos abastados, solidificando, assim, alianças entre famílias e o lugar social de cada uma delas na hierarquia vigente. A segunda mostra que o compadrio, para todos os grupos sociais, constituía uma “aliança para cima”, sendo os padrinhos situados em patamares sociais superiores da hierarquia social em relação aos pais do batizando, portanto, uma importante chave para se desvelar os mecanismos de manutenção das hierarquias excludentes. Ver OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira 1780-1870*. Bauru: EDUSC, 2005. BRÜGGER, Silvia M.J. *Minas patriarcal: família e sociedade*, São João Del Rei, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2007.

<sup>84</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto; SOUSA, Maria José Ferro de; PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. O compadre governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, n. 52, p.273-294, 2006.

Pesquisas preocupadas com a formação das redes e categorização de suas estruturas relacionais, tendo por base as formalizações metodológicas da Análise de Redes Sociais, ainda são incipientes na historiografia brasileira. Todavia, bons artigos já se encontram publicados e servem de inspiração não só pelo cuidado metodológico em refletir a natureza relacional das redes sociais de compadrio, como também por problematizarem as mesmas em seus contextos regionais específicos.<sup>85</sup>

Assim, este trabalho pauta-se pela hipótese do compadrio enquanto uma prática social com inscrição espacial. Portanto, não só o seu simbolismo e o prestígio social através dele transmitido, ou ainda, suas funções práticas e materiais capazes de alavancar posicionamentos na estrutura social são objetos desta pesquisa. O interesse primário recai na intercessão entre estas duas faces de uma mesma relação social, a qual se acredita poder perceber através da problematização da formação do espaço e da verticalização regional de uma prática social. Deste modo, pode-se dizer que, teoricamente, este trabalho resume-se em duas dimensões sociais, compadrio e espaço, indissociáveis em sua interpretação histórica.

## **Redes Sociais, História do Espaço e História da Família**

Ao longo de todo o processo de pesquisa e escrita, alguns aportes teóricos foram elementares, a saber: o conceito de *redes sociais*, os avanços recentes da chamada *história do espaço* e as formulações teóricas e metodológicas da *história da família*. Enquanto os dois primeiros, no Brasil, carecem de estudos de grande relevância que venham fazer progredir e elucidar as suas potenciais contribuições à historiografia brasileira, a história da família já é um campo de pesquisa bem estruturado, com variadas temáticas, dimensões teóricas e possibilidades metodológicas.<sup>86</sup>

---

<sup>85</sup> ANDRADE, M. R.; LEMOS, G. Terra de compadres: família e enraizamento social na freguesia de Guarapiranga, Séculos XVIII e XIX. In: BOTELHO, T. R.; ANDRADE, M. R.; LEMOS, G. (Orgs.) *Redes sociais e história*. Belo Horizonte: Veredas&Cenários, 2013. p.19-50. FARINATTI, Luís Augusto; VARGAS, Jonas Moreira. Elites regionais, guerra e compadrio: a família Ribeiro de Almeida e suas redes de relações (Rio Grande do Sul, c. 1816-c. 1844). *Topoi*. Revista de História, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 389-413, jul./dez. 2014. ANDRADE, Mateus R. Da senzala à capela. Compadrio, redes sociais e algumas considerações sobre o lugar social de ‘pardos livres’ nas Minas Gerais oitocentistas. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, v.7, n.14, 2015, p.78-99

<sup>86</sup> Para uma discussão mais detida nos conceitos de família e nos temas de pesquisa daí derivados, ver: ARIÉS, Philippe. Da família medieval à família moderna. In: \_\_\_\_\_. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981. p. 225-271; ROWLAND, Robert. Alcance e limitação da história da família. In: \_\_\_\_\_. *População, família, sociedade: Portugal, séculos XIX-XX*. Oeiras: Celta, 1997. p. 1-11; CASEY, James. *A história da família*. São Paulo: Ática, 1992; LASLETT, Peter. Introduction: the history of the family. In: LASLETT, Peter, WALL, Richard (orgs.). *Household and family in past time*. Cambridge: Cambridge University Press, 1972; LASLETT, Peter. Family and household as work group and kin group: areas of traditional Europe compared. In: WALL, R., LASLETT, P., ROBIN, J. (Eds.). *Family forms in historic Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983. p. 513-563. Para uma revisão bibliográfica sobre a família na historiografia e no pensamento social brasileiro, ver: SAMARA, Eni de Mesquita. *A família no Brasil: história e*

A noção de redes sociais vem de uma longa tradição teórica nas ciências humanas e sociais que postula a interdependência entre atores sociais. Para Georg Simmel, a sociedade não é um aglomerado de homens; constitui-se da reciprocidade relacional entre eles. Gerados por inúmeros motivos e interesses, estes vínculos mútuos determinam naturezas diversas de associações, que em última instância constituem o objeto da sociologia.<sup>87</sup> Derivados dos pressupostos da sociologia de Georg Simmel, não foram poucos os autores que procuraram transcender a dicotomia entre indivíduo e sociedade imposta pelo funcionalismo, o qual colocou a estrutura social e a agência individual em combatente oposição, ou como se a um fosse possível reproduzir-se apartado do outro. De modo dinâmico, vários autores, contrários às supracitadas dicotomias, articularam análises estruturais que levassem em consideração as ações pessoais.

Tal articulação passa por incorporar uma perspectiva em que as relações sociais tornam-se visíveis a partir dos nós que unem os indivíduos. Esse é também o foco da chamada análise de redes sociais, embora nesse caso específico ela se origine de uma preocupação em formalizar cada vez mais a natureza do que seria a teia de relações sociais.<sup>88</sup>

A partir dos trabalhos de sociometria desenvolvidos por Jacob L. Moreno na década de 1930, que quantificou as interações entre indivíduos, e da análise situacional de John Barnes, que estudou as diferenças relacionais a despeito das desigualdades sociais, formalizam-se teórica e metodologicamente estudos centrados na noção de redes sociais, pautados no método da Análise de Redes Sociais, que, sem negar os atributos individuais ou grupais, destacavam as possibilidades de interpretação social a partir da fluidez das características relacionais.<sup>89</sup>

Fábio Faria Mendes afirma que, apesar de não se constituir numa teoria social, algumas premissas delimitam a utilização da Análise de Redes Sociais na pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. Segundo ele, “o pressuposto básico é que atores e suas ações são

---

historiografia. *História Revista*, Goiânia, II (2), p. 7-21, jul./dez. 1997; SOUZA, Candice Vidal e; BOTELHO, Tarcísio R. Modelos nacionais e regionais de família no pensamento social brasileiro. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n.2, p. 414-432, 2001; NADALIN, Sérgio O. . A população no passado colonial brasileiro: mobilidade versus estabilidade. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 4, n.7, p. 222-275, 2003; SCOTT, Ana Sílvia V. As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil. *História: Questões e Debates*, v. 51, p. 13-29, 2009.

<sup>87</sup> SIMMEL, Georg. O campo da sociologia. In: MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 79-86.

<sup>88</sup> BOTELHO, Tarcísio R.; ANDRADE, Mateus R.; LEMOS, Gusthavo. Introdução Geral. In: BOTELHO, Tarcísio R.; ANDRADE, Mateus R.; LEMOS, Gusthavo. (Orgs.) *Redes sociais e história*. Belo Horizonte: Veredas&Cenários, 2013. p.9

<sup>89</sup> MORENO, J.L. *Who shall survive? Foundations of sociometry, group psychotherapy and sociodrama*. New York: Beacon Press, 1934; BARNES, J.A. Class and committees in a Norwegian Island Parish. *Human Relations*, 7: 39-58, 1954.

interdependentes, e que os diversos tipos e configurações de laços em que os atores estão imersos são canais para fluxos de recursos materiais, informacionais e sociais.”<sup>90</sup>

Deste modo, a Análise de Redes Sociais permite explicar padrões em nível macro, “não simplesmente como um grande número de pessoas que atuam de forma semelhante porque elas são semelhantes, mas como um grande número de pessoas que atuam umas sobre as outras conformando ações que criam resultados particulares”.<sup>91</sup> Além disso, ainda possibilita repensar a inclusão de indivíduos em grupos com níveis diferentes e, assim, diversas oportunidades, constrangimentos e influências proporcionadas pela inserção ao grupo. Dadas estas possibilidades, apresenta-se muito profícua a aplicação da Análise de Redes Sociais em estudos históricos, desde os devidos cuidados no manejo de dados e atentando-se às possíveis simplificações.<sup>92</sup>

Sobre a história do espaço, é importante salientar que esta reaproximação entre a história e alguns conceitos básicos da geografia – espaço, lugar, território e fronteira –, se dá num contexto em que várias áreas das ciências humanas têm se voltado a uma orientação espacial na formulação de seus objetos e problemas de pesquisa.<sup>93</sup> Nesta *virada espacial*, tem-se reclamado o espaço como uma construção social relevante para a compreensão de diferentes fenômenos culturais da experiência humana. Em suma, o pressuposto principal, ao se defender a problematização de conceitos geográficos, não é pelo simples fato de tudo se desenvolver num espaço, mas porque onde a vida social se desenvolve é um elemento chave para saber como e por que ela se desenvolve.<sup>94</sup>

Porém, sem adentrar-se nos meandros filosóficos a qual esta virada espacial pertence, este trabalho se volta à história enquanto uma ciência, ou, na máxima de Marc Bloch, uma ciência dos homens no tempo<sup>95</sup>, para refletir como uma noção crítica e problematizada do espaço é essencial ao bom desenvolvimento de qualquer pesquisa histórica que se pautem em processos de reprodução social. Apesar de Marc Bloch não ter completado a frase neste

---

<sup>90</sup> MENDES, F. F. Família, História e redes sociais. IN: BOTELHO, T. R. LEEUWEN, M. H. D. (Orgs.) *História Social: perspectivas metodológicas*. Belo Horizonte: Veredas&Cenários, 2012, p.45

<sup>91</sup> BOTELHO, Tarcísio R.; ANDRADE, Mateus R.; LEMOS, Gustavo. Introdução geral... p.11

<sup>92</sup> GIL, Tiago Luís. Elites locais e suas bases sociais na América Portuguesa: uma tentativa de aplicação da social network analysis. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Vol. 3 Nº 6, Dezembro de 2011. p.82-96.

<sup>93</sup> WARF, Barney; ARIAS, Santa. Introduction: the reinsertion of space into the social sciences and humanities. In: WARF, Barney; ARIAS, Santa (Eds.). *The Spatial Turn: Interdisciplinary Perspectives*. Routledge, 2009.

<sup>94</sup> ETHINGTON, Philip J. Placing the Past: Groundwork for a Spatial Theory of History. *Rethinking History*, v.11, n.4, p.463-530, December 2007.

<sup>95</sup> BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História, ou, O ofício do historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

manuscrito que virou obra póstuma, claro estava – através da leitura das obras que produzira em vida –, que para ele, a História é o estudo do homem no tempo e no espaço.<sup>96</sup> Nas palavras de José D’Assunção Barros, “as ações e transformações que afetam aquela vida humana que pode ser historicamente considerada dão-se em um espaço que muitas vezes é um espaço geográfico ou político, e que, sobretudo, sempre e necessariamente constituir-se-á em espaço social”.<sup>97</sup>

Fernand Braudel, classicamente conhecido como um dos sucessores de Marc Bloch e Lucien Febvre na condução da chamada *Escola do Annales*<sup>98</sup>, é também um dos primeiros historiadores a introduzir o espaço em suas análises como objeto de estudo e não somente como palco das ações e do agir histórico. Em sua principal obra, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*, ele fundamenta o procedimento de se estabelecer como ponto de partida da análise historiográfica o espaço geográfico.<sup>99</sup>

A corrente geográfica que influenciou a produção historiográfica de Braudel, encabeçada pelo geógrafo Vidal de La Blache, surgiu em oposição à outra escola geográfica, assumidamente determinista<sup>100</sup>, franca defensora da influência linear do meio sobre o destino humano.<sup>101</sup> Trabalhando com a ideia de um possibilismo geográfico, La Blache colocou o meio geográfico no centro da análise da vida humana, buscando enfatizar as diversas possibilidades de respostas dadas pelos seres humanos diante dos desafios do meio. Certamente o historiador Fernand Braudel bebeu desta fonte de possibilidades e alternativas de compreensão da relação estabelecida entre o sujeito e o seu ambiente, porém, suas análises oscilaram entre a ideia de que o meio determina o homem e a de que estes transformam o seu meio de maneira a torná-lo em sua base de reprodução social, findando na realização de uma espacialização da temporalidade.

---

<sup>96</sup> Vide por exemplo a obra BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *La historia rural francesa: caracteres originales*. Barcelona: Critica, 1978, na qual o autor explicita como a compreensão da relação homem-terra, em outras palavras, dos homens com o seu meio físico, na história rural francesa conforma espectros da economia e sociedade daquela população.

<sup>97</sup> BARROS, José D’Assunção. História, espaço e tempo: interações necessárias. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.460-476, Jul./Dez. 2006.

<sup>98</sup> BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. Trad. Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

<sup>99</sup> BRAUDEL, Fernand. *La Mediterranee et le monde mediterraneen a l'epoque de Philippe II*. 9. ed. Paris: Armand Colin, 1990. 3v

<sup>100</sup> Esta chamada escola do determinismo geográfico tem como um dos seus maiores expoentes, o geógrafo alemão Friedrich Ratzel. Ver RATZEL, Friedrich; MORAES, Antonio Carlos Robert.; FERNANDES, Florestan. *Ratzel: geografia*. São Paulo: Ática, 1990.

<sup>101</sup> BARROS, José D’Assunção. História, espaço e tempo... p.466

A despeito do bom uso feito por Braudel deste modelo *lablachiano*, muitos historiadores valeram-se de suas premissas para a realização de monografias de estudos de histórias locais, lançando mão de um conceito não operacional de região. Nestes estudos, “as regiões vinham definidas previamente, como que estabelecidas de uma vez por todas, e bastava o historiador ou o geógrafo escolher a sua para depois trabalhar nela com suas problematizações específicas”.<sup>102</sup> Assim, comumente, foi-se deixando encoberto a questão essencial de que qualquer delimitação espacial é sempre arbitrária, perdendo de vista sua historicidade, o que implica no risco de deixar escapar uma série de objetos historiográficos que não se ajustam a estes limites previamente estabelecidos.<sup>103</sup>

Importante crítica à obra de Vidal de La Blache é proferida por Yves Lacoste, geógrafo francês, ao sustentar que é essencial à geografia reconhecer *espacialidades diferenciais*, as quais possuem significados diversos e cujos limites se recortam e se superpõem. De acordo com o autor, a noção de espacialidades superpostas traz à tona a realidade vivida, deixando de lado o espaço encerrado em regiões administrativamente definidas, conforme aparecem nos mapas.

Durval Muniz de Albuquerque Júnior nos esclarece que os historiadores, acostumados a uma noção de espaço metafísico kantiano, tem recorrentemente negligenciado o mesmo como dimensão constituinte dos próprios eventos históricos. Ainda que muitos trabalhos historiográficos se autodenominem estudos de história regional, Albuquerque Júnior, criticamente, escreve que nestas pesquisas “a história da região seria o que teria acontecido no interior de seus limites, não a história da constituição destes limites”.<sup>104</sup> Segundo ele, este descaso com a região se dá porque os historiadores são “formados numa tradição historiográfica em que o espaço é pensado como o lugar da imobilidade, como a garantia da própria perpetuação das memórias, que se inscreveriam em suportes espaciais para ganharem durabilidade, permanência, para garantirem sua monumentalização”.<sup>105</sup>

Distinção importante é feita por Claude Raffestin entre espaço e território. Para ele, o primeiro antecede o segundo, pois, “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela

---

<sup>102</sup> BARROS, José D´Assunção. História, espaço e tempo... p.471

<sup>103</sup> GOUBERT, Pierre. História Local. *História e Perspectivas*, Uberlândia, nº 6, p.45-67, Jan./Jun. 1992.

<sup>104</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras*, Dourados. MS, v. 10, n. 17, p.55-67, Jan./Jun. 2008. p.55

<sup>105</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O objeto em fuga... p.57



representação), o ator 'territorializa' o espaço".<sup>106</sup> Deste modo, perceber a territorialidade transferida ao espaço, ou o espaço vivido transferido ao ato de territorializar, torna-se um esforço basilar na tentativa de se compreender as estratégias e o corpus da ação e atividade humana. Por fim, para Raffestin, demarcar um território é, em última instância, demarcar um espaço de poder.

A este respeito, cabe mencionar aqui que para Michel Foucault não há espaços de poder que não sejam imediatamente espaços de saber, assim, a região é fruto dos saberes e discursos que a constituíram.<sup>107</sup> Por conseguinte, para Albuquerque Júnior, “fazer história da região é cartografar as linhas de força, o diagrama de poderes que conformam, sustentam, movimentam e dão sentido a um dado recorte regional”.<sup>108</sup>

Finalmente, corroboramos com a ideia posta por José D´Assunção Barros, ao propor a combinação das teorizações de Lacoste e Raffestin, de se pensar em territorialidades superpostas, pois, conforme escreve o autor,

em sua realidade vivida, os seres humanos – e de formas extremamente complexas – estão constantemente se apropriando do espaço sobre o qual vivem e estabelecem suas diversificadas atividades e relações sociais. Um mesmo homem, no seu agir cotidiano e na sua correlação com outros homens, vai produzindo territórios que apresentam maior ou menor durabilidade. Ao se apropriar de determinado espaço e transformá-lo em sua propriedade – seja através de um gesto de posse ou de um ato de compra em um sistema onde as propriedades já estão constituídas – um sujeito humano define ou redefine um território.<sup>109</sup>

Assim, compreender qualquer processo de reprodução social tem de se mover no sentido da análise sobre como se deu a produção social do espaço por aquele indivíduo, grupo ou comunidade. Para Albuquerque Júnior, a relevância deste tipo de problematização é crucial, pois “somos seres territoriais desde as mais recriadas formas de organização social humana. O espaço, a habitação de um lugar, a prática de um lugar, a defesa de um espaço, a implantação espacial vem sendo uma característica da espécie humana. Vivemos espaços e sonhamos com espaços”.<sup>110</sup> Em suma, deve-se ter em alta conta a noção de região como um produto de operações de dotação de sentido, da busca por organizar o mundo, por ordená-lo, esquadrihá-lo, classificá-lo e dominá-lo. Sendo assim, nesta pesquisa, ao trabalhar-se com o conceito de região traça-se, conforme sugere Albuquerque Júnior, o procedimento da desconstrução, suspeitando de sua existência naturalizada, contrapondo-se a qualquer

---

<sup>106</sup> RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: 1993. p.143

<sup>107</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 10.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992

<sup>108</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O objeto em fuga...p.58

<sup>109</sup> BARROS, José D´Assunção. História, espaço e tempo... p.474

<sup>110</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O Objeto em fuga...p.62

cristalização do regional, tomando-o como espaço de experiências aberto a um vasto horizonte de possibilidades.

No que diz respeito ao tema da história da família, trata-se a mesma por diferentes perspectivas: como locus de tensões; com dinâmicas próprias que lhe conferem importância na compreensão da sociedade em que se insere. Deste modo, este trabalho situa-se num longo caminho de enfoque dado à família – da Antropologia Social a profícuos estudos nos campos da História – que nas últimas décadas tem ganhado especial atenção em função das mudanças recentes percebidas na estrutura e função da mesma, a saber: aumento na taxa de divórcio, de famílias monoparentais, da participação das mulheres, especialmente mães, no mercado de trabalho.<sup>111</sup>

Estes elementos têm sido a base de discussão da chamada Segunda Transição Demográfica<sup>112</sup>, que, não só preocupada com os componentes da dinâmica demográfica, tem-se voltado a repensar as diferenças de comportamento em relação à formação familiar. Por exemplo, os arranjos familiares e o aumento da coabitação são temas recorrentes nesta discussão, a qual postula que estes podem estar relacionados aos casamentos tardios e à passagem, mais lenta, para a vida adulta.<sup>113</sup> Neste ínterim, o gradiente familiar e o seu efeito intergeracional, histórico por natureza, ganhou notoriedade nos estudos recentes sobre a demografia, trazendo à tona a historicidade da função e do papel da família no desenvolvimento social.

Contudo, a família nem sempre foi vista como uma instituição passível de análise em si mesma, o que se deu, em grande parte, devido a uma interpretação da mesma como um componente tácito das sociedades. Esta conjuntura começou a modificar-se, segundo Robert Rowland, quando os antropólogos, no contexto de estudo de sociedades exóticas, constataram que “as categorias do sistema de parentesco não correspondem diretamente às relações de parentesco biológico entre as pessoas”.<sup>114</sup> A partir daí, pautaram na agenda de pesquisa uma

---

<sup>111</sup> TOMÁS, Maria Carolina. Reviewing family studies: a brief comment on selected topics. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p.171-198, jan./jun. 2013.

<sup>112</sup> Em resumo, é chamado de Transição Demográfica o momento em que primeiro houve uma queda nas taxas de mortalidade associada com uma queda posterior nas taxas de fecundidade. Em primeiro lugar, tal processo é capaz de dar conta da explicação do drástico aumento populacional averiguado nos últimos 200 anos e daí descrever a transformação de uma sociedade pré-industrial para uma dita pós-industrial. A chamada Segunda Transição Demográfica, seria o estágio vivenciado atualmente, que, além de uma manutenção das baixas taxas de fecundidade e mortalidade, associa-se ao envelhecimento populacional, decorrente de melhores índices na qualidade de vida.

<sup>113</sup> LESTHAEGHE, Ron J. Second Demographic Transition. In: RITZER, G. (ed.). *Encyclopedia of Sociology*. Blackwell, 2007, p.4123-4127.

<sup>114</sup> ROWLAND, Robert. Alcance e limitação da história da família. In: \_\_\_\_\_. *População, família, sociedade: Portugal, séculos XIX-XX*. Oeiras: Celta, 1997. p. 2

noção problematizadora do que viria ser a família, guiados pela pergunta: o que congregava aqueles indivíduos em torno do domicílio onde residiam? Foi neste cenário de estudos que tinham por objeto as relações familiares, que as mesmas desfrutaram de maior destaque e abrangência.

O destaque à plurifuncionalidade do domicílio como indício da complexidade social, unificada ao desenvolvimento de métodos e técnicas específicas da demografia histórica, resultou em variadas possibilidades de pesquisas das diversas formas de organização familiar em diferentes espaços e tempos.<sup>115</sup> Entretanto, no Brasil o estudo da família em perspectiva histórica possui sua própria história, uma trajetória de pesquisa ao longo do século XX com variados temas e abordagens, que antecedem as formalizações e avanços metodológicos trazidos pelo advento do *método de reconstituição de famílias*<sup>116</sup>, que ainda hoje detêm papel central no campo de pesquisa. Assim sendo, convém retomarmos, resumidamente, esta trajetória de tão importante tema na historiografia brasileira atual.

A centralidade da família remonta ao período colonial, quando o parentesco era a principal base da organização política e econômica. No século XIX, durante um período em que ainda era pouco presente o Estado institucionalizado, a família moveu-se como o ator político e economicamente dominante. Entretanto, ainda que abastadas famílias buscassem a manutenção de seu prestígio através do poder político-administrativo, internamente a elas principiava-se um longo processo de ruptura com uma lógica social reinante até então. Primeiramente como consequência da mudança da base econômica e produtiva e do papel do

---

<sup>115</sup> Sobre as técnicas de pesquisa e o desenvolvimento da demografia histórica, ver HENRY, Louis. *Técnicas de análise em demografia histórica*. Lisboa: Gradiva, 1988; NADALIN, S. O. *A demografia numa perspectiva histórica*. Belo Horizonte: Associação Nacional de Estudos Populacionais, 1994. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/textosdidaticos/tdv02.pdf>

<sup>116</sup> Apesar deste método não se aplicar *ipsis litteris* ao contexto brasileiro, dada a (in)disponibilidade, má qualidade ou pouca quantidade serial de registros paroquiais, Maria Luíza Marcílio, tendo se doutorado com o fundador desta metodologia (o demógrafo francês, Louis Henry) tentou aplicá-lo em seus estudos e, mesmo conhecendo os diversos impecilhos na replicação do *método* às paróquias brasileiras, orientou e influenciou diversos trabalhos que tiveram como ponto de partida os procedimentos formais desta metodologia e, frente às suas intempéries, criativamente, arrolaram outros tipos documentais para além dos registros paroquiais. Ver MARCÍLIO, Maria Luíza. *Caiçara: terra e população*. São Paulo: Paulinas, CEDHAL, 1986; VENÂNCIO, Renato Pinto. *Infância sem destino: o abandono de crianças no Rio de Janeiro do século XVIII*. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1988; SCOTT, Ana Sílvia Volpi. *Dinâmica familiar da elite paulista (1765-1836)*. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1987; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855*. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1987; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Família e sociedade em uma economia de abastecimento interno (Sorocaba, séculos XVIII e XIX)*. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1995.

domicílio neste processo; segundo, em função da crescente ênfase ideológica do individualismo que passou a vigorar nas relações afetivas dos membros de uma família.<sup>117</sup>

Assim, através da lente das relações familiares, o pesquisador tem um bom *corpus* analítico das relações entre grupos, do trabalho doméstico, das relações de gênero, da escravidão etc. A família tinha um importante papel social e em seu seio geriam-se complexas relações, através das quais a política, a história agrária e os seus empreendimentos tomam forma e contexto, deixando de lado a ideia de que são fenômenos impessoais.<sup>118</sup>

Gilberto Freyre foi o primeiro estudioso a chamar a atenção para a importância do enfoque à família para se compreender a formação do Brasil. Segundo ele, foi a família, não o indivíduo, o Estado ou a Igreja, a principal instituição colonizadora do Brasil. Em seu seio geriu-se o capital desbravador, empreendeu-se fazendas produtoras de cana-de-açúcar, delineou-se os rumos do tráfico transatlântico de escravos, transformando toda esta empresa na principal força social da colonização e desdobrando sua influência em capital político, constituindo-se na principal aristocracia colonial das Américas.<sup>119</sup>

Outros autores, antecessores de Gilberto Freyre, como Oliveira Vianna e Alcântara Machado, também destacaram a família como importante ator no processo de formação da sociedade brasileira.<sup>120</sup> Não obstante, assim como Gilberto Freyre, pautaram-se nos processos de produção e reprodução do poder, cerceando a atuação da família e as suas funções sociais, sem ainda se adentrar nas dinâmicas internas da família, suas estruturas e estratégias de reprodução social.

Esta tríade foi a base de sustentação – seja como referência interpretativa ou como objeto de contestação – dos trabalhos que nos anos 1950 e 1960 já demonstravam uma preocupação com os aspectos de classe e com as mudanças que ocorriam na sociedade brasileira com o passar do tempo, além de ponderarem as características regionais. Nestas décadas, autores como Antônio Cândido, Emílio Willems, Donald Pierson, Oracy Nogueira, Thales de Azevedo e Charles Wagley ainda evidenciavam os poderes locais e as parentelas, porém, dando especial atenção às bases patriarcais da sociedade brasileira, avançaram no

---

<sup>117</sup> NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600 – 1900*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001

<sup>118</sup> KUZNESOF, Elizabeth; OPPENHEIMER, Robert. The family and society in nineteenth-century Latin America: an historiographical introduction. *Journal of Family History*, 10:3, 1985, Fall, p.215-234

<sup>119</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regimen de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt Ltda: 1933.

<sup>120</sup> MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006; VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil: história, organização, psicologia*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987.

entendimento das relações sociais e raciais. Contudo, como escreveu Eni Samara, “[ainda permanecia] intocável a ideia de que a família brasileira era uma vasta parentela que possuía fins comuns”.<sup>121</sup> De um modo geral, a crítica da professora Eni Samara se dava à falta de consideração às outras formas de organização familiar não pautadas no poder patriarcal.<sup>122</sup>

Vale dizer que esta crítica não é pontual ou isolada. Surge num momento em que a História do Brasil, de um modo geral, é repensada e, neste contexto, a família é retomada como passível de pesquisas em si mesma. Influenciada pelo já mencionado *método de reconstituição de famílias* e pelas tipologias das estruturas domésticas elaboradas por Peter Laslett e pelo *Cambridge Group for the History of Population and Social Structure*<sup>123</sup>, a historiografia brasileira passou a demonstrar que outras formas de organização, comportamentos e atitudes coexistiam à família patriarcal. Deste modo, já não era incontestável o caráter patriarcal e a consequente solidariedade, as obrigações mútuas e o parentesco fictício como as únicas formas de integração entre os indivíduos.

Estes trabalhos que surgem deste giro interpretativo e de trato com as fontes históricas vieram mostrar que a família no Brasil se difere qualitativamente da família na Europa e, conseqüentemente, aparece como uma instituição mais central e ativa no contexto social, econômico e político. Exemplo empírico deste descompasso é a adaptação que os modelos e tipologias familiares sofreram ao serem aplicados ao contexto brasileiro.<sup>124</sup>

O entusiasmo com as novas metodologias foi tão agudo que diversas temáticas surgiram e outras foram revisitadas. A partir daí, a história da família passou a figurar em estudos sobre os componentes da dinâmica demográfica;<sup>125</sup> os estudos de domicílios e suas funções<sup>126</sup> e nas biografias coletivas de elites.<sup>127</sup>

---

<sup>121</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. A família no Brasil: história e historiografia. *História Revista*, Goiânia, II(2), p.7-21, jul./dez. 1997. p.8

<sup>122</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*: São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989.

<sup>123</sup> LASLETT, Peter. Introduction: the history of the family. In: LASLETT, Peter, WALL, Richard (orgs.). *Household and family in past time*. Cambridge: Cambridge University Press, 1972; LASLETT, Peter. Family and household as work group and kin group: areas of traditional Europe compared. In: WALL, R., LASLETT, P., ROBIN, J. (eds.). *Family forms in historic Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983. p. 513-563.

<sup>124</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família...*

<sup>125</sup> MARCILIO, M. Luiza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população (1750 – 1850)*. São Paulo: EDUSP: Pioneira, 1973

<sup>126</sup> RAMOS, Donald. *A social history of Ouro Preto: stresses of dynamic urbanization in Colonial Brazil, 1695 – 1726*. Ann Arbor, Michigan: University Microfilms, 1972. Disponível em: <https://archive.org/details/socialhistoryof00ramorich>; KUZNESOF, Elizabeth. *Household economy and urban development: São Paulo 1765 to 1836*. Boulder: Westview Press, 1986.

Foram estes trabalhos que intensificaram o diálogo da história com as ciências sociais. Transcendendo os aspectos da dinâmica demográfica, esta interdisciplinaridade tem possibilitado à história da família alargar suas abordagens, colocando em pauta o universo familiar para além das famílias nucleares, envolvendo as suas parentelas, o mundo dos escravos e a busca por inserção social dos libertos. Nas palavras de Ana Silvia Volpi Scott e Ricardo Schmachtenberg,

Um rico conjunto de possibilidades abriu-se aos pesquisadores da família quando passaram a admitir que toda ação social é resultado de negociação, manipulação, escolhas, decisões do indivíduo e do grupo familiar, diante de uma realidade normativa que, por sua vez, oferece muitas possibilidades de interpretação e liberdades pessoais.<sup>128</sup>

Ao longo de toda a pesquisa e análise das fontes utilizadas, lança-se mão das estratégias individuais tendo por base a noção da família – num contexto em que não havia os modernos mecanismos estatais – como a instituição social em que se deu toda a gênese estruturante das ações sociais e econômicas individuais. Finalmente, concebe-se a mesma como um microcosmo da organização social e econômica das localidades em que se inseriam, o agente, por excelência, da manutenção da estabilidade da ordem socioeconômica.<sup>129</sup>

## **Mandonismo local e os declarantes de terra**

Reflexões sobre o compadrio e a posse da terra pelo escopo teórico da história da família e da história do espaço, conjugaram-se neste trabalho pelos métodos da Análise de Redes Sociais e através da temática do mandonismo local na história política brasileira, o que colocou em cena problemas históricos que envolveram os declarantes de terra num momento em que se consolidava o Estado nacional no Brasil.

Conforme categorizado por Maria Isaura Pereira de Queiroz, o mandonismo é uma força social que ultrapassa toda a historicidade da vida política brasileira, desde a Colônia até a República, tem sua gênese na estrutura social nascida da combinação entre latifúndio e “família grande”. Segundo a autora, a Coroa portuguesa precisou, desde o início da

---

<sup>127</sup> KUZNESOF, Elizabeth. Clans, the militia and territorial government: the articulation of kinship with polity in Eighteenth Century São Paulo. In: ROBINSON, David. (ed.). *Social fabric and spatial structure in Colonial Latin America*. Ann Arbor, Michigan: University Microfilms, 1979; KUZNESOF, Elizabeth. The role of the merchants in the economic development of São Paulo, 1765 – 1850. *Hispanic American Historical Review*, 60(4), 1980, p.571-592; LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso de oligarquia de base familiar*. Trad. André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

<sup>128</sup> SCOTT, Ana Silvia Volpi; SCHMACHTENBERG, Ricardo. Nas teias da administração local: redes de poder e relações familiares entre oficiais. *Revista Eletrônica Métis*. História e Cultura. UCS, v. 13, p. 85-102, 2014. p.87

<sup>129</sup> Baseamo-nos na operacionalização do conceito de *lógica familística* apresentado por Gusthavo Lemos. Ver LEMOS, Gusthavo. *Minas da Terra: família, produção da riqueza e dinâmica do espaço em zona de fronteira agrícola*. Minas Gerais, 1800-1856. São Paulo: Annablume, 2014.

colonização dos seus territórios na América, apelar para a iniciativa privada e, logo, negociar com estes donatários e colonos, cedendo espaços e cargos na governança da terra, da qual muito cedo participaram da vida política os filhos de portugueses nascidos em terras americanas.<sup>130</sup>

Queiroz, avançando em sua análise, mostra como a institucionalização associada do poder público e privado, racionalmente conduzido por esta elite governativa local, estruturou o chamado mandonismo. Amparado pela família patriarcal, segundo Queiroz, decadente em Portugal sob o reinado de D. Manuel, o poder privado encontrou na estrutura social da Colônia as bases para revigorar o patriarcalismo e perpetuar o seu poder através do binômio latifúndio e escravidão. Não obstante, neste contexto, configurou-se um quadro social no qual, à classe dos proprietários de terra e escravos, somavam-se os comerciantes, escravos, pequenos artífices, lavradores e feitores de fazendas, os quais, segundo informa Maria Isaura Pereira de Queiroz, viviam à sombra de um grande proprietário rural.

Nestor Duarte pode ser tido como uma das inspirações conceituais da tese do mandonismo local posta por Queiroz, pois é ele o autor a sistematizar a ideia da ordem privada na colonização do território brasileiro, dando prosseguimento à leitura sociológica feita por Oliveira Vianna.<sup>131</sup> Conforme ele explicita, “o solo do país é conquistado, ocupado e povoado pelo proprietário privado”.<sup>132</sup> Para Nestor Duarte, o sistema de capitânicas hereditárias favoreceu a emergência de uma hierarquia social de base territorial, pois concedia aos capitães donatários, além de terras, o poder de legislar e conceder cartas de sesmarias. Por sua vez, os sesmeiros empregavam uma imensidão de outros colonos na produção de suas terras, legando ao capitão donatário o topo da hierarquia social e poderes praticamente inquestionáveis.<sup>133</sup>

Porém, de acordo com a interpretação de Nestor Duarte:

Sem unidade, à falta de grandes vínculos de associação e intercâmbio, esse meio só poderia favorecer a grupos fechados, exclusivista, como o grupo

---

<sup>130</sup> A autora ainda destaca que este aspecto foi peculiar da administração portuguesa da América, pois, ao contrário do destacado, na América espanhola, os chamados criollos, espanhóis nascidos na América foram sempre afastados dos cargos administrativos e da governança da terra. Ver QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. p.38

<sup>131</sup> CF. CARVALHO, J. M.. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n.2, p. 229-250, 1997

<sup>132</sup> DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional* (Contribuição à sociologia política brasileira). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966. p.24

<sup>133</sup> Cabe notar que Nestor Duarte, baseia-se em modelos interpretativos postos primariamente por Afonso Arinos de Melo Franco e João Capistrano de Abreu. ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de historia colonial e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília, DF: Universidade de Brasília. Faculdade de Educação, 1982. FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Conceito de civilização brasileira*. São Paulo: Ed. Nacional, 1936.

familiar, que por sua vez haveria de dificultar e impossibilitar todo e qualquer processo de unidade maior a que pudesse propender essa ordem social.<sup>134</sup>

Assim, o autor chama de “familiarismo” a condição estruturante desta conjuntura social e econômica, assegurada pela ordem privada por meio de três instrumentos essenciais: a propriedade imóvel, a escravidão e a função política. Para Nestor Duarte, o Estado, enquanto ideia, representação e poder, padeceu de substanciais mudanças em seu arcabouço transmigrado da Europa. Conforme o autor, em função da característica ordem privada que atua na história política brasileira, para se perpetuar, o Estado firmou compromissos com a Casa-grande e, “se ela pode exercer o poder que exerceu, indiferenciando classes, decompondo o poder político e reduzindo todo o organismo social à sua ordem privada, deve-o indiscutivelmente, em magna parte, à força e ao círculo do patronato”.<sup>135</sup>

Nestor Duarte e Maria Isaura Pereira de Queiroz são autores que mostraram como o poder de mando historicamente construído, tendo por base as relações pessoais, é fruto de uma racionalidade privada de controle sobre a vida política brasileira. Conforme demonstraram os autores, através da parentela asseguravam-se interesses fundiários e o controle sobre a ordem socioeconômica. Ainda, era pelo poder de mando local que se alavancavam posições na estrutura governativa central do poder político, assegurando assim o prestígio social de gerações de uma mesma família, as quais eficientemente acomodavam-se às mudanças e mantinham intacto o seu lugar social.

Entretanto, os escritos destes autores são de um momento em que a sociologia política instituíam-se enquanto uma disciplina, ainda construindo suas bases de fundamentação analítica na história do Brasil. Após estes trabalhos, teoricamente incipientes, as sociólogas Maria Sylvia de Carvalho Franco e Linda Lewin, abriram caminho para um novo fazer historiográfico ao transporem o foco interpretativo do Estado para a sociedade, destacando a dominação de base senhorial em contextos agrários, a qual envolvia indivíduos em situação de dependência pessoal.<sup>136</sup>

Deste modo, seguindo por esta tendência teórico-metodológica, um dos enfoques desta tese foram as elites políticas e econômicas, com objetivo de conhecer as dinâmicas relacionais em suas buscas por formar e reforçar redes clientelísticas, tendo por hipótese que estas

---

<sup>134</sup> DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional...*p.65

<sup>135</sup> DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional...*p.82

<sup>136</sup> FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: USP, Instituto de Estudos Brasileiros, 1969; LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso de oligarquia de base familiar*. Trad. André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.



relações, constituídas em nível local, passavam por uma minuciosa estratégia de territorializar espaços. Todavia, outro esforço investigativo complementou a compreensão das interconexões entre compadrio e espaço, recaindo-se a atenção sobre outros declarantes de terras, alguns deles, com um passado no cativo, população que muito tem a demonstrar sobre a natureza de um dado regime escravista.<sup>137</sup>

Grosso modo, segue-se uma tradição teórica posta por Antônio Cândido<sup>138</sup> e Maria Sylvia de Carvalho Franco<sup>139</sup>, autores que ultrapassaram análises que se restringiam à íntima associação entre o processo produtivo e o trabalho escravo, alastrando o entendimento sobre o que significava *ser apenas livre* na sociedade escravista brasileira. Ao demonstrarem que a população livre pobre possuía interesses e organização próprias que possibilitavam negociações com os mandões locais, colocaram em cena a historicidade da vida social. Assim, oferecem uma interpretação que esclarece as conexões entre estas agências e o processo histórico social que configurou as hierarquias no Brasil.

Tomando por base o trabalho de Maria Isaura Pereira de Queiroz, tem-se uma perspectiva alargada da dimensão secular de longa duração do fenômeno do mandonismo na história política brasileira.<sup>140</sup> Porém, esta amplitude aponta a superfície instrumental deste fenômeno – patronagem política e relações clientelísticas –, ao passo que, apesar de certas feições imutáveis, é inegável que seus elementos constitutivos alteram-se ao longo do tempo.<sup>141</sup> Assim, esta pesquisa segue direcionamento interpretativo apontado por Alexandre Mendes Cunha e foca-se na complexidade social que permitiu a reiteração do fenômeno político sob a mesma fisionomia aparente.<sup>142</sup>

---

<sup>137</sup> KLEIN, Herbert S. Os homens livres de cor na sociedade escravista brasileira. *Dados*, Rio de Janeiro, n.17, 1978, p.3-27

<sup>138</sup> CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 6. ed. São Paulo: Duas cidades, 1982.

<sup>139</sup> FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata...*

<sup>140</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

<sup>141</sup> Por exemplo, Victor Nunes Leal, atento a este fenômeno persistente na política brasileira, deu o nome de *Coronelismo* ao sistema de relações de poder que se desenvolveu na Primeira República, a partir do município, no qual o coronel era figura ativa. (Ver LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975) Deste modo, vale destacar, conforme José Murilo de Carvalho alerta que *Coronelismo* é um sistema político datado historicamente. Surge da confluência de um fato político com uma conjuntura econômica, a saber, o federalismo crescente, em oposição ao centralismo do Império, e a decadência econômica dos fazendeiros. Cf. CARVALHO, J. M.. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n.2, p. 229-250, 1997

<sup>142</sup> CUNHA, Alexandre Mendes. Patronagem, clientelismo e redes clientelares: a aparente duração alargada de um mesmo conceito na história política brasileira. *História*, 2006, vol.25, no.1, p.226-247

Não obstante, esta tese não fugirá à leitura empreendida por Raimundo Faoro acerca da gênese e formação da sociedade brasileira.<sup>143</sup> Este autor, invertendo a interpretação de Nestor Duarte, afirma que um Estado patrimonial, de sólidas bases estamentais, gestando-se desde o século XIV quando se formava o capitalismo de Estado em Portugal, foram operacionalizadas como instrumento do domínio e legitimação da Coroa. Por fim, segundo Faoro, foi a partir deste estamento que no Brasil se produziram a classe política e a elite governativa que separou Estado e nação, governo e povo.<sup>144</sup>

Sem se dissociar das bases interpretativas postas por Raimundo Faoro, Maria Sylvia de Carvalho Franco, ao transpor o objeto de análise destacando a dominação de base senhorial, em certo sentido, reformula o patrimonialismo daquele autor.<sup>145</sup> Para ela, o movimento de Independência instaurou no Brasil o dilema de constituir o Estado soberano e manter as bases escravocratas do país. Assim, paradigmaticamente, incorporam-se ideais políticos liberais à sociedade escravista, aspecto revelador da particular fusão, que ainda persistia no século XIX, entre as dimensões do espaço público e privado. Deste modo, o Estado, monopólio da violência legítima, depara-se com uma sociedade no Brasil, que por conta da escravidão, tem de se aparelhar sobre a violência privada dos senhores contra seus escravos.

Por fim, esta tese ainda lança mão dos escritos de Fernando Uricoechea<sup>146</sup>, Richard Graham<sup>147</sup> e Ilmar Rohloff de Mattos<sup>148</sup>. O primeiro deles, remonta aspectos postos por Nestor Duarte e posiciona-se numa linha intermediária entre este e Raimundo Faoro, ao postular a noção de burocracia patrimonial para conceituar o processo de consolidação do Estado no Brasil. Segundo Uricoechea, paralelamente à racionalização dos aspectos administrativos do Estado Imperial no século XIX, desenvolveu-se uma forma de dominação tradicional fundada no poder pessoal, processo no qual a Guarda Nacional foi atuante na consolidação dos interesses do Império em todo o território brasileiro.

---

<sup>143</sup> FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 2ª ed. Revista e aumentada. Porto Alegre, Globo; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1975. 2v

<sup>144</sup> Simon Schwartzman é um importante cientista político brasileiro que deu prosseguimento a interpretação sociopolítica proposta por Raimundo Faoro. Para ele, o Estado e a sociedade brasileira são sustentados por uma dominação tradicional patrimonialista, na qual, um sistema político de cooptação sobrepõem-se ao de representação. Ver SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1982

<sup>145</sup> FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata...*

<sup>146</sup> URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, 1978

<sup>147</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997

<sup>148</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. 5ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2004

Ilmar Mattos, por sua vez, afirma que uma classe senhorial se apoderou do Estado e expandiu seu poder verticalmente e horizontalmente, tese compartilhada por Richard Graham. Esse historiador, detido em minuciosa pesquisa sobre as eleições no século XIX, demonstrou um Estado de bases patriarcais firmando relações em cadeia de dependência e subordinação, pronunciando hierarquias, dando corpo à ordem social do Império brasileiro. Tanto para Mattos como para Graham, este processo se deu de forma centrípeta, portanto, sem imposição dos gabinetes imperiais, gradualmente consumando-se através da ativa participação em todos os níveis da política, desde as capelas até a Corte, o que acabou por demonstrar o exacerbado personalismo da sociedade brasileira e, assim como fez Carvalho Franco, a indistinção entre público e privado.<sup>149</sup>

## Fontes e Métodos

Documentações paroquiais são as fontes primárias básicas deste trabalho: registros paroquiais de batismo e registros paroquiais de terras. Os primeiros são documentação difundida na historiografia brasileira e ocidental de um modo geral, pois, padronizados e instituídos pelo Concílio de Trento no século XVI, expandiram-se por toda a cristandade católica e, assim, constituíram a principal fonte utilizada pela técnica de reconstituição de famílias e populações num período de mútua ingerência entre a Igreja e o Estado.<sup>150</sup>

No Brasil, os registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos existem desde os primórdios da colonização, porém, somente a partir de meados do século XVIII encontram-se séries mais abundantes e completas da documentação e apenas com a Proclamação da República foram instituídos os registros civis. Infelizmente, pesquisas neste tipo de documentação possuem uma série de limitações. A primeira delas diz respeito às falhas apresentadas nas informações dos registros. Diversos párocos não despendiam o devido cuidado com a transcrição das informações para elaborar os documentos, averiguando-se uma falta de normas de transmissão de sobrenomes, e em alguns casos (principalmente com mulheres) até mesmo de prenomes. Somado a isto, há ainda as inúmeras omissões de raça/cor, origem e ocupação. Um segundo problema no uso desta documentação é derivado do alto índice de sub-registros, consequência das dificuldades encontradas pela população em realizar

---

<sup>149</sup> Cf. CUNHA, Alexandre Mendes. Clientelismo, patronagem e redes clientelares....

<sup>150</sup> HENRY, Louis. *Técnicas de análise em demografia histórica*. Lisboa: Gradiva, 1988; AMORIM, Norberta. *Uma metodologia de reconstituição de paróquias*. Braga, Universidade do Minho, 1991; COSTA, I. D. N. da. Registros paroquiais: nota sobre os assentos de batismo, casamento e óbito. LPH: *Revista de História*. Ouro Preto. 1(1): 46-54, 1990; MARCILIO, M. Luiza. *A Cidade de São Paulo: povoamento e população (1750 – 1850)*. São Paulo: EDUSP: Pioneira, 1973; WRIGLEY, E. A. (ed.). *An introduction to English historical demography from the sixteenth to the nineteenth century*. New York: Basic Books, 1966.

o registro dos eventos sacramentais, fosse pelos altos custos, pela dificuldade de acesso aos padres ou mesmo pela baixa preocupação com a realização dos mesmos.

Todavia, há também inúmeros fatores que pesam a favor desta documentação. Em primeiro lugar, é a fonte mais disseminada por todo o Brasil, já que a paróquia foi, durante o período colonial e imperial, a unidade administrativa que mais adentrou os territórios da América lusitana. Em segundo lugar, é a fonte mais uniforme e sistematizada. Em terceiro lugar, é uma documentação amplamente utilizada pela historiografia nacional e internacional, o que permite a comparação dos dados extraídos. Por fim, é um tipo documental de caráter local que sobreviveu ao longo do tempo, encontrado em grandes quantidades em diversas localidades de Minas Gerais e do Brasil.<sup>151</sup> Por exemplo, diversas paróquias de Minas Gerais preservaram em seus acervos uma quantidade expressiva de livros de batismos que abrangem um longo período temporal.<sup>152</sup> Finalmente, outro fator que favoreceu a pesquisa nesta documentação foi a sua microfilmagem sistemática para todo o Brasil realizada pela Sociedade Genealógica de Utah, a qual foi transformada em formato digital e disponibilizada no sítio [www.familysearch.org](http://www.familysearch.org).

O Registro Paroquial de Terra (RPT) é uma documentação produzida num contexto histórico específico brasileiro, desdobrando-se de um dos artigos da Lei de Terras de 1850.<sup>153</sup> Segundo Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva, o RPT é a única documentação anterior aos dados do INCRA que possuem dados sobre a estrutura fundiária brasileira, o que lhe confere um caráter único em termos das informações que os compõem.<sup>154</sup> Foi o primeiro instrumento jurídico a regulamentar o acesso à propriedade fundiária, portanto, parte constituinte da “estratégia Saquarema de transição do trabalho, no bojo da modernização conservadora em curso no Brasil desde meados do século XIX”.<sup>155</sup> O objetivo geral do

---

<sup>151</sup> LIBBY, D.; BOTELHO, T.; ANDRADE, C. Família e demografia em Minas Gerais, séculos XVIII, XIX e XX. *Revista Brasileira de Estudos de População*. v.29, n.1, São Paulo: Jan./Jun. 2012, p.199-206.

<sup>152</sup> Durante a pesquisa desenvolvida, tivemos acesso ao Arquivo da Casa Paroquial de Piranga (ACPP), o qual possui 15 livros de batismos, e destes, cinco são de batismos sacramentados ainda no século XIX.

<sup>153</sup> Para Minas Gerais, esta documentação está totalmente disponível no site do Arquivo Público Mineiro, no Fundo da “Repartição Especial das Terras Públicas (1850–1876)”. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos\\_colecoes/brtacervo.php?cid=26](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=26), acessado em 11/02/2016. Nesta pesquisa, foram utilizadas cópias microfilmadas dos registros da Vila de Nossa Senhora da Conceição do Piranga (Notação: TP-1-159; Microfilme: TP Rolo-13-Flash 01), da freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Espera (Notação: TP-1-72; Microfilme TP-Rolo-06-Flash 01) e da freguesia de Sant’Ana da Barra do Bacalhau (Notação: TP-1-15; Microfilme: TP-Rolo-02-Flash 01), todas disponíveis no Acervo do Laboratório Multimídia de Pesquisa Histórica da Universidade Federal de Viçosa

<sup>154</sup> LINHARES, Maria Y. L.; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira: Combates e controvérsias*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

<sup>155</sup> GODOY, Marcelo Magalhães; LOUREIRO, Pedro Mendes. Os registros paroquiais de terra na história e na historiografia – estudo da apropriação fundiária na província de Minas Gerais segundo outra metodologia para o

registro era realizar um levantamento das terras ocupadas, a partir do qual se conheceria a ocupação fundiária e as terras devolutas. A Lei de Terras obrigava os proprietários a declararem seus domínios junto aos vigários de cada freguesia, indicando o nome do possuidor, a extensão (se conhecida) e os confrontantes da propriedade. Conforme escreve Márcia Motta,

Os vigários terão livros abertos, numerados, rubricados e encerrados. Nesses livros lançarão por si e por seus escreventes, textualmente, as declarações, que lhe forem apresentadas, e por esse registro cobrarão do declarante o emolumento correspondente ao número de letras, que contiver um exemplar, à razão de dois reais por letra, e dos que receberem farão notar em ambos os exemplares.<sup>156</sup>

O procedimento metodológico essencial à realização desta pesquisa foi o cruzamento nominativo destas duas documentações. Enquanto através do RPT elencaram-se informações em que o próprio agente histórico situava-se no espaço ao declarar os limites de sua propriedade, os registros de batismo forneceram uma fotografia do lugar social destes atores, a partir da qual se podem inferir informações sobre suas estratégias relacionais. Por sua vez, estas puderam ser cotejadas com o espaço social detectado através da declaração de vizinhos realizada, utilizando-se método desenvolvido por Rafael Laguardia no qual, declarações mútuas possuem maior peso na configuração deste espaço social ao serem tidas como eixos balizadores das relações de vizinhança.<sup>157</sup>

Pensar o espaço social a partir desta documentação justifica-se pela bibliografia que postula os vários processos de continuidade na transição da colônia para o império. Além da manutenção da ordem econômica, José Murilo de Carvalho também fala da manutenção da propriedade da terra. Herdeira das sesmarias, a estrutura fundiária permaneceu extremamente desigual, dando margem à existência de grandes latifúndios movidos à mão-de-obra escrava, ao entorno dos quais vegetava uma população civilmente livre, porém, política e economicamente dependente.<sup>158</sup> Sidney Chalhoub escreve que neste período, entre a revogação da instituição das sesmarias e a aprovação da Lei de Terras (1850), verificou-se um limbo na regulação de posses legais, o qual, amparado pela antiga legislação, reconhecia a

---

tratamento do primeiro cadastro geral de terras do Brasil. *História Econômica & História das Empresas*. XIII, 1 (2010), p.95-132. p.102-103

<sup>156</sup> MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Rio de Janeiro, 1998. p.179

<sup>157</sup> LAGUARDIA, Rafael Martins de Oliveira. *Sorte de terra, fazenda, sesmaria...* georreferenciamento como instrumento de análise do registro de terra. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

<sup>158</sup> CARVALHO, José Murilo de. As marcas do período. In: CARVALHO, José Murilo de (Coord.). *A Construção Nacional (1830-1889)*. v. 2. Rio de Janeiro: Editora Objetiva; Madrid: Fundacion MAPFRE. 2013. (História do Brasil Nação: 1808-2010.)

posse como fundamento efetivo da legalização sobre o uso daquela terra. Deste modo, era prática difundida o contínuo movimento de fazer vingar posses, pois, ao produzir dependentes, potencializavam as possibilidades de criação e reprodução de redes de relações interpessoais que definiam o lugar social do indivíduo naquela sociedade.<sup>159</sup>

Como o apossamento de terras era o meio mais frequente de aquisição, eram incertas as fronteiras instituídas.<sup>160</sup> Sendo assim, a Lei de Terras, ao ordenar a realização do registro paroquial de terras, colocou cada proprietário num dilema micropolítico, uma vez que estabelecer os limites implicava em alguns riscos. O primeiro, de ocorrerem disputas por um território caso os confrontantes declarados não reconhecessem a veracidade daquele documento; um segundo risco era o de limitar potenciais expansões, vedando a possibilidade de invasão de terrenos limítrofes e a expulsão de um vizinho desafeto.<sup>161</sup>

Assim, postula-se que no momento de realização do registro paroquial de terras, um minucioso cálculo social era feito pelos declarantes. Alegar a posse de suas terras, neste contexto de incertezas e indefinições jurídicas, não dizia respeito somente à institucionalização e legalização de uma propriedade, mas a localizar-se no espaço e, por conseguinte, socialmente. Portanto, reconhece-se o registro paroquial de terras como um documento em que os proprietários de terras posicionaram-se dentro da estrutura social da paróquia em que viviam. Finalmente, toma-se esta estrutura como resultado do processo de produção social do espaço em que se reproduziam as hierarquias vigentes.

Apesar da riqueza de informações obtidas a partir do cruzamento destas duas documentações, esta tese não ficou restrita a estes procedimentos. Assim sendo, buscou-se a incorporação de novas tipologias documentais que pudessem auxiliar na construção interpretativa dos problemas de pesquisa e, com isso, enriquecer a hipótese deste trabalho.

A primeira delas foram os inventários *post-mortem*, documentação que, apesar das dificuldades em sua quantificação, possui uma riqueza de informações que possibilita o estudo de trajetórias individuais e dão subsídios a importantes análises qualitativas.<sup>162</sup>

---

<sup>159</sup> CHALHOUB, Sidney. População e Sociedade. In: CARVALHO, José Murilo de (Coord.). *A Construção Nacional (1830-1889)*. v. 2. Rio de Janeiro: Editora Objetiva; Madrid: Fundacion MAPFRE. 2013. (História do Brasil Nação: 1808-2010.)

<sup>160</sup> SILVA, Lígia Osorio. *Terras devolutas: efeitos da lei de 1850*. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

<sup>161</sup> CHALHOUB, Sidney. População e sociedade... p.66

<sup>162</sup> Grande parte desta documentação encontra-se originalmente no Arquivo da Casa Setecentista de Mariana (ACSM). Felizmente foram digitalizados pelo Departamento de História da Universidade Federal de Viçosa e estão disponíveis para pesquisa no site <http://www.lampeh.ufv.br/acervosmg/>. Além deste acervo, também utilizamos diversos inventários que estão depositados no Arquivo do Fórum de Piranga (AFP), o qual,

O inventário *post-mortem* era o resultado do processo que se abria com a morte de qualquer indivíduo que possuísse bens materiais. Divide-se em três partes principais: (1) Capa do processo e termo de abertura; (2) Avaliação dos bens; (3) Auto da partilha. Na primeira parte encontram-se as informações básicas do processo, como data de abertura, localidade jurídica onde se processou o mesmo, nome do inventariado, inventariante e herdeiros. Na avaliação dos bens, todos os pertences do falecido eram avaliados por dois indivíduos – indicados pelo inventariante e juiz de órfãos – e após esta, procedia-se o termo de avaliação e a aprovação, pelo juiz, das contas processuais e do trabalho realizado. Nesta parte também podia se inserir o “termo de tutela”, caso houvesse herdeiros menores de idade. No auto da partilha, se fazia a soma dos bens avaliados, constituindo-se o “monte-mor”. Subtraía-se deste as dívidas e os custos de processo. Do montante que restava, era retirada a meação, metade designada ao cônjuge do inventariado, e a outra metade era dividida entre os herdeiros.

Todas estas três partes eram entremeadas por petições ou recursos apresentados pelo inventariante, herdeiros, credores, tutores, entre outros indivíduos que permearam o cotidiano do inventariado. Em alguns casos, a avaliação dos bens encontrava-se incompleta, além de novos bens que apareciam ao longo do processo, o que levava a nova avaliação e, conseqüentemente, partilha, havendo casos em que todo o processo durou mais de uma década para se concluir, fornecendo informações de uma riqueza qualitativa considerável ao estudo das trajetórias de todos os envolvidos.

Mesmo com variações em seu grau de importância em cada etapa da pesquisa, os inventários *post-mortem* são transversais em todo o trabalho. Estes forneceram informações cruciais à compreensão das tramas familiares e seus conflitos sucessórios, da manutenção das posses e das alianças matrimoniais, além de descreverem as posses (escravos e terras) com referências a sua localização geográfica.

Nesta tese também foram utilizadas informações recolhidas em levantamentos censitários, a fim de traçar o contexto socioeconômico e demográfico em estudo e estabelecer o significado estatístico dos dados apurados das fontes documentais supracitadas. Estes levantamentos são uma das principais fontes documentais de caráter demográfico para o chamado período pré-censitário. A riqueza desta documentação permitiu o desenvolvimento de técnicas específicas de análise demográficas, dentre elas as tipologias de domicílios cunhadas pelo *Cambridge Group for the History of Population and Social Structure*. Nestas

---

infelizmente, ainda não foi digitalizado, mas seu acervo encontra-se relativamente organizado e disponível ao público.

listas são elencados nominalmente todos os habitantes de uma dada região administrativa (vila, distrito, paróquia etc.). Há variância nas informações contidas, mas, de um modo geral, permitem levantar informações relativas ao sexo, idade, profissão e distribuição por domicílio de todos os indivíduos daquela população.

Para Minas Gerais, existem duas séries importantes de listas nominativas, uma que compreende os anos de 1831-32 e outra para os anos de 1838-40, organizadas a mando do Governo Provincial que tinha por intenção realizar um recenseamento geral da província, sendo os juizes de paz os responsáveis pela confecção das mesmas a nível local. Estes recenseamentos foram objetos de sistemáticos estudos realizados por pesquisadores do Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da FACE/UFMG.<sup>163</sup> Estas listas foram organizadas de acordo com os domicílios e a relação nominal de todos os que ali residiam, elencando informações quanto a cor, condição social (livre, liberto ou escravo), idade, estado civil e ocupações, estas últimas principalmente para os chefes de domicílio.

Além destas séries citadas, também foram utilizadas neste trabalho alguns recenseamentos populacionais realizados em Minas Gerais no ano de 1804, com a intenção de perceber as mudanças ocorridas na estrutura populacional de Minas Gerais ao longo da primeira metade do século XIX e, assim, ponderar as transições vivenciadas por esta sociedade: demográfica, econômica e do trabalho escravo ao trabalho livre.

Como durante o período Minas Gerais (e o Brasil) vivenciava um efervescente cenário de disputas políticas e ideológicas, no qual a imprensa desenvolvia importante papel de difusora de ideais, objetivando influenciar o jogo político, tornando-se, muito mais do que simples intermediário entre agentes políticos, o espaço da ação política<sup>164</sup>, este trabalho lançou mão, ainda, de alguns periódicos, principalmente das Listas de Eleitores publicadas no *Jornal O Universal* nos anos de 1830<sup>165</sup>, 1831<sup>166</sup> e 1833.<sup>167</sup>

Cabe notar que neste período específico da história do Brasil, o escrito passou a ter importância fundamental nas sociedades ocidentais, e há muito já havia feito as discussões

---

<sup>163</sup> Todas as informações coletadas estão disponíveis no sítio: <http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br>

<sup>164</sup> MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e política: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais. 1828 – 1842.* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

<sup>165</sup> *O Universal*. Eleitores do Termo de Mariana - Paróquia de Piranga. 10/09/1830. Edição 491, p.4

<sup>166</sup> *O Universal*. Eleitores do Termo de Mariana - Paróquia de Piranga. 24/01/1831. Edição 548, p.4

<sup>167</sup> *O Universal*. Eleitores do Termo de Mariana - Paróquia de Piranga. 11/03/1833. Edição 876, p.3



políticas transcenderem os espaços restritos das Cortes e palácios.<sup>168</sup> Cafés, salões, academias e livrarias converteram a palavra em coisa pública; em outras instâncias, a Imprensa transformara a cena política. Sobre este contexto, trazemos aqui interessante descrição:

As tipografias e as primeiras livrarias eram habitualmente frequentadas por redatores e leitores: conversas, contatos, laços de solidariedade política. Pontos de vendas dos impressos, leituras coletivas, cartazes e papéis circulando de maneira intensa pelas ruas incorporavam-se ao cotidiano da população. Vibrava a força da palavra falada, manuscrita ou impressa. Era uma época marcada pela expansão do público leitor, das tiragens e do número de títulos, dando à linguagem impressa importância crescente, apesar de ainda diminuta em relação ao total da população.<sup>169</sup>

Além de valer-se dos jornais para definição da elite política local, em função da importância da imprensa como instrumentos de formação de uma ideologia e/ou discurso político, esta tese os utilizará para buscar conhecer a inserção desta elite política em distintas práticas, preocupada em perceber se participavam ativa ou passivamente de movimentos que determinaram os rumos da administração provincial e, assim, depreender as dissenções locais a partir de suas enunciações externas.<sup>170</sup>

Para as análises espaciais que este trabalho lançou mão, foram utilizadas as Cartas Topográficas do IBGE<sup>171</sup>, da década de 1970, e os Mapas da Comissão Geográfica e Geológica de Minas Gerais, da década de 1920.<sup>172</sup> Assume-se uma noção problematizada do espaço, onde ele é visto como um elemento chave da reprodução social do indivíduo. Assim, tornou-se relevante à contemplação dos objetivos de pesquisa a incorporação deste tipo de fonte, pois a partir destas Cartas Topográficas e Mapas conheceu-se detalhadamente as regiões em estudo e, a partir daí, pode-se propor novos problemas de pesquisa e vieses de análise.

As Cartas Topográficas do IBGE fornecem ricas informações sobre a hidrografia e o relevo, em escalas que variam, em Minas Gerais, de 1:50.000 a 1:100.000, enquanto os mapas desenhados pela Comissão Geográfica e Geológica de Minas Gerais são um precioso documento histórico para se obter informações toponímicas das localidades mineiras, uma vez

---

<sup>168</sup> CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcelo. (Orgs.). *Às armas, cidadãos!* Panfletos manuscritos da independência do Brasil (1820 – 1823). São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

<sup>169</sup> MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

<sup>170</sup> Nesta parte da pesquisa, valemo-nos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, que disponibilizou no site <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> um vasto acervo de periódicos publicados em diversos períodos da história do Brasil.

<sup>171</sup> Disponíveis para consulta no site da Biblioteca Digital do IBGE: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>

<sup>172</sup> Tivemos acesso a estes Mapas no Acervo Cartográfico do Arquivo Público Mineiro ([www.siaapm.cultura.mg.gov.br](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br))

que referenciam geograficamente as propriedades rurais e mencionam o nome do proprietário e da propriedade. Além disso, ainda traziam informações sobre a hidrografia, o relevo e as estradas e seu tipo de pavimentação. Entretanto, necessitaram de acurada avaliação por softwares especializados em análises espaciais, tendo em vista que estes mapas não foram produzidos numa época em que havia um desenvolvimento tecnológico que ajudasse a corrigir eventuais erros do trabalho de campo realizado por geógrafos e topógrafos.

Finalmente, as Cartas de Sesmarias foram uma documentação essencial na delimitação geográfica e teórica do espaço em estudo. Depositadas no Arquivo Público Mineiro, em suas sessões Colonial e Provincial, algumas transcritas e publicadas em sua revista, todas já se encontram microfilmadas.<sup>173</sup> Este trabalho rastreou todas as sesmarias concedidas na região em estudo e suas circunvizinhanças, num longo período que vai de 1710 a 1835, atentando-se às descrições toponímicas da hidrografia e da fisiografia mencionadas nas concessões de terras. A partir da periodização destas Cartas de Sesmarias, desenvolveu-se um método de georreferenciamento destas posses lançadas no território de Minas Gerais que permitiu perceber um processo geral de ocupação e formação do espaço em estudo.<sup>174</sup>

## **Estrutura e organização dos capítulos**

Esta tese está organizada em cinco capítulos. Nos três primeiros a narrativa está enfocada em apresentar a geografia histórica da região do vale do Rio Piranga, a composição demográfica e os padrões da posse escrava, bem como o contexto fundiário na primeira metade do século XIX. Os dois capítulos finais, a partir de problemas históricos apresentados no capítulos anteriores, lançaram mão da microanálise e compõem uma interpretação verticalizada sobre as redes de compadrio, a produção do espaço e as hierarquias sociais que estruturavam aquela sociedade.

No capítulo I, a partir de conceitos e métodos da História do Espaço, a pesquisa pautou-se no processo que transformou aquele lugar, o vale do Rio Piranga, em território

---

<sup>173</sup> Arquivo Público Mineiro. Seção Colonial, Fundo *Secretaria de Governo da Capitania*, Códices 7 a 384; Seção Provincial, Fundo *Secretaria de Governo da Província*, Códices 4 a 87.

<sup>174</sup> Sobre este método desenvolvido para esta pesquisa, basicamente resume-se em elencar as informações toponímicas transcritas nas Cartas de Sesmarias e localiza-las nos mapas disponíveis para a região em estudo. Todavia, este não é um procedimento simples, pois requer atenção e cruzamento do máximo de informações possíveis que auxiliem na localização de determinado topônimo, como o Termo, paróquia, freguesia, distrito ou capela em que o sesmeiro situou-se. Além do cruzamento de cada uma destas informações com os topônimos elencados, cuidado especial deve ser despendido aos anos das concessões, pois, permite averiguar localizações distintas para topônimos similares (por exemplo, nesta pesquisa, detectou-se que até meados do último quartel do século XVIII, ‘Xopotó’ ou ‘matos do Xopotó’ dizia respeito ao Rio Xopotó, afluente do Rio Piranga, enquanto referências as este topônimos nas primeiras décadas do século XIX, referenciavam-se a um ribeirão na Bacia do Rio Paraíba do Sul, afluente do Rio Pomba).

colonial sob os domínios da Coroa Portuguesa. Objetos específicos da análise foram as Cartas de Sesmarias, as quais possuem uma riqueza toponímica que permitiu traçar os caminhos do processo migratório que transformou os sertões das minas, permitindo a formulação de interpretações sobre o lugar do vale do Rio Piranga na formação territorial de Minas Gerais, a saber, um espaço de transição entre as minas e os currais.

O capítulo II teve por essência compreender sobre quais bases, sociais e econômicas, assentaram-se a população que ali se estabeleceu no século XVIII. Para tanto, o foco interpretativo recaiu sobre a estrutura demográfica, a qual me permitiu refletir sobre as circunstâncias do rearranjo produtivo pelo qual passou a capitania na transição do século XVIII ao XIX. Assim, desvendou-se as minúcias da posse de cativos e demonstrou como o tráfico transatlântico de escravos foi um elemento estruturante daquela sociedade.

Já neste capítulo, em alguns momentos lancei mão de micro-histórias e trajetórias individuais, as quais ilustram o argumento central em tela. Daí, pude perceber a gênese do processo histórico do monopólio sobre a terra, o qual era embasado pelo reforço das bases escravocratas do país recém-independente, o que facilitava a exploração da terra por quem detinha a propriedade do braço cativo.

Assim, tornou-se crucial responder: como se tornou possível essa íntima associação entre tráfico de escravos e monopólio sobre a terra? Busquei respostas através de metodologias que fornecessem um novo olhar sobre os registros paroquiais de terras. Dessa maneira, reconstituiu-se neste capítulo a estruturas relacionais em torno da posse da terra, as quais permitiram enxergar as hierarquias e a geografia social que estruturavam aquele espaço fundiário, marcado por dinâmicas locais que tinham como pano de fundo as transformações políticas e econômicas transcorridas naquelas décadas de formação do Estado.

No capítulo IV, lancei mão da trajetória de vida de um capitão da Guarda Nacional, filho de uma mulher parda forra, portanto, uma mulher egressa do cativo. A partir da reconstituição das redes sociais dele e de sua família, vislumbrou-se as estratégias de enraizamento e ascensão social, e a chamada geografia da mobilidade social. Por outro lado, apesar de ter adquirido título de distinção, tornado-se proprietário de terras e escravos e detentor de prestígio e reconhecimento social naquela sociedade, ressalta-se que neste capítulo são destacados embargos vivenciados na busca por consolidar seu lugar social nas hierarquias locais.

Por fim, o capítulo V aborda os pormenores sociais do processo histórico de formação das alianças matrimoniais que sedimentaram o poder de famílias da elite escravista local, as quais, ao vislumbrarem a perda de prestígio e surgimento de novos atores no cenário político daquela sociedade, arregimentaram-se em torno de redes de compadrio e escolhas matrimoniais que asseguravam o monopólio sobre a terra. Assim, ao longo deste capítulo tecem-se reflexões sobre estratégias de cooptação das famílias da elite escravista local em manter o controle sobre as hierarquias o que garantia a manutenção da ordem social gerida desde a colônia, mesmo com as transformações vivenciadas no processo de formação do Estado no Brasil imperial.

# **Capítulo I**

**Espaço e Sociedade na ocupação dos sertões das minas – Vale do Rio Piranga, Minas Gerais, séculos XVIII e XIX.**

## Introdução

No dia 10 de Janeiro de 1746 em Vila Rica, na Capitania de Minas Gerais, Antônio de Souza Machado, secretário do Governo da Capitania, a rogo do então Governador Gomes Freyre de Andrada, lavrou em duas vias a Carta de Sesmaria concedida a João Francisco Pimenta.<sup>175</sup> Neste documento, declarava-se que o sesmeiro já era possuidor de roças na “paragem do Quebra Canoas” e necessitava expandir sua propriedade a um córrego que “vertia ao sertão”, onde havendo “matos virgens” demonstrava ele interesse em ali se instalar “para sustentação de sua fábrica que era grande”.

Chama atenção neste empreendimento expansionista das posses de João Francisco Pimenta o investimento em áreas mais propícias à exploração da terra, justamente num período em que agricultura e pecuária assumem o papel de principal atividade econômica em algumas regiões da capitania.<sup>176</sup> Como se vê pelo Mapa 1, a região dos empreendimentos do sesmeiro em pauta, vertendo do ponto mais alto da redondeza, futuramente vindo a ser chamado de Morro da Pimenta<sup>177</sup>, era marcada por acentuados desníveis de altitude e grande afluência de córregos e ribeirões que irrigavam e poderiam servir como a força motriz de engenhos que se instalassem no largo vale que margeava o rio Piranga. A partir da leitura das

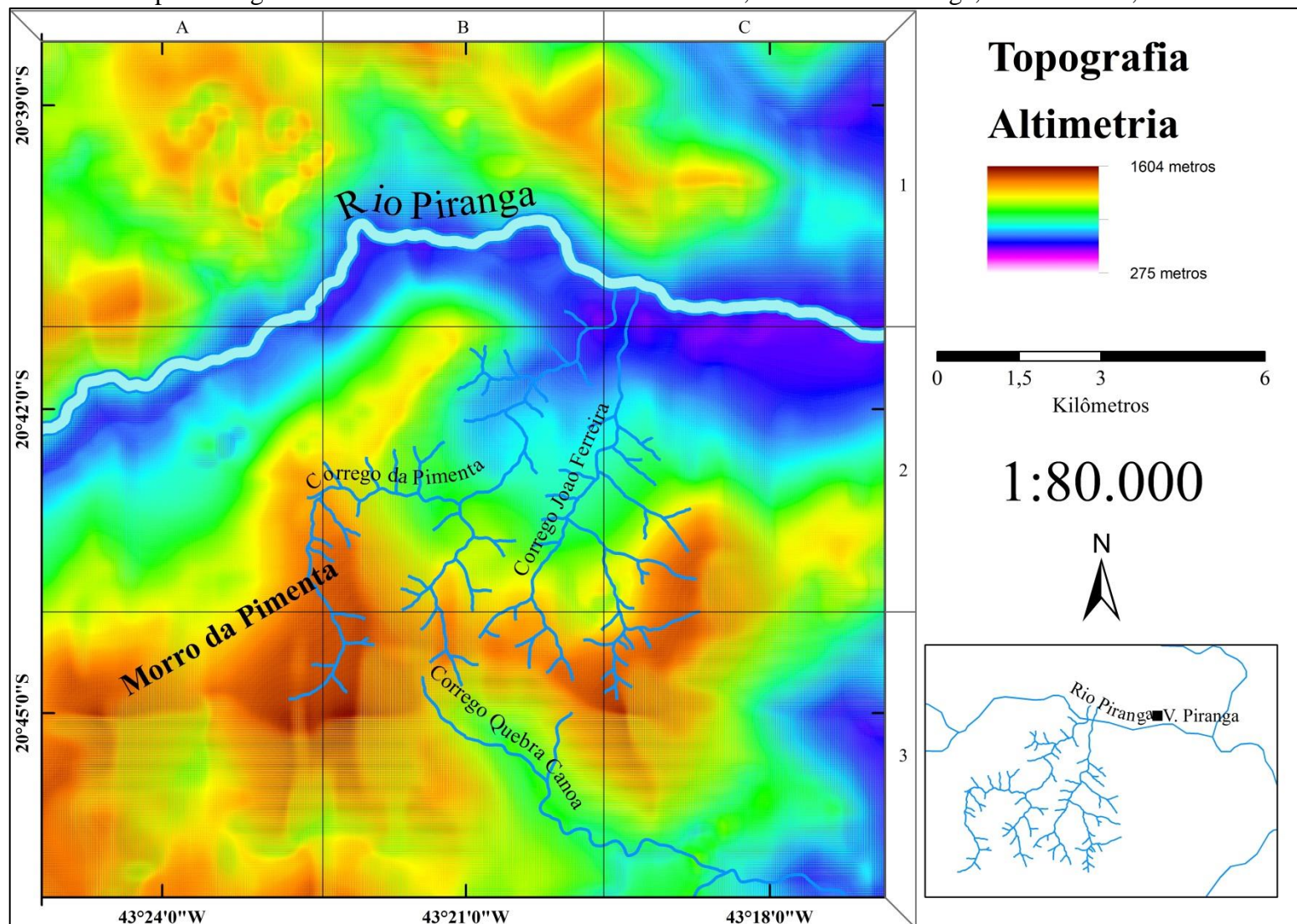
---

<sup>175</sup> “Carta de sesmaria concedida a João Francisco Pimenta”. 10/01/1746. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Imprensa Oficial de Minas Gerais, Ano XI, Volume 1, jan./mar., 1906, p.571-572

<sup>176</sup> A este respeito, preciso proceder alguns esclarecimentos sobre diversos esforços que autores têm despendido em periodizar os ciclos econômicos e a ocupação do espaço das minas. Carla Almeida, em seu livro *Ricos e Pobres em Minas Gerais*, afirma que o predomínio de atividades agropastoris ocorreu somente na passagem do século XVIII para o século XIX. Todavia, apesar de estender sua proposta para todo espaço produtivo da capitania, me parece que há maior pertinência em assumir tal periodização para o Termo de Mariana, região de maior interesse e foco analítico da autora (ver ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e Pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Ed. Argumentum, 2011) Por outro lado, Ângelo Carrara, atento à circulação de mercadorias e como o comércio é responsável por produzir espaços econômicos, desenvolve análise na qual aponta a agricultura e a pecuária desde muito cedo, ainda na primeira metade do século XVIII, como vértices que sustentavam a estrutura produtiva de diversos espaços econômicos da capitania, propondo novas reflexões à regionalização e à periodização da história de Minas Gerais que vão para além dos ciclos do ouro e dos ciclos da produção de alimentos ao mercado externo (ver CARRARA, Ângelo Alves. Para além de Minas e Currais (e de Minas Gerais): ensaio de caracterização da divisão regional mineira. In: CALAES, Gilberto Dias; FERREIRA, Gilson Ezequiel. (Org.). *A estrada real e a transferência da corte portuguesa: programa RUMYS, projeto Estrada Real*. Rio de Janeiro: Centro de Tecnologia Mineral (CETEM/MCT)-CNPq-CYTED, 2009. p.55-58). Seguindo nesta linha interpretativa, é sempre bom lembrar que, como bem apresenta o livro de José Newton Coelho Meneses, *O Continente Rústico*, o cultivo de alimentos e a criação de animais foram atividades que, desde os primeiros anos do descobrimento das minas de ouro, tiveram enorme abrangência e tiveram peso elementar na formação da sociedade e economia das minas setecentista. Em outras palavras, para que a atividade mineradora funcionasse a pleno vapor, uma vasta rede de abastecimento alimentar constituída funcionou como sustentáculo da produção, através das quais também se escoava a produção (ver MENESES, José Newton Coelho. *O Continente Rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina - MG: Maria Fumaça Editora, 2000.)

<sup>177</sup> APM. Seção cartográfica. *Mapas da Comissão Geológica e Geográfica de Minas Gerais*. Carta Topográfica do Município de Piranga.

Mapa 1– Região das sesmarias de João Francisco Pimenta, Vale do Rio Piranga, Minas Gerais, 1746



Fonte: APM. Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção Provincial). APM. Seção cartográfica. *Mapas da Comissão Geológica e Geográfica de Minas Gerais*

informações contidas na obra de Gusthavo Lemos<sup>178</sup>, não há dúvidas que a população ali estabelecida transformou aqueles terrenos em área propícia ao cultivo de gramíneas como a cana-de-açúcar e outros gêneros alimentícios sempre presentes entre os bens listados em diversos inventários confeccionados no Arraial da Piranga.

Alguns anos depois, em setembro de 1753, outros três sesmeiros foram agraciados com terras num lugar denominado “córrego da Pimenta”, constando em suas Cartas de Sesmarias descrições similares aquelas dadas ao secretário Antônio de Souza Machado no ano de 1746, aspectos que me levaram a assumir tratar-se das mesmas paragens onde já estava inserido João Francisco Pimenta.<sup>179</sup> Em vista destes dados e das informações cartográficas que demonstram a proximidade de um córrego Quebra-Canoas ao dito Córrego da Pimenta, imagino que tenha sido João Francisco Pimenta o primeiro a ali se estabelecer (por isso o córrego batizado em sua homenagem) e instituir a exploração daquelas terras, atraindo os sesmeiros que ali se instalaram nas décadas seguintes (Mapa 1).

Antes de explorar as outras concessões de sesmarias nas redondezas e as tramas sociais que ali se constituíram, cabe assinalar que no mesmo dia 10 de Janeiro de 1746, não muito distante do Córrego da Pimenta, no Ribeirão do Bacalhau, foi agraciado com Carta de Sesmaria João Ferreira Almada.<sup>180</sup> Entretanto, o leitor deve estar se perguntando se esta anotação diz respeito à coincidência das datas em que foram agraciados os dois sesmeiros. Certamente a avaliação das temporalidades que marcaram o povoamento e ocupação do Vale do Rio Piranga tem muito a dizer sobre a formação daquela sociedade e a transformação daquele espaço em território de exploração. Contudo, explorarei dados históricos a este respeito em momento mais apropriado do texto.

Por ora, afirmo que, a despeito desta justaposição temporal, evoca-se o caso de João Ferreira Almada, pois a análise de sua trajetória e de sua família conduziu-me ao Córrego da Pimenta, no qual Feliciano Isabel Maria de Oliveira, cunhada do sobredito sesmeiro, juntamente com seu esposo, era proprietária da Fazenda do Engenho.<sup>181</sup> No inventário de Feliciano também se constatou que o outro córrego a leste do Córrego da Pimenta, ambos desaguando muito próximo no Rio Piranga, era denominado Córrego João Ferreira (Mapa 1).

---

<sup>178</sup> LEMOS, Gusthavo. *Minas da Terra: família, produção da riqueza e dinâmica do espaço em zona de fronteira agrícola*. Minas Gerais, 1800-1856. São Paulo: Annablume, 2014

<sup>179</sup> APM. *Carta de sesmaria concedida a Antônio Alves de Carvalho*. 20/09/1753. SC 106, p.108; APM. *Carta de sesmaria concedida a Custódio Costa*. 21/09/1753. SC 106, p.107; APM. *Carta de sesmaria concedida a Manoel Ferreira Gualda*. 20/09/1753. SC 106, p.108

<sup>180</sup> APM. *Carta de sesmaria concedida a João Ferreira Almada*. 10/01/1746. SC 85, p.82

<sup>181</sup> ACSM. 1º Ofício, códice 74, auto 1569, 1782. *Inventário post-mortem de Feliciano Isabel Maria de Oliveira*



Portanto, por caminhos desconhecidos, suponho que João Ferreira Almada se estabeleceu nas mesmas paragens que João Francisco Pimenta, as quais, como se aventou, eram promissoras ao desenvolvimento de roças e fazendas.

Porém, não quero ser apressado e atravancar as engrenagens da narrativa histórica. Assim, retomo a sesmaria recebida por João Ferreira Almada no ano de 1746 no Ribeirão do Bacalhau. Conforme consta nesta documentação, o dito era morador da Cidade de Mariana e possuidor de lavras auríferas na paragem da Ponte Alta, na qual empregava muitos escravos, todavia, sem terras suficientes que plantasse mantimentos. Sabendo ele haver “matos virgens e incultos” do Ribeirão do Bacalhau, na freguesia do Sumidouro, rogava mercê receber sesmaria naqueles “sertões”, confirmada no documento acima citado.

O suplicante não estava desbravando sozinho aquele sertão. Nos anos de 1745 e 1746 constam outras onze cartas de sesmaria em que as demarcações faziam referência ao “ribeirão do Bacalhau”, aos “matos do Santo Antonio” e ao “corrego que desagua no Bacalhau”, indicando que muito provavelmente corriam rumores nas localidades ao redor que dali devia emanar riquezas, seja pela terra fértil ou por córregos abundantes em riquezas minerais. A este respeito, consta ainda na carta de sesmaria recebida por João Ferreira Almada que caso houvesse descobrimentos de terras minerais, o mesmo não poderia impedir a repartição das mesmas e que seria obrigado, em um ano, a contar da data de outorgação, a demarcar a sesmaria judicialmente, informar seus vizinhos e, no prazo de dois anos, povoar e cultivar as terras.

Por ter ali se instalado no mesmo período em que muitos outros sesmeiros, viu o esgotamento das possibilidades de expansão dos limites de suas terras como havia procedido João Francisco Pimenta nas paragens do córrego Quebra-Canoas. Desta forma, tão logo ali se estabeleceu, provavelmente antes mesmo do prazo de quatro anos para requerer confirmação da carta de sesmaria junto ao Conselho Ultramarino, prazo determinada na Carta recebida, lançou-se para outros sertões. Assim, no ano de 1753 requeria receber mercê em uma nova Carta de Sesmaria, desta vez, situada “nos matos do xopotó, no ribeirão de Santo Antônio da Soledade”<sup>182</sup>, nos extremos do sertão da “freguesia de Guarapiranga”<sup>183</sup>, nas áreas de nascentes de córregos que desaguam em afluentes do Rio Pomba, um dos principais rios que formam a Bacia do Rio Paraíba do Sul, indicando o fluxo ocupacional que gradativamente,

---

<sup>182</sup> APM. *Carta de sesmaria concedida a João Ferreira Almada*. 08/05/1753. SC 106, p.16v

<sup>183</sup> Esta referência à freguesia de Guarapiranga consta na carta de sesmaria, por isso, posta entre aspas.

partindo do Vale do Rio Piranga e avançando sobre as áreas do Vale do Rio Paraíba, moveu a fronteira leste da capitania e província de Minas Gerais.

Deste modo, torna-se indispensável aos objetivos deste capítulo explorar o quadro mais amplo do processo de povoamento e ocupação de Minas Gerais e, especificamente, do Vale do Rio Piranga. Portanto, sem perder de vista as trajetórias de alguns sesmeiros e suas famílias, realizarei um “jogo de escalas”<sup>184</sup> entre as trajetórias individuais e os fluxos de ocupação que se operaram na fronteira entre as minas e os currais, nas palavras de Ângelo Carrara, “categorias evidentes da divisão regional colonial mineira na infância da capitania.”<sup>185</sup> Assim, a partir da análise das cartas de sesmarias<sup>186</sup> concedidas nas regiões em foco neste capítulo, relatos de descobrimentos<sup>187</sup> e trabalhos de memorialistas que expõem suas leituras sobre a história da capitania de Minas Gerais<sup>188</sup>, busco apresentar as interações entre espaço e sociedade com enfoque no consórcio peculiar entre família e fronteira que marcou o passado colonial brasileiro.<sup>189</sup>

## **Descobrimientos, expansão eclesiástica e jurisdições de poder**

Na pesquisa documental realizada, a primeira menção encontrada para a região do Vale do Rio Piranga encontra-se no Códice Costa Matoso, compilado e organizado por Luciano Raposo Figueiredo e Maria Verônica Campos.<sup>190</sup> Consta neste corpus documental o seguinte relato:

Em 1691 saiu de São Paulo uma bandeira de paulistas, por capitães dela Francisco Rodrigues Sirigueio e Antônio Pires Rodovalho, com um roteiro para irem à Casa da Casca, e por ele chegaram a este *rio de Guarapiranga*

---

<sup>184</sup> REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998

<sup>185</sup> CARRARA, Ângelo Alves. Para além de Minas e Currais...p.55

<sup>186</sup> APM. Seção Colonial, Cartas de Sesmarias; APM. Seção Provincial, Cartas de Sesmarias

<sup>187</sup> TAUNAY, Afonso d'E. *Relatos sertanistas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981; Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas do ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios. In: CÓDICE COSTA MATOSO; FIGUEIREDO, Luciano; CAMPOS, Maria Verônica. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos, 1999. v.1, p.166-193

<sup>188</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Saterb, 1971; VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. 4ª ed. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1974. 2v; LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: São Paulo: Itatiaia, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978

<sup>189</sup> METCALF, Alida C. *Family and Frontier in Colonial Brazil: Santana de Parnaíba, 1580-1822*. Austin: University of Texas Press, 2005; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: CMU/Unicamp, 1997

<sup>190</sup> CÓDICE COSTA MATOSO; FIGUEIREDO, Luciano; CAMPOS, Maria Verônica. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos, 1999. 2v.

no mesmo ano e se arrancharam em uma capoeira do gentio à beira-rio, em o qual descobriram ouro, e em um córrego que nele faz barra.<sup>191</sup>

Um primeiro aspecto que se destaca deste relato contido no Códice Costa Matoso é o roteiro da Casa da Casca, constante na tópica discursiva do mítico e do imaginário no processo de descoberta e ocupação do espaço que viria a ser conhecido como Minas Gerais. Segundo Marcelo Motta Delveaux, “a edenização da natureza brasílica reforçava a ideia da realidade dos metais preciosos, com os elementos naturais sendo interpretados como signos da presença divina e dos segredos da terra ainda não revelados.”<sup>192</sup> Assim, estudando o ato de cartografar os mitos do descobrimento e os percursos sertanistas, Delveaux ressalta que a Casa da Casca esteve presente no discurso de descobridores desde pelo menos a segunda metade do século XVII, conforme se depreende das palavras de José Rebello Perdigão:

Pelas notícias que deram em S. Paulo os primeiros sertanistas, que vieram do descobrimento das esmeraldas com o capitão-mor Fernando Dias Paes, [...] se animaram os moradores de todas aquelas vilas a formarem uma tropa com o intento de buscarem e descobrirem a paragem, ou sertão da desejada *casa da casca* onde diziam era muito e precioso o ouro.<sup>193</sup>

A Casa da Casca ainda permanece no desconhecido, fruto de um discurso imaginário das entradas ao sertão das minas. Porém, outros lugares tornaram-se reais e neles empreenderam-se grandes explorações de metais e pedras preciosas, onde fizeram morada e transformaram-na num entreposto de apoio dos percursos às buscas mitológicas. Bento Fernandes Furtado, num relato feito sobre os primeiros descobridores, deixa explícita esta prática comum das expedições: se estabelecer num lugar, mas ali não se fixar. Contudo, criavam-se as bases para antigos percursos e novos descobrimentos.

Chegado que fosse o tempo em que consideravam os mantimentos em termos de suprir, para fazerem mais experiência no mesmo lugar e continuar a diligência principal, que era a da Casa da Casca, e chegados que fossem de volta ao lugar da Itaverava, depois de passados seis meses de montaria [...] colhendo os mantimentos, fizeram mais reforçadas experiências no mesmo lugar e, achando ouro com mais conta, fizeram novas roças e avisaram a seus parentes e amigos a São Paulo e às vilas para estabelecerem minas e ampliarem os descobrimentos...<sup>194</sup>

---

<sup>191</sup> CÓDICE COSTA MATOSO; FIGUEIREDO, Luciano; CAMPOS, Maria Verônica. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas...*v.2, p.257. Grifo meu.

<sup>192</sup> DELVEAUX, Marcelo Motta. Cartografia imaginária do sertão. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v.46, nº2, p.74-87, Jul-Dez, 2010. p.77

<sup>193</sup> NOTÍCIA - 3ª prática - Que dá ao R. P. Diogo Soares, o mestre de campo José Rebello Perdigão sobre os primeiros descobrimentos das Minas Gerais do Ouro. Ribeirão Abaixo, 2 de janeiro de 1733. In: TAUNAY, Afonso d'E. *Relatos sertanistas...*,p. 172. Grifo meu.

<sup>194</sup> Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas do ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios. In: CÓDICE COSTA MATOSO; FIGUEIREDO, Luciano; CAMPOS, Maria Verônica. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos...* v.1, p.171

Augusto de Lima Júnior, compilando narrativas históricas das descobertas de ouro e criando o seu enredo sobre a ocupação e povoamento de Minas Gerais, fornece um elemento muito importante ao entendimento da ocupação do espaço da mineração e o seu entorno:

É certo, porém, que desde 1694, na Bandeira do Capitão Rodovalho, que descobriu o Guarapiranga, já estava como capelão [...] Frei José de Jesus por alcunha o Catarro. Esse frade levantou capela no Guarapiranga celebrando nela missa. Com o abandono que se operou por algum tempo, da região do Guarapiranga, quando os selvagens destruíram o primeiro povoado, formado pelo Capitão João Pires Rodovalho, seu irmão aparece, em seguida, como um dos primeiros moradores do Ribeirão do Carmo.<sup>195</sup>

A despeito de alguma possibilidade de idealizar cronologias sobre os primeiros descobrimentos (1691), surgimento de um arraial e, depois, a ereção de uma capela (1694), ordenando a formação espacial de Minas Gerais, o que mais me chama a atenção é a noção de localidades de passagem. Ao que me parece, nestas localidades se extraía ouro, embora, não em abundância, mas, ainda assim, eram pontos estratégicos às necessidades do movimento de entrada aos sertões das minas. Ainda que a presença dos “selvagens” seja o motivo do abandono que se operou da região do Guarapiranga na narrativa de Augusto de Lima Júnior, as notícias de Bento Fernandes Furtado, como já se mostrou, realçaram a não acomodação aos descobrimentos correntes, a qual, incentivada por narrativas mitológicas, roteiros imaginários e insaciável busca por novas lavras, instituíam a colonização, expandiam as fronteiras e transformavam os sertões.

No mesmo documento escrito por Bento Fernandes Furtado, constata-se que seu pai, o Coronel Salvador Fernandes Furtado, depois de já ter instalado lugares de mineração ao longo do Ribeirão do Carmo e instituído algumas capelas (por ter sempre o acompanhado o Vigário Miguel Rebelo de Alvim) em locais de onde muito proveito se tirava, não descansou em designar novas diligências, tanto que por volta de 1702 e 1703

mandou a seu filho Bento Fernandes Furtado a bandeirar para a parte sul do ribeirão do Carmo, pelo sertão incógnito que se achava entre o Ribeirão [do Carmo] e Guarapiranga, e gastando meses nesta diligência descobriu várias faisqueiras pelos lugares chamados Pinheiro, Rocha, Bacalhau, Pirapetinga; e voltando com soldados e escravos em rede, picados de cobras e bichos venenosos, com muito trabalho, fomes e riscos de vida, não deu a partilhas estes descobrimentos por serem as pintas limitadas. Seguindo, porém, as suas picadas, foram entrando outros mineiros que, lavrando estas faisqueiras, foram achando aumento nelas, razão por que foram povoando sítios, arraiais, capelas, freguesias, com muita utilidade dos povos e da Real Fazenda de Sua Majestade.<sup>196</sup>

---

<sup>195</sup> LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A capitania de Minas Gerais...*p.26

<sup>196</sup> Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas do ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios. In:

Pelas notícias fornecidas por Bento Fernandes Furtado, atesta-se o consórcio da mineração, religião e agricultura na ocupação e povoamento do que viria a ser Minas Gerais. Entretanto, como já salientou Francisco E. Andrade, além das práticas, também marcaram presença os discursos dos descobrimentos.<sup>197</sup> Nos relatos de Fernandes Furtado, escritos mais de quarenta anos depois de ter sido enviado por seu pai à parte sul do Ribeirão do Carmo, estão expressos os feitos de sua bandeira, sem faltar menção ao heroísmo e às dificuldades em adentrar os sertões incógnitos, distinguindo-se por ter sido o que abriu caminho para que outros mineiros viessem e povoassem o lugar, de onde se tirou muito proveito e utilidade à Coroa. Não só os seus feitos são dignos de reconhecimento pelo heroísmo, mas, o espírito sertanista dos primeiros descobridores, incansáveis desbravadores do sertão, perceptível em sua narrativa sobre a descoberta do rio Guarapiranga:

Guarapiranga foi descoberto pelo mesmo João de Siqueira Afonso, taubateano distante à mesma parte do sul do ribeirão do Carmo 12 léguas pelo sertão dentro, vencido tudo pelo incansável espírito deste sertanista de ampliar descobrimentos, não se satisfazendo do não menos rico e durável Sumidouro [um ribeirão, rico em ouro, descoberto pelo mesmo bandeirante]. É este rio hoje todo povoado com amplíssima freguesia, com igreja matriz suntuosa e bem ornada, com arraial de bastantes vizinhos, que vivem das faisqueiras do mesmo rio, que até hoje existem.<sup>198</sup>

Mais uma vez este relato vem reiterar a presumida ideia de localidades de passagem, nascidas do fluxo de pessoas e da busca por mais lavras. A João de Siqueira Afonso, além de ser considerado o descobridor das ‘fisqueiras’ do Guarapiranga e do Sumidouro neste mesmo documento escrito por Bento Fernandes Furtado, é legado o descobrimento do lugar chamado Ponta do Morro (que veio a ser a Vila de São José, atual cidade de Tiradentes) e, ainda, o Rio Aiuruoca, “pelo sertão que então era a parte do sul da estrada que vai para São Paulo, três dias de jornada afastado para aquela parte de São João del-Rei, nas cabeceiras do rio Grande...”<sup>199</sup>, donde se formou um arraial com o mesmo nome. O que se depreende destes relatos, e especialmente atentando-se aos lugares descobertos por João Siqueira Afonso, segunda a narrativa de Bento Fernandes Furtado, é a vasta circulação destes sertanistas por

---

CÓDICE COSTA MATOSO; FIGUEIREDO, Luciano; CAMPOS, Maria Verônica. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos...* v.1, p.182

<sup>197</sup> ANDRADE, Francisco Eduardo. *A invenção das Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entrada nos sertões do ouro da América Portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora: Editora PUC Minas, 2008

<sup>198</sup> Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas do ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios. In: CÓDICE COSTA MATOSO; FIGUEIREDO, Luciano; CAMPOS, Maria Verônica. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos...* v.1, p.183

<sup>199</sup> Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas do ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios. In: CÓDICE COSTA MATOSO; FIGUEIREDO, Luciano; CAMPOS, Maria Verônica. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos...* v.1, p.183

longas distâncias envolvendo cada vez mais novos descobrimentos, assenhorando os sertões, incluindo-os no território português.<sup>200</sup>

Neste contexto, a capela com invocação a Nossa Senhora da Conceição, à beira do rio Guarapiranga (de agora em diante, rio Piranga), devido a abundância das extrações auríferas que ali se efetivaram, foi uma das primeiras a se constituir, ainda no século XVII. No seu entorno surgiu um pequeno arraial, seguido pelas capelas de Nossa Senhora do Pilar, Nossa Senhora do Carmo<sup>201</sup> e Santo Antônio do Pirapetinga<sup>202</sup>, todas três erigidas no ano de 1703, e três anos depois, a de Bom Jesus do Monte.<sup>203</sup> Estas cinco capelas, nesta conjuntura expansionista e colonizadora, constituíram-se como o núcleo primário da ocupação eclesiástica da região, tornando-se os seus arraiais as bases para a abertura das fronteiras que sucederam-se.

Visto que busco afirmar neste capítulo o papel dos constantes e incansáveis movimentos de entrada para a constituição dos lugares de extração do ouro, produção agrícola e reprodução da vida material, o que se postula é que numa *sociedade de capelas*, toda a sua reprodução se deu em torno das práticas de erigir locais de culto consagrados aos santos protetores.<sup>204</sup> Assim, acredito que nos primórdios do descobrimento das minas do ouro, as cinco capelas erigidas entre 1694 e 1706, representadas no Mapa 2, dividiram entre si o

---

<sup>200</sup> Sobre a prática e os discursos de conquista dos sertões, ver PAIVA, Adriano Toledo. *Uma tradição paulista nas minas: descobridores e conquistadores nos sertões*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016. Para melhor conhecer e entender a ocupação da região das minas e as práticas de cartografar roteiros ver RODRIGUES, Carmem Marques. *Os mapas das pedras brilhantes: a cartografia dos sertanistas, dos engenheiros militares e dos padres matemáticos sobre o Distrito Diamantino do Serro do Frio (1714-1771)*. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014

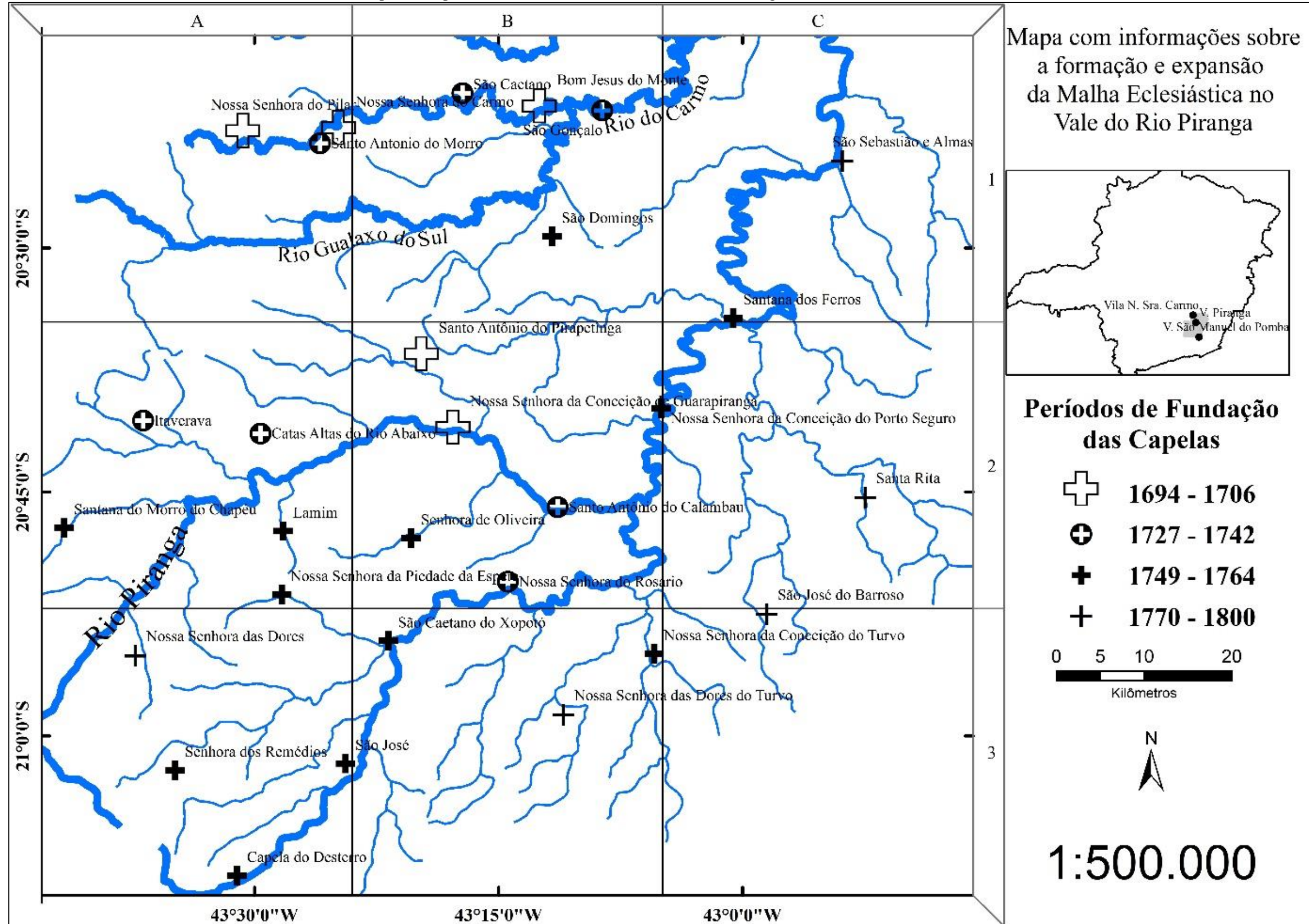
<sup>201</sup> Estas duas capelas são erigidas nos locais onde menos de uma década mais tarde serão instituídas Vila Rica (atual cidade de Ouro Preto) e a Vila de Nossa Senhora do Carmo (atual cidade de Mariana).

<sup>202</sup> Na época atual, a localidade é distrito do município de Piranga, com o mesmo nome da antiga capela.

<sup>203</sup> Atualmente é um distrito do município de Mariana com o nome de Furquim.

<sup>204</sup> Segundo Francisco Eduardo Andrade, a prática sertanista de erigir capelas tinha forte relação com o dever de cristianizar e submeter índios ao catolicismo, além de reafirmar a devoção a santos protetores. Porém, como salienta o autor, ainda havia motivações adicionais, pois, ao arrendarem terras estatais, os sertanistas expandiam o patrimônio familiar, solucionando em parte a fragmentação da riqueza com a divisão da herança nas regiões de origem, respaldados por uma prática legal e moralmente aceita de vincular índios ao aldeamento instituído nas cercanias das capelas e das terras tomadas. Esta vinculação (capela e patrimônio familiar) podia ainda ser estratégica para o não pagamento dos dízimos reais, os quais não incidiam sobre os rendimentos patrimoniais da Igreja ou sobre os benefícios eclesiásticos. Assim, como bem demonstra Andrade, as capelas, na época colonial, eram centro de disputas pelo poder e, por diversas vezes, a sua criação trouxe conflitos e disputas envolvendo párocos, capelães e partidos poderosos, pois, uma nova capela poderia causar algum prejuízo a sua paróquia ou matriz. Mesmo que em tese, uma capela devesse ser aprovada pelo bispado, em função de todo o simbolismo e poderio nela representados nas áreas de fronteira, a definição do seu patrimônio e a sua ereção frequentemente aconteciam antes da provisão episcopal. Para conhecer mais esta discussão em todas os seus vieses teóricos e interfaces documentais, ver ANDRADE, Francisco Eduardo. A conversão do sertão: capelas e a governamentalidade nas Minas Gerais. *Varia História*, Belo Horizonte, vol.23, nº37, p.151-166, Jan./Jun., 2007; ANDRADE, Francisco Eduardo. Fronteira e instituição de capelas nas Minas, América portuguesa. *América Latina em La História Económica*, nº 35, enero-junio de 2011, p.271-296.

Mapa 2 – Expansão da Malha Eclesiástica, Vale do Rio Piranga, Minas Gerais, 1694-1800



Fonte: CÓDICE COSTA MATOSO; FIGUEIREDO, Luciano; CAMPOS, Maria Verônica. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos...* BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Saterb, 1971

papel de propulsoras do povoamento das regiões a elas limítrofes, atuando na ocupação destes sertões e agindo umas sobre as outras.<sup>205</sup>

O Mapa 2 fornece uma representação muito elucidativa do movimento da expansão territorial e as várias fases que o instituíram, as quais, como já salientado, tinham suas bases lançadas no chamado núcleo eclesiástico primário, ou seja, aquelas capelas erigidas entre os anos de 1694 e 1706. Note-se, por exemplo, que na segunda fase desta expansão (1727 – 1742), três capelas (Santo Antônio do Morro<sup>206</sup>, São Caetano<sup>207</sup> e São Gonçalo<sup>208</sup>) surgem ao longo do curso d'água do Rio do Carmo, o que é consequência dos novos ribeirões auríferos ali encontrados<sup>209</sup>, mas, como enfatizou Francisco E. Andrade, não se deve perder de vista os conflitos e disputas que envolviam a criação de uma nova capela.<sup>210</sup> Assim, tanto quanto ponderar o surgimento de novos lugares produtivos a partir das bases possibilitadas por antigos espaços de exploração e reprodução, retomam-se premissas interpretativas postas em prática por Cláudia Damasceno Fonseca e Francisco Eduardo Andrade, autores que notabilizaram os aspectos simbólicos e as disputas por instâncias de poder, elementos indissociáveis à expansão eclesiástica que se cumpriu em Minas Gerais.

---

<sup>205</sup> Além dos já citados trabalhos de Francisco Eduardo Andrade, outros pesquisadores como Sérgio da Mata, Cláudia Damasceno Fonseca e Alexandre Mendes Cunha foram autores recorrentemente utilizados durante as reflexões que possibilitaram a elaboração deste capítulo. Segundo Sérgio da Mata, conformada pelo espaço sagrado das capelas que cederam lugar ao profano que as circundavam, a personalidade histórica de Minas Gerais tem na religião, na mineração e no comércio as suas bases estruturadoras. Não necessariamente contrapondo-se a Sérgio da Mata, Cláudia Damasceno Fonseca transfere à mineração, agricultura e comércio a responsabilidade explicativa do fenômeno urbano de Minas Gerais, problematizando o surgimento de arraiais e os seus paralelos na atividade agropastoril, mineradora e nas disputas por espaços de poder. Por fim, Alexandre Mendes Cunha propõe reflexões sobre a formação do espaço das Minas, mostrando a importância da sobreposição de lugares de produção a territórios de reprodução. Segundo este autor, os centros mineradores, polos atrativos de fluxos migratórios, se superpuseram a outros espaços que foram sendo criados como chãos de reprodução da vida material. Em outras palavras, não originalmente colocadas por ele, o que Alexandre Mendes Cunha está retomando é o caráter centrífugo do ajustamento territorial de Minas Gerais, o qual tem nos núcleos mineradores os seus epicentros migratórios e ocupacionais das áreas de fronteira. Os textos destes autores por mim utilizados são os seguintes: MATA, Sérgio da. *Chão de Deus: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil: séculos XVIII-XIX*. Berlin: WVb, 2002; FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas minas setecentistas*. Trad. Maria Juliana Gambogi Teixeira, Cláudia Damasceno Fonseca. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011; CUNHA, Alexandre Mendes. No sertão, o lugar das minas: reflexões sobre a formação do espaço central das Minas Gerais no começo do século XVIII. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n°40, julho-dezembro de 2007, p.25-45.

<sup>206</sup> Mapa 2, Quadrante A1

<sup>207</sup> Mapa 2, Quadrante B1

<sup>208</sup> Mapa 2, Quadrante B1

<sup>209</sup> Acerca das cronologias dos descobrimentos de ribeirões auríferos nesta região, ver BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais...*

<sup>210</sup> Para uma discussão aprofundada sobre o tema, destaca-se o já citado trabalho do autor. Ver ANDRADE, Francisco Eduardo. *Fronteira e instituição de capelas nas Minas...*



Tabela 1 – Malha eclesiástica, vales do Rio Piranga e Xopotó (1694-1800)

<b>Capela</b>	<b>Freguesia</b>	<b>Distrito</b>	<b>Termo</b>
<b>Itaverava</b>	Matriz de Queluz		Termo de Vila Rica Termo da Vila de São José
<b>Catas Altas do Rio Abaixo</b>	Matriz de Queluz	Distrito de Queluz	
<b>Lamim</b>	Freguesia de Itaverava	Distrito de Queluz	
<b>Santana do Morro do Chapéu</b>	Matriz de Queluz	Distrito de Queluz	
<b>Nossa Senhora das Dores</b>	Matriz de Queluz	Aplicação do Morro do Chapéu	
<b>Senhora dos Remédios</b>	Matriz da Borda do Campo	Distrito de Barbacena	Termo da Vila de São José
	Matriz de Piranga	Distrito de Piranga	Termo de Mariana
<b>São José</b>	Matriz de Piranga	Distrito de Piranga	
<b>São Caetano do Xopotó</b>	Matriz de Piranga	Distrito de Piranga	
<b>Capela do Desterro</b>	Matriz de Piranga	Distrito de Piranga, Rio Pomba e Barbacena	
<b>Nossa Senhora da Piedade da Espera</b>	Matriz de Piranga	Distrito de Piranga	
<b>Nossa Senhora do Rosário</b>	Matriz de Piranga	Distrito de Piranga	
<b>Senhora de Oliveira</b>	Matriz de Piranga	Distrito de Piranga	
<b>Santo Antônio do Calambau</b>	Matriz de Piranga	Distrito de Piranga	
<b>Nossa Senhora da Conceição do Porto Seguro</b>	Matriz de Piranga	Distrito de Piranga	
<b>Nossa Senhora da Conceição do Turvo</b>	Matriz de Piranga		
<b>Santana dos Ferros</b>	Matriz de Piranga	Distrito de Piranga	
<b>São Sebastião e Almas</b>	Freguesia de Bom Jesus do Monte		
<b>São Domingos</b>	Freguesia do Sumidouro		
<b>São Gonçalo</b>	Freguesia de Bom Jesus do Monte		
<b>São Caetano</b>		Distrito de Mariana	
<b>Santo Antônio do Morro</b>		Distrito de Mariana	
<b>Santa Rita</b>	Freguesia do Pomba		
<b>São José do Barroso</b>	Freguesia do Pomba		
<b>Nossa Senhora das Dores do Turvo</b>	Freguesia do Pomba		

Fonte: BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Saterb, 1971

Sobre este ponto de vista, a Tabela 1, ao pontuar as filiações eclesiásticas e administrativas das capelas representadas no Mapa 2, esquadrinha as fronteiras imaginárias que delimitam este espaço em formação. Nesse aspecto, vê-se que as capelas de Itaverava, Catas Altas do Rio Abaixo, Lamim, Santana do Morro do Chapéu e Nossa Senhora das Dores,

todas na região das “cabeceiras do Piranga”, demarcavam os limites eclesiásticos da Matriz de Queluz.<sup>211</sup> Entretanto, como se deve prever, estes limites não eram rígidos, pois, em se tratando de um espaço em formação, permeado por práticas de territorializar os lugares, não foram escassas as variabilidades de jurisdições, em grande parte, decorrência das disputas por poder.

Estas inconstâncias jurídicas, administrativas e eclesiásticas podem ser observadas pelas informações contidas na

Tabela 1, na qual chamo atenção, por exemplo, a capela de Itaverava. Ainda que incerta a data de sua fundação, figura nas narrativas dos primeiros descobrimentos, nos quais é filial da Matriz de Queluz. Elevada a igreja matriz, sede de sua freguesia, no ano de 1726, tornou-se um novo centro de povoamento e ocupação destes sertões, perceptível, por exemplo, ao se considerar a capela de Lamim, erigida em 1760, filial da Matriz de Itaverava. Situação semelhante foi vivenciada pela capela de Bom Jesus do Monte<sup>212</sup>, núcleo primário de colonização que, elevado a igreja matriz de freguesia, tornou-se entreposto na colonização das áreas circunvizinhas, à qual foram filiadas as capelas de São Gonçalo e São Sebastião e Almas (

Tabela 1).

Com a criação das primeiras vilas e comarcas, implicação direta das medidas da Coroa em instigar maior fiscalização e controle sobre os seus vassallos, arrefecendo rebeldias e insurreições que questionavam a autoridade reinol, novas demarcações territoriais, espaços de poder e alternâncias administrativas foram experimentadas no espaço das minas.<sup>213</sup> Por exemplo, a capela de Itaverava, que teve seu arraial juridicamente vinculado ao Termo de Vila Rica e, com a instauração da Vila de São José e da Comarca do Rio das Mortes, fora sujeitado ao Termo da Vila de São José. Contudo, esta busca por institucionalizar a coerção não significou um território inerte sem dinâmicas e disputas espaciais que induzissem a novos desmembramentos e incorporações. Um exemplo ilustrativo da flutuação que algumas localidades vivenciaram em decorrência da criação de instâncias eclesiásticas, jurídicas e administrativas é a capela de Senhora dos Remédios. Erigida no ano de 1760, filial da Matriz

---

<sup>211</sup> Apesar do arraial de Queluz e posteriormente, Vila de Queluz, sede da igreja matriz de mesmo nome, não estar representado no Mapa 2, encontra-se a oeste dos limites do mapa, pouco acima do paralelo 20°45'00"S, a noroeste de Itaverava.

<sup>212</sup> Mapa 2, Quadrante B1.

<sup>213</sup> Para uma aprofundada discussão sobre a instituição do poder civil em Minas Gerais no período colonial, ver FONSECA, Claudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei...* Cf. especialmente o Capítulo 3, “A instalação do poder civil e a fundação das primeiras vilas (1709-1730)” e o Capítulo 4, “Justiça, fiscalidade e território”.

de Borda do Campo, esteve sob a tutela da Matriz de Piranga e, posteriormente, vinculada a freguesia de São José do Xopotó<sup>214</sup> antes de tornar-se igreja matriz no ano de 1870.<sup>215</sup>

### A “frente pioneira” e as minas que não se esgotaram

No dia 8 de março de 1745, Cosme Pereira Barros recebeu carta de sesmaria que se localizava “no sertao entre o Gualaxo e o Piranga no correjo de Nossa Senhora do Rosario”, mesma descrição denominativa de outra sesmaria recebida pelo mesmo Cosme Pereira Barros no ano de 1754. “No sertao vertente para o Rio Guarapiranga” recebeu sesmaria Manoel Fernandes Vilar em 1745, enquanto no ano seguinte José Henriques foi agraciado com uma sesmaria situada “nos Matos do Sertao das cabeceiras do Rio Guarapiranga” e, em 1758, a Francisco Ferreira de Carvalho foram concedidas terras “junto a um ribeirão que vem do Sertao e desagua no Rio Chopoto”.<sup>216</sup>

Comum a todas estas descrições, o termo ‘sertão’ é um conceito incerto com usos diversificados na tónica ocupacional do espaço das minas; porém, regularmente utilizado nas representações discursivas e cartográficas do espaço mineiro à época da colonização da América portuguesa, denotava um lugar desconhecido, mítico e selvagem.<sup>217</sup> Cláudia Damasceno Fonseca desenvolveu um extraordinário trabalho sobre a toponímia da conversão dos sertões nas Minas Setecentistas, rascunhando os significados correntes no século XVIII de designações como arraial, distrito, concelho, freguesia, comarca e as alteridades decorrentes de práticas e discursos colonizadores.<sup>218</sup> Segundo a autora, os sertões, na visão do colonizador, eram uma folha em branco aonde viriam se inscrever as marcas da dominação, portanto, um eterno vir a ser, convertendo-se em território à medida que o povoamento avança e se intensifica.

O sertão também constituiu o limite do espaço povoado e civilizado; assim, foi a realidade que preexistiu ao território e também à fronteira, indefinida e movente. Valendo-se

---

<sup>214</sup> A Matriz desta freguesia, criada em 1832, no Mapa 2 está representada por sua antiga capela, São José (Quadrante A3).

<sup>215</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais...*p.487

<sup>216</sup> APM. *Carta de sesmaria concedida a Cosme Pereira Barros*. 08/03/1745. Códice SC 80, p.137v; APM. *Carta de sesmaria concedida a Manoel Fernandes Vilar*. 08/03/1745. Códice SC 80, p.138v; APM. *Carta de sesmaria concedida a Cosme Pereira Barros*. 22/02/1754. Códice SC 96, p.119v; APM. *Carta de sesmaria concedida a José Henriques*. 16/06/1755. Códice SC 112, p.39v; APM. *Carta de sesmaria concedida a Francisco Ferreira de Carvalho*. 11/05/1758. Códice SC119, p.109v.

<sup>217</sup> DELVEAUX, Marcelo Motta. *Cartografia imaginária do sertão...*

<sup>218</sup> FONSECA, Claudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’el rei...* Cf. especialmente a primeira parte do trabalho “Do Sertão ao Território”.

dos fundamentos teóricos de Frederick Jackson Turner<sup>219</sup> – autor que ao estudar a construção da nação norte-americana, chamou atenção para o papel do *farwest*, afirmando que a ideia de que fronteira não deve se resumir a barreiras físicas impostas para impedir avanços territoriais, mas, uma linha imaginária e móvel que separa a civilização da barbárie, em constantes deslocamentos conforme se concretizavam movimentos de ocupação –, e de alguns postulados de Sérgio Buarque de Holanda<sup>220</sup> – autor que pensou a fronteira como um lugar de confrontação entre paisagens, populações, hábitos e técnicas que ora deixam lugar à formação de produtos mistos ou simbióticos, ora a afirmar-se –, Cláudia Damasceno Fonseca problematiza o complexo processo de incorporação das áreas adjacentes aos núcleos de povoamento primários, destacando as transcorridas fronteiras da ocupação e formação da malha urbana no espaço das minas. Por fim, ainda são incorporados em sua análise, elementos da obra de Pierre Monbeig<sup>221</sup>, geógrafo de orientação não determinista, inclinado às teorias de Vidal de La Blache, autor que colocou o meio geográfico no centro da análise da vida humana e enfatizou as diversas possibilidades de respostas que podiam ser colocadas pelos homens diante dos desafios do meio.<sup>222</sup>

A partir de Monbeig, que se vale da ideia de “franja pioneira” no lugar da noção de fronteira, Cláudia Damasceno Fonseca traz à cena a imagem de zonas marginais, imprecisas e fugidias, onde se operavam um imenso trabalho de formação da paisagem rural, fundação e crescimento das cidades. Segundo a autora, eram nestas áreas que surgiam os arraiais nos arredores dos pousos que se tornaram pontos de encontro entre agricultores e comerciantes. Em suas palavras:

A partir dos centros mineradores principais – Ribeirão do Carmo, Ouro Preto, Rio das Velhas, Rio das Mortes e Serro –, a população espalhou-se pelas zonas circunvizinhas e criou centenas de arraiais, cada fundação funcionando como uma ponta de lança para novas explorações e ocupações. [...] Entre estas diferentes zonas de povoamento, podiam existir grandes espaços vazios, que eram chamados ‘sertões’, [...] [os quais], foram perdendo sua ubiquidade para se tornarem espaços residuais, que ora fascinavam ora repeliam os brancos, mas que, em todos os casos, impunham sua presença, condicionando a formação do território.<sup>223</sup>

Entretanto, leitura ocasionada pela obra de Cláudia Damasceno Fonseca, evoca-se outros aspectos da geografia de Pierre Monbeig, os quais, decorrência direta de uma prática

---

<sup>219</sup> TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in American history*. New York: Ed. Henry Holt and Company, 1921

<sup>220</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

<sup>221</sup> MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec: Polis, 1984

<sup>222</sup> BARROS, José D'Assunção. História, Espaço e Tempo: interações necessárias. *Revista Vária História*, Belo Horizonte, vol.22, nº36, p.460-476, jul./dez., 2006

<sup>223</sup> FONSECA, Claudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei...*p.66-69

acadêmica preocupada em se desvencilhar de um espaço cristalizado, previamente concebido e pouco problematizado, propôs uma geografia do movimento, trazendo o homem para o centro da paisagem. Assim, foram essenciais ao delineamento do espaço em estudo neste trabalho, os seguintes escritos de Monbeig: “a franja pioneira é o ponto de encontro dos apetites e ambições tanto nacionais como estrangeiros. O que a expõe a ser duramente atingida pelas crises, mas ao mesmo tempo lhe permite recuperar muito depressa sua vitalidade.”<sup>224</sup> Por fim, se depreende da obra de Pierre Monbeig a relevância em se atentar à historicidade de territórios, ou, em outras palavras, as distintas temporalidades que reproduzem espaços.<sup>225</sup>

De todo modo, este trabalho lança mão da problematização da fronteira instigada por José de Souza Martins: um lugar de descoberta e desencontro. Segundo ele, desencontro de temporalidades históricas entre grupos diversamente situados no tempo da História. Em suas palavras,

O que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar a definir a fronteira no Brasil é, justamente, a situação de conflito social. [...] Nesse conflito a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular. [...] A fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o outro se torna parte de nós.<sup>226</sup>

Atento leitor da obra de Pierre Monbeig, Martins percebeu que ‘franja pioneira’ é um conceito que não dá conta deste fenômeno conflituoso que se opera na fronteira. Assim, formula duas designações para se tratar destes espaços: frente pioneira e frente de expansão. A primeira, preocupada com o pioneiro empreendedor, aquele que cria o novo, institui uma nova sociabilidade fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais, configurando, assim, uma situação social e espacial que convida ou induz à modernização e à formulação de novas concepções de vida. Por outro lado, a frente de expansão preocupa-se com a expansão e os impactos da *civilização branca* que avança sobre populações indígenas, portanto, inclui as populações pobres, não-indígenas ou mestiças, grosso modo, pequenos produtores rurais que praticam uma agricultura de roça e no limite do mercado.

---

<sup>224</sup> MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo...*p.119

<sup>225</sup> RODRIGUES, Gustavo Caruso. Transformações Territoriais no Brasil e o Pensamento de Pierre Monbeig - 1935 -1946. In: VII Congresso Brasileiro de Geografia – A AGB e a Geografia brasileira no contexto das lutas sociais frente aos projetos hegemônicos, 2014, Vitória/ES. *Anais do VII Congresso Brasileiro de Geografia*, 2014.

<sup>226</sup> MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social*. Revista de Sociologia. USP, São Paulo, v. 8, nº1, p.25-70. 1996. p.27

Assim, pensar o lugar do Vale do Rio Piranga nas frentes de ocupação que se efetivaram no leste da capitania de Minas Gerais pareceu-me uma estratégia apropriada para apresentar a historicidade daquela região. Sendo “os sertões do Piranga” um dos núcleos primários da expansão eclesiástica e de ocupação das minas, tornou-se um dos epicentros migratórios responsáveis pelo avanço populacional que se desempenhou nos sertões, cumprindo a dita vocação do Termo de Mariana em voltar-se para o leste, lavrando a fronteira ao instituir novos espaços.<sup>227</sup>

Antes de enredar os métodos e os argumentos sobre a análise dessa geografia do movimento que ocupou os sertões do leste – a partir de pesquisa detida nas concessões de sesmarias – algumas notas fazem-se necessárias à compreensão desta região, a qual detém um lugar à parte na historiografia. Por suas características fisiográficas, marcada por alastrada e densa mata tropical, instigava a imaginação de colonos e da Coroa na busca pelos míticos lugares repletos de metais e pedras preciosas.<sup>228</sup> Entretanto, foram também as “terras proibidas” por decretos que visavam arrefecer o escoamento das extrações não taxadas pelas casas de fundições<sup>229</sup>, transformando-se, por fim, na “terra da promessa” com o advento da crise da mineração aurífera.<sup>230</sup>

Por fim, não foram poucos os relatos de cronistas e viajantes que ressaltavam os obstáculos impostos pela população indígena nesta região<sup>231</sup>, a qual, dita bárbara e ignóbil, foi o principal obstáculo àqueles que rumavam ao leste da capitania.<sup>232</sup> Assim, como se pode notar, esta vasta região vivenciou diferentes temporalidades no processo de ocupação dos sertões das minas, experimentando distintos olhares e horizontes de expectativas. Não obstante, em todos estes momentos, um enorme contingente populacional projetava-se para esta fronteira aos próprios custos e riscos, numa conjuntura, já salientada, de investimentos simbólicos (capelas) e materiais (economia agropastoril), fruto de um cálculo migratório feito em função da facilidade de transformação destes espaços em terra produtora de riquezas ou simplesmente da subsistência familiar (para os menos abastados), viabilidade de acesso aos

---

<sup>227</sup> CARRARA, Ângelo Alves. Para além de Minas e Currais...

<sup>228</sup> MOLINARI, Luis Gustavo. *De José Joaquim da Rocha a Frederich Wagner: civilização, nativos e colonos nas representações cartográficas dos sertões leste de Minas Gerais (1778-1855)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2009

<sup>229</sup> LANGFUR, Hal. *The forbidden lands: colonial identity, frontier violence, and persistence of Brazil's eastern Indians, 1750-1830*. Stanford, California: Stanford University Press, 2006

<sup>230</sup> ESPINDOLA, H. S. Extermínio e servidão. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v.47, nº1, p.50-64, jan-jun, 2011

<sup>231</sup> DUARTE, Regina Horta. Olhares estrangeiros: viajantes no vale do rio Mucuri. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.22, n.44, p.267-288, 2002.

<sup>232</sup> LANGFUR, Hal. *The forbidden lands...*

mercados regionais, redes de comunicação e transporte.<sup>233</sup> Por fim, Hal Langfur destaca que neste movimento local, guiado por anseios de uma população necessitada por novas áreas de ocupação, ficavam expostos os limites da autoridade real frente às necessidades das gentes coloniais.

Ainda que a consumação do processo de ocupação e conquista dos sertões do leste se dê no século XIX com a dispersão de capelas, arraiais e criação de vilas, o processo de incorporação desta porção de terras entre o núcleo minerador e o vale do rio Paraíba, nas divisas com as capitânicas de São Paulo e Rio de Janeiro, tem sua gênese nas décadas iniciais do século XVIII, quando muitos dos primeiros descobridores e outros colonizadores pleiteavam receber concessões às posses lançadas nos sertões, o que se depreende da Carta de sesmaria abaixo:

Faço saber aos que esta minha Carta de Sesmaria verem, que havendo respeito ao que por sua petição me enviou a dizer o Coronel Salvador Furtado, que ele suplicante tinha assistido nas minas há sete anos e em todo este tempo, e nos mais do princípio do descobrimento das ditas minas, sempre cercando os matos, e mandando fazer por seus filhos e escravos a buscar descobrimentos de Lavras de ouro, como consta do que tem descoberto de grandes lucros; e agora queria mandar vir a sua família e parentes a morar nas minas, e não tinha largueza de terra para os acomodar, e porquanto estavam devolutas as Cabeceiras de uma Sesmaria que eu fora servido dar-lhe no sitio do morro grande para a ponta do Bromado; me pedia lhe fizesse mercê dar as ditas Cabeceiras com uma légua de sertão para Guarapiranga mandando-lhe passar carta de Sesmaria delas. E visto seu requerimento e informação que se me deu, e se não oferecer dúvida, Hei por bem. Dada neste Arraial do Ribeirão do Carmo aos 26 de Março de 1711. Antônio de Albuquerque de Carvalho<sup>234</sup>

Este documento aponta um caso ilustrativo de cuidados que se deve ter ao se analisar as concessões de sesmaria: em área de fronteira agrícola do núcleo minerador tinham o papel de legitimar posses já efetivadas.<sup>235</sup> Conforme exposto na carta de sesmaria transcrita acima, o

---

<sup>233</sup> LANGFUR, Hal. *The forbidden lands...*

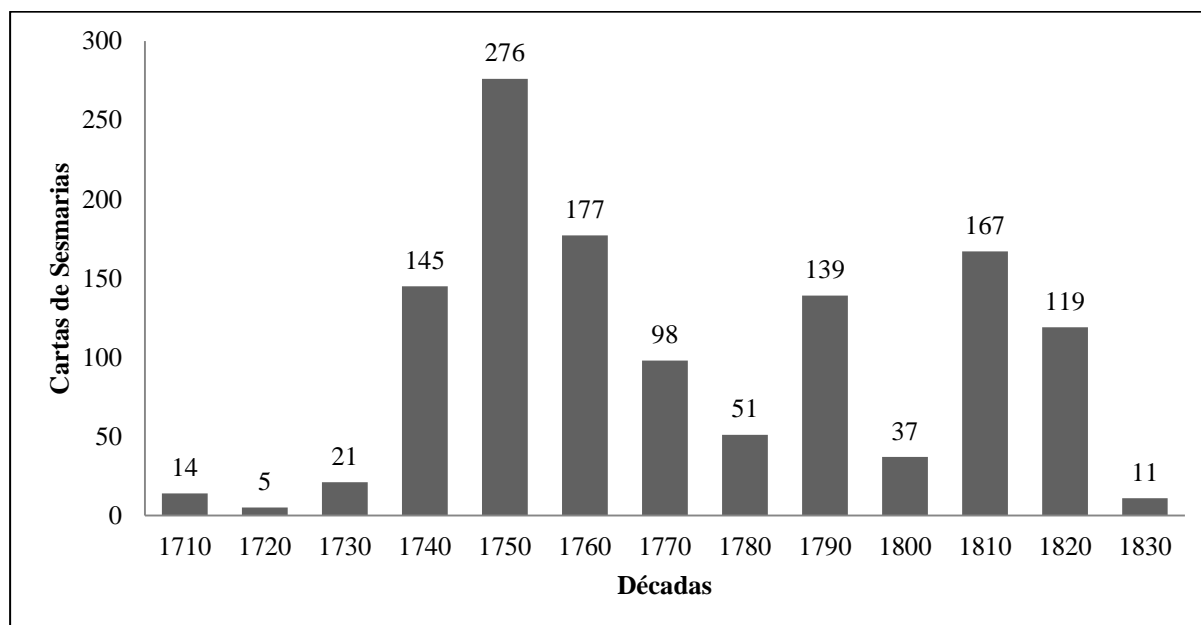
<sup>234</sup> “Carta de sesmaria concedida ao Coronel Salvador Fernandes Furtado”. 26/03/1711. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Imprensa Oficial de Minas Gerais, Ano II, Volume 2, abr./jun., 1897, p.265-266. Na transcrição foram desfeitas as abreviaturas e corrigida a grafia para o português atual. No original o documento tem as seguintes informações: “Faço saber aos q.<sup>e</sup> esta minha Carta de Sesmaria virem, q.<sup>e</sup> havendo resp.<sup>to</sup> ao q.<sup>e</sup> por sua petição me enviou a dizer o Coronel Salvador Furtado, q.<sup>e</sup> ele supp.<sup>te</sup> tinha assistido nas minas ha sete anos e em todo este tempo, e nos mais do princípio do descobrim.<sup>to</sup> das ditas minas, sempre cercando os mattos, e mandando faser por seus f.<sup>os</sup> e escravos a buscar descobrimentos de Lavras de ouro, como consta do q.<sup>e</sup> tem descuberto de grandes lucros; e agora queria mandar vir a sua família e parentes a morar nas minas, e não tinha largueza de terra p.<sup>a</sup> os acomodar, e porq.<sup>to</sup> estão devolutas as Cabeceiras de hua Sesmaria q.<sup>e</sup> eu fora servido dar-lhe no sitio do morro grande p.<sup>a</sup> a p.<sup>ta</sup> do Bromado; me pedia lhe fizesse m.<sup>cc</sup> dar as ditas Cabeceyras com hua legoa de sertão p.<sup>a</sup> Guarapiranga mandando-lhe passar carta de Sesmaria delas. E visto seu requerim.<sup>to</sup> e informação q.<sup>e</sup> se me deu, e se não oferecer duvida, Hey por bem. Dada neste Arrayal do Ribeirão do Carmo aos 26 de M.<sup>so</sup> de 1711. A.<sup>to</sup> de Albuquerque.<sup>e</sup> de Carvalho”

<sup>235</sup> CARRARA, Ângelo Alves. *Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais*. Ouro Preto: Edufop, 1999. p.12-13

Coronel Salvador Furtado, já detentor de sesmaria no sítio do Morro Grande (Itaverava), intentava anexar às suas posses, terras para o sertão do Guarapiranga. Ainda, esta Carta de Sesmaria indica a presença do elemento familiar nesta expansão, pois, primeiro, solicitava carta de sesmaria para poder “acomodar” seus parentes e, num segundo momento, destaca-se que rogava mercê pelos descobrimentos realizados, nos quais empenhou seus filhos e escravos, sublinhando a importância do consórcio família e migração para a transformação da fronteira, aspecto que será analisado em detalhes mais a frente.

Por agora, cabe salientar, conforme alertou Ângelo Alves Carrara, dissertando acerca dos limites e possibilidades de conhecimento da estrutura fundiária em Minas Gerais, que desde o princípio da colonização e ocupação do território das minas, houve um efervescente mercado de terras que produziu diferentes significados impostos às sesmarias balizados pelos núcleos mineradores e suas fronteiras agrícolas. Segundo Carrara, enquanto nos primeiros, a carta de sesmaria era um instrumento secundário à legitimação da propriedade, em regiões agropastoris, mesmo com participação ativa nos circuitos econômicos da capitania, a circulação monetária era muito menor, logo, foram escassas as escrituras de compra e venda, fazendo com que as sesmarias consolidassem um domínio mais duradouro na falta de outros instrumentos regulatórios à posse de terras.<sup>236</sup>

Gráfico 1 – Cartas de Sesmarias por década, vales do rio Doce e Paraíba do Sul, 1710-1835



Fonte: APM. Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção Provincial)

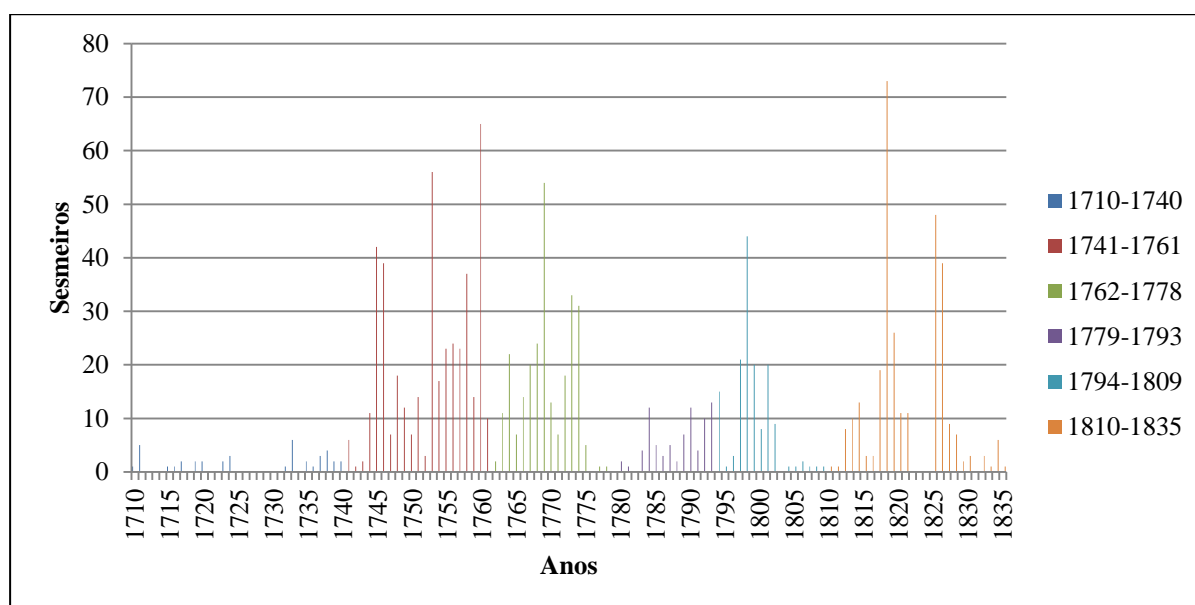
<sup>236</sup> CARRARA, Ângelo Alves. *Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais...*p.13



De todo modo, houve um ritmo geral nas concessões de sesmarias, essencialmente, nas terras dos principais distritos mineradores, lançando as bases do que Ângelo Alves Carrara chamou de “mercado de propriedades rústicas”<sup>237</sup>, delimitando posses nestas áreas limítrofes ao promover a ocupação, sobretudo no distrito de Mariana, dos vales do rio Piranga, Piracicaba e Xopotó.

A este respeito, o Gráfico 1 explicita um primeiro aspecto ao chamar atenção para o movimento expansionista à frente pioneira leste dos núcleos mineradores centrais que é o pico das concessões de sesmaria na década de 1750, coincidente com as oscilações tendencialmente declinantes da extração aurífera, principal motivo comumente elencado para justificar a ocupação das áreas limítrofes aos núcleo mineradores principais. Entretanto, além do elevado número de concessões na década seguinte (1760), os números da década de 1740, mesmo que sejam inferiores, são fundamentais para se pensar um sistema migratório que tem sua gênese nesta década e se alarga nas duas décadas subsequentes. Pois, esta documentação guarda uma riqueza de informações geográficas inimagináveis, o que permitiu transcender os números de concessões e refletir sobre os ritmos da ocupação da frente pioneira.

Gráfico 2 – Concessão de sesmarias, vales do rio Doce e Paraíba do Sul, 1710-1835



Fonte: APM. Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção Provincial)

Assim, esforcei-me em buscar topônimos que permitissem uma aproximação georreferenciada da localização das propriedades concedidas. Mesmo que, por motivos de ordem técnica, práticas e de interesses dos sesmeiros, as demarcações conferidas às sesmarias eram breves e, por vezes, incertas (“sitio morro grande”; “sertão do Guarapiranga”), ainda

<sup>237</sup> CARRARA, Ângelo Alves. *Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais...*p.24

assim, podem ser tomadas como indicativas do local das propriedades. Deste modo, tendo por base os nomes de rios, córregos e ribeirões, as feições do relevo, as instâncias administrativas e eclesiásticas, recorrentemente citados nas demarcações, procedeu-se ao esforço de georreferenciar estes dados aproximados.

Um primeiro exercício desenvolvido foi articular as concessões por ano às suas localizações no espaço, do qual sobressaíram flutuações que distinguem períodos que extrapolam décadas (Gráfico 2). Ainda que sem justificativas numéricas (número de concessões por ano e décadas equivalentes entre si), tais períodos são detentores de aspectos analíticos raros nos trabalhos que se enveredaram por temáticas associadas à fronteira agrícola de Minas Gerais. Procuo mostrar, cruzando informações quantitativas com a qualidade das informações geográficas (toponímicas), o longo processo de transformação destes sertões que, enraizando sociedades, capelas, freguesias, paróquias, arraiais e vilas, compôs a constelação eclesiástica, jurídica e administrativa da região leste de província de Minas Gerais, da qual foi porta de entrada a sociedade que se formou no Vale do Rio Piranga.

A primeira sesmaria foi concedida em 1710. As sesmarias seguintes são caracterizadas por um movimento ainda acanhado de expansão, concentrado nas circunvizinhanças das capelas dos núcleos primários de colonização, nos córregos e ribeirões afluentes do Rio do Carmo, Piranga, Gualaxo do Sul e Norte. Neste período inicial, ainda que a antiga capela de Piranga já tivesse se transformado em paróquia e constituísse um aglomerado populacional estável, poucos foram os que requereram terras para aquele sertão.

Nestas primeiras décadas, os poucos que solicitavam terras para aquelas paragens restringiam-se a mencionar pobres referências espaciais, citando apenas, por exemplo, “engenho na freguesia de Guarapiranga, sobre o rio pirapetinga”<sup>238</sup>, ou “sítio na paragem do Rio Turvo”<sup>239</sup>, indicando que, mesmo sendo região já colonizada, ainda resistia o caráter de sertão, impondo suas incertezas e limites a esforços que valessem o investimento migratório. Importante notar que neste período as referências a instâncias administrativas aludiam ao “Termo da Vila do Carmo”, “Distrito de Guarapiranga”, “Distrito de Pinheiro” e “freguesia de Guarapiranga” e “Distrito do Itatiaia” todas elas, localidades que figuravam nas narrativas dos primeiros descobrimentos, reiterando a circunscrição restrita aos núcleos mineradores centrais, aspecto detectado ainda, pelas menções a lugares próximos a estas localidades, como “rio Tacolomi”, “rio Bacalhau”, “ao pé do Sumidouro”, “cabeceiras do rio Gualaxo do Sul”.

---

<sup>238</sup> APM. *Carta de sesmaria concedida a João Teixeira Medeiros*. 02/12/1737. Códice SC 42, p.101

<sup>239</sup> APM. *Carta de sesmaria concedida ao Capitão-mor Jose Coelho de Oliveira*. 29/01/1733. SC 42, p.3

A partir de 1741, há um forte crescimento no número de concessões de sesmarias (431). Apesar de toda esta relevância numérica, a importância de se atentar a estas concessões nos anos e décadas que se seguiram justifica-se por ter sido o momento em que se verificou grande expansão que converteu os sertões em terra conhecida. Efetivamente, o que percebi analisando os topônimos mencionados nas cartas de sesmarias foi que já não se restringiam ao sertão próximo aos núcleos primários, mas, se orientavam para os “sertões do Xopotó”, destacando-se, inclusive, recorrente presença de menções ao “Distrito do Xopotó”.

Além das referências ao “Termo de Mariana”, chama-se a atenção para um movimento de entrada para estes vales dos rios Piranga e Xopotó que partia do Termo da Vila de São José, o qual se alargava até as fronteiras com o Termo de Mariana nas nascentes destes referidos rios, o que é sugestivo que as notícias que corriam sobre os empreendimentos que se estavam operando nos vales do Rio Piranga não se restringiram aos núcleos de Vila Rica e Vila do Carmo. Alguns exemplos deste movimento de entrada ao vale do Piranga são identificados nas cartas de sesmarias recebidas por Manoel Fernandes, nas quais as localizações dadas são “Matos gerais da Borda do Campo, nas vertentes do Xopotó e Piranga”<sup>240</sup> e nas descrições presentes no documentos pelo Tenente-Coronel José Lopes de Oliveira, que recebe sua sesmaria: “no caminho novo do Ribeirão de Alberto Dias para o Xopotó, na Comarca do Rio das Mortes”.<sup>241</sup>

Nos anos seguintes a esta ampla operação de transformação dos sertões, o que constatei foi um movimento cauteloso que pouco se estendeu no espaço leste da capitania, repetindo a já averiguada migração para a periferia próxima, elemento característico do movimento de ocupação que marcou as concessões entre os anos 1710 e 1740. Entretanto, há um elemento peculiar nas descrições toponímicas destes anos que indicam o afluxo de posses em direção ao rio Casca, com diversas menções à “freguesia de São José da Barra Longa”, jurisdição eclesiástica que encobria toda a margem sul do rio Doce e seus principais afluentes.

A partir de 1779 ocorre o que chamo de gênese da ocupação dos sertões do rio Pomba, pois foram encontradas várias referências à “freguesia de São Manuel do Pomba”, ao “ribeirão da soledade”, às “cabeceiras do ribeirão do Melo”, “nas vertentes das Brajaubas e Mutuca”, topônimos situados nos limites entre as nascentes dos rios Piranga, Xopotó e

---

<sup>240</sup> APM. *Carta de sesmaria concedida a Manoel Fernandes*. 18/08/1748. SC 90, p.154; APM. *Carta de sesmaria concedida a Manoel Fernandes*. 05/01/1750. SC 146, p.150

<sup>241</sup> APM. *Carta de sesmaria concedida ao Tenente-Coronel José Lopes de Oliveira*. 22/10/1749. SC 146, p.156

Pomba. Porém, um movimento ainda acanhado, pois somente 80 cartas de sesmarias foram recebidas entre aquele ano e o ano de 1793.

Deste modo, suponho que nestes anos lançaram-se as bases do movimento que se consumou entre os anos de 1794 e 1809, quando as principais menções ao espaço ocupado referiam-se a localidades e capelas da freguesia de São Manuel do Pomba, como a “aplicação de Nossa Senhora das Mercês”, a “paragem do ribeirão do Ubá”, a “paragem vizinhanças da Serra do Melo”, o “ribeirão da Piedade ao descer da Serra dos Coroatos” e as “terras além do rio Paraibuna”. Ainda, evoca-se a elevação de Queluz e Barbacena à condição de vila como fator estimulador da legalização de posses nas regiões próximas, pois a confirmação das mesmas mitigava incertezas que poderiam advir aos direitos de propriedade com a instauração de novas jurisdições do poder civil.

Finalmente, o último período representa um novo movimento de ocupação, equivalente ao que ocorrera entre 1741 e 1761, porém, transcorrido no século XIX – com as políticas indigenistas a pleno vapor<sup>242</sup>, todo um aparato militar instituído no rio Doce, ‘civilizando’ e exterminando os índios<sup>243</sup>, além de juntas e companhias, muitas delas tendo por cabeça Guido Thomaz Marlière<sup>244</sup>, justificando o desbravamento destes sertões pela necessidade de catequizar os índios botocudos que ali se refugiaram.<sup>245</sup> Movimento com muito mais fôlego e envergadura, pois incentivado pela Corte, lançava posses nos “sertões do Doce”, no extremo leste da capitania e depois província, e consolidava o encontro das ocupações do vale do Paraíba fluminense, paulista e mineiro, através de sesmarias concedidas no extremo sudeste do núcleo minerador central. É o que se vê na localização conferida à sesmaria recebida por João José da Mota, “nas margens do rio Paraíba além da Serra Bonita”.<sup>246</sup>

É importante salientar, entretanto, que mesmo com o avanço técnico e o incentivo a esta expansão, neste período de 1810 a 1835 percebeu-se um retorno da alta recorrência da

---

<sup>242</sup> CAMBRAIA, Ricardo de Bastos, MENDES, Fábio Faria. A colonização dos sertões do leste mineiro: políticas de ocupação territorial num regime escravista (1780-1808). *Revista do Departamento de História da UFMG*, Belo Horizonte, nº 6, p.137-150, Julho de 1988; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios no tempo da Corte – Reflexões sobre política indigenista e cultura política indígena no Rio de Janeiro oitocentista. *Revista da USP*, n. 79, p.94-105, São Paulo, set./nov., 2008

<sup>243</sup> ESPINDOLA, H. S. Extermínio e servidão...

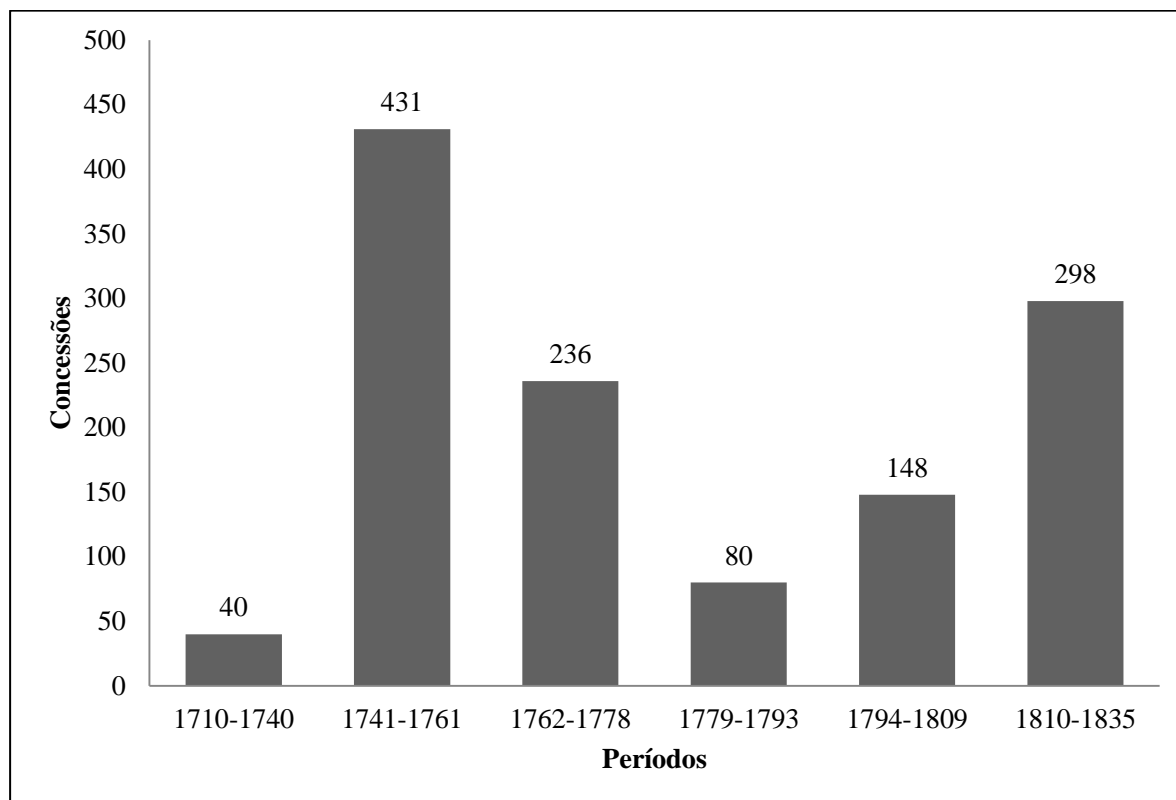
<sup>244</sup> AGUIAR, José Otávio. *Point de vie étrangers: A trajetória de vida de Guido Thomas Marlière no Brasil (1808-1836)*. 2003. 2 volumes. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, 2003.

<sup>245</sup> MATTOS, Izabel Missagia de. *Civilização e Revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas*. Bauru, SP: EDUSC, 2004

<sup>246</sup> APM. *Carta de sesmaria concedida a João José Mota*. 06/04/1818. SC 377, p.84

terminologia sertão e das referências espaciais com poucas indicações, contrapondo-se aos períodos anteriores, principalmente entre 1762 e 1793, momento em que a acanhada expansão assentou as bases de uma sociedade agrícola e do conhecimento daquele espaço, bem como as percepções do mesmo, com robustas práticas toponímicas.

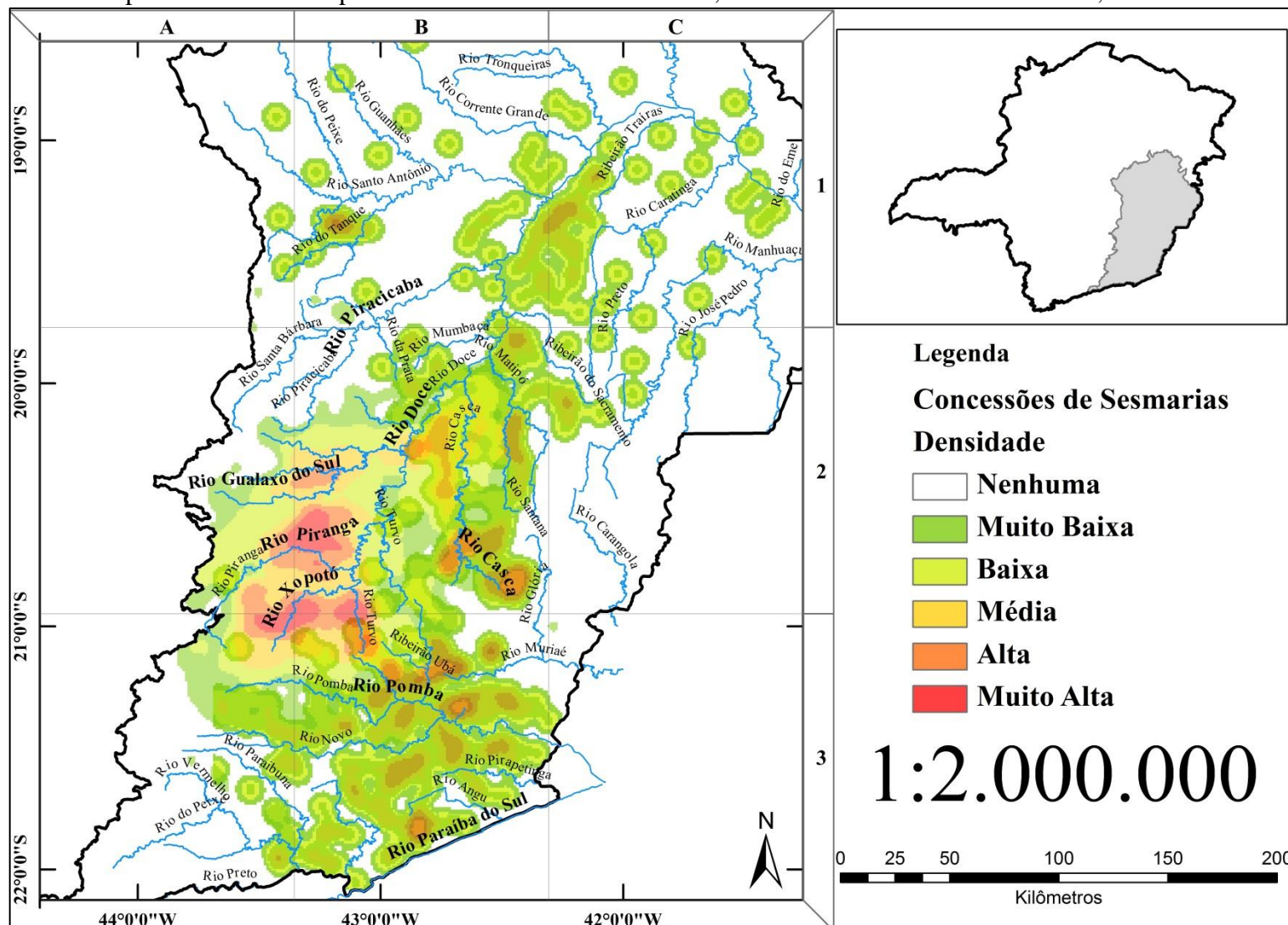
Gráfico 3– Concessões de sesmarias por períodos de expansão, vales do rio Doce e Paraíba do Sul, 1710-1835



Fonte: APM. Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção Provincial)

Ao mirar-se para as extremidades da frente pioneira, não mais limitados aos sertões próximos, o espaço representado nas cartas de sesmaria já não possuía pilares toponímicos que lhe permitia asseguradas descrições. Assim, foi comum referir-se a localização das terras da sesmaria “a direita do rio Doce”, “além do rio da Casca”, “num ribeirão afluente do rio Doce”, no “sertão da Paraíba e Mar de Hespanha”. Por fim, além de referirem-se ao “Termo de Mariana”, foram várias as menções ao “Termo de Barbacena”, confirmando a conversão

Mapa 3 – Densidade espacial das concessões de sesmarias, vales do rio Doce e Paraíba do Sul, 1710-1835



Fonte: APM. Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção Provincial). Seção cartográfica. *Mapas da Comissão Geológica e Geográfica de Minas Gerais*. IBGE. Cartas Topográficas.

destes sertões, principalmente os do vale do rio Paraíba do Sul, por esforços iniciados naqueles movimentos de entrada que partiam do “Termo da Vila de São José”, e ao descer encostas da Mantiqueira, encontravam as regiões das nascentes dos rios Piranga, Xopotó e Pomba.

O Gráfico 3 estampa o gradiente ocupacional das regiões das bacias hidrográficas dos rios Doce e Paraíba do Sul, destacando a conversão dos sertões em terra conhecida, consumada entre os anos de 1741 e 1761, seguida por períodos em que se alicerçavam as bases agropastoris de localidades que surgiam deste movimento, aspecto analisado por Ângelo Alves Carrara ao decompor as flutuações nas cobranças dos dízimos<sup>247</sup>, constatando uma queda acentuada na produção agrícola das antigas freguesias dos centros mineradores e o aumento nas freguesias surgidas neste processo em que se lavrava a fronteira agrícola, destacando-se, por exemplo, a freguesia de São Manuel do Pomba.

Por fim, o Mapa 3 é uma compilação cartográfica de todos os períodos estudados, no qual estão agregadas as cartas de sesmarias concedidas e representadas por densidades espaciais que destacam os focos migratórios deste longo processo de expansão da fronteira. Por ele, mesmo com dados agregados, percebe-se as fases do processo, por exemplo, com áreas de alta e média densidade nos vales dos rios Gualaxo do Sul, Piranga e Xopotó (regiões ocupadas majoritariamente entre os anos de 1741 e 1761), bem como zonas com densidade muito alta situadas nas nascentes do rio Casca e às margens do rio Paraíba do Sul, evidenciando o último período da ocupação dos sertões do leste (1810-1835). Finalmente, averíguam-se faixas com densidades intermediárias ao longo do rio Pomba, na porção setentrional do rio Doce e nas nascentes do rio Piracicaba, delineando as matizes ocupacionais e migratórias que se operaram nesta vasta região da capitania e província de Minas Gerais.

### **Localidade de passagem, sociedade de transição**

Com os dados já apresentados e os que agora se discutirão, tenho por objetivo apresentar a ideia que no Vale do Rio Piranga surgiram localidades de passagem daqueles que buscavam encontrar lavras auríferas ou que ali rumavam guiados pelos discursos dos descobrimentos. Além dos relatos que contribuíram à formulação desta hipótese, ressalta-se

---

<sup>247</sup> O dízimo era um imposto cobrado pela Coroa sobre a produção agrária, porém, eram isentos desta taxa a pequena produção para o autoconsumo, incidindo somente à produção voltada ao mercado; portanto, são cifras que expressam majoritariamente a produção de caráter escravista. Cf. CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e Currais: Produção rural e mercado interno de Minas Gerais – 1674-1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

um aspecto físico característico de Minas Gerais, versado por poetas e literatos: as montanhas de Minas.<sup>248</sup>

Aspecto ressaltado por autores clássicos da historiografia mineira,<sup>249</sup> foi recentemente, resgatado por Cláudia Damasceno Fonseca<sup>250</sup>, ao mostrar como o relevo e a hidrografia guiaram os movimentos de entrada nos sertões das minas, tornando-se atrativos naturais ao estabelecimento populacional ao longo da posteriormente chamada Serra do Espinhaço e em vales e montanhas que dela derivavam. Conforme estes autores, vilas encostadas na Serra da Mantiqueira (Vila da Campanha, Vila de Barbacena e Vila de Santa Maria do Baependi) eram antigos pousos e pontos de intenso comércio após as longas e estafantes jornadas (que partiam do planalto do Piratininga, Taubaté e Guaratinguetá) dispostas a ultrapassar os contrafortes da Mantiqueira, relatadas por André João Antonil na sua obra *Cultura e Opulência do Brasil*, na qual narra os primeiros anos após o descobrimento do ouro no Brasil.<sup>251</sup>

Entretanto, ainda que o objetivo final destes percursos fosse as montanhas reluzentes repletas de ouro e metais preciosos, os espaços agricultáveis explorados adequadamente ajudaram a conformar as bases do processo de ocupação deste território.<sup>252</sup> Assim, possivelmente foram vistos com bons olhos pelos primeiros descobridores os vales de rios que, além de sua riqueza mineral, mostraram-se propícios à cultura agropastoril. Dito isto, conjectura-se que a região do Vale do Rio Piranga tenha sido lugar de passagem das primeiras entradas para as minas por estar situada num destes vários vales propícios e atrativos àquelas bandeiras.

Desta forma, procedeu-se a um exercício de sobreposição de informações topográficas (ver Mapa 4) que evidenciam os declives que separam as regiões das Serras da Mantiqueira e do Espinhaço, onde, justamente numa fenda geomorfológica entre estas duas grandes formações rochosas, nasce o Rio Piranga e seus principais afluentes. Ainda, destaca-se o grande desnível nas altitudes situadas entre a Vila de Barbacena e a Vila de Queluz, o que certamente facilitava o acesso àqueles vales, os quais, devido à grande riqueza hídrica, tornaram-se lugares de exploração aurífera, conforme demonstrado em alguns relatos dos

---

<sup>248</sup> TORRES, João Camilo de Oliveira. *O homem e a montanha: introdução ao estudo das influências da situação geográfica para a formação do espírito mineiro*. Belo Horizonte: Cultura Brasileira, 1944

<sup>249</sup> VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais...* LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A capitania de Minas Gerais...*

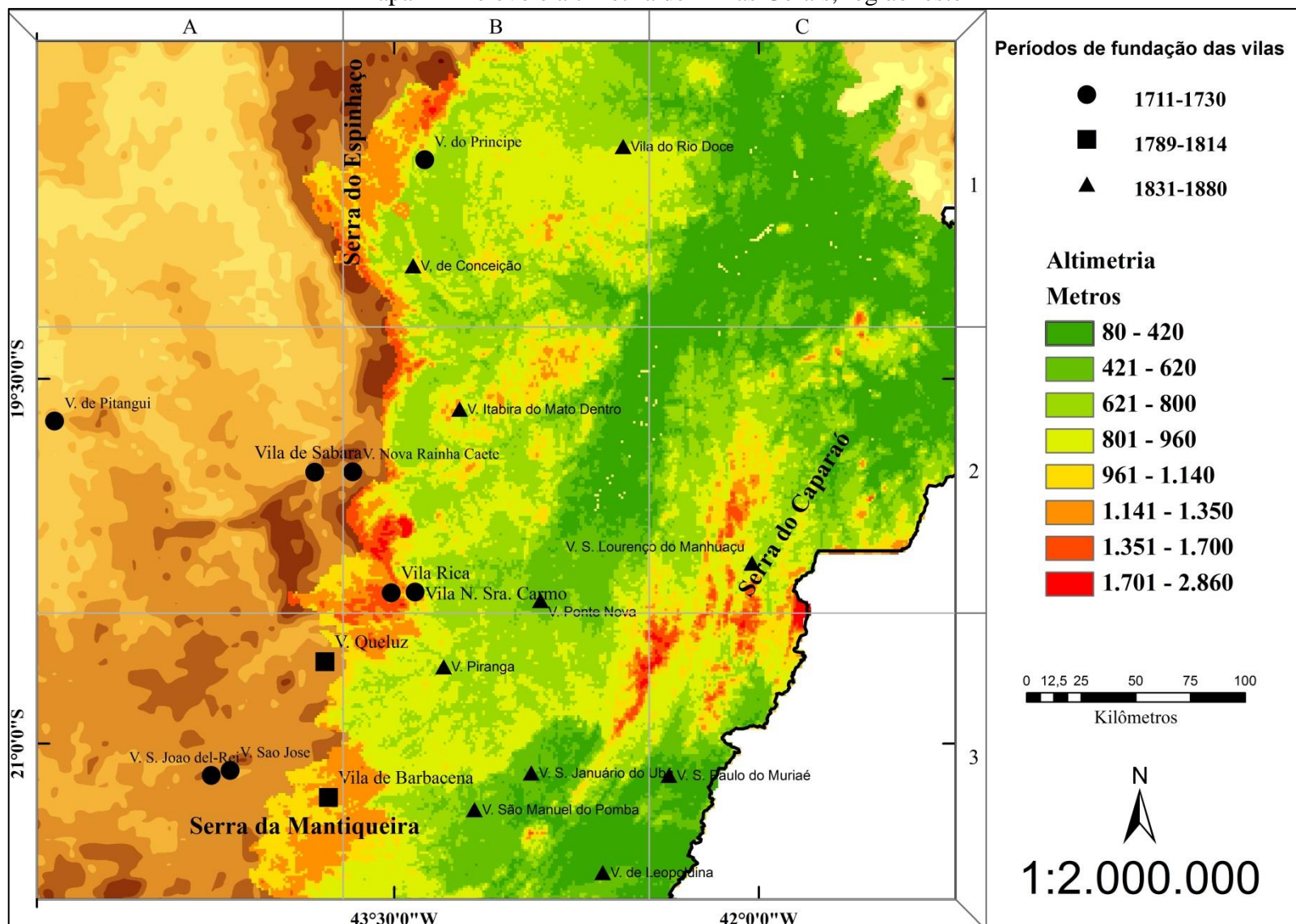
<sup>250</sup> FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei...*

<sup>251</sup> ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.

<sup>252</sup> CUNHA, Alexandre Mendes. *No sertão, o lugar das minas...*; FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei...*; MATA, Sérgio da. *Chão de Deus...*

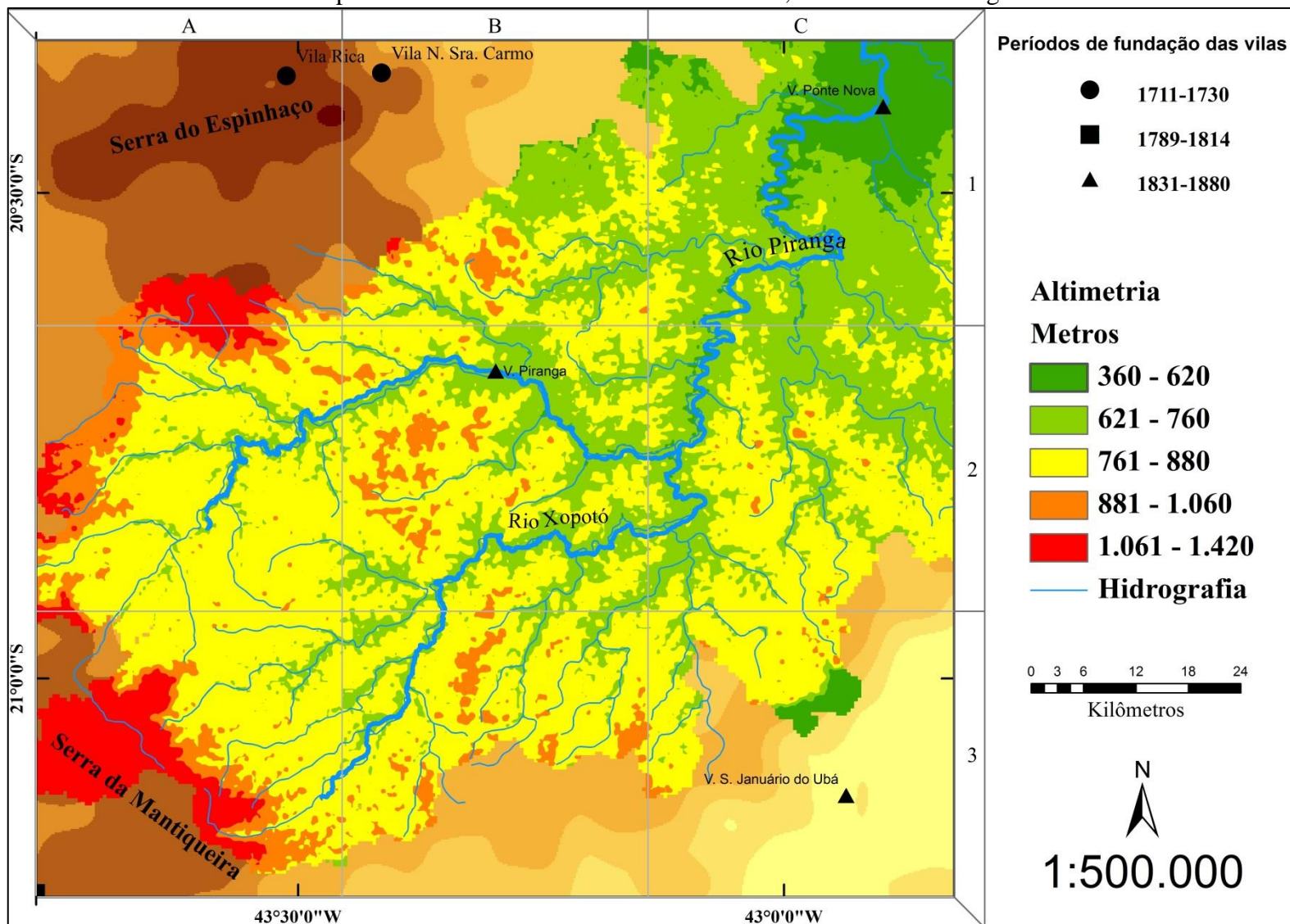


Mapa 4 – Relevo e altimetria de Minas Gerais, região leste



Fonte: IBGE; BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Saterb, 1971.

Mapa 5 – Relevo e altimetria de Minas Gerais, Vale do Rio Piranga



Fonte: IBGE; BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Saterb, 1971.

primeiros descobrimentos.<sup>253</sup>

Nesta região se erigiram algumas capelas e, ao entorno destas, assentamentos populacionais estáveis, que funcionaram como suporte ao fluxo transitório dos que rumavam para a região mineradora central, efetivamente tornando-se uma matriz de ocupação territorial nos primórdios do processo de povoamento e ocupação de Minas Gerais. Nas décadas seguintes, com a intensificação do processo migratório, medido pelas concessões das cartas de sesmaria, revelando a vocação para o leste da região mineradora de Mariana<sup>254</sup>, estes vales mostraram-se regiões preferenciais àqueles que lançaram posses nos sertões.

Primeiramente, o motivo desta predileção tem suas bases explicativas fundadas em noções que atestam o caráter gradativo e expansionista deste movimento migratório sempre ocupando a fronteira mais próxima<sup>255</sup>, ou mesmo, ao se assumir o papel do comércio na formação da sociedade mineradora, postula-se que esta região, próxima ao núcleo aurífero central, pode participar ativamente dos circuitos mercantis o que alavancava o desenvolvimento econômico. Por outro lado, mais voltado às características fisiográficas da região, sem contudo negar as bases explicativas anteriores, o Mapa 5 mostra o relevo e a altimetria do Vale do Rio Piranga como um dos aspectos explicativos da sociedade que nesta região se instalou.

Ainda que haja alguns picos e áreas com altitudes que ultrapassem os 1.000 metros, através do Mapa 5 vê-se a predominância dos extensos vales, relevo caracterizado por suas baixas altitudes e cercado por áreas mais altas. Esta região específica é cercada por montanhas que originam-se na Serra da Mantiqueira ao sul e com forte anteparo imposto pelas formações rochosas da Serra do Espinhaço ao norte. Por outro lado, ao se voltar ao Mapa 4, nota-se estar um nível acima do plano altimétrico das áreas onde se instalaram as vilas de São Januário do Ubá e São Manuel do Pomba, ambas no Vale do rio Paraíba do Sul, indicando a presença de áreas de nascentes, o que justifica sua riqueza hídrica, a qual, associada à baixa altitude dos seus vales, mostrou-se uma região propícia ao cultivo de gêneros alimentícios, confirmando sua extensa vocação agrícola no cultivo da cana-de-açúcar e produtos dela derivados.<sup>256</sup>

Por fim, chama-se a atenção para as áreas com altitudes entre 621 e 760 metros, as quais estão praticamente ausentes nas regiões próximas às nascentes dos rios Piranga e

---

<sup>253</sup> CÓDICE COSTA MATOSO; FIGUEIREDO, Luciano; CAMPOS, Maria Verônica. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América...*

<sup>254</sup> CARRARA, Ângelo Alves. *Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais...*

<sup>255</sup> LANGFUR, Hal. *The forbidden lands...*

<sup>256</sup> Cf. LEMOS, Gustavo. *Minas da Terra...*

Xopotó. Porém, à medida que os cursos d'água vão se formando e tornam-se mais caudalosos, percebe-se um maior alargamento destas áreas próximo à Vila de Piranga e no seguimento deste percurso hídrico até seu encontro com o rio Xopotó, detectadas ainda, no entorno de alguns dos ribeirões afluentes destes dois rios, indicando a presença de áreas agricultáveis que tinham nos recursos hídricos sua força motriz e nos vales sua base produtiva.

Evocar estes aspectos naturais não tem por intenção postular os determinismos geográficos que estes vales impuseram sem antes ponderar os possibilismos estabelecidos pela ação humana. Para tanto, retoma-se algumas reflexões propostas por Francisco Eduardo de Andrade sobre o papel das capelas na governamentalidade em Minas Gerais, nas quais ele destaca que as mesmas surgiam em lugares estratégicos a tornarem-se espaços produtivos e de reprodução do poder.<sup>257</sup> A capela de Piranga, surgida próxima a um córrego de onde ouro se lavrava, parece ter sido erigida em região propensa à cultura agrícola, aspecto provavelmente já detectado pelos sertanistas que por ali passaram. Assim, hipoteticamente foi erigida num lugar estratégico do ponto de vista produtivo, de onde ouro se lavrava e outros gêneros para o comércio e consumo eram produzidos.

De toda forma, ainda que este caráter polivalente das terras destes vales não tenha sido valorizado por estes primeiros descobridores, com o avançar da fronteira na primeira metade do século XVIII e a territorialização de espaços agrícolas, foi uma região de grande aporte populacional, indicativo da alguma utilidade daquelas paragens em transformar riquezas no sertão. O fluxo de ocupação daqueles vales verificado entre as décadas de 1740 e 1760 foi seguido por períodos em que foram assentadas as bases agrícolas da produção, a qual, sem perder a mineração de vista, traz à tona a imagem de um espaço de transição entre uma economia mineradora e outra agropastoril.

Desta forma, a fim de esmiuçar em detalhes as relações entre espaço e sociedade na formação histórica desta região, trago à cena trajetórias e estratégias familiares de reprodução socioeconômica, as quais muito têm a revelar sobre a sua produção social e as constantes recriações da fronteira, elucidativas do seu papel à compreensão da sociedade brasileira.<sup>258</sup>

## **Família, fronteira e migração**

Até o momento tenho demonstrado o caráter fascinante da ocupação do território de Minas Gerais e a expansão da fronteira leste, temáticas capazes de render uma multiplicidade de novos problemas historiográficos se sobre eles forem lançados os devidos esforços

---

<sup>257</sup> ANDRADE, Francisco Eduardo. A conversão do sertão: capelas e a governamentalidade nas Minas Gerais...

<sup>258</sup> METCALF, Alida C. *Family and Frontier in Colonial Brazil*...

exploratórios. Entretanto, há um empenho deste capítulo em se fazer um contrapeso a este processo gradativo de conversão dos sertões das minas, assumindo a estabilidade populacional: nem todos podiam ou se esforçaram em consumir a migração. Assim, se pontuará a migração como um problema de ordem conjuntural da estrutura familiar, a qual, embasada na relação consumo e trabalho em sociedades campesinas tradicionais, no caso brasileiro, sofreu algumas transformações em função do sistema escravista de mão de obra, as quais lançam luz sobre as relações família e propriedade, a posse de terra e o funcionamento de um mercado de terras imperfeito, familiarmente ordenado<sup>259</sup>, porém elucidativo à compreensão das hierarquias sociais, da produção de riquezas e da reprodução do poder.<sup>260</sup>

Deste modo, a partir de técnicas da microanálise e de métodos específicos da demografia histórica e da história da família, acompanhou-se a trajetória de indivíduos que lançaram-se para as minas em busca de ascensão social e enriquecimento, suas relações com os sertões próximos e “incultos” e as estratégias postas em prática para manter e legar o prestígio social e as riquezas alcançadas. Assim, mesmo com fragmentos que oscilam em suas qualidades e quantidades de informações e indícios históricos, apresenta-se uma análise que perfaz um longo período (1746-1833), a partir da já citada sesmaria concedida a João Ferreira Almada indo até as propriedades descritas no inventário de sua sobrinha Dona Francisca Clara Umbelina de Jesus<sup>261</sup>, englobando a gênese de uma elite da terra, suas estratégias de enraizamento e as relações com a fronteira, as quais, como se verá, recriavam a riqueza e mantinham o poder da família.

João Ferreira Almada, conforme carta de sesmaria outorgada no dia 10 de janeiro de 1746, era um “morador na Cidade de Mariana, que se achava com Lavra, e grande numero de escravos na paragem da ponte alta, sem terra em que plantace mantimentos...”<sup>262</sup> Sabendo haver “matos virgens e incultos” do ribeirão do Bacalhau, na freguesia do Sumidouro, rogava mercê receber sesmaria naqueles “sertões”, confirmada no documento acima citado.

Como já demonstrado na introdução do capítulo, nos anos próximos a esta concessão vários outros suplicantes receberam porções de terra nas mesmas paragens que o sesmeiro em

---

<sup>259</sup> LEMOS, Gusthavo. *Minas da Terra...*p.116-120

<sup>260</sup> METCALF, Alida C. *Family and Frontier in Colonial Brazil...*

<sup>261</sup> ACSM, 1º. Ofício, Códice 151, Auto 3174, 1833. *Inventário post-mortem de Francisca Clara Umbelina de Jesus*

<sup>262</sup> APM. *Carta de sesmaria concedida a João Ferreira Almada*. 10/01/1746. SC 85, p.82; ACSM, 1º. Ofício, Códice 151, Auto 3174, 1833. *Inventário post-mortem de Francisca Clara Umbelina de Jesus*

tela<sup>263</sup>, o que, provavelmente, o fez rogar por outra sesmária onde pudesse se estabelecer, explorando novos córregos e ribeirões.<sup>264</sup> Apesar de não haver encontrado documentações que apontem os desígnios destas sesmárias recebidas, é inquestionável o sucesso dos empreendimentos de João Ferreira Almada enquanto um agente daqueles sertões.

No ano de 1756 é incluído entre os homens mais ricos da capitania de Minas Gerais, numa lista elaborada por Domingos Pinheiro, Provedor da Fazenda, a pedido do Secretário de Estado dos Domínios Ultramarinos<sup>265</sup> e ainda, mesmo imergido nos sertões lavrando novas terras e descobrindo novos ribeirões auríferos, não perdeu os vínculos com a vida cotidiana e as tramas sociais que se desenrolavam nos núcleos mineradores. Um exemplo destes laços que remanesciam com a população marianense é o seu casamento com Mariana Clara Rosa de Oliveira, filha primogênita do distinto Cavaleiro da Ordem de Cristo Antônio Duarte, também um dos homens mais ricos da capitania.

Nascido no ano de 1697, Antônio Duarte era natural de Santa Maria da Tábua, Comarca de Lizeu no Arcebispado de Coimbra em Portugal. Ainda jovem deixou sua terra natal e migrou para as Minas nas primeiras décadas do século XVIII, fixando-se no Morro da Passagem, localidade muito próxima a Vila Rica e Mariana.<sup>266</sup> Estabelecido na localidade, em 1740, casara-se com uma moça da elite local, Francisca Pinta de Oliveira, então com 15 anos de idade, filha de João Pinto Álvares, também um dos homens mais ricos da capitania. Vivendo do ofício de cirurgião e de minerar, Antônio Duarte constituiu grande cabedal, reconhecido pela comunidade, a qual ainda destaca que ele aparentava ter muito mais do que se estimam, conforme informações fornecidas por testemunhas inquiridas pelos Comissários responsáveis pelo processo de Habilitação a Familiar do Santo Ofício.<sup>267</sup> No ano de 1753, antes de se dar cabo ao processo de habilitação, Antônio Duarte enviuvou-se e ficou responsável pela criação dos sete filhos que eram todos ainda menores de idade.

---

<sup>263</sup> Além de João Ferreira Almada, entre março de 1745 e fevereiro de 1746 outros 7 sesmeiros também foram agraciados com carta de sesmárias naquelas mesmas paragens.

<sup>264</sup> APM. *Carta de sesmária concedida a João Ferreira Almada*. 08/05/1753. SC 106, p.16v.

<sup>265</sup> Ver ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e Pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Ed. Argumentum, 2011

<sup>266</sup> IANTT, *Processo de Habilitação do Santo Ofício*. Antônio Duarte. maço 134, documento 2228. Este Processo de Habilitação de Antônio Duarte, bem como outros e trajetórias de vida deste distinto grupo de indivíduos à serviço da Igreja Católica nas Minas Setecentistas, foram analisados por Luiz Fernando Rodrigues Lopes. Ver LOPES, Luiz Fernando R. *Vigilância, Distinção & Honra: os Familiares do Santo Ofício na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga – Minas Gerais (1753-1801)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012. Agradeço a este pesquisador que gentilmente cedeu transcrições e preciosas anotações feitas a partir da leitura dos originais, as quais, possibilitaram-me repensar certos problemas que a pesquisa me impunha.

<sup>267</sup> LOPES, Luiz Fernando R. *Vigilância, Distinção & Honra...*

Acerca de seus filhos, sabe-se que a primogênita casou-se com João Ferreira Almada e sua segunda filha, Feliciano Isabel Maria de Oliveira, no mesmo ano do casamento de sua irmã (1759), com 17 anos de idade, contraiu núpcias com o Licenciado Domingos Coelho, nascido em 1722, natural da freguesia de Santa Maria da Roseira do Castelo Celorico de Basto, na Comarca de Guimarães no Arcebispado de Braga em Portugal. Em 1741 aportou no Rio de Janeiro, onde não se deteve por mais de quinze dias, rumando em direção às Minas Gerais, onde vivia seu irmão Padre João Coelho.<sup>268</sup>

Casados em 1759, Domingos Coelho e Feliciano Isabel estabeleceram-se nos sertões do Guarapiranga, onde estavam à frente da Fazenda do Engenho, unidade produtiva na qual se lavravam terras minerais e de cultura, movida à força de 101 escravos.<sup>269</sup> Além desta propriedade, também eram donos da Fazenda do Fundão “com casa metade coberta de telha, metade coberta de capim com suas terras minerais” e de “uma morada de casas de sobrado cobertas de telha sita no arraial da Piranga”. Na descrição da Fazenda do Engenho, além de mencionar haver nela “engenho real de cana e de pilões com casas de vivenda cobertas de telha com moinho coberto de telha com suas senzalas cobertas de capim, terras de planta de capoeiras e ponte com suas terras minerais”, consta estar situada “rio acima meia légua de distância” do arraial de Piranga, correndo “Ribeirão do Pimenta acima” e “pelo córrego João Ferreira acima” (ver Mapa 1).

Não se sabe em que momento Domingos Coelho e sua esposa estabeleceram-se nos arredores deste córrego. Pode ter sido logo após casarem-se, pois em 1759 já deviam estar plenamente difundidas as notícias dos empreendimentos que ali se fixavam ou ainda, mesmo antes de contrair núpcias, Domingos Coelho, assim como João Ferreira Almada, podem ter se projetado às riquezas do sertão. Esta hipótese se confirma mesmo sem ter-se encontrado carta de sesmaria a ele concedida. No processo de habilitação ao cargo de Familiar do Santo Ofício, iniciado no ano de 1755<sup>270</sup>, o Reverendo João Martins Cabrita, capelão da Matriz de Piranga, responsável por várias inquirições demandadas por seus superiores, forneceu parecer acerca de Domingos Coelho, no qual afirmou ser ele de “bom e exemplar procedimento” e que tais afirmativas não advinham somente das referências dadas por outras pessoas inquiridas, mas, por seu pleno conhecimento do mesmo, sendo ele “meu freguês”, confirmando que Domingos Coelho naquela data já residia em Piranga.

---

<sup>268</sup> AEAM. *Processo Matrimonial de Domingos Coelho e Feliciano Isabel Maria de Oliveira*. Armário 02, pasta 178, documento 1774

<sup>269</sup> ACSM. 1º Ofício, códice 74, auto 1569, 1782. *Inventário post-mortem de Feliciano Isabel Maria de Oliveira*

<sup>270</sup> IANTT, *Processo de Habilitação do Santo Ofício*. Domingos Coelho. Maço 43, documento 728.

Ainda neste processo, aberto no ano de 1755, um dos depoentes afirma que Domingos Coelho vivia de minerar, da “sua arte de cirurgia” possuindo também seu engenho de aguardente. Portanto, possivelmente, já neste ano devia ser proprietário da fazenda que veio a ser chamada Fazenda do Engenho. Ali, entre 1759 e 1781, ano da morte de Feliciano Isabel, nasceram e foram criados dez filhos do casal, seis homens e quatro mulheres. A filha primogênita, Dona Francisca Clara Umbelina de Jesus, casou-se com o então Tenente Antônio Gomes Sande<sup>271</sup>, o qual se tornou sucessor de Domingos Coelho à frente dos negócios desta família.<sup>272</sup>

Até aqui viu-se a trajetória do que convém chamar de a geração desbravadora, por serem aqueles indivíduos que lançaram posses nos sertões do Rio Piranga, justamente entre as décadas de 1740 e 1760, período no qual grande fluxo populacional direcionava-se àquelas terras. Explorarei agora a geração seguinte, aquela que assentou as bases produtivas da família na transição do século XVIII para XIX, tendo por eixo a trajetória do Tenente Antônio Gomes Sande, genro e sucessor de Domingos Coelho.

Apesar do inventário do dito Tenente só mencionar ser natural de São Nicolau, Cabeceiras do Basto<sup>273</sup>, indícios levam a crer que sua naturalidade seja de fato a freguesia de São Nicolau de Sandim, conselho da Cabeceira do Basto, na comarca de Guimarães, Arcebispado de Braga, naturalidade declarada de Bento Gomes Ramos, tio de Antônio Gomes Sande.<sup>274</sup> Além deste seu tio, Manoel Gomes Sande, tio-avô do sucessor de Domingos Coelho, também já estava estabelecido na América portuguesa desde as primeiras décadas do século XVIII<sup>275</sup>, comprovando a presença de uma rede familiar já pré-estabelecida nos territórios ultramarinos da América portuguesa ser um dos incentivos à emigração e fator facilitador na busca por enraizamento em Minas Gerais, aspecto também destacado por Luiz Fernando Rodrigues Lopes ao estudar a constituição das redes de sociabilidades dos Familiares do Santo Ofício.<sup>276</sup>

Ter estes familiares já vivendo em Piranga atraiu Antônio Gomes Sande para aquelas terras, entretanto, o sucesso de sua empreitada transoceânica estava ligado à capacidade de bem estabelecer-se e, numa sociedade em que a família detinha o papel central da reprodução social, este bem estabelecer era, por vezes, bem casar. Sabe-se que ele contraiu núpcias com

---

<sup>271</sup> AEAM, *Processo matrimonial de Antônio Gomes Sande e Francisca Clara Umbelina de Jesus*, 22/05/1787

<sup>272</sup> Cf. LEMOS, Gustavo. *Minas da Terra...*p.81

<sup>273</sup> ACSM, 1º Ofício, Códice 25, Auto 645, 1807. *Inventário post-mortem de Antônio Gomes Sande*

<sup>274</sup> IANTT, *Processo de Habilitação do Santo Ofício*. Bento Gomes Ramos. Maço 15, documento 216

<sup>275</sup> IANTT, *Processo de Habilitação do Santo Ofício*. Manoel Gomes Sande. Maço 164, documento 1720

<sup>276</sup> LOPES, Luiz Fernando R. *Vigilância, Distinção & Honra...*



uma moça da elite local, matrimônio que muito provavelmente se deu através de oportunidades de inserção e reconhecimento sociais proporcionados por seus dois tios, os quais também eram Familiares do Santo Ofício na freguesia de Guarapiranga, assim como o Licenciado Domingos Coelho.<sup>277</sup> Assim, como bem colocou Gusthavo Lemos, as redes familiares e de sociabilidades agiam como uma estrutura de recepção e suporte para a expansão dos empreendimentos familiares nesta região de fronteira agrícola.<sup>278</sup>

O casal Antônio Gomes Sande e Francisca Clara Umbelina de Jesus mantiveram suas bases produtivas em Piranga, especificamente na Fazenda Pirapetinga, “sita na beira do Rio da Pirapetinga da freguesia de Guarapiranga com casas de vivenda, paiol, Engenho de pilões, dois Moinhos e Engenho de Cana [...] com terras de planta matos e capoeiras e pasto que terão duas sesmarias pouco mais ou menos”.<sup>279</sup> Além desta opulenta propriedade para os padrões da época (1807), eram proprietários de mais “terras de agricultura” no córrego do Peixe, nas margens do rio da Pirapetinga, divisando terras com a “fazenda do Bicudo” e ainda, senhores de 57 escravos divididos entre estas duas propriedades. Por fim, foi descrito em inventário “umas Lavras do Morro” nas margens do rio Piranga, “ao pé da fazenda do Capitão José Coelho de Oliveira Duarte”, irmão de Francisca Clara. Daí supõe-se que a gênese da Fazenda Pirapetinga deu-se em terras legadas pelo Licenciado Domingos Coelho, entretanto, expandidas pelos empreendimentos do Capitão Antônio Gomes Sande.

No Mapa 6, utilizando-se a mesma base de informações toponímicas do Mapa 1, os “Mapas da Comissão Geológica e Geográfica de Minas Gerais”, pode-se perceber o movimento expansionista das posses familiares sob os auspícios da segunda geração da família, ocupando o outro lado do vale do Rio Piranga e as margens do Rio Pirapetinga e outros afluentes. Inclusive, cabe notar que é região não muito distante do Ribeirão do Bacalhau<sup>280</sup>, onde João Ferreira Almada recebeu sesmaria em 1746. Entretanto, ressalva-se que os vários locais no Mapa da Comissão Geológica e Geográfica com a denominação Fazenda Pirapetinga não correspondem às várias sedes que a fazenda poderia ter, mas, provavelmente, a partilhas e heranças que a subdividiu.<sup>281</sup> De toda forma, esta representação

---

<sup>277</sup> LOPES, Luiz Fernando R. *Vigilância, Distinção & Honra...*

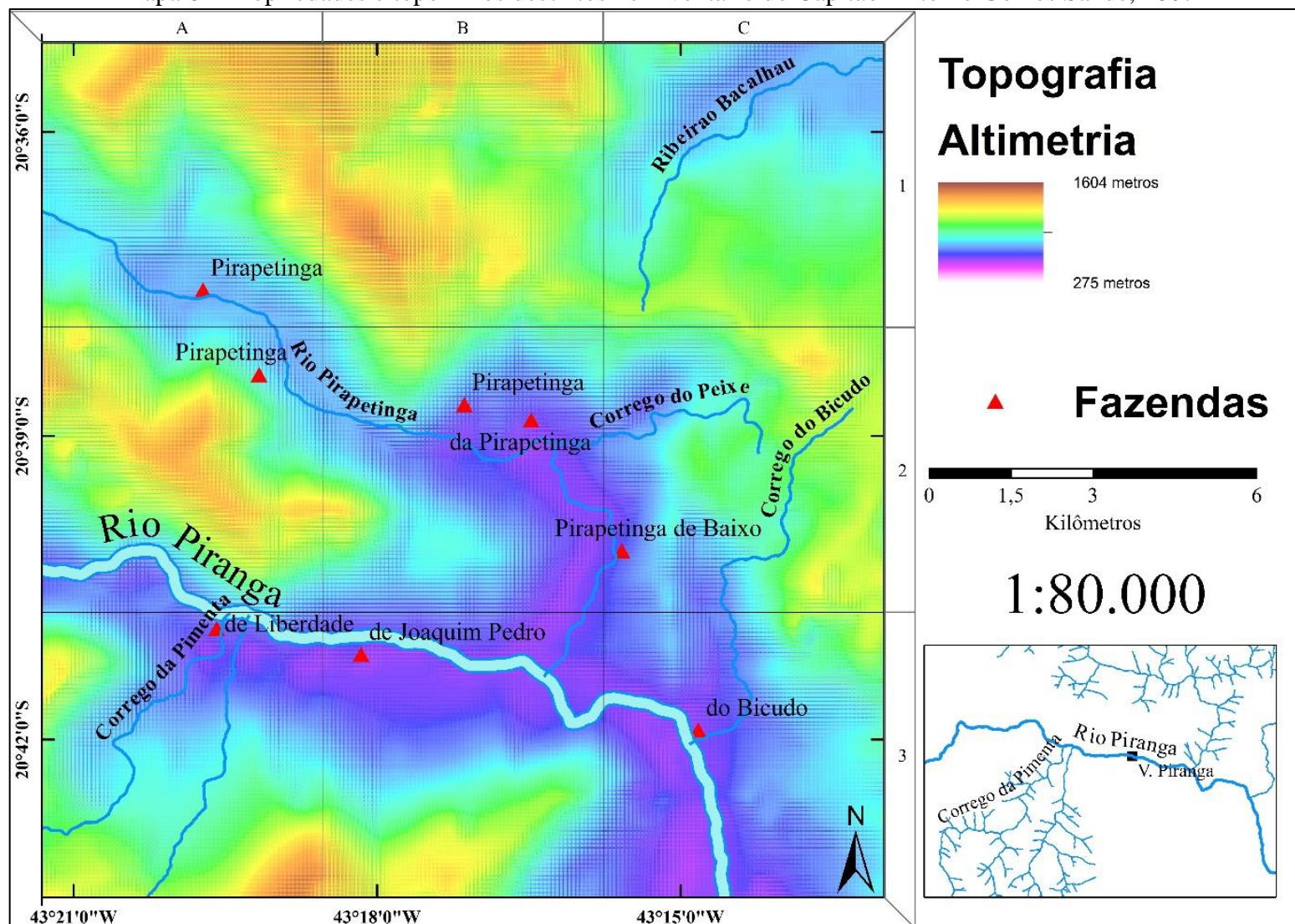
<sup>278</sup> LEMOS, Gusthavo. *Minas da Terra...*

<sup>279</sup> ACSM, 1º Ofício, Códice 25, Auto 645, 1807. *Inventário post-mortem de Antônio Gomes Sande*

<sup>280</sup> Mapa 6, Quadrante C1

<sup>281</sup> Os “Mapas da Comissão Geológica e Geográfica de Minas Gerais” foram produzidos durante a década de 1920. A despeito do longo intervalo de tempo entre as informações documentais das primeiras gerações da família em foco neste capítulo, destaca-se a vasta manutenção de topônimos, o que fortalece a utilização destes documentos cartográficos como base das análises espaciais empreendidas.

Mapa 6 – Propriedades e topônimos descritos no inventário do Capitão Antônio Gomes Sande, 1807



Fonte: ACSM, 1º Ofício, Códice 25, Auto 645, 1807. *Inventário post-mortem de Antônio Gomes Sande*; APM. Seção cartográfica. *Mapas da Comissão Geológica e Geográfica de Minas Gerais*

cartográfica é tomada como indício da vastidão de terras desta propriedade e notável reconhecimento produtivo na localidade, como demonstrou Gusthavo Lemos ao se deter sobre documentação que registrou toda a produção de aguardente na localidade de Piranga.<sup>282</sup> Finalmente, indicativo da proeminência e consolidação dos empreendimentos agrícolas desta família em Piranga e que já se destacavam entre os principais membros da elite escravista local, em 1804, Antônio Gomes Sande, num recenseamento feito na localidade, é o segundo maior proprietário de escravos, atrás somente do seu vizinho, o Capitão Diogo Carvalho de Moraes.<sup>283</sup>

Durante os quase 20 anos de matrimônio, Antônio Gomes Sande e Francisca Clara tiveram cinco filhos, quatro mulheres e um homem (homônimo do pai que seguiu carreira eclesiástica), todos ainda menores no ano de 1806, quando Antônio Gomes Sande faleceu. Tradicionalmente poder-se-ia imaginar que este núcleo familiar, mesmo detentor de muitas posses, reconhecimento e distinção, estivesse fadado ao insucesso, entretanto, a sociedade colonial e imperial brasileira transcendeu os limites impostos por modelos que a taxavam de patriarcal. A este respeito, diversos trabalhos escritos desde os anos 1980 demonstram a agência feminina nas relações cotidianas, chefiando domicílios, exercendo atividades no mundo dos trabalhos e, ainda, à frente de grandes negócios da família, participando ativamente das concepções de estratégias e delineando rumos aos seus herdeiros, funções muito bem desenvolvidas por Dona Francisca Clara.<sup>284</sup>

Independente da presença de seus irmãos e outros parentes nas proximidades, ela teve papel central nas tramas sucessórias de sua família, casando sua filha mais velha, Dona Francisca Cândida de Oliveira Sande, com o Cirurgião Antônio Pedro Vidigal de Barros, português recentemente chegado às Minas Gerais, provavelmente acompanhando o regimento da tropa de linha, exercendo junto a eles o seu ofício.<sup>285</sup> Dentre as testemunhas arroladas no

---

<sup>282</sup> LEMOS, Gusthavo. *Minas da Terra...* ver especialmente o Capítulo 2, “A Dinâmica dos Homens”

<sup>283</sup> APM. Secretaria de Governo da Capitania. Caixa 77. *Recenseamento populacional do distrito de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga*

<sup>284</sup> Para melhor conhecer esta historiografia que demonstrou o papel ativo das mulheres nos cenários sociais, econômicos, políticos e culturais da sociedade colonial e imperial brasileira, ver: DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995; DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984; FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano de trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1999; LEITE, Miriam Moreira. *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984; SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX*. São Paulo: Marco Zero, 1989; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Donas e plebéias na sociedade colonial*. Lisboa: Editorial Estampa, 2002

<sup>285</sup> MENDES, Fábio Faria. *Redes sociais, sucessão e herança em Guarapiranga (1780-1880)*. Relatório Final de Projeto de Pesquisa. Edital Universal FAPEMIG, APQ00828-08. Viçosa; UFV, 2011.

processo matrimonial de Antônio Pedro e Francisca Cândida, estava o Doutor João José Lopes Mendes Ribeiro, o qual, anos mais tarde, seria presidente da província de Minas Gerais. Em seu depoimento, o Doutor João José confirmou as boas qualidades do Cirurgião Antônio Pedro e ainda informou que ele havia morado em sua casa na Comarca de Coimbra (em Portugal) e juntos migraram para as Minas em 1805.<sup>286</sup>

Assim como no caso de seu sogro, para quem a rede familiar e as sociabilidades legaram um vantajoso casamento com uma moça da elite local, estar inserido na clientela do influente Doutor João José Lopes Mendes Ribeiro parece ter habilitado o acesso de Antônio Pedro Vidigal de Barros a este promissor casamento. Dizem-se promissoras não só as vantagens alcançadas pelo português recém-emigrado, mas, como demonstrou Carla Almeida, o elemento reinol tinha um lugar de prestígio na reprodução destas tramas matrimoniais em Minas Gerais.<sup>287</sup> Portanto, este enlace matrimonial em 1811 perpetuava o sistema matrimonial presente neste núcleo familiar desde o casamento de Antônio Duarte com Francisca Pinta de Oliveira sacramentado em 1740, em que o genro português esteve sempre presente.<sup>288</sup> Assim, não é exagerado imaginar que Antônio Pedro tenha sido a luva que a mão (nada invisível) daquela família precisava para a preservação de sua proeminência. Finalmente, estima-se que havia um cálculo sendo feito por Dona Francisca Clara para o ano limite em que poderia casar sua filha primogênita, mantendo indivisas as propriedades da família, pois, à época do falecimento de Antônio Gomes Sande (1806) todos os herdeiros ainda eram menores<sup>289</sup>, o que conferiu a ela plenos poderes à criação dos seus filhos e controle sobre os bens do casal.

O matrimônio de Antônio Pedro e Francisca Cândida não durou muito. Em 1819, Antônio Pedro enviuvou-se, provavelmente ao nascer o filho Joaquim, o qual só tinha oito meses quando se deu a abertura do inventário de sua esposa.<sup>290</sup> No inventário estavam arrolados grande quantidade de joias, extenso enxoval, livros de farmácia e medicina e utensílios cirúrgicos (utilizados por Antônio Pedro em seu ofício), nenhum instrumento

---

<sup>286</sup> AEAM, *Processo matrimonial de Antônio Pedro Vidigal de Barros e Francisca Cândida de Oliveira Sande*. 27/05/1811

<sup>287</sup> ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Trajetórias imperiais: imigração e sistema de casamentos entre a elite mineira setecentista. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006

<sup>288</sup> Acerca deste universo sócio-cultural em que o elemento português assumia uma posição de prestígio, Gustavo Lemos desenvolve uma refinada análise baseada neste mesmo núcleo familiar. Ver LEMOS, Gustavo. *Minas da Terra...*p.81-88

<sup>289</sup> A filha mais velha do casal, Francisca Cândida de Oliveira Sande, nasceu no ano de 1789.

<sup>290</sup> ACSM, 1º Ofício, Códice 97, Auto 2032, 1820. *Inventário post-mortem de Francisca Cândida de Oliveira Sande*

agrícola e de extração mineral, apenas uma propriedade: “sesmaria no Muriaé sem valor presente”.

Tornar-se genro do falecido Capitão Antônio Gomes Sande e morador da opulenta Fazenda Pirapetinga não o transformava mecanicamente no administrador e sucessor das propriedades familiares. Assim, no ano de 1818, muito provavelmente influenciado pela expansão para o vale do rio Paraíba do Sul que se empreendia no território leste da capitania, ainda casado, solicitou receber sesmaria “atrás da Serra de São João Batista no ribeirão denominado Criciumas” onde sabia haver terras devolutas entre as propriedades de Francisco Ferreira Araujo e do Capitão Gonçalo Gomes, justificando não possuir terras, todavia, escravos suficientes para explorá-las.<sup>291</sup> Certamente esta é a sesmaria no Muriaé declarada no inventário de sua esposa em 1820, confirmada por carta de sesmaria recebida no dia 12 de julho de 1819.<sup>292</sup>

Este pedido demonstra que neste espaço de fronteira funcionava a pleno vapor um circuito de comunicação que mantinha acesa a busca por terras agricultáveis e empreendimentos no sertão. Antônio Pedro, ao requerer sua sesmaria, além de fornecer informações geográficas do lugar, informava também os confrontantes de sua propriedade, o que reforça ainda a ideia que as sesmarias, em Minas Gerais, funcionavam como a legitimação de posses já efetivadas.<sup>293</sup> Por fim, em 1819, outro pedido de carta de sesmaria no mesmo ribeirão das Criciumas é feito:

Diz o Padre Felipe da Mota que ele suplicante se acha sem terras de cultura e como as cabeceiras do ribeirão denominado Criciumas que deságua no rio Muriaé se acham terras devolutas que divisam ribeirão abaixo com a sesmaria pedida pelo Cirurgião-mor Antônio Pedro Vidigal de Barros...<sup>294</sup>

Esta solicitação, além de confirmar as trocas de informações sobre disponibilidade de terras nas áreas de fronteira, deixa indicado que este movimento migratório nunca se dava ao ermo afastado das sociabilidades do ponto de partida. O Padre Felipe da Mota também residia na freguesia de Guarapiranga, onde havia sido pároco em algumas capelas filiadas à Igreja Matriz, portanto, estava inserido nos círculos das sociabilidades cotidianas da Fazenda

---

<sup>291</sup> APM. Secretaria de Governo da Capitania, Caixa 107, Documento 34, *Pedido de Carta de Sesmaria das terras situadas no ribeirão das Criciumas*

<sup>292</sup> APM. *Carta de sesmaria concedida a Antônio Pedro Vidigal de Barros*. 12/07/1819, SC 377, p.302

<sup>293</sup> CARRARA, Ângelo Alves. *Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais...*

<sup>294</sup> APM. Secretaria de Governo da Capitania, Caixa 113, Documento 58, *Pedido de Carta de Sesmaria das terras situadas no ribeirão das Criciumas Termo de Mariana*

Pirapetinga<sup>295</sup> e, logo, vizinho de Antônio Pedro Vidigal de Barros nesta sesmaria adquirida no ribeirão das Criciumas.<sup>296</sup>

Antônio Pedro solicitou carta de sesmaria em 1818 e recebeu-a em 1819, mesmo ano do falecimento de sua esposa Francisca Cândida. A viuvez precoce e a pouca idade de seus filhos – todos elencados no rol de herdeiros do inventário, no qual constatou-se ter a filha mais velha apenas 7 anos –, devem ter surtido efeito nos cálculos migratório e planos traçados de se estabelecer no vale do Rio Paraíba do Sul. De todo forma, a morte prematura de uma herdeira também pesou nas estratégias enredadas por Francisca Clara (sogra de Antônio Pedro) para o sucesso da sua empresa familiar.

Os seus cinco netos, filhos de sua falecida filha, eram por direito herdeiros de seus bens, logo, conjectura-se que para evitar a dispersão da família, e obviamente seu patrimônio, a qual batia à porta com a eminente possibilidade de Antônio Pedro contrair novas núpcias, uma solução cabível era reforçar os laços internos familiares, casando-se a filha mais nova de Dona Francisca Clara, Teresa Altina com o viúvo de sua irmã, Antônio Pedro Vidigal de Barros. Deste casamento, nascem mais sete filhos, cinco homens e duas mulheres, irmãos-primos dos cinco filhos do primeiro casamento de Antônio Pedro.

No ano de 1831, Antônio Pedro Vidigal de Barros encabeça a lista nominativa do distrito de Piranga, onde, sendo juiz de paz, foi o responsável por sua elaboração.<sup>297</sup> Listado como lavrador e negociante, é também o maior proprietário de escravos do distrito, com um efetivo de 44 cativos. Além dele, são arrolados como livres em seu domicílio: sua esposa, Teresa Altina, oito filhos (cinco filhos do primeiro casamento e três do segundo), sua sogra Francisca Clara e seu cunhado Padre Antônio Gomes Sande. Não foram encontradas neste recenseamento populacional, mesmo habitando outros domicílios, Antônia Leonor e Feliciano Isabel, as outras duas filhas nascidas do matrimônio do Capitão Antônio Gomes Sande com Dona Francisca Clara, ambas elencadas no rol de herdeiros do seu inventário.<sup>298</sup>

Quando é aberto o inventário de Dona Francisca Clara no ano de 1833, estas duas filhas não constam no rol de herdeiros, o que é indicativo que muito provavelmente faleceram

---

<sup>295</sup> No inventário de Francisca Cândida, o Padre Felipe da Mota é devedor do casal por um crédito passado no ano de 1816, indicativo das relações que já existiam entre ele e a família de Antônio Pedro Vidigal de Barros.

<sup>296</sup> APM. *Carta de sesmaria concedida ao Sacristão Felipe da Mota*. 22/07/1820. SC 384, p.48

<sup>297</sup> APM. *Listas nominativas do distrito de Piranga*. Disponível em: [www.poplin.cedeplar.ufmg.br](http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br), acessado em 02/10/2015

<sup>298</sup> ACSM, 1º Ofício, Códice 25, Auto 645, 1807. *Inventário post-mortem de Antônio Gomes Sande*

precocemente antes mesmo de se casarem.<sup>299</sup> Neste processo, foi inventariante o seu único genro, Cirurgião Mor Antônio Pedro Vidigal de Barros, quem seguramente passou a ter papel decisório nos negócios da família, assumindo a função de gerir a Fazenda Pirapetinga.<sup>300</sup> Neste documento, estão arrolados 55 cativos e um monte-mór que ultrapassa a cifra dos trinta e um contos de réis. A Fazenda Pirapetinga aparece com suas duas sesmarias de terras de cultura, capoeiras e matos virgens, canaviais, engenho de água corrente, outro de bois e outro de mandioca, acrescida de porções de terras compradas dos herdeiros de antigos confrontantes declarados no inventário de Antônio Gomes Sande (1806), prática aquisitiva também efetivada nas “terras de agricultura” situadas no córrego do Peixe e ainda, em terras de cultura que haviam sido do Capitão Mor Jose Coelho Duarte, irmão de Dona Francisca Clara. Vê-se que, passados 3 décadas da morte do Capitão-Mór Antônio Gomes Sande, a unidade produtiva da família ampliou suas bases, conservando sua valência múltipla e perpetuando o prestígio dos seus proprietários.

Foi através da família, muitas vezes junto com esposa, filhos, genros, sogros e cunhados que se efetivaram os empreendimentos de se projetar nos sertões do leste da capitania de Minas Gerais.<sup>301</sup> Entretanto, o caso do cirurgião-mor Antônio Pedro Vidigal de Barros é ilustrativo da outra face manifestada pela família nesta região de fronteira: a de fincar as estacas do enraizamento social de indivíduos fundamentando as bases da reprodução social nestas zonas intermediárias entre o núcleo minerador e o futuro vale cafeicultor.

Não se sabe se ele de fato iria consolidar um plano migratório para o ribeirão das Criciúmas, pois a morte de sua esposa e as estratégias sucessórias operacionalizadas por sua sogra minaram os vestígios históricos sobre esta sesmaria recebida, os quais poderiam render análises sobre a reprodução física e social neste novo espaço. Ainda assim, assinala-se que se tornar sucessor de uma propriedade reconhecida e ter papel diretivo nas estratégias de uma família já enraizada e influente na localidade em que vivia poderia ser um investimento mais seguro e proveitoso, conferindo um vasto leque de possibilidades à reprodução do prestígio e distinção social e das bases do poder daquela família.

Por fim, depreende-se da análise da trajetória de vida de Antônio Pedro outro aspecto ligado à fronteira dentro da estrutura familiar, a saber, ser um investimento que ampliava as suas bases produtivas. Num espaço em que a disponibilidade de terras era vasta, lançar posses

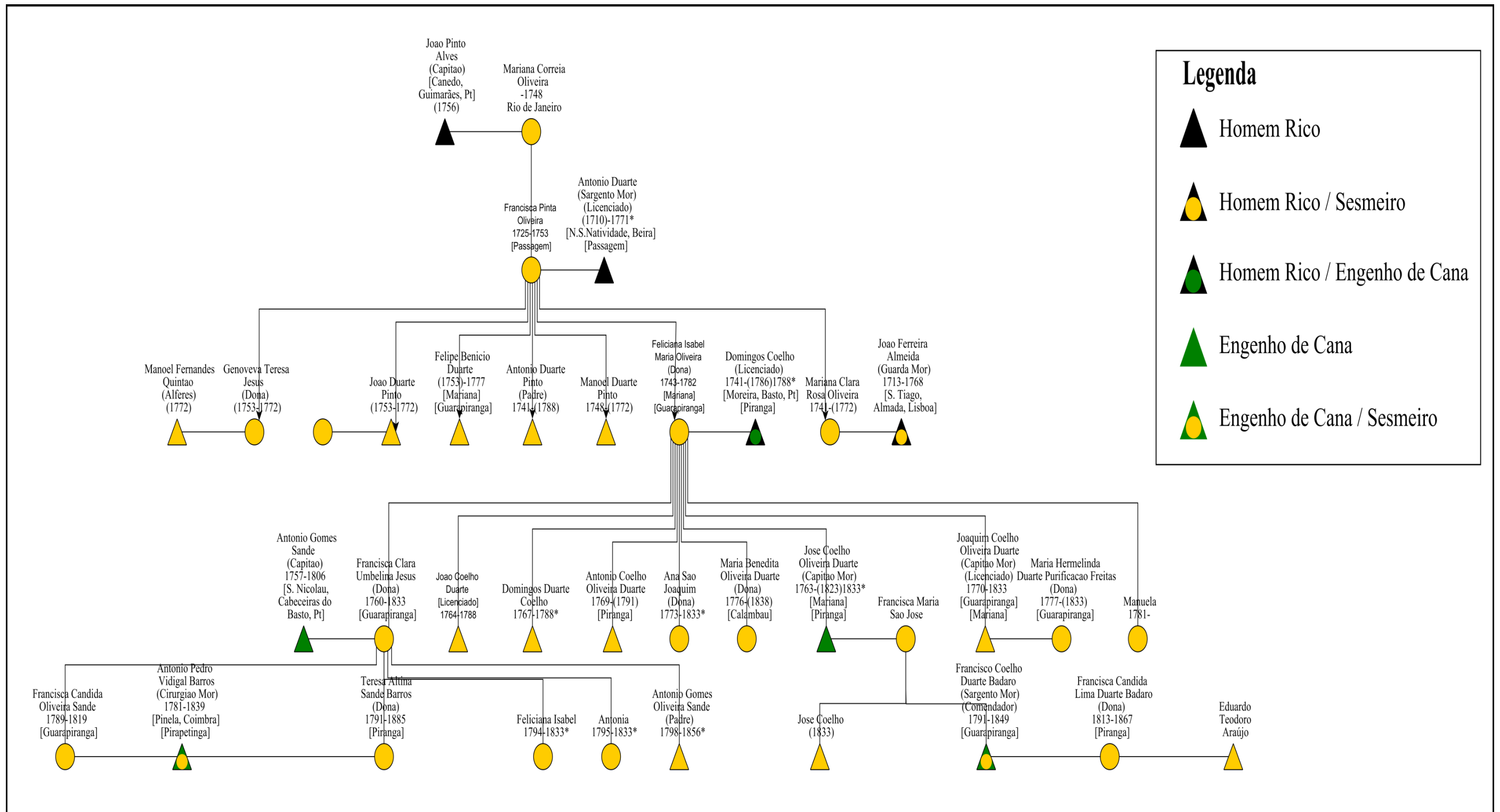
---

<sup>299</sup> ACSM, 1º. Ofício, Códice 151, Auto 3174, 1833. *Inventário post-mortem de Francisca Clara Umbelina de Jesus*

<sup>300</sup> LEMOS, Gustavo. *Minas da Terra...* ver especialmente o Capítulo 2, “A Dinâmica dos Homens”

<sup>301</sup> LANGFUR, Hal. *The forbidden lands...*

Figura 1 – Família, fronteira e migração, Minas Gerais, 1697-1833



Fonte: ACSM, 1º Oficio. Inventários post-mortem



não significava emprego de recursos materiais imediatos, tanto que no ano de 1820, no inventário da primeira esposa de Antônio Pedro, a única propriedade elencada foi declarada “sem valor presente”. Por outro lado, quase 20 anos depois, quando é aberto o seu inventário, sua esposa, Dona Teresa Altina, “declarou mais que pertence ao casal três quartas de terras de cultura sitas na Paraíba do Município de Barbacena que se devem avaliar para serem descritas neste inventário e assim, mais terça parte da Fazenda que foi do falecido Padre Felipe da Mota.”<sup>302</sup>

Mesmo bem estabelecido em Piranga, a sesmaria recebida do vale do Rio Paraíba do Sul não foi descartada por Antônio Pedro. Conforme consta em seu inventário, denominou-a Fazenda da Soledade, onde vivia Domiciano Cláudio Nogueira, que recebeu os nomeados responsáveis por proceder à avaliação dos bens da propriedade. Além de vários utensílios utilizados na produção de açúcar, também foram arrolados uma “casinha de telha em serviço de morada”, paiol, engenho de bois, “pequeno engenho de açúcar”, moinho, nove mil pés de café, tudo avaliado em três contos de réis. Assentado em Piranga, Antônio Pedro administrava a Fazenda da Soledade, possivelmente tendo instituído Domiciano Cláudio Nogueira feitor daquele engenho, produzindo ali riquezas, valorizando bens de raiz que eram legados a seus herdeiros.

A trajetória desta família, desde os casamentos das duas filhas de Antônio Duarte com outros homens ricos da capitania de Minas Gerais na década de 1750, até os processos sucessórios averiguados nas gerações seguintes e as interfaces assumidas com o sertão do Rio Paraíba do Sul, reforçam teses já apresentadas por Alida Metcalf<sup>303</sup> e Carlos Bacellar<sup>304</sup>, autores que ao problematizarem família e fronteira destacaram que este consórcio recriou espaços produtivos mantendo ativas as bases de reprodução social, econômica e do poder familiar.

Antônio Duarte, João Ferreira Almada e Domingos Coelho eram homens estabelecidos e bem relacionados na Cidade de Mariana. Como demonstrado por Luíz Fernando Rodrigues Lopes, constituíam um círculo relacional bem quisto e articulado dos Familiares do Santo Ofício<sup>305</sup>, porém, mesmo assim, suas estratégias de ascensão e distinção social delinearão espaços de fronteira: os sertões dos rios Piranga e Xopotó. Consolidadas as propriedades desta família naquelas paragens, mecanismos de expandir limites foram postos

---

<sup>302</sup> ACSM, 1º Ofício, Códice 18, Auto 512, 1839. *Inventário post-mortem de Antônio Pedro Vidigal de Barros.*

<sup>303</sup> METCALF, Alida C. *Family and Frontier in Colonial Brazil...*

<sup>304</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra...*

<sup>305</sup> LOPES, Luiz Fernando R. *Vigilância, Distinção & Honra...*

em prática pela geração seguinte, quando Antônio Gomes Sande e, depois de seu falecimento, sua esposa Dona Francisca Clara, estiveram à frente da Fazenda Pirapetinga. Por último, reafirmando a vitalidade da família e da fronteira que nunca se perdia de vista, a frente pioneira resumia em si novas ambições desta família: investir em terras agricultáveis, alargando o campo de atuação da família para novas áreas promissoras, nas quais Antônio Pedro Vidigal de Barros já havia lançado posses e recebido carta de sesmaria.

Grosso modo, a Figura 1 reproduz microscopicamente, enfocando as dinâmicas familiares analisadas, um movimento já previamente averiguado em que um grande “boom” expansionista foi seguido por período de estabilidade<sup>306</sup>, o qual, como se viu, esteve diretamente relacionado à estabilidade das bases reprodutivas familiares. Por exemplo, nas gerações anteriores à de Antônio Gomes Sande (Engenho de cana), os membros desta família, moradores de Mariana e seus arredores (Morro da Passagem) estavam projetando-se para os sertões em busca de rentáveis empreendimentos que lhes possibilitassem ganhos monetários e cargos de prestígio e distinção social. Não coincidentemente, receberam sesmaria ou assentaram suas bases produtivas em Piranga, justamente naquele primeiro período (1741-1761) de constatado efervescente aporte populacional nos vales dos rios Piranga e Xopotó ou em outras áreas próximas ao leste do núcleo minerador central (Ouro Preto e Mariana).

Já a geração de Antônio Gomes Sande, genro que expandiu as posses com a produção de cana-de-açúcar e os produtos dela derivados, é destacada por ser aquela que fortaleceu a base produtiva familiar<sup>307</sup>, ratificando a estabilidade regional vivenciada, marcada pela manutenção de posses e poucas concessões de sesmaria (1779-1793 e 1794-1809). Por último, Francisca Clara, viúva de Antônio Gomes Sande, demonstrou grande desenvoltura em manter o patrimônio familiar indiviso ao eleger um genro sucessor, que por sua vez, como nas primeiras gerações familiares, mirava-se para a frente pioneira, valendo-se das bases familiares para efetivar investimentos no vale do Rio Paraíba do Sul, região densamente povoada na primeira metade do século XIX.

## **Conclusão**

Duas operações metodológicas balizaram este capítulo. Num primeiro momento baseei-me nas informações seriadas das concessões de sesmarias realizadas nos sertões do leste da capitania de Minas, apresentando informações sobre os caminhos da ocupação

---

<sup>306</sup> Aqui estão sendo mencionadas as análises feitas nas seções anteriores, tendo por base as concessões de sesmarias, subdivididas nos períodos expressos no Gráfico 2

<sup>307</sup> LEMOS, Gustavo. *Minas da Terra...*

daquelas terras e o seu lugar na história de Minas Gerais. Todavia, sem perder de vista a expansão da malha eclesiástica, foi explorado o papel que a religião teve na transformação dos sertões em território conquistado pelo colonizador europeu, destacando-se as capelas como agentes do povoamento que gradativamente expandiam a fronteira.

A partir destes dados, pode-se constatar os fluxos migratórios da ocupação do Vale do Rio Piranga e empreender análises aprofundadas sobre as distintas temporalidades daquilo que Rogério Haesbaert chama de territorialização, que nada mais é do que o encadeamento de um processo de transformação geográfica, “que inclui a vivência concomitante de diversos territórios - configurando uma multiterritorialidade, ou mesmo a construção de uma territorialização no e pelo movimento.”<sup>308</sup> Assim, pelos dados apresentados ao longo deste capítulo, busquei demonstrar os múltiplos espaços que configuraram a formação histórica do Vale do Rio Piranga, através de agentes que lavraram a fronteira leste da capitania.

Por outro lado, as vastas informações sobre o movimento migratório que se efetivou na região em foco só podem ser compreendidas se combinadas com métodos de pesquisa que ensejam análises sobre a manutenção das bases reprodutivas e do prestígio social familiar, o que permite vislumbrar em suas minúcias o enraizamento físico e social de famílias em áreas de fronteira.

A partir da trajetória das gerações da família do sesmeiro João Ferreira Almada, contrapôs-se as agências familiares às estruturas e fluxos migratórios, aspecto que me permitiu demonstrar a recriação da família a partir dos movimentos de fronteira, mas, também do assentamento das bases exploratórias dos recursos naturais, seguindo o fluxo da territorialização do Vale do Rio Piranga, uma localidade de passagem que transformou-se em sociedade de transição.

No capítulo seguinte, explorarei as transformações vivenciadas por esta sociedade na passagem do século XVIII para o XIX, até a década de 1840, período no qual se consolidaram as bases agrícolas do Vale do Rio Piranga, o que permite avaliar em minúcias como nesta região se deu o processo de “acomodação evolutiva”<sup>309</sup> e as decorrentes transformações socioeconômicas que provocaram, como se mostrará, a acentuação das desigualdades.

---

<sup>308</sup> HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia* (UFF), v. 17, p. 19-45, 2008. p.20

<sup>309</sup> LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

## **Capítulo II**

**Escravidão e hierarquias sociais: posse de cativos e desigualdades na passagem do século XVIII ao XIX no Vale do Rio Piranga**

## Introdução

Para introduzir este capítulo, retomo o já citado inventário *post-mortem* de Dona Feliciano Isabel Maria de Oliveira<sup>310</sup>, filha do Cavaleiro da Ordem de Cristo Antônio Duarte, esposa do Licenciado Domingos Coelho e cunhada do sesmeiro João Ferreira Almada, personagens já conhecidos desta tese. Todos os três, conforme já se demonstrou, eram homens ricos da capitania de Minas Gerais<sup>311</sup> que lançaram posses nos “sertões do Piranga” e, devido a particularidades de suas estratégias de manutenção das posses e reprodução social, tiveram suas trajetórias e das gerações sucessoras escrutinadas no capítulo anterior desta tese.

No supracitado inventário *post-mortem*, que teve seu processo aberto em fevereiro de 1782, um mês após o falecimento da inventariada, consta a descrição de diversas propriedades, dentre elas, a Fazenda do Engenho, avaliada em 7:400\$000 (sete contos e quatrocentos mil réis), localizada no entroncamento entre o Rio Piranga, o Ribeirão do Pimenta e o Córrego João Ferreira, região onde foi sesmeiro João Francisco Pimenta, personagem que introduziu a narrativa do capítulo 1 desta tese.

Além das descrições toponímicas, consta também no inventário de Dona Feliciano Isabel o nome dos vizinhos confrontantes, inclusive, com detalhes e riquezas de informações que não são facilmente encontradas neste tipo de documentação, discriminando quem eram estes vizinhos proprietários de terras que divisavam em cada um dos rios, córregos e ribeirões que cortavam a Fazenda do Engenho e em qual direção, conforme pode se constatar na transcrição abaixo:

[...] a mesma fazenda Rio acima da Piranga com todos os seus pertences que parte pela parte de baixo com terras do Tenente Rodrigo José da Silva e com terras de Tomás Ferreira de Sousa e pela parte de cima com terras do Capitão Joaquim José da Silva e com terras de Inácia Teresa de Jesus, e correndo Ribeirão do Pimenta acima parte com terras de Julião José da Veiga com terras do Tenente Pedro da Fonseca Pires, e correndo pelo Córrego João Ferreira acima pelo lado esquerdo parte com terras do dito Tenente Rodrigo José da Silva e com terras do Alferes Antônio Dias dos Anjos.<sup>312</sup>

---

<sup>310</sup> ACSM. 1º Ofício, códice 74, auto 1569, 1782. *Inventário post-mortem de Feliciano Isabel Maria de Oliveira*

<sup>311</sup> ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Trajetórias imperiais: imigração e sistema de casamentos entre a elite mineira setecentista. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006

<sup>312</sup> ACSM. 1º Ofício, códice 74, auto 1569, 1782. *Inventário post-mortem de Feliciano Isabel Maria de Oliveira*, p.25. Na transcrição foram desfeitas as abreviaturas e corrigida a grafia para o português atual. No original o documento tem as seguintes informações: “[...]a mesma fazenda Rio Asima da Piranga com todos os seus pertences que parte pela parte de bayxo com terras do Tenente Rodrigo Jose da Sylva e com terras de Thomaz [Ferreira?] [?], e pela parte de sima com terras do Cappitão Joaquim Joze da Sylva e com terras de Ignácia Theresa de Jesus, e correndo o Ribeirão do Pimenta asima parte com terras de Julião Joze da Veiga com terras do

Esta rica descrição da Fazenda do Engenho é um prato cheio para o geoprocessamento das informações ali contidas. Tendo-se em vista os modernos métodos recentemente incorporados à historiografia brasileira<sup>313</sup>, não é exagerado imaginar a possibilidade de situar no espaço físico daqueles córregos e ribeirões cada um destes proprietários confrontantes. Todavia, por agora, a partir da trajetória familiar de um destes vizinhos, o Alferes Antônio Dias dos Anjos, a proposta deste capítulo é refletir sobre a sociedade que se constituiu no Vale do Rio Piranga pelo prisma da escravidão, um fato social totalizante que se enraizou nos costumes sociais brasileiros, com marcas visíveis, ainda hoje, num país hierarquizado pela cor da pele.<sup>314</sup>

Não obstante Minas Gerais ter registrado a maior população cativa do país durante quase todo o século XIX, desde o debate sobre tráfico de escravos, produção de alimentos e manufaturas e mercantilização da economia mineira que envolveu Robert Slenes<sup>315</sup> e Roberto Borges Martins<sup>316</sup>, e alguns anos depois, a publicação dos dois livros de Douglas Cole Libby<sup>317</sup>, ainda na década de 1980, poucos historiadores abordaram a escravidão em sua conjuntura sistêmica na Província de Minas Gerais.

Obviamente a discussão historiográfica não foi dada por encerrada e a temática não foi esquecida. As pesquisas realizadas desde então, fornecem um amplo panorama da multiplicidade de problemas interpretativos, abordagens metodológicas e enfoques regionais pelos quais se enveredaram historiadores preocupados com a escravidão.

Este capítulo, em função dos recortes cronológicos e espaciais reduzidos, mais se aproxima do caráter analítico das pesquisas com enfoque microanalítico, todavia, a exemplo dos trabalhos de Libby, busca apreender elementos do escravismo mineiro que deem conta de explicar o processo social em curso no século XIX. Por fim, acompanhando rastros deixados

---

Tenente Pedro da [Fonseca?][Peres?], e correndo pelo Córrego de João Ferreira asima pela lado esquerdo parte com terras do dito Tenente Rodrigo Joze da Sylva e com terras do Alferes Antonio Dias dos Anjos.”

<sup>313</sup> CARRARA, Angelo Alves; LAGUARDIA, Rafael Martins de Oliveira. Potencialidades do georreferenciamento em História Agrária: um modelo para os registros de terras de meados do século XIX. *Saeculum* (UFPB), v. 29, p. 209-229, 2013.

<sup>314</sup> SCHWARCZ, Lilia M. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

<sup>315</sup> SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos do IFCH/Unicamp*, Campinas, 17, 1985.

<sup>316</sup> MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1980; MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais no século XIX: tráfico e apego à escravidão em uma economia não-exportadora. *Estudos Econômicos*, 13(1), 1983.

<sup>317</sup> LIBBY, Douglas Cole. *Trabalho Escravo e Capital Estrangeiro no Brasil. O Caso de Morro Velho*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, Belo Horizonte, 1984; LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

por Martins e Slenes, segue-se a reflexão sobre o tráfico de escravos e a configuração das estruturas sociais e demográficas decorrentes.

Não são poucos os elementos que justificam a convergência da análise que proponho neste capítulo à trajetória da família do Alferes Antônio Dias dos Anjos. Além do laço de vizinhança e de ter sido o avaliador dos bens do casal Domingos Coelho e Feliciano Isabel, no ano de 1761, Dona Feliciano foi madrinha de Francisca Dias de Jesus<sup>318</sup>, uma das filhas mais novas do casal Antônio Dias dos Anjos e Antônia Nunes Assunção, indicando que havia alguma proximidade relacional entre os dois núcleos familiares.

Ainda assim, cabe salientar, a maior motivação em apresentar a trajetória deste domicílio como eixo central da análise proposta neste capítulo deu-se porque constatei que em 1831, dentre os vários domicílios recenseados nas Listas nominativas do distrito de Piranga<sup>319</sup>, encontrei filhos, netos e outros herdeiros do Alferes Dias dos Anjos, bem como do Licenciado Domingos Coelho. Contudo, enquanto naquela documentação Antônio Dias dos Anjos, homônimo de seu avô, era proprietário de uma escrava, o Alferes Francisco Coelho Duarte, neto de Domingos Coelho e Feliciano Isabel, era proprietário de 35 cativos.

Esta constatação não permite uma afirmação mecânica sobre a ascensão econômica dos Coelho Duarte e o insucesso dos Dias dos Anjos. Mas, tendo como ponto de partida a trajetória desta família, procura-se indicar como foram reproduzidas as desigualdades no processo de reordenamento econômico na capitania de Minas Gerais entre as décadas finais do século XVIII e o início do século XIX. Desta forma, este capítulo demonstra o fenômeno de como famílias estiveram durante décadas tão próximas, relacional e geograficamente, mas, ainda assim, tão desiguais.

## **A Família Dias dos Anjos**

Falecido no ano de 1786, o Alferes Antônio Dias dos Anjos vivia em um sítio no Córrego João Ferreira que divisava com terras do falecido Manoel Gonçalves e de Domingos Coelho e “com quem mais deva e haja de partes confrontar”, avaliado em 600\$000 réis (seiscentos mil réis)<sup>320</sup>, valor mais de 12 vezes menor que a Fazenda do Engenho. Nascido em Portugal, num lugarejo chamado Santa Maria dos Anjos do Couceiro de Roças, na Vila de Guimarães no Arcebispado de Braga, seu inventário não deixa muitas pistas sobre o processo

---

<sup>318</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. *Livros de Batismos*, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga. Livro 1, página 78.

<sup>319</sup> APM. Listas nominativas. Disponível em: [www.poplin.cedeplar.ufmg.br](http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br)

<sup>320</sup> ACSM. 1º Ofício, código 13, auto 427, 1787. *Inventário post-mortem de Antônio Dias dos Anjos (Alferes)*

migratório que o trouxe para a América portuguesa e, especificamente, como contraiu núpcias e constituiu família no Vale do Rio Piranga.

Entretanto, supõe-se ter chegado aquela região em meados do século XVIII, momento em que se dava um grande *boom* migratório que expandiu a fronteira agrícola do núcleo minerador central. Presume-se esta trajetória pois, no ano de 1756, no inventário *post-mortem* de Antônio Nunes Assunção<sup>321</sup>, Dias dos Anjos já era casado com uma das herdeiras declaradas. Portanto, conjectura-se que teria chegado aos “sertões do Piranga” em anos próximos aos que João Ferreira Almada rogava receber carta de sesmaria, porém, por vias distintas, já que é sabido que seu nome não consta nos índices dos sesmeiros que foram agraciados com terras no Vale do Rio Piranga, ou em qualquer outra porção da capitania.

Alguns dados sugerem as dissemelhantes causas com que cada um destes personagens, proprietários de terra no Córrego João Ferreira, tiveram em explorar os recursos daquelas paragens. Primeiramente, indicativo das grandes diferenças econômicas que havia entre estas propriedades vizinhas é o número de cativos em cada uma delas: no inventário de Dona Feliciano foram arrolados 103 escravos, totalizando 9:448\$000 (nove contos quatrocentos e quarenta e oito mil réis) e em posse de Dias dos Anjos, 28 cativos que perfaziam o valor de 2:325\$000 (dois contos duzentos e trinta e cinco réis). Ainda, enquanto o primeiro inventário contabilizou um Monte-Mór de 20:302\$925 (vinte contos trezentos e dois mil novecentos e vinte cinco réis), o outro somou 3:768\$318 (três contos setecentos e sessenta e oito mil trezentos e dezoito réis).

De fato, as desigualdades já eram latentes entre as duas famílias décadas antes do recenseamento de 1830 e, com certeza, estiveram diretamente inter-relacionadas às oportunidades e constrangimentos que se interpuseram aos empreendimentos de Domingos Coelho e Antônio Dias dos Anjos quando se embrenharam na fronteira agrícola da capitania. Porém, mesmo que 28 cativos fosse um efetivo escravo muito menor que os 103 arrolados no inventário de Dona Feliciano, ainda assim, era uma posse expressiva. A este respeito, cabe notar que entre as décadas de 1740 e 1770, dentre todos os 255 inventários confeccionados em localidades do Vale do Rio Piranga, apenas 13 possuíam mais de 10 escravos arrolados; na década de 1780, esta cifra foi de 26, dentro do total de 197 inventários.

Assim, não restam dúvidas que Antônio Dias dos Anjos compunha um seletivo grupo de proprietários com mais de dez cativos em suas posses, porém, diferente dos seus vizinhos e

---

<sup>321</sup> ACSM. 1º Ofício, código 55, auto 1223, 1756. *Inventário post-mortem de Antônio Nunes Assunção*



compadres que conseguiram traçar estratégias que mantiveram as bases reprodutivas familiar, na transição do século XVIII ao XIX, teve o seu patrimônio decomposto entre seus herdeiros. Rastreado a trajetória de seus filhos, constatou-se que, no ano de 1802, Rosa Dias dos Anjos, já viúva, faleceu no arraial da Espera, freguesia de Itaverava. Em seu inventário<sup>322</sup> foram arrolados 16 escravos, dos quais, nenhum é herança de seu pai, pois a mesma já havia lhe sido adiantada em forma de dote, conforme declarou seu esposo André Barbosa Veloso.<sup>323</sup> Finalmente, em 1804, em recenseamento realizado na capitania de Minas Gerais, encontrei dois filhos do Alferes Dias dos Anjos, um deles proprietário de sete escravos e outro de três<sup>324</sup>, somando informações que sustentam a dispersão do patrimônio erigido pelo Alferes.

De todo modo, apesar de não descartar as estratégias de manutenção das posses e o patrimônio familiar, o objetivo neste capítulo é explorar os caminhos que reiteravam desigualdades, demonstrando que a proximidade relacional poderia ser um componente das sociabilidades que criava hierarquias e exasperava diferenças, sejam elas sociais ou econômicas. Por exemplo, mesmo que no processo de reordenamento da economia de Minas Gerais estas famílias cada vez mais ocupassem lugares opostos nas hierarquias dos proprietários de escravos, diversas informações recolhidas nas fontes pesquisadas indicam que as sociabilidades que envolviam Dias dos Anjos e Coelho Duarte eram reforçadas recorrentemente.

No ano de 1801, no inventário de Antônio Carvalho da Mota<sup>325</sup>, o Capitão Antônio Gomes Sande, genro e sucessor de Domingos Coelho, e o Alferes Antônio Dias dos Anjos, homônimo de seu pai, foram declarados seus herdeiros. Em 1805, o Capitão Antônio Gomes Sande e sua esposa Francisca Clara Umbelina de Jesus, foram padrinhos de João Nepomuceno, filho do Alferes José Dias dos Anjos, logo, neto de Antônio Dias dos Anjos. Dois anos depois, no processo de inventariar os bens do Capitão Gomes Sande, o mesmo José Dias dos Anjos foi nomeado um dos louvados.<sup>326</sup>

---

<sup>322</sup> ACSM. 1º Ofício, código 127, auto 2653, 1802. *Inventário post-mortem de Rosa Dias dos Anjos*

<sup>323</sup> ACSM. 1º Ofício, código 13, auto 427, 1787. *Inventário post-mortem de Antônio Dias dos Anjos (Alferes)*. p.36

<sup>324</sup> Esta documentação foi sistematicamente utilizada por Iraci del Nero da Costa em pesquisas sobre a composição da força de trabalho em Minas Gerais no contexto de crise da mineração. Ver COSTA, Iraci del Nero da. *Populações mineiras: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981. Agradeço aos professores Tarcísio Rodrigues Botelho e Roberto Borges Martins que gentilmente cederam as transcrições tabuladas destes censos de 1804 dos distritos que compunham a região do vale do Rio Piranga. Os originais desta documentação encontram-se depositados no Arquivo Público Mineiro e no Arquivo Nacional, em suas respectivas coleções Casa dos Contos.

<sup>325</sup> ACSM. 1º Ofício, código 12, auto 413, 1801. *Inventário post-mortem de Antônio Carvalho da Motta*

<sup>326</sup> ACSM. 1º Ofício. código 25, auto 645, 1807. *Inventário post-mortem do Capitão-mór Antônio Gomes Sande*

Todas estas informações recolhidas demonstram que as relações de confiança estabelecidas entre as famílias Dias dos Anjos e Coelho Duarte não foram esquecidas com o acirramento das diferenças econômicas, porém, focar-se nestes padrões é deter-se tão somente nos quesitos quantitativos das informações que todas estas documentações tem a oferecer. Assim, mesmo que seja exorbitante a diferença numérica das posses de escravos entre as duas famílias, é preciso buscar compreender o que isto significava nas tramas sociais que definiam os contornos da reprodução social e os limites da mobilidade socioeconômica. Em outras palavras, os efetivos escravos que variavam suas cifras entre 1 a 35 cativos, nos domicílios chefiados por netos do Alferes Antônio Dias dos Anjos e do Licenciado Domingos Coelho, no ano de 1831, demonstram muito mais do que uma “simples” diferença de 34 braços escravos.

É justamente a partir da análise da trajetória destas duas famílias, tão próximas e tão desiguais, que sedimentei o argumento deste capítulo, a saber: ao longo da primeira metade do século XIX, em Minas Gerais, esteve em curso um processo de transformações econômicas como já salientou grande parte da historiografia, todavia, defendendo que se deve encaixar na agenda de pesquisa atual o aprofundamento da compreensão das desigualdades sociais. Assim, intento colocar em evidência, na passagem do século XVIII ao XIX, as acentuações das desigualdades, fenômeno que redefiniu os significados de ser senhor de escravo e os contornos das hierarquias sociais vigentes.

## **A posse de cativos**

Desta forma, o ponto de partida da análise empreendida é a década de 1830, especificamente os anos de 1831 e 1832, nos quais a Província de Minas Gerais passou por um amplo recenseamento nominativo de sua população.<sup>327</sup> Depositadas no Arquivo Público Mineiro, as listas nominativas produzidas não são nenhuma documentação inédita ou pouco utilizadas. Pesquisas consagradas, como as de Douglas Cole Libby<sup>328</sup>, Clotilde Andrade Paiva<sup>329</sup> e Mário Marcos Sampaio Rodarte<sup>330</sup>, valeram-se exaustivamente destes dados

---

<sup>327</sup> Para uma descrição detalhada sobre esta documentação ver LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho...*p.28-31; PAIVA, C. A., ARNAUT, L. D. H. Fontes para o estudo de Minas oitocentista: listas nominativas. V *Seminário sobre a Economia Mineira*, Anais, Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1990, p. 85-106.

<sup>328</sup> LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho...*

<sup>329</sup> PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. Programa de pós-graduação em História Social (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 1996

<sup>330</sup> RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O trabalho do fogo: domicílios ou famílias do passado – Minas Gerais, 1830*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012

censitários. Além destas, outras pesquisas de abrangência mais restrita proporcionaram importantes avanços no trato metodológico e nas possibilidades interpretativas.<sup>331</sup>

Em sua totalidade, o corpus documental deste capítulo é composto por 28 listas nominativas, confeccionadas para 17 distritos, nas quais foram listadas pouco mais que 31.000 pessoas entre os anos de 1804 a 1839 (Tabela 2).

Tabela 2 – Número de distritos e condição da população recenseada no vale do Rio Piranga (Minas Gerais, 1804 – 1839)

<b>Ano</b>	<b>Nº de distritos</b>	<b>Livres</b>	<b>Escravos</b>
<b>1804</b>	12	5.154	6.434
<b>1831</b>	13	8.711	4.347
<b>1839</b>	3	4.163	2.247

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas nominativas de Habitantes

Tabela 3 – Condição da população recenseada, Vale do Rio Piranga (1804 – 1831)

	<b>1804</b>		<b>1831</b>	
	Livres	Escravos	Livres	Escravos
<b>Número</b>	5154	6434	8712	4347
<b>%</b>	44,48	55,52	66,71	33,29

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas nominativas de Habitantes

Ainda que o enfoque recaia sobre a década de 1830, com efeito de compreender o processo histórico pelo qual passava aquela sociedade num período em que se redefiniam as atribuições de diversas instituições e, conseqüentemente, as hierarquias e o lugar social dos indivíduos, retomei informações censitárias produzidas no ano de 1804.

A partir de informações extraídas destes recenseamentos, constatou-se, conforme consta na Tabela 3, entre 1804 e 1831 um aumento populacional de 30,70%, com um salto que variou de 11.588, entre livres e escravos recenseados, para 15.146 habitantes. Enquanto a população escrava, maioria no primeiro recenseamento (55,52%), em 1831 perfazia somente

<sup>331</sup> Dentre vários autores que usaram esta documentação em suas pesquisas, destacamos LIBBY, Douglas C., GRIMALDI, Márcia. Economia e estabilidade: economia e comportamento demográfico num regime escravista, Minas Gerais no século XIX. *Papéis Avulsos*. Rio de Janeiro. 7: 26-43, dez. 1988; PAIVA, C. A., LIBBY, D. C., GRIMALDI, M. Crescimento da população escrava: uma questão em aberto. In: IV Seminário sobre a Economia Mineira, 1988, Diamantina. *Anais do IV Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte : CEDEPLAR/FACE/UFGM, 1988. v. 1. p. 11-32; LIBBY, D. C., PAIVA, C. A. A middle path: slavery and natural increase in nineteenth-century Minas Gerais. *Latin American Population History Bulletin*, Minneapolis USA, v. 23, p. 2-15, 1993; ANDRADE, Cristiana Viegas de. *Domicílios mineiros oitocentistas: uma aplicação do método Grade of Membership (GoM)*. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de pós-graduação em Demografia (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFGM, 2001; CUNHA, Alexandre Mendes & GODOY, Marcelo Magalhães. *Redes clientelares e listas nominativas de 1831/32 para a província de Minas Gerais: reflexões conceituais e metodológicas*. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional da ABEP, Caxambu, 2004; BOTELHO, Tarcísio R. *Famílias e escravarias...*; BOTELHO, Tarcísio R. Categorias de diferenças: ocupação, raça e condição social no Brasil do século XIX. *Locus* (Juiz de Fora), v. 26, p. 153-185, 2008;

33,29% do total recenseado, experimentando uma queda de 32,44% em número absolutos, associado ao aumento de 69,03% do total de pessoas livres recenseadas

Paralelamente a este impulso populacional, averiguou-se um expressivo aumento no número de domicílios recenseados (33,11%), seguido por uma acentuada diminuição na proporção de domicílios com alguma posse escrava. Em 1804, 59,21% de todos os domicílios listados eram escravistas, ao passo que no recenseamento seguinte, apenas 35,14% possuíam pelo menos 1 cativo. Não obstante, é essencial ponderar algumas informações exibidas na Tabela 4. Apesar da queda proporcional de 24,07% dos proprietários de escravos, quando se estimam os valores absolutos, este declínio é atenuado para 21,08%, sintomático da duplicação no número de domicílios sem escravos (Tabela 4).

Tabela 4 – Domicílios recenseados no Vale do Rio Piranga (1804 – 1831)

	1804		1831	
	Domicílios		Domicílios	
	Sem Escravos	Escravistas	Sem Escravos	Escravistas
<b>Número</b>	611	887	1292	700
<b>%</b>	40,79	59,21	64,86	35,14

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas nominativas de Habitantes

Tabela 5 – Escravos por domicílio no Vale do Rio Piranga (1804 – 1831)

	1804			1831		
	Total	Escravistas	Amplitude	Total	Escravistas	Amplitude
<b>Escravos/Domicílio</b>	4,30	7,25	2,95	2,18	6,21	4,03

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas nominativas de Habitantes

Tabela 6 – Índice de Gini, propriedade escrava no Vale do Rio Piranga (1804 – 1839)

	1804		1831		1839	
	Geral	Escravistas	Geral	Escravistas	Geral	Escravistas
<b>Índice de Gini</b>	0,314	0,273	0,337	0,263	0,405	0,305

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas nominativas de Habitantes

Apesar da diferença no número médio de escravos por domicílio escravista ter diminuído entre 1804 e 1831 (7,25 para 6,21), quando se consideram todos os domicílios, os dados indicam que entre estes dois recenseamentos, houve uma tendência de concentração das posses. Indica-se este movimento, visto que o número de escravos por domicílio dentre todos os domicílios recenseados também diminuiu (4,30 para 2,18), porém, salienta-se o aumento nas diferenças (amplitude) entre as posses médias totais e aquelas em que se computaram somente os domicílios com cativos (Tabela 5).

Obviamente esta acentuada desigualdade é consequência do aumento da população livre, muito provavelmente, incorporada àqueles domicílios sem nenhuma posse. Destas constatações, sugere-se que pequenas posses em 1804, ao longo das três próximas décadas, perderam capacidade de agregar capital. Deste modo, privadas em sua integração ao tráfico transatlântico crescente, as pequenas posses estiveram sujeitas às grandes, cada vez mais concentradas, o que estabeleceu o princípio do processo de acentuação das desigualdades, conforme se percebeu pelo cálculo do Índice de Gini<sup>332</sup> (Tabela 6).

A Tabela 6 corrobora com esta hipótese, pois as desigualdades se evidenciam quando se considera a população como um todo, enquanto, estimando somente os domicílios escravistas, nota-se diminuição no Índice de Gini entre as listas nominativas de 1804 e 1831. Portanto, este processo aumentava as diferenças entre o grupo dos proprietários e dos não proprietários de escravos enquanto diminuía a diferença entre os escravistas. Finalmente, destacam-se os Índices de Gini encontrados na listas nominativas de 1839, maior que os anteriores em suas duas categorias, indicando que durante a década de 1830 consumaram-se importantes impulsos no processo em curso desde início do século XIX.

A Tabela 7 mostra o grandioso aumento no número de domicílios sem nenhuma posse, de onde se averigua que em 1831, dentre os domicílios recenseados, 28,61% possuía de 1 a 9 escravos, enquanto no período anterior, esta cifra foi de 47,06%. Ainda, não se pode supor que esta diminuição deu-se associada ao aumento das faixas de posse seguintes, pois, conforme se vê por estes dados, em 1804, 12,15% dos domicílios possuíam posses maiores que 10 escravos e em 1831, eles eram 6,53%, indicativo da dificuldade de manutenção das posses, efeito que agiu em todos os segmentos, corroborando com a ideia de concentração.

Por fim, considerando-se somente os domicílios escravistas, notou-se que as posses de 1 a 9 cativos variaram de 79,48% a 81,43%, enquanto nas seguintes, houve pequena diminuição de 20,52% a 18,57%. Em vista destas verificações expostas na Tabela 8, indica-se uma análise detalhada sobre as variações na estrutura de posse de cativos em cada uma das faixas que a compõe. Veja-se, por exemplo, a faixa “10 a 14”, que em 1804 perfazia 10,03% dos domicílios escravistas, enquanto em 1831, era 9,29% destes. Teria sido esta variação responsável pelos aumentos averiguados nas faixas contíguas a ela? Esta diminuição é por

---

<sup>332</sup> Coeficiente de Gini é um índice estatístico que mede a concentração e desigualdade de renda e riqueza. Expresso numa escala que varia de 0 a 1, na qual, quanto maior, mais concentrada e menos equitativa era a distribuição de escravos entre os proprietários.

perda ou ganho de capacidade de acumulação de capital, ocasionando nas variações da estrutura de posse?

Tabela 7 – Composição da posse de cativos, Vale do Rio Piranga (1804 – 1831)

Faixa de Posse	1804		1831	
	nº	%	nº	%
<b>0</b>	611	40,79	1292	64,86
<b>1 a 4</b>	503	33,58	409	20,53
<b>5 a 9</b>	202	13,48	161	8,08
<b>10 a 14</b>	89	5,94	65	3,26
<b>15 a 19</b>	30	2,00	25	1,26
<b>20 ou mais</b>	63	4,21	40	2,01
<b>TOTAL</b>	<b>1498</b>	<b>100</b>	<b>1992</b>	<b>100</b>

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas nominativas de Habitantes

Tabela 8 – Composição da posse de cativos, percentuais do total de domicílios escravistas, Vale do Rio Piranga (1804 – 1831)

Faixa de Posse	1804					1831				
	Domicílios		Escravos		(b)/(a)	Domicílios		Escravos		(b)/(a)
	(a)		(b)			(a)		(b)		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
<b>1 a 4</b>	503	56,71	1085	16,86	2,16	409	58,43	825	18,98	2,02
<b>5 a 9</b>	202	22,77	1327	20,62	6,57	161	23,00	1041	23,95	6,47
<b>10 a 14</b>	89	10,03	1034	16,07	11,62	65	9,29	761	17,51	11,71
<b>15 a 19</b>	30	3,38	506	7,86	16,87	25	3,57	419	9,64	16,76
<b>20 ou mais</b>	63	7,10	2482	38,58	39,40	40	5,71	1301	29,93	32,53
<b>TOTAL</b>	<b>887</b>	<b>100</b>	<b>6434</b>	<b>100</b>	<b>7,25</b>	<b>700</b>	<b>100</b>	<b>4347</b>	<b>100</b>	<b>6,21</b>

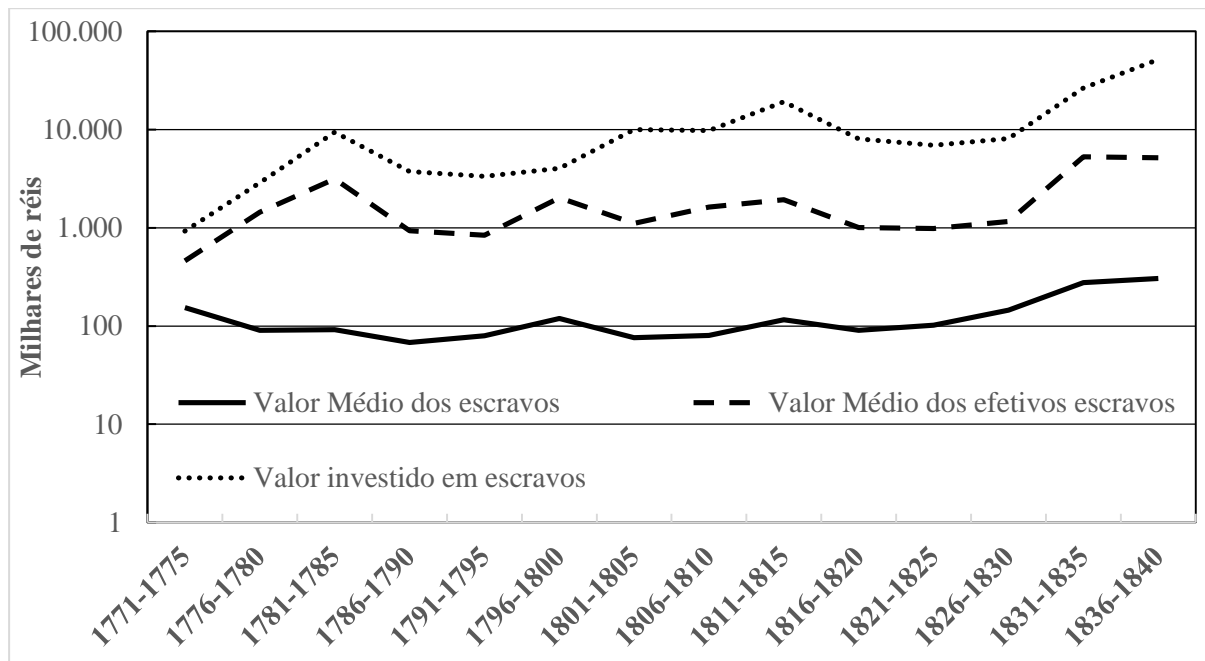
Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas nominativas de Habitantes

A este respeito, uma análise feita numa amostra de 79 inventários *post-mortem*, dos quais 71 possuíam escravos arrolados entre os bens avaliados, permitiu detectar a tendência geral dos preços dos escravos e dos valores investidos em cativos entre as décadas de 1770 e 1830. Desta análise, percebeu-se que o valor médio da posse de cativos foi de 2:085\$671 (dois contos, oitenta e cinco mil seiscentos e setenta e um réis) e o preço médio de cada escravo era de 140\$827 (cento e quarenta mil oitocentos e vinte e sete réis).

Todavia, conforme destacado no Gráfico 4, entre as décadas de 1790 e 1820, os valores médios dos efetivos escravos estiveram abaixo do valor médio de todo o período analisado, aumentando expressivamente na passagem da década de 1820 para 1830 e seguindo tendência crescente nos anos seguintes. Este padrão detectado está claramente associado às tendências encontradas nos preços dos escravos, que desde finais da década de 1780 até 1820, apresentaram oscilações crescentes, em seguida, fruto de medidas que já

anunciavam o fim do tráfico de escravos, ampliando exponencialmente nas décadas de 1820 e 1830 (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Valores (réis) investidos em escravos por quinquênio, Vale do Rio Piranga (1771 – 1840)



Fonte: Arquivo da Casa Setecentista de Mariana. 1º e 2º Ofícios. Inventários *post-mortem*

A partir destas informações, este capítulo sugere que no último quartel do século XVIII, o aumento no preço dos escravos impôs dificuldades à manutenção da propriedade escrava, que teve como efeito imediato a estabilidade dos valores investidos em escravos (Gráfico 4). Muitos destes cativos inventariados nos anos iniciais do século XIX foram incorporados a estas posses décadas antes, em momentos em que o preço do escravo era mais baixo. Com o aumento dos preços do cativo, muitas posses sofreram depreciação em função dos custos de reposição e da perda de investimento, quando não reproduzido, pela queda no preço do escravo ao longo do seu ciclo de vida.

As consequências deste cenário são detectadas nas listas nominativas de 1804, as quais apresentaram um Índice de Gini de 0,273 – quando considerados os domicílios com alguma posse –, cifra superior à encontrada no ano de 1831 (Tabela 6). Ainda, é de se destacar a expressividade das posses com “20 ou mais” cativos, nas quais concentravam-se quase 40% de todos os escravos recenseados e com uma elevada média de 39,40 escravos por domicílio (Tabela 8). Portanto, um panorama que é reflexo da incapacidade das pequenas posses em manterem seus níveis reprodutivos, em constantes combates com os grandes proprietários, por

sua vez, agressivamente aglomerando o capital escravista na busca por manter seus níveis de produção, mais capacitados em vencer a oscilação dos preços.

Cabe notar que este processo não se estendeu imutável nas décadas seguintes. É verdade que as desigualdades se acirraram (Tabela 6), mas um olhar atento à Tabela 8 verá que, entre 1804 e 1831, houve uma expressiva diminuição da relevância numérica dos escravos listados na faixa de posse “20 ou mais”, enquanto nas outras as variações foram todas positivas. Talvez algumas grandes propriedades (“20 ou mais”) possam ter sucumbido às oscilações de preço e reestruturações econômicas, aspecto que explicaria a drástica diminuição em seu percentual de concentração das posses.

Entretanto, retomam-se informações dispostas na Tabela 7, a partir da qual é possível perceber a magnitude do aumento no número de domicílios sem escravos. Estes, que em 1804 eram 40,79% de todos os domicílios, em 1831 correspondem a 64,86%, enquanto todas as outras faixas de posse experimentaram diminuição percentual. Em vista destes dados, uma conclusão plausível é que neste período esteve em curso a concentração das posses pela acentuação das desigualdades. Em outras palavras, não foi um processo em que invariavelmente expandiram as posses de grandes proprietários, em detrimento das pequenas posses, mas, primordialmente, a exasperação das disparidades entre proprietários de escravos e aqueles indivíduos sem posse alguma.

Até aqui demonstrei que o aumento no preço dos cativos averiguado nas décadas iniciais do século XIX teve como implicação direta a concentração das posses de escravos. Porém, minuciosa análise nos padrões da estrutura da posse de cativos destacou o expressivo aumento no número de domicílios sem escravos, o que sugere, naquele contexto das primeiras décadas do século XIX, a acentuação das desigualdades entre o mundo dos senhores de escravos e o restante da população.

### **Composição demográfica**

Os dados analisados, se não problematizados, tendem à superficialidade, deixando obscura a complexidade social e econômica que marcou a sociedade mineira dos oitocentos. Assim, a partir de agora, assumirei a ideia de acentuação das desigualdades como uma precondição que se impôs à estrutura social e demográfica vigente na sociedade que se configurou no Vale do Rio Piranga. Deste modo, para dar sentido aos dados já analisados e às conclusões preliminares alcançadas, este capítulo irá explorar informações sobre aspectos da



composição demográfica da sociedade em foco a partir das listas nominativas da década de 1830.

É importante explicitar que a análise será restrita a esta década por estar circunscrita ao recorte cronológico geral deste trabalho e, em seguida, convenientemente, pelas listas de 1831-1832 e 1838-1839 apresentarem informações mais homogêneas qualitativamente, enquanto os dados de 1804, apesar da riqueza de informações ali contidas, não oferecem a mesma natureza de informações demográficas que as listas da década de 1830.

Os primeiros elementos que se buscaram explorar visando conhecer características da composição demográfica da região do vale do Rio Piranga foram o estado matrimonial (casado, solteiro ou viúvo), a condição (escravo, livre ou liberto), cor/origem (africano, branco, crioulo ou pardo) e o sexo (masculino ou feminino) dos chefes de domicílios recenseados nos anos de 1831 e 1832.

Num primeiro momento, como já era de se esperar, destaca-se a grande maioria de homens casados chefiando domicílios (1.141), seguidos de longe por mulheres solteiras (313) e viúvas (235). Todavia, é digno de nota que estas tenham superado o número de homens solteiros (190). Não causou espanto as cifras dos chefes de domicílios que eram livres: enquanto entre os homens perfaziam 1.314 chefes (Tabela 9), ou 65,96% do total, entre as mulheres eram 571 (Tabela 10), correspondendo a 28,66%. Os libertos, entre homens e mulheres, somavam 105 indivíduos (5,27%), ao passo que 2 indivíduos eram escravos.<sup>333</sup> Por último, atentando-se à ‘cor/origem’ dos chefes de domicílios, detectou-se que a maior parte eram indivíduos declarados pardos (931), seguidos de perto pelos indivíduos brancos (777),

---

<sup>333</sup> Dentro das normas legais vigentes à época, era inconcebível um escravo ser chefe de seu próprio domicílio, portanto, proprietário de si mesmo. Imaginamos que por algum motivo o proprietário estava ausente quando do período que se procedeu ao recenseamento e o juiz de paz do distrito não o listou naquele domicílio. De toda forma, outras abordagens sobre domicílios chefiados por escravos já foram tema de pesquisa conduzida por Ynaê Lopes Santos, a qual, a partir de minucioso levantamento documental, apresenta importantes hipóteses e conclusões sobre a moradia escrava no Rio de Janeiro oitocentista, mantendo acesa a possibilidade de se reconhecer que dentre outras peculiaridades da escravidão brasileira, uma delas foram arranjos de moradia nos quais, escravos viviam por si, gerando renda a seus senhores (SANTOS, Ynaê Lopes dos. *Além da Senzala: arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Dissertação (mestrado em história) – Universidade de São Paulo, Programa de pós-graduação em História Social. São Paulo, 2006.) Para o efeito de manter as tabulações o mais próximo possível da documentação original optou-se por manter a condição cativa destes dois chefes de domicílios: um homem solteiro, Luís, crioulo, 80 anos de idade, pintor, único indivíduo recenseado em seu domicílio no distrito de Nossa Senhora da Conceição do Turvo; e uma mulher viúva, Maria Inácia, parda, 40 anos de idade, cabeça da lista de um domicílio onde foram listados, além dela, mais quatro escravos, todos pardos com idade entre 10 e 20 anos.

enquanto 236 eram crioulos e os africanos totalizavam 48 chefes de domicílios (Tabela 9 e Tabela 10).<sup>334</sup>

Ao se cruzar todas estas informações, e averiguados os percentuais sobre os totais de domicílios recenseados e segundo o sexo do chefe, algumas cifras saltam aos olhos. É expressiva a superioridade, entre os homens, dos chefes de domicílios casados (81,62%), frente aos 13,59% de chefes solteiros e 4,79% de viúvos (Tabela 9).<sup>335</sup> Destacam-se destes dados: de todos os homens chefes de domicílios, 76,54% eram homens casados e livres e, dentre estes, os brancos e pardos correspondiam a 68,74%, com leve superioridade de 3,81% dos chefes brancos.

Tabela 9 – Homens chefes de domicílio por estado matrimonial, condição e cor/origem. Vale do Rio Piranga, 1831-32

<b>Estado</b>	<b>Casados</b>			<b>Solteiros</b>			<b>Viúvos</b>			
	<b>Condição</b>	Escravos	Forros	Livres	Escravos	Forros	Livres	Escravos	Forros	Livres
<b>Africanos</b>		0	26	0	0	6	0	0	2	0
<b>Brancos</b>		0	0	504	0	0	73	0	0	28
<b>Crioulos</b>		0	8	94	1	0	21	0	0	8
<b>Pardos</b>		0	52	457	0	5	84	0	0	29
<b>SOMA</b>		0	71	1070	1	10	179	0	2	65

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas nominativas de Habitantes.

Tabela 10 – Mulheres chefas de domicílio por estado matrimonial, condição e cor/origem. Vale do Rio Piranga, 1831-32

<b>Estado</b>	<b>Casadas</b>			<b>Solteiras</b>			<b>Viúvas</b>			
	<b>Condição</b>	Escravas	Forras	Livres	Escravas	Forras	Livre	Escravas	Forras	Livres
<b>Africanas</b>		0	0	0	0	13	0	0	1	0
<b>Brancas</b>		0	0	12	0	0	65	0	0	95
<b>Crioulas</b>		0	0	6	0	2	71	0	0	25
<b>Pardas</b>		0	0	28	0	4	158	1	8	105
<b>SOMA</b>		0	0	46	0	14	299	1	8	226

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas nominativas de Habitantes. Legenda: (\*) Estes percentuais correspondem sobre o total de domicílios chefiados por mulheres.

Entre as mulheres, a maior parcela era das solteiras que somavam 313 chefas de domicílio (52,69%); todavia, não correspondiam a massiva superioridade, pois, as viúvas perfaziam 39,56% (235 chefas) do total de mulheres chefiando domicílios (Tabela 10). Diferentemente dos casos dos homens, entre as mulheres, as declaradas crioulas detinham

<sup>334</sup> Obviamente todos os chefes africanos eram libertos, todavia, quase metade deles, 22 do total de 48, foi declarada livre. Dentre estes 22 “africanos livres”, 15 eram homens casados e um foi listado solteiro. Já entre as mulheres, 5 eram solteiras e uma era viúva. Nas tabelas Tabela 9 e Tabela 10, todos estão incluídos nas colunas dos indivíduos forros.

<sup>335</sup> Anota-se que estes percentuais foram calculados levando-se em consideração somente os domicílios chefiados por homens, ou seja, aqueles expostos na Tabela 9.

alguma expressão numérica. Entre as solteiras livres, somavam 71 mulheres chefiando domicílios, o que correspondia à cifra de 11,95%, valor acima dos 10,94% de mulheres brancas, solteiras e livres. Todavia, os dados da Tabela 10 indicam que o acesso destas mulheres às uniões matrimoniais formalizadas era escasso. Enquanto entre as solteiras satisfaziam 12,29% (73 mulheres) de todas as mulheres chefes de domicílios, esta cifra decaía para 4,21% (25 mulheres) se considerarem-se as mulheres viúvas crioulas.

Sobre as mulheres solteiras, seus domicílios e a família no passado brasileiro, há vasta bibliografia sobre o tema. Sílvia Maria Jardim Brügger, em seu livro *Minas Patriarcal*<sup>336</sup>, introduz um debate que complexifica a reflexão sobre mulheres solteiras chefiando domicílios. Para Brügger, a relação consensual muitas vezes assumia os mesmos significados que uma relação sacramentada pela Igreja, ou seja, organizava a vida do indivíduo em torno dos sentidos privados da família, quais sejam: constituir o domicílio, gerar filhos e criar afetos.<sup>337</sup> Grosso modo, o que a pesquisadora retoma em seu livro é a crítica da crítica ao modelo interpretativo patriarcalista.<sup>338</sup> Na esteira interpretativa de Ronaldo Vainfas<sup>339</sup> e Sheila de Castro Faria<sup>340</sup>, Brügger segue a linha analítica que destaca o patriarcalismo como traço distintivo da sociedade brasileira, pois, mesmo ausente em algumas estruturas familiares, esteve presente nas ideologias e mentalidades que fundiram nossa história.<sup>341</sup>

Uma possibilidade de explorar este universo – como forma de tangenciar a discussão acima mencionada – é buscar o número de crianças listadas naqueles 313 domicílios chefiados por mulheres solteiras. Nos dados presentes nas listas nominativas, constatou-se nestes domicílios, 53 mulheres (16,93%) com uma idade média de 49 anos, habitando domicílios nos quais somente elas foram recenseadas. Dos 260 domicílios restantes, em 156 (49,84%) havia crianças recenseadas<sup>342</sup> e em 104 (33,23%) somente adultos foram listados. Portanto, em quase metade dos casos, há forte indício de tratar-se de mulheres solteiras, porém, somente dentro dos parâmetros das normas legais que regiam o casamento

<sup>336</sup> BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade* (São João del Rei - séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

<sup>337</sup> Para esta discussão, ver especificamente o Capítulo 2 (Legitimidade, Casamento e Concubinato). BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas patriarcal...*p.65-132

<sup>338</sup> Sobre esta crítica ao modelo patriarcalista, ver SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*: São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989. Cf. especialmente a Introdução.

<sup>339</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p.108-112

<sup>340</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p.45-48

<sup>341</sup> Sobre este tema em sua obra, ver BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas patriarcal...*p.47-64

<sup>342</sup> Como idade limite para se delimitar esta amostra utilizou-se os 15 anos de idade. Portanto, estes 156 domicílios mencionados, eram domicílios chefiados por mulheres e nos quais foram listados indivíduos com idade de 15 anos ou menos.

formalizado. Pois, nas práticas e vivências cotidianas, uniões relativamente estáveis ditavam os anseios e as estratégias destas mulheres, configurando um universo muito particular da reprodução social.

Exemplo ilustrativo destas relações familiares em que estavam envolvidas mulheres solteiras surge na estrutura do domicílio chefiado por Maria Cipriana do Espírito Santo, uma mulher de parda de 48 anos de idade, solteira. Além dela, em seu domicílio estão listadas Graciana Rosa, 26, parda, casada, Ana Teodora, 20, parda, solteira e Maria, 1 ano de idade. Numa busca feita nos assentos de batismo, descobri que Maria, batizada no dia 17 de outubro de 1830, era filha natural de Ana Teodora.<sup>343</sup> Avançando a busca para o recenseamento produzido no ano de 1839, encontro Maria Cipriana, agora aos 60 anos de idade, ainda solteira e chefiando seu domicílio. Além dela, Ana Teodora, também solteira, e sua filha Maria, 10 anos de idade, foram listadas, e mais três crianças, Francisca, José Vidal e Teobalda, com idades de 7, 4 e um ano, respectivamente. Graciana estava ausente desta composição domiciliar, mas o seu lugar na lista, logo abaixo de Maria Cipriana, foi ocupado por José Antônio da Cunha, um homem pardo, 30 anos de idade, declarado viúvo, sapateiro e que sabia ler.

A simples presença deste homem é um primeiro indício de se tratar-se do companheiro de Ana Teodora. Porém, outras crianças nascidas entre os dois recenseamentos me levaram a acreditar no que seria somente indício e buscar confirmações. Estas, felizmente, foram encontradas no registro de batismo de Francisca, batizada no dia 30 de setembro de 1832 na capela de Santo Antônio do Calambau. Na ocasião, Francisca, filha natural de Ana Teodora foi apadrinhada por José Antônio da Cunha, “morador da freguesia da Pomba”.<sup>344</sup> A partir destes dados, sugiro que Ana Teodora e José Antônio da Cunha, mantinham uma relação consensual já há alguns anos e ele, ao enviuvar-se, migrou para a freguesia do Piranga para viver próximo a sua companheira e filhos.

Por fim, outra busca pelos assentos de batismo sacramentados na localidade confirmaram que Graciana Rosa e Ana Teodora eram irmãs, nascidas em 1807 e 1811, respectivamente, filhas naturais de Maria Cipriana, a qual, nas ocasiões dos batismos, foi

---

<sup>343</sup> Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana. Livros de Batismo – Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 11, folha 91.

<sup>344</sup> Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana. Livros de Batismo – Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 11, folha 101v.

declarada parda forra.<sup>345</sup> Assim, a partir da história destas mulheres podemos vislumbrar duas gerações, mãe e filha, que não contraíram matrimônio, mas que mantiveram relações consensuais, tecendo o cotidiano e as estratégias de reprodução social a partir de laços familiares. Por exemplo, no já mencionado batismo de Maria, primeira filha de Ana Teodora, a madrinha foi sua irmã, portanto, tia da batizando, Graciana Rosa, enquanto no batismo de Teobalda, sacramentado no dia 20 de março de 1837, a madrinha foi Maria Cipriana, avó materna da criança.<sup>346</sup> Portanto, ainda que a documentação oficial e a norma religiosa não reconhecessem o casamento e, assim, a legitimidade desta família, no dia-a-dia destas mulheres a estrutura familiar pairou acima daquilo que é canonizado e ditou as estratégias da reprodução social.

Para fechar esta digressão sobre as mulheres solteiras e a família no passado brasileiro, devo reconhecer que o lugar assumido por José Antônio da Costa na estrutura domiciliar – acima de sua companheira e não abaixo das crianças, lugar reservado aos agregados – é indicativo de uma mentalidade patriarcal. E digo mais, desconfio que se José Antônio fosse morador da freguesia da Piranga há mais tempo, eventualmente, velho conhecido do juiz de paz e recenseador, talvez estivesse no lugar de Maria Cipriana, encabeçando a lista daquele domicílio.

Todavia, a lista nominativa foi um documento produzido por autoridades e não pela vasta maioria dos indivíduos recenseados. As informações contidas ali não são frutos da auto declaração. Assim, seguindo linhas interpretativas dispostas por autores que tem repensado o lugar e o papel das mulheres na formação da sociedade brasileira, pondero o peso do patriarcalismo à luz das estratégias familiares postas em prática por mulheres, especialmente africanas e afrodescendentes.

Sobre estas, Mariana Dantas, atenta às estratégias de mulheres africanas e suas atividades econômicas, demonstra a sua ativa participação e de suas descendentes no processo de transformação econômica averiguado em Minas Gerais na passagem do século XVIII para o XIX, as quais, através da pluralização das formas de inserção no mercado, não se concentraram somente em atividades têxteis ou comerciais, mas também na mineração e

---

<sup>345</sup> Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana. Livros de Batismo – Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 8, folha 162v; Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana. Livros de Batismo – Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 5, folha 40.

<sup>346</sup> Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana. Livros de Batismo – Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 11, folha 210.

produção de alimentos.<sup>347</sup> Douglas Cole Libby, por sua vez, reconstruiu minuciosamente sete gerações de uma família descendente de africanos escravizados, identificados como “mina” e trazidos para as Minas Gerais na década de 1740. Analisando a trajetória de vida da matriarca desta família, Libby demonstra como ela, atuando como “quitandeira”, conseguiu alcançar sua liberdade e de seus filhos, constituir um patrimônio que envolvia uma casa e alguns escravos, proporcionando novas oportunidades de ascensão social para seus descendentes.<sup>348</sup>

Dantas e Libby, cruzando uma ampla diversidade de informações, brindam seus leitores com análises perspicazes sobre as estratégias pessoais, transitando entre a ênfase nessas e os seus significados no contexto social mais amplo. Assim, permitem a percepção da família, e não o seu patriarca ou o chefe de um domicílio, regendo as estruturas socioeconômicas e a reprodução da sociedade.

Inspirado pelas pesquisas de Libby e Dantas, prossegui em um exercício exploratório com os dados das listas nominativas, enfocando as mulheres crioulas, as quais, como já se demonstrou, correspondiam ao segundo grupo mais representativo dentre as mulheres solteiras chefiando domicílios (Tabela 10). Preocupado em compreender a relação destas mulheres com o casamento, constatei que 60 mulheres crioulas solteiras com idade acima dos 15 anos foram recenseadas logo abaixo do chefe do domicílio, lugar que geralmente era reservado as suas esposas.<sup>349</sup> Destes 60 indivíduos chefiando seus domicílios, 44 eram mulheres e 16 homens, dos quais apenas um era casado. Outros 11 eram solteiros e 4 viúvos. Por fim, 5 destes homens eram brancos, 5 crioulos e 6 pardos, todos acima dos 50 anos de idade, com duas exceções (30 e 48 anos), o que gera uma média de 63 anos de idade deste homens chefiando domicílios, enquanto a idade média das mulheres crioulas solteiras, listadas logo abaixo do chefe, foi de 37 anos.

Este exercício certamente é superficial, um olhar que vasculhou de forma sorrateira uma população múltipla e complexa; todavia, corrobora com o que foi dito sobre o acesso das

---

<sup>347</sup> DANTAS, Mariana L. R. Miners, Farmers, and Market People: Women of African Descent and the Colonial Economy in Minas Gerais. *African Economic History*, Volume 43, 2015, pp.82-108. Disponível em <https://muse.jhu.edu/article/610845>, acessado 13 de agosto de 2016.

<sup>348</sup> LIBBY, Douglas C. Slave, Free, and Freedwomen. Succeeding Generations of Africans and Afro-descendants in Eighteenth and Nineteenth Century Minas Gerais. *African Economic History*, Volume 43, 2015, pp.109-135. Disponível em <https://muse.jhu.edu/article/610846>, acessado 13 de agosto de 2016.

<sup>349</sup> Elegeram-se os 15 anos de idade por tratar-se da idade que geralmente se utiliza para mensurar a entrada dos indivíduos no mercado matrimonial e ser próxima aos 18,3 anos de idade média das mulheres solteiras, com alguma cor declarada, ao contrair matrimônio, constatada por mim em outro estudo sobre a mesma região. Ver ANDRADE, M. R. *Compadrio e família em zona de fronteira agrícola: as redes sociais da elite escravista, freguesia de Guarapiranga (c1760-c1850)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2014. p.49

mulheres crioulas ao casamento. Por outro lado, os dados da Tabela 10 sugerem que a população feminina parda, a despeito das solteiras representarem o maior percentual entre as chefas de domicílios (27,27%), tinha um amplo acesso ao casamento, alcançando cifra superior às mulheres brancas dentre as viúvas.

Tabela 11 – Homens chefes de domicílio por estado matrimonial, condição e cor/origem. Vale do Rio Piranga, 1838-39

<b>Estado</b>	<b>Casados</b>			<b>Solteiros</b>			<b>Viúvos</b>			
	<b>Condição</b>	Escravos	Forros	Livres	Escravos	Forros	Livres	Escravos	Forros	Livres
<b>Africanos</b>	0	3	7	1	0	3	0	0	0	1
<b>Branco</b>	0	0	183	0	0	39	0	0	0	14
<b>Crioulos</b>	2	0	59	0	0	12	0	0	0	3
<b>Pardos</b>	0	3	198	1	1	56	0	0	0	15
<b>SOMA</b>	2	6	447	2	1	110	0	0	0	33

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas nominativas de Habitantes.

Numa comparação destes dados com os coletados pelas listas nominativas de 1838-39, percebem-se algumas significativas distinções na proporção destes perfis de chefes domiciliares, as quais insinuam as transformações pelas quais aquela sociedade estava sujeita. Um primeiro aspecto que salta aos olhos é a diminuição significativa do percentual de homens casados chefiando domicílios. Enquanto em 1831 eram 57,28% do total recenseado, em 1839, esta cifra foi de 48,25%, com queda expressiva do peso dos homens brancos livres (Tabela 11).

Dentre os homens, os brancos e livres, em 1831 eram 36,05% (Tabela 9), já em 1839, foram 30,45% dos chefes homens recenseados, enquanto a variação dos chefes pardos e livres foi praticamente nula (Tabela 11). Talvez estes dados sejam consequência dos tão desconhecidos fluxos migratórios: muitos homens estavam deixando a região e migrando para o vale do Rio Paraíba, região que estava prestes a alcançar o auge da produção cafeeira na segunda metade do século XIX.

Queda percentual de um lado é significado de aumento no outro. Se entre os homens, houve diminuição dos brancos, casados e livres, entre os declarados crioulos, ainda que pequena, detectou-se uma variação de 6,72% em 1831 (Tabela 9), para 9,82% em 1839 (Tabela 11). Quando considerados os homens solteiros, o aumento entre os dois recenseamentos é de 2,44%, destacando-se o aumento percentual dos homens pardos, os quais, em 1831 eram 6,01% dos homens chefiando domicílios (Tabela 9) e em 1839, correspondiam a 9,32% dentre os homens chefes de domicílio (Tabela 11).

Antes de inspirar estudos sobre a mobilidade e ascensão social alcançada por estes indivíduos, acredita-se que estes dados demonstram as limitações que a migração impunha a esta população. Posto de outro modo: a fronteira e os fluxos migratórios eram acessíveis às camadas masculinas e brancas, na maioria dos casos, homens com algumas posses. Entretanto, não é de se descartar as estratégias delineadas e as trajetórias destes indivíduos na base da hierarquia social dos livres, indicativas das tramas relacionais nas quais estavam imersos e que determinavam o seu lugar social. Todavia, antes da euforia das mobilidades, há de se encarar a efetividade do escravismo, qual seja, impor limites à população descendente do cativo.

Tabela 12 – Mulheres chefas de domicílio por estado matrimonial, condição e cor/origem. Vale do Rio Piranga, 1838-39

<b>Estado</b>	<b>Casados</b>			<b>Solteiros</b>			<b>Viúvos</b>		
	<b>Condição</b>	Escravos	Forros	Livres	Escravos	Forros	Livres	Escravos	Forros
<b>Africanos</b>	0	0	1	0	0	4	0	1	2
<b>Branco</b>	0	0	7	0	0	28	0	0	53
<b>Crioulos</b>	0	0	10	0	1	50	0	2	24
<b>Pardos</b>	0	1	11	0	6	83	0	0	58
<b>SOMA</b>	0	1	29	0	7	165	0	3	137

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas nominativas de Habitantes. Legenda: (\*) Estes percentuais correspondem sobre o total de domicílios recenseados.

Ao se analisar os números da população feminina, destaca-se o aumento de 15,71% em 1831 (Tabela 10) para a cifra de 18,24% em 1839 (Tabela 12) de mulheres chefiando domicílios. Assim, como no caso dos homens chefes de domicílios, as mulheres crioulas também vivenciaram o maior aumento dentro desta população. Se em 1831 eram 17,51% de todas as mulheres chefiando domicílios (Tabela 10), em 1839 este percentual foi de 25,44% (Tabela 12). Por sua vez, as brancas decaíram de 28,96% para 25,73% entre as duas listas, já as pardas variaram na casa dos 4,69% – 51,18% em 1831 e 46,49% em 1839.

Estas constatações exigem outra ordem de interpretação, pois não serve a explicação do impacto migratório, aceitável para o contingente masculino de uma determinada população. Desta forma, retoma-se argumento proposto por Tarcísio Rodrigues Botelho<sup>350</sup>, pesquisador atento à produção censitária no contexto em que se consolidava o Estado no século XIX e que chama a atenção para as categorias que definiam as hierarquias e o lugar dos indivíduos de cor no projeto de nação gestado pela elite imperial. Não obstante o aumento de mulheres crioulas chefiando domicílios ser indicativo da ascensão social por elas

<sup>350</sup> BOTELHO, Tarcísio R. *População e nação no Brasil do século XIX...*; BOTELHO, Tarcísio R. *Categorias de diferenças...*



alcançada, aventa-se que estas variações também tenham relação com o maior cuidado em discriminar os indivíduos segundo cor/origem e condição.<sup>351</sup> Por exemplo, entre as mulheres pardas solteiras detectou-se um aumento no percentual das libertas (Tabela 10 e Tabela 12)

Por se tratar de uma sociedade matizada pela cor, na qual a escravidão prevalecia como norma estruturante, se faz necessário conhecer as distintas formas de acesso à força de trabalho escravo. Em outras palavras, o grau de inserção de cada um destes grupos populacionais ao universo dos senhores de escravos e dos livres não proprietários, podendo-se detectar os constrangimentos e restrições que a condição social do indivíduo impunham.

Tabela 13 – População segundo cor/origem e condição, Vale do Rio Piranga, 1831

Cor/origem	Livres e libertos				Escravos	
	Proprietários**		Não proprietários*		nº	%
	nº	%	nº	%		
<b>Africanos</b>	114	3,22	121	2,34	1705	39,22
<b>Branco</b>	2179	61,64	1044	20,17	-	-
<b>Crioulos</b>	188	5,32	815	15,75	2122	48,82
<b>Pardos</b>	1054	29,82	3196	61,75	520	11,96
<b>TOTAL</b>	3535	100,00	5176	100,00	4347	100,00

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas nominativas de Habitantes. Legenda: (\*\*) Indivíduos livres listados nos domicílios com alguma posse escrava. (\*) Indivíduos livres listados nos domicílios sem cativos.

Tabela 14 – População segundo cor/origem e condição, Vale do Rio Piranga, 1839

Cor/origem	Livres e libertos				Escravos	
	Proprietários**		Não proprietários*		nº	%
	nº	%	nº	%		
<b>Africanos</b>	12	0,80	44	1,65	827	36,80
<b>Branco</b>	1030	68,58	393	14,77	-	-
<b>Crioulos</b>	42	2,80	571	21,46	1107	49,27
<b>Pardos</b>	418	27,83	1653	62,12	313	13,93
<b>TOTAL</b>	1502	100,00	2661	100,00	2247	100,00

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas nominativas de Habitantes. Legenda: (\*\*) Indivíduos livres listados nos domicílios com alguma posse escrava. (\*) Indivíduos livres listados nos domicílios sem cativos.

Em vista dos dados apresentados na Tabela 13 e Tabela 14, uma primeira distinção que destaque é referente à população recenseada nos domicílios com alguma posse escrava (“Proprietários”): à exceção da população declarada branca, todas as outras ‘cor/origem’ vivenciaram diminuição em seu valor percentual. Por outro lado, praticamente na mesma razão que aumentaram os brancos entre os proprietários, diminuíram entre os não proprietários: enquanto perfizeram 20,17% em 1831, em 1839 foram 14,77%. Estas

<sup>351</sup> Esta hipótese também se baseia na percepção que, enquanto em 1831, os cativos oriundos do continente africano eram todos discriminados pelas cor/origem “africano ou preto”, em 1839, ainda que estas designações persistissem, notou-se a distinção de origens como Angola, Congo, Benguela etc.

informações apontam para uma sociedade matizada pela cor da pele, na qual, num período em que se redefiniam as normas e se construía o Estado nacional, instituía-se o lugar de privilégio, a partir do controle sobre a mão-de-obra, do elemento branco, colocando em curso um processo em que novas hierarquias reiteravam as distinções e, assim, perenizavam as desigualdades a partir da exacerbação das diferenças.

Todavia, não posso deixar de mencionar que muitos trabalhos já apresentaram trajetórias de indivíduos que transitavam entre estas categorias das diferenças, o que é apresentado como sintomático das flexíveis hierarquias de cor/origem.<sup>352</sup> No entanto, este capítulo tem como ponto de partida os postulados de Silvia Lara<sup>353</sup> e Douglas Libby<sup>354</sup>, autores que, sem descartarem a “cor” como lugares sociais, demonstraram que estas denotavam identidades e, em tese, remontam à gênese de um processo de racialização da sociedade brasileira. Deste modo, assinala-se que durante a década de 1830 a sociedade piranguense (e mineira) se reconfigurava pelo enrijecimento do que significava ser branco, o que ecoava nas outras camadas da população. Por fim, estas constatações reforçam a tese que havia um projeto da elite branca e proprietária em afirmar o seu lugar social e o controle sobre os direcionamentos políticos e econômicos.<sup>355</sup>

Para lançar luz sobre estas questões é imperativo balizar informações sobre a posse de cativos no vale do Rio Piranga. Um primeiro exercício exploratório que se propõe é sobre a relação de escravos por domicílio escravista segundo o sexo e a cor/origem dos proprietários, conforme dados expostos nas Tabela 15 e Tabela 16. Um primeiro aspecto que salta aos olhos é o aumento do número percentual de chefes brancos proprietários de escravos entre os dois recenseamentos. Em 1831, homens e mulheres brancos eram 72,28% de todos os escravistas (Tabela 15), e em 1839 eram 74,68% do total (Tabela 16), enquanto o percentual de cativos em posse desta população subiu dos 85,12% (Tabela 15) aos 87,36% (Tabela 16).

---

<sup>352</sup> Um bom ponto de partida para esta discussão é o trabalho de Roberto Guedes, no qual demonstra como as “cores” eram qualitativos que representavam o lugar social do indivíduo, aspecto detectado pelo pesquisador a partir da análise de trajetórias de pessoas que mudavam de cor quando ascendiam socialmente, adquirindo um novo ofício. Ver GUEDES, Roberto. *Egressos do Cativo*: trabalho, família, aliança e mobilidade social: (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850). Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2008, especialmente o capítulo 2, p.69-125.

<sup>353</sup> LARA, Sílvia Hunold. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

<sup>354</sup> LIBBY, Douglas Cole. A Culture of Colors: Representational Identities and Afro-Brazilians in Eighteenth- and Nineteenth-Century Minas Gerais. *Luso-Brazilian Review*, v. 50, p. 26-53, 2013

<sup>355</sup> Para uma discussão aprofundada sobre este tema, ver MALERBA, Jurandir. *Os brancos da Lei: liberalismo, escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil*. Maringá: EDUEM, 1994, especialmente o Capítulo 2, “O precedente da diferença”.

Tabela 15 – Escravos por domicílio escravista e percentuais de domicílios e escravos segundo sexo e cor/origem dos chefes de domicílios. Vale do Rio Piranga, 1831-32

	Africanos		Branco		Crioulos		Pardos									
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres								
	(a)	(b)	(a)	(b)	(a)	(b)	(a)	(b)								
	1	3	1	1	397	2857	109	843	7	10	6	8	118	359	61	266
<b>X</b>	3,00	1,00	7,20	7,73	1,43	1,33	3,04	4,36								
<b>Y</b>	0,14%	0,14%	56,71%	15,57%	1,00%	0,86%	16,86%	8,71%								
<b>Z</b>	0,07%	0,02%	65,72%	19,39%	0,23%	0,18%	8,26%	6,12%								

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas nominativas de Habitantes. Legenda: (a) Domicílios; (b) Escravos; (X) Escravos por domicílio; (Y) Percentual de chefes de domicílios sobre o total de domicílios escravistas; (Z) Percentual de escravos.

Tabela 16 – Escravos por domicílio escravista e percentuais de domicílios e escravos segundo sexo e cor/origem dos chefes de domicílios. Vale do Rio Piranga, 1838-39

	Africanos		Branco		Crioulos		Pardos									
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres								
	(a)	(b)	(a)	(b)	(a)	(b)	(a)	(b)								
	1	1	0	0	160	1331	70	632	3	13	2	4	47	194	25	72
<b>X</b>	1,00	0,00	8,32	9,03	4,33	2,00	4,13	2,88								
<b>Y</b>	0,32%	0,00%	51,95%	22,73%	0,97%	0,65%	15,26%	8,12%								
<b>Z</b>	0,04%	0,00%	59,23%	28,13%	0,58%	0,18%	8,63%	3,20%								

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas nominativas de Habitantes. Legenda: (a) Domicílios; (b) Escravos; (X) Escravos por domicílio; (Y) Percentual de domicílios sobre o total de domicílios escravistas; (Z) Percentual de escravos.

Entre a população parda, o que se detectou foi a diminuição dos 25,57% em 1831 para 23,38% em 1839, deixando de serem proprietários de 14,38% do total de escravos para se tornarem proprietários de 11,83% (Tabela 15 e Tabela 16). Entretanto, não pode passar despercebido o aumento na razão escravos por domicílio entre os homens pardos (3,04 em 1831 e 4,13 em 1839), sendo averiguada, inclusive, uma ligeira ampliação percentual dos escravos em propriedade destes homens (8,26% para 8,63%). Estes dados indicam uma parcela da população que merece atenção especial para se compreender as estratégias sociais e as tramas que envolviam as mobilidades e a ascensão social naquela sociedade.

Interessante trajetória é a de Manoel Simão de Oliveira, homem pardo, tropeiro, listado com a condição de livre aos 40 anos de idade no ano de 1831. Em seu domicílio, além dos dois filhos, Manoel e Cassiano, 10 e 8 anos, respectivamente, são arrolados dois escravos africanos, José e Domingos, com idades de 19 e 14 anos, ambos ocupados com a tropa de Manoel. Manoel Simão não é encontrado numa busca por este indivíduo em período anterior ao recenseamento de 1831, feita em registros de batismo sacramentados em capelas e igrejas da região. Assim, sendo ele tropeiro, um homem em constante trânsito, estima-se que havia se estabelecido naquelas paragens há pouco tempo.

No mesmo quarteirão, na lista de 1831, Angélica Maria da Conceição, 41 anos de idade, parda, solteira e quitandeira, é listada chefe de seu domicílio e proprietária de Maria, africana, 19 anos de idade, solteira. Em 1839, Manoel e Angélica estão casados, ambos pardos com 48 anos de idade. Ele agora é negociante e ela ainda é recenseada como quitandeira. Os dois filhos de Manoel ainda moram com o pai e além deles um filho de Angélica também é recenseado, José Pereira Pontes, 20 anos, pardo e alfaiate. Além dos escravos que já possuíam em 1831, Manoel e Angélica, conjuntamente adquiriram mais três: Ana Crioula, 39 anos de idade, Rosa Congo, 22 anos de idade e Manoel Congo, 12 anos de idade. Tem-se nesta trajetória um claro exemplo em que pequenos proprietários, através do matrimônio e do desenvolvimento de rentáveis atividades comerciais, acumularam algum pecúlio que possibilitou dobrar o seu efetivo escravo.

Por fim, um aspecto específico que chamou atenção na trajetória deste casal foi a alta taxa de africanização de suas posses, constatando-se que dos 6 escravos, 5 eram oriundos do continente africano. Obviamente há relação direta com a atividade desenvolvida por Manoel Simão, pois, sendo ele tropeiro, pode ter se envolvido com o tráfico interprovincial de cativos para a região do Vale do Rio Piranga e, conseqüentemente, se valido deste trato para ele mesmo adquirir seus cativos e desenvolver o seu negócio. Finalmente, se impõe a questão do tráfico de escravos para a região como elemento explicativo das dinâmicas sociais e econômicas que se transformavam na primeira metade do século XIX.

### **O Vale do Rio Piranga e o tráfico de escravos africanos**

Com a descoberta do ouro no final do século XVII, Minas Gerais vivenciou um intenso povoamento associado à interiorização da América Portuguesa, o que redefiniu os direcionamentos políticos e administrativos da obra colonizadora.<sup>356</sup> Invariavelmente, todo este processo deu-se aliado ao reforço das bases escravistas de exploração da mão-de-obra, o que dava continuidade a traços característicos da colonização das Américas e ao mesmo tempo remodelava hierarquias.<sup>357</sup>

Como muitos trabalhos já demonstraram, a descoberta do ouro causou um *boom* no tráfico atlântico de escravos, intensificando as trocas entre América portuguesa, costa da

---

<sup>356</sup> Para uma discussão ampliada sobre a descoberta das minas e as peculiaridades sociais, econômicas e políticas, Ver IGLÉSIAS, Francisco. Minas e a imposição do Estado no Brasil. In: *Revista de História*, São Paulo, (1), 100, 1974; HOLANDA, Sérgio Buarque de. Metais e pedras preciosas. In: \_\_\_\_\_. *História da Civilização Brasileira*; à época colonial. 6ª. ed. São Paulo: Difel, 1985. Tomo I, vol.2. p.259-310

<sup>357</sup> SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1986; SOUZA, Laura de Mello e. Nobreza de Sangue e Nobreza de Costume: Ideias sobre a Sociedade de Minas Gerais no Século XVIII. In: \_\_\_\_\_. *O Sol e a Sombra: Política e administração na América Portuguesa do Século XVIII*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2006.

África e Lisboa, mas, também, os trânsitos de gentes e mercadorias inter-regionais.<sup>358</sup> Apesar dos avanços que estudos sobre o tráfico de escravos para as Américas têm vivenciado nas últimas décadas, muito pouco se sabe sobre o tráfico interno, questões caras à historiografia ainda permanecem em suspenso e antigos problemas de pesquisa sempre voltam à tona. No caso da historiografia sobre Minas Gerais, cristalizaram-se discussões sobre o “vasto plantel mineiro”, o peso do mercado interno e do tráfico de escravos para o desenvolvimento econômico da região. Não tenho a intenção de resolver os principais problemas históricos que envolvem estas temáticas, mas, ao lançar luz sobre especificidades regionais, objetivo estimular novas reflexões e, quem sabe, reativar a discussão que nos anos 1980 rendeu bons frutos à compreensão da economia e sociedade mineira.<sup>359</sup>

Não restam dúvidas que Minas Gerais ao longo do século XIX dinamizou sua economia e venceu as imposições da decadência da extração aurífera e, por isso, esta discussão não entra em pauta neste capítulo. Da mesma forma, não se adentrará ao ciclo vicioso sobre a produção integrada ao mercado e as demandas de exportação, ainda que as perspectivas de Roberto Martins e Robert Slenes sejam análogas a este capítulo. Inspirado em minucioso trabalho desenvolvido por Carlos Malaquias, pesquisador que estudou a freguesia de São José do Rio das Mortes, preocupado em compreender como a escravidão se sustentou em meio à crise da produção aurífera na passagem do século XVIII para o XIX<sup>360</sup>, este capítulo se pautará em compreender as dinâmicas internas das posses de cativos e suas relações com o tráfico.

Desta forma, a distribuição dos cativos africanos segundo o tamanho das posses e a relação entre a ocupação do proprietário com o número de escravos e a taxa de africanização, serão objetos de atenção especial. Assim, supõe-se ter levantado informações suficientes para ponderar a complexidade de uma economia que se transformava pela ruralização das

---

<sup>358</sup> CURTIN, Philip. *The Atlantic slave trade: a census*. Madison: University of Wisconsin Press, 1969; FRAGOSO, João Luís, FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro, c.1790-c.1840. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre V.; SILVA, Daniel D. Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX). *Afro-Ásia*, nº 31, 2004, p.83-126; ELTIS, David; RICHARDSON, David. Os mercados de escravos africanos recém-chegados às Américas: padrões de preços, 1673-1865. *Topoi*, Rio de Janeiro, março 2003, p. 9-46.

<sup>359</sup> LINHARES, Maria Yedda Leite. *O Brasil no século XVIII e a idade do ouro*: a propósito da problemática da decadência. In: Seminário sobre a cultura mineira no período colonial. Belo Horizonte, Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1979; LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979; MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX...*; MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais no século XIX...; LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho...*; SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes...

<sup>360</sup> MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. *Remediados senhores: pequenos escravistas na freguesia de São José do Rio das Mortes, c.1790 c.1844*. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em História, Belo Horizonte, MG, 2014.

pequenas propriedades agrícolas, mas também, pela ampliação dos setores proto-industriais<sup>361</sup>, ambas as atividades amparadas pelo tráfico de escravos africanos crescente nas primeiras décadas do século XIX.

Tabela 17 – Razão de sexos da população escrava segundo cor/origem. Vale do Rio Piranga, 1831-32

<b>Cor/Origem</b>	<b>Africanos</b>		<b>Crioulos</b>		<b>Pardos</b>		
	<b>Sexo</b>	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
<b>nº de escravos</b>		1348	357	1090	1032	279	241
<b>Razão de sexos</b>		377,59		105,62		115,77	

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas nominativas de Habitantes.

Tabela 18– Razão de sexos da população escrava segundo cor/origem. Vale do Rio Piranga, 1838-39

<b>Cor/Origem</b>	<b>Africanos</b>		<b>Crioulos</b>		<b>Pardos</b>		
	<b>Sexo</b>	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
<b>nº de escravos</b>		624	203	588	519	154	159
<b>Razão de sexos</b>		307,39		113,29		96,86	

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas nominativas de Habitantes.

A região do vale do Rio Piranga não foi uma região proeminente no desenvolvimento das atividades mineradoras ou agroexportadoras. Grosso modo, foi um espaço que desde os primórdios da ocupação das minas esteve no meio termo entre estes dois setores da economia. Ainda assim, os números do sistema escravista que se configurou são de chamar atenção, pois, em análise feita nos dois recenseamentos da década de 1830, detectou-se uma razão de sexos dos escravos africanos numa cifra que ultrapassava os 300 homens para cada 100 mulheres, indicativo do peso do tráfico de escravos na estrutura demográfica da região (Tabela 17 e Tabela 18).

Outra forma utilizada para se depurar o tráfico de escravos para a região foi através da busca de escravos africanos nos registros de batismo sacramentados nas capelas e igrejas da região. Apesar de se reconhecer que há um grande índice de subregistros – pois só estão listados os escravos que foram batizados naquelas capelas ou igrejas específicas e muitos já eram batizados nos locais onde aportaram na América Portuguesa, ou ainda, em outras localidades que tivessem passado e permanecido durante o trajeto até as minas –, ainda assim, lançou-se mão destes dados como apontamentos periódicos da presença do tráfico de escravos para o vale do Rio Piranga.

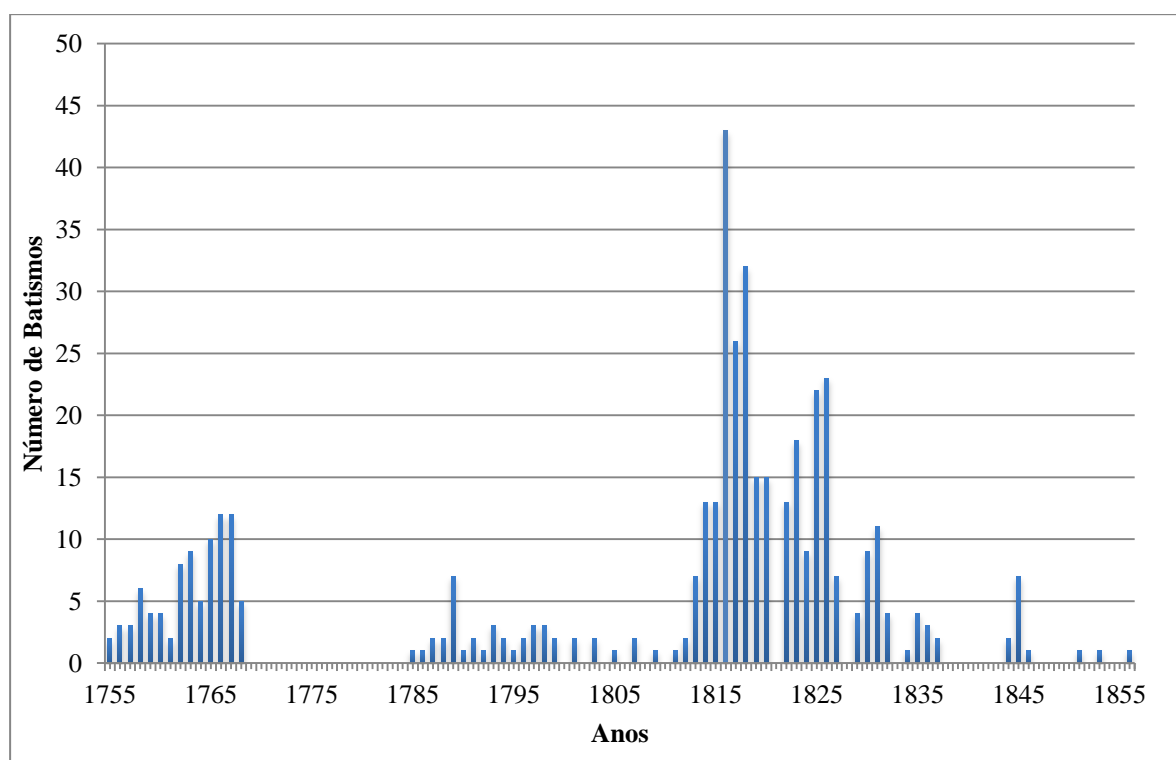
Não é tarefa fácil rastrear os batizados do tráfico atlântico de escravos nos registros de batismos. Os párocos não tinham o dever e nunca tiveram o cuidado em assinalar tratar-se

<sup>361</sup> LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista...*

de indivíduos recém-chegados à região, assim, recorreu-se a metodologia que pudesse indicar quais seriam os batizando advindos do tráfico atlântico de escravos. O primeiro grupo identificado foram os indivíduos escravos, adultos, sem o nome dos pais no assento de batismo e de origem africana. Neste grupo, foi identificada a imensa maioria dos indivíduos traficados para a região e lá batizados: 385 do total de 436 entre os anos de 1755 e 1856.

O segundo grupo corresponde aos indivíduos adultos, sem condição declarada, mas, com a origem africana discriminada. Neste rol, dos 6 assentos identificados, em somente um foi transcrito o nome do proprietário, em outros 2, os padrinhos também eram escravos e supõe-se que seus proprietários também eram proprietários do batizando. De toda forma, estes 6 batismos demonstram o total descuido de alguns párocos com as normas estabelecidas pela Igreja para a feitura dos registros paroquiais.

Gráfico 5 – Batismos de escravos africanos advindos do tráfico transatlântico, vale do Rio Piranga, 1755 – 1856



Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Livros de Batismos, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga.

Um terceiro grupo, no qual estão 36 indivíduos, refere-se a pessoas com origem africana, declarados escravos, todavia, sem a idade (se adultos ou crianças) discriminada e sem o nome dos pais. Desta forma, supõe-se tratar de crianças oriundas do tráfico transatlântico ou de mais alguns casos em que o pároco não se deu ao trabalho de informar a idade do batizando. Por fim, o último grupo são aqueles assentos mais difíceis de decifrar:

nove indivíduos foram batizados, declarados de origem africana, mas, sem qualquer outra indicação sobre idade e condição.

No total, todos estes grupos indicam 436 indivíduos batizados na região do vale do Rio Piranga entre os anos de 1755 e 1856, número muito pequeno, principalmente se levar-se em consideração os 1705 e 827 cativos africanos recenseados em 1831 e 1839, respectivamente. Todavia, a série destes dados dá importantes indicações dos fluxos do tráfico de escravos africanos para a região. As informações contidas no Gráfico 5, por exemplo, estão inter-relacionadas ao grande aporte de africanos na América Portuguesa em finais do século XVIII e ao longo das primeiras décadas do século XIX, período em que este comércio conheceu o seu auge.<sup>362</sup> Por último, cabe salientar, faz todo o sentido averiguar a chegada de cativos africanos nas décadas iniciais do século XIX, pois além de demonstrarem a integração da região em foco ao contexto mais amplo da economia colonial tardia e as transformações pelas quais passavam aquela sociedade, justificam a alta presença de cativos africanos detectada nos censos da década de 1830 (Tabela 17 e Tabela 18).

A despeito da grande lacuna percebida entre os anos de 1769 e 1784, o que pode ser sugestivo de período em que o tráfico esteve em baixa para a região, primordialmente, ela é consequência de quebra na série documental. Todavia, quando se busca outros assentos de batismos, como daqueles indivíduos nascidos em cativo e todos os outros nascidos livres, vê-se que logo após o ano de 1784 era expressiva a presença escrava na região, o que demonstra que, naquele período lacunar, a escravidão continuou vigorando como norma na

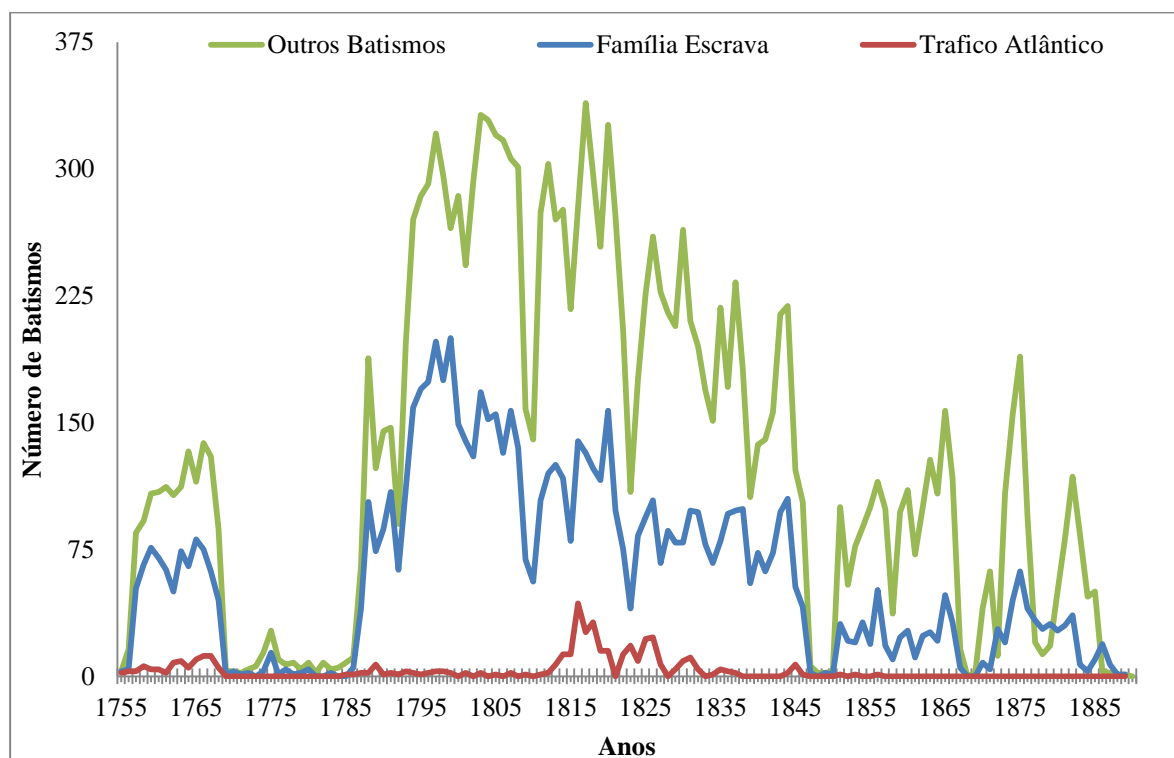
---

<sup>362</sup> O tema do tráfico de escravos africanos para o Brasil possui bases relativamente sólidas e assentadas na historiografia brasileira. Uma ampliada discussão sobre o tema por ser obtida em FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico negreiro de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Editora Unesp, 2014 e FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2. ed., rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. Especificamente sobre Minas Gerais, Júnia Ferreira Furtado demonstrou que no Distrito Diamantino os batismos de escravos adultos não oferecem um bom pano de fundo para se estimar os níveis do tráfico de escravos para a região, o que é um importante contraponto aos procedimentos por mim operacionalizados neste capítulo (ver FURTADO, Júnia F. Quem nasce, quem chega: o mundo dos escravos no Distrito Diamantino e no arraial do Tejuco. In: FURTADO, Júnia Ferreira; LIBBY, Douglas Cole. (Org.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2006. p. 223-250). Finalmente, Douglas Cole Libby, em trabalho preocupado em analisar e cruzar informações de diversas localidades mineiras, ao não encontrar dados sobre batismos de escravos adultos em paróquias como São José do Rio das Mortes, São João del-Rei, Catas Altas, Ouro Preto e Santa Luzia após a década de 1820, chega a trabalhar com a hipótese que a Lei de 7 de novembro de 1831, primeira lei que proibia o tráfico negreiro para o Brasil, teria encerrado o tráfico atlântico para Minas Gerais, o que reordenou a estrutura da família escrava ao abrir a porta para a reprodução natural (ver LIBBY, D. C. O tráfico negreiro internacional e a demografia escrava nas Minas Gerais: um século e meio de oscilações. In: FURTADO, Júnia F. (Org.). *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África*. São Paulo e Belo Horizonte: Annablume e FAPEMIG/PPGH-UFMG, 2008. p. 457-479). A este respeito, ao detectar que o tráfico de escravos ainda estruturava a demografia escrava na região em foco, mesmo após a Lei de 1831, busco apresentar as complexas interseções entre tráfico atlântico e sociedade escravista, permitindo, assim, novas reflexões sobre o papel da escravidão em delimitar os contornos da sociedade que se configurou nas minas oitocentistas.



região, inclusive importando muito escravos, pois, como se pode ver pelo Gráfico 6, na década de 1790 a família escrava alcançou suas maiores taxas de batismo proporcionais.

Gráfico 6 – Batismos sacramentados, vale do Rio Piranga, 1755-1885



Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Livros de Batismos, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga.

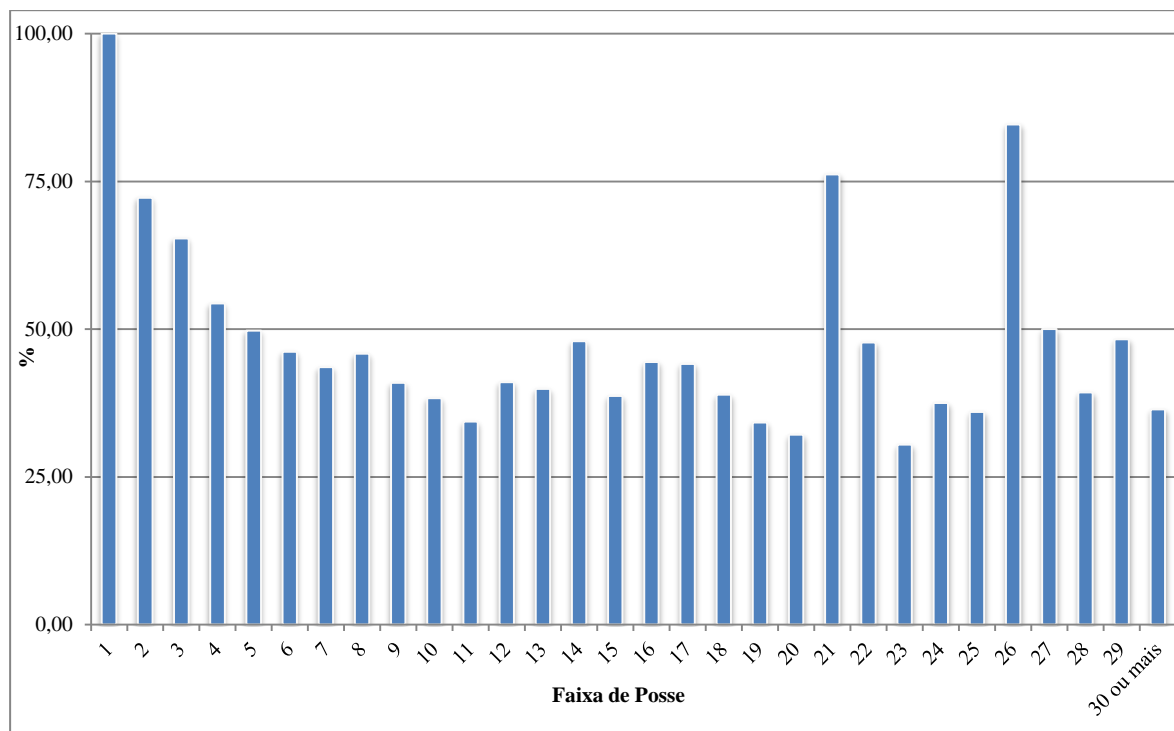
Através dos dados apresentados nos Gráfico 5 e Gráfico 6, não há dúvidas que a escravidão teve grande importância naquela sociedade. Entretanto, retomam-se as informações contidas nas listas nominativas da década de 1830 e busca-se compreender como esta instituição se solidificou naquela sociedade no contexto de transformação da economia e reordenamento das hierarquias sociais como se vem argumentando. Além da elevada razão de sexos como indicativo da presença do tráfico de escravos modelando a estrutura demográfica e econômica daquela região, análises em cima das listas nominativas demonstram como era difundida a posse de cativos africanos entre os proprietários da região: dentre todos os efetivos escravos, quase 70% tinha pelo menos um cativo africano.<sup>363</sup>

Das 485 posses com algum escravo africano recenseadas no ano de 1831, 85 delas eram posses de somente um cativo, portanto, num cálculo muito simples, são as posses mais africanizadas, iguais a outras posses de maior efetivo que tiveram 100% de cativos

<sup>363</sup> Para o ano de 1831, constatei que dentre os 700 domicílios com alguma posse escrava, recenseados no ano de 1831, em 485 casos (69,29%) pelo menos um escravo africano foi arrolado nestas posses. Enquanto isso, em 1839, em 212 domicílios, do total de 308 com escravos listados, ou seja, 68,83% dos casos, pelo menos um cativo africano estava presente.

africanos. Todavia representam muito pouco do total de proprietários. Assim, buscou-se a taxa de africanização para cada faixa de posse, conforme destacado no Gráfico 7.

Gráfico 7– Percentual médio da taxa de africanização das posses com algum escravo africano, Vale do Rio Piranga, 1831-32



Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas nominativas de Habitantes

Era esperado um alto grau de africanização entre as grandes posses, pois, como demonstrei, hipoteticamente, são aquelas com maior capacidade de manter os níveis produtivos em contextos de crise e, ao acumular algum capital, reinvesti-lo em sua capacidade reprodutiva, logo, na compra de escravos do crescente tráfico transatlântico. Todavia, o que se averigua no Gráfico 7 são as maiores taxas de africanos nas posses pequenas ou médias. Tal constatação não chega a subverter as prerrogativas apresentadas no início deste capítulo – a saber, que um processo de concentração de capital e acentuação das desigualdades empurrava muitos para fora do mundo dos senhores de escravos redefinindo os significados do que era ser proprietário – pois, conforme já destacou Roberto Martins, a economia mineira do oitocentos foi marcada pelo apego à escravidão, ou seja, gestada por uma população livre que, antes de ceder a tornar-se empregado de outrem, preferia persistir na busca por enriquecer-se.<sup>364</sup>

Assim, à luz dos dados até agora apresentados, sugere-se que muitas destas pequenas posses, altamente africanizadas, refletem a estratégia que muitos indivíduos livres e libertos

<sup>364</sup> MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais no século XIX...

lançaram mão naquele contexto de reordenamento econômico e social: tornar-se senhor de escravos. Qual o caminho mais curto para este objetivo? Tráfico transatlântico!

Entretanto, ainda assim, estes dados exigem um olhar mais apurado à composição demográfica daquela sociedade em busca de explicações mais consistentes. Desta forma, buscou-se a estrutura ocupacional com o objetivo de conhecer em quais setores da economia estavam inseridos os proprietários de 1 a 4 escravos, dentre os quais, 69,18% das escravarias eram de origem africana, cifra muito superior à encontrada para as outras faixas de posse, conforme demonstrado na Tabela 19.

Tabela 19– Percentual de africanização por faixa de posse entre as posses com algum cativo africano, vale do Rio Piranga, 1831-32

<b>Faixas de Posse</b>	<b>Cativos Africanos</b>	<b>Total de escravos</b>	<b>% Africanos</b>
<b>1 a 4</b>	348	503	69,18%
<b>5 a 9</b>	396	870	45,52%
<b>10 a 14</b>	271	676	40,09%
<b>15 a 19</b>	169	419	40,33%
<b>20 a 24</b>	163	384	42,45%
<b>25 a 29</b>	83	162	51,23%
<b>30 ou mais</b>	275	755	36,42%
<b>TOTAL</b>	1705	3769	45,24%

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas nominativas de Habitantes

Dentre os 229 chefes de domicílios com posses africanizadas entre 1 e 4 escravos, em 185 casos a ocupação foi declarada, ao passo que dentre outros indivíduos livres recenseados, do total de 855 casos, em somente 164 a ocupação do indivíduo foi discriminada. Todavia, este total decresce para 568 casos, se levarmos em consideração somente a população com 10 anos ou mais.<sup>365</sup> Por último, entre os cativos, 130 do total de 503 tiveram suas ocupações assumidas. Assim, do total de 1587 indivíduos, entre livres, libertos e escravos, recenseados nestes domicílios de pequenas posses, em 479 casos a atividade econômica desenvolvida foi declarada. Ainda que sejam expressivas as taxas de ocupações omitidas, não se abriu mão desta estratégia metodológica, pois estas informações servem como uma amostra das estruturas e estratégias econômicas.

Como já era esperado, ampla maioria destes pequenos proprietários era do setor da agricultura. Provavelmente muitos deles, roceiros, viviam de suas pequenas produções, tanto para o autoconsumo quanto para suprir algum nível de mercantilização da economia agrícola

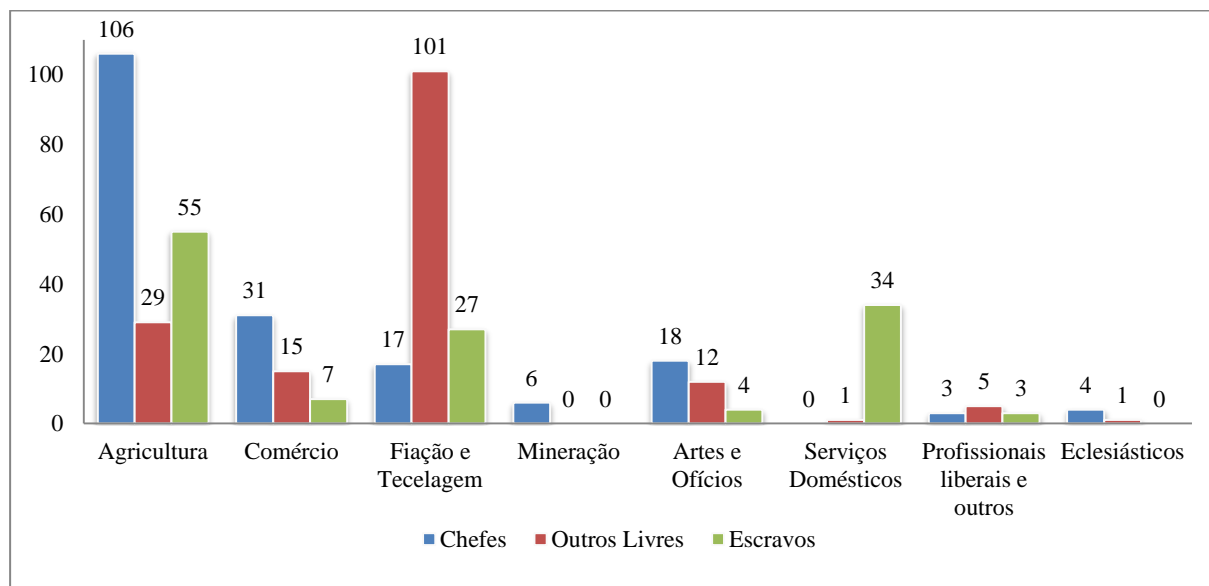
<sup>365</sup> Elegeram-se os dez anos de idade, pois é a idade do indivíduo livre ou liberto mais novo com a ocupação discriminada.

da região, que tinha como principal produto a cana-de-açúcar. Desta forma, supõe-se que alguns destes pequenos proprietários, eram produtores desta gramínea em consórcio com os senhores de engenho que viviam nas proximidades.<sup>366</sup>

Além das ocupações dos chefes de domicílio, elencou-se a atividade em que estavam empregados os “outros livres” recenseados no domicílio: cônjuges, filhos e filhas, pais e mães, noras e genros, cunhados e cunhadas, irmãos e irmãs e agregados. Neste grupo de indivíduos, destacaram-se as atividades de fiação e tecelagem, indicativo da plurifuncionalidade econômica destes domicílios. Enquanto o marido estava ocupado com a produção de alimentos e o redirecionamento do excedente para os mercados locais, suas esposas e filhas trabalhavam na indústria caseira da produção de panos e outros tecidos.

Porém, o mais importante de se conhecer é em que atividade estavam ocupados os cativos. Se estes proprietários, acompanhando as oportunidades abertas pelo crescente tráfico transatlântico, traçaram estratégias para adquirir os seus cativos, aumentando o potencial de sua unidade produtiva, sem precisar tornar-se um trabalhador livre, é inegável que a informação sobre a atividade desenvolvida pelo cativo e o setor produtivo em que estava inserido seu proprietário, tem muito a dizer sobre o que significava tornar-se senhor e as estratégias destas pequenas posses em resistir às transformações econômicas.

Gráfico 8 – Setores ocupacionais, pequenos proprietários com posses africanizadas, vale do Rio Piranga, 1831-32



Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas nominativas de Habitantes

<sup>366</sup> Sobre a dinâmica rural da região, Ver LEMOS, Gusthavo. *Minas da Terra...* especificamente o Capítulo 2 “Dinâmica dos Homens: família e transmissão patrimonial na Guarapiranga canavieira” e os seus tópicos 2.3 (“Ciclo de vida e formação do casal”) e 2.4 (“Jogando com a herança cultural: o acervo de mecanismos de transmissão patrimonial dos produtores piranguenses de aguardente”).

Tabela 20 – Setor ocupacional dos indivíduos livres, libertos e escravos, segundo a faixa de posse. Pequenos proprietários com posses africanizadas, vale do Rio Piranga, 1831-32

	Posses	A	B	C	D	E	F	G	H
Chefes	1	28	15	10	4	9	0	3	0
Outros Livres		5	6	34	0	3	0	1	0
Escravos		8	1	4	0	0	11	1	0
Chefes	2	27	8	2	2	4	0	0	3
Outros Livres		11	1	25	0	2	1	2	0
Escravos		9	5	4	0	0	9	1	0
Chefes	3	28	7	3	0	1	0	0	1
Outros Livres		9	6	26	0	4	0	2	0
Escravos		18	0	9	0	1	9	0	0
Chefes	4	23	1	2	0	4	0	0	0
Outros Livres		4	2	16	0	3	0	0	1
Escravos		20	1	10	0	3	5	1	0

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas nominativas de Habitantes. Legenda: (A) Agricultura; (B) Comércio; (C) Fiação e Tecelagem; (D) Mineração; (E) Artes e Ofícios; (F) Serviços Domésticos; (G) Profissionais liberais e outros; (H) Eclesiásticos.

Pode-se perceber pelas informações do Gráfico 8 que os cativos destas pequenas posses estavam ocupados majoritariamente nas atividades agrícolas, domésticas e de fiação e tecelagem. Curiosamente, mais cativos estavam atarefados com os fazeres domésticos<sup>367</sup> que com a fiação e tecelagem, atividade que teve grande proeminência entre os indivíduos livres e libertos. Em busca de compreensão destes dados, desagregaram-se os setores ocupacionais por faixas de posse (Tabela 20), procedimento que se mostrou muito elucidativo.

Ainda, tendo em vista os dados da Tabela 20, nota-se que entre os chefes, conforme aumentava o número de cativos, maior era a proporção de chefes de domicílios inseridos no setor agrícola. Não há qualquer novidade nesta constatação, principalmente levando-se em consideração tratar-se de uma região ruralizada pautada na escravidão. Por outro lado, chama a atenção a alta pluralidade de setores ocupacionais entre os proprietários de somente um escravo: 28 na agricultura, 15 no comércio, 10 na fiação e tecelagem e 9 ocupados em ofícios manuais como alfaiate, sapateiro, carpinteiro e ferreiro. Ainda nesta faixa e na seguinte, destacaram-se os cativos ocupados nos serviços domésticos, com cifras iguais ou maiores que aqueles na agricultura, ao passo que na faixa dos 3 e 4 escravos, a vasta maioria dos cativos estava inserida em atividades agrícolas. Assim, uma primeira conclusão que se pode chegar é que, havendo a possibilidade de produzir alimentos e outros produtos agrícolas para uma

<sup>367</sup> No universo dos dados pesquisados, as atividades arroladas em “Serviços Domésticos” foram cozinheiros e lavadeiras.

economia mercantilizada, ela demandava alguns escravos. Levando em consideração que a pequena propriedade agrícola dificilmente produzia para além do nível da subsistência, homens e mulheres que lidavam diariamente com os percalços da pequena produção, cientes deste imperativo, logo que tinham a oportunidade, capitalizavam sua produção adquirindo escravos e, por fim, transpondo seu pequeno efetivo escravo de 3 ou mais peças para a lida do campo.

Por sua vez, homens e mulheres livres inseridos em atividades ligadas ao comércio ou a ofícios manuais também desenvolviam um minucioso cálculo para o aumento de seu negócio que tinha como variável determinante a aquisição ou não de um cativo. Por exemplo, Fortunato José, homem pardo, 36 anos de idade e casado, era um tropeiro chefe de seu domicílio, no qual também fora recenseada sua mulher, Ana Nunes, parda, 26 anos de idade e fiadeira. Este casal era proprietário de Joaquim, cativo africano, também declarado como tropeiro, certamente um investimento feito pelo casal que pelo menos dobrava o montante do serviço de Fortunato em sua atividade comercial.

Estratégia similar foi empreendida por Vicente Pereira Antunes e Francisca Jacinta, pardos, 54 e 46 anos, respectivamente, ele ferreiro e ela sem atividade declarada. Proprietários de Teresa africana, escrava que era cozinheira no domicílio deste casal, deixando todos os outros indivíduos – além do casal, foram recenseados uma filha de 19 anos, fiadeira, e um agregado, negociante – para desenvolverem suas atividades sem se preocuparem com afazeres domésticos e outros que envolviam o cotidiano domiciliar.

Por fim, elege-se o domicílio chefiado pelo carpinteiro Antônio Dias dos Anjos, neto do Tenente Dias dos Anjos, falecido no ano de 1787, com um efetivo de 25 escravos, personagem muito citado na introdução deste capítulo. Além de apresentar uma trajetória intercensitária muito ilustrativa do argumento que se quer aprofundar, considerando-se as décadas que separam ele, pequeno proprietário de escravos na década de 1830, e seu avô, componente do seletivo grupo de proprietários de mais de 10 cativos nas décadas finais do século XVIII, enxerga-se em detalhe, através das dinâmicas intergeracionais dos Dias dos Anjos, os efeitos da conjuntura de crise econômica e sua reestruturação, marca peculiar da transição do século XVIII ao XIX em Minas Gerais.

Em 1831, o dito carpinteiro fora declarado branco, com 26 anos de idade, casado com Ana Clara Teixeira, branca, de 24 anos de idade. Naquela documentação, além do casal, 3 filhos são listados – Faustino, Maria e Lauriano, de 7, 5 e 4 anos respectivamente – e Maria,

mulher africana, escrava, cozinheira e, certamente, responsável por outros afazeres domésticos. Muito provavelmente, com a propriedade desta cativa, Antônio podia se concentrar no desenvolvimento de sua carpintaria e Ana Clara na criação e educação dos filhos do casal. Não há dúvidas que ela teve sucesso: no recenseamento do ano de 1839, o qual discrimina aqueles indivíduos que sabem ler e/ou escrever, Faustino, com 15 anos de idade “lê e escreve”, enquanto Lauriano, aos 12 anos, seguia os passos do irmão, pois, já “sabe ler”.<sup>368</sup>

Além destas informações sobre a educação formal dos filhos do casal, encontrar um domicílio em dois momentos no tempo possibilita perceber as variações na estrutura domiciliar, as quais tem grande efeito explicativo sobre as transformações que este capítulo vem dissertando. Entre os dois recenseamentos nasceram mais quatro filhos do casal, portanto, na passagem da década de 1830 para 1840, este jovem casal tinha 7 filhos com idades entre 1 e 15 anos. Entretanto, o que mais merece destaque é o incremento da posse de cativos, a qual, de um escravo em 1831, saltou para 5 cativos em 1839. Além de Maria, mais três escravos africanos, todos eles homens, com idades entre 15 a 20 anos, e Rita crioula, 10 anos de idade, a qual se constatou ser filha de Maria<sup>369</sup>, foram recenseados no domicílio. Por fim, Antônio Dias dos Anjos, deixou de lado os serviços de carpinteiro e passou a dedicar-se a sua pequena lavoura, enquanto sua esposa, “tece e fia”.

Em outro momento do capítulo, demonstrei que filhos e outros herdeiros do Tenente Antônio Dias dos Anjos, após o falecimento deste, não mantiveram coeso o patrimônio familiar, os quais, ao contrário dos herdeiros de Coelho Duarte, tornaram-se senhores de pequenas posses. Todavia, não se pode esquecer, a acentuação das desigualdades deu-se principalmente pela exasperação das disparidades entre o mundo dos senhores dos escravos, sejam grandes ou pequenos proprietários, e entre aqueles indivíduos livres despossuídos da mão-de-obra escravizada. Num contexto de tráfico crescente e oportunidades de inserção em novas atividades produtivas, a trajetória do domicílio de Antônio Dias dos Anjos demonstra um processo mais comum do que se imagina: pequenos proprietários, ou até mesmo não proprietários, foram participantes ativos no tráfico transatlântico de escravos.

---

<sup>368</sup> Ana Clara não era alfabetizada segundo o recenseamento de 1839. Assim, acredita-se que a educação formal dos filhos do casal esteve ao encargo de Manoel José da Cunha, “professor de primeiras letras”, habitante do mesmo distrito, casado, pai de sete filhos entre 5 e 18 anos de idade, e assim como Antônio e Ana Clara, proprietário de somente um escravo: Joaquim, africano, 24 anos de idade, cozinheiro.

<sup>369</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Livros de Batismos, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga. Livro 11, página 194v

Antônio Dias dos Anjos, muito provavelmente, recém-casado ou mesmo antes, em meados da década de 1820, tendo acumulado algum pecúlio, tratou com algum agente do tráfico de escravos para a região e comprou Maria, cativa africana, que, como já salientado, foi uma peça fundamental ao desenvolvimento das atividades econômicas da unidade produtiva de seu senhor, mesmo não estando ocupada na pequena indústria têxtil ou na agricultura, segundo informação do recenseador. Ao longo das décadas de 1820 e 1830, Antônio Dias dos Anjos aumentou os seus ganhos e pode comprar mais três escravos via tráfico transatlântico, muito provavelmente com o capital acumulado da prestação de serviços como carpinteiro na construção e manutenção de benfeitorias nas fazendas da região. Senhor de quatro escravos adultos e uma criança, nascida em seu cativeiro, viu que seria rentável migrar seus investimentos para a agricultura, quem sabe, deixando de lado a ociosidade de pequenos pedaços de terra que tivesse adquirido por compra, empregando o braço cativo, explorando as potencialidades de uma economia que se mercantilizava.

## Conclusão

Na região do vale do Rio Piranga, no dia 27 de fevereiro de 1806, em requerimento enviado ao Governador da Capitania, Inácia Maria das Neves e outros herdeiros dos seus falecidos pais, moradores no distrito de São Caetano do Chopotó, solicitavam intervenção da administração da capitania para reaverem a propriedade de uma sesmaria que tinham por herança e “título de posse judicial”. Segundo os suplicantes,

[...] há vários anos, vários malfeitores, os quais se compõem de pardos, cabras e caboclos, sem temor de Deus nem das Justiças de Vossa Alteza Real, fazendo-se senhores despóticos das mencionadas terras, nas quais estão plantando e fazendo casas e tudo quanto lhes parece, e por serem uns homens destemidos, ladrões e matadores, e por não terem temor a cousa alguma e os suplicantes serem pobres e temerosos dos mesmos, por isso requerem ao grande poder de Vossa Excelência...<sup>370</sup>

Este documento deixa entrever que terras devolutas e não cultivadas, à mercê de posseiros, deveria haver aos montes em Minas Gerais no século XIX, mesmo numa região que era ocupada desde os primórdios da descoberta do ouro. Todavia, dado o nível arcaico de desenvolvimento das técnicas agrícolas, cabe ponderar o quanto destas terras era aproveitável por posseiros.<sup>371</sup> Seguindo hipótese de Douglas Cole Libby, a efetiva ocupação e transformação da terra em produtos para o consumo ou comercialização demandava um contingente populacional que extrapolava os limites da família do pequeno proprietário.

---

<sup>370</sup> APM. SG, Caixa 67, documento 27. Requerimento de Inácia Maria Das Neves e outros herdeiros

<sup>371</sup> Sobre este tema, Ver LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista...*Cf. especialmente o item 1.3 “Proletarização em Minas. Uma hipótese: o escravo de aluguel”, p.92-97



Como numa economia escravista, indubitavelmente, a porta mais larga e efetiva para o acesso ao trabalho é o braço cativo e, no contexto das primeiras décadas do século XIX, foi ampliada pelo crescente tráfico transatlântico, sugere-se que numa conjuntura de acentuação das desigualdades entre o mundo dos senhores de escravos e dos livres pobres, pequenos proprietários ou não proprietários, outro processo, paralelamente, foi posto em prática: o monopólio sobre a terra. Num contexto de campesinato, “a terra é de quem nela trabalha”; porém, no escravismo mineiro, e brasileiro, a terra foi explorada por quem detinha a propriedade do braço cativo.

Em vista das informações averiguadas sobre o tráfico de escravos para a região, a alta taxa de africanização das pequenas posses e o constatado investimento no setor agrícola, quando se podia incrementar as posses, indica-se que pequenos proprietários de escravos ou não proprietários, que tiveram a oportunidade, apressaram-se em adquirir o quanto antes as peças do seu efetivo, mitigando a possibilidade de ter de *proletarizar-se*. Conforme constatou Douglas Libby, no contexto de fechamento do tráfico de escravos, foi elevado o crescimento de indivíduos “jornaleiros” e empregados em outras atividades “assalariadas” ao longo da segunda metade do século XIX.<sup>372</sup> Portanto, para aqueles aos quais as peças do tráfico não estiveram disponíveis, restaram a prestação de serviços a familiares, vizinhos ou proprietários que em determinadas épocas da lavoura necessitavam de força de trabalho extra. Todavia, conforme bem salientou o autor, esteve em curso um processo de “semi-proletarização”, pois, muitos destes “jornaleiros”, seguramente, em algum nível, ainda trabalhavam na própria “roça”. Entretanto, muito provavelmente, mal produziam o suficiente para eles e suas famílias e assim, grosso modo, constituíram um excedente de camponeses.

Ao longo deste capítulo tomou-se como prerrogativa a demonstrada concentração de capitais e acentuação das desigualdades. Nesta conjuntura, restringiu-se o acesso à mão-de-obra escrava, mesmo num contexto de tráfico crescente, o que ampliou o fosso entre proprietários e não proprietários. Atrelado a este processo, detectou-se o acirramento das distinções pela cor/origem dos indivíduos, as quais foram destacadas no requerimento de Inácia Maria das Neves, no qual associava estas designações a outros adjetivos como ladrões, malfeitores, despóticos e matadores, procedimento que, pela distinção dos seus opostos, reiterava as qualidades e os privilégios dos homens bons daquela sociedade.

A partir deste complexo contexto socioeconômico, parece ser urgente conhecer a estrutura fundiária e as relações em torno da posse da terra, firmadas por pequenos, médios e

---

<sup>372</sup> LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista...*p.92-97

grandes proprietários de escravos. Não há quem hesite em afirmar que a escravidão determinou as relações sociais naquela sociedade, todavia, acredita-se que as grandes desigualdades gestadas nas primeiras décadas do século XIX, definiram a estrutura fundiária e as hierarquias entre proprietários de terra, as quais, quando exploradas, abrirão novas possibilidades de compreensão da sociedade a partir da escravidão e da posse da terra.

## **Capítulo III**

### **Estrutura fundiária no Vale do Rio Piranga – posse da terra, vizinhança e espaço social**

## Introdução

“Uma fazenda sita no córrego João Ferreira”, esta é a localização fornecida por Antônio Dias dos Anjos, no dia 30 de março de 1856, de uma de suas “fazendas”<sup>373</sup> com 80 alqueires de extensão nos subúrbios da Vila da Piranga, próximo ao córrego do Catanho.<sup>374</sup> Ainda que seu avô, 70 anos antes, tivesse sido um importante senhor de escravos com propriedade no mesmo córrego, não foram as vias da herança familiar que legaram esta fazenda a Antônio Dias dos Anjos. Conforme declarado por ele ao pároco, a mesma havia sido adquirida por compra a João Pedro Vidigal de Barros, bisneto do Licenciado Domingos Coelho, como já sabemos, mas que retoma as reiteradas relações que haviam entre as duas famílias que protagonizaram o capítulo anterior, pelo viés da posse da terra.

Além desta propriedade, outra, no córrego do Angu, nos subúrbios da Vila com seus 50 alqueires de terra, também fora declarada pelo mesmo proprietário, adquirida por compra a “Ana Rosa e seus herdeiros”. Desta segunda propriedade, nenhuma outra informação sobre sua localização foi fornecida. Todavia, três vizinhos confrontantes foram mencionados: o padre Francisco de Paula Homem, Jacinto José Vargas e o Capitão Antônio Anacleto Varela. Todos os três vizinhos em suas declarações de terras reafirmaram a relação de vizinhança com Antônio Dias dos Anjos. O mesmo ocorreu com os confrontantes declarados na propriedade do córrego João Ferreira, a saber, Manoel Inácio da Silva Araújo e Eduardo Teodoro de Araújo, este, proprietário da fazenda da Liberdade, imponente propriedade com suas “três sesmarias de cultura”<sup>375</sup>.

A partir das declarações destes cinco vizinhos confrontantes das propriedades de Antônio Dias dos Anjos, tem-se uma visão ampliada das relações de vizinhança que compuseram aquele espaço social. Assim, buscaram-se os outros vizinhos declarados pelos confrontantes das terras de Antônio Dias dos Anjos, e aqueles outros proprietários que lhes declararam como vizinhos e, eventualmente, ao próprio Antônio Dias dos Anjos ou seus vizinhos (ver Figura 2). Replicando estes procedimentos para todos os registros paroquiais de terras declarados, tem-se uma variada gama de informações que permitem problematizar a produção social do espaço no Vale do Rio Piranga.

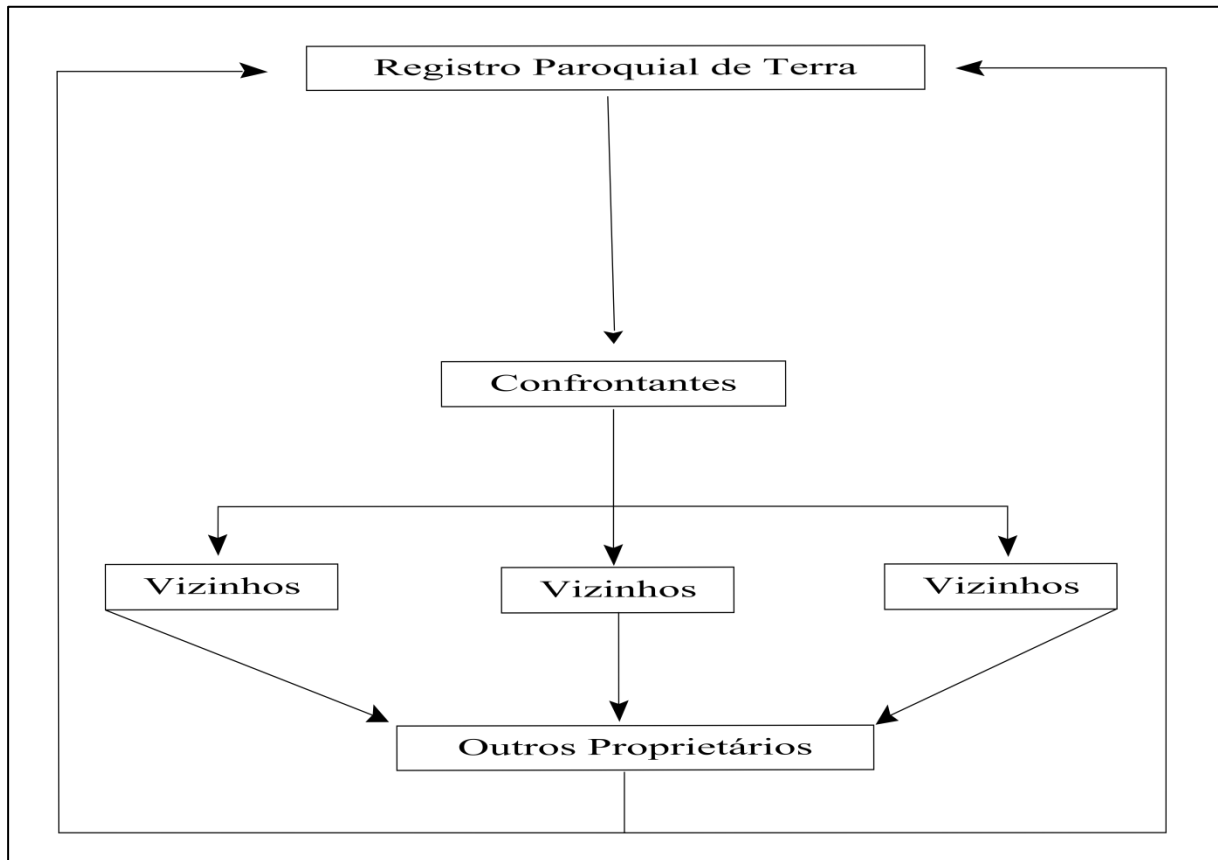
---

<sup>373</sup> Este é o termo usado pelo declarante no Registro Paroquial de Terras.

<sup>374</sup> Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Piranga. TP-1-160, Rolo 13, Registro 1592.

<sup>375</sup> Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Piranga. TP-1-160, Rolo 13, Registro 1602.

Figura 2 – Organograma de composição da rede de vizinhança a partir do Registro Paroquial de Terras



Fonte: Baseado em apontamentos metodológicos oferecidos por Angelo Carrara e Rafael Laguardia. Cf. CARRARA, Angelo Alves; Laguardia, Rafael Martins de Oliveira . Potencialidades do georreferenciamento em História Agrária: um modelo para os registros de terras de meados do século XIX. *Saeculum* (UFPB), v. 29, p. 209-229, 2013

A partir do levantamento do nome de cada declarante de terra e das propriedades registradas, reproduzi procedimentos de pesquisa desenvolvidos e aplicados por Angelo Carrara e Rafael Laguardia, por eles denominado de Sistema de Espacialização de Propriedades por Vizinhança<sup>376</sup>, o qual lança mão de técnicas específicas da Teoria dos Grafos.<sup>377</sup> De tal modo, as propriedades tornam-se os objetos centrais da análise empreendida (apesar de o nome do proprietário figurar como sua principal representação), enquanto o conjunto formado por estas e seus confrontantes delimitaram as estruturas espaciais em foco.

Porém, destaca-se que as preocupações primárias de Carrara e Laguardia envolvem a análise da estrutura fundiária e seus limites territoriais. Por exemplo, Rafael Laguardia, em sua dissertação de mestrado, orientado pelo professor Angelo Carrara, em grande parte do desenvolvimento de suas propostas procedimentais para o georreferenciamento, demonstrou

<sup>376</sup> Ver CARRARA, Angelo Alves; Laguardia, Rafael Martins de Oliveira. Potencialidades do georreferenciamento em História Agrária...p.222-224

<sup>377</sup> Ramo da matemática que estuda a relação entre objetos de um determinado conjunto

preocupação na delimitação das áreas declaradas, valendo-se também do Sistema de Espacialização de Propriedades por Vizinhança.<sup>378</sup> Por consequência, o enfoque analítico incide nas declarações recíprocas, pois a partir delas conhecem-se os limites, qualitativamente refinados, pois mutuamente instituídos. Neste capítulo, esforço-me em apresentar resultados de procedimentos de pesquisa dedicados a conhecer os contornos do espaço social, abrindo a possibilidade de, eventualmente, mapear possíveis conflitos sem abrir mão de uma pesquisa qualitativa solidificada em extensa base de informações.

## **A Lei de Terras de 1850 e o Estado no Brasil Imperial**

A questão fundiária é um tema clássico nas ciências sociais brasileiras. Autores como Ruy Cirne Lima<sup>379</sup>, Paulo Garcia<sup>380</sup>, Messias Junqueira<sup>381</sup> e José da Costa Porto<sup>382</sup>, estão entre os primeiros pesquisadores a tratar especificamente sobre o tema desde os anos 1940, década na qual projetos de reforma agrária entraram em pauta no debate político nacional.<sup>383</sup> Enquanto isso, outros autores, preocupados com a tênue relação entre Estado e sociedade no Brasil, não se furtaram a salientar o *agrарismo* que marcou a vida política desde os tempos coloniais, acusando a propagação de interesses particulares que impediam o pleno desenvolvimento do Estado no país.<sup>384</sup> Grosso modo, o legado principal destes autores foi apresentar a ordem privada, mesmo sob o jugo da Coroa, disseminando-se através de agentes colonizadores que se fixaram como senhores absolutos da terra, na qual constituíram riqueza e poder político que os patentearam enquanto elites coloniais, que tiveram (e ainda têm) papel diretivo na política nacional.

Oliveira Vianna, outro importante autor atento às práticas sociais, econômicas e políticas da aristocracia rural brasileira, alerta para o contexto muito peculiar que se engendrou com a chegada da Família Real no início do século XIX. Segundo o autor, a

---

<sup>378</sup> LAGUARDIA, Rafael Martins de Oliveira. *Sorte de terra, fazenda, sesmaria...* georreferenciamento como instrumento de análise do registro de terra. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

<sup>379</sup> LIMA, Ruy Cirne. *Pequena história territorial do Brasil – Sesmarias e terras devolutas*. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 1954

<sup>380</sup> GARCIA, Paulo. *Terras devolutas*. Belo Horizonte: Editora da Livraria Oscar Nicolai, 1958.

<sup>381</sup> JUNQUEIRA, Messias. *As terras devolutas na reforma agrária*. São Paulo: Gráfica da Revista dos Tribunais, 1964.

<sup>382</sup> PORTO, José da Costa. *Estudo sobre o sistema sesmarial*. Recife: Imprensa Universitária/UEPE, 1965.

<sup>383</sup> VILLAS BÔAS, Gláucia. *A vocação das ciências sociais no Brasil: um estudo da sua produção em livros no Acervo da Biblioteca Nacional, 1945-1966*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007.

<sup>384</sup> DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional* (Contribuição à sociologia política brasileira). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966; QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976; LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

transmigração da Corte para os trópicos foi um evento fundamental que esculpiu o Brasil como ele é hoje, pois, ao retirar da “obscuridade bucólica”<sup>385</sup> em que se encontravam os incontestáveis senhores coloniais, afiançou a participação da elite escravista colonial no processo de emancipação política e de formação do Estado Nacional.

Durante o período da construção do Estado Nacional, no século XIX, projetos centralistas de unidade e a busca por autonomia regional balizaram o debate político.<sup>386</sup> Neste momento, forjou-se um cenário que ora pendia para um lado, ora para outro, consequência das tramas ideológicas e disputas que envolviam, em relação de interdependência, desde atores em desconhecidos distritos de paz até aclamadas figuras que tinham papel central na vida política da Corte.<sup>387</sup>

Reflexo do mosaico que se constituiu e constantemente se redefinia através de distintas práticas discursivas<sup>388</sup>, o Estado brasileiro na década de 1830, durante o Período Regencial, é caracterizado por suas conturbadas querelas entre facções políticas locais e um jogo, quase incompreensível, de cooptação e exclusão que abrangia elites provinciais. De todo modo, pode-se dizer, teceram-se ali as alianças que constituíram a elite política do Império do Brasil.<sup>389</sup>

Ponto chave à compreensão desta enigmática política que construiu o Estado Imperial no Brasil é não perder de vista o longo processo de “desagregação colonial”.<sup>390</sup> Sérgio Buarque de Holanda, em célebre artigo sobre o Brasil Monárquico, afirma que a herança colonial teve um papel central e ditou as normas e as regras do jogo político nos anos iniciais pós-independência. Segundo o autor, ideologias conflitantes ao poder centralizado não precisaram ser importadas, pois tinham suas raízes bem firmadas nas origens das atividades colonizadoras, nas quais a dispersão do poder ditava o ritmo da dominação e exploração do território.

---

<sup>385</sup> VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil: história, organização, psicologia*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987. p.39

<sup>386</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. A regionalização do jogo político: elites e poder no Brasil do século XIX. *Novos Estudos*. nº 70. Novembro 2004.

<sup>387</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997

<sup>388</sup> JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos G. (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira*. Formação: histórias. São Paulo: Senac, 2000. p.127-175

<sup>389</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. 5ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2004

<sup>390</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial: sua desagregação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 2ª edição. São Paulo: Difel, 1965, Tomo II, vol. 1, p.9-39

Tributária desta forma de interpretar o Brasil e os interesses de suas elites, Maria Odila da Silva Dias, na década de 1970, alertava para a necessidade da historiografia brasileira se desvincular de vícios eurocêntricos, criticando interpretações que exacerbavam o peso das pressões internacionais e o convencionalismo de uma colônia em luta com a metrópole.<sup>391</sup> Para a autora, ao longo do século XIX, esteve em curso o que ela denominou de “interiorização da metrópole”, processo no qual se enraizaram interesses portugueses na construção do Estado, que se deu pela acomodação de interesses da elite rural, dos comerciantes enriquecidos com a recente abertura dos portos e dos detentores de cargos administrativos. Segundo Maria Odila Dias, este ambiente criou um complexo de interdependência entre estas três classes de atores históricos, aspecto essencial ao entendimento do “processo moderado de nossa emancipação política.”<sup>392</sup> Através da obra de Maria Odila Dias, fica evidente que a marca da Independência e construção do Estado Imperial foi a manutenção ampliada de interesses político-econômicos, o que conservou estruturas históricas sem ocasionar grandes transformações.

Por fim, leitura muito instrutiva sobre o processo de consolidação do Estado no Brasil é a obra *A revolução burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes.<sup>393</sup> Para o autor, naquelas décadas em que se consolidava o Estado no Brasil, foram de muita relevância as assimilações ideológicas que legitimavam o lugar das elites na condução da política e estrutura social. Não foge ao entendimento do autor, no entanto, que eram ajustes, diga-se, limitados de conceitos e práticas políticas que careceram de readaptações. Todavia, foi exatamente este caráter que permitiu a gestação de um liberalismo flexível, pautado na autonomia das elites e não da nação. Estas elites, arraigadas à produção para exportação, tornaram-se reféns do capital mercantil e, diante da expansão do Império britânico, antevendo a cessação do tráfico de escravos e falta de braços para lavrarem a terra, trataram de recolocar na pauta parlamentar, logo nos anos iniciais da década de 1840, projetos que tratavam da migração, colonização e questões fundiárias.<sup>394</sup>

Portanto, a Lei de Terras de 1850 surge incorporada no bojo de grandes transformações que se operavam na sociedade brasileira nos rumos da modernidade capitalista. Porém, isto não significa que os debates sobre a sua implementação e os seus

---

<sup>391</sup> DIAS, Maria Odila da Silva. *A interiorização da metrópole (1808-1853)*. MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, p.160-184, 1972.

<sup>392</sup> DIAS, Maria Odila da Silva. *A interiorização da metrópole...*p.173-174

<sup>393</sup> FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975

<sup>394</sup> SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 2008. Cf. especialmente o capítulo V, “O primeiro projeto de lei de terras”.



desígnios foram naturalmente incorporados pelos proprietários de terra. Afinal de contas, em matéria de título de propriedade, desde o tempo dos capitães donatários e a instituição das sesmarias na América portuguesa, grande imprecisão regia a estrutura fundiária colonial.<sup>395</sup> Em meio a estas vastas indefinições, “mandões locais”<sup>396</sup> assenhoreavam-se de toda a sociedade ao seu entorno e perenizaram-se na vida política, sendo justamente eles a compor a principal força dissolvente e centrífuga em constante luta contra o Estado centralizado no século XIX.

Tal fenômeno tem suas raízes na configuração operacional da ocupação do território americano desde o descobrimento. Dependente da iniciativa de particulares para o financiamento da expansão marítima, a manutenção da ordem colonial e a defesa dos limites territoriais do vasto Império Português, a Coroa jamais encarou o “privatismo” como um obstáculo a suas obras.<sup>397</sup> Fato é: no Brasil durante a transição da Colônia para o Império, este fenômeno tornou-se um empecilho ao desenvolvimento de valores morais e materiais públicos, dificultando a institucionalização do Estado Nacional.<sup>398</sup>

De toda forma, o que cabe destacar aos interesses deste capítulo é que o moderado processo da emancipação política que transformou a colônia em metrópole interiorizada consumou-se ao longo da década de 1840 com a consolidação nacional.<sup>399</sup> Uma coalizção partidária que visava minar as ameaças à ordem interna (visionada durante o Período Regencial) arregimentou-se em torno de um projeto de Estado que fosse capaz de manter a mesma elite agrária na condução da ordem econômica e social.<sup>400</sup> Por fim, como já se demonstrou, nesta mesma década começou a tramitar na Câmara dos Deputados “o primeiro projeto de lei de terras”.<sup>401</sup> Portanto, parece acertada a tese principal da obra de Lígia Osório Silva, autora que postula a “questão da terra” como matéria prima à formação da sociedade nacional brasileira. Trazendo ao centro da análise a Lei de Terras de 1850, pois foi o divisor de águas no processo de transição das antigas formas de apropriação colonial para a moderna propriedade territorial, demonstra os mecanismos que a elite agrária brasileira lançou mão para manter a ordem econômica e social, deixando intactas as desigualdades e seus privilégios de senhores da terra.

---

<sup>395</sup> SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio...* Cf. especialmente o capítulo II “O sesmarialismo”

<sup>396</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Mandonismo local na vida política brasileira*

<sup>397</sup> BOXER, Charles. *O império marítimo português (1415-1825)*. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002

<sup>398</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto...*

<sup>399</sup> DIAS, Maria Odila da Silva. *A interiorização da metrópole (1808-1853)...*

<sup>400</sup> PRADO Jr., Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1969

<sup>401</sup> SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio...*

São inegáveis as inter-relações entre a Lei de Terras e a Lei Eusébio de Queiroz, duas leis complementares que balizaram os limites da nova ordem capitalista mundial em território brasileiro.<sup>402</sup> Por outro lado, não excludente destas interpretações já consagradas, seguindo leitura de Lígia Osório Silva, é importantíssimo não deixar de lado dimensões da Lei de Terras que previam a demarcação de terras devolutas e a normalização do acesso à terra dali em diante.<sup>403</sup> Apesar de ter sido uma “lei para inglês ver” e ter sofrido o “veto dos barões”<sup>404</sup>, postula-se que o ponto central para a compreensão das prerrogativas da Lei é enxergá-la como o ápice de um processo social em curso desde a revogação das sesmarias – o qual arregimentou parcelas dos proprietários de terras em torno de uma mesma ideologia excludente de manutenção da ordem interna e do contínuo controle sobre a mão-de-obra – e como ponto de partida que perenizou o domínio e a influência desta classe sobre toda a sociedade brasileira. Neste sentido, esmiuçar a estrutura fundiária e as relações constituídas por proprietários de terras, objetivos primários deste capítulo, é essencial à apreciação de como diferentes contextos regionais assimilaram a Lei de Terras e as tramas que envolviam as múltiplas elites locais sustentando toda a política imperial.<sup>405</sup>

Na passagem do século XVIII ao século XIX, instaurou-se no Império português um período de grandes indefinições jurídicas sobre a posse da terra. Em meio às contestações das estruturas que haviam sedimentado o Antigo Regime e, ainda, ocupado por forças francesas, Portugal viveu anos dramáticos em sua história. Nestas décadas, juristas portugueses puseram-se a reavaliar os significados das sesmarias, sistema criado no século XIV com o intuito de alavancar o cultivo de alimentos no Reino. Não obstante assistir a transferência da Família Real ao Brasil, instaurou-se a degradação do regime senhorial e conseqüentemente acirraram-se os problemas fundiários.<sup>406</sup>

Tão logo se deu a chegada da Corte ao Brasil no ano de 1808, a Coroa tratou de criar o Tribunal da Mesa e Desembargo do Paço, ao qual se atribuiu a competência de deliberar sobre o que antes era da alçada do Conselho Ultramarino, logo, a confirmação de cartas de

---

<sup>402</sup> COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia a República: momentos decisivos*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985; MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2013; SMITH, Roberto. *Propriedade da terra e transição: estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense; CNPq, 1990

<sup>403</sup> SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio...*

<sup>404</sup> CARVALHO, Jose Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras : a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

<sup>405</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil...*

<sup>406</sup> MONTEIRO, Nuno. *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2003. Sobre o regime de sesmaria no Portugal medieval ver RAU, Virgínia. *Sesmarias medievais portuguesas*. Lisboa: Editorial Presença, 1982

sesmarias. Efeito imediato desta decisão foi a introdução em terras brasileiras dos debates sobre a estrutura fundiária e uma série de decretos que regulavam a concessão de terras afinados às realidades regionais brasileiras.<sup>407</sup>

No ano de 1821, José Bonifácio de Andrada e Silva, vice-presidente da Junta de Governo de São Paulo, escreveu aos deputados eleitos por aquela província para representá-la nas Cortes de Lisboa uma série de instruções que, dentre outros assuntos, versavam sobre a legislação agrária e as terras devolutas, propondo efetivamente um projeto de intervenções a ser operacionalizado pelo Estado.<sup>408</sup>

Crítico profundo da estrutura fundiária vigente, o político chegou a afirmar que no Brasil o sistema de sesmarias, ao invés de contribuir com o desenvolvimento agrícola do campo, fora distorcido e, efetivamente, significou um entrave aos objetivos da Coroa. Segundo Bonifácio, o diagnóstico perpassava pelas vastas extensões concedidas, as quais permaneciam com seus limites desconhecidos, mesmo após muitos anos de adquirido o título de sesmaria. Assim, muitos eram obrigados a tornarem-se sitiados “embrenhados no mato”. Para Lúcia Osório Silva, “como os sesmeiros não demarcavam suas terras, as autoridades coloniais continuaram a conceder sesmarias em terras ocupadas”<sup>409</sup>, o que ocasionou embaraços para as autoridades, pois muitas vezes seus próprios títulos não tinham autoridade alguma. A fim de contornar estas situações, cada vez mais passaram a reconhecer a realidade inevitável da vastidão de moradores e posseiros.

Como alternativa viável à regulação da conturbada estrutura fundiária, passou-se a estimular a legalização destas posses, levando à cabo a Lei da Boa Razão de 1769, a qual, conforme Ruy Cirne Lima, previa a posse como um direito consuetudinário, desde que se lavrasse a terra.<sup>410</sup> Em contrapartida, no século XIX, a legalização das posses impôs obrigações, previstas por diversas portarias e decretos, que não eram cumpridos. Desta forma, efetivamente, o que se depreende deste período é a ocupação da terra livre de entraves burocráticos. Produto final desta miscelânea de práticas e regimentos foi a revogação das

---

<sup>407</sup> Sobre este tema, ver MOTTA, Márcia Maria M. *Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito, 1795-1824*. São Paulo: Alameda, 2009. Cf. especialmente a Parte IV do livro “Sesmarias e a trajetória da Independência no Brasil”

<sup>408</sup> Sobre as propostas de José Bonifácio ver SILVA, Lúcia Osório. *Terras devolutas e latifúndio...* Cf. especificamente o Capítulo III “O fim das sesmarias”

<sup>409</sup> SILVA, Lúcia Osório. *Terras devolutas e latifúndio...*p.74

<sup>410</sup> LIMA, Ruy Cirne. *Pequena história territorial do Brasil...*

sesmarias no ano de 1822, meses antes da Independência, na esteira de projetos que já previam a necessidade de se construir uma nação.<sup>411</sup>

Declaradamente, a leitura de Lígia Osório Silva aporta-se nos trabalhos de Caio Prado Júnior, especificamente nos livros *Formação do Brasil Contemporâneo*<sup>412</sup> e *Evolução Política do Brasil*,<sup>413</sup> obras nas quais foi desenvolvida a ideia da Colônia em luta contra a Metrópole como chave explicativa da Independência. Seguindo esta linha interpretativa, Lígia Osório Silva aponta que as diretivas da Coroa Portuguesa para regulamentar o acesso à terra eram conflitantes aos interesses da classe senhorial que se formou desde os tempos coloniais que, assim, pressionaram em prol da execução de medidas que consumassem o latifúndio colonial, sem que se avançasse em discussões sobre a efetivação dos títulos de propriedade. Concomitantemente a esta leitura, este capítulo aponta que não se pode deixar de considerar os escritos de Maria Odila Dias sobre a Independência<sup>414</sup>, mesmo quando se tem por linha mestra a questão fundiária e a formação da sociedade nacional, tema que não foi objeto específico de pesquisa da autora.

Se se assume que o moderado processo de emancipação política e formação da sociedade nacional deu-se num singular contexto de interdependência da elite rural, dos comerciantes e dos burocratas da Corte, no qual, pela simples omissão de alguns e ativa participação de outros, se rechaçou as ameaças à escravidão enquanto norma, não se julga exagerado pressupor que a interiorização da metrópole e o enraizamento de interesses portugueses foram sustentados também pela manutenção da estrutura fundiária e da prevalência das posses sobre os títulos de sesmarias. Ampara tal proposição o averiguado engavetamento das recomendações de José Bonifácio e outras que foram redigidas, como a de Domingos Borges de Barros, que previa redistribuição de terras ociosas, à época da Assembleia Constituinte em 1823.<sup>415</sup> Tema indiscutível, assunto encerrado, abriu o caminho para a “fase áurea do posseiro”<sup>416</sup>, momento decisivo para a formação do latifúndio brasileiro, muito mais efetivo do que o sesmarialismo.<sup>417</sup> Por fim, como bem notou Emília Viotti da

---

<sup>411</sup> SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio...*

<sup>412</sup> PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

<sup>413</sup> PRADO Jr., Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*

<sup>414</sup> DIAS, Maria Odila da Silva. A interiorização da metrópole...

<sup>415</sup> Sobre estas propostas e a total omissão da Assembleia Constituinte nas questões fundiárias, Ver MOTTA, Márcia Maria M. *Direito à terra no Brasil...* Cf. especialmente a Parte IV do livro “Sesmarias e a trajetória da Independência no Brasil”

<sup>416</sup> GARCIA, Paulo. *Terras devolutas...*p.30

<sup>417</sup> SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio...*Ver especialmente o Capítulo IV “O predomínio da posse”

Costa<sup>418</sup>, até a primeira metade do século XIX, muitas eram as regiões do país ainda por se conquistar e o extensivo apossamento de terras marcou aquele século.

Minas Gerais constituiu um caso particular deste movimento de ocupação e conquista marcado por fronteiras onde não predominaram o complexo escravista da *plantation* e onde se assimilou um proto-campesinato de elevada mobilidade geográfica.<sup>419</sup> Apesar do recorte espacial deste capítulo, o caso da porção leste da capitania de Minas Gerais merece ser abordado como um caso ilustrativo das questões fundiárias e territoriais no Brasil do século XIX.

Desde o descobrimento do ouro nas minas e a rápida expansão de núcleos auríferos na região mineradora, o leste de Minas Gerais foi uma área de refúgio para muitas tribos indígenas.<sup>420</sup> Caracterizado pela mata densa e fechada, constituiu-se numa região pouco povoada e, convencionalmente, área proibida, visando conter os fluxos contrabandistas e a não taxaço pelo fisco do ouro extraído.<sup>421</sup> Entretanto, ao longo das primeiras décadas do século XIX, no contexto de reordenamento econômico após a crise da produção aurífera, primeiro a Coroa portuguesa e depois o recente Império do Brasil esforçaram-se por assegurar a conquista e o povoamento da região através de políticas que almejavam integrar o leste da província às redes mercantis que se fortaleciam no Centro-Sul do Brasil.<sup>422</sup>

Nestas décadas, um novo projeto de colonização previa obras de infra-estrutura, como abertura de novas estradas, a fim de incentivar o comércio e a produção que atendessem às demandas da Corte instalada no Rio de Janeiro. Nesta conjuntura criou-se, sob os auspícios do Governador da capitania de Minas Gerais, a Junta de Conquista e Civilização dos Índios, Colonização e Navegação do Rio Doce, a qual instituiu divisões militares estrategicamente

---

<sup>418</sup> COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia a República...*

<sup>419</sup> GUIMARÃES, Carlos Magno, REIS, Liana Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750). *Revista do Departamento de História da UFMG*, Belo Horizonte, nº 2, p.7-36, Junho de 1986; CARRARA, Angelo Alves. *Minas e Currais: Produção rural e mercado interno de Minas Gerais – 1674-1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

<sup>420</sup> LANGFUR, Hal. *The forbidden lands: colonial identity, frontier violence, and persistence of Brazil's eastern Indians, 1750-1830*. Stanford, California: Stanford University Press, 2006

<sup>421</sup> MERCADANTE, Paulo. *Os Sertões do Leste*. Estudo de uma região: a Mata Mineira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

<sup>422</sup> Por exemplo, no mesmo ano da chegada da Corte, foi publicado um decreto no dia 13 de Maio que declarava guerra ao gentio. Sobre este tema Ver CAMBRAIA, Ricardo de Bastos, MENDES, Fábio Faria. A colonização dos sertões do leste mineiro: políticas de ocupação territorial num regime escravista (1780-1808). *Revista do Departamento de História da UFMG*, Belo Horizonte, nº 6, p.137-150, Julho de 1988; ESPINDOLA, H. S. *O Sertão do Rio Doce*. Navegação Fluvial e incorporação do território de Floresta tropical por Minas Gerais. 1800-1845. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000 Acerca da integração mercantil e regional e o reordenamento da política colonial, Ver LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da corte e a formação política do Brasil*. São Paulo: Símbolo, 1979

localizadas no território. Os comandantes destas divisões, para além da guerra contra os índios, foram dotados de poderes que os colocavam em lugar privilegiado perante a colonização daqueles sertões. Uma nova política de terras foi implementada para a região, a qual previa que os ditos comandantes deviam proceder à distribuição de terras devolutas – em sua maioria, áreas abandonadas por índios vítimas das incursões militares – e conceder cartas de sesmarias.<sup>423</sup>

A operação colonial desenvolveu-se de tal maneira naquelas paragens que mesmo após a revogação das sesmarias em 1822, as concessões continuaram a ocorrer nos sertões do leste. Todavia, cabe notar, como bem alertaram Ricardo Cambraia e Fábio Mendes, havia uma clara relação entre terra e trabalho nas concessões de sesmarias na região, facilitada pela Carta Régia de 1808 que declarou legítima a guerra ao gentio e também, permitia a sua escravização, desde que se pusessem a trabalhar naquelas terras ocupadas. Consequentemente, o avançar da fronteira em região com grande disponibilidade de terras, tendo em disponibilidade o braço cativo indígena, ocasionou o impulso da mercantilização daquelas terras, o que conduziu a “um processo de concessão de sesmarias inflacionado”<sup>424</sup> e disputas por terras entre sesmeiros e possuidores de terras, com título ou não daquela posse. Tais disputas fugiram ao controle da Junta de Conquista e no ano de 1836 foram extintas as concessões de sesmarias em definitivo.

A região do vale do Rio Piranga não experimentou o mesmo tipo de povoamento que a região dos vales do Rio Doce durante o século XIX, nem esteve submersa no grande *boom* cafeeiro do vale do Rio Paraíba neste mesmo período. Apesar disso, é uma região que pela proximidade geográfica, sofreu as influências destes ciclos migratórios e econômicos que ao longo do século XIX acabaram por definir os contornos e as dinâmicas da economia e sociedade mineira. Certamente a grande disponibilidade de terras numa região próxima deixou suas marcas na estrutura fundiária do vale do Rio Piranga, pois, eventualmente, pequenos proprietários podem ter se lançado como agentes do sertão, tornando-se posseiros na fronteira leste e ainda, na outra extremidade, grandes proprietários, diversificando suas produções, podem ter se empenhado em investir o que tivessem acumulado na aquisição de terras no vale do Paraíba inserindo-se no comércio de exportação.

Apesar de ser uma região conquistada e povoada desde os primórdios dos descobrimentos auríferos, no meio termo entre as minas e os currais, poder-se-ia supor ser

---

<sup>423</sup> CAMBRAIA, Ricardo de Bastos, MENDES, Fábio Faria. A colonização dos sertões do leste mineiro...

<sup>424</sup> CAMBRAIA, Ricardo de Bastos, MENDES, Fábio Faria. A colonização dos sertões do leste mineiro...p.149

uma região estacionada, imóvel, com sua estrutura fundiária e dinâmica rural tendente à estagnação. Todavia, tais prerrogativas sobre as estruturas fundiárias próximas terem influenciado as localidades em estudo por este capítulo confirmam-se pelos trabalhos de Gusthavo Lemos<sup>425</sup> e Eliane Batista<sup>426</sup>, pesquisadores que se debruçaram sobre o Registro Paroquial de Terras da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Piranga<sup>427</sup> e demonstraram uma dinâmica rural regida por relações que extrapolavam a lógica de mercado, por diversas vezes *familísticamente* ordenado, mas, ainda assim, com uma contingente dinamicidade fundiária, a qual se supõe ser reflexo das dinâmicas migratórias e ocupacionais da fronteira próxima.

### **O Registro Paroquial de Terras do Termo da Vila de Piranga**

O objetivo principal deste capítulo é aprofundar a “questão da terra” e lançar luz sobre dados históricos da tenebrosa estrutura fundiária brasileira. Especificamente, a partir destes dados, pretende-se testar a hipótese de que, no contexto de indefinições e incertezas jurídicas sobre a legislação fundiária, declarar uma propriedade não dizia respeito somente à sua institucionalização, mas a localizar-se no espaço e, por conseguinte, socialmente. Portanto, assume-se o Registro Paroquial de Terras como um documento no qual está refletida a estrutura social da paróquia, portanto, é resultado do processo de produção social do espaço em que se reproduzia.

Deste modo, além dos elementos fundiários tradicionalmente trabalhados por quem utilizou o Registro de Terras, como a extensão das propriedades, as variadas formas de acesso e as categorias dos proprietários<sup>428</sup>, este capítulo versa sobre as estruturas sociais que se deixam entrever pelo Registro Paroquial de Terras a partir dos vizinhos confrontantes declarados. Finalmente, insere-se numa tendência interpretativa que vem oferecer novos

---

<sup>425</sup> LEMOS, Gusthavo. *Minas da Terra: família, produção da riqueza e dinâmica do espaço em zona de fronteira agrícola*. Minas Gerais, 1800-1856. São Paulo: Annablume, 2014

<sup>426</sup> BATISTA, Eliane Aparecida Duarte. *Mulheres da Terra: as proprietárias na vila de Piranga*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-graduação em História. 2016

<sup>427</sup> Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Piranga. TP-1-159, TP Rolo-13-Flash 01; TP-1-160, TP Rolo 13-Flash 01.

<sup>428</sup> CASTRO, Hebe M. M. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987; SARAIVA, L. F. *Estrutura de terras e transição do trabalho em um grande centro cafeeiro, Juiz de Fora – 1870-1900*. In: *X Seminário sobre a economia mineira*. CD-ROM. Belo Horizonte: Cedepiar/UFMG, 2002; AGUIAR, M. A. A. *Terras de Goiás: estrutura fundiária 1850-1920*. Goiânia: Editora da UFG, 2003; NEVES, Erivaldo Fagundes. *Posseiros, rendeiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História. 2003

olhares sobre esta rica documentação, a partir das novas possibilidades metodológicas dadas pelo georreferenciamento e pela História do Espaço.<sup>429</sup>

A região do vale do Rio Piranga vem sendo estudada já há alguns anos por diversos jovens pesquisadores que encontraram ali um solo profícuo para a reflexão de diversas temáticas caras à historiografia brasileira como o mundo rural<sup>430</sup>, Inquisição e distinção social<sup>431</sup>, elites e famílias<sup>432</sup>, compadrio<sup>433</sup>, família escrava<sup>434</sup>, crédito e mercado interno<sup>435</sup>, gênero e história das mulheres<sup>436</sup>, escravidão e alforrias<sup>437</sup>, mulheres e o universo rural<sup>438</sup>, a violência e relações étnico-raciais<sup>439</sup> e mulheres solteiras e dinâmicas familiares.<sup>440</sup> Dentre todos estes trabalhos, apenas dois deles, de autoria de Gusthavo Lemos e Eliane Batista,

---

<sup>429</sup> Sobre o Registro de Terras e as potencialidades do georreferenciamento, Ver CARRARA, Angelo Alves; Laguardia, Rafael Martins de Oliveira. Potencialidades do georreferenciamento em História Agrária: um modelo para os registros de terras de meados do século XIX. *Saeculum* (UFPB), v. 29, p. 209-229, 2013. Sobre a História do Espaço, sugere-se a leitura do texto “*What is Spatial History?*”, autoria do professor Richard White, um dos coordenadores do Spatial History Project da Universidade de Stanford. Ver WHITE, Richard. *What is Spatial History?* Stanford University Spatial History Lab. Disponível em: <https://web.stanford.edu/group/spatialhistory/media/images/publication/what%20is%20spatial%20history%20pub%20020110.pdf>, acessado 05/05/2016

<sup>430</sup> LEMOS, Gusthavo. *Aguardenteiros do Piranga: família, produção da riqueza e dinâmica do espaço em zona de fronteira agrícola, Minas Gerais, 1800-1856*. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais. 2012. [Editada em livro no ano de 2014. LEMOS, Gusthavo. *Minas da Terra...*]

<sup>431</sup> LOPES, Luiz Fernando R. *Vigilância, Distinção & Honra: os Familiares do Santo Ofício na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga – Minas Gerais (1753-1801)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora. Programa de Pós-graduação em História. 2012

<sup>432</sup> ALVES, Débora Cristina. *Alianças familiares: estratégias de uma elite de Antigo Regime (Guarapiranga – 1715 a 1790)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora. Programa de Pós-graduação em História. 2013

<sup>433</sup> ANDRADE, M. R. *Compadrio e família em zona de fronteira agrícola: as redes sociais da elite escravista, freguesia de Guarapiranga (c1760-c1850)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2014.

<sup>434</sup> SILVA, Guilherme Augusto do Nascimento e. *Os laços da escravidão: população, reprodução natural e família escrava em uma vila mineira. Piranga, 1850-1888*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São João Del-Rei. Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Jurídicas. Programa de Pós-graduação em História. 2014.

<sup>435</sup> COSTA, R. P. A. “*Devo e Não Nego; Pago Quando Puder*”: Demografia, Economia e o Sistema Creditício na Freguesia de Guarapiranga (1831-1865). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2015.

<sup>436</sup> COSTA, Lucilene Macedo da. *Relações sociais e trajetórias femininas em Guarapiranga, Minas Gerais – século XIX*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-graduação em História. 2015

<sup>437</sup> LEAL, Tiago Pereira. *Da promessa à confirmação: alforrias, legados e heranças aos escravos e libertos da região de Guarapiranga, Minas Gerais (c: 1820 – 1871)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-graduação em História. 2015

<sup>438</sup> BATISTA, Eliane Aparecida Duarte. *Mulheres da Terra...*

<sup>439</sup> COSTA, Wesley Souza. *Quando a mão pesa: crime, escravidão e a concepção de violência contra escravo na Comarca de Guarapiranga (1830-1880)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São João Del-Rei, 2016.

<sup>440</sup> VALENTE, Priscilla F. *Viúvas e Solteironas chefes de domicílios na freguesia de Guarapiranga, 1800-1870*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Programa de pós-graduação em História, 2016.



valeram-se do Registro Paroquial de Terras. Todavia, ainda assim, por questões de amostragem e problemas históricos específicos às suas abordagens, lançaram mão apenas dos registros da paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Piranga.<sup>441</sup> Além dos 377 registros contidos na série documental desta paróquia, neste capítulo ampliou-se o espaço em estudo e foram incorporados os dados dos 233 proprietários da Paróquia de Sant’Ana da Barra do Bacalhau<sup>442</sup> e dos 928 registros da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade da Espera<sup>443</sup>, totalizando 1538 registros de terra pesquisados.

Tabela 21 – Paróquias, freguesias e distritos no Registro Paroquial de Terras do Vale do Rio Piranga, Minas Gerais, 1854-1856

Paróquias	Freguesias	Distritos	Propriedades	Área (hectares)	Média
Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Piranga	Piranga	Bacalhau	27	4.045,24	149,82
		Calambau	86	22.317,24	259,50
		Manja Léguas	16	2.173,16	135,82
		Mestre de Campos	20	2.205,83	110,29
		Oliveira	42	12.966,36	308,72
		Vila	186	76.255,29	409,97
Paróquia de Sant’Ana da Barra do Bacalhau	Barra do Bacalhau	Barra do Bacalhau	153	61.036,51	398,93
		Tapera	80	51.768,64	647,11
Paróquia de Nossa Senhora da Piedade da Espera	Dores do Turvo	Brás Pires	34	21.141,12	621,80
		Conceição do Turvo	89	16.090,58	180,79
		Dores do Turvo	171	45.180,92	264,22
	Espera	Espera	193	44.274,24	229,40
		São Caetano do Chopotó	112	15.567,86	139,00
	São José do Chopotó	Remédios	189	33.488,93	177,19
		São José do Chopotó	140	36.660,82	261,86
<b>Total</b>			<b>1538</b>	<b>445.172,74</b>	<b>289,45</b>

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras.

Este registros pesquisados perfazem um total de 15 distritos subdivididos em 5 freguesias. Como se pode perceber pela Tabela 21, há grande discrepância entre as

<sup>441</sup> Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Piranga. TP-1-159, TP Rolo-13-Flash 01; TP-1-160, TP Rolo 13-Flash 01.

<sup>442</sup> Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras da Paróquia de Sant’Ana da Barra do Bacalhau. TP-1-15, TP Rolo-02-Flash 01

<sup>443</sup> Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade da Espera. TP-1-72, TP Rolo-06-Flash 01.

representatividades de cada um destes distritos, seja pelo número de declarantes ou pelo somatório das extensões de cada um dos proprietários que citaram esta informação ao pároco responsável pela feitura do documento. Por exemplo, enquanto no distrito de Manja Léguas somente 16 foram os proprietários declarantes de terras, no distrito da Espera este número foi de 193 proprietários. Já no quesito área, no distrito de Mestre de Campos, onde 20 declarantes tinham em média 110,29 hectares de área em suas propriedades, em Brás Pires, um distrito com poucos proprietários de terras, esta média foi de 621,80 hectares.<sup>444</sup> Tais diferenças, além de indicarem distintas temporalidades de ocupação, sugerem que análises de casos específicos podem elucidar as distintas experiências e as dinâmicas rurais que cada um destes distritos e proprietários vivenciou no contexto social e econômico do século XIX.<sup>445</sup>

Por fim, a despeito do interesse nas estruturas sócio-relacionais em torno da posse da terra, este capítulo não se furtou à compreensão dos padrões da estrutura fundiária, principalmente os parâmetros da concentração de terras e as distinções averiguadas entre distritos e freguesias, os quais dão importantes indicações à compreensão do processo social mais amplo. Assim, como se vê pela Tabela 21, a extensão das terras declaradas foi uma informação privilegiada na pesquisa desenvolvida e, felizmente, constatou-se que dos 1538 registros, em apenas 83 esta informação não está contida. Desta forma, um primeiro exercício exploratório das fontes atentou-se a este quesito da estrutura fundiária da região em foco.

### **Extensão das posses e concentração fundiária**

Como era de se esperar, constatou-se alta concentração fundiária na região do Vale do Rio Piranga. Como se pode averiguar pela Tabela 22, somente 10 propriedades perfaziam o total de 21,14% de toda a área declarada nos Registros Paroquiais de Terras. Cabe destacar, destas maiores propriedades, que 5 delas estavam sob o poder de 3 importantes famílias daquelas localidades e, ainda, verificou-se que, ao todo, estas três famílias eram proprietárias de nada menos que 10,76% de toda a área registrada nas respectivas paróquias entre os anos de 1854 e 1856. Por fim, estes dados ainda informam que a vasta maioria das propriedades era

---

<sup>444</sup> Nos originais pesquisados, a informação sobre a extensão das propriedades foi declarada em alqueires. Em vista de padronização e utilização de medida mais conhecida, transformou-se estas extensões em hectares. Para o cálculo, assumiu-se um alqueire sendo 4,84 hectares, seguindo as indicações sobre pesos e medidas contidas em NEVES, Erivaldo Fagundes. *Posseiros, rendeiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História. 2003, e CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e Currais: Produção rural e mercado interno de Minas Gerais – 1674-1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

<sup>445</sup> Eliane Batista dissecou as características sociais e demográficas das proprietárias de terra e dos distritos que se circunscreviam na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Piranga, destacando contextos microrregionais distintos e as formas de acesso à terra e redes de sociabilidades firmadas por mulheres donas de pedaços de terras. Ver BATISTA, Eliane Aparecida Duarte. *Mulheres da Terra...*

de pequeno porte, donde se vê que 83,03% das propriedades correspondiam a 29,81% do total de hectares (Tabela 22).

Por sua vez, grandes diferenças de concentração marcaram as distinções entre um distrito e outro. Enquanto no distrito da Espera, aquele com o maior número de propriedades registradas, o tamanho médio destas foi de 229,40 hectares (Tabela 21) – número maior do que em vários outros distritos com menos propriedades declaradas –, quando calculado o Índice de Gini<sup>446</sup>, este distrito demonstrou a menor taxa de concentração, apesar de três proprietários possuírem 40,64% de todas as terras declaradas e uma das dez propriedades com mais 8.001 hectares (Tabela 22) estarem dentre elas.

Tabela 22 – Número de propriedades por faixa de área ocupada, Vale do Rio Piranga, Minas Gerais, 1854-1856

Faixas	Propriedades		Área (hectares)		
	nº	%	nº	%	% acumulada
<b>Não Consta</b>	83	5,40	-	0,00	0,00
<b>0,1 - 25</b>	326	21,20	4.251,55	0,96	0,96
<b>26 - 50</b>	219	14,24	8.574,06	1,93	2,89
<b>51 - 100</b>	288	18,73	22.131,63	4,97	7,86
<b>101 - 200</b>	228	14,82	34.320,44	7,71	15,57
<b>201 - 400</b>	216	14,04	63.447,56	14,25	29,82
<b>401 - 800</b>	93	6,05	52.809,24	11,86	41,68
<b>801 - 2.000</b>	41	2,67	47.026,86	10,56	52,24
<b>2.001 - 4.000</b>	17	1,11	43.221,20	9,71	61,95
<b>4.001 - 8.000</b>	17	1,11	75.286,20	16,91	78,86
<b>8.001 ou mais</b>	10	0,65	94.104,00	21,14	100,00
<b>SOMA</b>	<b>1538</b>	<b>100,00</b>	<b>445.172,74</b>	<b>100,00</b>	

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras.

Tais dados demonstram o que já mencionei sobre as temporalidades de ocupação que indicam experiências distintas com o espaço e carecem de atenção especial para a compreensão do plano mais amplo das relações firmadas em torno da posse da terra. Desta maneira, indica-se que a capela do arraial da Espera, filial da Matriz de Piranga desde 1760, quando havia sido erigida, poucos anos antes da realização do Registro Paroquial de Terras entre 1854 e 1856, em junho de 1850, fora elevada à condição de freguesia, desmembrando-se

<sup>446</sup> Coeficiente de Gini é um índice estatístico que mede a concentração e desigualdade de renda e riqueza. Expresso numa escala que varia de 0 a 1, na qual, quanto maior, mais concentrada e menos equitativa era a distribuição de hectares entre as propriedades.

da freguesia de São José do Chopotó, esta também recentemente desmembrada da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Piranga.<sup>447</sup>

Portanto, era recente a institucionalização de alguns espaços eclesiásticos e administrativos naquelas paragens, o que pode ter trazido consigo um sentimento de incertezas quanto a sua permanência num futuro próximo. Desta forma, sugere-se que o elevado número de declarações na Paróquia de Nossa Senhora da Piedade da Espera, principalmente nas freguesias da Espera e São José do Chopotó, seja reflexo de proprietários que almejavam fazer suas terras pertencerem a algum espaço eclesiástico sob a tutela de alguma instância administrativa e não à mercê de disputas que redefiniam territórios e fronteiras.

Tabela 23 – Número de propriedades por faixa de área ocupada, freguesias da Espera e São José do Chopotó, Vale do Rio Piranga, Minas Gerais, 1854-1856

Faixas	Propriedades		Área (hectares)	
	nº	%	nº	%
<b>Não Consta</b>	10	1,58	-	0,00
<b>0,1 - 25</b>	211	33,28	2.658,71	2,05
<b>26 - 50</b>	94	14,83	3.637,26	2,80
<b>51 - 100</b>	109	17,19	8.015,04	6,17
<b>101 - 200</b>	79	12,46	11.601,48	8,92
<b>201 - 400</b>	74	11,67	21.521,06	16,56
<b>401 - 800</b>	32	5,05	18.033,84	13,87
<b>801 - 2.000</b>	16	2,52	17.794,26	13,69
<b>2.001 - 4.000</b>	4	0,63	9.704,20	7,47
<b>4.001 - 8.000</b>	2	0,32	8.712,00	6,70
<b>8.001 ou mais</b>	3	0,47	28.314,00	21,78
<b>SOMA</b>	<b>634</b>	<b>100,00</b>	<b>129.991,85</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras.

Por fim, chamou a atenção o percentual elevado de pequenos proprietários declarando terras nestas freguesias (Espera e São José do Chopotó) em comparação com as informações recolhidas nos registros das outras três freguesias (Dores do Turvo, Barra do Bacalhau e Piranga). Por exemplo, enquanto na freguesia das Dores do Turvo, 8,16% das propriedades tinham área entre 0,1 e 25 hectares, em Espera este valor foi de 30,16% e em São José do Chopotó de 36,17%. Agregando os dados destas duas últimas freguesias, averiguou-se que

<sup>447</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Saterb, 1971. p.407, verbete “Rio Espera”

esta cifra foi 33,28% (Tabela 23), valor muito superior aos 18,04% encontrados para a freguesia da Piranga.

A partir destas constatações, está explícito que o Registro Paroquial de Terras é uma documentação que deve ser analisada à luz de informações que lhe são exteriores. É disseminado na historiografia brasileira que os dados recolhidos pelos párocos poderiam responder a importantes perguntas, mas, haja vista as lacunas documentais e limitações práticas impostas à legislação<sup>448</sup>, sua utilização seria inviabilizada por ser fruto de uma “lei pra inglês ver”.

Não questiono esta historiografia sobre a aplicabilidade da Lei de Terras, pois, é evidente na história do Brasil que ela não regulou aquilo que se propôs. Como consequência, os Registros Paroquiais de Terra foram subutilizados, senão, em alguns casos, praticamente esquecidos pela historiografia brasileira. Seguindo tradição historiográfica que retoma o mundo rural e seus conflitos<sup>449</sup>, pretendo demonstrar a centralidade desta documentação na reflexão sobre estruturas sociais e hierarquias no Brasil do século XIX. Desta forma, conforme demonstrado na introdução do capítulo, seguirei procedimentos analíticos para se problematizar as estruturas relacionais e a produção social do espaço a partir das redes de vizinhança.

### **Redes de vizinhança e estruturas relacionais**

Durante os anos iniciais do Império no Brasil, a estrutura fundiária, herdeira das sesmarias, permaneceu extremamente desigual, dando margem à existência de grandes propriedades movidas à mão-de-obra escrava, ao em torno das quais vivia uma população civilmente livre, porém, política e economicamente dependente. Neste período, entre a revogação da instituição das sesmarias e a aprovação da Lei de Terras (1850), verificou-se um limbo na regulação de posses legais, o qual, amparado pela antiga legislação, reconhecia a posse como fundamento efetivo da legalização sobre o uso daquela terra.<sup>450</sup> Deste modo, era prática difundida o contínuo movimento de fazer vingar posses, pois, ao produzir

---

<sup>448</sup> CARVALHO, Jose Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras : a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

<sup>449</sup> MOTTA, Márcia M. M. Classic works of Brazil's new rural history: Feudalism and the Latifundio in the interpretations of the left (1940/1964). *História Crítica*. nº51, Bogotá, septiembre-diciembre 2013, p.121-144

<sup>450</sup> COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia a República: momentos decisivos*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985

dependentes, potencializavam as possibilidades de criação e reprodução de redes de relações interpessoais que definiam o lugar social do indivíduo naquela sociedade.<sup>451</sup>

Como o apossamento de terras era o meio mais frequente de aquisição, eram incertas as fronteiras instituídas. Sendo assim, a Lei de Terras, ao ordenar a realização do registro, no qual deveria conter os limites da propriedade declarada, colocou cada proprietário num dilema micropolítico, uma vez que estabelecer os limites implicava em alguns riscos. O primeiro, de ocorrerem disputas por um território caso os confrontantes declarados não reconhecessem a veracidade daquele documento; o segundo risco era o de limitar potenciais expansões, vedando a possibilidade de invasão de terrenos limítrofes e a expulsão de um vizinho desafeto.

Assim, postula-se que no momento de realização do registro paroquial de terras, um minucioso cálculo social era feito pelos declarantes. Alegar a posse de suas terras, neste contexto de incertezas e indefinições jurídicas não dizia respeito somente à institucionalização e legalização de uma propriedade, mas, a localizar-se no espaço e, por conseguinte, socialmente. Desta forma, o meu interesse principal recaiu sobre os vizinhos declarados, a partir dos quais se constituiu as redes de vizinhança e ensaiaram-se interpretações sobre estruturas relacionais e fronteiras no espaço do Vale do Rio Piranga.

Imagine o volume de informações depositadas numa série documental com mais de 1500 registros, cada um deles com 10 variáveis em média.<sup>452</sup> Indubitavelmente são complexas e difíceis de serem analisadas, o que exigiu a adoção de certos procedimentos interpretativos que definissem uma base consistente de informações, as quais possibilitassem reflexões sobre as estruturas relacionais em torno da posse da terra.

Inicialmente, constatou-se que do total de 1538 propriedades declaradas, os proprietários eram 1376. Isto porque 136 indivíduos declararam posse sobre duas ou mais propriedades, enquanto 1240 indivíduos alegaram possuir somente uma propriedade. Se fosse verdade que todos os proprietários só mencionaram vizinhos que também foram declarantes de terras e que seus vizinhos tenham somente manifestado vizinhança com outros proprietários, conforme organograma exposto na Figura 2, teríamos uma rede de vizinhança com 1376 indivíduos. Entretanto, nem todos estes declarantes foram mencionados como

---

<sup>451</sup> SMITH, Roberto. *Propriedade da terra e transição: estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense; CNPq, 1990

<sup>452</sup> As principais informações contidas em quase todos os registros são: nome do declarante; data de declaração; tipo de propriedade (“pedaço de terras”, “terreno”, “sítio”, “chácara”, “fazenda”, etc.); nome da propriedade; local; distrito; freguesia; forma de acesso; área; vizinhos.

vizinhos confrontantes de outros proprietários e, ainda, nem todos os vizinhos que eles citaram em seus registros de terras eram proprietários declarantes. Assim, tem-se um universo com muito mais nomes de vizinhos do que de proprietários de terras.<sup>453</sup>

Como exemplo, apresento o caso do capitão Fortunato Pedro Vidigal de Barros, proprietário da Fazenda Cachoeirinha, no distrito de Calambau. Em sua declaração de terra, optou por não mencionar nenhum vizinho confrontante, apenas informou que a mesma era sita no lugar denominado “cachoeirinha” às margens do Rio Piranga e Xopotó, com 110 alqueires de terra. Na condição de vizinho, o sobredito capitão foi mencionado como confrontante apenas das terras de Vicente Soares Ferreira, detentor de 80 alqueires de terra às margens do Rio Piranga, também no distrito de Calambau. Além de Fortunato Pedro, neste registro também foram declarados vizinhos o declarante José Ferreira Alves Carneiro, proprietário da Fazenda Bananeiras, com 250 alqueires de terras, no distrito da Tapera; e ainda, Jesuino Gomes da Silva, um pequeno proprietário de uma “sorte de terras” com 10 alqueires de área, no local denominado “Bananeiras”.

Como já foi mencionado, Fortunato Pedro e José Ferreira Alves Carneiro não declararam nenhum vizinho, tendo o último apenas referido alguns toponônimos como os limites que divisavam com sua fazenda. Por fim, Jesuino mencionou como confrontantes o dito Vicente Soares Ferreira, demonstrando a reciprocidade e o reconhecimento mútuo dos limites existentes entre as duas propriedades. Porém, além de Vicente Soares Ferreira, Jesuino Gomes da Silva também mencionou em seu registro de terras que sua propriedade divisava com as terras de um tal Francisco Soares Ferreira, muito provavelmente, em vista de seus sobrenomes, um parente de Vicente, mas, no universo das fontes pesquisadas, um desconhecido. No esforço em reconstruir as tramas e as sociabilidade em torno da posse da terra, uma ponta (quase) solta neste mar de nomes de vizinhos e proprietários declarantes.

Faço questão de ressaltar *uma ponta quase solta*, pois há vários elementos nas declarações de terras que permitem extrapolar as informações ali dispostas. Por exemplo, já foi sugerida a possibilidade de Francisco ser um parente de Vicente, mas, além disso, o que merece maior destaque é o fato de Jesuino – um pequeno proprietário esquecido no momento das declarações de terras realizadas pelo capitão Fortunato e por José Ferreira Alves Carneiro, grandes proprietários das redondezas –, muito provavelmente analfabeto, ter tido seu registro de terras assinado pelo irmão do capitão Fortunato, o coronel Joaquim Pedro Vidigal de Barros. O que não deixa dúvidas tratar-se de um indivíduo conhecido naquelas paragens das

---

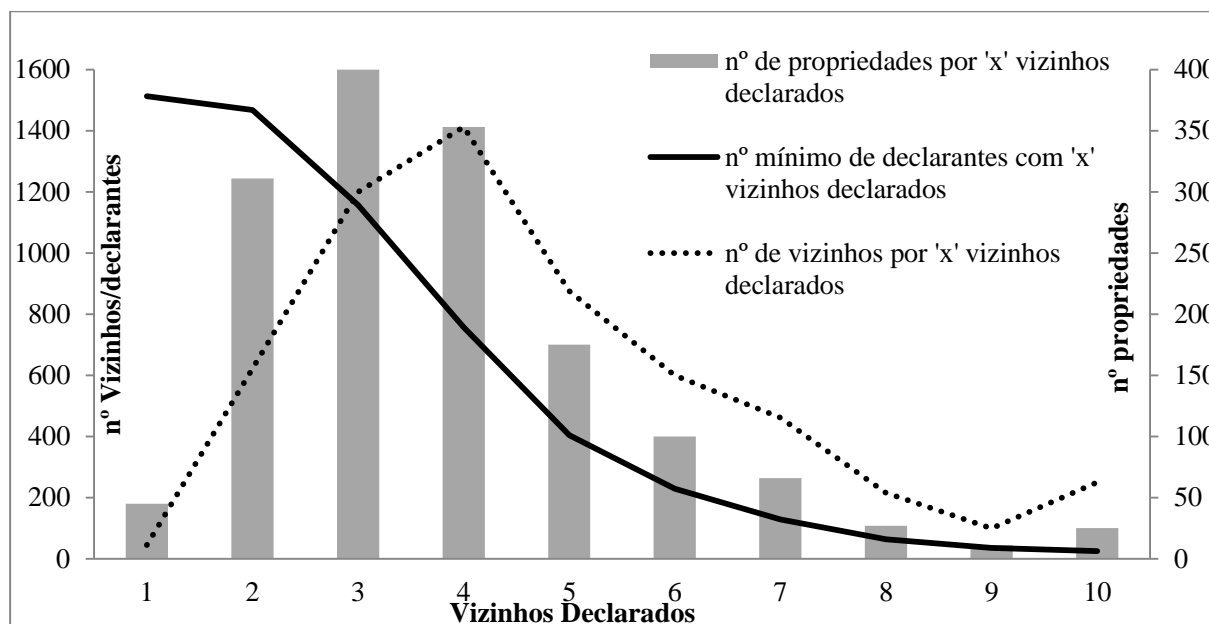
<sup>453</sup> Ao todo, 1376 eram os declarantes de terra e 1477 foi o número de vizinhos confrontantes não identificados.

fazendas Cachoeirinha e Bananeiras, porventura, até mesmo um vizinho confrontante, todavia, no cálculo social feito por Fortunato e José Ferreira no momento da realização do registro de terras, tal informação foi omitida.

Os motivos podem ser muitos e os mais variados possíveis. Não caberia aqui elencar todos e foge ao objetivo de compreender as perspectivas e as sociabilidades cotidianas que foram postas à mesa no momento em que os indivíduos iam declarar suas porções de terras. Em outras palavras, não efetua o propósito de captar a estrutura social por trás do ato de nomear determinado vizinhos e omitir outro confrontante.

Deste modo, busquei sólidas relações firmadas entre proprietários e vizinhos que também eram declarantes de terras. Assim, dentre todos os 1376 declarantes, elencou-se os 3 primeiros vizinhos mencionados em cada uma das propriedades declaradas. Este número não poderia ser qualquer outro escolhido ao gosto do historiador, pois constatei que 22,63% de todos os vizinhos declarados eram mencionados em propriedades que declararam até três vizinhos, sejam estes indivíduos declarantes ou não de terras. Soma-se a este índice o fato de que 76,47% das propriedades que declararam vizinhos, mencionaram pelo menos três vizinhos.

Gráfico 9 - Número de vizinhos, declarantes e propriedades – Registro Paroquial de Terras, Vale do Rio Piranga, Minas Gerais, 1854-1856



Fonte: Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras.

Pode-se ver pelo Gráfico 9 que o número de 4 vizinhos declarados também poderia ser tomado como o ponto de corte indicativo de fortes relações entre declarantes e vizinhos.



Afinal, o ápice de vizinhos declarados encontra-se nesta faixa, perfazendo um total de 1412 indivíduos. Todavia, em comparação com as faixas anteriores (1, 2 e 3 vizinhos), atentando-se especificamente a inclinação das linhas do Gráfico 9, fica evidente que há uma diminuição na progressão do número de vizinhos declarados. Do mesmo modo, atentando-se ao número mínimo de declarantes, entre a faixa dos três e quatro vizinhos declarados há uma queda desproporcional. Assim, assumindo-se o número de vizinhos declarados como um indicativo do grau de inserção do indivíduo declarante e declarado vizinho na estrutura sócio-fundiária daquelas localidades, afirmo três vizinhos como um número a partir do qual se podem ponderar importantes laços entre vizinhos e proprietários. Além de ser uma faixa de interseção com valores próximos entre o número mínimo de declarantes e vizinhos declarados, encontra-se nesta faixa de vizinhos declarados o maior número de propriedades.

Em tempo, é importante salientar que a ideia de apropriar-se do número de vizinhos declarados e do número de vezes declarado vizinho como indicativo do reconhecimento social não segue uma lógica matemática simples, na qual a diferença entre um e outro nos oferece um índice e este índice é a resposta final. Sustento que as relações de vizinhança, frutos de sociabilidades geridas em um espaço, fornecem um excelente subterfúgio para se depurar como os proprietários de terra no Vale do Rio Piranga liam as sociabilidades em torno da posse da terra e se projetavam naquele espaço.

Após a seleção dos três primeiros vizinhos declarados, busquei excluir a miscelânea de vizinhos praticamente impossíveis de serem identificados. Primeiramente, eliminou-se aqueles declarantes de terras que não mencionaram vizinhos dentro do universo daqueles 1376 proprietários. Em seguida excluí aqueles declarantes que não aparecem como confrontantes dentro deste universo. Por fim, nomes duplicados sobre os quais recaía dúvidas quanto a tratarem-se do mesmo indivíduo foram também suprimidos do universo relacional das vizinhanças.

Por exemplo, imagine Ana Clara de Souza, nome de uma proprietária declarante em dois registros de terras, sem outras informações que confirmem tratar-se da mesma pessoa. É verdade que se poderiam manter no universo das fontes as duas propriedades, porém, a opção por excluí-las teve o intuito de evitar a inconsistência de informações sobre os vizinhos

declarados. Assim, quando Ana Clara de Souza fosse declarada como vizinha, não saberia afirmar sobre qual das duas propriedades aquele registro específico confronta-se.<sup>454</sup>

Ao final de todo este refinamento das informações recolhidas no Registro Paroquial de Terras, chegou-se a um total de 565 indivíduos declarantes de terras, todos eles declarados vizinhos confrontantes de terras por algum outro proprietário. Dentro deste novo universo relacional, 675 foram as propriedades declaradas, ou seja, 43,88% do total, ao passo que o percentual de proprietários envolvidos nestas sólidas relações de vizinhança foi de 41,06%. Enquanto dentro do total de 1376 proprietários 136 foram declarantes em duas ou mais ocasiões, no rol de 565 proprietários 91 foram declarantes duas ou mais vezes. Percentualmente, enquanto no primeiro caso, 19,37% de todas as propriedades estavam sob o poder daqueles 136 declarantes, no segundo caso, esta cifra foi de 29,77% de todas as propriedades declaradas pelos 91 declarantes supracitados.

Tal desproporção não chega a causar grande espanto, pois, sendo o indivíduo declarante de várias propriedades, o seu universo relacional é ampliado, já que outros vizinhos são mencionados e ele mesmo é mencionado por mais proprietários declarantes. De todo modo, tais dados indicam que estes indivíduos eram os mais enraizados socialmente, visto que do total de 136 proprietários, 66,91% deles ainda figuravam nas redes de vizinhanças mesmo depois de feitas todas as exclusões e os refinamentos metodológicos das informações trabalhadas. Ao passo que, dentre os proprietários que foram declarantes uma única vez, apenas 38,22% mantiveram-se presentes no universo relacional após todas as supressões de declarações de terras procedidas.

Finalmente, feitas todas estas constatações, busquei os componentes estruturais que compuseram as redes de vizinhança constituídas no Vale do Rio Piranga. De maneira sucinta, um componente de uma rede social é uma estrutura específica detectada dentro de toda a rede constituída, portanto, não é toda a rede social, mas sim, parte de um todo que possui importante valor explicativo para a relação social em estudo, no caso deste capítulo, a vizinhança.

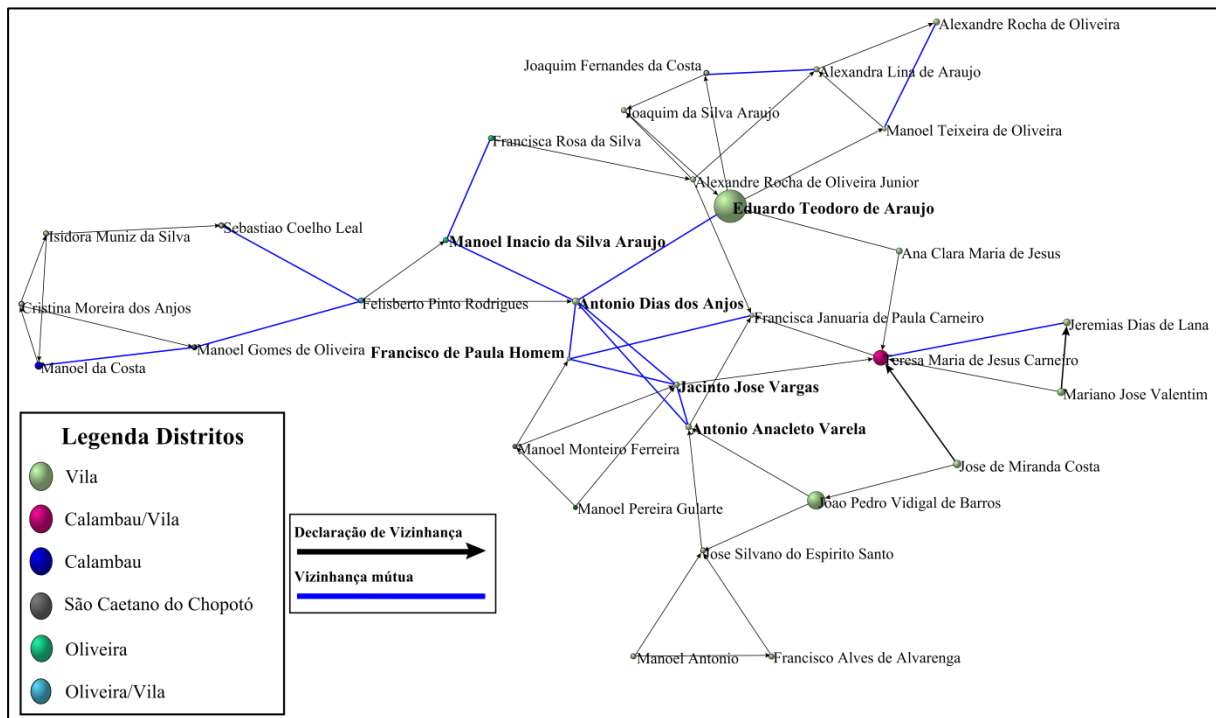
A título de exemplo, retomo os registros de terra declarados por Antônio Dias dos Anjos, o qual deteve um papel central na rede de vizinhança. Porém, explorarei esta informação e os seus significados mais à frente. Seguindo o modelo explícito no organograma

---

<sup>454</sup> É importante salientar que nem todos declarantes de duas ou mais propriedades foram excluídos do universo das informações trabalhadas neste capítulo. Diferente do exemplo fictício da declarante Ana Clara de Souza, houve vários casos de homônimos que foram identificados como sendo o mesmo proprietário declarante de duas ou mais propriedades.

da Figura 2, buscaram-se as declarações feitas pelos vizinhos mencionados nos registros do declarante em tela e os confrontantes mencionados por estes. Ao todo, 31 declarantes de terras em quatro distritos diferentes estavam envolvidos nestas relações (Figura 3).

Figura 3 – Rede de Vizinhança de Antônio Dias dos Anjos, distrito da Vila, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Piranga, Minas Gerais, 1854-1856



Fonte: Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras.

Vários aspectos saltam aos olhos quando vemos as relações de vizinhança diretas e indiretas que envolviam as propriedades de Antônio Dias dos Anjos. Por exemplo, há um alto grau de reciprocidade entre ele e seus vizinhos, pois, como se pode ver, ele mencionou e foi mencionado vizinho por todos os confrontantes por ele declarados, o mesmo ocorrendo com o Padre Francisco de Paula Homem. Por sua vez, Eduardo Teodoro de Araújo, o maior proprietário das redondezas, estava rodeado de pequenos proprietários, os quais ele não declarou como confrontantes, muito provavelmente, numa relação de dependência social que havia entre grandes propriedades e pequenos produtores ao seu entorno.

Todavia, apresentei estas relações na Figura 3 para demonstrar, efetivamente, o que é um componente estrutural de uma rede social. No caso destas vizinhanças expostas na Figura 3, um componente são as declarações de terra que envolviam Isidora Muniz da Silva, Cristina Moreira dos Anjos, Manoel da Costa, Sebastião Coelho Leal, Manoel Gomes de Oliveira e Felisberto Pinto Rodrigues, este último em relação de vizinhança mútua com os dois

anteriores e o único que interliga este componente de proprietários declarantes aos outros atores desta rede de vizinhança.

Assim, atentando-se às relações que havia entre os vários componentes que estruturavam as relações de vizinhança no Vale do Rio Piranga, esforcei-me em compreender como a coesão<sup>455</sup>, em função da reciprocidade social, delimitou as feições daquele espaço. Deste modo, os elementos centrais da análise tornaram-se os subgrupos de declarantes de terra, os quais, em fortes relações de interdependência, apresentam sínteses de como se configurou o retrato da estrutura fundiária contida no Registro Paroquial de Terras. Finalmente, tal proposição de análise permitiu enxergar subgrupos de atores que variaram em grau de coesão e conectividade numa escala que vai de “Muito Forte” até “Muito Fraco”, as quais serão dissecadas a seguir.

Na definição desta escala que mede o grau de coesão e, conseqüentemente, indica a inserção e o reconhecimento social dos declarantes de terras nas estruturas sóciofundiárias do Vale do Rio Piranga, o primeiro elemento que definiu a variação entre “Muito Forte” e “Muito Fraco” foi o que é chamado dentro da Análise de Redes Sociais de reciprocidade. Grosso modo, é um importante índice que aponta e ressalta os laços entre os diversos atores sociais, os quais, mutuais ou não, são reflexos das particularidades estruturantes daquele universo relacional.<sup>456</sup>

Um segundo elemento muito significativo para compreender a estruturação das sociabilidades rurais é o grau de intermediação. Esta medida fornece diretrizes para se ponderar a habilidade e o controle que determinados atores possuem sobre as trocas

---

<sup>455</sup> Segui modelo apresentado por James Moody e Douglas White, no qual, a coesão social é repensada pelo grau de conectividade de um determinado ator social com o restante dos atores a ele inter-relacionados, diretamente ou não. Grosso modo, o grau de coesão de um universo social (no caso em questão, as redes de vizinhança) é conhecido quando determinados atores, ao serem extraídos deste universo de relações, tornam as mesmas menos fluidas, isolando certos grupos de atores de outros (Ver MOODY, J.; WHITE, Douglas. *Structural Cohesion and Embeddedness: A Hierarchical Concept of Social Groups. American Sociological Review*, Vol. 68, nº 1 (Feb., 2003), p.103-127). Por exemplo, da rede de vizinhança em análise neste capítulo, quando extraídos da mesma aqueles indivíduos fortemente interconectados entre si e que, conseqüentemente, serviam como elos entre atores isolados, o grau de conectividade das relações diminuiu na ordem de 14%. Outro índice importante que demonstra a importância de determinados proprietários declarantes para a coesão da rede de vizinhança, é a densidade de relações (número de laços averiguados sobre o total de laços possíveis, ou seja, ocorreria 100% de densidade se todos os declarantes declarassem todos os outros), pois, se consideradas somente as relações internas a estes subgrupos altamente coesos, a densidade de relações foi de 3,12% e, quando considerada a totalidade destas relações de vizinhança, este índice foi de 0,29%.

<sup>456</sup> Sobre os vários conceitos que guiam a Análise de Redes Sociais, ver SCOTT, John. *Social Network Analysis: a Handbook*. Second Edition. Sage Publications Inc. 2000; sobre o conceito de reciprocidade e sua aplicabilidade, há um estudo sobre as amizades e como as gentilezas cotidianas determinaram o cotidiano escolar no final do século XIX. Ver HEIDLER, Richard; GAMPER, Markus; HERZ, Andreas; EßER, Florian. *Relationship patterns in the 19th century: The friendship network in a German boys' school class from 1880 to 1881 revisited. Social Networks*, Volume 37, May 2014, Pages 1-13.

relacionais. Em outras palavras, o intermediador é aquele que conecta diversos atores dentro do universo social através de laços indiretos.<sup>457</sup>

O terceiro elemento da Análise de Redes por mim utilizado na percepção dos componentes de rede que estruturaram as redes de vizinhança do Vale do Rio Piranga foi a noção de dispersão, averiguada nesta pesquisa através da estrutura das redes de vizinhanças. Grosso modo, busquei caracterizar as redes a partir da percepção se os declarantes de terras estavam dispostos na rede social muito próximos e congregados em múltiplas relações indiretas ou, se afastados, interligados por outros poucos declarantes que faziam o papel de interligação da rede social. Cabe anotar aqui, a dispersão nas redes de vizinhança esteve em função do grau de intermediação que estruturou estas relações, pois, conforme constatado, se num determinado universo relacional havia a presença saliente de um indivíduo intermediador, também foi alta a dispersão da rede social. Porém alta dispersão não significava, obrigatoriamente, a presença de um alto grau de intermediação na rede social.

Sobre a conceituação e o uso da dispersão na Análise de Redes Sociais há desavenças entre pesquisadores e resistências sobre o sua aplicabilidade. Por se tratar de uma medida que envolve análises visuais (procedimento por mim adotado) de como os atores estão organizados – se dispersos ou mais aproximados em porções da estrutura de rede, há uma série de estudiosos, em sua grande maioria ligados às ciências exatas, que veem este procedimento (análise visual) como um entrave à investigação. Desta forma, procuraram produzir algoritmos e fórmulas que dessem conta da dispersão a partir de modelos relacionais verificados e descritos pela sociologia, geografia e urbanismo.<sup>458</sup>

Por outro lado, estudos sobre migrações e a inserção de migrantes nas regiões de destino, ao focarem na formação de suas redes sociais e as interseções destas com o espaço urbano, demonstraram que a dispersão dos atores na rede social foi um fator que esteve em

---

<sup>457</sup> Sobre o grau de intermediação e como ele interfere na centralidade dos atores envolvidos numa rede social, Caitlin Hughes apresenta importantes reflexões tendo por objeto o mercado de drogas ilícitas na Austrália. Ao constatar que a diversificação na venda de entorpecentes era uma prática difundida naquele mercado ilícito, demonstrou como a presença de atores e produtos intermediadores estruturaram os fluxos e as trocas, fazendo funcionar o tráfico. Ver HUGHES, C.E.; *et al.* Social network analysis of Australian poly-drug trafficking networks: How do drug traffickers manage multiple illicit drugs? *Social Networks*, v.51, October 2017, p.135-147. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0378873316302209?via%3Dihub>, acessado 21 de dezembro de 2017.

<sup>458</sup> HSIEH, Mo-Han; MAGEE, Christopher L. A new method for finding hierarchical subgroups from networks. *Social Networks*, Volume 32, nº 3, July 2010, p.234-244; ARENTZE, T.; VAN DEN BERG, P.; TIMMERMANS, H. Modeling social networks in geographic space: approach and empirical application. *Environment and Planning*, Volume 44, nº 5, 2012, p.1101-1120; SINCLAIR, Philip A. Network centralization with the Gil Schmidt power centrality index. *Social Networks*, Volume 31, nº 3, July 2009, p.214-219

relação de dependência com a sua integração ao espaço e as sociabilidades locais.<sup>459</sup> Inspirado por estes trabalhos, lancei mão da categoria espaço como uma variável explicativa das redes de vizinhança constituídas no espaço do Vale do Rio Piranga.

A partir deste procedimento, procurei distinguir qual era o distrito onde determinado indivíduo declarou suas terras e os distritos onde seus vizinhos e os confrontantes destes declaram suas propriedades. É importante salientar que a presença de indivíduos proprietários de terras em distritos diferentes ou no mesmo distrito não foi o fator determinante do grau de coesão das redes de vizinhança, porém, acredito que atentar-se ao espaço de enunciação elucidada a compreensão de como proprietários declarantes de terra situaram-se e perceberam as estruturas relacionais em torno da posse da terra.

Por último, o número de atores também foi ponderado como uma condição descritiva das redes de vizinhança. Assim como a variável espaço não foi um elemento que determinou o grau de coesão, o número de declarantes num componente de rede foi assumido tão somente como um aspecto descritivo que expressa como aqueles declarantes assimilaram as sociabilidades nas quais estavam envolvidos. Por exemplo, um componente de rede com poucos declarantes de terra pode ser reflexo da inserção periférica daqueles proprietários nas redes de vizinhança daquelas localidades, porém, isso não quer dizer que muitos atores num componente seja indicador de consolidado reconhecimento social. Esta é uma variável que precisa ser correlacionado com a reciprocidade e a intermediação.

Quadro 1 - Variáveis e elementos definidores dos graus de coesão

Componente	Grau de Coesão	Reciprocidade	Intermediação	Dispersão	Espaço	nº Atores
1	Muito Forte	Forte	Baixa	Baixa	Distritos Diferentes	Muitos
2	Forte	Forte	Média	Baixa	Mesmo Distrito	Médio
3	Médio	Forte	Alta	Alta	Distritos Diferentes	Médio
4	Fraco	Fraco	Alta	Alta	Indiferente	Muitos
5	Muito Fraco	Fraco	Indiferente	Alta	Distritos Diferentes	Poucos

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras.

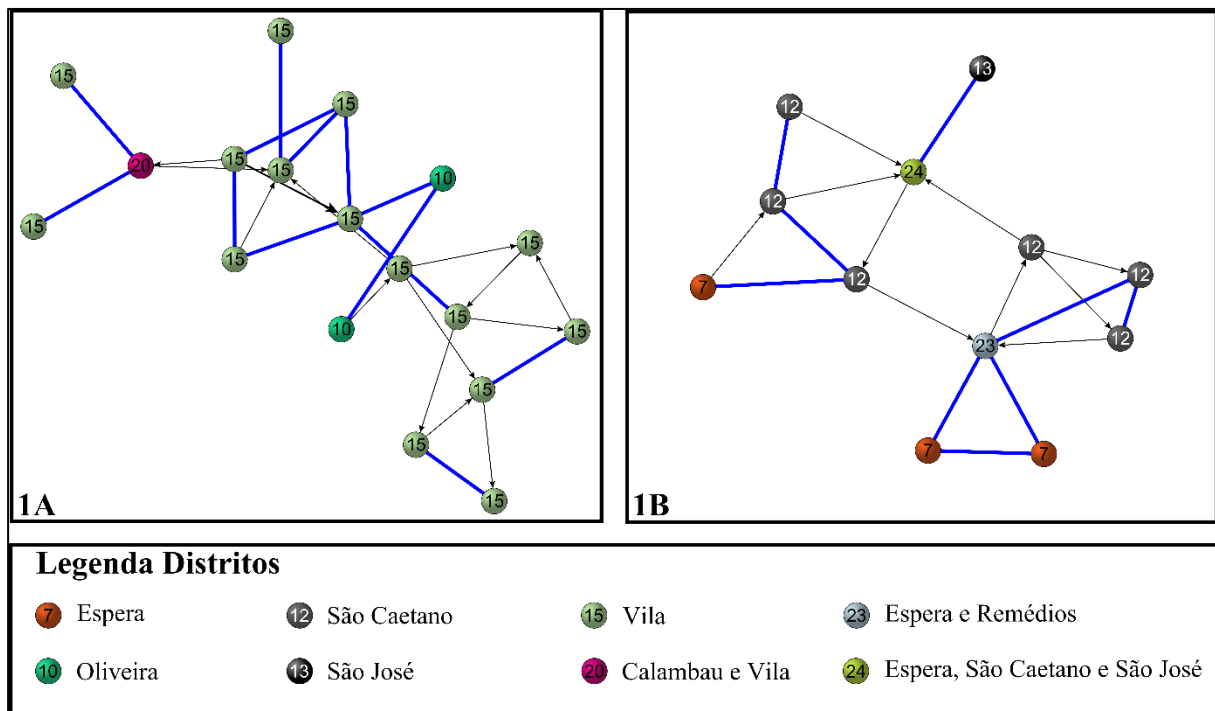
Finalmente, estão no Quadro 1 todas estas variáveis e os elementos da Análise de Redes Sociais aos quais recorri na interpretação da redes de vizinhança do vale do Rio

<sup>459</sup> HOSNEDLOVÁ, Renáta. Embedded settlement intentions: The case of Ukrainians in Madrid. *Social Networks*, Volume 49, May 2017, Pages 48-66; HERZ, Andreas. Relational constitution of social support in migrants' transnational personal communities. *Social Networks*, Volume 40, January 2015, Pages 64-74;

Piranga, bem como as suas alternâncias, as quais fundamentaram as diferenças entre um componente e outro.

Dos 565 proprietários declarantes de terra que compõem as análises das relações de vizinhança firmadas no Vale do Rio Piranga, 66 deles encontram-se no componente estrutural que denominei “Muito Forte”. Dentro deste componente há dois subcomponentes (1A e 1B) que utilizei como expressão do que estas fortes relações de vizinhança representam dentro do universo das vizinhanças no Vale do Rio Piranga (Figura 4). Grosso modo, o que caracterizou este componente foi a alta reciprocidade entre os declarantes de terras que tornava as interrelações altamente conectadas, aproximando declarantes que de outra forma estariam afastados.

Figura 4 - Componentes Estruturais "Muito Forte" - Relações de Vizinhança, Vale do Rio Piranga, 1854 - 1856



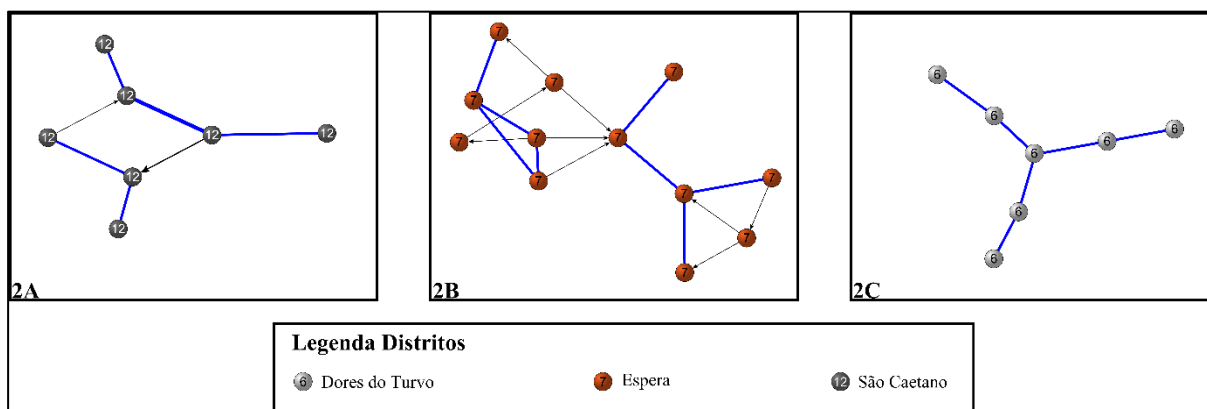
Fonte: Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras.

Por fim, chama atenção a presença de declarantes de terra em distritos diferentes, indicativo de que os indivíduos envolvidos nestas relações eram reconhecidos para fora dos limites de seus distritos, portanto, agentes que transcendiam fronteiras e tornavam coesas as relações, convertendo território em espaço.<sup>460</sup> Por sua vez, esta característica estrutural não foi

<sup>460</sup> Milton Santos, um dos mais importantes intelectuais da geografia brasileira, em sua obra *A Natureza do Espaço*, deixa claro que é na história, na apreensão do conjunto das ações humanas, que podemos compreender a formação do espaço. No quadro teórico formulado pelo autor, o território seria a geografia física, aquela porção de mundo que pela técnica é transformada pela agência de homens e mulheres, todavia, torna-se inteligível

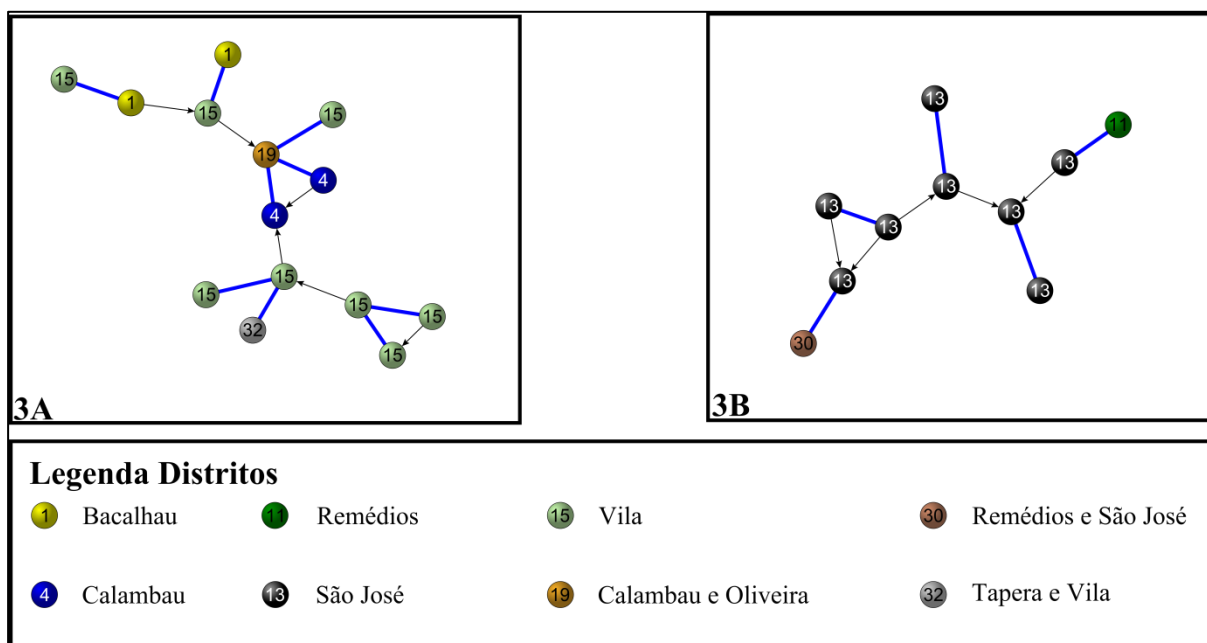
detectada nos componentes que denominei “Forte” (2A, 2B e 2C). Como se pode ver pela Figura 5, em todos os seus subcomponentes os declarantes envolvidos eram proprietários num mesmo distrito, aspecto intimamente relacionado à busca por reforçar laços que solidifiquem o lugar social destes indivíduos em seus distritos.

Figura 5 - Componentes Estruturais "Forte" - Relações de Vizinhança, Vale do Rio Piranga, 1854 - 1856



Fonte: Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras.

Figura 6 - Componentes Estruturais "Médio" - Relações de Vizinhança, Vale do Rio Piranga, 1854 - 1856



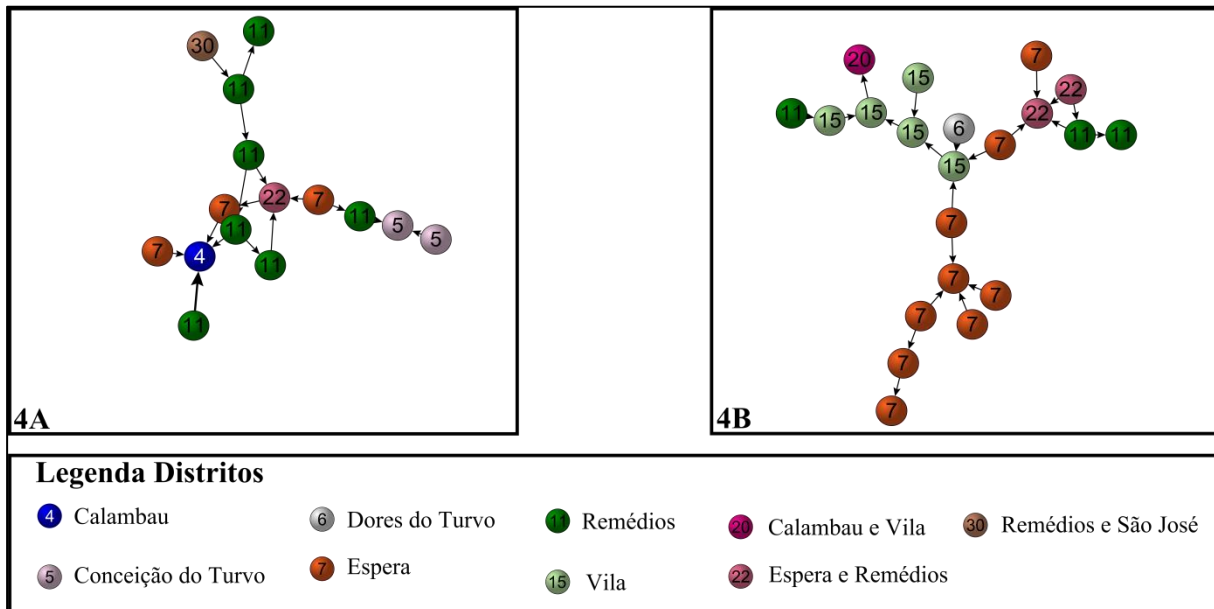
Fonte: Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras.

somente quando visto como espaço, ou seja, reconfigurado pelos sistemas humanos, portanto, objeto privilegiado da geografia humana. Sobre estas conceituações Ver SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. p.61-87



Nos componentes de “Médio” (3A e 3B) grau de coesão estrutural, estão presentes fatores que determinaram as composições dos componentes anteriormente citados: alta reciprocidade e reconhecimento social que transcendia as fronteiras do distrito de declaração. Porém, um aspecto essencial os distingue dos outros componentes, a saber, dispersão dos proprietários declarantes. Isso significa dizer que mesmo compondo um componente estrutural da rede de vizinhança, não estavam entrelaçados por alto grau de conectividade entre si, em comparação aos outros componentes já mencionados. É certo que havia alguma afinidade sócio-espacial, porém, intermediada por um ou dois proprietários declarantes centrais que conectavam porções da rede de vizinhança (Figura 6)

Figura 7 - Componentes Estruturais "Fraco" - Relações de Vizinhança, Vale do Rio Piranga, 1854 - 1856

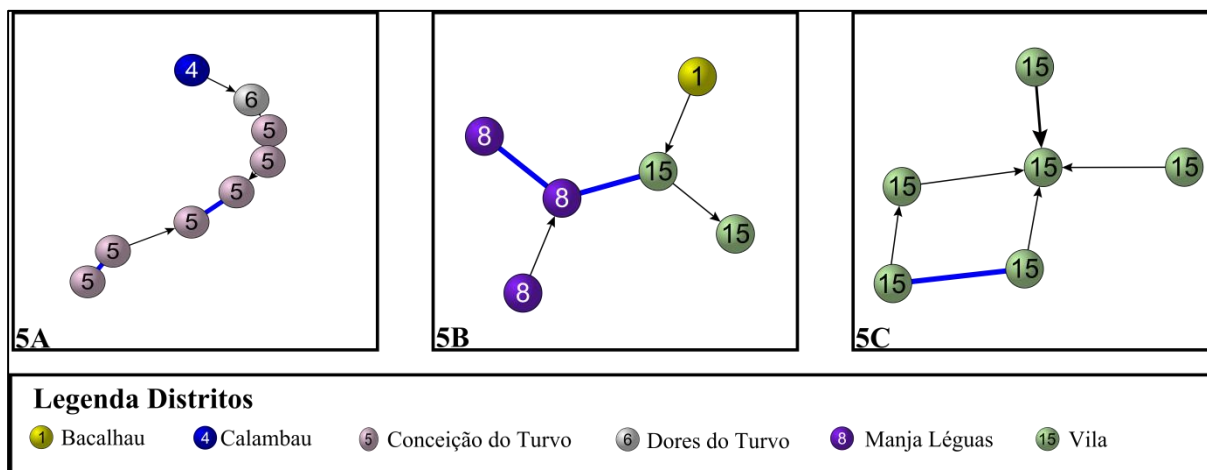


Fonte: Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras.

Esta mesma composição de rede, na qual, um ou dois proprietários declarantes agiram como intermediadores, ocupando o lugar central da rede social, foi também detectada no componente estrutural que denominei “Fraco” (4A e 4B). Por sua vez, o que há de mais peculiar nestas relações é a ausência de laços recíprocos, logo, é uma rede de vizinhança na qual os proprietários declarantes não tiveram os limites de suas propriedades reconhecidos por aqueles que mencionaram como confrontantes de suas terras, ou seja, configuraram um universo relacional recheado de laços fracos (Figura 7). Todavia, isto não os torna insignificantes à análise preocupada com o espaço social, pois, seguindo proposta interpretativa de Mark Granovetter, mesmo que laços fracos não acionem eventos de grande

envergadura relacional, estruturam as sociedades em que se dão.<sup>461</sup> Não avançarei muito nestas reflexões agora, porém, nem por isso, as deixarei esquecidas. Mais à frente no capítulo procurarei integrá-la a interpretações sobre a possibilidade de detectar conflitos e hierarquias ao entorno da posse da terra através das redes de vizinhança e a produção de um espaço relacional.

Figura 8 - Componentes Estruturais "Muito Fraco" - Relações de Vizinhança, Vale do Rio Piranga, 1854 - 1856

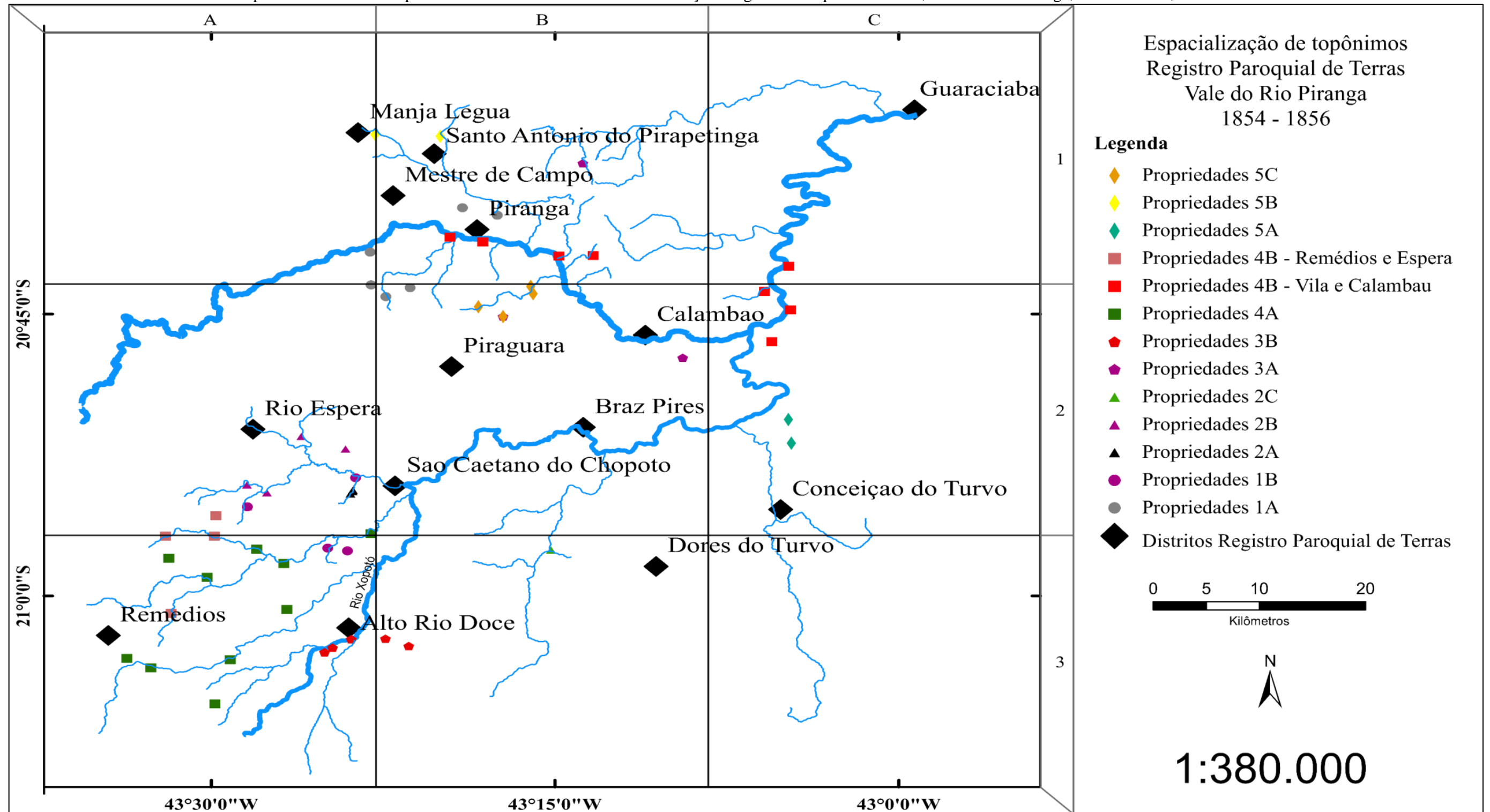


Fonte: Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras.

Por fim, o componente “Muito Fraco” (5A, 5B e 5C) foi distinguido pelo baixo número de atores envolvidos e, apesar de algum grau de reciprocidade detectado, não foi algo que gerava conectividade à rede, prevalecendo a dispersão relacional e atores centrais que desenvolviam o papel de intermediadores (Figura 8). Por exemplo, nota-se que no subcomponente “5B” há um declarante de terras no distrito de Bacalhau, o qual, como se pode ver pelo Mapa 7, é muito próximo ao distrito de Manja Léguas. Todavia, estes proprietários não se declararam confrontantes e estavam interconectados através de um declarante da Vila da Piranga, indicando que muitas vezes o reconhecimento social ultrapassava limites territoriais e, por isso, estar próximo geograficamente nem sempre significa proximidade social.

<sup>461</sup> GRANOVETTER, Mark. The Strength of Weak Ties. *American Journal of Sociology*, 78, 1973, p.1360-1380

Mapa 7 - Distritos e Componentes Estruturais da Rede de Vizinhança – Registro Paroquial de Terras, Vale do Rio Piranga, Minas Gerais, 1854 - 1856



Fonte: Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. Repartição Especial das Terras Públicas. Registro Paroquial de Terras; Seção cartográfica. Mapas da Comissão Geológica e Geográfica de Minas Gerais. Carta Topográfica do Município de Piranga.

## Hierarquia ou conflito em torno da posse da terra

Agora, após apresentar as diversas estruturas relacionais que compuseram as redes de vizinhança, a partir das quais se pode apreender os níveis de inserção e reconhecimento social de proprietários de terra dentro da estrutura fundiária do Vale do Rio Piranga, o foco recai sobre o território apreendido pelas informações cartográficas representadas no Mapa 7, construído a partir do georreferenciamento de topônimos presentes no Registro Paroquial de Terras e encontrados nos “Mapas da Comissão Geológica e Geográfica de Minas Gerais”.<sup>462</sup> De um modo geral, o objetivo deste exercício exploratório é detectar as interdependências entre as estruturas relacionais dos componentes acima analisados e o território da região em estudo. Em outras palavras, verificar se dois componentes distintos mencionavam os mesmos topônimos e, a partir daí, procurar compreender o porquê da hierarquia detectada nas relações de vizinhança, o que indicaria micro espaços onde conflitos podem ter se desenrolado.

Por exemplo, todos os declarantes de terras no componente “5C”, portanto, com um grau de coesão estrutural denominado “Muito Fraco”, ou seja, agentes periféricos na rede de vizinhança, situaram suas propriedades no Córrego do Catanho, mesmo local onde outros declarantes, do componente “1A”, assumiram possuir terras. Assim, torna-se fundamental questionar-se: por quê estes proprietários, geograficamente próximos, estavam situados em estruturas de redes tão distantes? Quais as interdependências que haviam entre atores dos mais distintos componentes?

Ainda, outro aspecto que salta aos olhos no Mapa 7 são os vários componentes de rede nas freguesias de Espera e São José do Chopotó, na representação cartográfica, entre os distritos de Espera, São Caetano do Chopotó, Remédios e São José do Chopotó. Como já salientado, estas duas freguesias recentemente haviam se desmembrado da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Piranga, portanto, conjectura-se que os elevados números de declarações realizadas nestes distritos sejam reflexos de incertezas administrativas sobre a perpetuação daqueles territórios e de instâncias administrativas. Consequentemente, declarar suas terras era uma forma de legitimar suas propriedades e, assim, não deixá-las à mercê de novas demarcações que pudessem tornar vulneráveis seus limites.

Tendo isto em vista, conjectura-se que a percepção dos vários componentes de rede de vizinhança distintos presentes nas mesmas paragens, mencionando os mesmos córregos e localidades, é indicativo da dispersão e desconhecimento mútuo que havia entre os

---

<sup>462</sup> Arquivo Público Mineiro. Seção cartográfica. *Mapas da Comissão Geológica e Geográfica de Minas Gerais*. Carta Topográfica dos Municípios de Piranga, Ouro Preto, Remédios, Ubá, Viçosa e Ponte Nova.

proprietários de terras naqueles distritos. Dissecar as relações que entrelaçavam os declarantes dos variados componentes, socialmente distantes entre si, torna-se, portanto, fundamental para se compreender as hierarquias e os conflitos que teceram-se ao entorno da posse da terra no Vale do Rio Piranga.

Assim sendo, dois grupos de componentes foram segregados a fim de melhor tecer reflexões sobre estas hierarquias e conflitos, tendo por base a proximidade geográfica detectada a partir da confecção do Mapa 7. Um primeiro, composto pelos declarantes de terra dos componentes “1A”, “3A”, “4B – Vila e Calambau” e 5C, todos situados nos limites dos distritos de Vila, Calambau e Tapera. No outro grupo, foram integrados proprietários dos componentes “1B”, “2A”, “2B”, “3B”, “4A”, “4B – Remédios e Espera”, proprietários de terras nas porções entre os distritos de Espera, São Caetano do Chopotó, Remédios e São José do Chopotó.

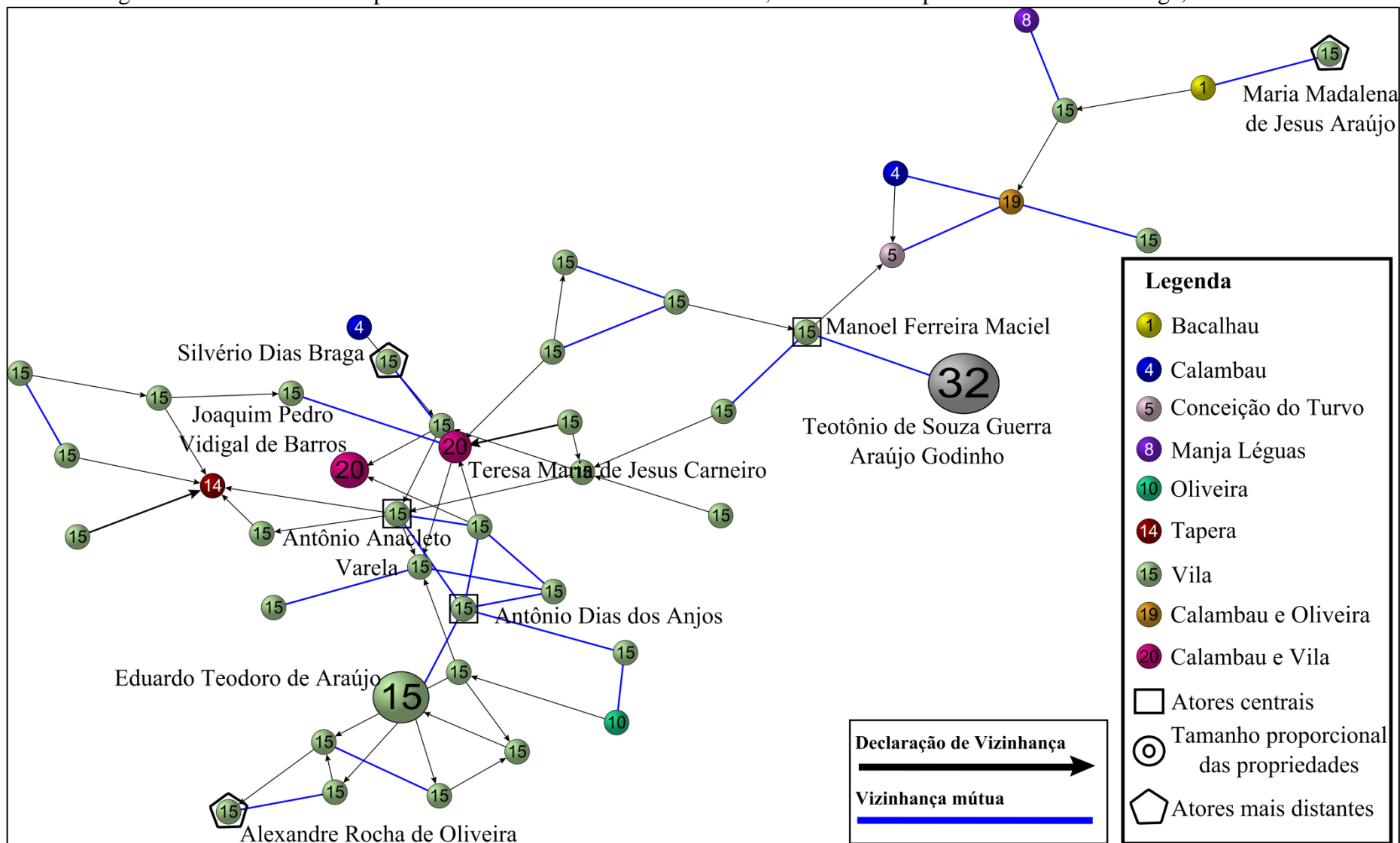
Ao analisar as duas estruturas de rede averiguadas a partir destes procedimentos que segregou proprietários de um micro espaço específico, uma primeira constatação que destaco é a dispersão dos indivíduos ao longo de toda a estrutura relacional. Porém, cabe elucidar o que isso significa.

Primordialmente, a dispersão de uma rede social significa a ausência, ou a não predominância, de alta densidade de relações que interligam muitos atores através de laços indiretos.<sup>463</sup> Por exemplo, ao observar as relações de vizinhança expostas na Figura 9, é evidente a densidade de relações que há entre Eduardo Teodoro de Araújo e Teresa Maria de Jesus Carneiro, dois grandes proprietários de terras da região que juntos somavam mais de 3.200 hectares em suas propriedades. Apesar de não serem vizinhos, através das declarações de seus vizinhos e dos confrontantes mencionados por estes, nota-se que do ponto de vista do espaço relacional em questão, eram proprietários de terra próximos entre si. Este mesmo fenômeno também foi detectado nas declarações de vizinhança dos distritos dispostos na Figura 10, nas quais dois dos maiores proprietários daquelas localidades, José Antônio de Barros e João Antônio da Silveira, através de um confrontante em comum, estavam indiretamente conectados.

---

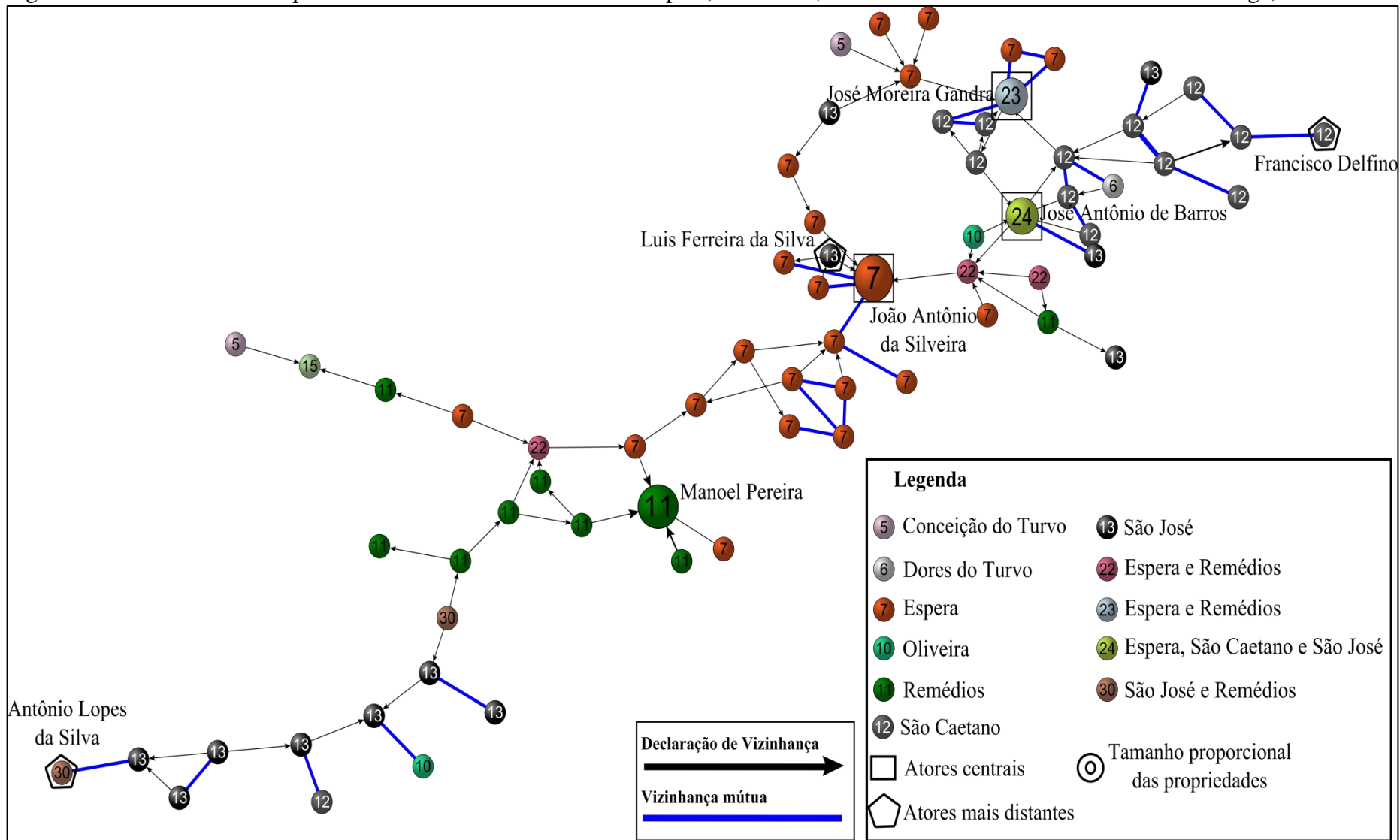
<sup>463</sup> Sobre a densidade de relações rever as conceituações presentes na nota 455. Para definições mais aprofundadas sobre estruturas relacionais, Ver SCOTT, John. *Social Network Analysis: a Handbook*. Second Edition. Sage Publications Inc. 2000. p.1-37

Figura 9 - Sub-rede dos componentes estruturais dos distritos da Vila, Calambau e Tapera - Vale do Rio Piranga, 1854 - 1856



Fonte: Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras.

Figura 10 - Sub-rede dos componentes estruturais dos distritos da Espera, Remédios, São Caetano e São José - Vale do Rio Piranga, 1854 - 1856



Fonte: Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras.

Outro aspecto detectado na Figura 10 que merece destaque é a alta hierarquização das relações de vizinhança, averiguada a partir do baixo grau de relações mútuas entre as declarações que interligam Antônio Lopes da Silva e João Antônio da Silveira. Chamo atenção que, mesmo quando presente, a reciprocidade relacional tinha um papel periférico, ou seja, não estava desempenhando o papel de conferir algum sentido à rede social. Em outras palavras, a coesão social desta rede de vizinhança estava em relações hierarquizadas, nas quais um proprietário declarante mencionava um confrontante de suas terras e este não reconhecia estes limites ao não proceder à declaração mútua.

É crucial ter em mente que no ato da declaração de terras os proprietários declarantes não tinham um rol de outros proprietários que os mencionaram como confrontantes, ou seja, a nomeação de vizinhos confrontantes era espontânea. Todavia, estes proprietários, ao não declararem alguns confrontantes e mencionarem outros, dão pistas ao historiador sobre os limites que conferiam sentido ao ato de localizar suas terras. Portanto, a percepção da ausência de reciprocidade nos laços de vizinhança, antes de indicar o não reconhecimento de certas fronteiras e possíveis conflitos pela posse de pedaços de terra, sugerem as hierarquias que haviam entre proprietários, sendo alguns muito conhecidos e mencionados por vários atores daquele universo relacional e outros, não arrisco dizer desconhecidos, mas, insignificantes para as intenções daquelas declarações de propriedade.

Finalmente, procedo algumas explicações sobre a centralidade nestas redes sociais da Figura 9 e Figura 10. Na Análise de Redes Sociais, o ator central pode ser aquele muitas vezes citado pelos outros atores envolvidos, ou seja, aquele indivíduo reconhecido pelo maior número de outros indivíduos dentro do universo relacional em foco. Todavia, com o avançar dos métodos e procedimentos de análise e o vasto uso de alguns conceitos e técnicas pelas ciências humanas e sociais, novos paradigmas foram desenvolvidos para se pensar a centralidade numa rede social. Um deles, o utilizado para se procurar a centralidade nas redes de vizinhança por mim analisadas, é o chamado grau de intermediação. Nesta medida, o ator central, não é aquele que foi mais vezes mencionado por outros proprietários, mas aquele indivíduo que possui o papel de intermediação, ou seja, é aquele ator que não necessariamente é reconhecido por todos, mas, pelo qual, direta ou indiretamente, está inter-relacionado ao maior número de atores na rede social.<sup>464</sup>

---

<sup>464</sup> Em redes sociais nas quais os laços indicam fluxos, sejam materiais ou simbólicos, estes atores com alto grau de intermediação são aqueles que detém o controle sobre estes fluxos e, caso sejam retirados deste universo relacional, muitas outras relações irão se perder. Sobre o conceito de centralidade em redes sociais, ver



Nas duas redes sociais, três são os atores, em cada uma, que detinham os maiores graus de intermediação. Nas relações tecidas no distritos da Vila, Calambau e Tapera (Figura 9), Manoel Ferreira Maciel detém este papel de intermediador nesta rede, pois é somente a partir dele que todos os nove proprietários declarantes, incluindo Teotônio de Souza Guerra Araújo Godinho, entre ele e Maria Madalena Araújo conectam-se ao restante da estrutura de rede. Portanto, é ele o ponto central que unificava, ainda que por relações hierarquizadas, proprietários dos pequenos distritos de Bacalhau e Manja Léguas, por exemplo.

Já os outros dois atores centrais, Antônio Dias dos Anjos e Antônio Anacleto Varela, vizinhos mutuamente declarados, possuem o papel de intermediação justamente na porção da rede social onde há um alto grau de densidade. Portanto, são atores que se fossem retirados deste universo relacional não excluiriam tantos outros proprietários como no caso de Manoel Ferreira Maciel, porém, tornam as inter-relações entre os proprietários de terras mais fluídas e menos hierarquizadas, possibilitando, por exemplo, que declarantes como Silvério Dias Braga e Alexandre Rocha de Oliveira, tenham maior alcance relacional nesta rede social.

Nos distritos das freguesias da Espera e São José, três também são os atores centrais, porém, diferente de Manoel Ferreira Maciel, Antônio Dias dos Anjos e Antônio Anacleto Varela, que eram pequenos e médios proprietários de terra – com 163, 130 e 94 hectares de terras declarados em suas propriedades, respectivamente –, João Antônio da Silveira, José Antônio de Barros e José Moreira Gandra eram proprietários de fazendas com 2.280,75, 637 e 568 hectares de extensão. Portanto, supõe-se que eram reconhecidos senhores da terra que, pela vastidão de suas propriedades, eram recorrentemente mencionados, pois, ao entorno de suas terras, inúmeros pequenos proprietários situaram-se no espaço.

Assim, saliento uma diferença basilar entre as duas configurações de redes da Figura 9 e Figura 10: enquanto nos distritos mais antigos da localidade (Vila, Calambau e Tapera), pequenos proprietários desenvolveram o papel de integração sócio-relacional, nas recém criadas freguesias da Espera e São José do Chopotó, os grandes proprietários ainda eram os “pontos de encontro” da vastidão dos pequenos proprietários que declararam suas terras.

Conforme se pode deduzir dos dados dispostos na Tabela 21, o tamanho médio das propriedades no Vale do Rio Piranga foi de 289,45 hectares, enquanto em freguesias como as da Piranga e Barra do Bacalhau esta cifra chegou 318,20 e 484,14 hectares, respectivamente. Todavia, nas freguesias da Espera e São José do Chopotó, estes números não ultrapassaram,

---

FREEMAN, Linton. Centrality in Social Networks. Conceptual Clarification. *Social Networks*, vol. 1, (1978/1978), p.215-239.

respectivamente, 196,20 e 213,22 hectares. Por sua vez, 41,22% do total de propriedades, foram declaradas nestas duas últimas freguesias mencionadas (Tabela 23). Suponho assim, que várias pequenas propriedades – desconhecidas para além do círculo próximo das relações sociais tecidas por seus proprietários – inseridas no espaço destas recém-erigidas freguesias, em certo sentido dependeram dos grandes proprietários de terras para situarem-se geograficamente. Em suma, era a partir da menção de um nome ou propriedade reconhecida socialmente que muitos declarantes delimitavam e buscavam legitimar os limites de suas terras e, conseqüentemente, permitem entrever a inserção social, os conflitos e as dinâmicas sociais que permearam a posse da terra.

Por fim, uma informação essencial à compreensão e reflexão sobre estas hierarquias tecidas neste contexto rural é a constatação que todos os seis proprietários centrais das duas redes sociais eram proprietários de uma ou mais propriedades<sup>465</sup>, o que certamente potencializava o reconhecimento social e a centralidade nestas relações de vizinhança. Porém, um contraponto está explícito na Figura 9, na qual vê-se que nenhum dos grandes proprietários representados – Eduardo Teodoro Araújo, Joaquim Pedro Vidigal de Barros, Teresa Maria de Jesus Carneiro e Teotônio de Souza Guerra Araújo Godinho – detiveram o papel central de intermediação da rede social. É verdade que Teresa Maria de Jesus Carneiro e Joaquim Pedro Vidigal de Barros possuem posições centrais na estrutura de rede, porém, poucas ou nenhuma foram as relações recíprocas em que envolveram-se, logo, não foram proprietários que desempenharam o papel de intermediadores entre os vários proprietários de terra, portanto, sem tornar fluidos os laços de vizinhança e a produção social daquele espaço.

## **Conclusão**

Ao longo deste capítulo apresentei um quadro ampliado da reflexão sobre a estrutura fundiária no Vale do Rio Piranga, considerando as redes de vizinhanças como um reflexo da configuração social em torno da posse da terra, a partir das quais pode-se distinguir situações privilegiadas acerca de conflitos, coesão e reconhecimento social de diversos proprietários que declaram terras aos párocos das localidades estudadas.

Como historiador, apesar de ávido por detectar conflitos, suas rupturas e continuidades, e o desenrolar de tramas que amplificam o entendimento de dinâmicas sociais que marcaram o passado brasileiro, demonstrei que não se pode enxergar a ausência da reciprocidade relacional ou mesmo a não menção de determinado vizinho confrontante,

---

<sup>465</sup> Manoel Ferreira Maciel, Antônio Dias dos Anjos e José Moreira Gandra declaram duas propriedades; Antônio Anacleto Varela, João Antônio da Silveira e José Antônio de Barros, declaram três propriedades.

unicamente como a existência de um conflito. Conforme salientado, os proprietários declarantes, ao nomearem determinados vizinhos e preterir outros, indicam os limites que conferiam sentido àquele ato de se localizar no espaço do seu distrito. Assim, reforço que estas fronteiras não reconhecidas bilateralmente, apontam para hierarquias que existiam entre os proprietários de terra.

Por exemplo, conforme já assinalado na configuração gráfica exposta na Figura 9, três dos grandes proprietários de terra dos distritos da Vila, Tapera e Calambau não detinham relações de vizinhança entre si. Efetivamente, Teresa Maria de Jesus Carneiro, Eduardo Teodoro de Araújo e Joaquim Pedro Vidigal de Barros não possuíam terras nas mesmas paragens, fato constatado por não terem mencionados os mesmos topônimos ao situarem-se no espaço nos distritos da Vila e Calambau.

Todavia, é de chamar atenção não terem sido atores centrais que promoviam a integração, intermediando relações entre distintos proprietários de terra, conforme era de se esperar tendo em vista o contexto da ruralidade brasileira, marcada pelo agrarismo, no qual senhores da terra, verdadeiros mandões locais, detinham as rédeas de todo o desenrolar de tramas sociais.<sup>466</sup> Por sua vez, no Vale do Rio Piranga, pelo que foi demonstrado, no contexto de reordenamento dos conflitos rurais proporcionados pela Lei de Terras<sup>467</sup>, pequenos e médios proprietários de terra podem ter tido um papel diretivo na delimitação de dinâmicas e sociabilidades que envolviam esta classe.

Sobre este aspecto, Antônio Dias dos Anjos e Antônio Anacleto Varela, proprietários de médias posses, desempenharam o papel central na rede de vizinhança, revelando que as dinâmicas relacionais naquele contexto não estiveram restritas ao poder de mando e influência dos grandes proprietários latifundiários, mas podem ter se redirecionado pelas capacidades de negociação de indivíduos inseridos em diversos estratos sociais. Desta forma, no próximo capítulo explorarei a trajetória de vida de Antônio Anacleto Varela, a qual, como se verá, possui ricos elementos para se tecer reflexões sobre a mobilidade social considerando o contexto de novas hierarquias que fundamentavam-se no Brasil.

---

<sup>466</sup> Sobre este temática do agrarismo na sociedade brasileira do passado, recito os já mencionados trabalhos de Nestor Duarte (DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional* (Contribuição à sociologia política brasileira). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.), Victor Nunes Leal (LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975) e Maria Isaura Pereira de Queiroz (QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.)

<sup>467</sup> MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Rio de Janeiro, 1998

## **Capítulo IV**

**Compadrio e posse da terra: escravidão, mobilidade e redes sociais (Vale do Rio Piranga, 1797 – 1863)**

## Introdução

No capítulo anterior, ao me deter sobre a estrutura fundiária dos distritos encravados nos vales que formavam o Rio Piranga, apresentei uma discussão pouco voltada à leituras documentais que permitiram apresentar o universo das tramas sociais, das estratégias e interesses individuais. Quando muito, tais aspectos estiveram nas entrelinhas da narrativa, contribuindo à percepção da estrutura social vigente e das hierarquias em torno da posse da terra.

Neste capítulo, meu intento é trazer vida aos mesmos problemas históricos colocados anteriormente e incrementa-los com outras perspectivas, a saber, as interseções entre os mundos dos livres, libertos e escravos, a possibilidade de acumulação de pecúlio e a ascensão socioeconômica. Assim, irei analisar de forma meticulosa a trajetória da vida de Antônio Anacleto Varela, homem nascido no arraial da Piranga, batizado na igreja matriz no dia 20 de julho de 1805, filho de Ana Maria de São José, uma mulher crioula e forra, portanto, egressa do cativoiro.<sup>468</sup>

Soma-se a esse interesse em explorar a trajetória de vida de Antônio Anacleto Varela, o já apresentado fato dele ter sido um dos indivíduos centrais nas redes de vizinhança que conformaram o espaço social no vale do Rio Piranga. Ainda, chama atenção em todas suas declarações de terras<sup>469</sup> ter afirmado a aquisição de suas propriedades através da compra, aspecto que reafirma a importância de se refletir sobre o seu lugar social naquele espaço e sociedade e como estes foram produzidos pela ação consciente deste agente histórico. Grosso modo, sua trajetória traz diversas indicações sobre a mobilidade social e o processo de enraizamento do indivíduo à terra, permitindo explorar a produção de um espaço que teve como escopo as sociabilidades cotidianas, estas, por sua vez, refletidas nas relações de compadrio daquele indivíduo.

Cabem aqui explicações sobre as balizas cronológicas deste capítulo, as quais, diga-se de passagem, não são rígidas. O ano de 1797 foi definido como o marco inicial, pois no dia 7 de agosto foi batizada pelo padre João de Souza Ferreira, Senhorinha Maria, primeira filha de Ana Maria de São José, na ocasião, escrava do tenente Rodrigo José da Silva, portanto, irmã

---

<sup>468</sup> Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana. Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga. Livro 8, folha 109v.

<sup>469</sup> Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Piranga. TP-1-160, Rolo 13, Registro 1518/01; 1518/02; 1519/03.

mais velha de Antônio Anacleto Varela.<sup>470</sup> Já sobre o ano de 1863, no dia 25 de outubro, foi sacramentado o último batismo no qual Dona Clementina Ferreira de Araújo, esposa de Antônio Anacleto Varela, atuou como madrinha.<sup>471</sup> Desta forma, tomei como ponto de partida o ambiente familiar no qual nasceu Antônio Anacleto Varela e como linha de chegada o núcleo familiar por ele constituído ao contrair núpcias, todavia, sem adentrar na trajetória de seus filhos, filhas, netos e netas, restringindo-me a ele e sua esposa, por terem tido ativa atuação na pia batismal nas décadas que antecedem o Registro Paroquial de Terras e nos anos logo após.

Neste intervalo de mais de sessenta e cinco anos, consegui coletar informações desde o nascimento até a morte de Antônio Anacleto Varela, pois o mesmo “sumiu do radar” das fontes históricas pesquisadas. Felizmente, entre estas décadas, diversas referências possibilitaram reconstituir a sua trajetória e de sua família. Além dos dados já indicados, tive acesso a doze registros de batismos de seus filhos e mais dezessete em que atuou como padrinho. Finalmente, farão coro a estas informações sobre suas sociabilidades os registros de batismo em que sua mãe e irmãs estiveram presentes.

Por fim, retomarei de forma mais detalhada suas relações de vizinhança contidas nas três propriedades por ele declaradas no Registro Paroquial de Terras e os dados referentes aos domicílios em que fora recenseado na década de 1830, tanto no recenseamento de 1831, ainda vivendo em fogo chefiado por sua mãe, quanto no seguinte, em 1839, quando aparece como chefe de seu próprio domicílio, já casado e proprietário de três cativos africanos.

Pode-se vislumbrar que uma gama variada de informações irá compor a narrativa deste capítulo e é meu interesse interrelaciona-las à produção de um espaço social, cotejado por hierarquias que se redefiniam pela mobilidade e ascensão social.

## **Do cativo à liberdade**

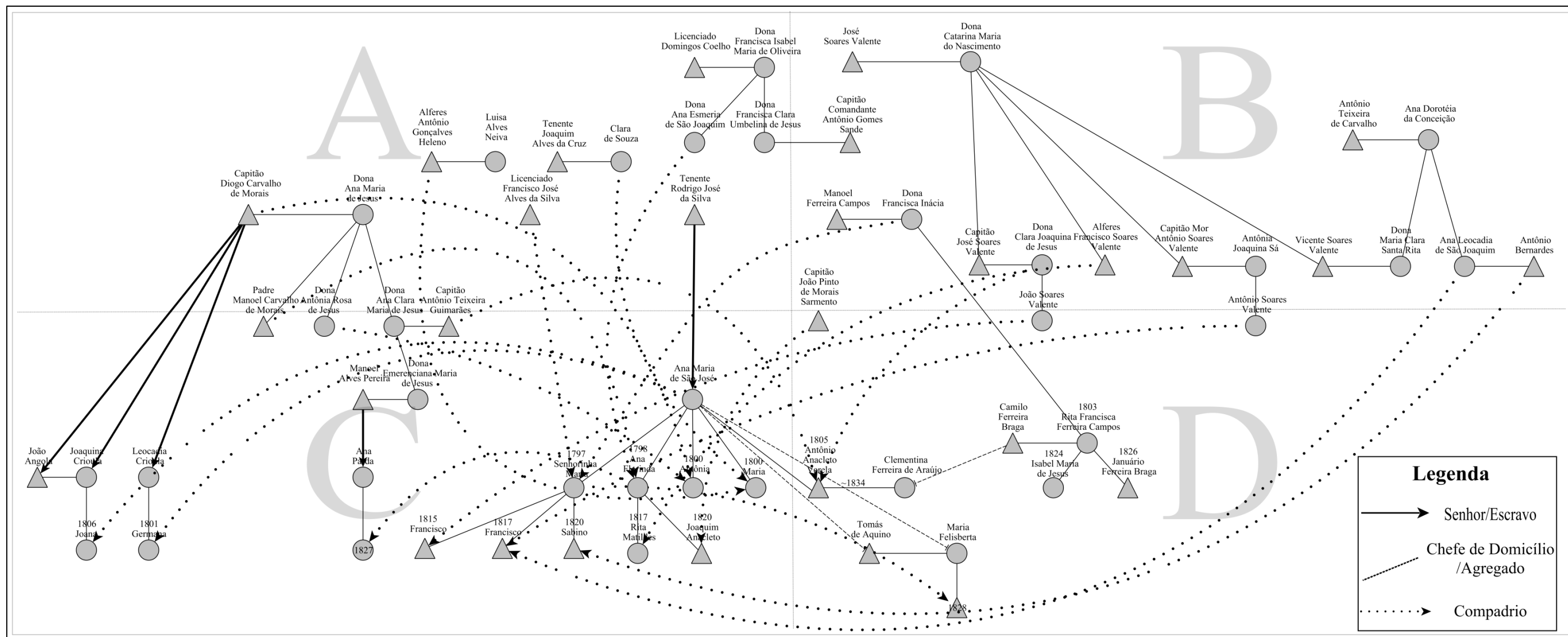
A julgar pelas informações contidas nos assentos de batismos desta família que se formou no limiar entre a escravidão e a liberdade, é possível afirmar que as tramas da trajetória de vida de Antônio Anacleto Varela começam antes mesmo de ele nascer, pois, são notórias as estratégias de sua mãe – uma mulher cativa que alcança o acesso à liberdade e transmite tal condição aos seus filhos – antes mesmo que nascesse sua primeira filha no ano de 1797.

---

<sup>470</sup> Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana. Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga. Livro 2, folhas 44v e 45

<sup>471</sup> Arquivo da Casa Paroquial de Piranga. Batismos da Matriz de Piranga. Livro 1, folha 189

Figura 11 - Compadrio e sociabilidades, família Varela, Arraial de Piranga (1797 - 1828)



Fontes: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Livros de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga; Arquivo da Casa Paroquial de Piranga, Livros de Batismo.

Certamente, a liberdade era a maior dádiva que Anacleto e suas irmãs poderiam receber, pois abria oportunidades de ascensão e mobilidade social restritas ao cativo até então. Portanto, explorar a transição da condição de cativo à liberdade é muito importante para se compreender os vínculos existentes entre esta família e as comunidades dos indivíduos livres, libertos e escravos, o que permite tecer reflexões sobre as possibilidades de ascensão social. Para tanto, busquei em registros de batismos informações sobre os compadres desta família as quais esclarecem o universo relacional e as sociabilidades cotidianas que marcaram a transição do cativo à liberdade. Na Figura 11 estão representados os laços de compadrio a partir dos padrinhos de batismo das filhas e do filho de Ana Maria de São José (mãe de Antônio Anacleto Varela), e dos batismos em que ela e suas filhas atuaram como madrinhas, relações que permitiram explorar o contexto social em que foram gestadas as estratégias de acesso e manutenção da liberdade nas décadas iniciais do século XIX.

Entre 1760 e 1812, em 42 ocasiões, crianças nascidas na senzala do tenente Rodrigo José da Silva, senhor de Ana Maria de São José, foram batizadas na igreja matriz do arraial de Piranga. Chama atenção em apenas um destes sacramentos a criança ter sido alforriada na pia batismal, conjuntamente à sua mãe: justamente o batismo de Senhorinha Maria, irmã mais velha de Antônio Anacleto Varela.<sup>472</sup> Apesar de ser um episódio único neste efetivo escravo, não restam dúvidas que esta “dádiva da alforria” não foi um evento acidental<sup>473</sup>, pois, conforme anotou o Coadjutor Cristóvão Jorge de Barcelos, responsável pelo registro do batismo, a madrinha entregou ao tenente Rodrigo 32 oitavas de ouro para que fossem outorgadas as liberdades de mãe e filha<sup>474</sup>; portanto, foi fruto de um processo que envolveu Ana Maria, o tenente Rodrigo e a madrinha de batismo, Dona Francisca Inácia.<sup>475</sup>

Há vasta historiografia sobre os tênues limites que divisavam a escravidão e a liberdade no passado brasileiro. Dentro desta temática, alguns pesquisadores focaram nos tortuosos processos sociais que envolviam a alforria, demonstrando que a porta de saída do

---

<sup>472</sup> Chama a atenção porque a prática da não era difundida na localidade, pois afinal, no mesmo período, dentre os 3.932 batismos de filhos de mães cativas que foram sacramentados nas capelas dos arraiais e outras localidades do vale do Rio Piranga, em apenas 120 ocasiões constatou-se a libertação na pia batismal. Portanto, por ser um caso único e específico dentro do universo daquele efetivo escravo que chama tanta atenção, e por saber tratar-se de uma família que não só alcançou a liberdade, mas ascendeu economicamente e enraizou-se na localidade. Assim, compreender os aspectos que envolviam o que estou chamando de transição do cativo à liberdade torna-se um importante passo nas análises sobre a trajetória de Antônio Anacleto Varela.

<sup>473</sup> Importantes discussões e análises sobre o tema podem ser encontradas em SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750 - c. 1830*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009; GONÇALVES, Andrea Lisly. *As margens da liberdade: estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

<sup>474</sup> Na Figura 11, Quadrante C

<sup>475</sup> Na Figura 11, Quadrante B



cativeiro demandava uma série de negociações e poucas vezes significou a plena liberdade ao indivíduo liberto. A este respeito, Silvia Lara, perscrutando a agência social de indivíduos escravizados, demonstrou que no século XIX vigoraram diferentes concepções de liberdade, destacando que liberdade não se restringiu à possibilidade de vender voluntariamente sua força de trabalho. Conforme salientou a autora em artigo publicado na década de 1990, ser livre poderia significar a possibilidade de não servir a mais ninguém ou viver longe da tutela senhorial, podendo ir e vir sem controle e restrições de capatazes e feitores. Destacou-se ainda que, a liberdade, em diversas situações, significou a capacidade de constituir família e manter laços afetivos sem o perigo de ver filhos e cônjuge serem comercializados pelo seu proprietário.<sup>476</sup>

Cabe salientar, Silvia Lara é uma pesquisadora que compôs a vanguarda da virada historiográfica sobre a escravidão no Brasil, a qual combateu, principalmente, os pressupostos teóricos que generalizavam experiências e coisificavam os indivíduos escravizados.<sup>477</sup> Assim, obras como a de Sidney Chalhoub<sup>478</sup>, João José Reis<sup>479</sup>, Hebe Mattos<sup>480</sup> e Silvia Lara<sup>481</sup> trouxeram à abordagem dos estudos históricos a agência social de indivíduos escravizados e libertos, matizando suas escolhas, objetivos e estratégias sociais.

Ao fim e ao cabo, sobre a temática do acesso à liberdade no passado escravista brasileiro, o principal legado desta historiografia foi a visão de que alforria e outros ganhos materiais ou simbólicos não devem ser considerados como uma flexibilização da violência do sistema escravista e manifestação da bondade senhorial, pois não se tratava somente de benefícios concedidos pelos proprietários de escravos, mas também, como frutos da luta e resistência dos indivíduos escravizados.

Por outro lado, há aqueles autores que enfatizaram a função estrutural da alforria para a reprodução do sistema escravista, os quais destacaram a persistência de uma liberdade conservadora sustentada pelo próprio sistema. A este respeito, Manolo Florentino ressaltou que muitos indivíduos libertos, ao ascenderem economicamente, tornavam-se proprietários de

---

<sup>476</sup> LARA, Silvia H. Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil. *Projeto História*, São Paulo, nº16, p.25-38, fevereiro de 1998. p.28

<sup>477</sup> A principal obra criticada por estes autores revisionistas é GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

<sup>478</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>479</sup> REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

<sup>480</sup> CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história*. São Paulo: Brasiliense, 1987

<sup>481</sup> LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro (1750-1808)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

escravos, aspecto, segundo ele, que perpetuava a expectativa entre escravos de não apenas um dia alcançar a tão almejada liberdade, mas, também, desfrutar de um *status quo* de senhor de escravos entre os indivíduos livres. Grosso modo, tal situação significava efetivamente, a reprodução das estruturas vigentes, isto é, a reiteração do escravismo.<sup>482</sup>

Outro pesquisador a destacar as alforrias como elementos de manutenção da escravidão foi Rafael de Bivar Marquese. Baseado nos pressupostos teóricos postulados por Orlando Patterson<sup>483</sup> e Igor Kopytoff<sup>484</sup>, Marquese propõe que no passado brasileiro, a escravização, a situação da escravidão e a manumissão fizeram parte de um mesmo processo que institucionalizou a escravidão.<sup>485</sup> Finalmente, em artigo mais recente, teceu importantes críticas aos trabalhos supracitados de Silvia Lara e Sidney Chalhoub, os quais, segundo Marquese, apropriaram-se seletivamente de algumas proposições de Edward Thompson, deixando de lado a dimensão da expansão capitalista em curso no século XIX.<sup>486</sup> Segundo o autor, deixar de lado a perspectiva do capital significa incorrer no risco de perder de vista a escravidão enquanto instituição que deu sentido à formação social e econômica do Brasil.

A proposta de Rafael Marquese é fornecer um quadro teórico mais robusto à compreensão da dimensão sistêmica do escravismo brasileiro. Para ele, mesmo que haja trabalhos que há décadas destaquem a estreita relação entre tráfico negreiro transatlântico e as elevadas taxas de manumissão, é ainda restrito o entendimento das limitadas possibilidades de sucesso da resistência escrava coletiva no Brasil, o que para o autor, explica-se “sem dissociar a condição escrava da condição liberta e o tráfico negreiro das alforrias.”<sup>487</sup> Grosso modo, os números do tráfico transatlântico permitiam as altas taxas de manumissão averiguadas, pois, tão logo um cativo alcançava a liberdade, outro africano era escravizado e transportado para o Brasil, o que disseminou a escravidão pelo tecido social brasileiro, marca distintiva daquele sistema escravista.<sup>488</sup> Finalmente, a escravidão enquanto fundamento da sociedade brasileira ganhou as penas da Lei nos quadros do Estado nacional brasileiro,

---

<sup>482</sup> Sobre estas perspectivas que destacaram a função estrutural das alforrias em reproduzir as estruturas escravistas, ver FLORENTINO, Manolo. Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871. In: FLORENTINO, Manolo (org.) *Tráfico, cativo e liberdade*: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

<sup>483</sup> PATTERSON, Orlando. Slavery and Slave Revolts: A Social-Historical Analysis of First Marron War, 1655-1740. *Social and Economic Studies*, v.19, n.3, set. 1970.

<sup>484</sup> KOPYTOFF, Igor. Slavery. *Annual Review of Anthropology*. v.11, 1982.

<sup>485</sup> MARQUESE, Rafael. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 74, p.107-123, março de 2006.

<sup>486</sup> MARQUESE, Rafael. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. *Revista de Historia*, nº 169, p. 223-253, jul./dez. 2013.

<sup>487</sup> MARQUESE, Rafael. A dinâmica da escravidão no Brasil...p.110

<sup>488</sup> FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*: uma história do tráfico negreiro de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Editora Unesp, 2014.

especificamente no contexto da independência, quando os construtores do Império tomaram consciência da experiência histórica que combinou tráfico negreiro e alforrias.<sup>489</sup>

É importante ter em mente estes pressupostos interpretativos, pois estou dissertando neste capítulo sobre uma família que traçou o seu caminho entre a escravidão e a liberdade, portanto, deixo em tela estratégias de indivíduos que resistiram à escravidão e desenharam, socialmente, suas condições de indivíduos livres. Todavia, como se verá, mesmo sendo socialmente reconhecido, detentor de títulos de distinção, patente militar e o *status quo* de senhor de terra e escravos, Antônio Anacleto Varela carregou por sua trajetória de vida o estigma de homem pardo e a memória do cativo de sua mãe, o que demonstra o poder da escravidão em forjar o lugar social dos indivíduos na sociedade brasileira.

Volto pois a escrever sobre o processo de alforria da irmã e da mãe de Anacleto. Apesar de ter sido um dos vértices envolvidos neste processo de alforria, são desconhecidas as relações existentes até aquele ano entre Dona Francisca Inácia e Ana Maria de São José. Inicialmente, suponho que Senhorinha fosse fruto de alguma união consensual com algum aparentado de Dona Francisca Inácia, porém, não há qualquer indício nas fontes pesquisadas que me permitam aprofundar nesta hipótese. Uma segunda possibilidade seria imaginar alguma proximidade social entre a madrinha e o senhor de Ana Maria, todavia, do mesmo modo, não há outras informações que permitam levar adiante este pressuposto. Em nenhuma outra ocasião os dois estiveram conjuntamente diante da pia batismal ou mesmo envolvidos de forma indireta, como, por exemplo, o compadrio com uma mesma família ou sendo apadrinhados por indivíduos aparentados. Obviamente não eram desconhecidos e dúvida que houvesse alguma desavença, mas não há rastros que me possibilitem conjecturar alguma afinidade relacional entre ambos que tivesse entrado como variável determinante no processo de batismo de Senhorinha, seguido da alforria dela e sua mãe.

Diante destas constatações, mais certo é considerar que o senhor agiu como proprietário e, portanto, esteve envolvido tão somente na definição do valor exigido pela liberdade de uma peça do seu efetivo escravo. Deste modo, negociações que envolveram o pagamento de tal valor estiveram restritas à desconhecida relação que havia entre a madrinha e a mãe da criança batizada. Apesar de ser uma incógnita, não causa nenhum embargo à compreensão de todo o processo, já que muito provavelmente Francisca Inácia e Ana Maria continuaram próximas nos anos que se seguiram, pois no ano de 1831, através do

---

<sup>489</sup> MARQUESE, Rafael. A dinâmica da escravidão no Brasil...p.110

recenseamento feito no distrito de Piranga<sup>490</sup>, constatei que Clementina Ferreira de Araújo<sup>491</sup>, futura esposa de Antônio Anacleto Varela<sup>492</sup>, era agregada no domicílio de Rita Francisca Ferreira<sup>493</sup>, filha de Francisca Inácia, a esta altura já falecida.<sup>494</sup>

Tal informação quebra a linha narrativa e a cronologia do processo de transição do cativo à liberdade vivenciado por Ana Maria e seus filhos, por isso, não vou explorá-la agora. De todo modo, lancei mão de apresentá-la para explicitar que Francisca Inácia e Ana Maria possuíam alguma ligação que não se restringiu à pia batismal, ligação que além de ter possibilitado o acesso à liberdade, muito provavelmente esteve na base da manutenção desta condição. Desta forma, mais uma vez, o dia 7 de agosto de 1797 é um ponto de inflexão nas tramas cotidianas da mãe de Antônio Anacleto Varela, a partir do qual é possível elencar uma série de hipóteses sobre suas estratégias.

Alcançada a liberdade, não eram automáticos a aceitação social e o reconhecimento do indivíduo pela comunidade. A escravidão estigmatizou os afrodescendentes e cotidianamente demandava destes indivíduos estratégias de manutenção da sua condição de pessoa livre. Sobre a instabilidade da liberdade a que eram constrangidos cotidianamente homens e mulheres escravizados, Silvia Lara demonstrou que a morte do senhor era um momento determinante para escravos que haviam alcançado ganhos materiais e simbólicos que os afastavam do cativo. Segundo ela, muitos podiam perder determinadas conquistas em função de algum desafeto com herdeiros do antigo proprietário, o que significava reordenamento de estratégias e profundas transformações nas condições de vida.<sup>495</sup>

Sobre o mesmo tema, Sidney Chalhoub demonstrou que uma das marcas da sociedade oitocentista brasileira foi sua alta capacidade de privar de suas liberdades indivíduos africanos e afrodescendentes.<sup>496</sup> Segundo o autor, o medo de retornar a condição de cativo pautou o pensamento, a conduta e as estratégias de vida dos negros brasileiros. Não foi diferente com Ana Maria de São José. Pouco mais de um ano após ter deixado o cativo do tenente Rodrigo<sup>497</sup>, no registro de batismo de sua segunda filha, Ana<sup>498</sup>, no dia 7 de outubro de 1798,

---

<sup>490</sup> Arquivo Público Mineiro. *Listas Nominativas*. Disponível em: [www.poplin.cedeplar.ufmg.br](http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br)

<sup>491</sup> Na Figura 11, Quadrante D

<sup>492</sup> Na Figura 11, Quadrante D

<sup>493</sup> Na Figura 11, Quadrante D

<sup>494</sup> Arquivo da Casa Setecentista de Mariana. 1º Ofício. Códice 98, Auto 2045, *Inventário post-mortem de Dona Francisca Inácia de Souza* (1816).

<sup>495</sup> LARA, Silvia. *Campos da violência...*p.254-258

<sup>496</sup> CHALHOUB, Sidney. *A Força da Escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p.227-276. Para análises de casos elucidativas sobre o tema, ver p.231-242

<sup>497</sup> Na Figura 11, Quadrante A

<sup>498</sup> Na Figura 11, Quadrante C

o mesmo Coadjutor responsável por registrar sua alforria no ano anterior fez questão de assinalar que a batizanda era filha de “Ana Maria de São José, parda forra, escrava que foi do tenente Rodrigo José da Silva...”<sup>499</sup>

Diante deste cenário no qual era identificada pela memória do cativo, suas estratégias delineavam-se pela busca por inserção social e tornar-se conhecida não por ter sido escrava de outrem, mas, eventualmente, pelos seus importantes compadres. Além de Dona Francisca Inácia, uma importante mulher apadrinhadora daquelas localidades, tendo atuado como madrinha em 20 ocasiões entre os anos de 1790 e 1810, no ano 1797, o padrinho de Senhorinha também foi um indivíduo com amplo capital social: o licenciado Francisco José Alves da Silva<sup>500</sup>, padrinho em 18 ocasiões entre os anos de 1793 e 1808.

Todos os compadres de Ana Maria foram pessoas detentoras de títulos de distinção ou patentes militares. No batizado de Ana Florinda, no ano de 1798, o padrinho foi o padre Manoel Carvalho de Moraes<sup>501</sup>, filho do capitão Diogo Carvalho de Moraes<sup>502</sup>, o maior proprietário de escravos daquelas paragens, com nada menos que 82 cativos em sua posse em 1804.<sup>503</sup> Neste sacramento batismal, a madrinha foi dona Ana Esmeria de São Joaquim<sup>504</sup>, discriminada no assento de batismo como “cunhada do capitão comandante Antônio Gomes Sande”<sup>505</sup>, importante proprietário de engenho naquelas paragens, figura muito conhecido e com grande poderio econômico e social. Ana Esmeria, entre 1789 e 1810, apadrinhou 12 crianças, das quais somente duas eram filhas naturais, dentre elas Ana Florinda, filha de Ana Maria de São José, o que realça ainda mais os feitos alcançados pela mãe de Antônio Anacleto Varela na pia batismal.

Dois anos depois, Ana Maria ficou grávida de gêmeos, abrindo oportunidades de inserção e reconhecimento social, pois os dois batismos de uma só vez a fizeram contrair quatro relações de compadrio. Ao nascerem as duas meninas, batizadas Antônia<sup>506</sup> e Maria<sup>507</sup>, os padrinhos escolhidos foram o próprio capitão Diogo Carvalho de Moraes<sup>508</sup> e sua filha dona

---

<sup>499</sup> Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana. Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga. Livro 2, folha 54

<sup>500</sup> Na Figura 11, Quadrante A

<sup>501</sup> Na Figura 11, Quadrante B

<sup>502</sup> Na Figura 11, Quadrante A

<sup>503</sup> Arquivo Público Mineiro. Secretaria de Governo da Capitania. Caixa 77. *Recenseamento populacional do distrito de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga*

<sup>504</sup> Na Figura 11, Quadrante A

<sup>505</sup> Na Figura 11, Quadrante B

<sup>506</sup> Na Figura 11, Quadrante C

<sup>507</sup> Na Figura 11, Quadrante C

<sup>508</sup> Na Figura 11, Quadrante A

Antônia Rosa de Jesus<sup>509</sup>, para apadrinharem a primeira. Já os padrinhos de Maria foram o alferes Antônio Gonçalves Heleno<sup>510</sup>, 21 vezes nomeado em outras oportunidades, e Clara de Souza<sup>511</sup>, esposa do tenente Joaquim Alves da Cruz.

Finalmente, em 1805, Antônio Anacleto Varela<sup>512</sup> é batizado, tendo sido apadrinhado pela dona Clara Joaquina de Jesus<sup>513</sup>, esposa do capitão José Soares Valente, a qual atuou conjuntamente ao capitão Antônio Teixeira Guimarães<sup>514</sup>, genro do capitão Diogo Carvalho de Moraes, o que dá importantes pistas sobre o *modus operandi* de Ana Maria de São José. Em busca de reconhecimento e afirmação de sua liberdade, se instalou à sombra do poder de influência da família Carvalho de Moraes, pressuposições confirmadas quando se tornaram conhecidas duas ocasiões nas quais Ana Maria atuou como madrinha, ambas, apadrinhando crianças nascidas do vasto efetivo escravo dos Carvalho de Moraes. Em 1801, meses após sua filha Antônia ter sido apadrinhada pelo capitão Diogo e sua filha Antônia Rosa, Ana Maria foi madrinha de batismo de Germana<sup>515</sup>, filha natural de Leocadia crioula. Em 1806, quando Antônio Anacleto era uma criança de um ano e poucos meses, foi a vez de Joana<sup>516</sup>, filha legítima de João angola e Joaquina crioula, ser apadrinhada por Ana Maria de São José.

Creio que Ana Maria de São José já estivesse próxima do ambiente social e imersa em relações cotidianas tecidas ao entorno daquela senzala de uma importante família da localidade desde 1798, ou até mesmo antes quando o padre Manoel Carvalho de Moraes foi nomeado padrinho de sua filha Ana. Muito provavelmente, a partir destas relações viu se entreabrir a oportunidade de solidificar as bases de sua liberdade através de laços fortes com figuras reconhecidas e respeitadas. Eventualmente, num ato de negociação ou simples retribuição de favores, atuava como madrinha de cativos que não tinham a quem recorrer em hora tão necessitada.

## **A confirmação da liberdade**

A trajetória de Ana Maria de São José é um prato cheio para se conhecer os significados do compadrio na sociedade brasileira oitocentista. Na lista nominativa do ano de 1831, em seu domicílio foram recenseadas as duas filhas mais velhas, Senhorinha Maria e Ana Florinda, a primeira viúva e a segunda solteira, ambas com filhos também listados

---

<sup>509</sup> Na Figura 11, Quadrante A

<sup>510</sup> Na Figura 11, Quadrante A

<sup>511</sup> Na Figura 11, Quadrante A

<sup>512</sup> Na Figura 11, Quadrante D

<sup>513</sup> Na Figura 11, Quadrante B

<sup>514</sup> Na Figura 11, Quadrante A

<sup>515</sup> Na Figura 11, Quadrante C

<sup>516</sup> Na Figura 11, Quadrante C

naquele domicílio. Ao recolher informações sobre seus batizados, fizeram-se conhecidos os laços de compadrio da segunda geração desta família, os quais guardam consigo uma série de significados que ajudam a interpretar as hierarquias e como funcionou o fenômeno da mobilidade social. Neste recenseamento, Antônio Anacleto, aos 25 anos, era negociante e também listado no domicílio chefiado por sua mãe. Além destes, um casal de agregados, Tomás de Aquino e Maria Felisberta<sup>517</sup>, foi listado no domicílio, o que indica que as coisas iam relativamente bem para aquela família, pois, além de terem as condições de constituírem domicílio próprio, foram capazes de agregar um jovem casal, muito provavelmente desprovidos de auxílios que lhes permitissem desenvolver suas atividade e acumular algum pecúlio em domicílio próprio.

Não foram listadas as gêmeas Antônia e Maria, nem mesmo em outros domicílios da localidade, o que me levou a pressupor que faleceram ainda crianças, fato que demandou outras estratégias relacionais daquela família que confirmassem o seu lugar naquela sociedade. Em outras palavras, efetivamente, já não mais existiam as relações de compadrio confirmadas nos batismos das gêmeas Antônia e Maria, portanto, o capitão Diogo Carvalho de Moraes, sua filha, o Alferes Antônio Gonçalves Heleno e Clara de Souza, eram compadres sem afilhados, no caso específico, sem afilhadas.

Assim sendo, o elemento central da relação de compadrio, a criança batizada, já não se fazia intermediária entre Ana Maria de São José e aqueles compadres. Pode-se imaginar que no dia-a-dia do arraial, Antônia e Maria não tomavam a benção de seus padrinhos e madrinhas, reiterando o respeito que Ana Maria tanto ansiava demonstrar. Do mesmo modo, a prestação de certos favores que aquelas duas crianças poderiam receber ou realizar, estendendo os laços de parentesco espiritual para o cotidiano material, conferindo prestígio a Ana Maria de São José, deixou de ser uma prática que pudesse lançar mão.

Diante desta situação de enfraquecimento de determinados laços sociais já constituídos, uma possibilidade talvez fosse a reiteração destas relações, mas, muito provavelmente Ana Maria havia chegado ao fim do seu ciclo reprodutivo, por motivos diversos e desconhecidos, dentre os quais, arrisco dizer, a morte de seu companheiro.<sup>518</sup>

---

<sup>517</sup> Na Figura 11, Quadrante D

<sup>518</sup> Sobre este aspecto, relembro a discussão apresentada no Capítulo II sobre mulheres solteiras que eram chefes de domicílios e a vasta historiografia que pontuou que as uniões consensuais desenvolveram o mesmo papel sócio afetivo que a família sacramentada pela Igreja. Desta forma, sugiro que Ana Maria até o nascimento de Antônio Anacleto Varela, no ano de 1805, ou nos anos logo após, tivesse um companheiro, com o qual eventualmente vivesse junto e certamente fosse o pai de suas filhas e filhos. Ou ainda, algum homem casado e

Assim, já não era possível que Ana Maria oferecesse outros filhos como afilhados, reafirmando, por exemplo, a relação de clientela que havia entre ela e os Carvalho de Morais.

Quando no ano de 1815 é batizado Francisco, filho de Senhorinha Maria de Jesus, portanto, primeiro neto de Ana Maria de São José, compreende-se os rumos traçados por esta família em corroborar sua liberdade e os significados do compadrio no passado brasileiro. Entre 1806 e 1815, como já salientei, as fortes relações entre a família de Ana Maria e os Carvalho de Morais foram se enfraquecendo e, provavelmente, oferecer um neto como afilhado pudesse ser uma boa iniciativa a dar novas feições às relações entre ambas famílias. Porém não é isso que acontece. Nenhum dos padrinhos de Francisco descende da família do capitão Diogo Carvalho de Morais.

Como alguns autores já demonstraram, após a reformulação dos significados do batismo previstos pelo Concílio de Trento, o compadrio tornou-se uma relação marcada pela cerimônia religiosa, repleta de símbolos que podem não surtir efeitos práticos nas trajetórias de vida de nenhum dos envolvidos.<sup>519</sup> Por outro lado, como detectei em outro estudo preocupado com este tema, laços de compadrio foram recorrentemente reiterados ao longo do ciclo de vida dos indivíduos e suas famílias, indicando que desempenharam funções sociais nas comunidades em que se deram.<sup>520</sup>

A própria atuação de Ana Maria na pia batismal é emblemática deste caráter que o parentesco espiritual pode assumir. Como demonstrei, entre 1798 e 1806, criou e intensificou laços de compadrio com os Carvalho de Morais. Por sua vez, em função de variáveis que lhe fugiam do controle (morte de suas filhas e provável perda do seu companheiro), viu-se diante da impossibilidade de reforçar pelas vias do compadrio as relações já estabelecidas com esta família nos anos que se seguiram. Desta forma, no trato cotidiano, quando necessário, recorreu a outros compadres, dentre os quais estava Dona Clara Joaquina de Jesus, madrinha de Antônio Anacleto Varela.

Por que suponho que foi a esta madrinha e sua família que Ana Maria teve como ponto de apoio em suas estratégias de ascensão e enraizamento social? Primeiro porque Antônio

---

bem relacionado daquela comunidade era o pai de toda esta prole e esteve por trás dos bons compadres que Ana Maria teve ao longo de sua vida.

<sup>519</sup> BERTEAU, Camille; GOURDON, Vincent; ROBIN-ROMERO, Isabelle. Réseaux sociaux et parrainage: les conséquences de l'application du Concile de Trente dans une paroisse française, Aubervilliers (1552 – 1631). *Obradoiro de Historia Moderna*, v. 19, 2010, p.279-306

<sup>520</sup> ANDRADE, Mateus R. Casamento e Compadrio: registros paroquiais e inventários post-mortem na freguesia de Guarapiranga, séculos XVIII e XIX. In: LIBBY, D. C.; MENESES, J. N. C.; FURTADO, J. F.; FRANK, Z. L. *História da Família no Brasil* (Séculos XVIII, XIX e XX): novas abordagens e perspectivas. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2015. p.129-162. Cf. especialmente p.143-157



Anacleto ultrapassou os riscos de morte e pode ter sido aquele afilhado intermediador entre sua mãe e seus compadres. Além disso, no dia primeiro de maio de 1815, quando foi batizado Francisco filho de Senhorinha Maria, o padrinho escolhido foi João Soares Valente<sup>521</sup>, filho de Dona Clara Joaquina de Jesus. Dois anos depois, em maio de 1817, no batismo de outro filho homônimo do primeiro, que muito provavelmente falecera antes de completar um ano de vida, o padrinho escolhido novamente é um Soares Valente, desta vez, Antônio<sup>522</sup>, primo de João, portanto, sobrinho de Dona Clara. A madrinha de Francisco, Ana Leocadia de São Joaquim<sup>523</sup>, era concunhada de Dona Clara Joaquina, o que demonstra as novas oportunidades abertas com estas relações tecidas com os Soares Valente, que envolveram outras famílias da freguesia. Confirmando o estabelecimento deste laços, em 1820, no batismo de Sabino, terceiro filho de Senhorinha Maria, o padrinho nomeado foi Antônio Bernardes<sup>524</sup>, esposo de Ana Leocadia.

No mês de dezembro do ano de 1817, especificamente no dia 26, portanto, seguido das festividades natalinas, foi sacramentado o batismo de Rita, filha natural de Ana Florinda. Num ato de demonstração que eram fortes as relações com os Soares Valente, o padrinho da vez foi o Alferes Francisco Soares Valente<sup>525</sup>, cunhado de Dona Clara Joaquina, tio dos compadres de Senhorinha Maria. Finalmente, em 1820, o padrinho de seu segundo filho, Joaquim Anacleto, foi o capitão João Pinto de Moraes Sarmento<sup>526</sup>, um homem de negócios, importante apadrinhador local. Visto em conjunto com os batismos dos filhos de Senhorinha Maria, os padrinhos escolhidos evidenciam um certo padrão no qual laços estabelecidos são reforçados, mas, vez por outra, indivíduos de fora de determinados grupos familiares eram nomeados padrinhos, o que demonstra a estratégia de abertura dos círculos relacionais a novas oportunidades que o compadrio poderia ocasionar.

Definitivamente, Ana Maria, suas filhas e filhos haviam transmigrado da clientela dos Carvalho de Moraes para a clientela dos Soares Valente, o que deixa claro que os laços de compadrio, propensos a todo tipo de intempéries, eram passíveis de reordenamentos estratégicos e intergeracionais. Neste caso específico de uma família egressa do cativo, almejando reconhecimento social, sua condição de liberdade precisava ser dia-a-dia reafirmada, perpetuando assim o lugar destes na hierarquia social. Fluxo privilegiado do

---

<sup>521</sup> Na Figura 11, Quadrante B

<sup>522</sup> Na Figura 11, Quadrante B

<sup>523</sup> Na Figura 11, Quadrante B

<sup>524</sup> Na Figura 11, Quadrante B

<sup>525</sup> Na Figura 11, Quadrante B

<sup>526</sup> Na Figura 11, Quadrante B

prestígio numa sociedade altamente hierarquizada, o compadrio corroborou com a manutenção da condição de liberdade daqueles indivíduos, e em determinados momentos sustentou a arquitetura social que possibilitou a ascensão e a mobilidade.

A inserção de Ana Florinda e Senhorinha Maria nestas redes de compadrio não se deu somente pela posição de mães, mas também através da atuação como madrinhas de batismo. Em 1827, Ana Florinda foi madrinha de uma das filhas de Ana parda<sup>527</sup>, escrava de Manoel Alves Pereira<sup>528</sup>, genro do capitão Antônio Teixeira Guimarães, o mesmo que 22 anos antes apadrinhara Antônio Anacleto Varela. Assim como sua mãe, através de relações de trocas desiguais Ana Florinda atuava nas interseções entre o mundo dos escravos, dos indivíduos livres e libertos de cor e da elite escravista local, o que dá respaldo à hipótese que indivíduos ‘pardos livres’ transitavam no meio termo entre as senzalas e as casas-grandes. Em outras palavras, eram indivíduos que interconectavam as redes de sociabilidades constituídas tanto pelos cativos quanto por indivíduos livres, conferindo fluidez às hierarquias sociais.<sup>529</sup>

Saliento também que as relações existentes entre os envolvidos neste assento de batismo são sugestivas do funcionamento da mobilidade social no passado brasileiro. Como venho enfatizando, a liberdade necessitava ser continuamente corroborada, o que congregava indivíduos libertos e outros que transitavam nas margens da hierarquia social vigente em espaços de sociabilidades nos quais eram reconhecidos como indivíduos livres.

O que isso quer dizer? Dificilmente Ana Florinda iria integrar, por exemplo, redes de compadrio das cidades de Mariana ou Ouro Preto. Tendo em vista a sua qualidade de mulher parda numa sociedade matizada pela cor da pele, na qual o lugar social do indivíduo estava intimamente relacionado à distância deste com a escravidão, naqueles espaços sua liberdade eventualmente talvez pudesse ser posta a prova.

Não é preciso exemplificar com localidades muito distantes como Mariana e Ouro Preto, situadas fora dos limites da freguesia em que comungavam. Verdade é que Ana Florinda, Senhorinha Maria e Ana Maria de São José somente estiveram presentes em sacramentos batismais que foram realizados na matriz de Piranga, portanto, nem mesmo outras capelas da freguesia compuseram o espaço no qual tiveram a liberdade de atuar como

---

<sup>527</sup> Na Figura 11, Quadrante C

<sup>528</sup> Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana. Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga. Livro 11, folhas 87v-88

<sup>529</sup> Para um estudo de caso detalhado destas interrelações entre pardos livres, cativos e senhores de escravos, ver ANDRADE, Mateus Rezende de. Da senzala à capela. Compadrio, redes sociais e algumas considerações sobre o lugar social de ‘pardos livres’ nas Minas Gerais oitocentistas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 7, p. 78-99, 2016.

madrinhas. Em vista dos seus compadres e das relações familiares dos senhores proprietários das crianças apadrinhadas por estas mulheres, não é arriscado afirmar que as sociabilidades que conferiam o lugar social desta família egressa do cativo estiveram restritas ao subsídio relacional que sua rede de compadrio pode proporcionar. Não à toa, a liberdade é uma qualidade da condição social do indivíduo, a qual esteve sujeita ao reconhecimento e à aceitação da comunidade na qual pudesse se manifestar.

## **Mobilidade e ascensão social**

Entre os anos de 1797 e 1828, demonstrei o processo de gestação e corroboração da liberdade de Ana Maria de São José e seus descendentes. Através de um jogo de trocas desiguais viu-se que foram abertas oportunidades ao enraizamento social desta família, a qual, no limiar entre o mundo dos senhores e dos escravos, afirmou sua liberdade. Muito provavelmente, foi em meio a este contexto de afirmação e reconhecimento do lugar social de sua família que Antônio Anacleto Varela compreendeu o funcionamento das hierarquias e os artifícios das sociabilidades locais, traçando sua rota até importantes cargos e títulos na administração municipal e na Guarda Nacional.<sup>530</sup>

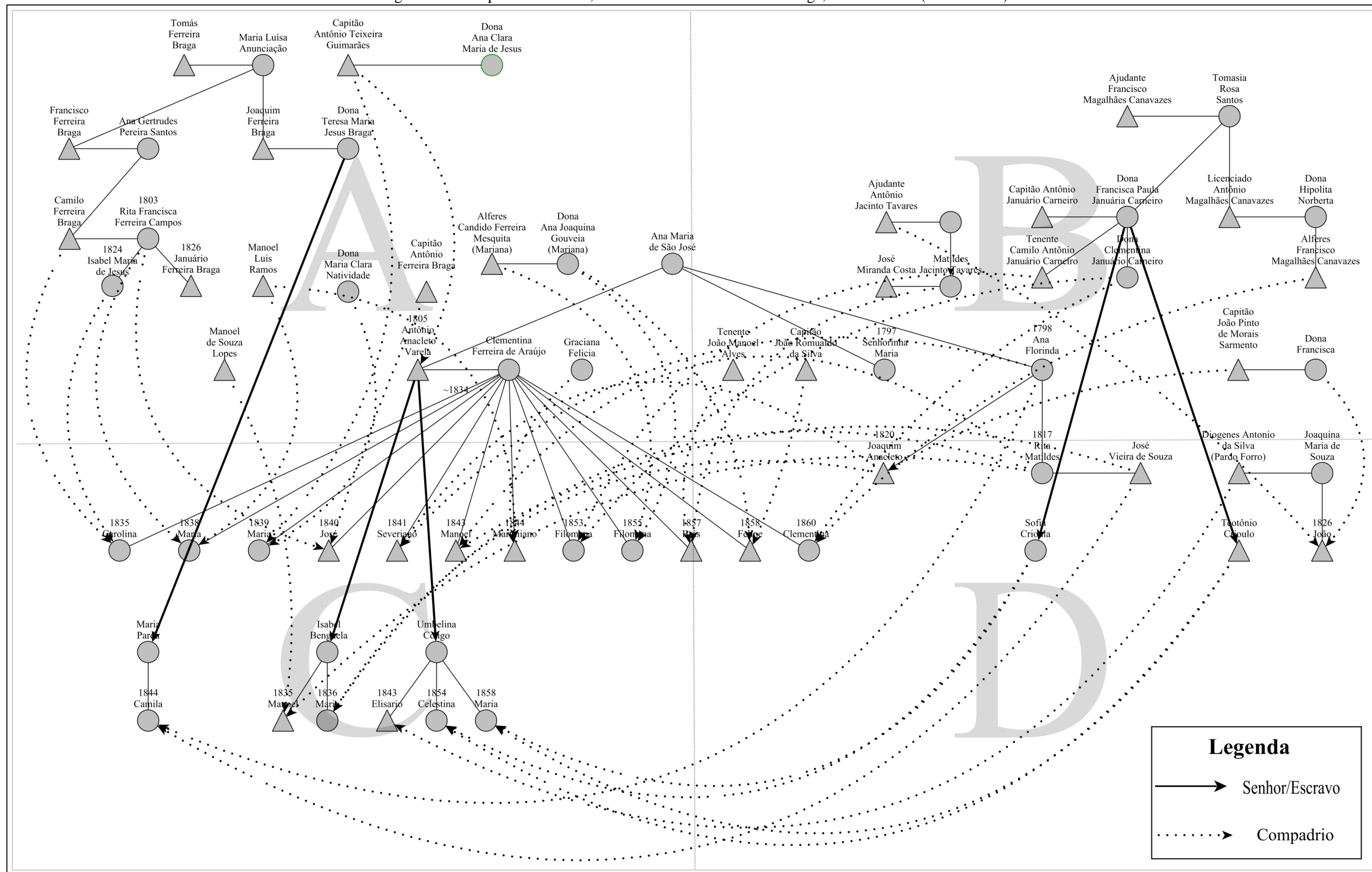
Poucas são as informações que podem atestar por esteve Antônio Anacleto Varela durante estes anos, pois, diferente de suas irmãs, as quais tiveram papel ativo na pia batismal, ele não atuou como padrinho e nem levou filhos para serem batizados nas décadas iniciais do século XIX. Porém, é quase certo que foi neste momento que tomou notas das artimanhas do mundo dos negócios, assim listado no ano de 1831.

Tenho como base destes pressupostos a constatação que a família Soares Valente, com a qual os Varelas eram muito bem relacionados, eram agentes dos negócios locais. Além deles, seu padrinho, o capitão Antônio Teixeira Guimarães, era um grande proprietário de escravos, recenseado como “negociante” no ano de 1831, bem como o capitão João Pinto de Moraes Sarmiento, padrinho de Joaquim Anacleto, sobrinho de Antônio Anacleto. Todas estas informações demonstram que o universo social em que estava imerso Antônio Anacleto Varela era de homens de negócio, com os quais muito provavelmente ele aprendeu os percalços e as benesses desta atividade, a qual certamente lhe possibilitava expandir o reconhecimento entre vários estratos da população local.

---

<sup>530</sup> No ano de 1856, no inventário de Dona Clara Maria Violante, confeccionado na Vila de Piranga, Antônio Anacleto Varela é discriminado como o “atual coletor agente de impostos deste município”. (Arquivo do Fórum de Piranga, inventários *post-mortem*, Caixa A208, Auto 584, inventário de Dona Clara Maria Violante). Além deste cargo na administração municipal, em vários assentos de batismo Antônio Varela é listado como alferes e capitão da Guarda Nacional.

Figura 12 - Compadrio e família, Antônio Anacleto Varela - Piranga, Minas Gerais (1835 - 1863)



Fontes: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Livros de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga; Arquivo da Casa Paroquial de Piranga, Livros de Batismo.

Procedo agora à exposição e análise das relações de compadrio firmadas por Antônio, no intuito de explorar os caminhos do enraizamento e da mobilidade social (Figura 12). No dia 26 de dezembro de 1835, o padre Silvério Antônio Barbosa de Queiroz batizou e colocou os santos óleos em Carolina, filha legítima de Antônio Anacleto Varela e Clementina Ferreira de Araújo, ambos declarados como pardos pelo pároco.<sup>531</sup> Os padrinhos nomeados foram Camilo Ferreira Braga e sua filha Isabel Maria de Jesus, os quais eram velhos conhecidos do casal, pois, conforme já salientado e explícito na Figura 11, Clementina havia sido agregada no domicílio chefiado por Camilo. Além desta inter-relação, cabe destacar, Camilo Ferreira Braga era genro de Dona Francisca Inácia, aquela senhora que havia pagado 32 oitavas de ouro ao proprietário da mãe de Antônio Anacleto e desencadeado o processo de corroboração da liberdade desta família egressa do cativo. Portanto, quase quatro décadas após este evento singular nesta trajetória familiar, suas gerações ainda se entrecruzavam com a mesma comunidade de pessoas, reforçando as hierarquias que definiam o lugar social dos indivíduos e apresentando as feições das afinidades que definiam as sociabilidades cotidianas.

Em outras duas ocasiões estas famílias se encontraram na pia batismal da matriz de Piranga, e em ambas Rita Francisca Ferreira Campos<sup>532</sup> foi a madrinha nomeada. A primeira delas, em agosto de 1838, quando juntamente com Manoel Luís Ramos<sup>533</sup> foi madrinha de Maria.<sup>534</sup> Porém, muito provavelmente a criança não suportou os riscos de morte que acometiam a infância em larga escala, o que produziu outra ocasião para que Antônio Anacleto e Clementina dessem uma filha como afilhada de Rita Francisca. Em 1840, no mês de outubro, foi batizado José<sup>535</sup>, tendo sido seu padrinho o capitão Antônio Ferreira Braga<sup>536</sup>, o qual, em vista dos seus sobrenomes, talvez fosse algum parente de Camilo Ferreira Braga, esposo de Rita Francisca, esta, novamente atuando como madrinha de um dos filhos de Antônio e Clementina.

Entre estes dois batismos, no dia 2 de setembro de 1839, foi batizada outra filha do casal, também chamada Maria.<sup>537</sup> Mais uma vez o padrinho já era conhecido de Antônio Anacleto Varela, a saber, o seu padrinho de batismo o capitão Antônio Teixeira Guimarães.<sup>538</sup>

---

<sup>531</sup> Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana. Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga. Livro 11, folha 157v.

<sup>532</sup> Na Figura 12, Quadrante A

<sup>533</sup> Na Figura 12, Quadrante A

<sup>534</sup> Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana. Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga. Livro 11, folha 224v.

<sup>535</sup> Arquivo da Casa Paroquial de Piranga. Batismos da Matriz de Piranga. Livro 1, folha 31

<sup>536</sup> Na Figura 12, Quadrante A

<sup>537</sup> Arquivo da Casa Paroquial de Piranga. Batismos da Matriz de Piranga. Livro 1, folha 16

<sup>538</sup> Na Figura 12, Quadrante A

Portanto, o que se depreende destas relações são as escolhas restritas ao universo das redes de sociabilidades já constituídas, revigorando laços já existentes, o que, arrisco dizer, contemporizava os significados simbólicos do rito espiritual, efetivamente, abrindo a possibilidade de funcionarem como elementos ativos nas dinâmicas da vida cotidiana.

Após esta primeira leva de batismos em que acionaram antigos laços reforçando-os intergeracionalmente, foi a vez de solidificarem as bases familiares. Em 1841, no batismo de Severiano<sup>539</sup>, os padrinhos foram Joaquim Anacleto<sup>540</sup> e Ana Florinda<sup>541</sup>, sobrinho e irmã de Antônio Anacleto Varela. Dois anos depois, em 1843, no batismo de Manoel<sup>542</sup>, Rita Matildes<sup>543</sup> – filha de Ana Florinda, portanto sobrinha de Antônio Anacleto – foi madrinha juntamente com seu esposo, José Vieira de Souza.<sup>544</sup> Finalmente, em outubro de 1844, no batismo de Martiniano<sup>545</sup>, Graciana Felícia<sup>546</sup> é a madrinha escolhida e novamente Manoel Luís Ramos atua como padrinho. Com este batismo fecha-se um segundo ciclo nas redes de compadrio do casal e um período de alta fecundidade, no qual sete filhos nasceram num período de 8 anos e nove meses.

Quase nove anos e três meses depois do batismo de Martiniano, Antônio Anacleto e Clementina voltam a aparecer como pais nos registros de batismos da vila de Piranga. É de se estranhar longos anos sem ter filhos, mas, neste período constatei um decréscimo no número de batismo por ano, muito provavelmente em função de lacunas na série documental.<sup>547</sup> De toda forma, não é para estes fatores que quero chamar a atenção do leitor e nem me esforçar em demasia na busca de suas explicações, pois muito mais saliente foi a mudança do padrão comportamental que constituiu as redes de compadrio de Antônio Anacleto Varela.

No dia 12 de janeiro de 1854, Filomena, filha de Antônio e Clementina, foi batizada na Matriz de Piranga<sup>548</sup>, tendo sido seus padrinhos o tenente Camilo Antônio Januário

---

<sup>539</sup> Arquivo da Casa Paroquial de Piranga. Batismos da Matriz de Piranga. Livro 1, folha 47

<sup>540</sup> Na Figura 12, Quadrante D

<sup>541</sup> Na Figura 12, Quadrante B

<sup>542</sup> Arquivo da Casa Paroquial de Piranga. Batismos da Matriz de Piranga. Livro 1, folha 65

<sup>543</sup> Na Figura 12, Quadrante D

<sup>544</sup> Na Figura 12, Quadrante D

<sup>545</sup> Arquivo da Casa Paroquial de Piranga. Batismos da Matriz de Piranga. Livro 1, folha 98

<sup>546</sup> Na Figura 12, Quadrante A

<sup>547</sup> Entre 1835, ano em que a primeira filha do casal é batizada, e 1844, há registros para 682 batismos sacramentados na Matriz de Piranga, mesma igreja onde foram batizados todos os filhos do casal em tela. Entre 1845 e 1853, na mesma localidade foi sacramentado um total de 238 batismos e, finalmente, entre 1854 e 1860, ano em que é batizado o último filho do casal, 630 são os batismos sacramentados e registrados. Tais constatações sugerem que nos nove anos em que não apareceram como pais nos registros de batismo, muito provavelmente continuaram a ter filhos, mas, os assentos se deterioraram e não resistiram ao tempo.

<sup>548</sup> Arquivo da Casa Paroquial de Piranga. Batismos da Matriz de Piranga. Livro 1, folha 67

Carneiro<sup>549</sup> e sua irmã Clementina Januário Carneiro, filhos do capitão Antônio Januário Carneiro, importante potentado local, àquela altura já falecido, mas que havia legado uma posição de prestígio aos seus filhos naquela sociedade. Menos de dois anos depois, em setembro de 1855, foi a vez do casal alferes Cândido Ferreira de Mesquita e Dona Ana Joaquina Gouveia<sup>550</sup> serem os padrinhos de outra filha batizada, Filomena.<sup>551</sup> Mais uma vez, o padrinho escolhido é um indivíduo com patente militar das milícias da Guarda Nacional e, assim como os Carneiro anteriormente nomeados, novos atores no universo das sociabilidades de Antônio Anacleto Varela.

Apesar disso, dois aspectos chamaram mais minha atenção neste registro de batismo. O primeiro deles foi a constatação que o alferes Cândido e sua esposa eram moradores da cidade de Mariana, fato até então inexistente nas redes sociais estabelecidas por aquela família egressa do cativo, o que indica o lugar social de Antônio Anacleto Varela ultrapassando os limites da vila e freguesia de Piranga. O segundo aspecto é a patente militar que acompanha o nome de Antônio Anacleto na ocasião desta cerimônia de batismo, a saber, capitão e não mais alferes. É razoável presumir que a ascensão na hierarquia militar esteve diretamente relacionada à expansão dos limites e do alcance relacional de sua rede social.

Não obstante, é inegável que entre as décadas de 1840 e 1850 o lugar dos Anacleto Varela era outro nas sociabilidades da vila de Piranga. Antônio havia solidificado as bases da produção da liberdade gestada por sua mãe e irmãs nas primeiras décadas do século XIX e, no alvorecer da segunda metade daquela centúria, com estratégias relacionais muito bem traçadas, em que consolidou os laços de compadrio com aqueles indivíduos que os projetaram no mundo dos livres, como foi nos casos dos batismos de Carolina, as duas filhas Marias e José, filhos nascidos entre os anos de 1835 e 1840.

A partir de 1853, com nascimento da filha Filomena, os padrinhos e madrinhas eram pessoas com alargado prestígio social na vila de Piranga e, em sua maioria, detentores de patentes militares. A este respeito, o tenente João Manoel Alves<sup>552</sup>, padrinho de Brás, batizado no ano de 1857<sup>553</sup>, atuou nesta função em 32 ocasiões entre os anos de 1833 e 1865. A madrinha, Matildes Jacinta Tavares, não foi uma grande apadrinhadora da localidade, tendo sido nomeada madrinha em outras quatro ocasiões, mas era filha do ajudante Antônio Jacinto

---

<sup>549</sup> Na Figura 12, Quadrante B

<sup>550</sup> Na Figura 12, Quadrante A

<sup>551</sup> Arquivo da Casa Paroquial de Piranga. Batismos da Matriz de Piranga. Livro 1, folha 99

<sup>552</sup> Na Figura 12, Quadrante B

<sup>553</sup> Arquivo da Casa Paroquial de Piranga. Batismos da Matriz de Piranga. Livro 2, folha 136

Tavares, indivíduo muito bem quisto, padrinho de 30 crianças entre os anos de 1817 e 1840. Em 1858, o tenente João Romualdo da Silva<sup>554</sup>, padrinho em 30 ocasiões entre 1842 e 1875, apadrinhou Felipe, o qual foi apadrinhado pela já citada Dona Ana Joaquina.<sup>555</sup> Finalmente, em 1860, Clementina<sup>556</sup> é apadrinhada pelo alferes Francisco de Magalhães Canavazes<sup>557</sup>, padrinho em outras 21 cerimônias entre 1829 e 1871. Além dele, Dona Clementina Januário é nomeada madrinha de batismo mais uma vez, reforçando os laços dos Varela com os Carneiro.

Na busca por entender as estratégias e os caminhos da mobilidade e ascensão social de Antônio Anacleto Varela, outros aspectos expressos na Figura 12 merecem atenção especial. Como se pode ver, 5 crianças nasceram em sua senzala, filhas de Isabel Benguela<sup>558</sup> e Umbelina Congo.<sup>559</sup> Nos batismo de Manoel e Maria<sup>560</sup>, filhos de Isabel, além de Manoel de Souza Lopes<sup>561</sup> que atuou como padrinho de Manoel, batizado no ano de 1835, os outros dois padrinhos nomeados são os irmãos Joaquim Anacleto e Rita Matildes, sobrinhos de Antônio Anacleto, filhos de Ana Florinda. Rita Matildes foi madrinha dos dois filhos de Isabel e Joaquim, padrinho de Maria, batizada no ano de 1836.

Como já demonstrei, Joaquim e Rita foram padrinhos de filhos de Antônio Anacleto Varela (Severiano e Manoel, respectivamente), batizados em 1841 e 1843. Destas informações vê-se que antes do laço de compadrio com Antônio Anacleto Varela, seus sobrinhos atuaram nos batismos de crianças nascidas em seu efetivo escravo, o que sugere a reprodução de forma de atuação muito parecida com aquela desempenhada por Ana Maria de São José, quando ela ainda era uma recém-egressa do cativo. Nos anos iniciais do século XIX, buscando bons compadres para seus filhos e sólidas relações que confirmassem sua liberdade, Ana Maria apadrinhava escravos nascidos na senzala do capitão Diogo Carvalho de Moraes e teve seus filhos apadrinhados por este e alguns de seus familiares (Figura 11).

A nível paroquial não intento fazer um paralelo entre o prestígio e poder do capitão Diogo e do alferes Antônio Anacleto Varela. Enquanto o primeiro era um distinto capitão da localidade, senhor de vastas posses, o segundo descendia do cativo e ao longo do século

---

<sup>554</sup> Na Figura 12, Quadrante B

<sup>555</sup> Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana. Livros de Batismo – Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 14, folha 108.

<sup>556</sup> Arquivo da Casa Paroquial de Piranga. Batismos da Matriz de Piranga. Livro 2, folha 225

<sup>557</sup> Na Figura 12, Quadrante B

<sup>558</sup> Na Figura 12, Quadrante C

<sup>559</sup> Na Figura 12, Quadrante C

<sup>560</sup> Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana. Livros de Batismo – Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 14, folhas 146 e 153.

<sup>561</sup> Na Figura 12, Quadrante A



XIX construiu uma trajetória de ascensão social e passou a dominar um lugar de intermediação naquela sociedade. Suponho que ao tornar-se um homem de negócios, pode adquirir alguns escravos e se fazer imerso em círculos relacionais de prestígio na vila de Piranga, ao passo que, perante sua família, ele era aquele indivíduo que solidificava o lugar social de indivíduos livres e legava algum prestígio ao cotidiano de seus sobrinhos e irmãs. Em outras palavras, não bastava a Joaquim Anacleto e Rita Matildes a consanguinidade com Antônio Anacleto Varela, pois, para serem reconhecidos socialmente e poderem se projetar a patamares mais altos na hierarquia local, era condição *sine qua non* pertencerem à clientela de seu tio, situando-se debaixo da sombra de seu poder, o que envolvia compatibilizarem-se às suas redes de compadrio.

Tal constatação indica o funcionamento de parcelas da estrutura social no Brasil dos Oitocentos e reforça o papel de intermediador que quero frisar. Note, por exemplo, que o padrinho de batismo de Elisário<sup>562</sup>, filho de Umbelina Congo, foi Diógenes Antônio da Silva<sup>563</sup>, um indivíduo discriminado como “pardo forro”, logo, um egresso do cativo. Além desta relação de compadrio indireto entre ele e Antônio Anacleto Varela, há ainda a constatação que ambos foram recenseados como negociantes no ano de 1831. Logo, podem ter se aproximado em função de suas atividades profissionais e, assim, Antônio Anacleto Varela, ocasionalmente, intermediou a nomeação de Dona Francisca como madrinha de João, filho de Diógenes, batizado no ano de 1826<sup>564</sup>, visto que era esposa do capitão João Pinto de Moraes Sarmiento<sup>565</sup>, compadre de Ana Maria de São José, mãe de Antônio Anacleto.

Eventualmente, foi por esta mesma época que Anacleto Varela visionou adentrar-se à clientela de Antônio Jacinto Tavares (padrinho de João), homem proprietário de 21 cativos e listado como tropeiro no ano de 1831, atividade muito próxima da desenvolvida por Antônio Anacleto e Diógenes. De toda forma, independente da atuação de Antônio Anacleto e das expectativas originadas destas inter-relações, o certo é que elas demonstram a já averiguada reiteração de laços de compadrio, sejam eles diretos ou indiretos, indicando que as sociabilidades locais funcionavam em rede e a mesma era cotidianamente acionada.

Para reforçar estes apontamentos, a análise das informações contidas nos registros de batismos dos dois filhos mais novos de Umbelina, cativa de Antônio Anacleto Varela, são

---

<sup>562</sup> Arquivo da Casa Paroquial de Piranga. Batismos da Matriz de Piranga. Livro 1, folha 71

<sup>563</sup> Na Figura 12, Quadrante D

<sup>564</sup> Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana. Livros de Batismo – Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 5, folhas 59v.

<sup>565</sup> Na Figura 12, Quadrante D

esclarecedoras. Em ambas as ocasiões, no batismo de Celestina e Maria, nos anos de 1854 e 1858<sup>566</sup>, respectivamente, os padrinhos nomeados são parte constituinte do efetivo escravo de Dona Francisca de Paula Januária Carneiro<sup>567</sup>, mãe do tenente Camilo Januário Carneiro, o qual recentemente havia contraído laço de compadrio com Antônio Anacleto Varela. Conjecturo que, através da proximidade social recentemente confirmada com os Carneiro, Antônio Anacleto encaminhou a indicação dos padrinhos dos filhos de Umbelina<sup>568</sup>, firmando-se nos círculos relacionais de importante família da localidade, o que lhe abriu a possibilidade de novamente ter uma filha apadrinhada por Dona Clementina Carneiro no ano de 1860.

### **Redes de intermediação e os enlaces da possibilidade**

Ao analisar a trajetória de Antônio Anacleto Varela e os laços por eles firmados na pia batismal, tenho por hipótese que o sucesso de sua ascensão foi consequência de um pleno reconhecimento do seu lugar de agente intermediário nas estruturas e hierarquias sociais daquela sociedade. Em vista do que venho realçando até aqui, vou explorar as bases da minha suposição de Antônio Anacleto Varela ter acatado o papel de intermediador entre o mundo dos libertos e dos potentados locais.

Enquanto na Figura 12 estão as relações de compadrio firmadas por Antônio Anacleto a partir dos sacramentos de batismo de seus filhos, na Figura 13 está exposto o outro lado da moeda do parentesco espiritual, portanto, as ocasiões em que atuou como padrinho, a partir dos quais se pode abranger em maiores detalhes como o mesmo se posicionou na estrutura relacional e jogou com as tramas da mobilidade e ascensão social.

---

<sup>566</sup> Arquivo da Casa Paroquial de Piranga. Batismos da Matriz de Piranga. Livro 1, folhas 79 e 181

<sup>567</sup> Na Figura 12, Quadrante B

<sup>568</sup> Não é meu intuito, a partir destas constatações e pressuposições, balizar a discussão sobre a formação de famílias escravas no passado brasileiro. Sobre este debate, ver FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico: Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997; BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Batismo e Compadrio de Escravos: Montes Claros (MG), século XIX. *Lócus: Revista de História*, Juiz de Fora, vol. 3, nº 1. 1997. p.108-115; KJERFVE, T. M. G. N.; BRÜGGER, S. M. J. Compadrio: relação social e libertação espiritual em sociedades escravistas (Campos, 1754-1766). *Estudos Afro-Asiáticos*, 20, Junho de 1990. Porém, o que os dados apresentados atestam é que os laços de compadrio de mães cativas estavam imersos no universo relacional dos senhores. Não é fato comprovado que Antônio Anacleto escolheu Teotônio e Sofia como padrinhos das filhas de Umbelina, sua escrava, mas a proximidade social que havia entre os senhores (Carneiros e Varelas) dos cativos envolvidos neste sacramento pode ter restringido e constrangido o universo social da escolha realizada por Umbelina. No mínimo, deixo aqui a indicação às pesquisas sobre a formação de famílias escravas e as sociabilidades dos atores cativos, sobre a essencialidade de se ampliar o quadro analítico das redes de compadrio nas quais estavam inseridos os senhores proprietários de escravos, os indivíduos libertos que orbitavam suas senzalas e os cativos. A partir destes procedimentos, pode-se constituir um quadro mais nítido para se ponderar o funcionamento das estruturas e agências sociais.

Conhecendo a trajetória de vida de Antônio Anacleto Varela, minha pressuposição é que em algum momento, ao acionar a liberdade legada por sua mãe, entreviu a possibilidade de alcançar um lugar de estabilidade na hierarquia social piranguense. Naquele arraial, em finais da década de 1820 e início de 1830, não há indicações que sua liberdade não fosse reconhecida. É fato que a memória do cativo o estigmatizara pela qualidade de homem pardo, denominação que demarcou o seu lugar nas hierarquias das cores, fruto de um processo histórico que desencadeou a racialização da sociedade brasileira.<sup>569</sup> Por outro lado, é inegável que Antônio Anacleto Varela em inícios da década de 1830 já havia conquistado um lugar de destaque naquela sociedade.

Numa busca rápida por todos os homens recenseados em todos os distritos que compunham o Vale do Rio Piranga, 1.193 homens, com 14 anos de idade ou mais<sup>570</sup>, foram discriminados como homens pardos livres ou libertos. Destes, 751 tinham alguma ocupação, dos quais 101 desenvolviam alguma atividade ligada ao setor do comércio, dentre os quais estava Antônio Anacleto Varela.<sup>571</sup> Averigüei que este setor da economia era dominado pelos homens pardos, os quais correspondiam a 55,80% de todos os homens acima dos 14 anos recenseados como tropeiros, negociantes, caixeiros etc. Do restante dos oitenta homens livres ou libertos ligados a este setor ocupacional, um era africano, 71 eram brancos e oito foram listados como crioulos.

A meu ver, a trajetória de Antônio Anacleto Varela destaca-se não pela especificidade, mas pela consciência que demonstra ter tido das oportunidades. Ele não era o único indivíduo descendente do cativo atuando no mundo dos negócios, aspecto indicativo que soube identificar os setores da economia ao qual pudesse se incorporar e ser aceito. Cabe lembrar que no contexto socioeconômico do Brasil oitocentista, distinguido por décadas de acentuação das desigualdades, indivíduos libertos eram cotidianamente surpreendidos por indefinições e incertezas sobre a legalidade de sua liberdade.<sup>572</sup> Assim, acredito que seguir o fluxo das tendências de inserção no setor das atividades comerciais foi uma escolha estratégica, possibilitando a Antônio Anacleto Varela se situar economicamente num ramo de atividades no qual um homem pardo e descendente do cativo tinha ampla aceitação e não sofreria grandes embargos à ascensão social.

---

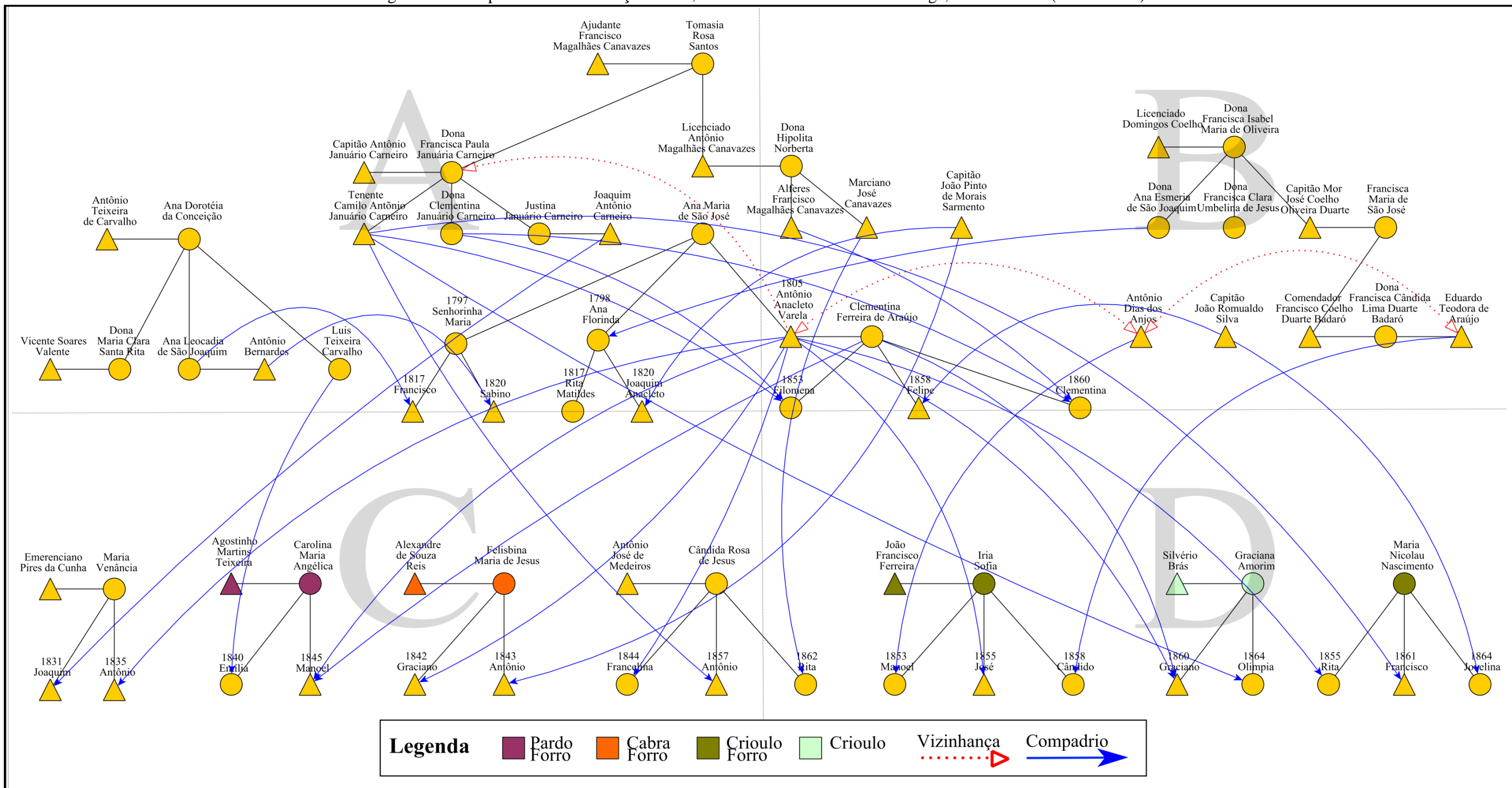
<sup>569</sup> Sobre esta temática sugiro a leitura do artigo de Douglas Libby. Ver LIBBY, Douglas Cole. A Culture of Colors: Representational Identities and Afro-Brazilians in Eighteenth- and Nineteenth-Century Minas Gerais. *Luso-Brazilian Review*, v. 50, p. 26-53, 2013

<sup>570</sup> Definiu-se esta idade por ter sido a mais nova dentre todos os homens listados em atividades comerciais.

<sup>571</sup> Arquivo Público Mineiro. *Listas Nominativas*. Disponível em: [www.poplin.cedeplar.ufmg.br](http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br)

<sup>572</sup> Ver CHALHOUB, Sidney. *A Força da Escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Figura 13 - Compadrio e intermediação social, Antônio Anacleto Varela – Piranga, Minas Gerais (1835 - 1863)



Fontes: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Livros de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga; Arquivo da Casa Paroquial de Piranga, Livros de Batismo

Tal constatação reforça que, assim como soube identificar o setor ocupacional ao qual se incorporar, também tomou nota do papel social a desempenhar. As análises de suas redes de compadrio sugerem que havia um reconhecimento do seu lugar social nas hierarquias locais, o qual, estrategicamente gestado ao longo das décadas de 1830, 1840 e 1850, garantiu-lhe certos prestígios e destaques naquela sociedade.

Na Figura 13, vê-se que em 1835 Antônio Anacleto Varela foi padrinho de Antônio<sup>573</sup>, filho de Emerenciano Pires da Cunha e Maria Venância<sup>574</sup>, os quais eram inter-relacionados com a família Carneiro desde 1831, quando Joaquim Antônio Carneiro<sup>575</sup>, genro de Dona Francisca de Paula Januária Carneiro<sup>576</sup>, apadrinhou Joaquim, primeiro filho do supracitado casal.<sup>577</sup> Possivelmente, nestes anos, Antônio Anacleto já intentasse alguma aproximação com os Carneiro, a qual se consumou na década de 1850, no já apresentado batismo de sua filha Filomena.

No ano seguinte, no dia 27 de maio, Antônio Anacleto e sua esposa, Clementina Ferreira de Araújo, foram padrinhos de Venâncio<sup>578</sup>, alforriado na pia batismal, filho de Carlota, uma mulher discriminada como parda, escrava de Camilo Ferreira Braga. Já é sabido que os Ferreira Braga e os Anacleto Varela eram famílias próximas, envolvidas em relações de compadrio desde quando a mãe de Antônio Anacleto Varela ainda era cativa do tenente Rodrigo José. Além de ser indicativa das imbricadas relações de compadrio que envolviam indivíduos cativos e as sociabilidades dos seus senhores<sup>579</sup>, é de se supor que neste rito de parentesco espiritual estiveram envolvidos afetos e amizades que remontam à estrutura do domicílio chefiado por Camilo Ferreira Braga.

No ano de 1831, Clementina, aos doze anos de idade, era uma agregada neste domicílio, listada logo abaixo da filha do casal, enquanto a última cativa recenseada era justamente Carlota, com treze anos de idade. Apesar das claras desigualdades que marcaram a trajetória de ambas, enquanto uma era livre, outra era escrava, uma parda e outra crioula, não é exagerado imaginar que tivessem compartilhado uma série de afetos e desafetos, bem como alegrias e desilusões, as quais culminaram nos apadrinhamentos de Venâncio e Maria,

---

<sup>573</sup> Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana. Livros de Batismo – Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 11, folhas 148.

<sup>574</sup> Na Figura 13, Quadrante C

<sup>575</sup> Na Figura 13, Quadrante A

<sup>576</sup> Na Figura 13, Quadrante A

<sup>577</sup> Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana. Livros de Batismo – Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 11, folhas 173v.

<sup>578</sup> Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana. Livros de Batismo – Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 11, folhas 152v.

<sup>579</sup> Ver nota de rodapé 568, página 209

também alforriada na pia batismal, segunda filha de Carlota nascida no cativo de Camilo Ferreira Braga, batizada no ano de 1840.<sup>580</sup>

Em 1841, no dia 15 de julho, Antônio Anacleto foi padrinho de batismo de José, filho de Antônio Arruda e Joana Leocadia<sup>581</sup>, casal discriminado como cabras, uma rara cor/qualidade no universo étnico das Minas Gerais.<sup>582</sup> Menos de dois meses depois, em 5 de setembro, foi a vez de apadrinhar Ana, filha de Manoel Rodrigues Vieira e Maria Rodrigues da Cruz<sup>583</sup>, ambos pardos, o que expressa um padrão de apadrinhamento assumido por Anacleto Varela circunscrito em sua grande maioria aos laços de compadrio com indivíduos com alguma cor declarada.

Em 1842, no dia 23 de janeiro, mais uma vez os compadres de Antônio Anacleto são pessoas declaradas cabras, além de terem sido discriminados como forros: Alexandre de Souza Reis e Felisbina Maria de Jesus<sup>584</sup>, pais do seu afilhado Graciano.<sup>585</sup> Desta relação chama a atenção ter sido o próximo filho do casal, Antônio, batizado em 1843<sup>586</sup>, apadrinhado pelo capitão João Pinto de Moraes Sarmiento<sup>587</sup>, padrinho de Joaquim Anacleto (sobrinho de Antônio), de quem já era conhecido e socialmente próximo. Suponho que a relação de compadrio com Antônio Anacleto Varela abriu a oportunidade ao casal em foco de tornarem-se compadres do prestigioso capitão João Sarmiento, o qual, cabe salientar, era o único detentor de título ou patente militar dentre todos os padrinhos dos filhos de Alexandre e Felisbina.

Em 1844, intermediação semelhante volta a ocorrer num espaço de tempo alargado. Naquele ano, no dia 6 de abril, Antônio Anacleto apadrinhou Francelina<sup>588</sup>, filha de Antônio José de Medeiros e Cândida Rosa.<sup>589</sup> Treze anos depois, em 1857, quando os Varela já compunham a clientela dos Carneiro, o tenente Camilo Antônio Januário Carneiro<sup>590</sup> foi o padrinho escolhido no batismo de Antônio, outro filho de Antônio José e Cândida.<sup>591</sup>

---

<sup>580</sup> Arquivo da Casa Paroquial de Piranga. Batismos da Matriz de Piranga. Livro 1, folha 30

<sup>581</sup> Arquivo da Casa Paroquial de Piranga. Batismos da Matriz de Piranga. Livro 1, folha 39

<sup>582</sup> Sobre a temática, ver LIBBY, Douglas Cole; FRANK, Zephyr. Voltando aos registros paroquiais de Minas colonial: etnicidade em São José do Rio das Mortes, 1780-1810. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 29, n. 58, 2009.

<sup>583</sup> Arquivo da Casa Paroquial de Piranga. Batismos da Matriz de Piranga. Livro 1, folha 46

<sup>584</sup> Na Figura 13, Quadrante C

<sup>585</sup> Arquivo da Casa Paroquial de Piranga. Batismos da Matriz de Piranga. Livro 1, folha 49

<sup>586</sup> Arquivo da Casa Paroquial de Piranga. Batismos da Matriz de Piranga. Livro 1, folha 68

<sup>587</sup> Na Figura 11, Quadrante B; Na Figura 12, Quadrante D; Na Figura 13, Quadrante B

<sup>588</sup> Arquivo da Casa Paroquial de Piranga. Batismos da Matriz de Piranga. Livro 1, folha 89

<sup>589</sup> Na Figura 13, Quadrante C

<sup>590</sup> Na Figura 13, Quadrante A

<sup>591</sup> Na Figura 13 somente estão expostos aqueles batismos que

Nos batismos dos filhos de Maria Nicolau Nascimento<sup>592</sup>, uma mulher crioula egressa do cativo, bem como de Silvério Brás e Graciana Amorim<sup>593</sup>, Antônio Anacleto Varela atuou como intermediador entre os pais dos batizados e outros padrinhos situados em patamares mais altos da hierarquia local. No primeiro caso, após ter sido padrinho de batismo Rita, no ano de 1855<sup>594</sup>, os padrinhos de dois outros filhos de Maria Nicolau eram seus compadres, a saber, tenente Camilo<sup>595</sup> e o capitão João Romualdo.<sup>596</sup> Já no caso dos filhos de Silvério e Graciana, ao ser padrinho de Graciano em 1860<sup>597</sup>, muito provavelmente facilitou o acesso deste casal ao compadrio com o tenente Camilo Carneiro, firmado no batismo de Olímpia em 1864.

Não posso deixar de lado a relação de compadrio existente entre Antônio Anacleto e sua esposa com o casal de pardos forros Agostinho Martins Teixeira e Carolina Maria Angélica<sup>598</sup>, elucidativa sobre suas estratégias e o seu posicionamento social na estrutura relacional da vila de Piranga. Em 1845, foram padrinho e madrinha de Manoel<sup>599</sup>, segundo filho de Agostinho e Carolina, os quais a esta época já eram compadres de Luís Teixeira de Carvalho<sup>600</sup>, padrinho de Emília, nascida no ano de 1840.<sup>601</sup> Pode-se dizer que os Teixeira de Carvalho eram uma família com a qual os Varela tinham boas relações, afinal, Ana Leocádia de São Joaquim<sup>602</sup> e seu esposo, Antônio Bernardes<sup>603</sup>, eram compadres de Senhorinha Maria, irmã de Antônio Anacleto. Conjecturo que algum dos Teixeira Carvalho, cientes da eminência do nascimento de mais um filho de Agostinho e Carolina, tivesse acionado Antônio Anacleto Varela como padrinho da criança, sem deixá-la desvalida de tão importante símbolo de inserção ao mesmo tempo na comunidade religiosa e social.

Tais constatações indicam que Anacleto Varela, antes de se tornar um importante apadrinhador da localidade, indivíduo com um peculiar trânsito entre os diversos estratos que compunham a hierarquia piranguense, atendeu demandas sociais apresentadas por aqueles que garantiram sua liberdade, reforçando através de trocas desiguais o seu lugar naquele universo relacional. Cabe lembrar, este foi o mesmo *modus operandi* detectado na escolha dos

---

<sup>592</sup> Na Figura 13, Quadrante D

<sup>593</sup> Na Figura 13, Quadrante D

<sup>594</sup> Arquivo da Casa Paroquial de Piranga. Batismos da Matriz de Piranga. Livro 2, folha 101

<sup>595</sup> Na Figura 12, Quadrante B; Na Figura 13, Quadrante A

<sup>596</sup> Na Figura 13, Quadrante C; Na Figura 12, Quadrante B

<sup>597</sup> Arquivo da Casa Paroquial de Piranga. Batismos da Matriz de Piranga. Livro 2, folha 229-230

<sup>598</sup> Na Figura 13, Quadrante C

<sup>599</sup> Arquivo da Casa Paroquial de Piranga. Batismos da Matriz de Piranga. Livro 1, folha 137

<sup>600</sup> Na Figura 13, Quadrante A

<sup>601</sup> Arquivo da Casa Paroquial de Piranga. Batismos da Matriz de Piranga. Livro 1, folha 25

<sup>602</sup> Na Figura 11, Quadrante B; Na Figura 13, Quadrante A

<sup>603</sup> Na Figura 11, Quadrante B; Na Figura 13, Quadrante A

padrinhos de seus filhos, quando primeiro reforçou laços com famílias com as quais já era inter-relacionado e em seguida alargou as bases de sua atuação como compadre.

Finalmente, o último aspecto a ser destacado da Figura 13 são as relações de vizinhança, as quais se tornaram um problema a se ponderar, quando constatei que todos os padrinhos escolhidos por João Francisco e Iria Sofia<sup>604</sup> eram proprietários de terras nas mesmas redondezas. Curioso que não eram compadres ou possuíam qualquer outra relação além daquela em torno da posse da terra. Portanto, é inegável que João Francisco e Iria Sofia nomeavam os padrinhos de seus filhos a partir de um espectro geográfico. Alcançada a liberdade, muito provavelmente moravam nas redondezas das terras de Antônio Anacleto Varela, Antônio Dias dos Anjos e Eduardo Teodoro de Araújo, vizinhos que ao tornarem-se compadres reforçavam a condição de liberdade do casal e possibilitavam tornarem-se reconhecidos socialmente, o que me levou a avaliar as interseções entre o compadrio e a vizinhança.

### **Compadrio e vizinhança**

No dia 22 de abril de 1855, Antônio Anacleto Varela dirigiu-se ao pároco da vila de Piranga e declarou ser possuidor de três pedaços de terras. Uma denominada “terras de cultura” sita no córrego do Catanho adquiridas por compra a Felipe Pereira da Silva Barcelos.<sup>605</sup> A segunda propriedade era uma “porção de terras” no local denominado Pirapetinga<sup>606</sup>, adquirida por compra de Antônio Vieira de Souza. Por fim, uma chácara no Bom Jardim<sup>607</sup>, outro topônimo por ele referido, a qual havia sido adquirida por compra a Dona Rita Francisca Ferreira Campos<sup>608</sup>, comadre de Antônio Anacleto e sua esposa, cônjuge do chefe do domicílio onde Clementina era agregada na década de 1830. Obviamente as sociabilidades pretéritas haviam possibilitado a Antônio Anacleto ter informações privilegiadas sobre o processo de compra e venda de pedaços das terras dos Ferreira Braga, mas, o mais importante, tal constatação deixa claro que haviam interseções entre o compadrio, as sociabilidades cotidianas e a posse da terra.

Das três propriedades, a que lhe proporcionou maior reconhecimento e indica um espaço onde já era enraizado socialmente era a do local chamado Pirapetinga. Naquela

---

<sup>604</sup> Na Figura 13, Quadrante D

<sup>605</sup> Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Piranga. TP-1-159, Rolo 13, Registro 1518.

<sup>606</sup> Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Piranga. TP-1-159, Rolo 13, Registro 1518-02

<sup>607</sup> Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Piranga. TP-1-159, Rolo 13, Registro 1519

<sup>608</sup> Na Figura 11, Quadrante D; Na Figura 12, Quadrante A



propriedade, vários confrontantes foram declarados e muitos também lhe mencionaram como vizinho, dentre eles o coronel João Pedro Vidigal de Barros, herdeiro e sucessor de importantes potentados locais desde o século XVIII e possuidor declarante da Fazenda Pirapetinga, vultosa com seus 800 alqueires de área.<sup>609</sup>

O que isso significava para o cotidiano de Antônio Anacleto Varela e como ele leu e viveu a sua ascensão social? À luz das informações históricas recolhidas e expostas na Figura 14, demonstrarei que se houveram embargos à plena liberdade de Antônio Anacleto e sua família, eles foram pulsantes justamente nas redondezas do espaço-social da “porção de terras” do Pirapetinga. Assim, ao explorar a geografia e as sociabilidades da trajetória de Antônio Anacleto Varela, proponho a reflexão sobre a memória do cativo e os limites da mobilidade e ascensão social.

Como se pode ver através da Figura 14, diversas inter-relações conectavam os outros declarantes de terras das redondezas do lugar denominado Pirapetinga. Veja-se, por exemplo, Antônio Dias dos Anjos<sup>610</sup>, mencionado confrontante nas declarações do vigário Francisco de Paula Homem<sup>611</sup>, Eduardo Teodoro de Araújo<sup>612</sup> e Jacinto José Vargas<sup>613</sup>, além da relação de vizinhança com Antônio Anacleto.<sup>614</sup> Outro possuidor de terras naqueles arredores, Antônio Vieira de Souza, juntamente com sua esposa Teodora Guilhermina<sup>615</sup>, era seu compadre, padrinho de Antônio, nascido em 1842.<sup>616</sup> Por fim, o Licenciado Antônio Canavazes e sua filha Dona Joaquina<sup>617</sup>, os quais não declararam terras, também foram compadres de Dias dos Anjos.<sup>618</sup>

O casal capitão Jeremias Dias de Lana e Dona Teresa Felicíssima<sup>619</sup> – sobrinhos do alferes Francisco Dias da Fonseca Costa, grande proprietário de escravos da localidade – parece ter tido grande trânsito entre aqueles declarantes, pois, além de apadrinharem Querubina, filha de Antônio Dias dos Anjos, batizada no ano de 1839<sup>620</sup>,

---

<sup>609</sup> Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Piranga. TP-1-159, Rolo 13, Registro 1522

<sup>610</sup> Na Figura 14, Quadrante C2

<sup>611</sup> Na Figura 14, Quadrante A4

<sup>612</sup> Na Figura 14, Quadrante A4

<sup>613</sup> Na Figura 14, Quadrante A4

<sup>614</sup> Na Figura 14, Quadrante D1

<sup>615</sup> Na Figura 14, Quadrante A4

<sup>616</sup> Arquivo da Casa Paroquial de Piranga. Batismos da Matriz de Piranga. Livro 1, folha 51

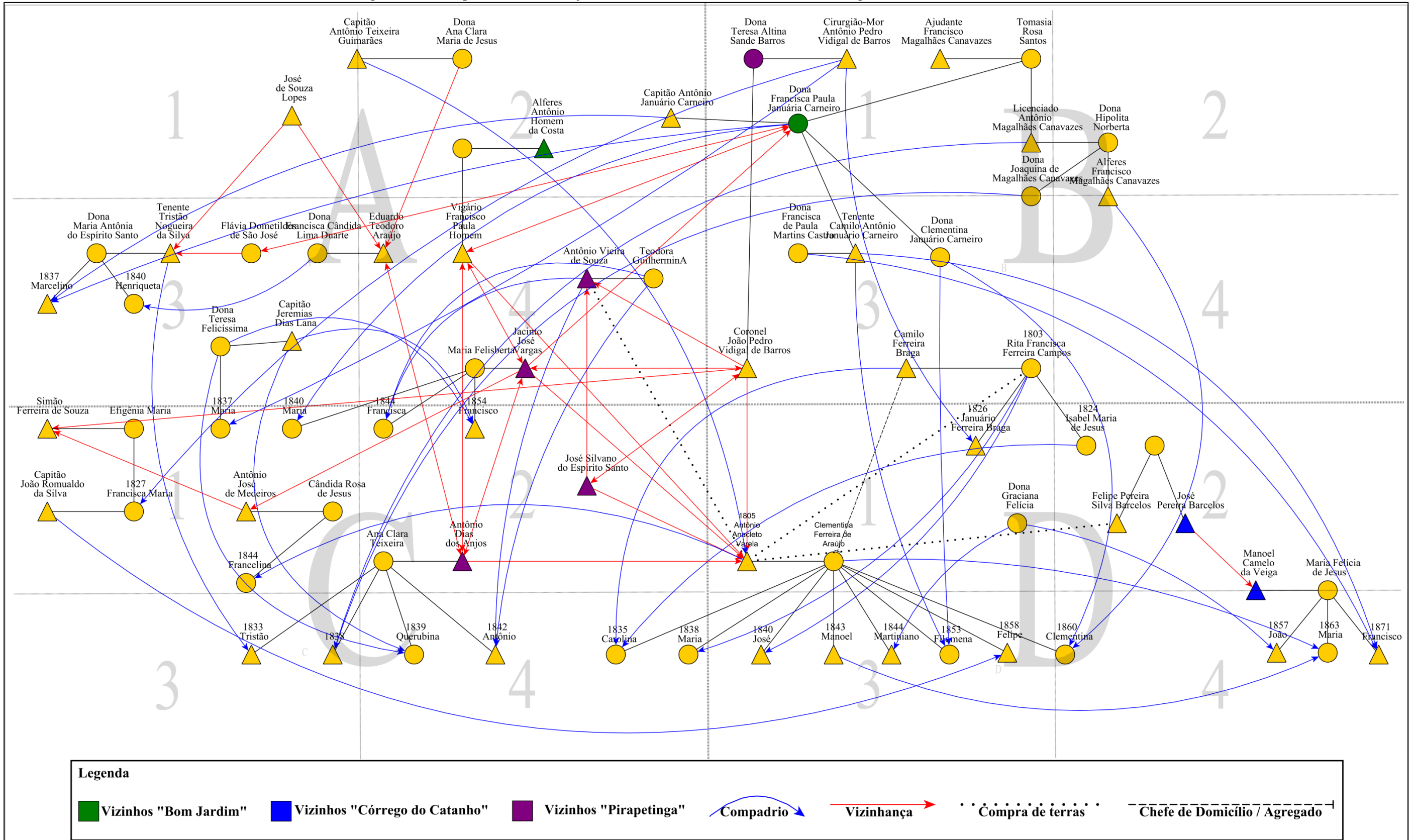
<sup>617</sup> Na Figura 14, Quadrante B1

<sup>618</sup> Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana. Livros de Batismo – Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 11, folhas 223-223v.

<sup>619</sup> Na Figura 14, Quadrante A3

<sup>620</sup> Arquivo da Casa Paroquial de Piranga. Batismos da Matriz de Piranga. Livro 1, folha 19

Figura 14 - Compadrio e vizinhança, Antônio Anacleto Varela - Vila da Piranga, Minas Gerais (século XIX)



Fontes: Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. Repartição Especial de Terras; Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Livros de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga; Arquivo da Casa Paroquial de Piranga, Livros de Batismo; Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, Inventários *post-mortem*

em 1854 tornaram-se compadres de Jacinto José Vargas ao apadrinharem seu filho Francisco.<sup>621</sup> O tenente Tristão Nogueira da Silva<sup>622</sup> não foi um declarante de terras, mas, ao ser mencionado confrontante por Flávia Dometildes<sup>623</sup> e José de Souza Lopes, deixa entrevisto que era possuidor de terras por aquelas imediações. Todavia, o mais importante de se anotar, elucidativo dos traços que configuraram aquele espaço social, são os seus laços de compadrio. Em 1837, seu filho Marcelino<sup>624</sup> foi amadrinhado por Dona Francisca de Paula Januário Carneiro<sup>625</sup> e em 1840, sua filha Henriqueta<sup>626</sup> foi amadrinhada por Dona Francisca Cândida Lima Duarte<sup>627</sup>, casada em segundas núpcias com Eduardo Teodoro Araújo, após enviuar-se do Comendador Francisco Coelho Duarte Badaró. Este, por sua vez, era aparentado do coronel João Pedro (primo de sua mãe), o que deixa indicado que o tenente Tristão traçou relações com importantes famílias da localidade, demonstrando o prestígio alcançado ao apadrinhar Tristão, nascido em 1833, filho do declarante de terras Antônio dias dos Anjos.<sup>628</sup>

As redes de compadrio de Antônio Anacleto Varela não deixam dúvidas que ele não compôs este círculo relacional que envolveu as tradicionais famílias da localidade. Verdade que ele até tentou se arraigar à tradição. Por exemplo, em sua declaração das terras do Pirapetinga, não mencionou como confrontante o coronel João Pedro Vidigal de Barros<sup>629</sup>, mas sua mãe, Dona Teresa Altina Sande Barros<sup>630</sup>, viúva do cirurgião-mor Antônio Pedro Vidigal de Barros e filha do capitão do Antônio Gomes Sande. Ainda que efetivamente quem estivesse à frente dos negócios da família fosse o coronel João Pedro, Antônio Anacleto, ao mencionar Dona Teresa Altina, demonstrou que reconhecia a história e a tradição familiar. Noutra declaração, ao não mencionar o vigário Francisco de Paula Homem como confrontante, mas “os herdeiros do Alferes Antônio Homem da Costa”<sup>631</sup>, seu pai, creio ter

---

<sup>621</sup> Arquivo da Casa Paroquial de Piranga. Batismos da Matriz de Piranga. Livro 2, folha 67

<sup>622</sup> Na Figura 14, Quadrante A3

<sup>623</sup> Na Figura 14, Quadrante A3

<sup>624</sup> Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana. Livros de Batismo – Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 5, folhas ilegíveis.

<sup>625</sup> Na Figura 14, Quadrante B1

<sup>626</sup> Arquivo da Casa Paroquial de Piranga. Batismos da Matriz de Piranga. Livro 2, folhas 27-28

<sup>627</sup> Na Figura 14, Quadrante A3

<sup>628</sup> Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana. Livros de Batismo – Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 11, folha 137v.

<sup>629</sup> Na Figura 14, Quadrante B3

<sup>630</sup> Na Figura 14, Quadrante B1

<sup>631</sup> Na Figura 14, Quadrante A2

seguido os passos da prudência, eventualmente, evitando desavenças com outros herdeiros que pudessem estar em litígio pela propriedade.<sup>632</sup>

Porém, voltando-se a atenção aos seus compadres, é evidente que não foram nas redondezas onde sua mãe gestou sua liberdade e de seus filhos que Antônio Anacleto Varela enxergou oportunidades de se projetar socialmente. Volto a bater na mesma tecla: certamente existiram limites à mobilidade e, num lugar onde a memória do cativo era vivente, podem ter sido visíveis interdições à ascensão. Cabe lembrar, o acesso à liberdade se dava processualmente<sup>633</sup> e, como já demonstrei, ciente dos entraves ao reconhecimento social, Ana Maria de São José traçou estratégias que deixassem para trás a marca de “escrava que foi do tenente Rodrigo José da Silva”, conforme fez questão de anotar o pároco responsável pelo assento de batismo de uma de suas filhas. Ao que me parece, Antônio Anacleto Varela identificou que na Pirapetinga ele sempre seria o filho de Ana Maria de São José, mulher parda forra, o que, numa sociedade hierarquizada e extremamente desigual, lhe legou um estado de exceção.

Enquanto nos anos iniciais da década de 1830 outros proprietários de terras daquelas paragens firmavam laços de compadrio com potentados locais – Vidigal de Barros, Coelho Duarte e Dias de Lana –, Varela e Clementina eram agraciados pelos Ferreira Braga, ainda situados em círculos relacionais que reforçavam a condição de liberdade. Uma boa escolha convém afirmar, contudo, circunscrita a um diminuto espaço relacional, o qual, já se sabe, foi alargado por Antônio Anacleto Varela.

Pode pairar a dúvida se por aqueles tempos, década de 1830, Anacleto Varela fosse morador ou conhecido na Pirapetinga. Caso não fosse, toda a argumentação cai por terra, é verdade. Se já era proprietário de terras, não posso afirmar, mas, informações extraídas dos dois recenseamentos confeccionados naquela década deixam claro que era alguém presente naquele espaço social e elucidam muitos aspectos sobre a transição do cativo à liberdade de

---

<sup>632</sup> Conjecturo tal hipótese tendo em vista várias denúncias apresentadas pelo padre Bento de Souza Lima – o qual havia sido pároco de várias capelas da matriz de Piranga –, no jornal *Correio da Tarde*, ao vigário Francisco de Paula Homem. Na publicação, acusava-o de tirania, blasfêmia e, dentre outras provas de seu mau caráter, afirmou que o mesmo usurpava de seus sobrinhos tomando-lhes as terras que lhes eram por direito e nem ao menos lhes repassava os rendimentos que delas havia. Ver jornal *Correio da Tarde*, sessão “Publicações a pedido”, Edição n.46, página 2, 24 de fevereiro de 1859.

<sup>633</sup> Sobre esta temática, Luiz Geraldo Silva ao analisar processos de busca por igualdade política na América portuguesa, demonstra haver um *continuum* liberdade-escravidão, o qual denotou as feições e atuação sociopolítica assumidas pelas populações libertas ou delas descendentes. Ver SILVA, L. G. Afrodescendentes livres e libertos e igual política na América portuguesa. Mudança de status, escravidão e perspectiva atlântica (1750 – 1840). *Almanack*. Guarulhos, n.11, p.571-632, dezembro de 2015.

sua família, indicando que foi nos arredores da própria propriedade do tenente Rodrigo José da Silva que Ana Maria de São José criou seus filhos e viu nascerem seus netos.

Como já demonstrei páginas acima, em 1831 Ana Maria de São José foi recenseada como chefe do domicílio onde também foram listados seus filhos e netos, além de um casal de agregados, Tomás de Aquino e Maria Felisberta. Neste documento, todas as mulheres foram descritas ocupadas com atividades da pequena indústria têxtil (fiadeiras, rendeiras e costureiras), enquanto Antônio Anacleto Varela era um negociante e Tomás de Aquino, jornalista<sup>634</sup>, informações sugestivas de que ali administravam uma boa capacidade produtiva.

No mesmo quarteirão em que foram listados no distrito de Piranga, vários outros chefes de domicílio (ou aparentados destes) eram compadres de Ana Maria de São José. Antônio Teixeira Guimarães – padrinho de Antônio Anacleto e genro de Diogo Carvalho de Moraes, este por sua vez, compadre de sua filha Antônia, falecida ainda criança – foi listado alguns domicílios acima, no qual foram incluídos sua esposa, filhos e 20 escravos. Luís Gonçalves Heleno, irmão do alferes Antônio Gonçalves Heleno, padrinho de Maria, outra filha falecida ainda criança, foi outro chefe de domicílio recenseado no mesmo quarteirão, proprietário de 15 cativos. Além destes, José Soares Valente, descendente de uma das famílias que compôs as redes de compadrio de Ana Maria de São José, também foi recenseado naquelas listas nominativas, bem como os homônimos Antônio Dias dos Anjos, filho e neto do alferes Antônio Dias dos Anjos, antigo morador daquelas redondezas.<sup>635</sup>

A partir de tais constatações, percebe-se que Ana Maria de São José estabeleceu seu domicílio nas fronteiras da antiga senzala onde fora cativa, próxima de seus compadres – aspecto que reforça a ideia já exposta de que a liberdade de egressos do cativo estava circunscrita à aceitação e reconhecimento num espaço sociogeográfico – e ainda, restam poucas dúvidas estarem listados naquele quarteirão da lista de 1831 os moradores das paragens da Pirapetinga e seus arredores. Somam-se aos dados apresentados informações contidas no recenseamento realizado em 1839, ano em que Antônio Anacleto Varela era chefe do seu domicílio. Naquela lista, além de vários chefes já mencionados e listados em 1831, foi recenseado no mesmo quarteirão o então alferes Francisco Coelho Duarte Badaró, proprietário que foi das terras declaradas por Eduardo Teodoro Araújo no registro paroquial de terras.

---

<sup>634</sup> Jornaleiros eram aqueles que trabalhavam por jornadas de trabalho, sem especialidade definida, ocupando-se nos diversos setores da economia que remuneravam o dia de trabalho.

<sup>635</sup> ACSM. 1º Ofício, código 74, auto 1569, 1782. *Inventário post-mortem de Feliciano Isabel Maria de Oliveira*.

Creio ter levantado informações suficientes que dão respaldo à hipótese de ter sido nas redondezas sócio-relacionais da Pirapetinga onde Antônio Anacleto Varela nasceu, cresceu e começou sua vida como chefe de domicílio e cabeça de sua família. Todavia, ali, conforme já ressaltai, era estigmatizado e não compôs a clientela das famílias mais bem estimadas das redondezas. Ou pelo menos, quando foi chegado o momento de inserir-se no mercado das trocas relacionais que o compadrio proporcionava, já estivessem saturadas as sociabilidades que lhe permitissem ascensão além daquela já obtida: um homem livre, negociante e proprietário de terras e escravos.

A percepção desta conjuntura o fez migrar para a parentela dos Carneiro, processo oportunamente potencializado pela aquisição da chácara situada no Bom Jardim, a partir do qual se vê a geografia da ascensão social cartografada por Antônio Anacleto Varela. Adquirida por compra a Dona Rita Francisca Ferreira Campos<sup>636</sup>, Anacleto Varela declarou ser confrontante de Dona Francisca de Paula Januária Carneiro, a qual não o reconheceu como vizinho, talvez pela pequenez de suas terras, a saber, 8 alqueires. Todavia, desconfio que o tamanho das propriedades fosse determinante no reconhecimento socioespacial no momento da declaração de terras. Pois fato é que, se Dona Francisca não o mencionou, o vigário Francisco, responsável eclesialístico pela paróquia de Piranga, alguém com grande influência no dia-a-dia da localidade, lembrou-se dele em sua declaração, salientando que os Varela não eram totalmente desprazados. De toda forma, a hipótese que mais se sustenta é Antônio Anacleto ter sido um recente possuidor de terras nas redondezas de uma das propriedades dos Carneiro, o que fazia dele alguém ainda em busca de inserção e prestígio social, tanto que em 1853 teve sua filha Filomena apadrinhada pelo tenente Camilo e sua irmã, Dona Clementina, filhos de Dona Francisca.

Outros dados recolhidos sustentam esta hipótese. Em 1839, no recenseamento realizado na vila de Piranga, Dona Rita Francisca, a antiga proprietária da chácara do Bom Jardim, foi recenseada em domicílio chefiado por seu esposo, Camilo Ferreira Braga, num quarteirão próximo ao núcleo domiciliar dos Carneiro, logo abaixo do domicílio chefiado pelo tenente Tristão Nogueira da Silva<sup>637</sup>, o qual, como já se indicou, muito provavelmente era morador nas proximidades da Pirapetinga. Assim, suponho que a chácara do Bom Jardim não fosse muito distante das terras do Pirapetinga, o que pode ter, por exemplo, aproximado os

---

<sup>636</sup> Na Figura 11, Quadrante D; Na Figura 12, Quadrante A; Na Figura 14, Quadrante B3

<sup>637</sup> Na Figura 14, Quadrante A3

Ferreira Braga dos Vidigal, estabelecendo-se em relação de compadrio no batismo de Januário Ferreira Braga<sup>638</sup>, sacramentado no ano de 1826.<sup>639</sup>

Mas, acima disso, o que estas informações deixam explícitas é o redirecionamento sócio-relacional orquestrado por Antônio Anacleto Varela. Sabe-se que sua família e os Ferreira Braga eram próximas desde finais do século XVIII, quando sua mãe ainda era escrava do tenente Rodrigo. Deste modo, poderia-se supor a proximidade com os Carneiro ter sido intermediada por esta família, moradores das redondezas daquele pontentado. Todavia, avaliando os laços de compadrio de Antônio Anacleto Varela e Camilo Ferreira Braga, não é exagerado afirmar que suas estratégias estiveram na contramão uma da outra. Enquanto o último, espacialmente próximo dos Carneiro, buscou compadres nas paragens do Pirapetinga – onde era proprietário de terras o cirurgião-mor Antônio Pedro Vidigal de Barros –, Antônio Anacleto Varela, nascido e crescido naquelas imediações, não se agregou às principais clientelas daquela vizinhança. Por sua vez, ao tornar-se proprietário nas antigas terras dos Ferreira Braga, entreviu a aproximação com o tenente Camilo Januário Carneiro, o que lhe assegurou um novo lugar na hierarquia social piranguense e, a partir daí, solidificou as bases do seu reconhecimento social, o que suponho ter sido determinante a ser recorrentemente mencionado como vizinho por vários dos declarantes de terras da Pirapetinga. Se na década de 1830 era só mais um filho nascido num domicílio de pardos forros, na década de 1850 era o capitão Antônio Anacleto Varela, compadre e, eventualmente, amigo do tenente Camilo Antônio Januário Carneiro, descendente e herdeiro de uma das mais importantes famílias da vila de Piranga e região.

A trajetória de Antônio Anacleto Varela é um enunciado da mobilidade espacial caminhando ao lado do reconhecimento social, aspecto que, acima de tudo, demonstra processos de cooptação e exclusão – circunscritos a uma sociabilidade cotidiana geograficamente erigida – e o peso da neolocalidade na construção do lugar social do indivíduo. Aprofundando-me neste sentido, é imprescindível seguir os rastros da declaração das “terras de cultura” situadas no córrego do Catanho.

Estas terras também foram adquiridas por compra, desta vez, em transação com Felipe Pereira Silva Barcelos<sup>640</sup> irmão de um dos vizinhos mencionados, José Pereira Barcelos<sup>641</sup>, o

---

<sup>638</sup> Na Figura 14, Quadrante D1

<sup>639</sup> Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana. Livros de Batismo – Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 11, folha 26.

<sup>640</sup> Na Figura 14, Quadrante D2

<sup>641</sup> Na Figura 14, Quadrante D2

qual compôs o rol de confrontantes juntamente com Manoel Camelo da Veiga.<sup>642</sup> Além da simples exposição de todas as relações geridas em torno da posse da terra por Antônio Anacleto, a verticalização do espaço social do córrego do Catanho justifica-se, pois tenho a pressuposição que ali ele vislumbrou a possibilidade de tornar-se alguém com alto prestígio e algum domínio sobre a estrutura relacional daquela sociedade.

A base desta hipótese foi a constatação de que muito provavelmente ele desempenhou o papel de intermediador entre Dona Graciana Felícia<sup>643</sup> e o casal Manoel Camelo da Veiga e Maria Felícia de Jesus no batismo de João, sacramento em 1857.<sup>644</sup> Graciana, àquela altura era madrinha de Martiniano<sup>645</sup>, batizado no ano de 1844, o último filho batizado antes da supracitada inflexão relacional das redes de compadrio de Antônio Anacleto Varela, quando passa a ter compadres situados nos níveis mais altos da hierarquia social piranguense. Em seguida, no ano de 1863, Manoel Ferreira Varela<sup>646</sup> e sua mãe – então com o distintivo vocativo de Dona –, Clementina Ferreira de Araújo, foram padrinhos de Maria<sup>647</sup>, outra filha de Manoel Camelo da Veiga. Por fim, em 1871, o tenente Camilo Januário Carneiro<sup>648</sup>, juntamente com sua esposa, Dona Francisca de Paula Martins e Castro, são padrinhos de Francisco<sup>649</sup>, compondo o círculo de relações de compadrio que interconectavam Camelo da Veiga e Anacleto Varela.

Acredito que tais informações permitem formular a pressuposição aventada, mas não dão robustez a tal conjuntura hipotética, por isso, mais uma vez, somam-se informações extraídas dos recenseamentos da década de 1830. Afora Anacleto Varela, outros oito declarantes situaram suas terras naquele córrego; destes, apenas dois, José Coelho Tolentino e Francisco Ribeiro Miranda, não foram identificados nestes recenseamentos, enquanto os outros seis foram listados como chefes, agregados ou crianças, ainda sob a tutela de seus pais, elucidando as diferentes trajetórias de vida que compunham a vizinhança do Catanho e da qual Antônio Anacleto precisou se inteirar ao ali chegar.

No ano de 1831, Maria Rosa de Souza, declarante de terras neste córrego, foi listada chefe de seu domicílio no mesmo quarteirão no qual foram recenseados os pais de Manoel

---

<sup>642</sup> Na Figura 14, Quadrante D2

<sup>643</sup> Na Figura 14, Quadrante D1

<sup>644</sup> Arquivo da Casa Paroquial de Piranga. Batismos da Matriz de Piranga. Livro 2, folha 142

<sup>645</sup> Na Figura 14, Quadrante D3

<sup>646</sup> Na Figura 14, Quadrante D3

<sup>647</sup> Arquivo da Casa Paroquial de Piranga. Batismos da Matriz de Piranga. Livro 1, folha 189

<sup>648</sup> Na Figura 14, Quadrante B3

<sup>649</sup> Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana. Livros de Batismo – Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 14, folha 28.



Camelo da Veiga. Este quarteirão estava ordenado logo acima daquele em que foram recenseados Joaquim Rodrigues Nunes e Ana Rosa de São José, outros dois declarantes de terras no Catanho. Os irmãos Barcelos, Manoel<sup>650</sup> e José<sup>651</sup>, outros declarantes, não foram identificados nas listas de 1831, todavia, em 1839, foram recenseados no domicílio chefiado por seus pais, indivíduos pardos livres, no mesmo quarteirão que todos os outros declarantes supracitados e identificados nesta documentação. Tal cruzamento documental não deixa dúvidas que a vizinhança do córrego do Catanho já estava constituída pelos idos da década de 1830, momento em que Antônio Anacleto Varela, conforme já demonstrei, fora recenseado noutras redondezas.

No dia 5 de setembro de 1830, Manoel Camelo da Veiga foi batizado na Matriz de Piranga<sup>652</sup>, apadrinhado por quem eu julgo ser seu avô, em vista de serem homônimos, porém, não tenho qualquer outra informação que ateste esta desconfiança. Curiosamente, apesar de já estar batizado, inserido na comunidade cristã e apresentado à sociedade, no ano seguinte não foi incluído no domicílio chefiado por Damiana Teixeira, uma mulher de 56 anos de idade, declarada parda, viúva e fiadeira, no qual, seus pais, João Camelo da Veiga – pardo, 24 anos de idade e negociante – e Maria Rita – parda, 19 anos de idade – eram agregados.

Como já indicado, no mesmo quarteirão estava listada Maria Rosa de Souza, chefe de seu domicílio, parda, fiadeira e viúva aos 39 anos de idade, proprietária de um cativo, Bento, pardo, 31 anos de idade. Em seu domicílio, além de três de seus filhos, também foram listados um casal de agregados, Júlio Pires e Maria Francisca, pais de Joaquim, batizado no dia 24 de janeiro de 1836, ocasião em que foram seus padrinhos os pais de Manoel Camelo da Veiga, fato que aponta para as antigas sociabilidades comunitárias que envolviam os declarantes de terra do córrego do Catanho.

Noutro quarteirão foram listados Joaquim Rodrigues Nunes e Ana Rosa de São José. Em 1831, Joaquim, pardo, aos seis anos de idade era o filho mais novo de uma casa com sete irmãos, filhos do casal João Rodrigues Moreira, naquele ano já falecido, e Maria Francisca Nunes, parda, 40 anos, listada como lavradora e proprietária de um cativo, Antônio crioulo, 41 anos de idade. Além dela com a ocupação discriminada, sua filha mais velha, Antônia

---

<sup>650</sup> Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Piranga. TP-1-159, Rolo 13, Registro 1572

<sup>651</sup> Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Piranga. TP-1-159, Rolo 13, Registro 1578

<sup>652</sup> Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana. Livros de Batismo – Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 11, folha 73v.

Ponciana, 17 anos de idade, era fiadeira, enquanto os outros moradores daquele domicílio, filhos mais novos com idades entre 6 e 14 anos, não tiveram a ocupação reconhecida.

Ana Rosa de São José, àquela altura era uma senhora de 62 anos de idade, viúva, parda, ocupada com a atividade têxtil de fiação, a qual demandava técnicas de manuseio transmitidas a sua filha Matildes, parda, 25 anos, listada no mesmo domicílio, também como fiadeira. Além destas duas mulheres, outros cinco homens, muito provavelmente filhos e irmãos daquelas, foram recenseados, todos eles listados como “jornaleiros”.<sup>653</sup>

Conhecer as redes de compadrio destas famílias foi peça fundamental para complementar o quebra-cabeça da trajetória de vida de Antônio Anacleto Varela, o que permite enxergar de forma menos turva os caminhos da mobilidade social e a espacialidade do enraizamento naquela sociedade. Desta forma, passo agora a expor a partir da Figura 15, os dados recolhidos dos assentos de batismo e analisar as redes de compadrio constituídas por este grupo de moradores do córrego do Catanho, explorando a hipótese de que se na Pirapetinga ele e sua família, ascendente e descendente, estiveram à sombra do poder de importantes famílias, ali no Catanho ele pôde trocar de papel e ser aquele indivíduo que transferia prestígio.

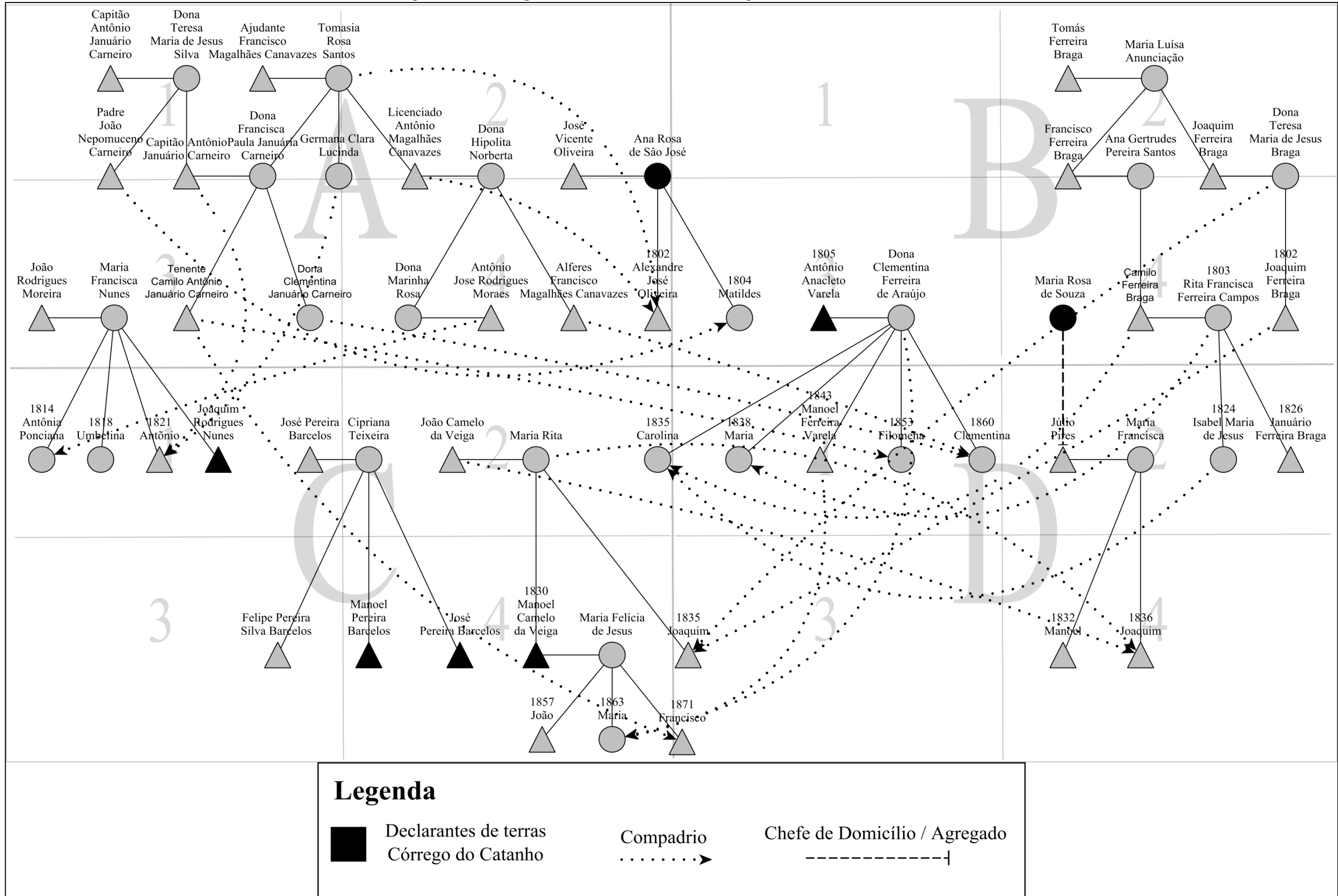
Além do já destacado papel de intermediador das relações de compadrio de Manoel Camelo da Veiga, constatei que de todos os declarantes de terra daquela paragem do Catanho, apenas Antônio Anacleto assinou seu registro, o que o integra ao seletivo grupo dos minimamente letrados.<sup>654</sup> Finalmente, as listas nominativas demonstram que Anacleto Varela era o maior proprietário de cativos dentre os outros declarantes e o único inserido no mundo dos negócios, enquanto todos os outros eram mulheres ligadas às atividades da pequena indústria têxtil e pequenos lavradores, sem posses de escravos, à exceção de Maria Francisca Nunes, proprietária de um cativo em 1831. Porém, na lista nominativa do ano de 1839 não era proprietária, o que indica não ter se integrado ao tráfico de escravos crescente naqueles anos ou que sua força produtiva havia sucumbido e a venda de Antônio crioulo pode ter possibilitado o acúmulo de algum pecúlio que prolongasse o sustento daquele domicílio, o qual havia aumentado seu consumo, pois a ele se integraram outra filha, Rita Nunes, 25 anos, e seus três filhos de 8, 6 e 4 anos.

---

<sup>653</sup> Sobre a ocupação “jornaleiro”, ver nota de rodapé 634, na página 220.

<sup>654</sup> Do total de 1.538 declarações de terras, em apenas 589 (38,29%) o declarante assinou a documentação junto ao pároco responsável.

Figura 15 - Os compadres do Catanho - Vila da Piranga, Minas Gerais (século XIX)



Fontes: Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. Repartição Especial de Terras; Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Livros de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga; Arquivo da Casa Paroquial de Piranga, Livros de Batismo; Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, Inventários *post-mortem*

Na Figura 15 vê-se que eram quatro as gerações de proprietários de terras no córrego do Catanho. Ana Rosa de São José, declarante de terras na década de 1850, havia sido casada com José Vicente de Oliveira<sup>655</sup>, pais, dentre outros filhos, de Alexandre José de Oliveira<sup>656</sup> e Matildes.<sup>657</sup> Nascido em 1802<sup>658</sup>, Alexandre teve como padrinhos Tomásia Rosa<sup>659</sup> e o Licenciado Antônio de Magalhães Canavazes<sup>660</sup>, avó e pai, respectivamente, do alferes Francisco de Magalhães Canavazes<sup>661</sup>, compadre de Antônio Anacleto Varela<sup>662</sup>, através do apadrinhamento de Clementina<sup>663</sup>, batizada no ano de 1860.

A outra filha deste casal, Matildes, batizada em 1804<sup>664</sup>, também teve como padrinho um parente de futuros compadres de Anacleto Varela, a saber, o Padre João Nepomuceno Carneiro<sup>665</sup>, tio do tenente Camilo Januário Carneiro.<sup>666</sup> Também foram compadres dos Canavazes e Carneiro os pais de Joaquim Rodrigues Nunes<sup>667</sup>, outro declarante do Catanho. Antônia Ponciana<sup>668</sup>, sua irmã, nascida em 1814<sup>669</sup>, foi apadrinhada por Antônio José Rodrigues Morais<sup>670</sup>, cunhado do supracitado alferes Francisco. Por fim, Antônio<sup>671</sup>, outro irmão de Joaquim Rodrigues Nunes, batizado em 1821<sup>672</sup>, teve como padrinho o capitão Antônio Januário Carneiro<sup>673</sup> e madrinha Germana Clara Lucinda, irmã do Licenciado Antônio Canavazes.

O que está claro através destas redes de compadrio é que todas as famílias que na década de 1850 tornaram-se compadres dos Varela já eram compadres das famílias moradoras dos arredores do córrego do Catanho desde o princípio do século. Tal constatação me leva a sugerir que o redirecionamento social averiguado nas redes de compadrio de Antônio

---

<sup>655</sup> Na Figura 15, Quadrante A2

<sup>656</sup> Na Figura 15, Quadrante A4

<sup>657</sup> Na Figura 15, Quadrante B3

<sup>658</sup> Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana. Livros de Batismo – Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 8, folha 12.

<sup>659</sup> Na Figura 15, Quadrante A1

<sup>660</sup> Na Figura 15, Quadrante A2

<sup>661</sup> Na Figura 15, Quadrante A4

<sup>662</sup> Na Figura 15, Quadrante B3

<sup>663</sup> Na Figura 15, Quadrante D1

<sup>664</sup> Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana. Livros de Batismo – Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 8, folha 63.

<sup>665</sup> Na Figura 15, Quadrante A1

<sup>666</sup> Na Figura 15, Quadrante A3

<sup>667</sup> Na Figura 15, Quadrante C1

<sup>668</sup> Na Figura 15, Quadrante C1

<sup>669</sup> Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana. Livros de Batismo – Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 8, folha 105.

<sup>670</sup> Na Figura 15, Quadrante A4

<sup>671</sup> Na Figura 15, Quadrante C1

<sup>672</sup> Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana. Livros de Batismo – Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 10, folha 275.

<sup>673</sup> Na Figura 15, Quadrante A1

Anacleto Varela foi um reflexo direto de sua inserção no córrego do Catanho. O registro paroquial de terras deixa poucas pistas sobre este processo, apenas informando que suas terras foram adquiridas das mãos de Felipe Barcelos, nascido e criado naquelas redondezas.

Mais uma vez as relações de compadrio deixaram rastros que podem indicar as vias pelas quais o córrego do Catanho entrou no radar das sociabilidades de Anacleto Varela. No mesmo ano em que batizava sua primeira filha, Carolina<sup>674</sup>, a qual teve como padrinho Camilo Ferreira Braga<sup>675</sup>, um primo deste, Joaquim Ferreira Braga<sup>676</sup>, apadrinhou Joaquim<sup>677</sup>, filho de João Camelo da Veiga e Maria Rita<sup>678</sup>, portanto, irmão de Manoel Camelo da Veiga<sup>679</sup>, outro declarante de terras no córrego do Catanho. Os Ferreira Braga eram compadres dos Varela desde o nascimento das primeiras filha de Ana Maria de São José e, eventualmente, por algum trânsito relacional que tinham pelas redondezas do Catanho, tenham informado Anacleto Varela sobre as possibilidades de compra de terras num novo espaço.

Outra possibilidade de inserção naquele córrego pode ter advindo da formação de famílias escravas, especificamente, através do já mencionado batismo de Elisário, filho de sua escrava Umbelina congo<sup>680</sup>, sacramentado no ano de 1843. Na ocasião, o padrinho da criança nascida em cativo foi Diógenes Antônio da Silva<sup>681</sup>, um homem pardo forro, negociante, recenseado no mesmo quarteirão que outros moradores do córrego do Catanho. Eventualmente, a partir da proximidade entre Anacleto e Diógenes, já aventada na possível intermediação de seus laços de compadrio no batizado de seu filho João, sacramentado em 1826, tenha visionado os outros moradores daquelas paragens e, enxergando suas relações cotidianas e as importantes famílias com quem se apadrinhavam, esboçou os caminhos de sua mobilidade social.

Ser um dos proprietários mais abastados e com algum capital cultural (saber ler e escrever) não fez de Anacleto Varela um potentado local e senhor de muitas terras e escravos a gerir sua clientela no Catanho. A análise de sua trajetória de vida sugere que naquele córrego foi onde vislumbrou um lugar no qual pudesse situar-se entre iguais, ou onde não carregasse o estigma encravado pela memória do cativo, existente entre os moradores das

---

<sup>674</sup> Na Figura 15, Quadrante C2

<sup>675</sup> Na Figura 15, Quadrante B4

<sup>676</sup> Na Figura 15, Quadrante B4

<sup>677</sup> Na Figura 15, Quadrante D3

<sup>678</sup> Na Figura 15, Quadrante C2

<sup>679</sup> Na Figura 15, Quadrante C2

<sup>680</sup> Na Figura 12, Quadrante C

<sup>681</sup> Na Figura 12, Quadrante D

paragens do Pirapetinga, e assim, de um jeito ou de outro, vivenciar um espaço no qual as desigualdades e a exclusão crônica fossem abrandadas.

## Os caminhos da mobilidade

Até aqui, apresentei a trajetória de Anacleto Varela a partir da espacialidade de sua ascensão social sem explorar a fisiografia das redondezas destes espaços, onde ele nasceu, viveu e, muito provavelmente, morreu. Nesta parte do capítulo, a partir do cruzamento de informações contidas nos registros paroquiais de terras com os topônimos identificados nas Cartas da Comissão Geológica e Geográfica de Minas Gerais<sup>682</sup>, apresentarei este processo de ascensão social correlacionado a uma trajetória de aproximação à Vila de Piranga, núcleo da municipalidade. Não se pode esquecer que naquelas mesmas décadas formava-se o Estado Nacional e se modernizavam instituições políticas, criando-se novos cargos<sup>683</sup>, o que me conduziu à hipótese que a mobilidade de Anacleto Varela seguiu esta via, pois, como já demonstrei, ele alcançou o posto de capitão da Guarda Nacional e chegou a ocupar o cargo de coletor de impostos municipais da Vila de Piranga<sup>684</sup>, porém, sublinha-se, oportunizados pelo novo lugar social em toda sua amplitude significativa.

A partir das características relacionais detectadas nas redes de vizinhança de Antônio Anacleto Varela, me esforcei em expandir as fronteiras daquelas configurações estruturais e, assim, busquei conhecer o que chamo de lugares de enunciação, seguindo o modelo apresentado na Figura 16, baseando-me, essencialmente, nos topônimos mencionados pelos declarantes de terras, os quais demonstram como proprietários declarantes de terra identificaram-se e estabeleceram-se nas estruturas relacionais em torno da posse da terra.<sup>685</sup>

Primeiramente, retomei as declarações de terras feitas por Anacleto Varela, busquei os topônimos por ele mencionados e, em seguida, os topônimos mencionados pelos confrontantes declarados, buscando detectar se eram os mesmos ou não. Sendo os mesmos lugares de enunciação, tem-se uma boa qualidade de dados que permitem o georreferenciamento destas propriedades declaradas; porém, em outros casos, referiram

---

<sup>682</sup> APM. Minas Gerais. *Comissão Geographica e Geologica do Estado de Minas Gerais*. Plataforma Hélio Gravatá. Ref.: AHG-021185

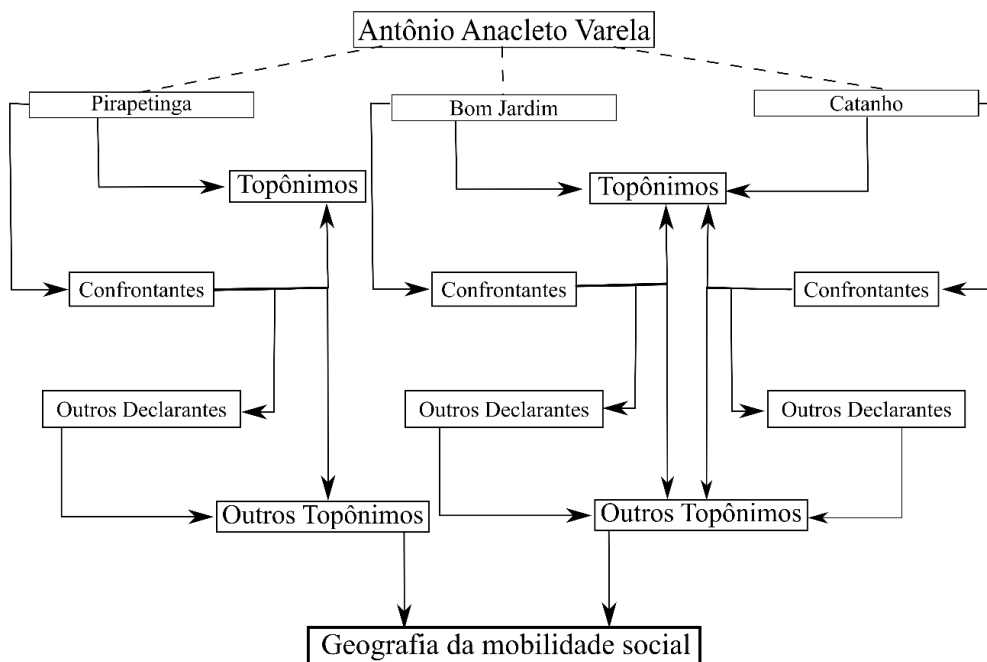
<sup>683</sup> Wilma Peres Costa escreveu um artigo que introduz e esclarece diversas questões caras a historiografia do Brasil Império. Ver COSTA, Wilma Peres. O Império do Brasil: dimensões de um enigma. *Almanack braziliense*, nº1, maio de 2005, p.27-43

<sup>684</sup> Arquivo do Fórum de Piranga, inventários *post-mortem*, Caixa A208, Auto 584, *inventário de Dona Clara Maria Violante*

<sup>685</sup> No Capítulo III, apresentei uma discussão mais aprofundada sobre as redes de sociabilidades rurais e as estruturas relacionais em torno da posse da terra, o que rendeu boas reflexões e serviu de base para construir a metodologia implementada para análise da trajetória de vida de Antônio Anacleto Varela.

topônimos diferentes. Desta forma, busquei outros declarantes que mencionaram estes outros topônimos, os quais, eventualmente, foram citados em outros registros paroquiais de terras, repetindo-se o procedimento até que cartograficamente detectou-se algum padrão regional. Em outras palavras, nota-se a prática de territorialização do espaço circunscrita a um espaço de poder reconhecido e assumido pelos declarantes de terras.<sup>686</sup> Finalmente, todos estes elementos conjugados forneceram o que chamei de geografia da mobilidade social (ver Mapa 8), pois, quando identificados os lugares da enunciação e representados cartograficamente, demonstram o supracitado processo de ascensão e mobilidade social de Anacleto Varela, circulando a municipalidade.

Figura 16 - Organograma da geografia da mobilidade social, Antônio Anacleto Varela (Piranga, 1805 - 1863)



Fonte: Baseado em apontamentos metodológicos oferecidos por Angelo Carrara e Rafael Laguardia. Cf. CARRARA, Angelo Alves; Laguardia, Rafael Martins de Oliveira . Potencialidades do georreferenciamento em História Agrária: um modelo para os registros de terras de meados do século XIX. *Saeculum* (UFPB), v. 29, p. 209-229, 2013

Assim como o córrego do Catanho, Pirapetinga também era uma referência hidrográfica (Rio Pirapetinga)<sup>687</sup>, a qual, diga-se, marcou o léxico da territorialização daqueles vales. Por exemplo, em 1720 o capitão João da Costa Torres ao solicitar receber por

<sup>686</sup> Sobre o conceito de territorialização e as discussões sobre espaço e poder, ver RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: 1993. Cf. especialmente a terceira parte do livro (O território e o poder, p.143-221)

<sup>687</sup> No Mapa 8 seu curso d'água pode ser visto nos Quadrante C2, C1 e B1.

mercê régia uma carta de sesmaria, referiu-se a um “sítio sobre o Rio Pirapetinga”<sup>688</sup>, apenas cinco anos depois da primeira carta de sesmaria ter mencionado o lugar denominado “paragem da Guarapiranga”.<sup>689</sup>

Tão logo aqueles sertões passaram a ser ocupado por vassallos d’El Rei, o Rio Pirapetinga serviu como um lugar de referência amplamente utilizado.<sup>690</sup> Como suas nascentes são no alto da serra que dava acesso a Vila Rica e Vila do Carmo (Ouro Preto e Mariana, respectivamente), muito provavelmente seu curso d’água serviu como orientação e passagem para muitos que rumavam para aquelas localidades, seja entrando ou saindo do núcleo minerador. Em vista da alta declividade ao longo de toda sua extensão, suas águas serviram como força motriz a engenhos de cana de açúcar, alavancando a produção de aguardente na região, transformando os proprietários de terras daquele entorno privilegiados em comparação com outros produtores rurais.<sup>691</sup>

Uma destas famílias que ali se assentaram foram os Vidigal de Barros, proprietários da fazenda Pirapetinga, a qual surge a partir da divisão das terras da fazenda do Engenho, propriedade do patriarca da família naquelas paragens, o Familiar do Santo Ofício Domingos Coelho.<sup>692</sup> No inventário de sua esposa<sup>693</sup>, na descrição da sobredita fazenda, há referências aos córregos João Ferreira e da Pimenta, ambos identificados nas Cartas pesquisadas e representados no Mapa 8.<sup>694</sup> Na mesma documentação são nomeados os confrontantes desta propriedade, a disposição deles perante a fazenda, se correm rio acima ou abaixo, pelo lado esquerdo ou direito. Foi assim que tomei conhecimento onde se localizava a propriedade do

---

<sup>688</sup> APM. *Carta de sesmaria concedida ao capitão João da Costa Torres*. 13/11/1720. SC 12, p.24v

<sup>689</sup> APM. *Carta de sesmaria concedida ao coronel João Raposo Bocarro*. 26/09/1715. SC 09, p.183v

<sup>690</sup> Cabe ressaltar que, nos discursos e relatos do descobrimento das minas, Pirapetinga foi um topônimo utilizado. Bento Fernandes Furtado, ao descrever entradas ao sertão feitas por seu pai, Salvador Fernandes Furtado, menciona o lugar chamado Pirapetinga, nos sertões da Piranga. Ver Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas do ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios. In: CÓDICE COSTA MATOSO; FIGUEIREDO, Luciano; CAMPOS, Maria Verônica. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos...* v.1, p.182

<sup>691</sup> Sobre a produção de aguardente e outros produtos derivados da cana-de-açúcar na região, Gustavo Lemos faz uma minuciosa análise da produção agrícola e transmissão patrimonial de uma família proprietária de terras no Rio Pirapetinga. Ver LEMOS, Gustavo. *Minas da Terra: família, produção da riqueza e dinâmica do espaço em zona de fronteira agrícola*. Minas Gerais, 1800-1856. São Paulo: Annablume, 2014 (Cf. especialmente o Capítulo 2, “A Dinâmica dos Homens”)

<sup>692</sup> Sobre a atuação social deste indivíduo, e o cargo alcançado perante o Santo Ofício, ver LOPES, Luiz Fernando R. *Vigilância, Distinção & Honra: os Familiares do Santo Ofício na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga – Minas Gerais (1753-1801)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

<sup>693</sup> ACSM. 1º Ofício, códice 74, auto 1569, 1782. *Inventário post-mortem de Feliciano Isabel Maria de Oliveira*.

<sup>694</sup> Quadrantes A2, A3, B2, B3.





tenente Rodrigo José da Silva<sup>695</sup> – proprietário que foi da mãe de Antônio Anacleto Varela – e da família Dias dos Anjos, a qual esteve ali em final do século XVIII e novamente reencontrada naquelas redondezas na declaração de terras de Antônio Dias dos Anjos.<sup>696</sup>

Não muito distante dali eram as terras do capitão Antônio Teixeira Guimarães<sup>697</sup>, padrinho de Antônio Anacleto Varela. Cheguei a esta aproximação georreferenciada a partir da declaração de terras feita por sua esposa, Dona Ana Clara Maria de Jesus<sup>698</sup>, na qual ela menciona topônimos próximos a estes córregos, e ao encontrar outros declarantes de terras que revelaram ser confrontante dos herdeiros do capitão Antônio Teixeira Guimarães ou mesmo que mencionaram sua esposa e filhos como vizinhos. Conforme já expus no organograma da Figura 16, segui os rastros dos topônimos referidos por estes outros declarantes, buscando identifica-los nas Cartas da Comissão Geológica e Geográfica de Minas Gerais.

Outra identificação muito importante para a composição da chamada geografia da mobilidade social de Anacleto Varela foi ter localizado a fazenda Liberdade.<sup>699</sup> Tal propriedade, que no registro paroquial de terras estava em posse de Eduardo Teodoro Araújo<sup>700</sup>, havia sido propriedade do finado Comendador Francisco Coelho Duarte Badaró, o qual, é importante salientar, era bisneto do supracitado Domingos Coelho, proprietário da antiga fazenda do Engenho.

Com a viuvez de Domingos Coelho, no processo de partilha dos bens do casal, a fazenda seria dividida entre os dez filhos, mas, conforme constatou Gustavo Lemos, um minucioso cálculo sucessório fora feito mantendo as bases produtivas e o poder da família.<sup>701</sup> Assim, uma boa quantia em dinheiro e, certamente, algum pedaço de terra foi parar em posse de José Coelho Duarte, pai de Francisco Coelho, este, por sua vez, o primeiro proprietário declarado da chamada fazenda da Liberdade.

---

<sup>695</sup> No Mapa 8, Quadrante B2.

<sup>696</sup> Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Piranga. TP-1-160, Rolo 13, Registro 1592

<sup>697</sup> No Mapa 8, Quadrante B2. Na representação cartográfica, pouco acima das terras do tenente Rodrigo, porém, abaixo no vale do Rio Piranga, descendo o córrego João Ferreira.

<sup>698</sup> Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Piranga. TP-1-160, Rolo 13, Registro 1641

<sup>699</sup> Nas cartas topográficas da Comissão Geológica e Geográfica de Minas Gerais, é identificada como aquele quadrado preto na foz do córrego da Pimenta, em seu entroncamento com o Rio Piranga.

<sup>700</sup> Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Piranga. TP-1-160, Rolo 13, Registro 1602.

<sup>701</sup> LEMOS, Gustavo. *Minas da Terra...*p.79-81

Além destas informações, outras foram recolhidas das declarações de terras de Joaquim Pedro Vidigal de Barros<sup>702</sup>, João Pedro Vidigal de Barros<sup>703</sup> e Fortunato Pedro Vidigal de Barros<sup>704</sup>, todos os três herdeiros da fazenda Pirapetinga, erigida da partilha supracitada. Através da identificação dos topônimos por eles mencionados e as referências espaciais fornecidas por seus vizinhos confrontantes, levantei dados suficientes para situar o lugar denominado Pirapetinga.

O Rio Pirapetinga circundava o que posso chamar de núcleo central do arraial de Piranga<sup>705</sup>, porém, vários córregos desaguavam neste rio afluente do Piranga, os quais nasciam no topo daquela formação montanhosa ao sul do curso deste rio.<sup>706</sup> Para os dois lados daqueles vales, vertendo tanto para o Rio Piranga quanto para o Rio Pirapetinga, deviam se situar os limites, se é que havia, da fazenda do Engenho. Com os processos de sucessão e herança e as tramas para se conservar as bases produtivas e o poder familiar, José Coelho Duarte herdou partes das terras que vertiam para o Rio Piranga<sup>707</sup>, enquanto aos herdeiros que viriam a constituir a família Vidigal de Barros foram transmitidas as terras pelo lado do Rio Pirapetinga até sua foz, Rio Piranga abaixo.<sup>708</sup>

Antônio Anacleto Varela foi proprietário de terras confrontantes dos Vidigal de Barros, portanto, Rio Piranga abaixo e não Rio Piranga acima, próximo aos córregos da Pimenta e João Ferreira, onde se situava a propriedade do tenente Rodrigo, ao entorno da qual sua mãe construiu sua liberdade. Todavia, sabendo que a formação de ambos os espaços descendeu da partilha do espólio de uma mesma família, não é exagerado pressupor que socialmente eram localidades próximas.

Além da trajetória de Ana Maria de São José – cativa e alforriada rio acima, a qual veio constituir seu domicílio na Pirapetinga, rio abaixo – sustentando essa hipótese, relembro ainda do casal de crioulos forros João Francisco e Iria Sofia<sup>709</sup>, o qual, como já demonstrei, nomeava padrinhos por um espectro geográfico. Os filhos deste casal foram apadrinhados por Eduardo Teodoro Araújo, Antônio Anacleto Varela e Antônio Dias dos Anjos. O primeiro,

---

<sup>702</sup> Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Piranga. TP-1-160, Rolo 13, Registro 1524

<sup>703</sup> Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Piranga. TP-1-160, Rolo 13, Registro 1522

<sup>704</sup> Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Piranga. TP-1-160, Rolo 13, Registro 1520

<sup>705</sup> No Mapa 8, Quadrante B2, representado pela Vila da Piranga.

<sup>706</sup> São as áreas mais altas do relevo entre o Rio Piranga e o Rio Pirapetinga, no Mapa 8, Quadrante B1.

<sup>707</sup> No Mapa 8, na interseção entre os Quadrantes A2 e B2.

<sup>708</sup> No Mapa 8, nas interseções entre os Quadrantes B1, C1, B2, C2.

<sup>709</sup> Na Figura 13, Quadrante D

declarante de terras nas proximidades do córrego do Pimenta, o segundo nas paragens do Pirapetinga e o terceiro em ambas. Não tenho outras informações sobre a trajetória desta família egressa do cativeiro, quem haviam sido seus senhores e onde eram moradores. Porém, seja qual for sua procedência, arredores do Rio Pirapetinga ou córrego da Pimenta, seus laços de compadrio indicam que moradores das duas localidades compunham um mesmo espaço relacional, constituído a partir das sociabilidades dos Coelho Duarte e dos Vidigal de Barros, importantes famílias que descendiam de um mesmo potentado local do século XVIII.

Pelo Mapa 8 se pode ver que o córrego do Catanho não era muito distante das terras do tenente Rodrigo, inclusive, as nascentes deste córrego e do córrego João Ferreira eram muito próximas ao topo da formação montanhosa denominada Morro do Pimenta.<sup>710</sup> Vários eram os caminhos que subiam e desciam as encostas daqueles morros, afinal, transpô-los significava atingir vias que davam acesso, por exemplo, aos distritos de Senhora de Oliveira, de onde correm as águas do ribeirão Oliveira<sup>711</sup>, São José do Chopotó, Espera e Remédios, todos eles situados ao sul desta representação cartográfica.

Notam-se também muitos caminhos vindos das porções a oeste, onde estavam situadas as vilas de Queluz e Itaverava. Talvez, por ali, fosse uma passagem mais curta para aqueles que saindo do Caminho Novo rumavam para São Manuel do Rio Pomba e Ubá<sup>712</sup>, o que transformava aquelas paragens do alto do Morro do Pimenta, onde localizava-se o Catanho, um espaço de grande trânsito de pessoas, informações e mercadorias. Obviamente, um solo privilegiado para quem esteve envolvido com atividades comerciais, tornando-se homem de negócios, caso de Antônio Anacleto Varela.

Em vista destas conjecturas, suponho que Anacleto Varela, tendo crescido por aquelas redondezas das terras do seu padrinho o capitão Antônio Teixeira Guimarães, fosse um exímio conhecedor de todos aqueles caminhos e das possibilidades comerciais que por ali se desenvolviam. Como já sugeri, pode ter sido com seu padrinho, ou outros compadres de sua mãe e irmãs, como os Soares Valente e o capitão João Pinto de Moraes Sarmiento, todos eles homens de negócio, que Varela tenha adentrado às tramas comerciais.

Subindo e descendo aquelas encostas, indo daqui para ali, vindo de lá pra cá, Anacleto Varela em algum momento assumiu para si o papel de agente de negócios daquelas localidades. Neste ínterim, aproximou-se de Diógenes Antônio da Silva – morador do

---

<sup>710</sup> No Mapa 8, Quadrante A3

<sup>711</sup> No Mapa 8, Quadrantes B3 e C3

<sup>712</sup> No Mapa 8, estas vilas estariam a sudeste do Quadrante C3

Catanho e compadre de uma de suas escravas e, assim como Anacleto Varela, mais um dos muitos homens pardos listados como negociantes nas listas da década de 1830 – e assim, constituindo negócios por aquele córrego aonde viria a ser proprietário de terras anos depois.

Como já escrevi, foi no Catanho que Antônio Anacleto Varela teceu as relações de compadrio que marcaram sua ascensão social, pois, conforme se viu na Figura 15, muitos dos moradores dali, já desde o início do século XIX, eram apadrinhados pelas famílias Carneiro, Canavazes e, ainda, Ferreira Braga, com os quais os Varela tinham boas relações. Não obstante, foi constatado que do lado de lá do Rio Piranga, próximo onde desaguava o córrego do Catanho, era a foz do córrego do Sertão<sup>713</sup> e do córrego do Salto<sup>714</sup>, os quais foram referidos por vizinhos confrontantes das terras declaradas por membros da família Carneiro, especificamente, cunhados e sobrinhos de Dona Francisca de Paula Januário Carneiro, ficando indicado que por aquelas bandas situavam-se porções de terras desta importante família, além de reforçar a presença de hierarquias geográficas nas sociabilidades tecidas na pia batismal.

Ali no Catanho, se credenciou a ser o capitão Antônio Anacleto Varela ao tornar-se compadre de importantes famílias, enraizando seu reconhecimento e alçando-se cargos e influência na vila da Piranga. Próximo a ela era a sua chácara do Bom Jardim, situada por ele e alguns de seus confrontantes “nos suburbios da vila” ou “na estrada do Bacalhau”<sup>715</sup>, onde muitos declarantes afirmaram serem vizinhos de Dona Francisca de Paula Januário Carneiro.<sup>716</sup> Enquanto geria suas propriedades no Catanho e na Pirapetinga, sua chácara talvez fosse um posto avançado mais próximo à urbanidade, aonde, eventualmente, pernoitava em dias de missa e festas religiosas, estreitando laços com a comunidade e consolidando o seu lugar social de um homem da elite local.

## Conclusão

Ao longo deste capítulo explorei a vida da família Varela, com enfoque especial no capitão Antônio Anacleto Varela, o qual ascendeu econômica e socialmente, tornando-se um indivíduo de posses, detentor de cargos e títulos. Acredito, assim, ter apresentado mais uma história de vida e enlaces sociais que demonstra os caminhos da mobilidade social no Brasil e as suas estruturas hierárquicas.

---

<sup>713</sup> No Mapa 8, Quadrante C2

<sup>714</sup> No Mapa 8, este córrego não está nominado, apenas destacado na porção superior direita do Quadrante C3.

<sup>715</sup> No Mapa 8, a estrada que vai para o distrito de Bacalhau tem o seu traçado partindo da vila e seguindo mais ao norte pelo Quadrante A1, enquanto a que segue mais a oeste vai para o distrito de Mestre de Campos.

<sup>716</sup> No Mapa 8 sua “sorte de terras” situa-se nas interseções dos Quadrantes A1, A2, B2, B3.

Não são poucos os historiadores que tem se detido em pesquisas sobre esta temática. Roberto Guedes, pesquisador atento às estratificações sociais e aos caminhos da mobilidade social de indivíduos forros no passado brasileiro, tem destacado que o trabalho e os ofícios mecânicos eram meios pelos quais indivíduos egressos do cativo ou livres pobres podiam alcançar a ascensão social em sociedades altamente hierarquizadas, o que significa abordá-los como um símbolo que agrega valor social à trajetória do indivíduo.<sup>717</sup>

Especificamente na vida de Anacleto Varela, a inserção no mundo dos negócios foi fator determinante para a acumulação de pecúlio e o investimento em terras e escravos, o que redefiniu seu lugar social e possibilitou construir redes de compadrio que confirmavam seu lugar de prestígio e reconhecimento na sociedade piranguense.

Por outro lado, destaquei que não só ascensão, reconhecimento social e prestígio balizaram a trajetória de vida de Antônio Anacleto Varela. Do seu batizado à sua morte, são indiscutíveis a distinção adquirida e o pecúlio acumulado, mas, conforme demonstrei, houve embargos a sua inserção em círculos relacionais das importantes famílias dos arredores em que sua mãe havia construído a liberdade e ele havia sido criado, aspectos que indicam o estigma de homem pardo e a força social de um passado em cativo vivenciado por sua mãe.

A busca por denotar as feições espaciais deste processo indicou os lugares da exclusão e como hierarquias e desigualdades eram reiteradas. No entanto, a neolocalidade demonstrou ter um peso determinante no redirecionamento das estratégias de Anacleto Varela e num novo posicionamento nas estruturas sociais daquela sociedade.

Finalmente, o contexto de modernização das instituições políticas e o aparecimento de novos cargos na municipalidade mantiveram acesa a possibilidade de enraizamento social e serviram como aporte a Antônio Anacleto em galgar ascensão e firmar-se como homem de elite. Assim, destacou-se neste capítulo a busca por novos espaços de sociabilidades que permitiram um novo lugar na hierarquia social.

---

<sup>717</sup> GUEDES, Roberto. *Egressos do Cativo*: trabalho, família, aliança e mobilidade social: (Porto Feliz, São Paulo, c.1798- c.1850). Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2008. Sobre o trabalho e a mobilidade social, ver o Capítulo II, p.69-125.

## **Capítulo V**

**Império dos Eleitores: dinâmicas familiares e elite política no século XIX – Paróquia de Piranga, Minas Gerais**

## Introdução

Era sábado, dia 3 de julho de 1824, na Ermida da fazenda das Bananeiras, propriedade da família do capitão-mor José Justiniano Carneiro (Figura 17), importante potentado do distrito de Tapera e um dos homens mais ricos e prestigiosos daquelas localidades. Neste dia e local foi batizado José, primeiro filho do segundo matrimônio de José Justiniano e, alguns dias ou semanas depois, o pároco responsável pela feitura dos livros de batismo fez questão de fazer a seguinte nota sobre os padrinhos da criança: “capitão José Bernardo de Figueiredo e Dona Josefa, moradores da Cidade do Rio de Janeiro.”<sup>718</sup>

Apesar de raros, não era incomum a presença de compadres de fora dos limites da freguesia, os quais, na maioria dos casos, atuavam através de procuradores, não sendo este o caso em questão. A despeito do longo deslocamento dos padrinhos, tal registro de batismo destacou-se ainda mais quando constatei, através de outras fontes, que o dito capitão José Bernardo (Figura 17) era, na época do batismo, o antigo Intendente do Ouro da Comarca do Rio das Mortes, tendo também atuado como Juiz de Fora da Cidade de São Paulo, além de Desembargador Ordinário da Relação da Bahia, cargo que o conduziria anos depois aos postos de Desembargador de Agravos da Casa de Suplicação da Corte e Ministro do Supremo Tribunal de Justiça do Império do Brasil.<sup>719</sup>

Naquelas décadas, o irmão mais velho do capitão-mor José Justiniano, Antônio Januário Carneiro, era o então capitão-mor das Ordenanças do Termo de Mariana, tendo sido figura ativa e influente na política da capitania e província de Minas Gerais, chegando a ser indicado ao cargo de Senador e a tomar assento na Assembleia Geral do Império do Brasil.<sup>720</sup> Tais fatos demonstram a projeção política desta família e elucidam as vias pelas quais José Justiniano alcançou importante laço de compadrio com figura de destaque na vida política das décadas em que se formava o Estado no Brasil imperial, firmando as bases de sua influência

---

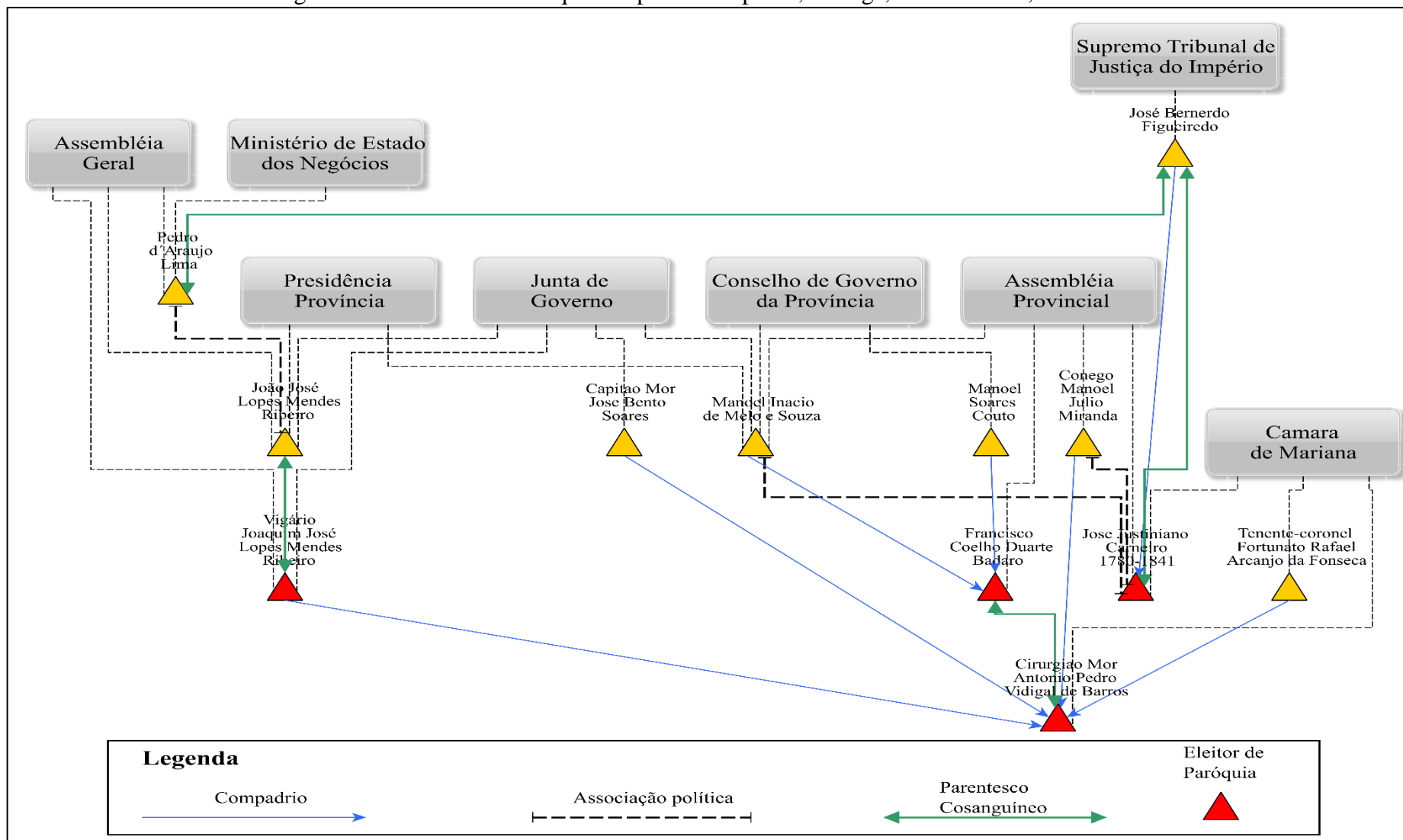
<sup>718</sup> Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana. Livros de Batismo – Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 11, folha 159. Grifo meu.

<sup>719</sup> Sobre os cargos públicos e atuação política de José Bernardo de Figueiredo, ver RODARTE, Claus Rommel. *Partidos Políticos, poderes constitucionais e representação regional na 1ª Legislatura da Assembleia Geral do Império do Brasil: Minas Gerais (1826 – 1829)*. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011. p.414; [www.stf.jus.br/portal/ministro/presidente.asp?periodo=stj&id=250](http://www.stf.jus.br/portal/ministro/presidente.asp?periodo=stj&id=250), acessado em 24 de agosto de 2017.

<sup>720</sup> RODARTE, Claus Rommel. *Partidos Políticos, poderes constitucionais e representação regional...*p.119-A



Figura 17 - Eleitores de Paróquia e a política imperial, Piranga, Minas Gerais, século XIX



Fontes: Biblioteca Nacional. Hemneroteca Digital, *O Universal*; Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana, Livros de Batismo; Arquivo da Casa Paroquial de Piranga, Livros de Batismo.

política, levando-o a tornar-se eleitor da paróquia de Piranga<sup>721</sup> e deputado provincial.<sup>722</sup>

Outras informações ilustram as estratégias política desta família. Acredito que se no batismo de José estivessem à pia batismal tão somente os prestígios e reconhecimentos da conjuntura e clientela política dos Carneiro, tão longa viagem da Corte até o distrito de Tapera na freguesia de Piranga não se daria, pois uma simples procuração faria às vezes em demonstrar o prestígio que haviam alcançado através de bons compadres na sociedade imperial. Todavia, constatei através do testamento do capitão-mor José Justiniano Carneiro, trasladado ao seu inventário<sup>723</sup>, confeccionado no ano de 1841, que sua segunda esposa, Dona Josefa Luiza de Figueiredo Carneiro, era irmã de José Bernardo, o padrinho em questão, tendo este inclusive sido nomeado seu testamenteiro. Portanto, a inserção política deste potentado havia alcançado o patamar de laços familiares, tendo um grande proprietário de terras e escravos<sup>724</sup> da região do Vale do Rio Piranga, contraído matrimônio com a irmã de importante nome da política imperial, num exemplo claro das várias aproximações dos homens da Corte com os fazendeiros, aspecto este muito ressaltado por Richard Graham ao estudar as tramas políticas imperiais.<sup>725</sup>

As articulações familiares e políticas envolvendo a paróquia de Piranga com a Corte e a política imperial não param por aqui e a rede clientelística se estende a outros indivíduos da sociedade piranguense. Em tempo, importante salientar, José Bernardo, além de cunhado de José Justiniano Carneiro, era sogro de Pedro d'Araújo Lima (Figura 17), pernambucano que chefiou o Ministério de Estado dos Negócios do Império e foi deputado na Assembleia Geral Legislativa, da qual era importante líder e presidente em diversas sessões. Segundo Claus Rodarte, foi Araújo Lima quem conduziu a nomeação e sustentou João José Lopes Mendes Ribeiro (Figura 17) no cargo de presidente da Província de Minas Gerais entre os anos de 1827 a 1830.

Por que menciono aqui este outro ator da política provincial? Antes de ser nomeado presidente da Província, João José havia sido secretário de Governo da Capitania durante uma

---

<sup>721</sup> O UNIVERSAL. Eleitores do termo de Mariana – paróquia de Piranga. Edição 491, p. 4, 10 de setembro de 1830; O UNIVERSAL. Eleitores do termo de Mariana – paróquia de Piranga. Edição 548, p. 4, 24 de janeiro 1831; O UNIVERSAL. Eleitores do termo de Mariana – paróquia de Piranga. Edição 876, p. 3, 11 de março de 1833.

<sup>722</sup> REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Direção e redação de J. P. Xavier da Veiga, diretor do mesmo arquivo. Ano I, 1896. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais.

<sup>723</sup> Arquivo da Casa Setecentista de Mariana. 2º Ofício, Códice 22, Auto 558. Inventário *post-mortem* do Coronel José Justiniano Carneiro.

<sup>724</sup> No ano de 1831, no recenseamento do distrito de Tapera, José Justiniano Carneiro é chefe de seu domicílio, no qual são recenseados 66 escravos.

<sup>725</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

década e meia até a eclosão da Revolução Liberal do Porto, quando passou a chefiar um grupo simpático a esta e encabeçou a resistência aos Capitães Gerais, instaurando a Junta de Governo da Província.<sup>726</sup> Também compôs esta Junta o seu irmão mais velho, Doutor Joaquim José Lopes Mendes Ribeiro (Figura 17), pároco da Matriz de Piranga, entre os anos de 1805 e 1845.

Segundo Claus Rodarte, os irmãos Lopes Mendes Ribeiro eram portugueses de origens modestas e bacharelaram-se no curso de Leis da Universidade de Coimbra e muito provavelmente vieram à colônia sob os auspícios de algum poderoso da Corte de Dom João VI<sup>727</sup>, o qual os deve ter alçado a influentes cargos na magistratura, no funcionalismo público e no clero. Além dos já mencionados cargos, ambos foram eleitos deputados da Assembleia Geral, tendo para tanto acionado uma ampla rede de influência política pela Província de Minas Gerais, à qual os proprietários piranguenses se integravam.

Em dezembro de 1819, Joaquim José foi padrinho de Joaquim, muito provavelmente batizado com este nome em sua homenagem, filho do cirurgião-mor Antônio Pedro Vidigal de Barros (Figura 17) e de sua primeira esposa Dona Francisca Cândida de Oliveira Sande<sup>728</sup>, filha do falecido capitão-mor Antônio Gomes Sande, um dos grandes proprietários de escravos daquelas redondezas<sup>729</sup> e homem muito influente.<sup>730</sup> Àquela época, Antônio Pedro galgava posições na política da capitania, tendo, inclusive, atuado como procurador da câmara de Mariana no ano de 1816.<sup>731</sup> Certamente, muito mais do que o parentesco espiritual, aspirações políticas ditavam o tom das ambições e significados deste laço de compadrio, às quais se soma a anotação do pároco que redigiu o assento, informando que a madrinha, Dona Maria Monteiro, era “filha do coronel João José Lopes Mendes Ribeiro”, então Secretario de Governo da Capitania, o qual, viria a tornar-se juiz de fora de Vila Rica e, como já informado, presidente da Província.

---

<sup>726</sup> RODARTE, Claus Rommel. *Partidos Políticos, poderes constitucionais e representação regional na 1ª Legislatura da Assembléia Geral do Império do Brasil: Minas Gerais (1826 – 1829)*. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011. p.414-415

<sup>727</sup> RODARTE, Claus Rommel. *Partidos Políticos, poderes constitucionais e representação regional...*p.120

<sup>728</sup> Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana. Livros de Batismo – Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 3, folha 216v.

<sup>729</sup> Arquivo Público Mineiro. Coleção Casa dos Contos, Recenseamento populacional de 1804.

<sup>730</sup> LEMOS, Gustavo. *Minas da Terra: família, produção da riqueza e dinâmica do espaço em zona de fronteira agrícola*. Minas Gerais, 1800-1856. São Paulo: Annablume, 2014

<sup>731</sup> CHAVES, Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de (orgs.). *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de história da Câmara Municipal*. Ouro Preto, MG: Universidade Federal de Ouro Preto, 2008. p.257

Noutro batismo de uma filha do cirurgião-mor Antônio Pedro Vidigal de Barros, pouco menos que sete anos depois daquele supracitado, sacramentado no dia 28 de abril de 1826<sup>732</sup>, podem-se entrever as suas redes relacionais sendo projetadas para fora do espaço da paróquia de Piranga, quando constatei que, na ocasião, o padrinho da criança batizada foi o capitão-mor José Bento Soares (Figura 17), outro membro da Junta de Governo da Província<sup>733</sup> e também indicado a tomar assento no Senado e na Assembleia Geral. Ao enxergar estes dois laços de compadrios num mesmo enquadramento da formação das redes e clientelas políticas, pode-se dizer que as boas relações firmadas por Antônio Pedro com o pároco de sua freguesia, homem de importante influência política na capitania e província de Minas Gerais, foram os primeiros passos dados para o firmamento do prestígio, poder e projeção política de sua família, os quais eram confirmados e reforçados a cada sacramento batismal de seus filhos que nasciam.

Em 1831, dia 12 de maio, no batismo de Fortunato Pedro, o padrinho foi o tenente-coronel Fortunato Rafael Arcanjo da Fonseca (Figura 17), um dos mais notórios camarários de Mariana<sup>734</sup>, tendo atuado em diversos cargos entre 1814 e 1844<sup>735</sup>, que à ocasião era o presidente daquela câmara. Finalmente, quase dois anos depois, no dia 29 de abril de 1833, o padrinho de Manoel, outro filho de Antônio Pedro, é também um agente da política mineira, a saber, o cônego Manoel Júlio de Miranda (Figura 17), vereador da câmara de Mariana entre 1833 e 1836<sup>736</sup> e também deputado na Assembleia Legislativa provincial no ano de 1835.

Nesta legislatura, Manoel Júlio Miranda, compôs o chamado “círculo de Mariana”, um grupo de deputados que estiveram envoltos em atitudes que ora apoiavam e ora se afastavam das resoluções e propostas de Bernardo Pereira Vasconcelos, importante líder daquela casa. José Justiniano Carneiro, já citado neste capítulo, eleitor da paróquia de Piranga, alcançou o degrau de cima da hierarquia política e elegeu-se deputado provincial, vindo a compor este mesmo círculo, o qual era encabeçado por Manoel Inácio de Melo e Souza (Figura 17).<sup>737</sup>

---

<sup>732</sup> Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana. Livros de Batismo – Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 11, folha 60-60v.

<sup>733</sup> RODARTE, Claus Rommel. *Partidos Políticos, poderes constitucionais e representação regional...*p.129

<sup>734</sup> OLIVEIRA, Kelly. E. *No Laboratório da Nação: Poder Camarário e Vereança nos anos iniciais da formação do Estado Nacional Brasileiro em fins do Primeiro Reinado e nas Regências, Mariana, 1828-1836*. Dissertação (mestrado). Programa de pós-graduação em História. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2013. p.42

<sup>735</sup> CHAVES, Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de (orgs.). *Casa de Vereança de Mariana...* p.256; 260; 264; 265; 266.

<sup>736</sup> CHAVES, Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de (orgs.). *Casa de Vereança de Mariana...* p.264

<sup>737</sup> RODARTE, Claus. Os liberais de Minas e o “regresso”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Volume 50, nº 2, p.69-85, julho-dezembro de 2014. p.74

Não à toa, Manoel Inácio foi quem encabeçou a atuação bipolarizada destes deputados que tiveram voz ativa nas sessões da Assembleia Legislativa, pois era um agente de grande capital político, tendo composto a Junta de Governo<sup>738</sup>, sido eleito para o Conselho de Governo da Província de Minas Gerais e nomeado presidente daquela província entre 1831 e 1833.<sup>739</sup> Entre estes anos de presidência, foi padrinho de Elisa, batizada em 12 de dezembro de 1832<sup>740</sup>, filha do alferes Francisco Coelho Duarte Badaró (Figura 17), eleitor da paróquia de Piranga, primo da esposa do mencionado cirurgião-mor Antônio Pedro Vidigal de Barros. Por fim, em 1840, no batismo de Henriqueta, no dia 27 de abril<sup>741</sup>, filha de Francisco Badaró, o padrinho foi Manoel Soares do Couto (Figura 17), indivíduo com alguma influência política, membro suplente do Conselho de Governo da Província de Minas Gerais entre 1831 e 1833 e presidente da província aclamado pelos sediciosos de Vila Rica no ano de 1833.<sup>742</sup>

Todas estas informações demonstram as imbricadas relações que interligavam eleitores de paróquia à política imperial, a partir das quais apresentarei as interdependências entre o centro e as periferias no processo de formação do Estado no Brasil imperial, seguindo a trilha de Richard Graham ao recompor as clientelas que sustentaram virtualmente todo o ato político do Brasil no século XIX.<sup>743</sup> Este autor, ao estudar as eleições provinciais, segundo ele momento peculiar que punha à prova o poder do líder local, afirma que apesar de em nível nacional os resultados eleitorais serem previsíveis, em nível local, para alguns, tudo dependia do resultado.<sup>744</sup> Em outras palavras, havia duas instâncias de poder sobrepostas, os poderes locais e os poderes centrais, e é nas dinâmicas familiares, pulsantes e ativas no cotidiano paroquial, que me deterei neste capítulo.

Em tempo, é preciso salientar que não compactuo com a perspectiva explícita na obra de Richard Graham que enxergou os proprietários locais como uma classe, um grupo que traçava estratégias para manter o poder econômico e as hierarquias sociais, entendimento que nivelou e homogeneizou atuações muitas vezes conflitantes. Tenho como suporte a esta

---

<sup>738</sup> RODARTE, Claus Rommel. *Partidos Políticos, poderes constitucionais e representação regional...*p.129

<sup>739</sup> REZENDE, Irene Nogueira. Um estudo de caso: a história do Barão do Pontal Mineiros da Zona da Mata na construção do Estado Nacional (1821-1841). *Lócus: Revista de História Juiz de Fora*, v.15, n.2, p.85-98, 2009. p.94

<sup>740</sup> Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana. Livros de Batismo – Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 11, folha 197.

<sup>741</sup> Arquivo da Casa Paroquial de Piranga. Batismos da Matriz de Piranga. Livro 1, folha 24

<sup>742</sup> OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. *Construtores do Império, defensores da província: São Paulo e Minas Gerais na formação do Estado nacional e dos poderes locais, 1823-1834*. Tese (doutorado). Programa de pós-graduação em História Social. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2014. p.107

<sup>743</sup> GRAHAM, Richard. Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado. *Revista Diálogos*, DHI/UEM, v.5, n.1, p.11-47, 2001. p.35-36

<sup>744</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX...*

postura interpretativa as teses de Fábio Kuhn<sup>745</sup>, Luís Augusto Ebling Farinatti<sup>746</sup>, Adriano Comissoli<sup>747</sup> e Jonas Moreira Vargas<sup>748</sup>, pesquisadores das partes meridionais da América portuguesa, os quais reformularam interpretações sobre as elites rio-grandenses atentando-se às dinâmicas familiares e às tramas das disputas locais pelo controle de rotas de comércio, cargos políticos e prestígio social, demonstrando a complexidade das redes clientelares e os meandros das tramas políticas entre as paróquias e a Corte.

A título de exemplo e reforço da importância de se atentar para as dinâmicas locais, retomo algumas das relações de compadrio entre eleitores da paróquia de Piranga e agentes da política provincial. Francisco Coelho Duarte Badaró, eleitor da paróquia de Piranga, era compadre do presidente da província, Manoel Inácio de Melo e Souza. Este, deputado provincial na Assembleia Legislativa, liderou um grupo político do qual fazia parte outro eleitor da paróquia de Piranga, José Justiniano Carneiro. Quem olha este quadro ampliado da política provincial, pode facilmente associar Badaró e Carneiro como comparsas políticos, os quais agiam debaixo do mando de Manoel Inácio, ditando conjuntamente as regras do jogo político e outorgando as diretrizes do projeto político daquele à nível local.

Todavia, quando se muda a escala de análise para as dinâmicas familiares locais, é sabido que Badarós e Carneiros não são famílias próximas socialmente.<sup>749</sup> Não é evidente qualquer querela ou inimizade explícita, mas cada qual possuía sua própria clientela e distintos compadres, atuando através de diferentes estratégias sociorelacionais na pia batismal e no mercado matrimonial.<sup>750</sup> Desta forma, é notório que enquanto no nível provincial eleitores filiavam-se aos mesmos projetos e lideranças políticas, no dia-a-dia de suas localidades, as disputas eram outras, sobre as quais se reconstruíam trajetórias e conflitos de

---

<sup>745</sup> KUHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. Tese (doutorado). Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2006.

<sup>746</sup> FARINATTI, Luís A. E. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Tese (Doutorado). Programa de pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007

<sup>747</sup> COMISSOLI, Adriano. *A serviço de sua majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808-1831)*. Tese (Doutorado). Programa de pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011

<sup>748</sup> VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas Margens do Atlântico: um estudo das elites locais e regionais na economia e política: charqueadores de Pelotas - RGS (século XIX)*. Tese (Doutorado). Programa de pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013

<sup>749</sup> ANDRADE, M. R. *Compadrio e família em zona de fronteira agrícola: as redes sociais da elite escravista, freguesia de Guarapiranga (c1760-c1850)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2014. p.106-141

<sup>750</sup> ANDRADE, M. R. *Os compadres de Antônio, João e José: Redes sociais e parentesco espiritual na freguesia de Guarapiranga, Minas Gerais, séculos XVIII e XIX*. Monografia (Bacharelado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2011.

seus antepassados, deixando em tela um universo muito mais diversificado que as ideologias e discursos que separaram projetos de Estado e nação.

### **Redes clientelísticas e eleitores de paróquia**

As relações entre centro e periferia encontram-se entre os principais assuntos da agenda de pesquisa sobre a história política do Brasil imperial. Não é à toa que esteja em voga a discussão sobre a formação política brasileira e, nesta trama, não faltam referências aos sinuosos caminhos traçados pela Corte e províncias na formação do Estado no Brasil imperial e as decorrentes disputas por poder, formando o enredo da gênese do Estado nacional, balizada pela disputa entre o projeto da unidade e a busca da autonomia regional.<sup>751</sup>

Sobre este tema, Miriam Dolhnikoff escreve que houve um arranjo institucional que foi capaz de articular a inserção das elites provinciais no projeto de centralização do poder, o que balizou a dinâmica de funcionamento do Estado brasileiro. Segundo a autora, este projeto foi gerido desde a Constituição de 1824 e pouco a pouco instituía a arquitetura do federalismo no Brasil, pois, mesmo que a Carta tenha imposto limites à plena implementação do projeto liberal, haviam brechas que permitiram ao poder local pleitear certa autonomia e organizarem a municipalidade.

Por exemplo, em finais da década de 1820 regulamentou-se o funcionamento das Câmaras Municipais, “único órgão legislativo cujas decisões não dependiam de sanção imperial”<sup>752</sup> e promulgou-se a lei que criava o juizado de paz, a qual determinou que o juiz de paz fosse escolhido localmente e nada devesse ao poder central ou ao imperador, em suma, “podia, portanto, exercer suas funções de maneira autônoma e, devido à amplitude delas, tornar-se uma poderosa exceção no interior da centralização político-institucional que caracterizava o Primeiro Reinado.”<sup>753</sup> Todavia, deve-se ressaltar, os legisladores não queriam juízes de paz fora do controle do governo central, por isso, de acordo com a lei, cabia ao governo o poder de suspender os casos não cumprissem com suas funções legais.

Para compreender este jogo político entre o centro e suas periferias, faz-se necessário conhecer um dos principais vértices deste contexto de disputas, a saber, as elites regionais, pleiteando refletir sobre suas origens e o porquê de inserir-se nesta conjuntura, simultaneamente fazendo frente ao poder central e compactuando com este.

---

<sup>751</sup> GOUVEA, Maria de Fatima Silva. *O império das províncias*: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

<sup>752</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial*: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005. p.83

<sup>753</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial...*, p.84

Assim, cabe esclarecer os usos do termo “elite” ao longo deste capítulo, facilitando a compreensão do leitor. Em resumo, abordam-se as estratégias de uma elite política regional, todavia não se deve perder de vista que elite política e elite regional podem ter interesses confluentes como podem, vez ou outra, antagonizarem-se.<sup>754</sup> Dessa forma – transcendendo a estratégia metodológica utilizada de estabelecer como ponto de partida da análise que se empreenderá uma lista de eleitores de paróquia, ou seja, uma documentação que disponibiliza os nomes de indivíduos que pleiteavam cargos na representação política provincial –, a elite englobada por este capítulo excede a elite política, pois ao incorporar indivíduos e suas famílias em sua diversificação de atividades econômicas e posições sociais variadas, enfocando-se nas tramas dos interesses, traz à cena, seguindo indicação de Flávio Heinz, as elites políticas regionais revestidas por seus significados sociológicos, “definidas pela detenção de um certo [sic] poder ou então como produto de uma seleção social ou intelectual”<sup>755</sup>, o que possibilita determinar quais os espaços, as práticas e os instrumentos do poder em múltiplos tipos de sociedade, além de viabilizar a compreensão dos dispositivos que permitiram o alcance às posições dominantes.

Maria Odila Dias pode ser um importante ponto de partida na reflexão sobre o papel desta elite colonial neste processo. Para ela, faz-se necessário um estudo atento aos mecanismos da classe dominante do Brasil para se preencher lacunas existentes no entendimento do processo de transição da colônia para o império. Em suas palavras, “quando se aprofundar o estudo do predomínio social do comerciante e das íntimas interdependências entre interesses rurais, comerciais e administrativos, estará aberto o caminho para a compreensão do processo moderado de nossa emancipação política.”<sup>756</sup>

A este respeito, Sérgio Buarque de Holanda<sup>757</sup> nos dá importantes subsídios para se pensar o longo processo que ele chama de desagregação colonial. Neste célebre texto, em que descreve todo o processo de como a herança colonial teve um papel central e ditou as normas e as regras do jogo político nos anos iniciais do pós-Independência, o autor deixa explícito que no Brasil as ideologias contrárias a um poder centralizado não precisaram ser importadas. Para ele, estas tinham suas raízes bem firmadas nas origens das atividades colonizadoras e seus efeitos eram evidentes mesmo depois da chegada do príncipe regente em 1808.

---

<sup>754</sup> MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado, 1842-1889*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

<sup>755</sup> HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006, p.8

<sup>756</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005, p.23

<sup>757</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A herança colonial: sua desagregação*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1965, tomo II, v. 1, p. 9-39.



Sem entrar nos méritos da discussão sobre a administração régia e a transição da colônia para o império, no momento basta a constatação da ativa participação da elite escravista colonial nas tramas políticas do processo de formação do Estado nacional.<sup>758</sup> É preciso apontar que as origens desta elite colonial remontam às primeiras décadas do processo de ocupação do território luso-americano e reproduziu-se social e economicamente através de estratégias de negociações com a Coroa, que, ao legar-lhes títulos e determinadas benesses, instituía a conquista da terra e a empresa colonial.<sup>759</sup> Paradoxalmente, nos anos iniciais do império, esta elite de ascendência portuguesa, antigos súditos da Coroa, é a mesma que busca minar o poder centralizado, em suma, os que se posicionam contrariamente ao projeto da unidade nacional.

Impondo limites do seu apoio ao governo centralizado hegemônico, a principal requisição foi a autonomia para gerir suas províncias e participar na condução da política nacional, concretizada com o ato adicional de 1834, que estabeleceu a divisão constitucional das respectivas competências do governo central e dos governos provinciais, o que criou, em certo sentido, um filtro político das disputas locais no Brasil imperial.<sup>760</sup> No entanto, Sérgio Buarque de Holanda evidencia o paradoxo político do ato adicional, segundo ele fruto do tradicionalismo inconsistente, sedento por regionalismos e reivindicações de autonomias, emplacado pelas elites regionais. De acordo com este autor, a autonomia provincial minou o poder municipal como se ali não se aninhasse o princípio da autonomia regional.<sup>761</sup>

Por sua vez, Raimundo Faoro nos lembra de outra medida que consagrou a autonomia local: o Código do Processo Criminal de 29 de novembro de 1832, que deu nova fisionomia aos juízes de paz, habilitando-os a exercer atribuições judiciárias e policiais.<sup>762</sup> Portanto, parece-nos incontestável que a unidade básica administrativa, a saber, os distritos de paz, nesse período de incertezas e definições sobre os rumos políticos do país, tiveram participação na política provincial ou, pelo menos, ali se reproduziram lógicas internas da participação possível no jogo político.

---

<sup>758</sup> SILVA, Ana Rosa Clochet da. De comunidades a nação: regionalização do poder, localismos e construções identitárias em Minas Gerais (1821-1831). *Almanack braziliense*, n. 2, p. 43-63, nov. 2005.

<sup>759</sup> RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial: Brasil (ca. 1530-ca. 1630)*. São Paulo: Alameda, 2009.

<sup>760</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. A regionalização do jogo político: elites e poder no Brasil do século XIX. *Novos Estudos*, n. 70, nov. 2004.

<sup>761</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A herança colonial...*

<sup>762</sup> FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 2. ed. revista e aumentada. Porto Alegre: Globo; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975. 2v. vol. 1, p.305

Segundo Richard Graham, foi a capacidade dos atores políticos locais em criar e adentrar clientelas políticas que conservou todo o ato político do Brasil no século XIX.<sup>763</sup> O autor deixa claro que todos faziam parte do mesmo sistema político que se reproduzia desde as instâncias nacionais às locais. Para ele, era um importante líder local quem ganhasse as eleições, e ganhava por representar uma liderança superior da hierarquia administrativa, que um dia estivera ali, nas paróquias ou nos distritos de paz, galgando ascensão política.

Essa lógica era um reflexo direto do sistema eleitoral hierarquizado promulgado no Brasil com a Carta Constitucional de 1824. Este sistema herdou algumas medidas que já haviam sido sancionadas meses após a Revolução Liberal do Porto (1821) para eleição de deputados às Cortes de Lisboa<sup>764</sup>, contudo formalizou o processo ao definir a altura de cada degrau e limitá-los a dois: votantes e eleitores.<sup>765</sup> Destes dois degraus de base, constituídos nas freguesias e paróquias, seriam eleitos os representantes dos dois degraus seguintes: deputados e senadores. Portanto, fica evidente que a paróquia, suas freguesias e os distritos de paz das províncias detinham a função básica da produção e reposição de peças no cenário político. Assim, torna-se latente o empenho de se compreender os mecanismos internos da ação política e sua relação com uma sociedade hierarquizada, em que classe e status entrelaçavam-se.

Demonstrei entremeadas relações interligando eleitores da paróquia de Piranga através de laços de compadrio com atores da política imperial e provincial. Seguindo a trilha de leituras da política imperial, um dos meus objetivos foi compreender a formação de redes clientelísticas na paróquia de Piranga, partindo da hipótese que um minucioso cálculo político era feito em nível local. A meu ver, eleitores de paróquia estrategicamente forjavam redes de compadrio dentro e fora dos limites de seus distritos e capelas, criando espaços de poder, moeda de troca à inserção no jogo da política imperial.

A principal fonte histórica que balizou a realização desta etapa da pesquisa foi a *Lista dos eleitores da paróquia de Piranga*.<sup>766</sup> Essas listas foram publicadas no jornal *O Universal*, nos anos de 1830, 1831 e 1833, período em que Minas Gerais vivenciava um efervescente

---

<sup>763</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

<sup>764</sup> BRASIL. *Legislação eleitoral no Brasil: do século XVI a nossos dias*. Organizadores: Nelson Jobim; Walter Costa Porto. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Biblioteca, 1996. 3v.

<sup>765</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império, 1824-1881. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2005.

<sup>766</sup> O UNIVERSAL. Eleitores do termo de Mariana – paróquia de Piranga. Edição 491, p. 4, 10 de setembro de 1830; O UNIVERSAL. Eleitores do termo de Mariana – paróquia de Piranga. Edição 548, p. 4, 24 de janeiro de 1831; O UNIVERSAL. Eleitores do termo de Mariana – paróquia de Piranga. Edição 876, p. 3, 11 de março de 1833.

cenário de disputas políticas e ideológicas, no qual a imprensa desenvolvia importante papel de difusora de ideais, objetivando influenciar o jogo político, tornando-se, muito mais do que simples intermediário entre agentes políticos, o espaço da ação política.<sup>767</sup>

Outra fonte documental de essencial importância para o desenvolvimento desta pesquisa foi a documentação cartorial, especificamente os inventários *post-mortem*. Apesar de ser uma fonte que apresenta dificuldades em sua quantificação, as informações fornecidas ao estudo de trajetórias individuais dão subsídios a importantes análises qualitativas. De modo complementar, foram utilizadas informações recolhidas em levantamentos censitários, a fim de traçar o contexto socioeconômico e demográfico em estudo.<sup>768</sup> Essas listas foram organizadas de acordo com os domicílios e a relação nominal de todos os que ali residiam, elencando informações quanto a cor, condição social (livre, liberto ou escravo), idade, estado civil e ocupações, estas últimas principalmente para os chefes de domicílio.

Com o levantamento nominal das *Listas dos eleitores da paróquia de Piranga*, constatei 66 nomes nas três listas publicadas entre setembro de 1830 e março de 1833. Contudo, vários deles aparecem em mais de uma listagem, totalizando 38 eleitores. Assim, neste capítulo irei me deter nas análises das trajetórias e estratégias familiares destes eleitores a partir das relações familiares e de compadrio de José Justiniano Carneiro, Antônio Pedro Vidigal de Barros e Francisco Coelho Duarte Badaró, os quais julgo tratar-se do núcleo principal dos eleitores, ponto de partida e enfoque para o esforço de se conhecer as dinâmicas relacionais existentes entre os eleitores daquela paróquia.

Ao se cruzar nominalmente as listas dos eleitores e as listas nominativas de 1831, encontrei 29 dos 38 eleitores (Quadro 2), sendo a maioria deles (26) chefes de seus domicílios. Dos outros três, dois eram irmãos, Antônio e Luis Antônio, filhos do falecido capitão-mor Antônio Januário Carneiro – sobrinhos do supracitado José Justiniano Carneiro e do também eleitor Francisco Antônio de Paula Carneiro –, os quais foram recenseados no domicílio chefiado por Dona Francisca de Paula Januário Carneiro, mãe deles. O outro caso é do eleitor reverendo Antônio Gomes de Oliveira Sande, cunhado do eleitor Antônio Pedro Vidigal de Barros e listado em seu domicílio, onde também foi recenseada a sogra deste e mãe daquele.

---

<sup>767</sup> MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e política: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais, 1828-1842*. 2006. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

<sup>768</sup> Estes recenseamentos foram objetos de sistemáticos estudos realizados por pesquisadores do Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Face/UFMG e encontram-se disponíveis para consulta online em: <[www.poplin.cedeplar.ufmg.br](http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br)>.

Quadro 2 - Posse de escravos dos eleitores da paróquia de Piranga, Minas Gerais, século XIX

<b>Eleitor</b>	<b>Idade</b>	<b>Escravos</b>
Joao Luciano de Souza Guerra Araújo, coronel	62	98
Jose Justiniano Carneiro, capitão Mor	48	66
Domingos Alves Guimaraes, capitão	46	48
Antônio Pedro Vidigal de Barros, cirurgião Mor	50	44
Antônio Gomes de Oliveira Sande, reverendo	39	
Jose Antônio de Araújo Silva	46	40
Francisco Coelho Duarte, alferes	40	35
Feliciano Coelho Duarte, alferes	30	29
Antônio Liberato Jose Carneiro Miranda	54	24
Inácio Alves Pereira	57	22
Tomas Rodrigues Milagres	45	22
Antônio Jacinto Tavares, Ajudante	41	21
Antônio Teixeira Guimaraes, capitão	60	20
Luis Antônio Carneiro	31	16
Antônio Januário Carneiro, tenente	20	
Antônio Soares Ferreira	52	16
Francisco Antônio de Paula Carneiro, Capitão	49	15
Luis Gonçalves Heleno	61	15
Severo Alves Passos	-	15
Francisco da Silva Araújo, alferes	60	13
Joaquim Alves Moreira	56	12
Joao Jose de Oliveira Pena, tenente	64	10
Joao Pinto de Moraes Sarmento, capitão	40	9
Camilo Ferreira Braga	26	7
Jose de Araújo Ribeiro de Vasconcelos	37	6
Antônio dos Santos Aguiar e Melo, cirurgião Mor	42	4
Joaquim Jose Lopes Mendes, vigário	58	3
Justiniano da Cunha Pereira, padre	32	1
Manoel de Bittencourt Godinho	42	0

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas nominativas de Habitantes

Esta documentação não deixa dúvidas acerca da íntima associação entre elite escravista e elite política, ou melhor, como uma encampava a outra no projeto de formação do Estado no Brasil. Dentro todos os 27 domicílios em que estes eleitores foram recenseados, foram listados 611 escravos (14,05% do total recenseado), portanto, uma média de 22,63 escravos por domicílio. Esta cifra é muito superior se considerados todos os domicílios do vale do Rio Piranga, em que num total de 700 domicílios (35,14% do total recenseado) foram recenseados 4.347 escravos, valores que perfazem uma média de 6,21 escravos por domicílio. Destaca-se, 700 foram os domicílios chefiados por proprietários de escravos; se forem

considerados todos os domicílios recenseados, sejam escravistas ou não, 1.992 domicílios, a média de escravos por domicílio é reduzida para 2,18, o que atesta ainda mais a excepcionalidade das cifras escravistas dos eleitores de paróquia.

Todavia, nem todos os eleitores eram grandes proprietários de escravos. Acentuadas discrepâncias marcaram a posse de cativos que variou de nenhum escravo, caso do padre Manoel de Bithencourt Godinho, a 98 cativos em posse do coronel João Luciano de Souza Guerra Araújo Godinho (Quadro 2), o qual, diga-se, era o maior proprietário de escravos daquelas localidades, passando pelo efetivo escravo de 7 cativos em posse de Camilo Ferreira Braga e 10 em posse do tenente João José de Oliveira Pena, o mais velho dentro todos os eleitores, morador no pequeno distrito do Bacalhau.

Em relação à idade, apesar das disparidades, nota-se a maioria dos eleitores na faixa entre os 30 e 50 anos de idade, sendo que a média foi de 46 anos de idade. Chamou minha atenção o fato do eleitor mais novo, Antônio Januário Carneiro, ser listado com 20 anos de idade, ainda solteiro, situação a qual não era prevista pela Carta Constitucional de 1824 para poder se tornar eleitor de paróquia.<sup>769</sup> Todavia, deve-se assumir, as elites desejosas por cargos e poder político, facilmente contornavam os limites da lei e traçavam seus caminhos para a Assembleia Legislativa e influência política, lembrando do fosso existente entre a lei e prática desta lei, além dos diversos descaminhos que regeram as tramas e os conflitos nos jogos de interesses locais.

Ainda, tais dados fazem lembrar o favorecimento da participação da elite econômica na trama política, pois para ser um votante e eleitor de paróquia, exigia-se uma renda líquida anual superior a cem mil e duzentos mil réis, respectivamente.<sup>770</sup> Assim, o que ficou evidente nos dados pesquisados é a elite política piranguense composta, majoritariamente, por grandes proprietários de escravos ou indivíduos a estes inter-relacionados através de laços familiares.

Entretanto, é importante deixar claro que nem todos os grandes proprietários foram eleitores. Por exemplo, Antônio Alves Ferreira Cabral – morador do distrito de Calambau, proprietário de 40 escravos, casado, 54 anos de idade –, José Alves Ferreira – morador do distrito da Tapera, proprietário de 40 escravos, casado, 52 anos de idade – e Antônio José Bastos – morador do distrito da Tapera, proprietário de 33 escravos, casado, 54 anos de idade – são homens que possuíam o perfil socioeconômico para tornar-se eleitor de paróquia, mas

---

<sup>769</sup> BRASIL. *Legislação eleitoral no Brasil...*

<sup>770</sup> BRASIL. *Legislação eleitoral no Brasil...*; DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império...*

não foram. Certamente eram votantes e participaram do processo que nomeou aqueles homens que poderiam assumir cargos na Assembleia Legislativa, mas não chegaram a concorrer a esta.

Estratégias políticas passavam pelo crivo das estratégias familiares, além de ser indiscutível que nem toda liderança é política. O que quero dizer com isso? José Alves Ferreira era cunhado dos eleitores José Justiniano Carneiro e Francisco Antônio de Paula Carneiro, casado com Dona Teresa Maria do Carmo, irmã mais nova deles, portanto, tio de outros dois eleitores, Luis Antônio Carneiro e Antônio Januário Carneiro. Além destes laços familiares com os Carneiro, sua irmã, Maria Felícia Alves Ferreira, era esposa do eleitor José Antônio de Araújo Silva, o que deixa claro a proximidade familiar e social de José Alves Ferreira a parcelas da elite política.

Em todos estes laços familiares tem-se um núcleo extremamente forte da elite escravista local: José Justiniano Carneiro, proprietário de 66 escravos; José Alves Ferreira e José Antônio Araújo Silva, em posse de 40 escravos; e Francisco Antônio, 15 cativos. Todos juntos, senhores de nada menos que 3,70% do total de escravos recenseados no vale do Rio Piranga. Porém, quando computado o número de vezes nas quais atuaram como padrinhos, constatei uma relação inversa com a influência na pia batismal e o alcance político. Por exemplo, José Justiniano Carneiro, que chegou a ser eleito deputado provincial, foi escolhido padrinho em 8 ocasiões entre os anos de 1814 e 1838, enquanto José Antônio Araújo Silva, que parou no degrau de eleitor de paróquia na hierarquia política, foi padrinho de 18 crianças nascidas entre os anos de 1811 e 1846. Por sua vez, José Alves Ferreira, que nem chegou a ser eleitor de paróquia, foi padrinho em 30 ocasiões, inclusive adentrando em redes sociais de eleitores fora deste seu núcleo familiar, como por exemplo, quando em 1815, foi padrinho de Rita, filha natural de Madalena crioula, escrava do Guarda Mor Domingos Alves Guimarães<sup>771</sup>, o qual, na década de 1830, era um dos eleitores com mais escravos em seu efetivo (Quadro 2).

A meu ver, José Alves Ferreira era aquele indivíduo com grande alcance relacional entre várias camadas sociais, e com intenso trânsito pelas hierarquias locais, inclusive tecendo alianças com outras famílias da elite política local, aspecto que expandia o prestígio de seus cunhados eleitores, fortalecendo as bases do poder político de sua família, e eventualmente, agente política que exercia um papel determinante nos períodos de eleição.

---

<sup>771</sup> Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana. Livros de Batismo – Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 3, folha 34.

## Famílias, elites e redes sociais

A trajetória da família Carneiro na região do vale do Rio Piranga remonta os ciclos migratórios de homens do norte de Portugal até as Minas<sup>772</sup> e, especificamente, a história de uma viuvez em Portugal e posterior migração para a colônia chamada Brasil. Tal trajetória é a de Antônio Alves Ferreira, natural da freguesia de Ferreira, no Arcebispado de Braga, localidade a sessenta léguas de distância da cidade do Porto. Em sua terra natal, Antônio fora casado com Custódia da Cunha a qual falecera, aproximadamente no ano de 1708, após ficar enferma por uma queda que lhe quebrou a perna.<sup>773</sup> Após a viuvez, emigrou para as Minas e, em 1728, aos 49 anos de idade, contraiu novas núpcias com Ana Cabral da Câmara, uma moça de 15 anos de idade, filha de João Cardoso Lago Câmara e Maria Velho Cabral.

Em Minas Gerais, Antônio Alves Ferreira constituiu um invejável patrimônio que lhe possibilitou pagar em dote ao seu futuro genro – João Rodrigues Santos, o qual se casou com sua filha mais velha Dona Maria Ferreira Anunciação – a quantia de 3:200\$000 (três contos e duzentos mil réis).<sup>774</sup> Não à toa pagou-se tão alta quantia, pois, conforme alertou Débora Alves, Antônio Alves Ferreira teceu alianças matrimoniais que agregaram valor e prestígio social a sua família e seu nome. Afinal, João Rodrigues Santos era um dos homens ricos da capitania de Minas Gerais, Cavaleiro da Ordem de Cristo, português, vindo às minas para atuar como inquiridor, distribuidor e contador da Vila de São João del-Rei<sup>775</sup>, e detinha um perfil socioeconômico que certamente lançaria luz sobre o lugar de “nobreza da terra”<sup>776</sup> daquela família.

Outra filha do casal, Luísa Alves Encarnação, também se casa com um homem de grande prestígio social na região, o capitão Manoel Pereira Silva, um dos homens ricos da capitania e português, assim como seu sogro, seu concunhado João Rodrigues Santos e outro genro do casal, o tenente Antônio Gonçalves Silva, natural de Barcelos, no Arcebispado de

---

<sup>772</sup> Sobre este tema, ver RAMOS, Donald. *Do Minho as Minas*. Revista do Arquivo Público Mineiro. Volume 44. Nº 1. Jan/Jun, 2008. p.132-153.

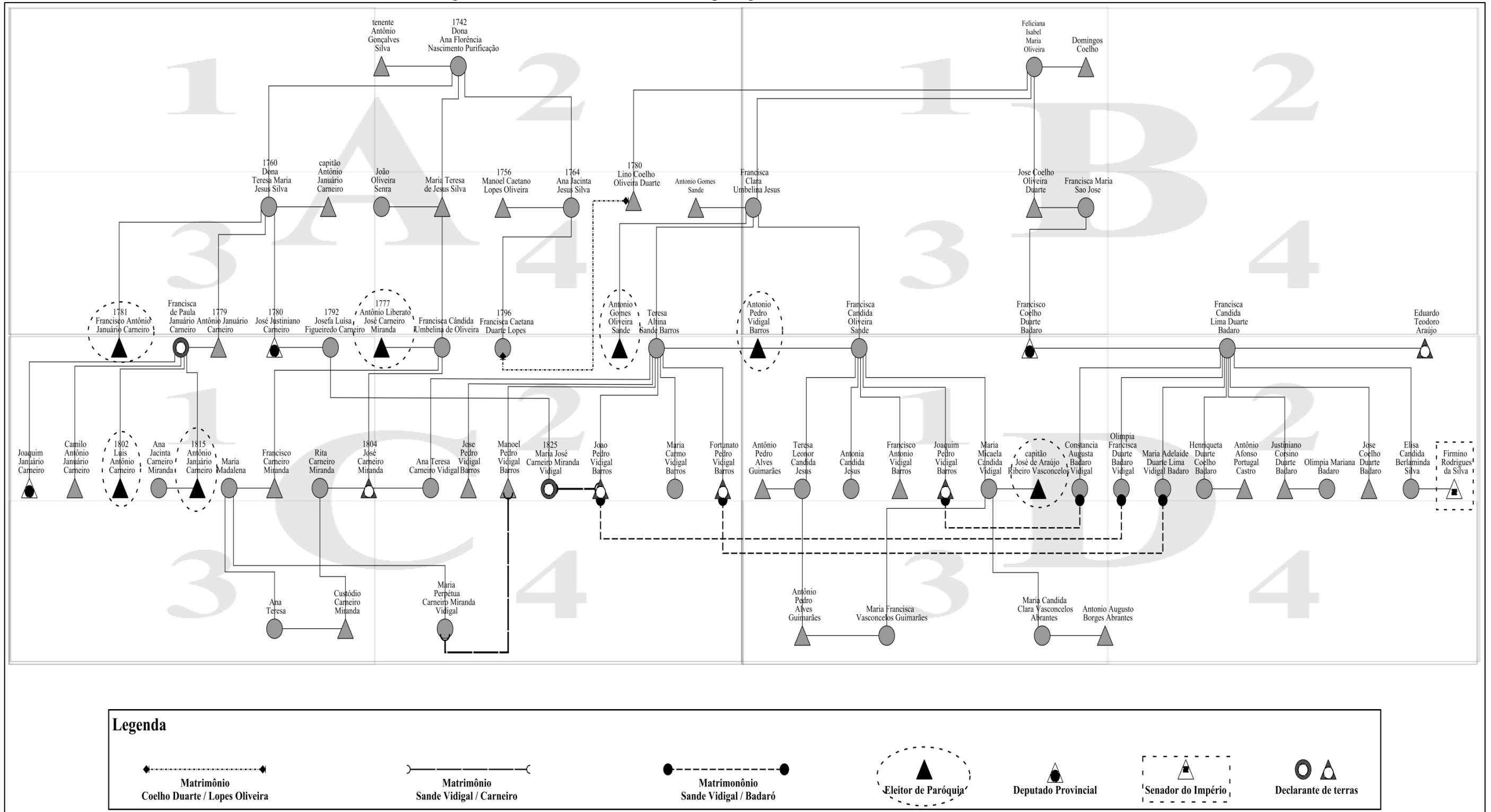
<sup>773</sup> Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana. Dispensas matrimoniais. Dispensa matrimonial de Antônio Alves Ferreira do ano de 1728, *Apud*. ALVES, Débora Cristina. *Alianças familiares: estratégias de uma elite de Antigo Regime (Guarapiranga – 1715 a 1790)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora. Programa de Pós-graduação em História. 2013

<sup>774</sup> Débora Alves, em sua dissertação de mestrado, na qual estudou a prática de dotar as filhas mulheres e as redes matrimoniais constituídas por parcelas da elite econômica e social da freguesia de Guarapiranga no século XVIII, analisou diversas trajetórias individuais fornecendo muitas informações que serviram de suporte para as minhas pesquisas. Ver ALVES, Débora Cristina. *Alianças familiares...*p.106

<sup>775</sup> ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e Pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Ed. Argumentum, 2011, p.71-73

<sup>776</sup> SOUZA, Laura de Mello e. Nobreza de Sangue e Nobreza de Costume: Idéias sobre a Sociedade de Minas Gerais no Século XVIII. In: \_\_\_\_\_. *O Sol e a Sombra: Política e administração na América Portuguesa do Século XVIII*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2006.

Figura 18 - Enlaces matrimoniais, elites piranguenses (Minas Gerais, século XVIII e XIX)



Fontes: Arquivo da Casa Setecentista de Mariana. 1º e 2º Ofícios, inventários *post-mortem*; Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. *Livros de Batismos*, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga; Arquivo da Casa Paroquial de Piranga, *Livros de Batismos*.



Braga. Antônio Gonçalves Silva casara-se com Ana Florência Nascimento Purificação<sup>777</sup>, matrimônio do qual nasceram cinco filhas e um filho, o capitão Francisco Antônio Paula Silva, morador do distrito de Calambau.

Por ora, a atenção recai sobre uma das filhas deste matrimônio, Dona Teresa Maria de Jesus Silva<sup>778</sup>, nascida por volta de 1760, a qual contraiu núpcias com o português da freguesia de São João Batista da Vila do Conde, no Arcebispado de Braga, o capitão Antônio Januário Carneiro<sup>779</sup>, pai, avô e sogro de diversos eleitores da paróquia de Piranga na década de 1830.

Não restam dúvidas que Antônio Januário Carneiro, assim como seu sogro, ambos portugueses emigrados para as Minas, contraíram importantes laços matrimoniais com moças da elite local, o que lhes legou prestígio e um lugar social entre a elite da terra. Em 1791, quando seu sogro faleceu, foram arrolados em seu inventário<sup>780</sup> bens que computavam a quantia de 48:392\$933 (quarenta e oito contos, trezentos e noventa e dois mil e novecentos e trinta e três réis), dentre os quais 122 escravos, um dos maiores efetivos da região, empregados, ao que fica entrevisto pelo supracitado inventário, em atividades mineradoras e na agropecuária.

Falecido em 1799, o inventário de Antônio Januário Carneiro<sup>781</sup> arrolou um patrimônio que foi erigido pelas oportunidades abertas pelas dinâmicas e ao mesmo tempo inconstantes economias mineradora e de abastecimento.<sup>782</sup> Constam neste documento informações indiciárias sobre ele ter sido agente intermediário entre aquelas localidades encravadas no vale do Rio Piranga e a praça mercantil do Rio de Janeiro, além de ter diversificado seus investimentos em engenhos e atividades de mineração.

Seus filhos reproduziram e ampliaram o poderio econômico por ele constituído através de enlaces matrimoniais com importantes famílias da localidade. Um deles herdou o nome e título do pai, outro foi ordenado padre, e outros dois, Camilo José Carneiro e José Justiniano<sup>783</sup>, mantinham uma casa comercial no Rio de Janeiro, moradores à “Rua dos

---

<sup>777</sup> Na Figura 18, Quadrante A2

<sup>778</sup> Na Figura 18, Quadrante A3

<sup>779</sup> Na Figura 18, Quadrante A1

<sup>780</sup> Arquivo da Casa Setecentista de Mariana. 2º Ofício. Códice 86, Auto 1848, *Inventário post-mortem de Antônio Gonçalves Silva* (1791).

<sup>781</sup> Arquivo da Casa Setecentista de Mariana. 1º Ofício. Códice 55, Auto 1227, *Inventário post-mortem de Antônio Januário Carneiro* (1800).

<sup>782</sup> Sobre a economia e abastecimento em Minas Gerais ver MENESES, José Newton Coelho. *O Continente Rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina - MG: Maria Fumaça Editora, 2000

<sup>783</sup> Na Figura 18, Quadrante A3

Pescadores”.<sup>784</sup> A filha Teresa, contraiu núpcias com o rico fazendeiro José Alves Ferreira – já mencionado neste capítulo como um dos grandes proprietários de escravos da região na década de 1830 –, aliança familiar que parece ter atraído José Justiniano Carneiro de volta a Piranga, especificamente à capela de Calambau, e se casado com a irmã de seu cunhado, Antônia Teresa Maria do Carmo, a qual viera a falecer no ano de 1814.<sup>785</sup>

Uma das cunhadas do capitão-mor Antônio Januário Carneiro, portanto filha e herdeira do abastado espólio deixado pelo capitão Antônio Gonçalves Silva, era Dona Ana Jacinta Jesus Silva<sup>786</sup>, a qual, em 1831, era uma mulher sexagenária, proprietária de 28 cativos, viúva do sargento-mor Manoel Caetano Lopes de Oliveira, casal que erigiu um grande cabedal na região do vale do Rio Piranga. No mesmo recenseamento em que ela foi recenseada, três de suas filhas também foram listadas em fogos próximos, duas viúvas e uma casada com o já citado Antônio José Bastos, proprietário de 33 escravos. Ana Quitéria Lopes de Oliveira Araújo Vilaça, viúva de Antônio Carlos Araújo Vilaça, chefiava domicílio em que foram listados 20 escravos e, por fim, Francisca Caetana Duarte Lopes<sup>787</sup> era proprietária de 23 cativos. Ao todo, mãe e três filhas eram proprietárias de nada menos que 114 escravos no recenseamento do ano de 1831.

Em família tão abastada, é notável a ausência de algum eleitor em descendência direta do sargento-mor Manoel Caetano. Seus genros já eram falecidos à época, mas o seu filho Francisco Antônio, em 1831, aos 44 anos de idade, foi recenseado no mesmo fogo de sua mãe, casado e com dois filhos ainda crianças, o qual, muito provavelmente era um votante que não veio a ser eleitor de paróquia. Sugiro que tal tronco familiar, aparentado com os Carneiro, detinha um lugar intermediário entre os clãs que compunham a elite da terra. Em outras palavras, não detinham capital político representativo, mas desempenhavam um importante papel de integração social e apaziguamento de potenciais conflitos. Grosso modo, tenho por hipótese que as tramas políticas e as rédeas do poder econômico mantiveram-se no rumo almejado pela elite escravista colonial muito em função das alianças matrimoniais firmadas por proprietários restritos às tramas locais.

---

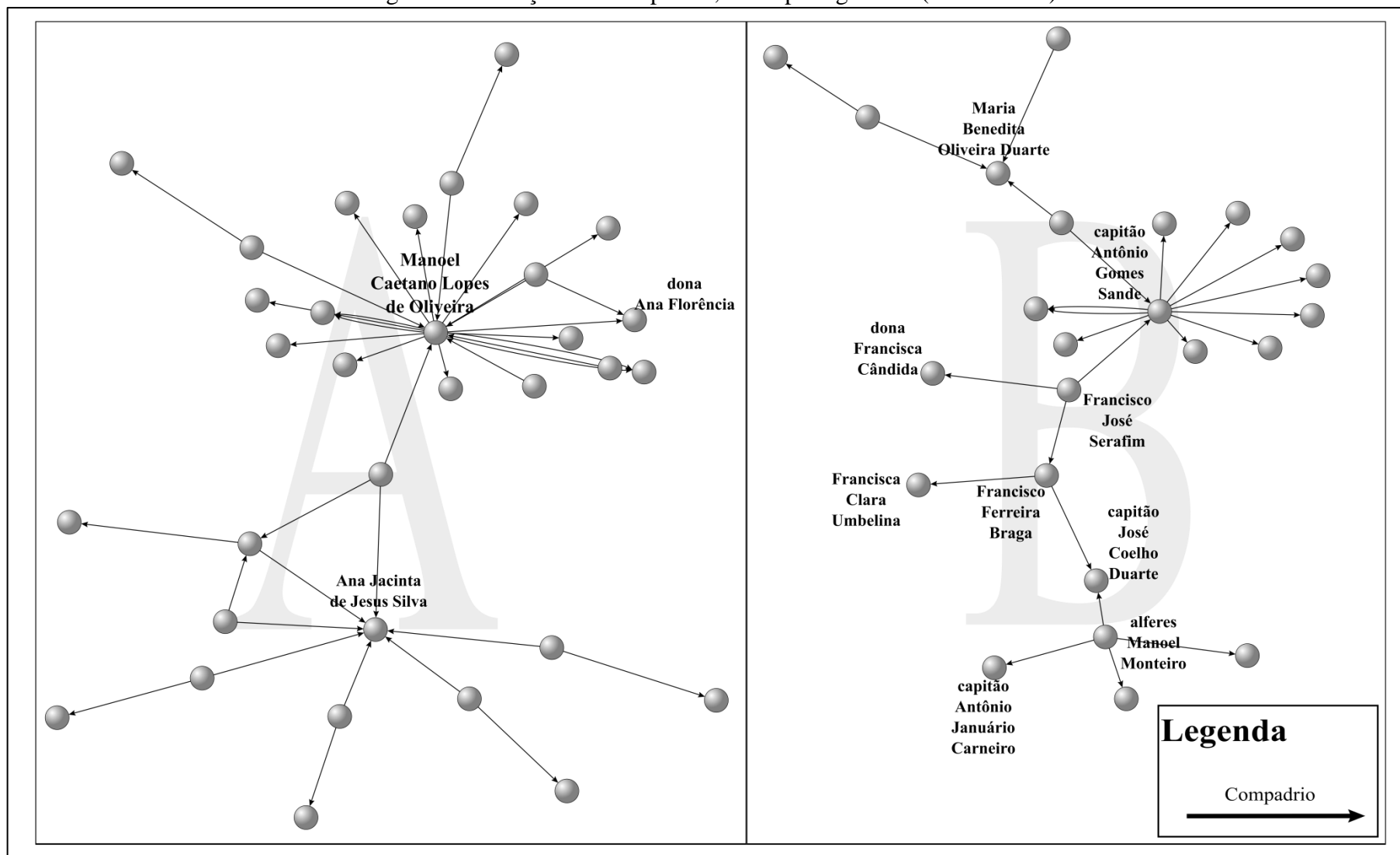
<sup>784</sup> Talvez tenha sido por estes anos em que morou no Rio de Janeiro que José Justiniano Carneiro tenha se aproximado de José Bernardo de Figueiredo e anos depois, quando enviuvou-se, contraído matrimônio com a irmã deste.

<sup>785</sup> Arquivo da Casa Setecentista de Mariana. 1º Ofício. Códice 67, Auto 1434, *Inventário post-mortem de Antônia Teresa de Jesus* (1814).

<sup>786</sup> Na Figura 18, Quadrante A2

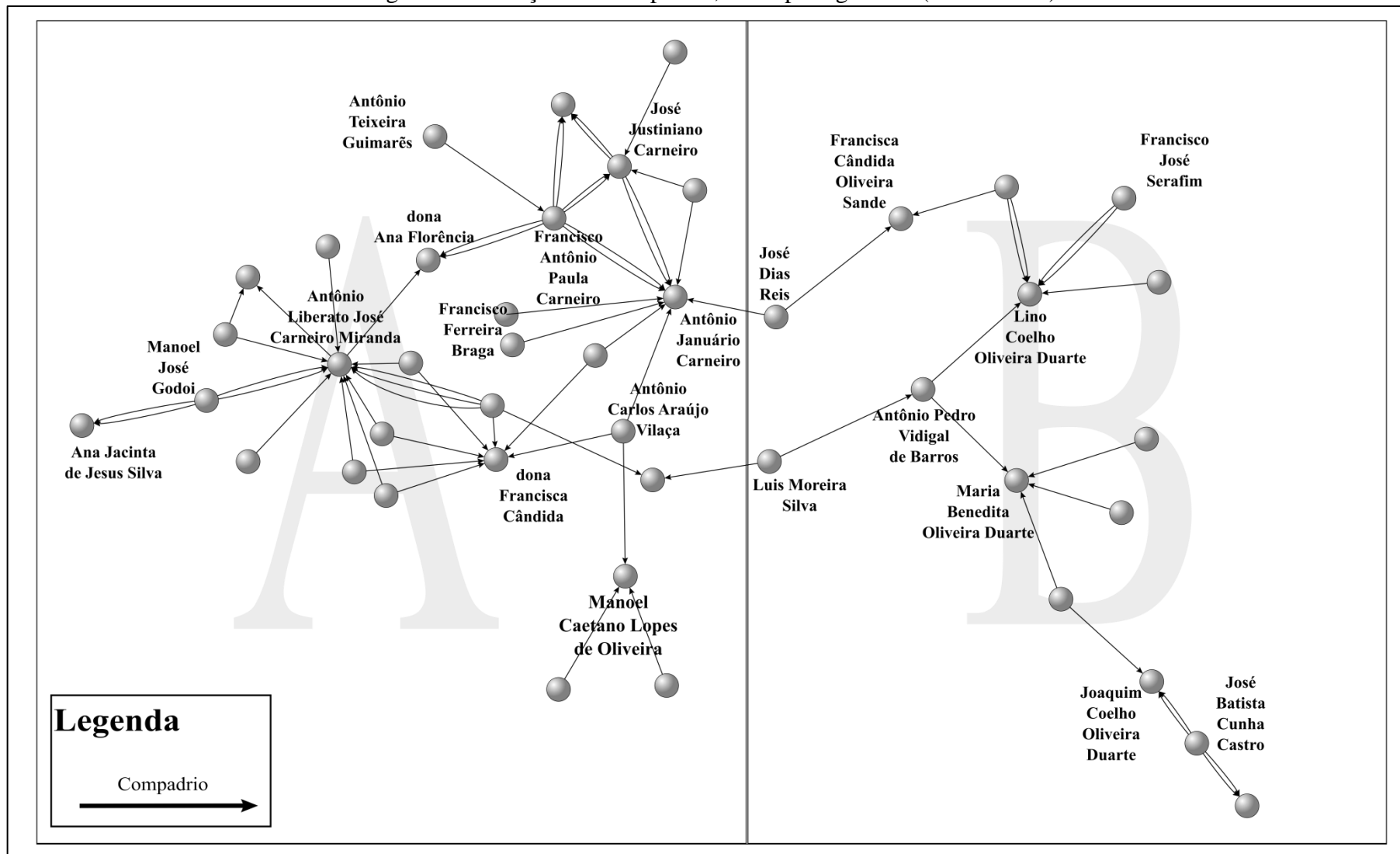
<sup>787</sup> Na Figura 18, Quadrante A4

Figura 19 - Relações de compadrio, elites piranguenses (1782 - 1803)



Fontes: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. *Livros de Batismos*, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga; Arquivo da Casa Paroquial de Piranga, *Livros de Batismos*.

Figura 20 - Relações de compadrio, elites piranguenses (1804 - 1820)



Fontes: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. *Livros de Batismos*, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga; Arquivo da Casa Paroquial de Piranga, *Livros de Batismos*.

Já mencionei que as famílias Carneiro e Coelho Duarte não eram próximas socialmente. Não há informações sobre querelas, inimizades ou qualquer disputa explícita, mas ausência de laços matrimoniais e de compadrio. Quando reconstruí as redes de compadrio destas famílias, constatei que em 1803, no dia 20 de março, dona Francisca Cândida<sup>788</sup>, esposa do alferes e futuro eleitor Antônio Liberato José Carneiro Miranda, pela primeira vez atuava como madrinha, justamente no batismo de Maria<sup>789</sup>, filha legítima de Francisco José Serafim e Perpétua Ferreira de Souza, pardos forros, ocasião em que o capitão Antônio Gomes Sande<sup>790</sup>, futuro sogro do cirurgião Antônio Pedro Vidigal de Barros<sup>791</sup>, foi o padrinho da criança. Portanto, apesar de não ser uma relação de compadrio em que um genro da família Coelho Duarte e uma mulher da família Carneiro nomeavam-se padrinhos entre si, pode-se afirma-la como uma primeira aproximação entre ambas as famílias.

Por que posso afirmar que esta foi uma primeira aproximação entre estas famílias? Nas décadas finais do século XVIII, estes indivíduos e suas famílias estavam constituindo suas redes e formando suas clientelas naquela região, e o que pude perceber ao analisar suas relações de compadrio – meu ponto de partida foi o batismo de Bernardina, primeira filha do casal Manoel Caetano Lopes Oliveira e dona Ana Jacinta<sup>792</sup>, sacramentado no dia 13 de fevereiro de 1782 – foi a dispersão relacional<sup>793</sup> entre estas famílias (Lopes Oliveira, Carneiro e Coelho Duarte), apesar de larga atuação na pia batismal, aspecto explícito na Figura 19 na compartimentação daquela rede social em duas partes distintas. Portanto, eram famílias que possuíam compadres em comum, como o alferes Manoel Monteiro (Figura 19), homem pardo, sem indicação se liberto ou não, casado com Joana Francisca de Paula, casal que nos anos de 1797 e 1798, nomeou como padrinhos de seus filhos Francisco e Sebastião<sup>794</sup>,

---

<sup>788</sup> Na Figura 18, Quadrante A4

<sup>789</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. *Livros de Batismos*, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga. Livro 8, página 34.

<sup>790</sup> Na Figura 18, Quadrante A2

<sup>791</sup> Na Figura 18, Quadrante B3

<sup>792</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. *Livros de Batismos*, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga. Livro 1, página 37v.

<sup>793</sup> Sobre a conceituação de dispersão e o seu uso na Análise de Redes Sociais, ver HSIEH, Mo-Han; MAGEE, Christopher L. A new method for finding hierarchical subgroups from networks. *Social Networks*, Volume 32, nº 3, July 2010, p.234-244; ARENTZE, T.; VAN DEN BERG, P.; TIMMERMANS, H. Modeling social networks in geographic space: approach and empirical application. *Environment and Planning*, Volume 44, nº 5, 2012, p.1101-1120; SINCLAIR, Philip A. Network centralization with the Gil Schmidt power centrality index. *Social Networks*, Volume 31, nº 3, July 2009, p.214-219

<sup>794</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. *Livros de Batismos*, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga. Livro 8, páginas 40 e 54.

respectivamente, o capitão Antônio Januário Carneiro<sup>795</sup>, tio de dona Francisca Cândida, e o capitão José Coelho Oliveira Duarte<sup>796</sup>, cunhado do capitão Antônio Gomes Sande.

No ano de 1804, tem início um período de reestruturação das redes sociais destas famílias. Naquele ano, Antônio Liberato e dona Francisca Cândida adentram estas estruturas como pais, portanto, nomeando padrinhos e madrinhas para seus filhos. Este segundo período das estruturas relacionais que expõem as hierarquias e estratégias por trás da agência social destes indivíduos e famílias tem um novo reordenamento com a morte de Francisca Cândida Oliveira Sande<sup>797</sup>, primeira esposa do futuro eleitor Antônio Pedro Vidigal de Barros. Portanto, este segundo período das redes de compadrio compreende os anos de 1804 e 1820<sup>798</sup>, balizados pelos batismos de José Carneiro Miranda<sup>799</sup> e Joaquim Pedro Vidigal de Barros<sup>800</sup>, os quais, anos mais tarde, tornaram-se cunhados e importantes atores daquela sociedade, desenvolvendo papel diretivo na manutenção do prestígio e reconhecimento familiar a partir das décadas de 1840 e 1850.

Finalmente, estes sacramentos batismais tornam-se emblemáticos da mudança sociopolítica vivenciada nestes anos. Enquanto em 1804 José Carneiro Miranda foi apadrinhado por seus avós maternos, João Oliveira Senra e Maria Teresa Jesus Silva<sup>801</sup>, Joaquim Pedro foi apadrinhado pelo pároco local, vigário doutor Joaquim José Lopes Mendes Ribeiro, como já destacado, importante agente da política nos anos logo anteriores e posteriores a Independência, e pela sobrinha deste, filha do antigo secretário de Governo da Capitania e futuro presidente de província, João José Lopes Mendes Ribeiro. Como já demonstrei na introdução deste capítulo, durante as duas primeiras décadas do século XIX, momento em que o Brasil vivenciou significativas mudanças políticas e econômicas, agentes locais passaram a se projetar em círculos relacionais fora de suas paróquias e freguesias.

Julgo que foi este contexto de indefinições quanto aos rumos políticos e econômicos que cunhou o ambiente social de estreitamento dos laços entre estas elites. Ainda que a Figura 20 deixe explícito a porção da rede em que foram atuantes os agentes das famílias Carneiro e Sande Vidigal, não há um desmembramento explícito das relações de compadrio, como averiguado no período entre 1782 e 1803.

---

<sup>795</sup> Na Figura 18, Quadrante A1

<sup>796</sup> Na Figura 18, Quadrante B3

<sup>797</sup> Na Figura 18, Quadrante B3

<sup>798</sup> Apesar de Joaquim Pedro ter sido batizado em dezembro de 1819, estendemos a periodização ao ano de 1820

<sup>799</sup> Na Figura 18, Quadrante C1

<sup>800</sup> Na Figura 18, Quadrante D1

<sup>801</sup> Na Figura 18, Quadrante A2

Em 26 de novembro de 1808, José Dias Reis, homem pardo forro, teve como padrinhos de sua filha Ana<sup>802</sup>, Antônio Januário Carneiro<sup>803</sup>, filho do homônimo supracitado, e dona Francisca Cândida Oliveira Sande, primeira esposa de Antônio Pedro, demonstrando o posicionamento social de agentes intermediários que tornavam fluidas as hierarquias e abrandavam potenciais conflitos intraelites. No dia 3 de maio de 1813, dia em que foi batizado Carlos<sup>804</sup>, primeiro filho de Antônio Carlos Araújo Vilaça e Ana Quitéria, filha de Manoel Caetano<sup>805</sup>, o qual foi padrinho na ocasião, indicando relações de compadrio que reforçavam laços intrafamiliares. Quase quatro anos depois, em fevereiro de 1817, no batismo de Ana<sup>806</sup>, o mesmo casal nomeou como padrinhos os primos da mãe do batizando, Antônio Januário Carneiro e dona Francisca Cândida, ao mesmo tempo reforçando laços intrafamiliares, já que eram seus primos, mas estendendo o alcance social dos Lopes Oliveira entre as (quase) indistintas famílias Carneiro e Carneiro Miranda.

É também notável, através das informações contidas nos apadrinhamentos averiguados nestes anos, a manutenção de clientelas e influência. Francisco José Serafim, homem que já era compadre do capitão Antônio Gomes Sande e de sua filha dona Francisca Cândida (Figura 19), reforçou laços com esta família ao escolher Lino Coelho Oliveira Duarte, padrinho de Antônio<sup>807</sup>, batizado no ano de 1804, e de Teresa, batizada em 1809<sup>808</sup> (Figura 20). Ainda, a Figura 20 deixa claro o trânsito relacional entre compadres e a inexistência de limites intransponíveis do espaços sociais de ambas as famílias.

O alferes Francisco Ferreira Braga, em 1799, no batismo de Antônio<sup>809</sup> escolheu o capitão José Coelho Oliveira Duarte e a irmã deste, dona Francisca Clara Umbelina (Figura 19), a qual, diga-se, era esposa do capitão Antônio Gomes Sande. Sete anos depois, em dezembro de 1806, Francisco nomeou Antônio Januário Carneiro (Figura 20) como padrinho de seu filho Fagundes, o que deixa claro que muitos foram os indivíduos que tiveram

---

<sup>802</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. *Livros de Batismos*, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga. Livro 8, páginas 173

<sup>803</sup> Na Figura 18, Quadrante A3

<sup>804</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. *Livros de Batismos*, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga. Livro 5, páginas 41.

<sup>805</sup> Na Figura 18, Quadrante A2

<sup>806</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. *Livros de Batismos*, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga. Livro 5, página ilegível.

<sup>807</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. *Livros de Batismos*, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga. Livro 8, página 64.

<sup>808</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. *Livros de Batismos*, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga. Livro 8, página 181v.

<sup>809</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. *Livros de Batismos*, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga. Livro 8, página 267.

circulação por ambas as clientelas, indicando que estas não eram rígidas e, possivelmente, abriam-se uma à outra.

Outro aspecto que merece destaque nestas relações de compadrio é a cooptação de elites. José Batista Cunha Castro e Antônio Teixeira Guimarães, indivíduos que aparecem como compadres destas famílias de elite (Figura 20), na década de 1830, também são eleitores da paróquia de Piranga. A partir destes laços de compadrio, ressalto o distinto papel social que diferentes indivíduos tinham em agregar prestígio e influência às suas famílias.

Em 31 de maio de 1811, na Matriz de Piranga, o padre João Nepomuceno Carneiro colocou os Santos Óleos sobre Francisco, filho do capitão Antônio Teixeira Guimarães e dona Ana Clara Maria de Jesus.<sup>810</sup> O padrinho foi o então alferes Francisco Antônio de Paula Carneiro<sup>811</sup>, irmão do pároco e dos supracitados Antônio Januário Carneiro e José Justiniano Carneiro. Por estes anos, Francisco casara-se com sua prima em segundo grau, Teresa Maria Jesus Carneiro, enlace matrimonial de netos do supracitado casal Antônio Alves Ferreira e dona Ana Cabral Câmara, ascendentes destas elites em terras piranguenses.

Como já salientado, ao mesmo tempo em que a família alargava o alcance social de suas redes, haviam enlaces que reforçavam as estruturas familiares e, no caso do eleitor Francisco Antônio de Paula Carneiro, um único indivíduo desempenhou este duplo papel. Ao mesmo tempo em que se casou com uma prima, firmou compadrio com o capitão Antônio Teixeira Guimarães, genro do capitão Diogo Carvalho de Moraes, maior proprietário de escravos daquelas localidades no recenseamento do ano de 1804. Portanto, muito provavelmente, as redes de Teixeira Guimarães eram movidas pelas mesmas estratégias de manutenção do prestígio e expansão da influência familiar, enquanto Francisco Antônio agregava ao prestígio da família Carneiro um compadre com distinto cabedal e reconhecida atuação como compadre na pia batismal.

Entre a família Coelho Duarte, (quase) indistinta dos Sande Vidigal, *modus operandi* similar foi constatado. Por exemplo, veja-se o posicionamento de dona Maria Benedita Oliveira Duarte na Figura 19 e na Figura 20. Mesmo tendo sido madrinha em 22 ocasiões entre os anos de 1800 e 1845, não ocupou um lugar central nestas redes sociais, mas sua atuação deixa indicado que, no seio destas famílias de elite, haviam aqueles indivíduos que

---

<sup>810</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. *Livros de Batismos*, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga. Livro 8, página 156v.

<sup>811</sup> Na Figura 18, Quadrante A3



abriam o leque de laços parentais, e alargavam a influência de sua família, a qual tinha como produto social as relações de compadrio.

No período peculiar vivenciado entre os anos de 1804 e 1820, destaco a presença de Joaquim Coelho Oliveira Duarte, irmão de Maria Benedita, Lino Coelho<sup>812</sup> e Francisca Clara Umbelina<sup>813</sup>, reconhecido advogado na Leal Cidade de Mariana, onde já havia ocupado o cargo de vereador da câmara na vereança do ano de 1800.<sup>814</sup> No dia 16 de novembro de 1807, na capela da Barra do Bacalhau, filiada à matriz de Piranga, Joaquim Coelho foi padrinho de Maria<sup>815</sup>, filha do capitão José Batista da Cunha e Castro, o qual, dois anos depois, desempenhou a função de vereador na câmara de Mariana, portanto, indivíduo que também tinha influência e reconhecimento para além dos limites da freguesia de Guarapiranga. A despeito das relações entre ambos em torno da vida camarária e da atuação política em Mariana, este compadrio foi claramente fruto de estratégias de cooptação entre elites no espaço político da paróquia de Piranga e, especificamente, uma das vias pelas quais estas famílias estendiam sua influência e solidificavam o poder local.

O ponto alto desta conjuntura, reflexo deste reordenamento das hierarquias e das novas estratégias relacionais, foi o matrimônio de Lino Coelho Oliveira Duarte com dona Francisca Caetana Duarte Lopes<sup>816</sup>, sacramentado nos anos iniciais da década de 1820, já que no ano de 1824, nasceu e foi batizado Lino, primeiro e único filho do casal<sup>817</sup>, o qual unificou um Coelho Duarte com uma Lopes Oliveira, prima da família Carneiro, processo que deu início à formação dos círculos relacionais que consumaram as diversas alianças matrimoniais que uniram estas elites.

Lino Coelho foi o primeiro indivíduo de seu tronco familiar a estreitar laços com famílias enraizadas no distrito do Calambau, terra de *Carneiros* e não de *Coelhos*. Ali esteve à frente da fazenda d'O Seringa, pela primeira vez referenciada com este nome no ano de 1800 no inventário do capitão-mor Antônio Januário Carneiro.<sup>818</sup> Neste documento, ela é descrita como propriedade do então tutor do bens inventariados, o capitão daquele distrito, Francisco

---

<sup>812</sup> Na Figura 18, Quadrante A4

<sup>813</sup> Na Figura 18, Quadrante B3

<sup>814</sup> CHAVES, Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de (orgs.). *Casa de Vereança de Mariana...* p.249

<sup>815</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. *Livros de Batismos*, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga. Livro 4, página 74v.

<sup>816</sup> Na Figura 18, Quadrante A4

<sup>817</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. *Livros de Batismos*, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga. Livro 4, página 17.

<sup>818</sup> Arquivo da Casa Setecentista de Mariana. 1º Ofício. Códice 55, Auto 1227, *Inventário post-mortem de Antônio Januário Carneiro* (1800).

Antônio de Paula e Silva, tio e padrinho de dona Francisca Caetana.<sup>819</sup> Em 1830, tendo falecido Lino Coelho, deixando seu filho ainda menor de idade, no inventário de seus bens<sup>820</sup>, sua viúva, padre Antônio Gomes Oliveira Sande e Antônio Pedro são respectivamente, primeira, segunda e terceira opções instituídas pelo inventariante como testamenteiros e administradores dos bens do casal.<sup>821</sup>

No ano seguinte, no recenseamento feito no distrito, Francisca Caetana é chefe de seu domicílio, onde foram listados o filho do casal, um feitor e 23 escravos, estrutura que deixa indicado ter ela tomado em suas mãos a gerência da fazenda d'O Seringa. Sete anos depois, noutro recenseamento, Francisca Caetana não estava mais presente nas listas confeccionadas, mas seu filho, Lino, homônimo do pai, aos quinze anos de idade, era estudante e foi recenseado no fogo chefiado pelo padre Antônio Gomes Oliveira Sande.

Para onde teria ido Francisca Caetana? Sabemos que não falecera, pois ela continua a atuar como madrinha nas décadas seguintes. Todavia, conforme deixa claro o inventário de Antônio Pedro Vidigal de Barros<sup>822</sup>, ela contraiu segundas núpcias com o capitão Francisco Leite Ribeiro, o qual vendera “partes de terras” a Antônio Pedro Vidigal de Barros, justamente a parte da fazenda d'O Seringa que coubera como meação a Francisca Caetana ao enviuar-se.<sup>823</sup>

Em 1839, no processo de inventariar os bens de Antônio Pedro Vidigal de Barros, Francisco Ribeiro foi nomeado Louvado, avaliador dos bens possuídos na fazenda da Soledade, situada no Termo de Barbacena. Tal documentação diz ser ele morador daquelas paragens, informação explícita em registro de batismo sacramentado no ano de 1818 na capela de São José do Xopotó, no qual ele, como padrinho, é descrito como “morador da freguesia de Barbacena”.<sup>824</sup> Suponho, a partir destas constatações, que dona Francisca Caetana migrou para Barbacena, onde passou a viver com seu novo cônjuge, deixando seu filho, Lino, herdeiro da fazenda d'O Seringa, em Piranga, aos cuidados de seu tutor padre

---

<sup>819</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. *Livros de Batismos*, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga. Livro 3, página 194.

<sup>820</sup> Arquivo da Casa Setecentista de Mariana. 2º Ofício, Códice 26, Auto 647. Inventário *post-mortem* de Lino Coelho de Oliveira Duarte (1830)

<sup>821</sup> Tenho por premissa para estas considerações sobre a fazenda d'O Seringa, análises empreendidas por Gusthavo Lemos. Ver, LEMOS, Gusthavo. *Minas da Terra...*p.126-129

<sup>822</sup> Arquivo da Casa Setecentista de Mariana. 1º Ofício, códice 18, auto 512. *Inventário post-mortem de Antônio Pedro Vidigal de Barros* (1839), *apud*. LEMOS, Gusthavo. *Minas da Terra...*p.126-128

<sup>823</sup> LEMOS, Gusthavo. *Minas da Terra...*p.129

<sup>824</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. *Livros de Batismos*, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga. Livro 3, página ilegível.

Antônio Gomes Oliveira Sande, o que abriu as portas aos Sande Vidigal enraizarem-se no distrito do Calambau, à frente de importante e reconhecida propriedade.<sup>825</sup>

Para se compreender este processo em sua totalidade, é essencial retornar as relações de compadrio instituídas ao longo das décadas de 1820, 1830 e 1840. Como demonstrarei, ao processo que teve como ato principal o casamento de Lino Coelho e Francisca Caetana, sucedeu-se uma série de laços de compadrio com indivíduos que buscavam compadres para os seus filhos em ambas as famílias (Figura 21).

Um ano antes do batismo de seu filho, no dia 13 de abril de 1823, Lino foi padrinho de Antônio, filho de Francisco Martins Cardoso e Maria Francisca Silva, moradores do distrito do Calambau.<sup>826</sup> Este casal, no dia 12 de setembro de 1821, havia entregado sua filha Eugênia nas mãos de Antônio José Bastos<sup>827</sup>, esposo de Bernardina Caetana, cunhada de Lino Coelho. Pouco mais de três anos depois, em dezembro de 1826, Francisco Martins Cardoso e Maria Francisca nomearam o capitão Antônio Januário Carneiro e sua cunhada, esposa de José Justiniano Carneiro, dona Josefa Luisa, como padrinhos de sua filha Josefa. Todos estes apadrinhamentos atestam a maior incidência de relações intermediárias entre as famílias Carneiro e Sande Vidigal, a qual pode ser visualmente percebida a partir da Figura 21, onde se vê grande número de atores entropostos entre os principais apadrinhadores das duas famílias.

Camilo Ferreira Braga, filho do Francisco Ferreira Braga, compadre de José Coelho Duarte e Antônio Januário Carneiro (Figura 19 e Figura 20), no ano de 1826, dia 26 de setembro, nomeou Antônio Pedro Vidigal de Barros como padrinho de seu filho Januário. No mesmo ano de 1826, porém meses antes, no dia 7 de maio, Tristão, filho de Tristão Nogueira da Silva é apadrinhado por Francisca de Paula Lana e seu esposo, Francisco Dias Fonseca Costa.<sup>828</sup>

Até este momento, nenhuma relação sacramentada na pia batismal havia entre este casal e qualquer dos membros das famílias Carneiro e Sande Vidigal. No ano seguinte, no dia 10 de setembro, Simão Ferreira de Souza e sua esposa, Efigênia Luisa da Silva, ambos

---

<sup>825</sup> ANDRADE, M. R.; LEMOS, G. Terra de compadres: família e enraizamento social na freguesia de Guarapiranga, Séculos XVIII e XIX. In: BOTELHO, T. R.; ANDRADE, M. R.; LEMOS, G. (Orgs.) *Redes sociais e história*. Belo Horizonte: Veredas&Cenários, 2013. p.19-50

<sup>826</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. *Livros de Batismos*, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga. Livro 11, página 11.

<sup>827</sup> Na Figura 18, Quadrante C2

<sup>828</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. *Livros de Batismos*, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga. Livro 11, página ilegível.

declarados como pardos forros pelo pároco, escolheram o cirurgião Antônio Pedro Vidigal de Barros e Francisca de Paula Lana como padrinhos de Francisco.<sup>829</sup> Meses antes, em 25 de junho, José Gonçalves Gomide escolheu como padrinho de sua filha Antônia o então tenente-coronel Luis Antônio Carneiro.<sup>830</sup> Quase quatro anos depois, em 15 de janeiro de 1831, Antônio Pedro Vidigal de Barros e sua esposa, dona Teresa Altina, foram padrinhos de Cândido, segundo filho do mesmo casal, tendo o sacramento sido realizado na Ermida da fazenda Pirapetinga, propriedade do casal apadrinhador.<sup>831</sup>

Em 1832, o supracitado Tristão Nogueira – que já era compadre de Francisca de Paula Lana, a qual atuara em outro batismo junto com Antônio Pedro Vidigal de Barros como padrinhos – escolheu como padrinho de seu filho João o eleitor José Araújo Ribeiro Vasconcelos, o qual, poucos anos depois casou-se com Maria Micaela, tornando-se genro de Antônio Pedro. Anos depois, em 1837, os padrinhos de Marcelino, outro filho de Tristão Nogueira, foram Antônio Januário Carneiro e Francisca Januário de Paula Carneiro<sup>832</sup>, demonstrando ser Tristão Nogueira um importante agente intermediário, o qual aproximava, a partir de laços indiretos, as famílias Carneiro e Sande Vidigal.

Outro destes agentes foi Francisco Dias Reis, filho de José Dias Reis, o qual era compadre de dona Francisca Cândida Oliveira Sande (Figura 20), em batismo sacramentado no ano de 1808. No ano de 1835, na Matriz de Piranga, sua filha Francisca teve como padrinhos o padre Antônio Gomes Oliveira Sande e Francisca de Paula Lana<sup>833</sup>, o que demonstra as recorrentes relações envolvendo Francisca, *Carneiros* e *Vidigais*.

Dois anos depois, em 20 de junho de 1837, reforçando o aspecto supracitado, Francisco Dias Reis e sua esposa nomearam Antônio Januário Carneiro e Teresa Maria Jesus Carneiro como padrinhos de Antônia, segunda filha do casal.<sup>834</sup> Uma semana antes, no dia 13 de junho, José Cesário Faria Alvim<sup>835</sup> e sua esposa, Teresa Januário Carneiro – irmã dos eleitores Luis Antônio Carneiro e Antônio Januário Carneiro – nomearam Francisca de Paula

---

<sup>829</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. *Livros de Batismos*, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga. Livro 11, página 53.

<sup>830</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. *Livros de Batismos*, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga. Livro 11, página ilegível

<sup>831</sup> Arquivo da Casa Paroquial de Piranga. *Livros de Batismos*. Livro 1, páginas 21 e 22.

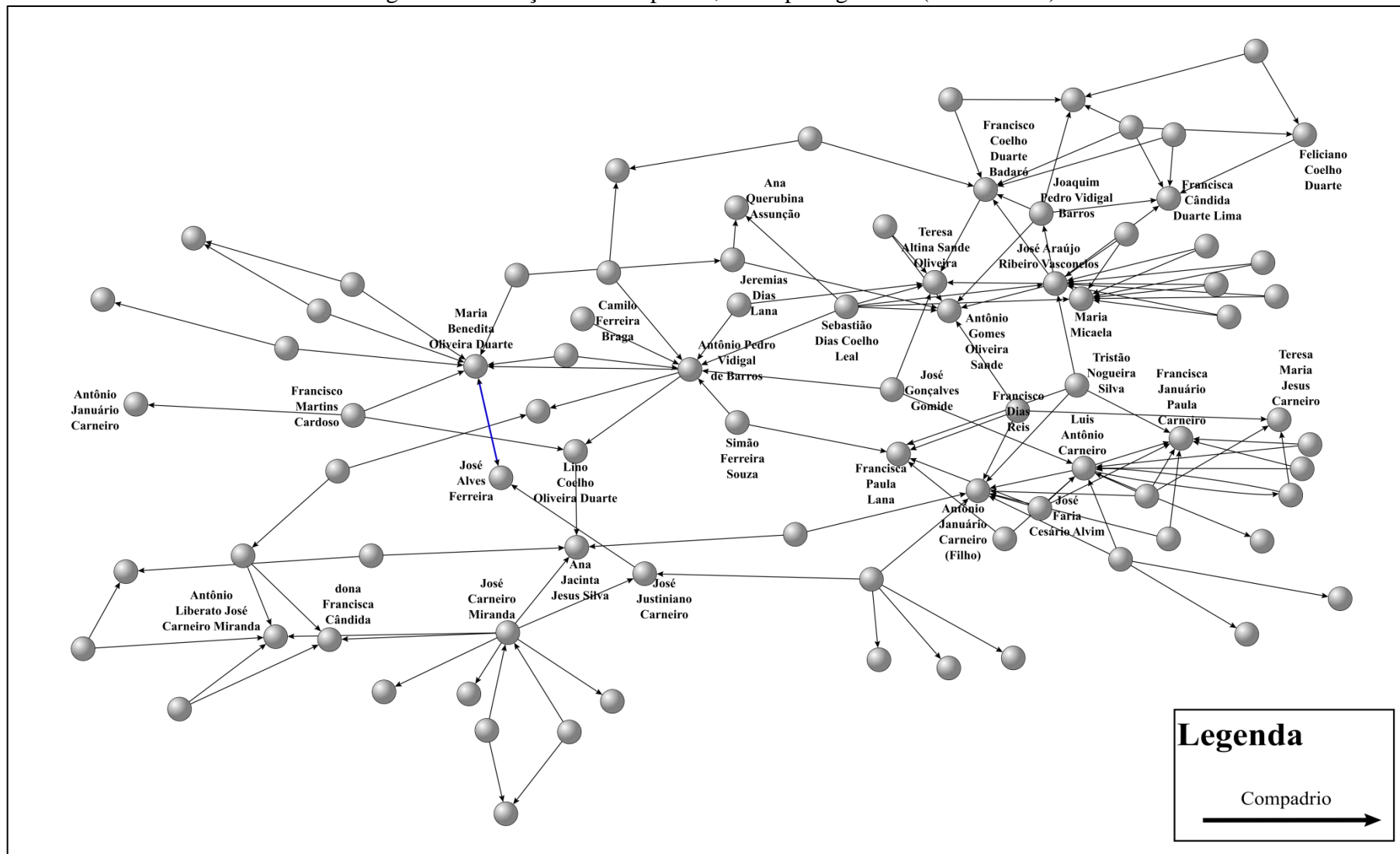
<sup>832</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. *Livros de Batismos*, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga. Livro 11, página ilegível

<sup>833</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. *Livros de Batismos*, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga. Livro 11, página 143v

<sup>834</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. *Livros de Batismos*, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga. Livro 11, página 200.

<sup>835</sup> Na Figura 18, Quadrante D3

Figura 21 - Relações de compadrio, elites piranguenses (1821 - 1849)



Fontes: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. *Livros de Batismos*, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga; Arquivo da Casa Paroquial de Piranga, *Livros de Batismos*.

Lana como madrinha do segundo filho do casal José Cesário Alvim, confirmando que definitivamente Lana, Sande Vidigal e Carneiro constituíram um sistema de trocas relacionais, conferindo algum sentido às redes sociais em década crucial da política provincial.

Neste mesmo ano, meses antes, no dia 13 de fevereiro, Jeremias Dias Lana, sobrinho de Francisca de Paula, o qual fora recenseado no mesmo domicílio que sua tia, como feitor da propriedade, escolheu Antônio Pedro Vidigal de Barros e sua esposa, dona Teresa Altina, como padrinhos de Maria, sua segunda filha.<sup>836</sup> Todas estas relações de compadrio, além de demonstrarem as imbricadas relações envolvendo aquelas elites, indicam um movimento pendular do compadrio e relações familiares. Por exemplo, Francisca Paula Lana, que até 1837 não havia atuado como madrinha em sacramentos nos quais algum membro da família Carneiro foi o padrinho, em 1837 foi madrinha de uma criança nascida naquela família. Até aí, tudo bem, pois, ela pode ter se aproximado socialmente daquela família a ponto de adentrar as redes de compadrio dos Carneiro.

Porém, como demonstrado, meses antes, seu sobrinho havia se tornado compadre dos Sande Vidigal, o que pode ter influenciado a família Carneiro em adentrar às redes daquela influente família. Diga-se, Francisco Dias da Fonseca Costa, esposa de Francisca Paula Lana, entre 1812 e 1836, foi padrinho em 14 ocasiões, dez delas com sua esposa, a qual ainda atuou como madrinha em outras 7 ocasiões nestas mesmas décadas. Sugiro que, possivelmente, pudessem estar em disputas por clientelas e, sem um conflito efetivo, tenham acabado por se casarem-se entre si.

Por fim, o que não deixa dúvidas da gestação deste processo de aproximação sócio-relacional entre Carneiro e Sande Vidigal são os padrinhos de José, batizado no dia 24 de outubro de 1824, na capela de Santana dos Ferros, no distrito de Barra do Bacalhau. José foi uma criança exposta na casa de dona Maria Benedita, a qual o apadrinhou juntamente com o tenente José Alves Ferreira<sup>837</sup>, cunhado do eleitor e deputado provincial José Justiniano Carneiro. Portanto, concomitantemente ao casamento de Lino Coelho e Francisca Caetana, outros membros de suas famílias, flertavam através de relações de compadrio, estreitar laços sociais.

---

<sup>836</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. *Livros de Batismos*, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga. Livro 11, página ilegível

<sup>837</sup> Na Figura 18, Quadrante D2

A partir dos dados expostos, pode-se ver que na passagem da década de 1820 aos anos de 1830, um momento de grande efervescência relacional envolveu estas elites piranguenses, certamente, condição essencial às alianças matrimoniais constituídas nos anos subsequentes. Frutos de uma ação conscienciosa ou não, a formação destas redes de compadrio entre as décadas de 1820 e 1840 foram a antessala da estrutura social e dos circuitos matrimoniais das décadas posteriores, o que, de uma forma ou de outra, mantinha as mesmas elites coloniais à frente da preservação da ordem imperial. Minha hipótese é que a proximidade e o reconhecimento social prévios foram condições suficientes para discernir que os casamentos intraelites na passagem da década de 1840 para a de 1850 eram proveitosos à manutenção do poder e controle sobre as hierarquias sociais.

Não se pode esquecer que décadas de incertezas e altos e baixos nas tramas políticas marcaram aqueles momentos do século XIX. Suponho que, em meio a esta conjuntura incerta, estas elites delinearão estratégias para reproduzir e ampliar os recursos econômicos, alavancando o prestígio do grupo familiar. Muito provavelmente, nos anos de 1844 e 1845, em algumas das sessões da Assembleia Legislativa provincial mineira para a qual Francisco Badaró fora eleito<sup>838</sup>, arquitetou-se o casamento de sua filha com o também deputado daquela legislatura Firmino Rodrigues Silva.<sup>839</sup> Conforme consta numa biografia sobre o jornalista, deputado e senador do império<sup>840</sup>, o matrimônio com dona Elisa Berlaminda Coelho Duarte Badaró<sup>841</sup>, filha de Francisco Coelho Duarte Badaró, foi oficializado no ano de 1852 na vila de Piranga.

Alguns anos antes, em 1848, foram diligentemente concebidos os enlacs matrimoniais de três filhos do cirurgião-mor Antônio Pedro Vidigal de Barros, já falecido, com três filhas do comendador Francisco Coelho Duarte Badaró.<sup>842</sup> O coronel Joaquim Pedro Vidigal de Barros casou-se com dona Constança Augusta Badaró<sup>843</sup>, o capitão Fortunato Pedro Vidigal de Barros com dona Maria Adelaide Duarte Lima Badaró<sup>844</sup> e o major João Pedro Vidigal Barros casou-se com dona Olímpia Francisca Duarte Badaró.<sup>845</sup>

---

<sup>838</sup> *Revista do Archivo Publico Mineiro*. Direcção e Redacção de J. P. Xavier da Veiga, diretor do mesmo archivo. Ano I - 1896. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais.

<sup>839</sup> Na Figura 18, Quadrante D2

<sup>840</sup> MASCARENHAS, Nelson Lage. *Um jornalista do Império: (Firmino Rodrigues Silva)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961. (Brasília; v. 309).

<sup>841</sup> A título de curiosidade, Elisa era a mesma filha que em dezembro de 1832 fora apadrinhada pelo então presidente da província de Minas Gerais.

<sup>842</sup> Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana. Dispensas matrimoniais, 17/08/1848

<sup>843</sup> Na Figura 18, Quadrante D1

<sup>844</sup> Na Figura 18, Quadrante D2

<sup>845</sup> Na Figura 18, Quadrante D2

Estes três casamentos celebrados no ano de 1848 representam estratégias, em certo sentido, endogâmicas, ao passo que os envolvidos descendiam de uma mesma origem familiar. Porém, a ausência desta endogamia nas gerações anteriores pode ser elucidativa do entendimento das estratégias familiares em diferentes conjunturas. Provavelmente, num momento de incertezas políticas, de conturbações quanto aos rumos da economia com a crise do tráfico transatlântico de escravos, o mais acertado destino fosse a endogamia matrimonial, vis-à-vis a necessidade de minar a insegurança quanto ao rumo familiar, mantendo intacto o seu patrimônio.

Nestes mesmos anos, Ana Teresa Carneiro Vidigal<sup>846</sup> casou-se com José Carneiro Miranda, 24 anos mais velho que ela, alguns anos após ele enviuar-se. No dia 18 de novembro de 1850, Sebastião, primeiro filho do casal, foi batizado na Ermida da fazenda Boa Vista<sup>847</sup>, propriedade do cônego Manoel Júlio Miranda<sup>848</sup>, vereador da câmara de Mariana entre 1833 e 1836<sup>849</sup> e deputado provincial em diversas legislaturas.<sup>850</sup> O padrinho de batismo foi o padre Antônio Gomes Oliveira Sande, cunhado de Antônio Pedro, dupla que esteve à frente da administração da fazenda d'O Seringa, antiga propriedade do falecido Lino Coelho Oliveira Duarte no distrito do Calambau.

Ao ter atuado como padrinho do filho de uma sobrinha, suponho que o padre Antônio Sande estava consciente da importância em sacramentar esta relação, o que estruturava laços com a família Carneiro, solidificando o prestígio de sua família e, como demonstrarei, assentava as bases produtivas no distrito do Calambau. Por fim, além dos elementos elencados como explicativos para estas alianças dos Sande Vidigal com os Badaró e Carneiro – incertezas políticas, fim do tráfico transatlântico, manutenção do patrimônio –, tenho por hipótese que um dos produtos desta nova conjuntura que pedia passagem no Brasil imperial era a ascensão de novas elites que punham à prova o poder e controle social das *elites coloniais*.

Há duas vias pelas quais elucidado esta hipótese. A primeira é a publicação de uma lista de eleitores no jornal *O Brasil*, do dia 10 de setembro de 1849<sup>851</sup>, coincidentemente, há exatos

---

<sup>846</sup> Na Figura 18, Quadrante C2

<sup>847</sup> Arquivo da Casa Paroquial de Piranga. Batismos da Matriz de Piranga. Livro 2, folha 62

<sup>848</sup> Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Piranga. TP-1-160, Rolo 13, Registro 1594

<sup>849</sup> CHAVES, Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de (orgs.). *Casa de Vereança de Mariana...* p.264

<sup>850</sup> *Revista do Archivo Publico Mineiro*. Direcção e Redacção de J. P. Xavier da Veiga, diretor do mesmo archivo. Ano I - 1896. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais.

<sup>851</sup> O BRASIL. Notícias Provinciaes – Eleições mineira. Edição 1490, p.3, 10 de setembro de 1830.



19 anos da primeira lista dos eleitores da paróquia de Piranga publicada no jornal *O Universal*. Na segunda publicação, a lista é encabeçada por Silvério Ubaldo Martins Paiva, seguido por Joaquim Pedro Vidigal de Barros e em seguida, Jeremias Dias Lana, sogro daquele primeiro eleitor. Também figurava nesta listagem Francisco Peixoto de Melo, irmão de Ricardo Bernardino Peixoto de Melo, também genro de Jeremias Dias Lana, aos quais se somavam uma série de novos eleitores, dentre os quais, diga-se, apenas Joaquim Pedro e o padre Antônio Gomes Oliveira Sande eram daquelas famílias que dominaram as listas de eleitores de princípios da década de 1830.

Havia vários elementos que proporcionaram esta conjuntura. Por exemplo, muitos dos filhos de Antônio Januário Carneiro e de Francisca de Paula Januário Carneiro<sup>852</sup> haviam migrado para a freguesia de São Januário do Ubá, dando prosseguimento aos empreendimentos de seu avô naquelas paragens da província<sup>853</sup>, o que abriu espaços para a atuação de novos agentes políticos. Todavia, o que ficou patente ao longo destas duas décadas foi uma nova configuração político-familiar estruturando-se na paróquia de Piranga, o que demandou estratégias dos Sande Vidigal que afirmassem sua posição central e diretiva na localidade.

Como já demonstrei, Jeremias Dias Lana era compadre de Antônio Pedro Vidigal de Barros, todavia, após a morte deste, esta foi uma relação intrafamiliar que não perdurou. Jeremias, por sua vez, continuou a gerir suas redes sociais e clientelas, sendo padrinho em 26 ocasiões entre os anos de 1831 e 1857, o que indica o lugar social e prestígio social alcançado naquela sociedade, inclusive associando-se a outros indivíduos que também buscavam inserção nos quadros da política paroquial, causando algum incômodo ao poder e influência dos Sande Vidigal.

## **A geografia social das elites**

Foi aí que o padre Sande assumiu um papel diretivo nas estratégias de sua família. Naqueles anos ele estivera em posse e administração dos rendimentos da fazenda d'O Seringa, propriedade em sociedade com seu cunhado Antônio Pedro Vidigal de Barros, que, em tese, havia sido dividida entre os filhos deste, conforme consta na partilha de seu

---

<sup>852</sup> Na Figura 18, Quadrante A3

<sup>853</sup> Rodrigo Paulinelli Almeida Costa dissecou as relações creditícias e a constituição da riqueza de dona Francisca de Paula Januário Carneiro, de onde retirei informações sobre as casas comerciais e as benfeitorias desta família na região de Ubá. Ver COSTA, R. P. A. *“Devo e Não Nego; Pago Quando Puder”*: Demografia, Economia e o Sistema Creditício na Freguesia de Guarapiranga (1831-1865). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2015.

inventário.<sup>854</sup> Todavia, como demonstrou Gusthavo Lemos, complexas foram as tramas sucessórias que mantiveram indivisas as propriedades desta família, o que sustentou as suas bases produtivas e o prestígio familiar, logrado em torno da produção da cana-de-açúcar e seus derivados, o que se confirma na declaração de terras realizada por Joaquim Pedro Vidigal de Barros, em 1856, quando afirmou ser proprietário desta fazenda, a qual havia recebido por herança de seu tio e uma irmã<sup>855</sup>, sem qualquer menção a outros herdeiros de seu pai.

Ao vislumbrarem a ascensão alcançada por novos atores políticos, a qual, levada às últimas instâncias, poderia minar a base de atuação dos Sande Vidigal, Antônio Gomes Oliveira Sande, provavelmente numa ação conjunta com sua irmã, dona Teresa Altina, e sobrinhos, traçaram estratégias para firmar as bases do enraizamento no distrito do Calambau, o que justificou os diversos casamentos com a família Carneiro.

Desta forma, para os fins da reflexão aqui proposta, passo a analisar as declarações de terras feitas pelos indivíduos destacados na Figura 18 e outros parentes não representados, a fim de conhecer a disposição geográfica destas famílias no espaço fundiário da região, aspecto que, como se mostrará, foi o elemento central no arranjo social que manteve as bases do poder, prestígio e influência das elites locais.

Ao todo, 21 foram as declarações de terra feitas pelos indivíduos em algum grau aparentados com esta parcela da elite piranguense, todas elas nos distritos de Calambau, Tapera e na Vila de Piranga (Mapa 9). Como se pode ver através da Tabela 24, do total da área declarada nestas localidades, quase 30% estavam em posse de pessoas destas famílias, chegando aos 37% e 35% em Calambau e Tapera, respectivamente.

Tabela 24 - Estrutura fundiária e concentração de terras – família Carneiro Vidigal, Paróquia de Piranga, Minas Gerais (1855-1856)

Distrito	Declarantes (área mencionada)		Área Declarada (hectares)		%
	Registro Paroquial	Carneiro Vidigal	Registro Paroquial	Carneiro Vidigal	
<b>Vila</b>	185	7	18.362,25	3.864,50	21,05
<b>Calambau</b>	85	8	4.611	1.733	37,58
<b>Tapera</b>	65	6	10.696	3.794,25	35,47
<b>TOTAL</b>	355	21	33.669,25	9.391,75	27,89

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras.

<sup>854</sup> Arquivo da Casa Setecentista de Mariana. 1º Ofício, código 18, auto 512. *Inventário post-mortem de Antônio Pedro Vidigal de Barros* (1839)

<sup>855</sup> Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Piranga. TP-1-160, Rolo 13, Registro 1524

Tal concentração não chega a causar grande espanto, se não fugir à mente tratar-se de grandes proprietários de escravos daqueles vales. No ano de 1831, um total de 518 cativos foi recenseado em 18 domicílios chefiados por membros destas famílias que deram origem ao que chamo *clã Carneiro Vidigal*, perfazendo uma média de 28,77 escravos por domicílio, quando esta média nos três distritos era 2,87, e uma cifra de 29,08% do total de escravos recenseados naquelas três localidades. Tal constatação não deixa dúvidas que os casamentos e apadrinhamentos que configuraram a estrutura sócio-relacional das décadas seguintes associaram elites proprietárias, senhores de terra e escravos.

Um destes 21 declarantes de terra foi o capitão Fortunato Pedro Vidigal de Barros<sup>856</sup>, filho de Antônio Pedro e genro do Comendador Francisco Coelho Duarte Badaró, casado no ano de 1848 com dona Maria Adelaide Duarte Lima Badaró.<sup>857</sup> Em sua declaração disse ser possuidor de uma fazenda denominada Cachoeirinha<sup>858</sup>, no local de mesmo nome, adquirida por compra aos irmãos Luciano e Antônio Alves Pereira, filhos de Antônio Alves Pereira, um dos grandes proprietários de escravos do distrito do Calambau, tendo sido recenseado em seu domicílio um total de 22 cativos no ano de 1831.

No mesmo lugar denominado Cachoeirinha, José Ferreira Costa Bueno também declarou ser possuidor de uma fazenda.<sup>859</sup> Este declarante, casado com Ana Leonor Miranda, era pai de Antônio José Carneiro Miranda, primeiro esposo de dona Maria José Carneiro Miranda Vidigal<sup>860</sup>, a qual declarou ser proprietária da fazenda Catas Altas<sup>861</sup>, situada naquele mesmo distrito.<sup>862</sup> Em sua delimitação, declarou a mesma confrontar com as terras dos herdeiros de José Gonçalves Gomide e dos herdeiros de Manoel Lopes Cruz, os quais também foram anotados na declaração de José Ferreira Costa Bueno; ele, por sua vez, foi referido por Maria José e também a alegou como confrontante.

Além de sua nora, José Ferreira Costa Bueno afirmou que sua fazenda divisava com as terras de Custódio Carneiro Miranda<sup>863</sup>, filho de José Carneiro Miranda<sup>864</sup>, outro declarante de

---

<sup>856</sup> Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Piranga. TP-1-160, Rolo 13, Registro 1520

<sup>857</sup> Na Figura 18, Quadrante D2

<sup>858</sup> No Mapa 9, Quadrante C3

<sup>859</sup> Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Piranga. TP-1-160, Rolo 13, Registro 1525

<sup>860</sup> Na Figura 18, Quadrante C2

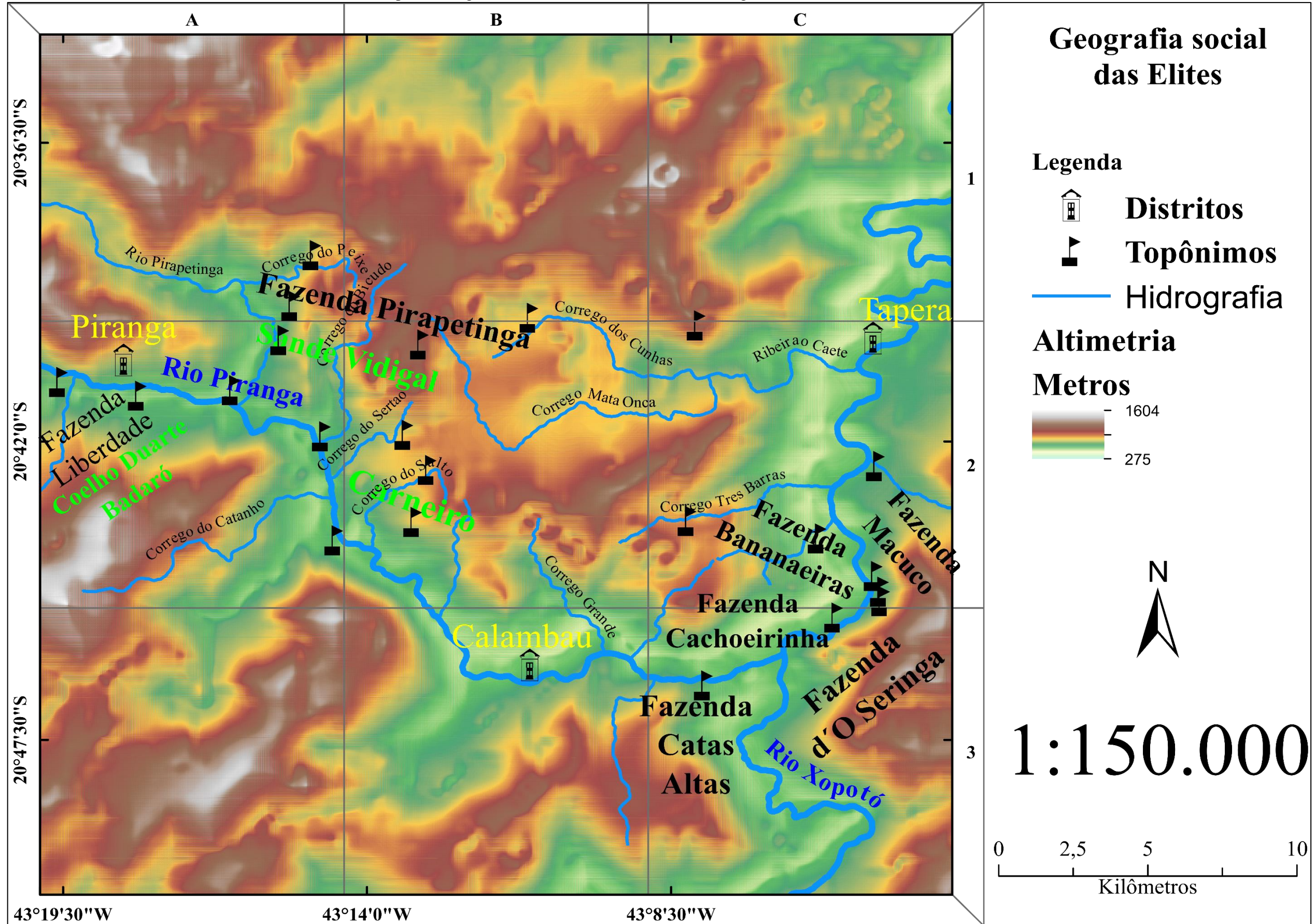
<sup>861</sup> No Mapa 9, Quadrante C3

<sup>862</sup> Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Piranga. TP-1-160, Rolo 13, Registro 1526

<sup>863</sup> Na Figura 18, Quadrante C3

<sup>864</sup> Na Figura 18, Quadrante C1

Mapa 9 - Geografia social das elites, Vale do Rio Piranga (Minas Gerais, século XIX)



Fontes: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. *Livros de Batismos*, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga; Arquivo da Casa Paroquial de Piranga, *Livros de Batismos*.

terras naquelas paragens.<sup>865</sup> Sua propriedade, acessada através de herança recebida de seu pai, o eleitor Antônio Liberato José Carneiro Miranda<sup>866</sup>, conforme consta em sua declaração era próxima às terras dos herdeiros de José Gonçalves Gomides, o que deixa implícito serem estas propriedades – declaradas por José Ferreira Costa Bueno, Maria José Carneiro Miranda Vidigal e José Carneiro Miranda – próximas umas das outras, e naquelas paragens ter se estabelecido Fortunato Pedro e sua esposa, dona Maria Adelaide.

Uma das filhas de José Ferreira Costa Bueno, Maria Joana Silva Bueno, casou-se com Carlos Leite Araújo Vilaça, filho de dona Ana Quitéria, cunhada de Lino Coelho Oliveira Duarte, antigo proprietário da fazenda d'O Seringa.<sup>867</sup> Umbelino José Magalhães, cunhado de Carlos Vilaça, em sua declaração de terras<sup>868</sup>, afirmou ser vizinho de seu tio Antônio José Bastos, outro genro dos sogros de Lino Coelho, e de Custódio Carneiro Miranda, informações que deixam indicado que a família à qual Lino associou-se através de seu casamento no Calambau não ocupava um espaço muito distante das propriedades dos Carneiro Miranda, corroborando com a minha hipótese que esta aliança matrimonial foi um ponto de inflexão na formação das estruturas relacionais intraelites averiguadas.

Ana Camila Cabral Ribeiro, irmã de Carlos Vilaça, portanto, sobrinha da esposa de Lino Coelho, casou-se com Guilherme Cabral Ribeiro, já falecido naquele ano de 1856. Todavia, vários de seus irmãos foram declarantes de terra, dentre eles Sérgio Cabral Ribeiro<sup>869</sup> e João Cabral Ribeiro<sup>870</sup>, proprietários da fazenda do Macuco<sup>871</sup>, um topônimo que se tornou crucial para a montagem do quebra-cabeça fundiário e da geografia social destas famílias da elite local.

Joaquim Pedro Vidigal de Barros, herdeiro e sucessor da fazenda d'O Seringa, em sua declaração de terras<sup>872</sup>, não mencionou nenhum vizinho confrontante, procedimento que também foi utilizado por seu irmão, Fortunato Pedro. Todavia, em suas declarações, mencionaram topônimos situando suas posses, os quais permitiram localiza-los naquele

---

<sup>865</sup> Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Piranga. TP-1-160, Rolo 13, Registro 1801

<sup>866</sup> Na Figura 18, Quadrante A4

<sup>867</sup> No Mapa 9, Quadrante C3

<sup>868</sup> Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Piranga. TP-1-160, Rolo 13, Registro 1521

<sup>869</sup> Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Piranga. TP-1-160, Rolo 13, Registro 1553-1554

<sup>870</sup> Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Piranga. TP-1-160, Rolo 13, Registro 1554

<sup>871</sup> No Mapa 9, Quadrante C2

<sup>872</sup> Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Piranga. TP-1-160, Rolo 13, Registro 1524

espaço fundiário (Mapa 9). Dentre estes topônimos, Joaquim Pedro mencionou Macuco e Itassu<sup>873</sup>, este último, local no qual Ana Camila declarou serem situadas suas terras. Tal informação revela a busca da família Sande Vidigal por assumir o controle das terras adquiridas no distrito do Calambau, o que demandou empenho para reconfigurar o espaço relacional e as suas redes sociais, deixando de lado o enraizamento social verticalizado em torno da fazenda Pirapetinga<sup>874</sup>, e capitalizarem a inserção que Lino Coelho cultivou com as elites de Calambau.

Ilustrativo do meu argumento são as redes sociais constituídas por João Pedro Vidigal de Barros e Maria José Carneiro Miranda Vidigal, ambos ainda viúvos, declarantes de terra no ano de 1856, prestes a se casarem, pois em outubro de 1857 nasceu João, primeiro filho do casal. Ao se reconstruir as relações de vizinhança e compadrio de ambos, conhece-se o espaço da vivência relacional de cada um deles antes e depois de contraírem núpcias e, em algum sentido, as estratégias e efeitos da formação do que chamo de clã Carneiro Vidigal.

João Pedro, em meio às tramas sucessórias e à transmissão patrimonial da família, tornou-se o herdeiro da fazenda Pirapetinga<sup>875</sup>, a qual divisava com terras da fazenda do córrego do Peixe<sup>876</sup>, em posse de seu cunhado José Araújo Ribeiro Vasconcelos<sup>877</sup>, casado com dona Maria Micaela. Até o ano de 1856, quando se casou em segundas núpcias, foi padrinho em dez ocasiões, todas elas em ritos batismais sacramentados na Matriz de Piranga ou na ermida da fazenda Pirapetinga. Em 1857, no batismo de João<sup>878</sup>, realizado no dia primeiro de novembro, o rito foi sacramentado pelo padre João Rodrigues da Cunha na capela de Santo Antônio do Calambau e os padrinhos foram o capitão José Carneiro Miranda e dona Francisca Cândida Umbelina de Oliveira.<sup>879</sup>

A partir daí, atuou como padrinho em mais nove ocasiões até o ano de 1875, dentre as quais, sete vezes na capela do Calambau e em somente duas vezes na Matriz de Piranga. Na primeira vez, em outubro de 1860, foi padrinho de Francisca<sup>880</sup>, filha de sua sobrinha dona

---

<sup>873</sup> No Mapa 9, Itassu é um daqueles três pontos muito próximos entre si, na intercessão entre os Quadrantes C2 e C3

<sup>874</sup> No Mapa 9, Quadrantes A1 e B1

<sup>875</sup> Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Piranga. TP-1-160, Rolo 13, Registro 1522

<sup>876</sup> A sede da fazenda do córrego do Peixe está representada no curso d'água do córrego do Peixe, ver Mapa 9, Quadrante A1

<sup>877</sup> Na Figura 18, Quadrante D1

<sup>878</sup> Arquivo da Casa Paroquial de Piranga. Batismos da Matriz de Piranga. Livro 2, folha 162

<sup>879</sup> Na Figura 18, Quadrante A4

<sup>880</sup> Arquivo da Casa Paroquial de Piranga. Batismos da Matriz de Piranga. Livro 2, folha 206

Maria Clara Vasconcelos<sup>881</sup>, casada com Antônio Augusto Borges Abrantes, portanto, numa relação que reforçava os laços intrafamiliares e demonstra não haverem se desfeito os laços que o ligava a Piranga e à fazenda Pirapetinga. Numa segunda ocasião, em 24 de outubro de 1864, foi padrinho de Maria, filha de Manoel Prudêncio Carvalho Leal e Ana Maria, indivíduos desconhecidos neste universo relacional – esta foi a única vez que aparecem nos livros de batismo – mas, que deviam possuir alguma proximidade com aquela elite, pois na ocasião a madrinha foi dona Maria do Carmo Vidigal, irmã de João Pedro.<sup>882</sup> Portanto, em ocasiões especiais, cumprindo obrigações rituais que transferiam o prestígio e ampliavam o reconhecimento social dos Sande Vidigal, João Pedro retornava à Matriz de Piranga.

Esta agência social atuante nos dois espaços – Piranga e Calambau – foi a direção estrategicamente assumida por João Pedro Vidigal de Barros. Ao mesmo tempo em que se tornava reconhecido em Calambau, não perdia os vínculos com a sua família remanescente em Piranga. Grosso modo, dispersava-se geograficamente pelo espaço da paróquia sem deixar os laços afetivos se desintegrarem, bem como o prestígio familiar. Esse aspecto de suas estratégias relacionais ficaram explícitos nos dois outros sacramentos de batismos de seus filhos nascidos do matrimônio com dona Maria José, nos quais os padrinhos foram Custódio Carneiro Miranda e Carlos Leite Araújo Vilaça, e as madrinhas Constância Augusta Vidigal Badaró<sup>883</sup>, sua cunhada, esposa de Joaquim Pedro, e sua irmã dona Maria do Carmo Vidigal.<sup>884</sup>

Com o intuito de aprofundar a reflexão e trazer mais informações sobre esta geografia social das elites piranguenses, passo a analisar as relações de compadrio constituídas entre os anos de 1850 e 1875 (Figura 22), quando que pela última vez José Carneiro Miranda, João Pedro Vidigal de Barros e Manoel Pedro Vidigal de Barros atuaram como padrinhos em sacramentos batismais.

Naqueles anos foi perceptível um retorno a uma configuração estrutural mais aproximada daquela vista nas décadas de 1800 e 1810. Apesar de diferente do período entre os anos de 1782 e 1803 – em que cada uma daquelas famílias da elite local (Lopes Oliveira, Coelho Duarte, Carneiro e Carneiro Miranda) geriam suas próprias clientelas com tímidas aproximações entre si, como a do batismo de Maria, filha de Francisco José Serafim (Figura 19) –, ou ainda, daquelas relações que marcaram o período entre 1804 e 1820 (Figura 20) –

---

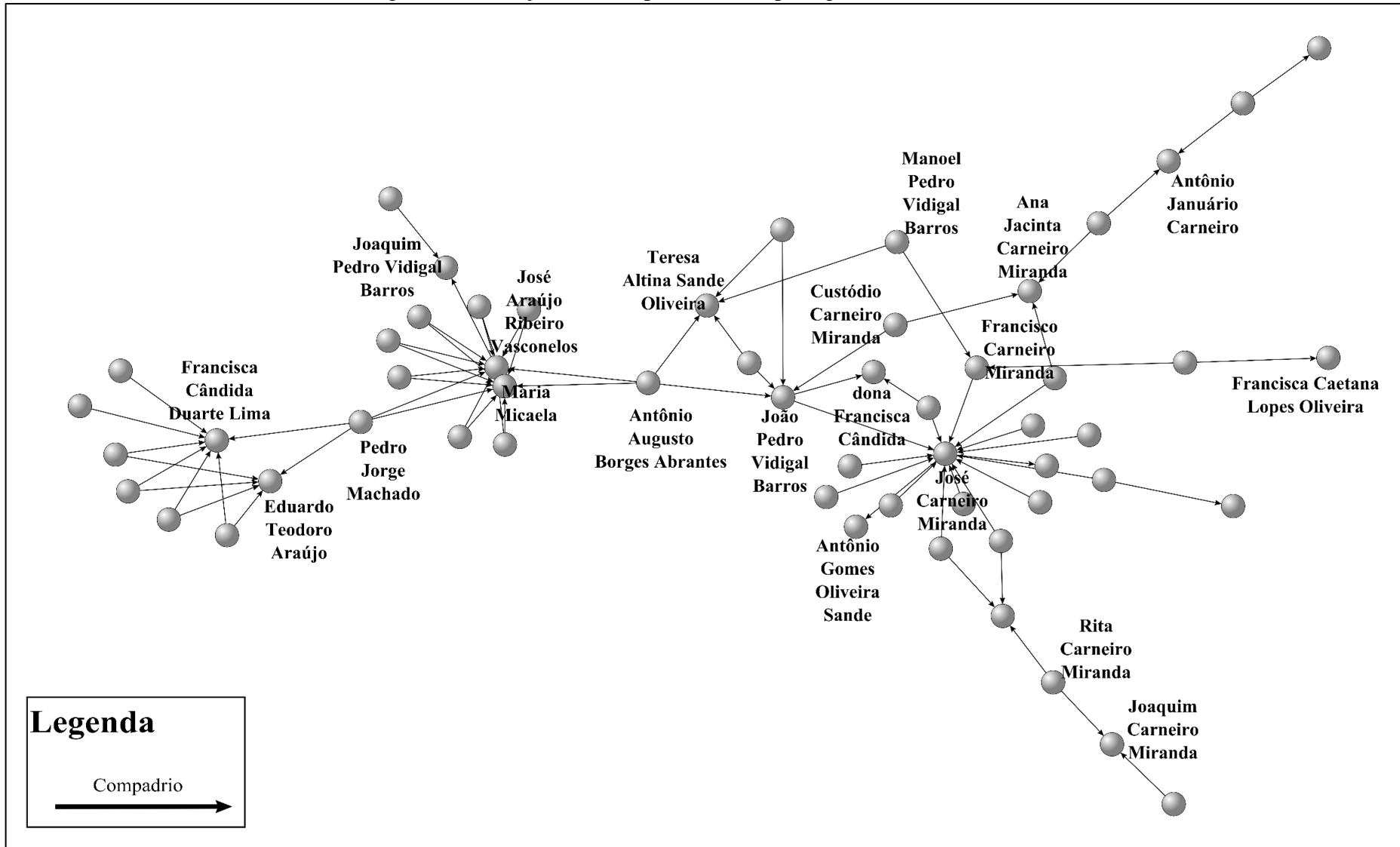
<sup>881</sup> Na Figura 18, Quadrante D3

<sup>882</sup> Arquivo da Casa Paroquial de Piranga. Batismos da Matriz de Piranga. Livro 1, folha 250

<sup>883</sup> Na Figura 18, Quadrante D1

<sup>884</sup> Na Figura 18, Quadrante C2

Figura 22 - Relações de compadrio, elites piranguenses (1850 - 1875)



Fontes: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. *Livros de Batismos*, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga; Arquivo da Casa Paroquial de Piranga, *Livros de Batismo*



das quais destacou-se maior trânsito relacional entre compadres das famílias Carneiro e Vidigal, mas, ainda, nítidos grau de dispersão e distintos espaços em que tinham ampla atuação na pia batismal –, entre 1850 e 1875, poucos também foram os agentes intermediários nas relações de compadrio averiguadas. Todavia, diferentes contextos familiares e sociais configuraram ambas as estruturas de rede.

Naquelas décadas de 1850, 1860 e 1870, Carneiro, Vidigal e Carneiro Miranda, compunham, efetivamente, um mesmo grupo familiar, com diversas uniões matrimoniais que os sacralizaram enquanto elites da terra. Dentre as várias relações que demonstram a aproximação entre estas duas famílias, uma delas é sacramentada em novembro de 1852, no batismo de Antônia<sup>885</sup>, no qual Manoel Pedro Vidigal de Barros, pai da criança, e sua esposa, dona Maria Perpétua, nomeiam como padrinhos Francisco Carneiro Miranda, avô materno, filho do falecido eleitor Antônio Liberato José Carneiro de Miranda, e dona Teresa Altina, avó paterna, esposa do também falecido eleitor Antônio Pedro Vidigal de Barros.

O já mencionado Custódio Carneiro Miranda<sup>886</sup>, filho do primeiro casamento de José Carneiro Miranda<sup>887</sup>, este também filho do supracitado casal, casou-se com sua prima Ana Teresa, outra filha de Francisco Carneiro Miranda. A primeira filha deste casal, Francisca, batizada em 22 de dezembro de 1862<sup>888</sup>, foi apadrinhada pelo coronel João Pedro Vidigal de Barros e dona Ana Jacinta Carneiro Miranda<sup>889</sup>, esposa do capitão Antônio Januário Carneiro, o mais jovem eleitor da paróquia de Piranga na década de 1830. Mesmo não havendo parentesco cosanguíneo entre os compadres e pais da criança, já que Custódio era filho do primeiro matrimônio de seu pai, antes deste se casar com dona Ana Teresa Vidigal<sup>890</sup>, vê-se que em inícios da década de 1860 já estava consolidada a afinidade relacional intraelites, pois, além deste compadrio, no ano seguinte, no batismo de Maria<sup>891</sup>, filha de João Pedro Vidigal de Barros e Maria José Carneiro Miranda Vidigal, o padrinho foi o supracitado Custódio.

## Conclusão

Todas estas informações demonstram a alta endogamia entre estas famílias nas décadas da segunda metade do século XIX, sintoma da necessidade de reforçarem-se enquanto elites e assegurarem o seu lugar diretivo naquela sociedade em transformação. Um

---

<sup>885</sup> Arquivo da Casa Paroquial de Piranga. Batismos da Matriz de Piranga. Livro 2, folha 36

<sup>886</sup> Na Figura 18, Quadrante C3

<sup>887</sup> Na Figura 18, Quadrante C1

<sup>888</sup> Arquivo da Casa Paroquial de Piranga. Batismos da Matriz de Piranga. Livro 1, folha 226

<sup>889</sup> Na Figura 18, Quadrante C1

<sup>890</sup> Na Figura 18, Quadrante C2

<sup>891</sup> Arquivo da Casa Paroquial de Piranga. Batismos da Matriz de Piranga. Livro 1, folha 227

dos poucos laços extrafamiliares averiguados envolvendo esta família partiu das escolhas de Pedro Jorge Machado (Figura 22), o qual, em 1856, nomeou Eduardo Teodoro Araújo e sua esposa, dona Francisca Cândida Lima Duarte Badaró<sup>892</sup>, como padrinhos de sua filha Benvinda.<sup>893</sup> Seis anos depois, em 1862, outra filha, Maria, foi apadrinhada pelo casal José Araújo Ribeiro Vasconcelos e dona Maria Micaela<sup>894</sup>, o que demonstra a persistente influência compartilhada por estas elites com a comunidade local.

Outro ponto que merece atenção é o posicionamento central de João Pedro averiguado na Figura 22, o qual é reflexo de sua trajetória de vida marcada por dois matrimônios. Ao primeiro, fruto de um arranjo matrimonial entre as famílias Badaró e Vidigal, porém, precocemente findado com a morte de sua esposa, seguiu-se as linhas traçadas a reforçar os laços com a família Carneiro, o que, provavelmente, deu novo fôlego ao enraizamento no distrito do Calambau. A meu ver, o posicionamento central de João Pedro nesta estrutura relacional é a síntese da posição de sua família no espaço fundiário da paróquia de Piranga.

Se no distrito da Vila de Piranga perdiam influência e representatividade política, o ímpeto por se distinguir como elite, mantendo o prestígio e o controle sobre as estruturas e hierarquias, os fizeram moldar alianças e redes de compadrio com as elites de Calambau.

Assim, assentados nos arredores da fazenda Pirapetinga desde finais do século XVIII, a partir do processo de aquisição das terras da fazenda d'O Seringa, moveram-se ao distrito do Calambau e seu arredores, chegando às cercanias do distrito de Tapera. Neste processo, Joaquim Pedro, Fortunato Pedro, Manoel Pedro e João Pedro, todos eles filhos de Antônio Pedro Vidigal de Barros, tornaram-se proprietários de terras nestas localidades, porém, somente Manoel Pedro e João Pedro, casados com mulheres da família Carneiro, tiveram reconhecida atuação como compadres nestes distritos.

Por exemplo, Fortunato Pedro, o primeiro para ali migrar e firmar suas bases produtivas, em uma única vez atuou como compadre naquelas paragens, quando foi padrinho no batismo de seu sobrinho Francisco, filho de Manoel Pedro Vidigal de Barros<sup>895</sup>, numa clara relação de compadrio que reforçava as ligações familiares. Em todos os outros dez batismos que participou, seus compadres eram moradores de Piranga, e os sacramentos foram realizados na igreja Matriz. Esta ausência de relações na comunidade local onde era proprietário de terras, explica a constatada ausência de vizinhos mencionados em sua

---

<sup>892</sup> Na Figura 18, Quadrante B4

<sup>893</sup> Arquivo da Casa Paroquial de Piranga. Batismos da Matriz de Piranga. Livro 2, folha 113

<sup>894</sup> Arquivo da Casa Paroquial de Piranga. Batismos da Matriz de Piranga. Livro 1, folha 166

<sup>895</sup> Arquivo da Casa Paroquial de Piranga. Batismos da Matriz de Piranga. Livro 1, folha 323

declaração de terras, pois, possivelmente, a falta de reconhecimento social gerou incertezas e conflitos em torno da posse da terra, o que pode ter dificultado sua permanência e estabilidade social naquele distrito.

Com problemas em assentarem suas bases produtivas e alavancarem o enraizamento social na nova localidade, alianças matrimoniais com os Carneiro parecem ter sido a condição para aceitação em Calambau. Firmadas tais alianças e estabelecidas as bases da reprodução social naquele distrito, o quadro geral que se compôs foi o alargamento do espaço de influência da família Sande Vidigal pelo espaço fundiário da paróquia, conforme se pode visualizar no Mapa 9.

Ao mesmo tempo em que o casal José de Araújo e Maria Micaela mantinha as bases relacionais da família no entorno da fazenda Pirapetinga, os casais Joaquim Pedro Vidigal de Barros e Constância Augusta, Fortunato Pedro e Maria Adelaide geriam as clientelas que envolviam as inter-relações entre estes dois troncos familiares de mesma ascendência (Badaró e Vidigal). Na outra vertente familiar, rio Piranga abaixo, João Pedro e Manoel Pedro estendiam o campo de atuação da família ao distrito de Calambau e se imbricavam em clientelas e redes sociais sobre as quais detinham pouco, ou nenhuma, influência historicamente erigida.

# **Conclusão**

**Redes sociais e espaço nos estudos históricos**

A aproximação de vários campos das ciências humanas a uma orientação espacial no desenvolvimento de seus objetos e problemas de pesquisa está na linha de frente da produção acadêmica mais recente. A base teórica não é simplesmente mantida pela convicção de que tudo se desenvolve em um espaço, mas por pressupostos que acreditam que os lugares onde a vida social se desenvolve são determinantes para se ponderar mudanças nas dimensões políticas, culturais e econômicas. Assim, houve o que é chamado de virada espacial, a qual reivindicou o espaço como uma construção social relevante para a compreensão de diferentes singularidades culturais da experiência humana, com especial atenção aos conceitos geográficos.

Seguindo nestes rumos interpretativos, esta tese, em seu primeiro capítulo, tendo por base de análise mapas e discursos dos descobrimentos do ouro em Minas Gerais e da formação e expansão da malha eclesiástica numa região primária de colonização, apresentou de forma pormenorizada os percursos históricos e geográficos da formação espacial de uma região que foi a porta de entrada dos sertões do leste da capitania.

Assim, nesse capítulo da tese foram apresentados e discutidos historiograficamente dados recolhidos em documentos históricos sobre o surgimento das capelas na sociedade colonial. Grosso modo, demonstrou-se como as capelas foram instrumentos da política portuguesa para se efetivar a dominação colonial nos mais longínquos espaços da América portuguesa. A partir de conceitos e métodos da História do Espaço buscou-se uma visualização geográfica da expansão eclesiástica que transformou aquele lugar mítico e selvagem em território colonial, a partir da qual se pode perceber a dispersão destas capelas pelo ambiente geográfico, o que possibilitou aprofundar a compreensão de como espaço e sociedade foram mutuamente forjados nos processos migratórios que definiram a fronteira agrícola dos núcleos mineradores.

Em seguida, buscou-se delimitar os efeitos da grande migração e da expansão da fronteira sobre as matas dos chamados sertões do leste. Desta forma, no segundo capítulo a pesquisa realizada teve como enfoque interpretativo a estrutura demográfica de algumas destas capelas e seus respectivos distritos nas primeiras décadas do século dezanove e pautou-se em apresentar novas possibilidades interpretativas para se repensar a conjuntura econômica de reordenamento do espaço produtivo da capitania, que nestas décadas já não se pautava pelos valores dos impostos recolhidos da extração aurífera.

Muitos outros historiadores têm se preocupado em construir explicações sobre esse período de mudanças econômicas, e alguns deles têm destacado a tendência de concentração da posse de escravos e diversificação produtiva, mas, nesta operação historiográfica, acredito poder-se dizer que foram negligenciados elementos ilustrativos do contexto socioeconômico mais amplo.

Visando reverter este quadro historiográfico, a pesquisa realizada teve como principal desígnio desvendar as minúcias da posse de cativos na região do vale do Rio Piranga, região que teve o tráfico transatlântico de escravos como elemento estruturante da sua composição demográfica. Finalmente, nesse contexto de rearranjo econômico, a estrutura da posse de cativos e os números do tráfico transatlântico de escravos para a região permitiram que se apontasse o que é considerado crucial daquele momento histórico: a concentração da riqueza pela acentuação de desigualdades.

Deve-se enfatizar que não foi um processo em que os efetivos de grandes proprietários de escravos expandiram-se em desvantagem das pequenas posses escravas, mas, destacou-se por ter sido um processo econômico que se baseou no aumento das disparidades entre proprietários de escravos e aqueles indivíduos sem qualquer propriedade cativa. Desta feita, uma das conclusões deste capítulo, fundamental para a condução da pesquisa da tese como um todo, foi a percepção que naquelas décadas um processo de reestruturação das hierarquias sociais redefiniu os significados de ser senhor de escravos.

Finalmente, análises em censos populacionais demonstraram que aqueles que conseguiram acumular algum pecúlio investiram suas riquezas na aquisição de pequenos pedaços de terra e sempre que possível negociavam com agentes do tráfico de escravos para a região, o que incrementava a produtividade da terra, aumentando a riqueza e, claro, o prestígio social. A partir destas constatações foi possível vislumbrar a gênese de outro processo, a saber, do monopólio sobre a propriedade da terra, o qual, obviamente, era consequência das políticas que reforçaram as bases escravocratas do país recém-independente. Pois, se num contexto de campesinato, “a terra é de quem nela trabalha”, num contexto escravocrata, distinguido por hierarquias sociais definidas pela distância do indivíduo de um passado em cativo, como no caso do escravismo brasileiro, a terra foi explorada por quem detinha a propriedade do braço cativo.

Como se tornou possível essa íntima associação entre tráfico de escravos e monopólio sobre a terra? Esta foi uma das perguntas que guiou a pesquisa sobre as informações contidas

nos registros de terra, as quais foram analisadas no terceiro capítulo da tese. Durante os primeiros anos do Império do Brasil, a estrutura da terra permaneceu intacta, como havia sido por séculos na sociedade colonial. Particularmente desigual, possibilitou a persistência de grandes propriedades rurais em torno das quais vivia uma população civilmente livre, mas politicamente e economicamente dependente das elites rurais.

Nestes anos, entre o fim das concessões de sesmarias (1822) e a Lei da Terras (1850), a precariedade da regulamentação dos direitos de propriedade conduziu a um contexto fundiário de posse ilegal da terra, no qual o uso e domínio da terra era suporte efetivo para a propriedade da mesma. Assim, foi uma prática generalizada fazer-se um senhor de terras, o que aumentava as possibilidades de criação e reprodução de relações sociais baseadas na dependência econômica e política, o que moldou o processo histórico que definia o lugar social do indivíduo naquela sociedade rural.

Por sua vez, a Lei de Terras impôs dilemas que demandaram reordenamentos àquele contexto sóciofunditário, pois, ao indicar a necessidade de se estabelecer os limites da propriedade declarada, poderia ocasionar conflitos entre vizinhos desafetos que não reconhecessem os limites postulados por seus confrontantes. Por outro lado, delimitar sua propriedade significava limitar potenciais expansões e invasão de áreas limítrofes. Assim, conforme se demonstrou, no momento da declaração de terras, os proprietários tinham em mente um minucioso cálculo de perspectivas sociais, o qual forjou as redes de vizinhanças analisadas.

Naquele contexto de incertezas e indefinições jurídicas, alegar a posse de terras não dizia respeito somente à institucionalização e legalização de uma propriedade, mas a localizar-se no espaço e, por conseguinte, socialmente. Desta forma, esta tese demonstrou que o registro paroquial de terras é um documento em que os proprietários de terras posicionaram-se dentro da estrutura social da paróquia em que viviam, a qual é resultado do processo de produção social do espaço.

Atento a este contexto de reordenamento de hierarquias e a geografia local, no quarto capítulo recorreu-se aos métodos da micro história, e minuciosamente analisou-se a trajetória de vida de Antônio Anacleto Varela, um homem filho de uma mulher liberta, escrava que foi de um grande proprietário de terras e escravos na região do vale do Rio Piranga. Assim, neste capítulo o eixo central da análise empreendida foram as tênues interações sociais existentes entre o mundo dos livres, libertos e escravos, buscando-se compreender estratégias

individuais e as agências sociais que permitiam a acumulação de pecúlio e ascensão socioeconômica.

Escolheu-se a vida de Antônio Anacleto Varela como enfoque analítico, pois, mesmo tendo nascido numa família com poucas perspectivas de ascensão social, o que se vislumbra em sua trajetória de vida são indicações sobre a mobilidade social ascendente e o processo de enraizamento do indivíduo à terra. Como demonstrei, Antônio Anacleto tornou-se capitão da Guarda Nacional, proprietário de alguns escravos e de pedaços de terra, o que permitiu à pesquisa explorar a produção social do espaço que teve como escopo as sociabilidades cotidianas daquele indivíduo, estas, por sua vez, refletidas nas relações de compadrio. Enquanto seus filhos foram apadrinhados por diversas pessoas das famílias mais ricas e socialmente prestigiosas da localidade em que vivia, Anacleto, por sua vez, apadrinhava filhos de pais situados nos estratos mais baixos da hierarquia social. Portanto, ele era um intermediador social, acionando redes sociais nos diversos estratos sociais que compuseram as hierarquias no passado brasileiro.

Entretanto, este seu lugar social foi historicamente construído e espacialmente conduzido, denotando as feições do que chamei de geografia da mobilidade social. Sua mãe, ao alcançar sua liberdade, tinha apenas uma filha já nascida e, estrategicamente, passou a construir redes sociais que atestassem a sua condição de liberdade bem como de seus filhos, estabelecendo laços de compadrio e amizade com famílias e indivíduos que os reconhecessem enquanto pessoas livres e não pessoas escravizadas, apesar da memória do cativo ter sido latente neste processo de ascensão social.

Assim, o que ficou explícito na trajetória de vida de Antônio Anacleto Varela foram os percalços dos processos sociais de construção da liberdade no passado escravista brasileiro. Apesar de ser um indivíduo que alcançou um distinto prestígio social e compôs o seletivo grupo dos proprietários de escravos, lugares de exclusão social, aonde a memória do cativo familiar insistia em persistir, definiram os limites da mobilidade e ascensão social. Todavia, conforme se demonstra no capítulo 4, Antônio Anacleto parece ter tido uma percepção peculiar desta precária condição de liberdade e dos estigmas sociais que se impunham às suas estratégias sociais. Assim, inseriu-se em redes sociais que contornavam estes espaços da exclusão em que sofria embargos à ascensão social e a partir de boas relações com os vizinhos de suas pequenas propriedades rurais, produzia espaços em que detinha prestígio e reconhecimento social.



Dando prosseguimentos aos esforços microanalíticos de recomposição das redes sociais e compreensão da produção do espaço social naquela região do vale do Rio Piranga, o quinto capítulo apresentou como personagem principal uma família de grandes proprietários rurais detentores de importantes cargos políticos nas legislaturas provinciais e imperiais.

A partir da reconstituição de suas redes de compadrio e alianças matrimoniais, demonstrei as nuances histórica de um longo processo de aproximação social intra-elites, o qual sedimentou o controle político da região na mão de um clã colonial. Grosso modo, o que se destacou foi a íntima associação entre famílias proprietárias de grandes porções de terra e numerosos efetivos escravos num sistema de trocas relacionais que visava manter o prestígio social, o poder econômico e controle político. Uma compreensão aprofundada do contexto em que a família postou-se à frente da constituição das estruturas políticas do passado brasileiro permite desnaturalizar a íntima associação entre elites econômicas e poder político, traço distintivo da história política do Brasil. Por fim, é possível contestar as estratégias e negociações de atores históricos num momento em que se reformularam normas e ditavam-se novos conflitos, reiterando-se hierarquias através do reordenamento de processos de cooptação e exclusão social, marca definidora da sociedade brasileira até os dias atuais.

Ao fim e ao cabo, um dos principais produtos desta tese foi ter apresentado diversas possibilidades de se interrelacionar redes sociais e espaço. Seja enfocando-se o espaço social configurado em conjunto com redes relacionais, ou na geografia física, recorrentemente ressignificada e à qual se adaptavam atores históricos, os assuntos dissertados ao longo desta tese demonstram novas perspectivas interpretativas ao fazer historiográfico.

Por exemplo, nesta tese um olhar diferenciado foi direcionado as Cartas de Sesmarias e aos Registros Paroquiais de Terras, documentações que não são inéditas, mas nunca haviam sido sistematicamente trabalhadas pela perspectiva de suas informações espacializáveis. Ao contrário de se restringir aos anos de concessões de sesmarias na capitania de Minas Gerais e operacionalizar análises quantitativas sobre os processos de ocupação daquele espaço colonial, esta tese se deteve nas descrições toponímicas fornecidas a partir de mapas mentais daqueles agentes de fronteira que descreviam a hidrografia e o relevo dos sertões das minas, aspecto que forneceu um novo quadro interpretativo dos movimentos migratórios que formaram as minas e os currais.

Da mesma forma, ao invés de se deter nas informações contidas nos Registros Paroquiais de Terras, como tamanho, tipo de propriedade e formas de aquisição, o centro da

atenção da pesquisa desenvolvida foram as nomeações de vizinhos confrontantes e, a partir daí, buscou-se detectar as estruturas relacionais em torno da posse da terra, o que permitiu ultrapassar a ideia que a Lei de Terras foi uma letra morta que não saiu do papel. De fato ela não cumpriu aquilo que se propunha, mas, é inegável que em nível local, conforme se demonstrou, teve seus efeitos sentidos nos cálculos sociorelacionais feitos pelos proprietários declarantes de terras. Por fim, o cruzamento dos dados sociofunditários com as informações cartográficas demonstrou possibilidades de se detectar microespaços de conflitos, o que proporciona diversas outras possibilidades de pesquisas históricas sobre a obscura história agrária brasileira.

Deve-se assumir, as feições interpretativas das trajetórias individuais e familiares empreendidas seriam outras não fosse a compreensão do espaço social influenciando nas estratégias relacionais. Há muitos anos a historiografia brasileira está atenta às trajetórias de indivíduos libertos e descendentes do cativo, as quais têm posto em evidência as estratégias de manutenção da liberdade, os caminhos da mobilidade social e a força do sistema escravista na configuração social brasileira. Nesta tese, dissertou-se sobre todos estes temas e perspectivas analíticas, com a diferença que se trouxe à equação uma perspectiva inovadora de análise microespacial fundamentada no que se denominou geografia da mobilidade social, a qual proporcionou um maior aprofundamento no entendimento sobre a ascensão social de indivíduos livres e libertos.

Valendo-se dos mesmos métodos, porém, avaliando outros objetos, as análises microespaciais possibilitaram entrever outros sentidos ao entendimento das tramas políticas que delimitaram a formação do Estado nacional no Brasil imperial. Enquanto vasta historiografia ressaltou as tramas clientelísticas que integravam a Corte às províncias, os esforços microanalíticos empreendidos viabilizaram mostrar como famílias da elite política local traçaram estratégias para manter o poder e o prestígio social, as quais tinham como pano de fundo a estrutura fundiária e a mobilidade regional, detectadas nesta tese a partir de minuciosas análises sobre a disposição geográfica de suas propriedades e a constituição de redes sociais.

É crescente na produção acadêmica recente o interesse pelo uso das tecnologias digitais, as quais tem apresentado um novo panorama historiográfico ao intercalar o manuseio de documentações históricas com as inovações da informática. Apesar deste interesse crescente, na historiografia brasileira experiências pontuais tem se valido das tecnologias que permitem ampla análise de informações históricas, tornando-se necessário a expansão da

busca por soluções no campo das humanidades digitais, as quais, conforme se apresentou nesta tese, renovam a historiografia, além de abrir possibilidades de pesquisas que até então eram apenas perspectivas imaginadas. Assim, ao final desta tese, espero que a forma como foram operacionalizadas as metodologias empregadas e os novos pontos de vista interpretativos apresentados a velhos objetos e temas caros à historiografia brasileira sirvam de inspiração para novas pesquisas.

# Referências

## Fontes

### **Arquivo da Casa Paroquial de Piranga**

*Livros de Batismo*

Livro 1 ao Livro 11

### **Arquivo da Casa Setecentista de Mariana**

*Inventários post-mortem*

1º Ofício

Códices/Autos: 012/413; 013/427; 018/512; 022/558; 023/615; 024/642; 025/645; 029/710; 033/780; 036/844; 043/1005; 048/1088; 049/1126; 055/1223; 055/1227; 057/1242; 059/1302; 067/1442; 068/1450; 069/1478; 070/1491; 072/1532; 074/1569; 076/1631; 079/1688; 081/1715; 082/1731; 085/1816; 093/1944; 096/2058; 097/2032; 097/2034; 098/2080; 098/2093; 099/2107; 102/2131; 105/2176; 105/2180; 113/2316; 116/2412; 117/2435; 120/2496; 123/2576; 127/2653; 127/2666; 127/2671; 131/2748; 134/2797; 143/2984; 146/3053; 148/3107; 151/3162; 151/3174

2º Ofício

Códices/Autos: 022/558; 026/647; 086/1848;

### **Arquivo do Fórum de Piranga**

*Inventários post-mortem*

Caixas/Autos: A006/77; A009/145; A021/294; A037/496; A208/584; A291/322;

### **Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana**

*Livros de Batismo*

Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga

### **Arquivo Público Mineiro**

Documentos Cartográficos

*Mapas da Comissão Geográfica e Geológica de Minas Gerais*

Plataforma Hélio Gravatá. (Referência: AHG-021185)

Casa dos Contos

*Listas Nominativas de Habitantes*

Distritos: Bacalhau; Barra do Bacalhau; Calambau; Desterro do Melo; Dores do Turvo; Espera; Mestre de Campo; Piranga; Remédios; São Caetano do Xopotó; São José do Xopotó; Tapera

Secretaria de Governo da Capitania

*Cartas de Sesmarias*

Códices: 7; 9; 12; 21; 31; 42; 43; 72; 80; 85; 90; 94; 96; 106; 112; 119; 122; 125; 127; 129; 140; 146; 156; 172; 206; 234; 256; 265; 273; 275; 285; 286; 289; 293; 295; 299; 305; 352; 363; 377; 384

Secretaria de Governo da Província

*Cartas de Sesmarias*

Códices: 4; 35; 36; 63; 70; 87

*Listas Nominativas de Habitantes.*

Distritos: Brás Pires; Conceição do Turvo; Manja Léguas; Pinheiro; Senhora de Oliveira; Bacalhau; Desterro do Melo; Dores do Turvo; Mestre de Campo; Remédios; Tapera; Piranga; Calambau; São Caetano do Xopotó

Repartição Especial das Terras Públicas.

*Registro Paroquial de Terras.*

Vila de Nossa Senhora da Conceição do Piranga (Notação: TP-1-159; Microfilme: TP-Rolo-13-Flash 01)

Freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Espera (Notação: TP-1-72; Microfilme TP-Rolo-06-Flash 01)

Freguesia de Sant´Ana da Barra do Bacalhau (Notação: TP-1-15; Microfilme: TP-Rolo-02-Flash 01)

## **Biblioteca Nacional**

Hemeroteca Digital

*Jornal O Universal*

Edições 491; 548; 876

*Jornal O Brasil*

Edição 1490

## **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**

Biblioteca Digital

Cartas Topográficas

## Bibliografia

- ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de historia colonial e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília, DF: Universidade de Brasília. Faculdade de Educação, 1982
- AGUIAR, José Otávio. *Point de vie étrangers: A trajetória de vida de Guido Thomas Marlière no Brasil (1808-1836)*. 2003. 2 volumes. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, 2003.
- AGUIAR, M. A. A. *Terras de Goiás: estrutura fundiária 1850-1920*. Goiânia: Editora da UFG, 2003.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras*, Dourados. MS, v. 10, n. 17, p.55-67, Jan./Jun. 2008
- ALFANI, G.; GOURDON, V. Fêtes du baptême et publicité des réseaux sociaux en Europe occidentale: Grandes tendances de la fin du Moyen âge au XXe siècle. *Annales de démographie historique*, v.1, 2009, p.153-189
- ALFANI, Guido. Dalle pratiche alla norma: il Concilio di Trento e la riforma del padrinato in una prospettiva di lungo periodo. *Società e Storia*, v. 108, 2005, p.31-62
- ALFANI, Guido. *Fathers and Godfathers: spiritual kinship in Early Modern Italy*. Aldershot: Ashgate, 2009
- ALFANI, Guido. Immigrants and formalization of social ties in Early Modern Italy: Ivrea in the sixteenth and seventeenth centuries. In: ALFANI, G.; GOURDON, V. *Spiritual Kinship in Europe, 1500 – 1900*. New York: Palgrave Macmillan. p.47-73
- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e Pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Ed. Argumentum, 2011
- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Trajetórias imperiais: imigração e sistema de casamentos entre a elite mineira setecentista. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios no tempo da Corte – Reflexões sobre política indigenista e cultura política indígena no Rio de Janeiro oitocentista. *Revista da USP*, n. 79, p.94-105, São Paulo, set./nov., 2008
- ALVES, Débora Cristina. *Alianças familiares: estratégias de uma elite de Antigo Regime (Guarapiranga – 1715 a 1790)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora. Programa de Pós-graduação em História. 2013
- ANDRADE, Cristiana Viegas de. *Domicílios mineiros oitocentistas: uma aplicação do método Grade of Membership (GoM)*. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de pós-graduação em Demografia (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2001
- ANDRADE, Francisco Eduardo. A conversão do sertão: capelas e a governamentalidade nas Minas Gerais. *Varia História*, Belo Horizonte, vol.23, nº37, p.151-166, Jan./Jun., 2007
- ANDRADE, Francisco Eduardo. *A invenção das Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entrada nos sertões do ouro da América Portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora: Editora PUC Minas, 2008.

ANDRADE, Francisco Eduardo. Fronteira e instituição de capelas nas Minas, América portuguesa. *América Latina em La História Económica*, nº 35, enero-junio de 2011, p.271-296

ANDRADE, Mateus R. Casamento e Compadrio: registros paroquiais e inventários post-mortem na freguesia de Guarapiranga, séculos XVIII e XIX. In: LIBBY, D. C.; MENESES, J. N. C.; FURTADO, J. F.; FRANK, Z. L. *História da Família no Brasil* (Séculos XVIII, XIX e XX): novas abordagens e perspectivas. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2015. p.129-162.

ANDRADE, Mateus R. *Compadrio e família em zona de fronteira agrícola: as redes sociais da elite escravista, freguesia de Guarapiranga (c1760-c1850)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2014.

ANDRADE, Mateus Rezende de. Da senzala à capela. Compadrio, redes sociais e algumas considerações sobre o lugar social de ‘pardos livres’ nas Minas Gerais oitocentistas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 7, p. 78-99, 2016.

ANDRADE, Rômulo. Formação de estruturas agrárias e seu dinamismo na Zona da Mata mineira. In: *XII Seminário sobre a economia mineira*, 2006. CD-ROM. Belo Horizonte: Cedeplar, 2006.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.

ARANTES NETO, Antônio A. *A Sagrada Família – uma análise estrutural do compadrio*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1975.

ARENTZE, T.; VAN DEN BERG, P.; TIMMERMANS, H. Modeling social networks in geographic space: approach and empirical application. *Environment and Planning*, Volume 44, nº 5, p.1101–1120, 2012

ARIÉS, Philippe. Da família medieval à família moderna. In: \_\_\_\_\_. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Família e sociedade em uma economia de abastecimento interno* (Sorocaba, séculos XVIII e XIX). Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1995.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: CMU/Unicamp, 1997

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855*. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1987

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Saterb, 1971.

BARROS, José D`Assunção. História, Espaço e Tempo: interações necessárias. *Revista Vária História*, Belo Horizonte, vol.22, nº36, p.460-476, jul./dez., 2006

BASTIDE, R. *Brasil, terra de contrastes*. São Paulo: Difel, 1959

BATISTA, Eliane Aparecida Duarte. *Mulheres da Terra: as proprietárias na vila de Piranga*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-graduação em História. 2016

BERGARD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1880*. Trad. Beatriz Sidou. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

- BERTEAU, Camille.; GOURDON, Vincent.; ROBIN-ROMERO, Isabelle. Réseaux sociaux et parrainage: les consequences de l'application du Concile de Trente dans une paroisse française, Aubervilliers (1552 – 1631). *Obradoiro de Historia Moderna*, v. 19, 2010, p.279-306
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História, ou, O ofício do historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *La historia rural francesa: caracteres originales*. Barcelona: Critica, 1978
- BOSSY, John. The Counter-Reformation and the people of Catholic Europe. *Past and Present*, v. 47, 1970, p.51-70.
- BOTELHO, Tarcísio R. Categorias de diferenças: ocupação, raça e condição social no Brasil do século XIX. *Locus* (Juiz de Fora), v. 26, p. 153-185, 2008
- BOTELHO, Tarcísio R. Família escrava e reprodução natural em Catas Altas do Mato Dentro (MG), séculos XVIII e XIX. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 135-166, 2004.
- BOTELHO, Tarcísio R. *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no século XIX*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. Programa de pós-graduação em História Social (Dissertação de Mestrado). São Paulo: USP, 1994
- BOTELHO, Tarcísio R. *População e nação no Brasil do século XIX*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. Programa de pós-graduação em História Social (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 1998
- BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Batismo e compadrio de escravos: Montes Claros (MG), século XIX. *LOCUS: Revista de História*, Juiz de Fora, vol. 3, nº 1. 1997. p.108-115.
- BOXER, Charles. *O império marítimo português (1415-1825)*. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002
- BRASIL. *Legislação eleitoral no Brasil: do século XVI a nossos dias*. Organizadores: Nelson Jobim; Walter Costa Porto. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Biblioteca, 1996. 3v.
- BRAUDEL, Fernand. *La Mediterranee et le monde mediterraneen a l'epoque de Philippe II*. 9. ed. Paris: Armand Colin, 1990. 3v
- BRÜGGER, Silvia M.J. *Minas patriarcal: família e sociedade, São João Del Rei, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2007
- BURGUIÈRE, André. Um nom pour soi: l'attribution du prénom dans la France ancienne. *L'Homme*, v.20, n.4, p.25-42
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. Trad. Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997
- CAMBRAIA, Ricardo de Bastos, MENDES, Fábio Faria. A colonização dos sertões do leste mineiro: políticas de ocupação territorial num regime escravista (1780-1808). *Revista do Departamento de História da UFMG*, Belo Horizonte, nº 6, p.137-150, Julho de 1988.
- CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 6. ed. São Paulo: Duas cidades, 1982.
- CARDOSO, Ciro F. S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979



CARRARA, Angelo Alves. *Minas e Currais: Produção rural e mercado interno de Minas Gerais – 1674-1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

CARRARA, Ângelo Alves. *Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais*. Ouro Preto: Edufop, 1999

CARRARA, Ângelo Alves. Para além de Minas e Currais (e de Minas Gerais): ensaio de caracterização da divisão regional mineira. In: CALAES, Gilberto Dias; FERREIRA, Gilson Ezequiel. (Org.). *A estrada real e a transferência da corte portuguesa: programa RUMYS, projeto Estrada Real*. Rio de Janeiro: Centro de Tecnologia Mineral (CETEM/MCT)-CNPq-CYTED, 2009, p. 51-63.

CARRARA, Angelo Alves; LAGUARDIA, Rafael Martins de Oliveira. Potencialidades do georreferenciamento em História Agrária: um modelo para os registros de terras de meados do século XIX. *Saeculum* (UFPB), v. 29, p. 209-229, 2013.

CARVALHO, J.; CAMPOS, R. Interpersonal networks and the archaeology of social structures: using social positioning events to understand social strategies and individual behavior. *XXV Encontro da Associação Portuguesa de História Econômica e Social*. Évora, 2005

CARVALHO, Jose Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras : a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

CARVALHO, José Murilo de. As marcas do período. In: CARVALHO, José Murilo de (Coord.). *A Construção Nacional (1830-1889)*. v. 2. Rio de Janeiro: Editora Objetiva; Madrid: Fundacion MAPFRE. 2013. (História do Brasil Nação: 1808-2010.)

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n.2, p. 229-250, 1997

CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcelo. (Orgs.). *Às armas, cidadãos!* Panfletos manuscritos da independência do Brasil (1820 – 1823). São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

CASEY, James. *A história da família*. São Paulo: Ática, 1992

CASTRO, Hebe M. M. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. 3ª Ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2013

CHACÓN JIMÉNEZ, F. Identidad y parentescos ficticios en la organización social castellana de los siglos XVI y XVII: el ejemplo de Murcia. In: REDONDO, A. *Les parentés fictives en Espagne (XVIe-XVIIe siècles)*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1988. p.37-50

CHALHOUB, Sidney. *A Força da Escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHALHOUB, Sidney. População e Sociedade. In: CARVALHO, José Murilo de (Coord.). *A Construção Nacional (1830-1889)*. v. 2. Rio de Janeiro: Editora Objetiva; Madrid: Fundacion MAPFRE. 2013. (História do Brasil Nação: 1808-2010.)

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARUTY, G. Le fil de la parole. *Ethnologie française*, v. 15, n. 2, 1985, p.123-151

CHAVES, Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de (orgs.). *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de história da Câmara Municipal*. Ouro Preto, MG: Universidade Federal de Ouro Preto, 2008.

CHAYANOV, Alexander V. *La organizacion de la unidad económica campesina*. Trad. Rosa Maria Russovich. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

CÓDICE COSTA MATOSO; FIGUEIREDO, Luciano; CAMPOS, Maria Verônica. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos, 1999. 2v

COMISSOLI, Adriano. *A serviço de sua majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808-1831)*. Tese (Doutorado). Programa de pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011

COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia a República: momentos decisivos*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985

COSTA, Iraci del Nero da. *Populações mineiras: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.

COSTA, Lucilene Macedo da. *Relações sociais e trajetórias femininas em Guarapiranga, Minas Gerais – século XIX*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-graduação em História. 2015

COSTA, R. P. A. “*Devo e Não Nego; Pago Quando Puder*”: Demografia, Economia e o Sistema Creditício na Freguesia de Guarapiranga (1831-1865). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2015

COSTA, Wilma Peres. O Império do Brasil: dimensões de um enigma. *Almanack braziliense*, nº1, maio de 2005, p.27-43

COSTER, W. *Baptism and spiritual kinship in Early Modern England*. Aldershot: Ashgate, 2002

CUNHA, Alexandre Mendes & GODOY, Marcelo Magalhães. *Redes clientelares e listas nominativas de 1831/32 para a província de Minas Gerais: reflexões conceituais e metodológicas*. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional da ABEP, Caxambu, 2004.

CUNHA, Alexandre Mendes. No sertão, o lugar das minas: reflexões sobre a formação do espaço central das Minas Gerais no começo do século XVIII. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº40, julho-dezembro de 2007, p.25-45

CUNHA, Alexandre Mendes. Patronagem, clientelismo e redes clientelares: a aparente duração alargada de um mesmo conceito na história política brasileira. *História*, 2006, vol.25, no.1, p.226-247

CURTIN, Philip. *The Atlantic slave trade: a census*. Madison: University of Wisconsin Press, 1969.

CURTO, Diogo Ramada. A cultura política. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. No alvorecer da modernidade (1480-1620), Lisboa: Estampa, 1997, v.3

DANTAS, Mariana L. R. Miners, Farmers, and Market People: Women of African Descent and the Colonial Economy in Minas Gerais. *African Economic History*, Volume 43, 2015,

pp.82-108. Disponível em <https://muse.jhu.edu/article/610845>, acessado 13 de agosto de 2016.

DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995

DELVEAUX, Marcelo Motta. Cartografia imaginária do sertão. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v.46, nº2, p.74-87, Jul-Dez, 2010

DIAS, Maria Odila da Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972. p.160-184

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império, 1824-1881. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2005

DOLHNIKOFF, Miriam. A regionalização do jogo político: elites e poder no Brasil do século XIX. *Novos Estudos*. nº 70. Novembro 2004.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional* (Contribuição à sociologia política brasileira). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966

DUARTE, Regina Horta. Olhares estrangeiros: viajantes no vale do rio Mucuri. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.22, n.44, p.267-288, 2002.

ELTIS, David; RICHARDSON, David. Os mercados de escravos africanos recém-chegados às Américas: padrões de preços, 1673-1865. *Topoi*, Rio de Janeiro, março 2003, pp. 9-46.

ESPINDOLA, H. S. Extermínio e servidão. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v.47, nº1, p.50-64, jan-jun, 2011

ESPINDOLA, H. S. *O Sertão do Rio Doce*. Navegação Fluvial e incorporação do território de Floresta tropical por Minas Gerais. 1800-1845. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000

ETHINGTON, Philip J. Placing the Past: Groundwork for a Spatial Theory of History. *Rethinking History*, v.11, n.4, p.463-530, December 2007

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 2ª ed. Revista e aumentada. Porto Alegre, Globo; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1975. 2v

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. Família escrava e legitimidade: estratégias de preservação da autonomia. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n.23, dez. 1992

FARINATTI, Luís A. E. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Tese (Doutorado). Programa de pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007

- FARINATTI, Luís Augusto; VARGAS, Jonas Moreira. Elites regionais, guerra e compadrio: a família Ribeiro de Almeida e suas redes de relações (Rio Grande do Sul, c. 1816-c. 1844). *Topoi*. Revista de História, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 389-413, jul./dez. 2014
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975
- FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano de trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1999.
- FINE, Agnès. *Parraines, marraines: la parenté spirituelle en Europe*. Paris: Fayard, 1994
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico negreiro de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- FLORENTINO, Manolo. Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871. In: FLORENTINO, Manolo (org.) *Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005
- FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico : Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997
- FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre V.; SILVA, Daniel D. Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX). *Afro-Ásia*, nº 31, 2004, p.83-126
- FONSECA, Claudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas minas setecentistas*. Trad. Maria Juliana Gambogi Teixeira, Claudia Damasceno Fonseca. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 10.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992
- FRAGOSO, João L. R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2. ed., rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. E as plantations viraram fumaça: nobreza principal da terra, Antigo Regime e escravidão mercantil. *História (São Paulo)*. Vol.34, n.2, p.58-107, jul.-dez., 2015
- FRAGOSO, João Luís, FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro, c.1790-c.1840. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Conceito de civilização brasileira*. São Paulo: Ed. Nacional, 1936
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As ideias estão no lugar. *Cadernos de Debate*, nº 1, p.61-64, São Paulo: Brasiliense, 1976
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: USP, Instituto de Estudos Brasileiros, 1969
- FRANK, André Gunder. A agricultura brasileira: capitalismo e o mito do Feudalismo. *Revista Brasiliense*, v.51, s/d, São Paulo.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 23ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1989.

- FURTADO, Júnia F. Quem Nasce, quem chega: o mundo dos escravos no Distrito Diamantino e no arraial do Tejuco. In: FURTADO, Júnia Ferreira; LIBBY, Douglas Cole. (Org.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX.* 1ed. São Paulo: Annablume, 2006. p. 223-250.
- FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador de diamantes: o outro lado do mito.* São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GARCIA GONZÁLES, F.; GÓMES CARRASCO, C. Parentesco fictício y red social em la España meridional (Albacete, 1750-1808). *Popolazione e Storia*, v.1, 2008, p.35-54
- GARCIA, Paulo. *Terras devolutas.* Belo Horizonte: Editora da Livraria Oscar Nicolai, 1958.
- GAUVARD, Claude. Violence citadine et réseaux de solidarité: L'exemple français aux XIVE et XVe siècles. *Annales: Économies, Sociétés, Civilisations*, v.48, n.5, p.1113-1126
- GIL, Tiago Luís. Elites locais e suas bases sociais na América Portuguesa: uma tentativa de aplicação das social network analysis. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Vol. 3 Nº 6, Dezembro de 2011. p.82-96.
- GODOY, Marcelo Magalhães; LOUREIRO, Pedro Mendes. Os registros paroquiais de terra na história e na historiografia – estudo da apropriação fundiária na província de Minas Gerais segundo outra metodologia para o tratamento do primeiro cadastro geral de terras do Brasil. *História Econômica & História das Empresas*. XIII, 1 (2010), p.95-132.
- GÓES, José Roberto. *O cativo imperfeito: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX.* Vitória – ES: Lineart, 1993
- GONÇALVES, Andrea Lisly. *As margens da liberdade: estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial.* Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial.* São Paulo: Ática, 1978
- GOUBERT, Pierre. História Local. *História e Perspectivas*, Uberlândia, nº 6, p.45-67, Jan./Jun. 1992
- GOUVEA, Maria de Fatima Silva. *O império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997
- GRAHAM, Richard. Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado. *Revista Diálogos*, DHI/UEM, v.5, n.1, p.11-47, 2001.
- GRESPLAN, Jorge. L. S. Nelson Weneck Sodré, intelectual engajado. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão. *Nacionalismo e Reformismo Radical.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007
- GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart B. Cleansing original sin: godparenthood and the baptism of slaves in Eighteenth-century Bahia. In: SMITH, R. T. (Ed.). *Kinship ideology and practice in Latin America.* Chapel Hill; London: The University of North Carolina Press, 1984.
- GUEDES, Roberto. *Egressos do Cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social: (Porto Feliz, São Paulo, c.1798- c.1850).* Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2008
- GUEDES, Roberto. O parentesco ritual na freguesia de São José do Rio de Janeiro. *Sesmaria Revista do NEHPS*. Faculdade de Filosofia de Campo Grande, 01, ano 1, 2001

- GUEDES, Roberto. Ofícios mecânicos e mobilidade social: Rio de Janeiro e São Paulo (Sécs. XVII-XIX). *Topoi*, v. 7, n.13, jul-dez 2006, p.379-423
- GUEDES, Roberto. Parentesco, Escravidão e Liberdade (Porto Feliz, São Paulo, Século XIX). *Varia História*, Belo Horizonte, v.27, n.45, p.233-236, jan/jun de 2011.
- GUERREAU-Jalabert, Anita. Spiritus et Caritas: le beptême dans la société médiévale. In: HÉRITIER-AUGÉ, F.; COPET-ROUGIER, É. (eds). *La parenté spirituelle*. Paris: Éditions des Archives Contemporaines, 1995. p.133-203
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- GUIMARÃES, Carlos Magno, REIS, Liana Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750). *Revista do Departamento de História da UFMG*, Belo Horizonte, nº 2, p.7-36, Junho de 1986.
- HAAS, Louis. Il Mio Buono Compare: Choosing Godparents and the Uses of Baptismal Kinship in Renaissance Florence. *Journal of Social History*, v. 29, n. 2, 1995, p.341-356
- HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia* (UFF), v. 17, p. 19-45, 2008
- HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006
- HENRY, Louis. *Técnicas de análise em demografia histórica*. Lisboa: Gradiva, 1988
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial: sua desagregação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 2ª edição. São Paulo: Difel, 1965, Tomo II, vol. 1, p.9-39
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Metais e pedras preciosas. In:\_\_\_\_\_. *História da Civilização Brasileira*; à época colonial. 6ª. ed. São Paulo: Difel, 1985. Tomo I, vol.2. p.259-310
- HSIEH, Mo-Han; MAGEE, Christopher L. A new method for finding hierarchical subgroups from networks. *Social Networks*, Volume 32, nº 3, July 2010, p.234-244
- IGLÉSIAS, Francisco. Minas e a imposição do Estado no Brasil. In: *Revista de História*, São Paulo, (1), 100, 1974.
- JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). MOTA, Carlos G. (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira*. Formação: histórias. São Paulo: Senac, p.127-175, 2000.
- JUNQUEIRA, Messias. *As terras devolutas na reforma agrária*. São Paulo: Gráfica da Revista dos Tribunais, 1964.
- KJERFVE, T. M. G. N.; BRÜGGER, S. M. J. Compadrio: relação social e libertação espiritual em sociedades escravistas (Campos, 1754-1766). *Estudos Afro-Asiáticos*, 20, Junho de 1990
- KLEIN, Herbert S. Os homens livres de cor na sociedade escravista brasileira. *Dados*, Rio de Janeiro, n.17, 1978, p.3-27
- KOPYTOFF, Igor. Slavery. *Annual Review of Anthropology*. v.11, 1982

- KUHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. Tese (doutorado). Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2006
- KULA, Witold. *Teoria economica do sistema feudal*. Trad. do Carmo Cary. Lisboa: Presença, 1962
- KUZNESOF, Elizabeth. Clans, the militia and territorial government: the articulation of kinship with polity in Eighteenth Century São Paulo. In: ROBINSON, David. (ed.). *Social fabric and spatial structure in Colonial Latin America*. Ann Arbor, Michigan: University Microfilms, 1979
- KUZNESOF, Elizabeth. *Household economy and urban development: São Paulo 1765 to 1836*. Boulder: Westview Press, 1986.
- KUZNESOF, Elizabeth. The role of the merchants in the economic development of São Paulo, 1765 – 1850. *Hispanic American Historical Review*, 60(4). p.571-592
- KUZNESOF, Elizabeth; OPPENHEIMER, Robert. The family and society in nineteenth-century Latin America: an historiographical introduction. *Journal of Family History*, 10:3, 1985, Fall, p.215-234
- LAGUARDIA, Rafael Martins de Oliveira. *Sorte de terra, fazenda, sesmaria... georreferenciamento como instrumento de análise do registro de terra*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.
- LAMBERT, J. *Os dois Brasís*. Rio de Janeiro: MEC/INEP, 1959
- LANGFUR, Hal. *The forbidden lands: colonial identity, frontier violence, and persistence of Brazil's eastern Indians, 1750-1830*. Stanford, California: Stanford University Press, 2006
- LARA, Silvia H. *Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil*. Projeto História, São Paulo, nº16, p.25-38, fevereiro de 1998.
- LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro (1750-1808)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988
- LARA, Sílvia Hunold. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007
- LASLETT, Peter, WALL, Richard (orgs.). *Household and family in past time*. Cambridge: Cambridge University Press, 1972
- LASLETT, Peter. Family and household as work group and kin group: areas of traditional Europe compared. In: WALL, R., LASLETT, P., ROBIN, J. (Eds.). *Family forms in historic Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983. p. 513-563
- LASLETT, Peter. Introduction: the history of the family. In: LASLETT, Peter, WALL, Richard (orgs.). *Household and family in past time*. Cambridge: Cambridge University Press, 1972
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012
- LEAL, Tiago Pereira. *Da promessa à confirmação: alforrias, legados e heranças aos escravos e libertos da região de Guarapiranga, Minas Gerais (c: 1820 – 1871)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-graduação em História. 2015

- LEITE, Miriam Moreira. *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX*: antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984
- LEMOS, Gusthavo. *Aguardenteiros do Piranga*: família, produção da riqueza e dinâmica do espaço em zona de fronteira agrícola, Minas Gerais, 1800-1856. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais. 2012.
- LEMOS, Gusthavo. *Minas da Terra*: família, produção da riqueza e dinâmica do espaço em zona de fronteira agrícola. Minas Gerais, 1800-1856. São Paulo: Annablume, 2014
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*: o abastecimento da corte e a formação política do Brasil. São Paulo: Símbolo, 1979
- LESTHAEGHE, Ron J. Second Demographic Transition. In: RITZER, G. (ed.). *Encyclopedia of Sociology*. Blackwell, 2007, p.4123-4127.
- LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba*: um estudo de caso de oligarquia de base familiar. Trad. André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993
- LIBBY, D. C. O tráfico negreiro internacional e a demografia escrava nas Minas Gerais: um século e meio de oscilações. In: FURTADO, Júnia F. (Org.). *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica*: Europa, Américas e África. São Paulo e Belo Horizonte: Annablume e FAPEMIG/PPGH-UFMG, 2008. p. 457-479.
- LIBBY, D. C., PAIVA, C. A. A middle path: slavery and natural increase in nineteenth-century Minas Gerais. *Latin American Population History Bulletin*, Minneapolis USA, v. 23, p. 2-15, 1993.
- LIBBY, D.; BOTELHO, T.; ANDRADE, C. Família e demografia em Minas Gerais, séculos XVIII, XIX e XX. *Revista Brasileira de Estudos de População*. v.29, n.1, São Paulo: Jan./Jun. 2012, p.199-206.
- LIBBY, Douglas C. Slave, Free, and Freedwomen. Succeeding Generations of Africans and Afro-descendants in Eighteenth and Nineteenth Century Minas Gerais. *African Economic History*, Volume 43, 2015, pp.109-135. Disponível em <https://muse.jhu.edu/article/610846>, acessado 13 de agosto de 2016.
- LIBBY, Douglas C., GRIMALDI, Márcia. Economia e estabilidade: economia e comportamento demográfico num regime escravista, Minas Gerais no século XIX. *Papéis Avulsos*. Rio de Janeiro. 7: 26-43, dez. 1988
- LIBBY, Douglas Cole. A Culture of Colors: Representational Identities and Afro-Brazilians in Eighteenth- and Nineteenth-Century Minas Gerais. *Luso-Brazilian Review*, v. 50, p. 26-53, 2013
- LIBBY, Douglas Cole. *Trabalho Escravo e Capital Estrangeiro no Brasil*. O Caso de Morro Velho. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1984.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LIBBY, Douglas Cole; FRANK, Zephyr. Voltando aos registros paroquiais de Minas colonial: etnicidade em São José do Rio das Mortes, 1780-1810. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 29, n. 58, 2009.
- LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: São Paulo: Itatiaia, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978



- LIMA, Ruy Cirne. *Pequena história territorial do Brasil – Sesmarias e terras devolutas*. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 1954
- LINHARES, Maria Yedda Leite. *O Brasil no século XVIII e a idade do ouro: a propósito da problemática da decadência*. In: Seminário sobre a cultura mineira no período colonial. Belo Horizonte, Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1979
- LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981
- LOPES, Luiz Fernando R. *Vigilância, Distinção & Honra: os Familiares do Santo Ofício na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga – Minas Gerais (1753-1801)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012
- LÓPEZ, Antonio Irigoyen. Ecclesiastical godparenthood in Early Modern Murcia. In: ALFANI, G.; GOURDON, V. *Spiritual Kinship in Europe, 1500 – 1900*. New York: Palgrave Macmillan. p.74-95
- LYNCH, J. H. *Godparents and Kinship in Early Medieval Europe*. Princeton: Princeton University Press, 1986
- MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.
- MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. *Remediados senhores: pequenos escravistas na freguesia de São José do Rio das Mortes, c.1790 c.1844*. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em História, Belo Horizonte, MG, 2014.
- MALERBA, Jurandir. *Os brancos da Lei: liberalismo, escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil*. Maringá: EDUEM, 1994
- MARCILIO, M. Luiza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população (1750 – 1850)*. São Paulo: EDUSP: Pioneira, 1973
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *Caiçara: terra e população*. São Paulo: Paulinas, CEDHAL, 1986
- MARQUESE, Rafael. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 74, p.107-123, março de 2006
- MARQUESE, Rafael. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. *Revista de Historia*, nº 169, p. 223-253, jul./dez. 2013
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2013
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado, 1842-1889*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007
- MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1980.
- MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais no século XIX: tráfico e apego à escravidão em uma economia não-exportadora. *Estudos Econômicos*, 13(1), 1983.
- MARTINS, Roberto Borges. Vila Rica, vila pobre: dilemas de uma historiografia de aluvião. In: XVI Seminário sobre a economia mineira: anais. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2014. Disponível em: <http://web.cedeplar.ufmg.br/cedeplar/seminarios/ecn/ecn-mineira/2014/site/arquivos/vila-rica-vila-pobre--dilemas-de-uma-historiografia-de-aluviao.pdf>, acessado 02/10/2015

- MASCARENHAS, Nelson Lage. *Um jornalista do Império*: (Firmino Rodrigues Silva). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961
- MATA, Sérgio da. *Chão de Deus: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil : séculos XVIII-XIX*. Berlin: WVb 2002
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. 5ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2004
- MATTOS, Izabel Missagia de. *Civilização e Revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- MENDES, Fábio F. Família, História e redes sociais. IN: BOTELHO, T. R. LEEUWEN, M. H. D. (Orgs.) *História Social: perspectivas metodológicas*. Belo Horizonte: Veredas&Cenários, 2012
- MENESES, José Newton Coelho. *O Continente Rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina - MG: Maria Fumaça Editora, 2000.
- MERCADANTE, Paulo. *Os Sertões do Leste*. Estudo de uma região: a Mata Mineira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- METCALF, Alida C. *Family and Frontier in Colonial Brazil: Santana de Parnaíba, 1580-1822*. Austin: University of Texas Press, 2005.
- MINTZ, S.; WOLF, E. An analysis of ritual co-parenthood (compadrazgo). *Southwestern Journal of Anthropology*, v. 6, n. 4, 1950, p.341-368
- MOLINARI, Luis Gustavo. *De José Joaquim da Rocha a Frederich Wagner: civilização, nativos e colonos nas representações cartográficas dos sertões leste de Minas Gerais (1778-1855)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2009
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec: Polis, 1984
- MONTEIRO, Nuno. *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2003
- MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e política: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais. 1828 – 1842*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006
- MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MORENO, J.L. *Who shall survive? Foundations of sociometry, group psychotherapy and sociodrama*. New York: Beacon Press, 1934; BARNES, J.A. Class and committees in a Norwegian Island Parish. *Human Relations*, 7: 39-58, 1954.
- MOTTA, Márcia M. M. *Caindo por terra: um debate historiográfico sobre o universo rural do oitocentos. Lutas & Resistências*. Londrina, v. 1, p.42-59. Set. 2006
- MOTTA, Márcia M. M. Classic works of Brazil's new rural history: Feudalism and the Latifundio in the interpretations of the left (1940/1964). *História Crítica*. nº51, Bogotá, septiembre-diciembre 2013, p.121-144
- MOTTA, Márcia M. M. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Rio de Janeiro, 1998

MOTTA, Márcia M. M. O rural na História do Brasil (dos anos 80 aos trabalhos mais recentes). *Revista Portuguesa de História*. Coimbra, n.41, p.175-191.

MOTTA, Márcia Maria M. *Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito, 1795-1824*. São Paulo: Alameda, 2009.

MUNNO, C. Prestige, intégration, parentéle: réseaux de parrainage dans une communauté ouvrière de Vénétie (1834-1854). *Annales de Démographie Historique*, v.1, 2005, p.95-130

NADALIN, S. O. *A demografia numa perspectiva histórica*. Belo Horizonte: Associação Nacional de Estudos Populacionais, 1994. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/textosdidaticos/tdv02.pdf>

NADALIN, Sérgio O. . A população no passado colonial brasileiro: mobilidade versus estabilidade. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 4, n.7, p. 222-275, 2003

NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600 – 1900*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Posseiros, rendeiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História. 2003

NEVES, M. de F. R. das. Ampliando a família escrava: o compadrio de escravos em São Paulo no século XIX. IN: NADALIN, S. O.; MARCÍLIO, M. L. (Orgs.) *História e população: estudos sobre a América Latina*, São Paulo: ABEP, IUSP, CELADE, Fundação SEADE, 1990

NOVAIS, Fernando A. O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial. In: MOTTA, Carlos Guilherme. *Brasil em Perspectiva*. 15ª edição, Difel, 1985, p. 47-63.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. *Construtores do Império, defensores da província: São Paulo e Minas Gerais na formação do Estado nacional e dos poderes locais, 1823-1834*. Tese (doutorado). Programa de pós-graduação em História Social. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2014

OLIVEIRA, Kelly. E. *No Laboratório da Nação: Poder Camarário e Vereança nos anos iniciais da formação do Estado Nacional Brasileiro em fins do Primeiro Reinado e nas Regências, Mariana, 1828-1836*. Dissertação (mestrado). Programa de pós-graduação em História. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2013.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira 1780-1870*. Bauru: EDUSC, 2005

PAIVA, Adriano Toledo. *Uma tradição paulista nas minas: descobridores e conquistadores nos sertões*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016

PAIVA, C. A., ARNAUT, L. D. H.. Fontes para o estudo de Minas oitocentista: listas nominativas. *V Seminário sobre a Economia Mineira*, Anais, Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1990, p. 85-106.

PAIVA, C. A., LIBBY, D. C., GRIMALDI, M. Crescimento da população escrava: uma questão em aberto. In: IV Seminário sobre a Economia Mineira, 1988, Diamantina. *Anais do IV Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte : CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1988. v. 1. p. 11-32

- PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Programa de pós-graduação em História Social (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 1996
- PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- PATTERSON, Orlando. *Slavery and Slave Revolts: A Social-Historical Analysis of First Marron War, 1655-1740*. *Social and Economic Studies*, v.19, n.3, set. 1970
- PAULA, João Antônio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000
- PERROUAS, L., et al. *Léonard, Marie, Jean et les autres: Les prénoms en Limousin depuis un millénaire*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1984
- PORTO, José da Costa. *Estudo sobre o sistema sesmarial*. Recife: Imprensa Universitária/UFP, 1965.
- PRADO Jr., Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1969
- PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Brasil dos cientistas sociais não brasileiros: ensaio metodológico. *Cadernos CERU*, v. 18, São Paulo, 2007
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: 1993
- RAMOS, Donald. *A social history of Ouro Preto: stresses of dynamic urbanization in Colonial Brazil, 1695 – 1726*. Ann Arbor, Michigan: University Microfilms, 1972. Disponível em: <https://archive.org/details/socialhistoryof00ramorich>
- RAMOS, Donald. *Do Minho as Minas*. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Volume 44. Nº 1. Jan/Jun, 2008. p.132-153
- RATZEL, Friedrich; MORAES, Antonio Carlos Robert; FERNANDES, Florestan. *Ratzel: geografia*. São Paulo: Ática, 1990
- RAU, Virgínia. *Sesmarias medievais portuguesas*. Lisboa: Editorial Presença, 1982
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- REZENDE, Irene Nogueira. Um estudo de caso: a história do Barão do Pontal Mineiros da Zona da Mata na construção do Estado Nacional (1821-1841). *Lócus: Revista de História Juiz de Fora*, v.15, n.2, p.85-98, 2009
- RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial: Brasil (ca. 1530-ca. 1630)*. São Paulo: Alameda, 2009
- RODARTE, Claus Rommel. *Partidos Políticos, poderes constitucionais e representação regional na 1ª Legislatura da Assembléia Geral do Império do Brasil: Minas Gerais (1826 – 1829)*. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São. São Paulo, 2011
- RODARTE, Claus. Os liberais de Minas e o “regresso”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Volume 50, nº 2, p.69-85, julho-dezembro de 2014

RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O trabalho do fogo: domicílios ou famílias do passado – Minas Gerais, 1830*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

RODRIGUES, Carmem Marques. *Os mapas das pedras brilhantes: a cartografia dos sertanistas, dos engenheiros militares e dos padres matemáticos sobre o Distrito Diamantino do Serro do Frio (1714-1771)*. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014

RODRIGUES, Gustavo Caruso. Transformações Territoriais no Brasil e o Pensamento de Pierre Monbeig - 1935 -1946. In: VII Congresso Brasileiro de Geografia – A AGB e a Geografia brasileira no contexto das lutas sociais frente aos projetos hegemônicos, 2014, Vitória/ES. *Anais do VII Congresso Brasileiro de Geografia*, 2014.

ROWLAND, Robert. Alcance e limitação da história da família. In: \_\_\_\_\_. *População, família, sociedade: Portugal, séculos XIX-XX*. Oeiras: Celta, 1997. p. 1-11

SABEAN, David Warren. *Property, production, and family in Neckarhausen, 1700-1870*. Cambridge: Cambridge University, 1990

SAMARA, Eni de Mesquita. A família no Brasil: história e historiografia. *História Revista*, Goiânia, II (2), p. 7-21, jul./dez. 1997.

SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. *Além da Senzala: arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Dissertação (mestrado em história) – Universidade de São Paulo, Programa de pós-graduação em História Social. São Paulo, 2006.

SARAIVA, L. F. Estrutura de terras e transição do trabalho em um grande centro cafeeiro, Juiz de Fora – 1870-1900. In: *X Seminário sobre a economia mineira*. CD-ROM. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2002.

SCHWARCZ, Lilia M. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: Edusc, 2001

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1982

SCOTT, Ana Sílvia V. As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil. *História: Questões e Debates*, v. 51, 2009, p. 13-29. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/view/19983/13277>, acessado em 04/11/2014

SCOTT, Ana Sílvia Volpi. *Dinâmica familiar da elite paulista (1765-1836)*. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1987

SCOTT, Ana Sílvia Volpi; SCHMACHTENBERG, Ricardo. Nas teias da administração local: redes de poder e relações familiares entre oficiais. *Revista Eletrônica MétiS*. História e Cultura. UCS, v. 13, p. 85-102, 2014

SIGNORINI, I. *Padrini e compadri: un'analisi antropologica dela parentela spirituale*. Turin: Loescher, 1981

SILVA, Ana Rosa Cloquet da. De comunidades a nação: regionalização do poder, localismos e construções identitárias em Minas Gerais (1821-1831). *Almanack braziliense*, n. 2, p. 43-63, nov. 2005

- SILVA, Guilherme Augusto do Nascimento e. Os laços da escravidão: população, reprodução natural e família escrava em uma vila mineira. Piranga, 1850-1888. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São João Del-Rei. Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Jurídicas. Programa de Pós-graduação em História. 2014.
- SILVA, L. G. Afrodescendentes livres e libertos e igual política na América portuguesa. Mudança de status, escravidão e perspectiva atlântica (1750 – 1840). *Almanack*. Guarulhos, n.11, p.571-632, dezembro de 2015.
- SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 2008.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Donas e plebéias na sociedade colonial*. Lisboa: Editorial Estampa, 2002
- SILVA, Ricardo Oliveira da. *A questão agrária brasileira em debate (1958 – 1964): as perspectivas de Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História (Dissertação de mestrado). Porto Alegre, 2008.
- SIMMEL, Georg. O campo da sociologia. In: MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 79-86.
- SINCLAIR, Philip A. Network centralization with the Gil Schmidt power centrality index. *Social Networks*, Volume 31, nº 3, p.214-219, July 2009
- SLENES, Robert W. *Na Senzala, uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999
- SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos do IFCH/Unicamp*, Campinas, 17, 1985.
- SMITH, Roberto. *Propriedade da terra e transição: estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense; CNPq, 1990
- SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750 - c. 1830*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009
- SOUZA, Candice Vidal e; BOTELHO, Tarcísio R. Modelos nacionais e regionais de família no pensamento social brasileiro. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n.2, 2001, p. 414-432. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104026X2001000200006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2001000200006&lng=pt&nrm=iso), acessado em 04/11/2014.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- SOUZA, Laura de Mello e. Nobreza de Sangue e Nobreza de Costume: Idéias sobre a Sociedade de Minas Gerais no Século XVIII. In:\_\_\_\_\_. *O Sol e a Sombra: Política e administração na América Portuguesa do Século XVIII*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2006.
- SPIERLING, Karen. *Infant Baptism in Reformation Geneva*. Aldershot: Ashgate, 2005
- TAUNAY, Afonso d'E. *Relatos sertanistas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981
- TOMÁS, Maria Carolina. Reviewing family studies: a brief comment on selected topics. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p.171-198, jan./jun. 2013
- TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in American history*. New York: Ed. Henry Holt and Company, 1921

- URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, 1978
- VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- VALENTE, Priscilla F. *Viúvas e Solteironas chefes de domicílios na freguesia de Guarapiranga, 1800-1870*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Programa de pós-graduação em História, 2016.
- VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas Margens do Atlântico: um estudo das elites locais e regionais na economia e política: charqueadores de Pelotas - RGS (século XIX)*. Tese (Doutorado). Programa de pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013
- VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. 4ª ed. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1974. 2v
- VENÂNCIO, Renato Pinto. *Infância sem destino: o abandono de crianças no Rio de Janeiro do século XVIII*. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1988
- VENÂNCIO, Renato Pinto; SOUSA, Maria José Ferro de; PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. O compadre governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, n. 52, p.273-294, 2006
- VERNIER, B. *La gènesese sociale des sentiments: Aînés et cadets dans l'île gracque de Karpathos*. Paris: Écoles des hautes études em sciences sociales, 1992
- VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil: história, organização, psicologia*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987
- VILLAR, Pierre. ¿Economia Campesina? In:\_\_\_\_\_. *Iniciación al vocabulário de analisis histórico*. Ed. Grijalbo, 1980.
- VILLAS BÔAS, Glaucia. *A vocação das ciências sociais no Brasil: um estudo da sua produção em livros no Acervo da Biblioteca Nacional, 1945-1966*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007.
- WALL, R., LASLETT, P., ROBIN, J. (eds.). *Family forms in historic Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983
- WARF, Barney; ARIAS, Santa. Introduction: the reinsertion of space into the social sciences and humanities. In: WARF, Barney; ARIAS, Santa (Eds.). *The Spatial Turn: Interdisciplinary Perspectives*. Routledge, 2009
- WHITE, Richard. *What is Spatial History?* Stanford University, Spatial History Lab. Disponível em: <https://web.stanford.edu/group/spatialhistory/media/images/publication/what%20is%20spatial%20history%20pub%20020110.pdf> , acessado 05/05/2016